JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Barão de Melgaço 4
Camara Municipal de Confresa 4
Camara Municipal de Curvelândia 4
Camara Municipal de Poconé 5
Camara Municipal de Salto do Céu 5
Camara Municipal de Tangará da Serra 5
Camara Municipal de União do Sul 6
Camara Municipal de Várzea Grande 6
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 6
Consórcio Intermunicipal do Norte Araguaia 7
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 7
Prefeitura Municipal de Acorizal 8
Prefeitura Municipal de Água Boa 8
Prefeitura Municipal de Alto Garças 11
Prefeitura Municipal de Apiacás 12
Prefeitura Municipal de Araguainha 13
Prefeitura Municipal de Araputanga 16
Prefeitura Municipal de Aripuanã 16
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 18
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 18
Prefeitura Municipal de Cáceres 20
Prefeitura Municipal de Campinápolis 25
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 25
Prefeitura Municipal de Campo Verde 28
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 30
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 31
Prefeitura Municipal de Canarana 178
Prefeitura Municipal de Castanheira 200
Prefeitura Municipal de Colíder 201
Prefeitura Municipal de Colniza 205
Prefeitura Municipal de Confresa 208
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 229
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 229
Prefeitura Municipal de Curvelândia 229
Prefeitura Municipal de Diamantino 230
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 261
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 261
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 262
Prefeitura Municipal de Itanhangá 267
Prefeitura Municipal de Itiquira 270
Prefeitura Municipal de Jaciara 276
Prefeitura Municipal de Jangada 276
Prefeitura Municipal de Jauru 277
Prefeitura Municipal de Juara 277
Prefeitura Municipal de Juruena 287
Prefeitura Municipal de Juscimeira 287
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 288
Prefeitura Municipal de Marcelândia 289
Prefeitura Municipal de Matupá 289
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 290
Prefeitura Municipal de Nobres 300
Prefeitura Municipal de Nortelândia 300

Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 300
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 303
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 304
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 304
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 305
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 307
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 308
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 309
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 310
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 310
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 310
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 311
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 311
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 312
Prefeitura Municipal de Paranatinga 313
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 313
Prefeitura Municipal de Poconé 313
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 315
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 315
Prefeitura Municipal de Poxoréu 318
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 327
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 328
Prefeitura Municipal de Rio Branco 332
Prefeitura Municipal de Rondolândia 333
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 340
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 341
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 341
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 342
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 350
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 353
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 353
Prefeitura Municipal de São José do Povo 354
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 354
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 356
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 361
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 362
Prefeitura Municipal de União do Sul 362
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 374
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 374
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 379

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N°. 007/2.017

Dispõe sobre, Concessão de Férias ao Funcionário **EZEQUIEL ALVES DE SOUZA** e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, Vereador **PAULO ALVES DE PAULA**, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

ARTIGO 1° - Conceder férias ao funcionário **EZEQUIEL ALVES DE SOUZA,** ocupante do cargo de vigia,no período de 01 (primeiro) de dezembro de 2.017 a 30 (trinta) de dezembro de 2.017.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

São José do Povo, 30 de novembro de 2.017.

PAULO ALVES DE PAULA

Registrado nesta Secretaria e publicada

Por afixação, no lugar público de costume,

Na data supra.

Rua João Francisco Duarte, 715 – Centro – CEP 78.773-000 – Fone/Fax (66) 3494-1199

CNPJ: 32.972.440/0001-05 – E-mail: câmara_sjp@hotmail.com

CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
ATA DA SESSÃO SOLENE DE POSSE DO VEREADOR VAGLON COELHO ALMEIDA.

Ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e dezessete, na sede da Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, localizada na Rua Mato Grosso nº.120, às dez horas e trinta minutos reuniram-se os vereadores: Cícero Darci Magalhães, Cristiano Lorscheiter Rocha, Elton Messias da Silva, Geancarlos Francisco Guimarães, Janete Morais Rodrigues, José Francisco Crecencio, Josenildo Rodrigues Ramos, Marli Lima Ferreira Martins, Uaslei da Silva Lima e Vanderlei Martins dos Santos para realização da solenidade de posse. O senhor Presidente agradeceu a presença de Deus e Populares e convidou o Senhor Rônio Condão Prefeito Municipal de Confresa para fazer parte da Mesa em seguida convidou o vereador eleito Vaglon Coelho Almeida para também fazer parte da mesa. O Senhor Presidente solicitou a Primeira Dama e ao Vice Prefeito para que se sentasse à frente como convidados de honra. Em seguida convidou o Pastor Alexandre da Igreja Mundial para trazer uma mensagem bíblica, este ao fazer uso da palavra deixou mensagem de esperança e pediu que Deus conduzisse o novo vereador Vaglon para realizar um ótimo trabalho em favor dos menos favorecidos, ao final de sua fala fez uma oração. Na seqüência o senhor Presidente convidou a cantora Thalita para louvar a Deus, e esta cantou o hino “Sabor de Mel”. Iniciando os trabalhos o senhor Presidente solicitou que todos ficassem de pé para entoar o Hino Nacional. Dando prosseguimento aos trabalhos, com base nas normas regimentais, e considerando o diploma apresentado pelo vereador eleito Senhor Vaglon Coelho Almeida, o senhor presidente solicitou que fizesse a entrega dos documentos para secretária e na seqüência o juramento de posse. Conferido os documentos e feito o juramento de posse, o senhor Presidente declarou o senhor VAGLON COELHO ALMEIDA, EMPOSSADO no cargo de vereador na legislatura de 2017 à 2020. O Senhor Presidente passou a palavra ao vereador empossado, o mesmo fez uso da palavra, agradecendo a todos os seus companheiros de campanha e a vereadora Lucimeire que esteve no mandato até o presente momento, e disse ser conhecedor das dificuldades que enfrentará, mas, que está disposto a realizar um bom trabalho frente a esta casa de leis. Em seguida o Senhor Presidente passou a palavra livre ao Prefeito Ronio Condão, que cumprimentou a todos e agradeceu a Deus, deixou algumas palavras ao novo vereador e elogiou a professora Lucimeire falando que esta honrou o tempo em que esteve como vereadora nesta Casa Legislativa, citou um versículo da bíblia e falou que há tempo para tudo, finalizou agradecendo e parabenizando a todos. Na seqüência o senhor Presidente passou a Palavra Livre aos vereadores. Encerrado a palavra livre como não havia mais nada a deliberar, o senhor presidente agradeceu a presença de Deus e populares no recinto e declarou encerrada a sessão solene, a qual foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada vai assinada por todos vereadores presentes.

CAMARA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 054 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE DE CONCESSÃO DE FÉRIAS, A SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO SERENINI, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Curvelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, pela Lei Orgânica do Município de Curvelândia/MT, assina a presente;

RESOLVE,

Conceder a servidora **MARIA EDILEIA DA SILVA,** matrícula funcional 11-1, efetiva no cargo de Agente de Auxiliar Administrativo, Lotada na Câmara Municipal de Curvelândia, 30 (trinta) dias de **FÉRIAS,** relativo ao período aquisitivo de 2016/2017, a partir de 04/12/2017 com retorno para o dia 04/01/2018.

Art. 2º - Conceder conversão de um terço das férias em pecúnia relativo período 21/12/2017 a 31/12/2017, em razão da necessidade dos serviços da mesma junto a Câmara Municipal.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Curvelândia-MT,30 de Novembro de 2017

Roberto Serenini

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 053 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE DE CONCESSÃO DE FÉRIAS, A SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO SERENINI, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Curvelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, pela Lei Orgânica do Município de Curvelândia/MT, assina a presente;

RESOLVE

Art. 1º – Conceder Férias a Servidora da Câmara Municipal **SIRLENE SOUZA MAGALHÃES**, brasileira, natural de Mirassol D Oeste - MT, filha de Oridia Santana Magalhães e Benedito de Souza Magalhães, portadora da carteira de identidade RG 1185494-4 SJ/MT, CPF 872.297.221-87, Matricula Funcional 1-1, efetiva no cargo de Agente Administrativo, lotada no Cargo Comissionado de Secretaria Geral na Câmara Municipal de Curvelândia/MT, relativo ao período aquisitivo de 2016/2017, a partir de 04/12/2017 com retorno para o dia 04/01/2018.

Art. 2º - Conceder conversão de um terço das férias em pecúnia relativo período 21/12/2017 a 31/12/2017, em razão da necessidade dos serviços da mesma junto a Câmara Municipal, conforme requerimento n° 002/2017.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Curvelândia-MT, 30 de Novembro de 2017

Roberto Serenini

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2017

OBJETO: Contratação de Empresa Prestadora de Serviços de Fornecimento de Energia Elétrica no imóvel que abrigam a sede da Câmara Municipal de Poconé – MT, Data e Hora de análise do valor: 04/12/2017 às 11:00 horas **Local:** na sede da Câmara Municipal de Poconé – MT, Praça da Matriz, 344 Centro Sala das Sessões.

Empresa Contratada: Empresa Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A CNPJ n° 03.467.321/0001-99.

Poconé – MT, 04 de dezembro de 2017.

Sueli Pereira dos Santos

Presidente da CPL

CAMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PORTARIA 017/2017

Portaria nº. 017/2017 – 01 de novembro de 2017

O Presidente da Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Senhor **NOE MONTEIRO DE BARROS,** no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Regimento Interno deste Poder;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a portaria 004/2011, que nomeia a Senhora **Sandra Regina Cordeiro de Oliveira** no Cargo de Tesoureira da Câmara Municipal de Salto do Céu – MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto do Céu-MT, 01 de novembro de 2017

Noe Monteiro de Barros

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PORTARIA 020/2017

Portaria nº. 020/2017 – de 01 de Novembro de 2017

O Presidente da Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Senhor **NOE MONTEIRO DE BARROS,** no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 474/2013 desse poder;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Senhora **DANIELY ALINE DUARTE DA SILVA,** no Cargo de **Coordenador de Compras**, de provimento em comissão da Câmara Municipal de Salto do Céu – MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto do Céu-MT, 01 de novembro de 2017

Noé Monteiro de Barros

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PORTARIA 019/2017

Portaria nº. 019/2017 – 01 de novembro de 2017

O Presidente da Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Senhor **NOE MONTEIRO DE BARROS,** no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Regimento Interno deste Poder;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Senhora **Doraci Maria dos Santos**,no Cargo de **Tesoureira**, de provimento em comissão da Câmara Municipal de Salto do Céu – MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto do Céu-MT, 01 de novembro de 2017

Noé Monteiro de Barros

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PORTARIA 018/2017

PORTARIA N.º 018/2017 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

EXONERA A Sr.ª SANDRA REGINA CORDEIRO DE OLIVEIRA, DO CARGO DE SECRETARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO: A Carta do INSS e orequerimento da Servidora que trata esta Portaria.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar por motivo de Aposentadoria a Sr.ª **SANDRA REGINA CORDEIRO DE OLIVEIRA,** do cargo de **SECRETARIA,** funcionaria da Câmara Municipal.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica orçamentária correspondente da Secretaria acima citada, suplementadas se necessário, na forma da legislação específica que disciplina a matéria.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, Edifício Sede do Poder Legislativo, em Salto do Céu - MT, 01 de novembro de 2017

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

NOE MONTEIRO DE BARROS PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
DECRETO Nº 866, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2.017.

DECRETO Nº 866, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2.017.

DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NO PERIODO NATALINO E ANO NOVO.

O Senhor **HELIO JOSE SCHWAAB**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e;

DECRETA:

Art. 1º - Em virtude das comemorações alusivas ao Natal e ao Ano Novo, fica estabelecido recesso no Legislativo Municipal, no período de 26 a 29 dezembros 2017.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos trinta dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezessete.

HELIO JOSÉ SCHWAAB

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

NILTON DALLA PRIA

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 25/2017

Dispõe sobre conversão em abono pecuniário, de 10 (dez) dias de férias da servidora que menciona e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de União do Sul – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e observando o disposto no art. 71, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); e

Considerando o teor do Requerimento subscrito pelo servidor abaixo identificado;

RESOLVE:

Art. 1º - Por força desta Portaria fica convertida em abono pecuniário, uma parcela de 10 (dez) dias das férias a que faz jus a servidora efetiva Srª. MARILDA GISLAINE DOS SANTOS, vinculada à Câmara Municipal, compreendendo para efeito de conversão em pecúnia o período de 21 de novembro a 30 de novembro de 2017.

Parágrafo Único – As férias mencionadas no *caput* são referentes ao período aquisitivo de 03 de novembro de 2016 a 02 de novembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO

Em 01 de dezembro de 2017

CLODOALDO VOSNIACK

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 24/2017

Dispõe sobre Progressão de Nível e Classe à Servidora que menciona e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de União do Sul – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e observando o disposto no art. 18, da Lei Municipal nº 555, de 12 de dezembro de 2014 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Progressão de Nível e Classe à servidora efetiva Srª. MARILDA GISLAINE DOS SANTOS, vinculada à Câmara Municipal, por merecimento decorrente ao tempo de efetivo exercício e por nova titulação profissional, passando a ocupar o Nível 4 e Classe C.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro sobre a folha de pagamento referente ao mês de dezembro de 2017 e subsequentes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO

Em 01 de dezembro de 2017

CLODOALDO VOSNIACK

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 199/2017

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR do cargo em comissão Pedro Patocíno Rodrigues Silva , Auxiliar de Gabinete do Gabinete do Ver. Miguel Angel Claros Paz.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor com efeitos a partir desta data .

Gabinete da Presidência, 01 de dezembro de 2017.

Vereador BENEDITO FRANCISCO CURVO

Presidente

Vereador JOÃO TERTULIANO DE BARROS FILHO

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 99/2017

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Considerar **ponto facultativo** odia **08/12/17** (sexta-feira, dia dedicado à Imaculada Conceição), no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 04 de dezembro de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1º Secretário

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo de Dispensa de Licitação n.° 003/2017

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, pelo seu Presidente, ratifica a contratação direta das empresas Dihol Distribuidora Hospitalar Ltda, (CNPJ/MF n.° 026.792.580/0001-90) no valor global de R$ 39.255,90 (trinta e nove mil duzentos e cinquenta e cinco reais e no-

venta centavos); HR Medsin Produtos Hospitalares Ltda (CNPJ 019.963. 492/0001-49) no valor de R$ 2.164,52 (dois mil, cento e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) e JD de Andrade Drogaria ME (CNPJ 018.175.769/0001-06) valor de R$ 92.794,00 (noventa e dois mil e setecentos e noventa e quatro reais), o que faz com fundamento no artigo 24, inciso IV da Lei Federal n.° 8.666/93, tendo como objeto o fornecimento emergencial de medicamentos.

Peixoto de Azevedo/MT, 04 de dezembro de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Presidente CISRVP

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2017

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2017
REGISTRO DE PREÇOS

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2017

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO representado por seu Pregoeiro designado pelo **Ato nº 205 de 02 de Janeiro de 2017,** no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO** a **RETIFICAÇÃO do EDITAL 031/2017 do PREGÃO PRESENCIAL N° 028/2017** para Registro de Preços, do tipo **MENOR PREÇO com julgamento MENOR PREÇO POR ITEM** conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

DO OBJETO DO CERTAME:

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, E RADIOLÓGICO EM ATENDIMENTO AO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, TUDO EM CONFORMIDADE COM AS disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

1. ALTERAÇÃO (RETIFICAÇÃO)

1.1 Alterar o item **4 – OUTRAS CONSIDERAÇÕES DO ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA.**

Onde lia-se:

4.2 - Fica estipulado o prazo para entrega dos produtos como 08 (oito) dias logo após a contratada receber a ordem de entrega (requisição), sob pena de decair do direito à aquisição, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

Leia-se:

4.2 - Fica estipulado o prazo para entrega dos produtos como 10 (Dez) dias úteis logo após a contratada receber a ordem de entrega (requisição), sob pena de decair do direito à aquisição, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

1.2 – alterar a **CLÁUSULA SÉTIMA – DO MODO DE RECEBIMENTO/ ACEITE, DO ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO.**

Onde lia-se:

7.12. A entrega dos ITENS de que trata o caput deverá ocorrer em **até 08 (Oito) dias** contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

Leia-se:

7.12. A entrega dos ITENS de que trata o caput deverá ocorrer em **até 10 (Dez) dias úteis** contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

2. DA RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se todos os demais ITENS e Subitens e anexos constantes do Edital n° 031/2017 do Pregão Presencial n° 028/2017, de 31 de outubro de 2017, permanecendo válidos e inalterados os itens não expressamente modificados por este Instrumento, inclusive quanto à data de abertura do certame, confirmado para o dia 18 de dezembro de 2017, as 08h00min, na Sede Administrativa do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, localizada na Travessa Bartolomeu Dias, n° 269, Bairro Alvorada, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Peixoto de Azevedo – MT, 04 de Dezembro de 2017.

ACIOMAR MARQUES CARVALHO

Pregoeiro Oficial

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO NORTE ARAGUAIA

PORTARIA Nº 016/2017 DE 31 DE NOVEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 016/2017

DE 31 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a Exoneração da Srª ADELIANE VIANA DA SILVA RODRIGUES Secretária Executiva adjunta no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "Norte Araguaia" - CIDESA e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental "Norte Araguaia", Senhor Daniel Rosa do Lago , no uso de suas atribuições legais e que lhe confere a Ata de Constituição:

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR** a Portaria n° 011/2017 **SrªADELIANE VIANA DA SILVA RODRIGUES** brasileira, separada portadora da CI/RG 2054661-0 SSP/MT, inscrito no CPF sob n º 028.565.241-92, do cargo de Secretária adjunta no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental "Norte Araguaia" – CIDESA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se

Cumpra-se.

Daniel Rosa do Lago

Presidente do CIDESA -NA

"Norte Araguaia"

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
EXTRATO DO XII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 027/2015

EXTRATO DO XII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 027/2015

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: EDUARDO MACIEL NARVAES - ME **CNPJ:** 20.181.000/ 0001-42

OBJETO: Prorrogar o quantitativo total do Contrato n.º 027/2015, previsto em sua Cláusula 4ª, que consiste na realização de **18 exames**, visando a continuidade da prestação dos serviços médicos especializados em **Biópsias de Próstata**, no Município de Rondonópolis, aos pacientes dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.

DO VALOR: R$ 10.125,00 (dez mil, cento e vinte e cinco reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e § 1º do art. 65, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, e demais atinentes à matéria.

VIGÊNCIA: 04/12/2.017 a 31/12/2.017 **DOTAÇÃO:** 33.90.39.00.00.00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

PORTARIA Nº. 048/2017

PORTARIA Nº. 048/2017

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SECRETÁRIO DE OBRAS SERVIÇOS E TRANSPORTES URBANOS DO MUNICIPIO DE ACORIZAL-MT ."

O Prefeito Municipal de Acorizal – MT, **SR. CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA**, usando de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o **SR. MARCIO DA SILVA RAMOS, PORTADOR DO CPF Nº 689.117.181-49,** do Cargo de Secretário de Obras Serviços e Transportes Urbanos do Município de Acorizal – MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 04 de Novembro de 2017.

_____

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 062/2017

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pela Portaria nº. 196/2017; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 04/12/2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 062/2017, e teve como vencedoras do certame as empresas**: AGUA BOA PEÇAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA - ME, CNPJ: 17.825.674/0001-28; ALMEIDA FILHO E CHAVES MARTINS LTDA- ME, CNPJ: 27.331.614/0001-02** e **DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES REI DO OLEO LTDA MECNPJ: 24.043.114/0001-87.**

Água Boa - MT, 04 de dezembro de 2017.

Marcos da Silva

Pregoeiro

LEI Nº 1381, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 006/2017

AUTORIA: Vereador Alan Rodrigo Apio/PR – Em Coautoria com os Vereadores Fernando de Melo Quintanilha/PRB; Jonathan Silveira Roberto/PR; Luís César de Lara Pinto Filho/PR; Leonardo Leite Ribeiro/PMDB e Sandro Lúcio Aleixo/PP

"Dispõe acerca das medidas protetivas aos animais domésticos, prevê infrações e sanções de combate aos abusos e maus tratos praticados no município de Água Boa-MT."

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão de 21 de novembro de 2017, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I – DOS OBJETIVOS

Art. 1º São objetivos desta lei:

I. Propiciar maior qualidade de vida aos habitantes e aos animais domésticos; **II.** Inibir a propagação de doenças provenientes dos animais domésticos que cercam o convívio o humano; **III.** Minimizar o volume de animais abandonados nas ruas da cidade e como consequência amenizar os sofrimentos suportados por estes.

Art. 2° Fica vedado no Município de Água Boa a prática de qualquer conduta lesiva, cruel, de atitudes que contrarie o bem-estar físico e mental ou que coloque em risco a vida dos animais domésticos.

Art. 3º Para os efeitos desta lei compreende-se por Animal doméstico todo aquele que possui convivência com os seres humanos, tendo características biológicas e comportamentais em estreita dependência do homem, de valor afetivo, sendo passíveis de coabitação e convívio com o homem, por característica comportamental de companheirismo e cooperação com a espécie humana, ex. Cães e gatos;

II - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

Art. 4° - Atentará aos preceitos desta lei todos aqueles que praticarem ação ou omissão de forma dolosa ou culposa que implique em crueldade, causando dor, sofrimento aos semoventes e/ou deixe de atender as necessidades essenciais, incluindo:

I. Abate; **II.** Abandono; **III.** Tortura; **IV.** Mutilações desnecessárias ou para fins estéticos (conchectomia = corte da orelha; caudectomia = corte da cauda; cordectomia = extração das cordas vocais); **V.** Envenenamento; **VI.** Confrontos ou lutas, entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes, prática popularmente conhecida como "rinhas"; **VII.** Violência (espancamento, agressão e sexual); **VIII.** Privá-los de água abrigo e alimentação adequada à espécie; **IX.** Comercialização de animais de forma irregular (ausente a autorização por órgãos competentes, criadouros clandestinos/inapropriados) **X.** Omissão de socorro; **XI.** Experiências laboratoriais. (Instituída pela Lei Federal 11.794/2008), dentre outras práticas que contrariem o bem-estar animal.

Art. 5º - As infrações disciplinadas por esta Lei serão penalizadas da seguinte forma:

I. Prestação de Serviços Sociais; II. Multa; III. Restrição temporária de direitos.

§ 1°: A prestação de serviços sociais consiste na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas junto a parques, praças e jardins públicos e unidades de conservação pelo período de 01 (uma) semana até 01 (um) mês, de acordo com o grau ofensivo da conduta classificado no anexo único.

§ 2°: Multa consiste no pagamento em dinheiro à entidade pública ou privada com fim social de proteção aos animais domésticos.

§ 3°: Restrição temporária de Direitos consiste na proibição do infrator contratar com o Poder Público, de receber incentivos fiscais ou quaisquer outros benefícios, bem como de participar de licitações e concursos públicos municipais, pelo prazo de **três anos**.

§ 4°: As sanções previstas neste artigo poderão ser cumuladas de acordo com a infração cometida.

Art. 6° São circunstâncias que agravam a pena:

I. A reincidência; II. A infração ser cometida por meios cruéis ou com emprego de tortura; III. Em caso de morte do animal; IV. Se a conduta foi praticada com dolo.

Art. 7° São circunstâncias que atenuam a pena:

I. Baixo grau de escolaridade e instrução do infrator; II. Arrependimento espontâneo eficaz (capaz de salvar a vida do animal); III. Colaboração com os agentes fiscalizadores; IV. No caso de morte do animal, se a conduta foi realizada com respaldo de médico veterinário.

Art. 8° Para imposição e gradação da penalidade, além das circunstâncias atenuantes e agravantes, a autoridade competente observará:

I. A gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para sociedade; II. Os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação; III. A situação econômica do infrator, no caso de multa; IV. Local dos fatos;

Parágrafo único: Em caso de hipossuficiência econômica do infrator, devidamente comprovada no processo administrativo, poderá a pena pecuniária ser convertida em prestação de serviços sociais, salvo se tratar de reincidente.

Art. 9° Considera-se reincidente o infrator que contrariou os ditames desta normativa ao longo da sua vigência.

Parágrafo único: Em caso de reincidência, a multa a ser imposta pela nova infração será elevada ao triplo do seu valor.

III – DA PENA PECUNIÁRIA

Art. 10. - A pena de multa será fixada de acordo com a gravidade da infração e a condição econômica do infrator.

Parágrafo único: A multa será aplicada em Unidade Padrão Fiscal do Município-UPFM e em consonância com o grau ofensivo da conduta delituosa, a qual encontra-se mensurado consoante ao anexo único presente neste projeto de lei.

Art. 11. - Para efeito da gravidade da infração, as infrações serão classificadas em quatro grupos, denominados respectivamente grupos I, II, III e IV, de acordo com sua natureza e potencial ofensivo e com base nos critérios de enquadramento constantes do anexo único do presente projeto de lei.

Parágrafo único: Consideram-se infrações de maior gravidade aquelas relacionadas nos grupos III e IV do anexo do presente Projeto de Lei.

Art. 12. - A multa que vier a ser aplicada pelo Departamento de Fiscalização e autuação poderá ser impugnada até o trânsito em julgado do processo administrativo, mediante a apresentação de documento idôneo capaz de comprovar os rendimentos do Autuado.

Art. 13. - A valoração da pena de multa será definida pela gravidade da infração:

Parágrafo único: A gravidade da Infração será determinada pela correspondência com o enquadramento da conduta praticada, conforme classificação citada no art. 11 deste Projeto de Lei, cuja a classificação terá o valor delineado a seguir:

I - Infrações Classificadas no Grupo I = 250 UPF/M, em vigência na data no ato/fato;

II – Infrações Classificadas no Grupo II = 500 UPF/M, em vigência na data no ato/fato;

III – Infrações Classificadas no Grupo III = 750 UPF/M, em vigência na data no ato/fato;

IV – Infrações Classificadas no Grupo IV = 1000 UPF/M, em vigência na data no ato/fato;

IV - SUPERVISIONAMENTO E AUTUAÇÃO

Art. 14. - Será atribuída a Secretária de Saúde por meio da Vigilância Sanitária, podendo ainda, tal atribuição ser transferida a Vigilância Ambiental do município, quando da sua criação, o poder dever de fiscalizar o fiel cumprimento desta norma.

§ 1°: Deverão atuar na estrita execução desta lei as organizações de proteção aos animais e demais autoridades municipais, assim como os cidadãos que compõem a sociedade.

§ 2°: A vigilância sanitária implantará um canal de denúncias por meio por meio de ligações telefônicas, internet com capacidade de recepcionar vídeos e fotos, afim trazer maior veracidade as informações trazidas pelo denunciante.

§ 3°: As denúncias poderão ser recepcionadas também pela ouvidoria da Câmara Municipal de Água Boa que promoverá o direcionamento para os órgãos responsáveis.

Art. 15 - As infrações serão formalizadas em procedimento administrativo próprio e sua instauração dar-se-á com a lavratura do Auto de Infração, em 3 (três) vias, devendo a segunda via ser destinada a formalização do procedimento.

V - PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 16 - O agente fiscalizador, ao lavrar o auto de infração, descreverá a infração e indicará a multa prevista para a conduta nos termos desta Lei, devendo ao final ser assinado pelo agente juntamente com o infrator, em caso de autuação pessoalmente.

Parágrafo único: Havendo recusa pelo infrator em apor seu ciente, quando da autuação e/ou intimação pessoal, essa circunstância será formalizada expressamente pelo agente responsável.

Art. 17 - A primeira via do Auto de Infração será entregue ao autuado, oportunidade em que será, também, cientificado de que terá o prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa ou impugnação perante a Vigilância Sanitária:

§ 1°: A intimação da autuação mencionada no “caput” poderá ocorrer nos moldes a seguir:

I. Pessoalmente; II. Por seu representante legal; III. Por carta registrada com Aviso de Recebimento; IV. Por edital, se estiver o infrator em lugar incerto ou não sabido.

§ 2°: O edital a que se refere o § 1º será publicado uma só vez, na imprensa oficial do Estado, considerando-se efetivada a intimação no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a publicação.

§ 3°: Decorrido o prazo sem apresentação de defesa, será o autuado considerado revel, caso em que os prazos, a partir daí, correrão independentemente de intimação, salvo se, posteriormente, habilitar-se regularmente nos autos, devendo este ser intimado de todos os atos praticados após a referida habilitação.

Art. 18. - Expirado o prazo para apresentação da defesa o processo administrativo será encaminhado para a Secretária de Saúde do Município que

deverá analisar as provas juntadas e proferir decisão no prazo de 30 (trinta) dias do seu recebimento.

Art. 19. - Da decisão proferida pela Secretaria de Saúde do Município caberá Recurso Administrativo no prazo de 20 (vinte) dias, que será analisado pelo Conselho Municipal de Saúde ou Conselho de Proteção aos Animais, caso haja a criação deste último, juntamente com o processo administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento.

§ 1°: Prolatada a decisão será o infrator notificado, nos termos do art. 17, §1°, para:

Recolhimento de multa no prazo de 20 (vinte) dias sob pena de ser inscrita em dívida ativa do Município de Água Boa e cobrança judicial; a. Apresentar-se em dia e hora marcados para prestar serviços sociais, sob pena do processo ser encaminhado para o Ministério Público para que sejam tomadas as medidas penais. b. Informar o início das penas restritivas de direitos.

§ 2°: O processo administrativo transita em julgado em 30 (trinta) dias da data da decisão e permanecendo o Autuado inerte acerca do adimplemento, o processo será direcionado ao Setor de Tributação para apuração dos valores e ao final para a Procuradoria Geral do Município para propositura de medida judicial.

CAPITULO II - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. – Os valores arrecadados com o pagamento das multas serão recolhidos para um Fundo Municipal específico para aplicação em programas, projetos e ações ambientais voltados à defesa, cuidados e proteção aos animais domésticos, podendo ser destinados as associações que auxiliam na fiscalização e acolhimento dos animais resgatados.

Art. 21. - Os animas recolhidos com sinais de violência ou abuso de maus tratos serão encaminhados para:

a. Associações e/ou entidades que defendem o bem-estar animal para posterior adoção; **b.** As despesas que vierem em benefício do animal, sejam com consulta com médico veterinário, seja como alimentação serão suportadas pelo infrator

Art. 22. - Os agentes fiscalizadores são responsáveis administrativamente e criminalmente pelas declarações constantes do Auto de Infração que subscreverem.

Art. 23. - Esta lei vigorará na data de sua publicação, tendo como revogadas as disposições antagônicas.

ANEXO ÚNICO

As práticas infrativas, para fins de graduação de sua gravidade, de acordo com sua natureza e potencial ofensivo, ficam classificadas por grupos, assim definidos:

I) **Infrações enquadradas no grupo I**

1. Treinamento de guarda e/ou musculação (arrastar utensílios pesados ou realizar exercícios que contrarie o bem estar animal)

2. A utilização de coleira enforcador ou focinheira que cause feridas;

3. Aplicação de medicamentos para inibir latidos;

4. A inobservância do calendário de vacinas, bem como as campanhas;

5. Descartar o animal em rios, caçambas de entulho;

6. Outras práticas que impliquem infração por não atender as práticas de proteção aos animais domésticos, não enquadradas nos demais itens ou grupos.

II) Infrações que compõem o Grupo II

1. Comercialização de animais de forma irregular;

2. Experiências laboratoriais;

3. Omissão de Socorro

4. Manter o animal recluso em lugar fechado e pequeno por período superior a 24h;

5. Privar o animal de água, abrigo e alimentação adequada a espécie;

6. Outras práticas que impliquem infração por não atender as práticas de proteção aos animais domésticos, não enquadradas nos demais itens ou grupos.

III) Infrações que compõem o Grupo III

1. Abandono;

2. Confrontos ou lutas entre animais de espécies similares ou distintas, pratica popularmente conhecida como rinhas;

3. Privar o animal de cuidados especializados, quando necessário;

4. Outras práticas que impliquem infração por não atender as práticas de proteção aos animais domésticos, não enquadradas nos demais itens ou grupos.

IV) Infrações que compõem o Grupo IV

1. Tortura;

2. Violência (espancamento, agressão e sexual);

3. Envenenamento;

4. Sufocar o animal em sacolas plásticas;

5. Atear fogo no animal;

6. Mutilar o animal para fins estéticos;

7. Outras práticas que impliquem infração por não atender as práticas de proteção aos animais domésticos, não enquadradas nos demais itens ou grupos.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, AOS 22 DE NOVEMBRO DE 2017. **MAURO ROSA DA SILVA** Prefeito Municipal **LUIZ OMAR PICHETTI** Secretário Municipal de Administração

---

LEI Nº 1382, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 007/2017

AUTORIA: Vereador Alan Rodrigo Apio/PR – Em Coautoria com os Vereadores Jonathan Silveira Roberto/PR e Luís César de Lara Pinto Filho/PR

"Institui o Dia Municipal do Pioneiro".

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão de 21 de novembro de 2017 aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do município de Água Boa – MT, o dia 07 de Outubro como "Dia do Pioneiro".

Art. 2º - A Prefeitura Municipal deverá registrar em seu calendário de eventos a comemoração desta data.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, AOS 22 DE NOVEMBRO DE 2017. **MAURO ROSA DA SILVA** Prefeito Municipal **LUIZ OMAR PICHETTI** Secretário Municipal de Administração

---

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 015/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO 015/2017

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pelo Decreto nº. 3042/2017, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrôni-

co, que será regida pelo Decreto nº. 1738/2005 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº. 015/2017.

OBJETO: a Futura e Eventual Aquisição de Material Laboratoriais para Secretaria de Saúde, Prefeitura de Água Boa-MT, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

DATA: 18/12/2017.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 08h30min.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br, no www.comprasgovernamentais.gov.br e através do e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa-MT, 04 de dezembro de 2017.

Ivania Cezira Volpi

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 348 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017

Desliga a servidora pública municipal CLARICE MARIA BERTOTTI SILVA, dos quadros da Municipalidade em virtude de concessão do benefício de aposentadoria previdenciária por tempo de contribuição e declara a vacância do respectivo cargo público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e;

CONSIDERANDO, a Carta de Concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição emitida pela Providência Social – NB nº 157.078.568-3 em nome da mencionada servidora pública, protocolada junto ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração;

CONSIDERANDO, que o parágrafo único do art. 53, da Lei Municipal nº 292/90, com nova redação proposta pela Lei Municipal nº 886/2011, determina que a aposentadoria do servidor público extingue automaticamente o vínculo com a administração pública;

CONSIDERANDO, que o art. 53, da Lei Municipal nº 292/90, em seu inciso VII, determina que ocorrerá a vacância do cargo público em caso de aposentadoria do servidor;

R E S O L V E:

Art. 1° - **DESLIGAR** a servidora pública municipal **CLARICE MARIA BERTOTTI SILVA**, lotada no cargo de Professora, portadora do Registro Geral n° 410423 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob n° 304.185.001-00, em virtude de concessão do benefício de aposentadoria previdenciária por tempo de contribuição, bem como declarar a vacância do cargo acima especificado, nos termos do art. 53, inciso VII, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais a partir da data de 31 de Dezembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 01 de Dezembro de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 351 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017

Nomear RUDINEI MAYER KRUGER, do cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico III, lotada no Gabinete do Prefeito, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear, **RUDINEI MAYER KRUGER**, portador do Registro Geral n°1373029-0 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob n° 920.747.821-87, para o exercício do cargo em comissão de **Assessor Técnico III**, lotado no Gabinete do Prefeito.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais a partir da data de 04 de Dezembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 01 de Dezembro de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1126, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017

"Dispõe sobre a Revisão Geral Anual da remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Alto Garças – MT, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no inciso IV, do artigo 71, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona e faz publicar a seguinte Lei:

Art. 1º - A remuneração dos servidores públicos da Câmara Municipal de Alto Garças-MT constante das tabelas do Anexo I, II e III da Lei Municipal 877/2011 e de suas alterações/revisões previstas nas Lei n.º 909, de 30 de novembro de 2012, Lei n.º 952, de 27 de novembro de 2013; Lei n.º 1001, de 16 de dezembro de 2014 e Lei n.º 1044, de 01 de dezembro de 2015; Lei n.º 1.093, de 30 de novembro de 2016; fica reajustada em 1,83 % (um virgula oitenta e três), conforme índice apurado pelo índice do INPC no período de 01 (um) ano; nos termos do inciso X, do art. 37 da Constituição Federal c/c artigo 15 da Lei 877, de 17 de novembro de 2011.

Art. 2° - Bem como, com fulcro no princípio da legalidade e da Isonomia, fica autorizado a correção monetária de 1,83 % (um virgula oitenta e três), sobre os subsídios dos servidores não contemplados no artigo supracitado.

Art. 3º - Os recursos destinados ao custeio da presente revisão serão oriundos das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de dezembro de 2017.

Autoria:

Mesa Diretora da Câmara Municipal

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT , em 04 de Dezembro de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 350 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017

Exonera MARISA JUNGES RIBEIRO, do cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico III, lotada no Gabinete do Prefeito, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1° - Exonerar, **MARISA JUNGES RIBEIRO**, portadora do Registro Geral n° 1199021-0 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob n° 842.547.501-53, do cargo em comissão de **Assessor Técnico III**, lotada no Gabinete do Prefeito.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais a partir da data de 04 de Dezembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 01 de Dezembro de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 349 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017

Desliga o servidor público municipal WAGNER AUGUSTO CAJANGO, dos quadros da Municipalidade em virtude de concessão do benefício de aposentadoria previdenciária por tempo de contribuição e declara a vacância do respectivo cargo público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e;

CONSIDERANDO, a Carta de Concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição emitida pela Providência Social – NB nº 157.078.544-6 em nome da mencionado servidor público, protocolada junto ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração;

CONSIDERANDO, que o parágrafo único do art. 53, da Lei Municipal nº 292/90, com nova redação proposta pela Lei Municipal nº 886/2011, determina que a aposentadoria do servidor público extingue automaticamente o vínculo com a administração pública;

CONSIDERANDO, que o art. 53, da Lei Municipal nº 292/90, em seu inciso VII, determina que ocorrerá a vacância do cargo público em caso de aposentadoria do servidor;

R E S O L V E:

Art. 1° - **DESLIGAR** o servidor público municipal **WAGNER AUGUSTO CAJANGO**, lotado no cargo de Motorista, portador do Registro Geral n° 0049158-6 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob n° 172.395.321-00, em virtude de concessão do benefício de aposentadoria previdenciária por tempo de contribuição, bem como declarar a vacância do cargo acima especificado, nos termos do art. 53, inciso VII, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais a partir da data de 31 de Dezembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 01 de Dezembro de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 033/2017 – PROCESSO LICITATÓRIO 048/2017

OBJETO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR, NOS PERÍODOS MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE APIACÁS.CONFORME ITENS CONSTANTES DO TERMO DE REFERENCIA**.**

EVANDER MARCOS AJUZ-TRANSPORTES-ME, vencedora nos itens 01,02,03,04,05,06 e 08.

item	Quant	**LINHA**	Km/total média	Valor P/ KM	Valor total/ Media anual
01	01	**LINHA: APIACÁS/ NOVA MONTE VERDE MATUTINO OU NOTURNO, TRANSPORTA EM MÉDIA 30 ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR, MEDIA DE 120 KM POR DIA UMA VEZ NA SEMANA POR MÊS. ÔNIBUS 40 LG TOTAL KM: 4.800 MÊS VALOR MÉDIO – 3,71 X 4.800 = 17.808,00**	4.800,00 KM	R$ 3,71	17.808,00
02	01	**LINHA: COMUNIDADE LINHA A, E, F, G A COMUNIDADE COLINA AZUL, VESPERTINO TRANSPORTA EM MEDIA 15 ALUNOS POR DIA E RODA 132 KM EM MEDIA AO DIA VAN 15 LG TOTAL KM: 26.400 VALOR MÉDIO – 2,75 X 26.400 = 72.600,00**	26.400 KM	R$ 2,75	72.600,00
03	01	**LINHA: COMUNIDADE SANTANA A APIACÁS, MATUTINO TRANSPORTA EM MEDIA 40 ALUNOS POR DIA E RODA EM MEDIA 184 KM AO DIA--- ÔNIBUS 40 LG TOTAL KM: 36.800 VALOR MÉDIO – 3,71 X 36.800 = 136.528,00**	36.800 KM	R$ 3,71	136.528,00
04	01	**LINHA: 01 E 02 APIACÁS VESPERTINO, TRANSPORTA EM MEDIA 15 ALUNOS POR DIA E RODA EM MEDIA 172 KM AO DIA, VAN 15 LG: TOTAL KM: 34.400 VALOR MÉDIO – 2,75 X 34.400 = 94.600,00**	34.400 KM	R$ 2,75	94.600,00
05	01	**LINHA: 05 E 03 APIACÁS MATUTINO, TRANSPORTA EM MEDIA 15 ALUNOS POR DIA E RODA EM MEDIA 172 KM AO DIA, VAN 15 LG TOTAL KM: 34.400 VALOR MÉDIO – 2,75 X 34.400 = 94.600,00**	34.400 KM	R$ 2,75	94.600,00
06	01	**LINHA: FAZENDA SANTA MATILDEA APIACAS MATUTINO, TRANSPORTA EM MEDIA 20 ALUNOS AO DIA E RODA CERCA DE 280 KM POR DIA... MICRO ÔNIBUS 20 LG TOTAL KM: 56.000 VALOR MÉDIO – 2,98 X 56.000 = 166.880,00**	56.000 KM	R$ 2,98	166.880,00

08	01	**LINHAS:VILA MUTUM À APIACÁS MATUTINO, TRASPORTA EM MEDIA 40 ALUNOS POR DIA E RODA CERCA DE 164 KM AO DIA . ÔNIBUS 40 LG TOTAL KM: 32.800 VALOR MÉDIO – 3,71 X 32.800 = 121.688,00**	32.800 KM	3.71	121. 688,00

Valor total R$ 704.704,00 **(**setecentos e quatro mil setecentos e quatro reais)

ENIO JOSÉ WOTRICH- ME

Vencedora no item 07

item	Quant	**LINHA**	Km/ total média	Valor P/ KM	**Valor total/ Media anual**
07	01	**LINHA: COMUNIDADE BOM SUCESSO A APIACAS MATUTINO TRASPORTA EM MEDIA 18 ALUNOS POR DIA E RODA CERCA DE 208 KM AO DIA MICRO ÔNIBUS 20 LG TOTAL KM: 41.600 VALOR MÉDIO – 2, 98 X 41.600 = 123.968,00**	41. 600 KM	2,98	**123. 968,00**

Valor total R$123.968,00 **(**cento e vinte e três mil novecentos e sessenta e oito reais

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE – PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO – E. B. ZAMAR JUNIOR – ME

CONTRATO – 090/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA BANDA NOSSA BANDA, COMPOSTA POR NOVE INTEGRANTES, PARA ABRILHANTAR O SHOW BAILE DIA 31/12/2017, COM DURAÇÃO DE 5 (cinco) HORAS

VALOR – R$ 19.500,00 (DEZENOVE MIL E QUINHENTOS REAIS)

PREFEITURA MUNICIPAL / SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 0163/2017

DECRETO Nº. 0163/2017

SÚMULA: DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO DE Nº 090/2017 PARA EMPRESA: E. B. ZAMAR JUNIOR-ME .

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o Sr. **LOURIVAL SILVA PEREIRA,** lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2°- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT, 04 de Dezembro de 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE – PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO – VIDA IDEAL ASSISTENCIA SOCIAL EIRELI - ME

CONTRATO – 085/2017

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM CASA DE APOIO EM CUIABÁ COM ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE DOS PACIENTES DO LOCAL DA HOSPEDAGEM ATÉ OS HOSPITAIS E CLINICAS ONDE OS PACIENTES ENCAMINHADOS SERÃO ATENDIDOS.**

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	**UNID.**	**QTDADE**	VLR UNIT.	VLR TOTAL
01	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM CASA DE APOIO EM CUIABÁ COM ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE DOS PACIENTES DO LOCAL DA HOSPEDAGEM ATÉ OS HOSPITAIS E CLINICAS ONDE OS PACIENTES ENCAMINHADOS SERÃO ATENDIDOS.**	Diárias	**1.200**	55,00	66. 000,00

VALOR TOTAL R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

PORTARIA Nº 348, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica neste ato exonerado do cargo de DEPARTAMENTO DE LIMPEZA URBANA, o Srº. ALEX MENDES CLEMENTE, portador do RG: 2409093-0 SJ/MT e CPF: 045.784.931-69.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 341, DE 23 DE NOVEMBRO 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Srº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Ceder á servidora **CLEUNICE SOUZA DA CRUZ**, ocupante do cargo de Gari, portadora do **CPF: 458.511.071-20**, **RG: 11967323 SSP/ MT**, o pedido de **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA,** por 90 dias podendo ser prorrogável por mais 90 dias mediante

parecer da junta médica, de acordo com a **LEI MUNICIPAL Nº 242/1991, ART. 116 - § 1° e § 2° de 16 DE ABRIL de 1991,**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 342, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica neste ato exonerado do cargo de DIVISÃO EDUCACIONAL E ALIMENTAR, o Srª. NELCY AUXILIADORA DA CRUZ ,portador do RG: 455 009 SJ/MT e CPF: 325.666.111-49.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 343, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica neste ato exonerado do cargo de DIVISÃO DE FISIOTERAPIA, a Srª. ANTONIA LINA DE JESUS ,portador do RG: 1196655-69 SSP/MT e CPF: 997.660.511-00.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 344, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica neste ato exonerado do cargo de DIVISÃO DE CONVIVENCIA F. SOCIAL, a Srª. ELIZETE BATISTA DE SOUZA ,portador do RG: 1153751-5 SSP/MT e CPF: 000.131.301-02.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 355, DE 04 DE DEZEMBRO 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Srº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Convocar o Funcionário no Cargo de Odontólogo o Senhor **Adilso Borges de Oliveira e Silva**, **RG: 1475545-9 SSP/MT** E **CPF: 914. 136.211-04** servidor Público Municipal, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Saúde **.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 354/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Por Tempo De Contribuição á servidora ***Sra. Maria Jose Alves de Souza.****"*

O Prefeito do Município de Araguainha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Com fundamento no Art. 40, § 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Art. 6º, I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº. 41/2003, de 19.12.2003, c/c o art. 86, I, II, III e IV e § 1º da Lei Municipal n.º 587/2009, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Por Tempo De Contribuição, à servidora Sra. MARIA JOSE ALVES DE SOUZA, portadora da cédula de identidade RG nº. 711314 SSP/MT e CPF nº. 458.540.091-53, efetiva no cargo de PROFESSOR, com uma jornada de trabalho de 20 horas, Classe "C", Nível "XV", lotada na Secretaria Municipal de Educação na Prefeitura de Araguainha/MT, com proventos **INTEGRAIS** e com **PARIDADE**, conforme processo administrativo do ARAGUAI-PREVI, n.º **2017. 04.00014P**, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Araguainha - MT, 01 de Dezembro de 2017.

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 353, DE 01 DE DEZEMBRO 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Srº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias ao servidor**, Edson de Oliveira Filho, Motorista de Veiculo Pesado, RG:556.769 SSP/MT** e **CPF: 387.913.401-44** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo de: **01/08/2014 à 31/07/2015,** sendo **30 (trinta)** dias afastado a partir de: **04/12/2017**devendo seu retorno acontecer em **03/01/2018.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 345, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica neste ato exonerado do cargo de ASSESOR CONTÁBIL, a Srª. LEIDIANE DE SOUZA GONÇALVES ,portador do RG: 1841063-4 SSP/MT e CPF: 031.222.851-18.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 352, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **Srº. SILVIO JOSE DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Licença-Prêmio ao servidor, **GELISON DOS SANTOS BARRETO**, atendendo a necessidades do interessado, de acordo que preceitua o Art. 97 incisos XVII da lei Orgânica do Município. Referente ao período de: 10/07/2009 à 09/07/2014, sendo 30 (TRINTA) dias afastado a partir de 01/12/2017, devendo seu retorno acontecer em 31/12/2017.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Artigo 3º – Registre, Publique e Cumpra-se.

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 351, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **Srº. SILVIO JOSE DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Licença-Prêmio ao servidor, **ATEVALDO DORADO DA SILVA**, atendendo a necessidades do interessado, de acordo que preceitua o Art. 97 incisos XVII da lei Orgânica do Município. Referente ao período de: 04/03/2011 à 03/03/2016, sendo 90 (NOVENTA) dias afastado a partir de 01/12/2017, devendo seu retorno acontecer em 01/03/2018.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Artigo 3º – Registre, Publique e Cumpra-se.

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 346, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica neste ato exonerado do cargo de DIVISÃO DO PETI, a Srª. LINALVA PEREIRA DOS SANTOS, portador do RG: 0727896-9 SSP/MT e CPF: 460.012.981-49.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 350, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica neste ato exonerado do cargo de DIVISÃO DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO, o Srº. JADIR ALVES SANZIONE, portador do RG: 2512375 SSP/DF e CPF: 016.781.141-03.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 349, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica neste ato exonerado do cargo de DIVISÃO DO CONSELHO TUTELAR INFANCIA E JUVENTUDE, o Srº. RICARDO MORAES DAVID, portador do RG: 2078474-0 SJSP/MT e CPF: 042.128.151-09.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 347, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica neste ato exonerado do cargo de DIVISÃO E APOIO ADMINISTRATIVO SOCIAL, a Srª. SIRLENE JOSÉ DE MORAIS PASSOS, portador do RG: 0815379-5 SSP/MT e CPF: 910.743.981-49.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017

A Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, através da Pregoeira, torna público aos interessados, que o julgamento do certame supracitado realizado em 01/12/2017, cujo objeto é a Contração de Pessoa Jurídica para prestação de Serviços de Realização de Concurso Público, Seletivo Público e Processo Seletivo. Em atendimento à demanda das Secretarias Municipais. Resultou em vencedora do certame, a empresa: LIDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA do Item conforme código 379604 no valor global de R$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais).

Informa ainda, que os autos do certame ficam desde já à disposição para exame de quaisquer interessados.

Araputanga/MT, 04 de dezembro de 2017.

LUCIANA LINA DE BARROS CHAVES

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 275/2017

DISPÕE SOBRE RESCISÃO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS, COM TÉRMINO FINAL EM DEZEMBRO/2017, DOS SERVIDORES RELACIONADOS NO QUADRO ABAIXO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º - Rescindir todos os contratos temporários, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT,com término em dezembro de 2017, dos servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	DATA DO TÉRMINO	CONTRATO Nº
Ana Claudia de Castro Francisco Palermo	Professor (ª)	21/12/2017	50/2017
Ana Flavia Marçal Buriola	Professor (ª)	21/12/2017	038/2017
Andressa Bortoloti Souza	Monitor de Creche	21/12/2017	113/2017
Bruna Ribeiro de Souza	Apoio Adm. Educacional	21/12/2017	052/2017
Celia Regina Ultramare Col	Professor (ª)	21/12/2017	059/2017
Claudia Toledo de Aguiar	Professor (ª)	21/12/2017	037/2017
Daise Alves Ferreira	Professor (ª)	21/12/2017	032/2017
Edmar de Oliveira Almeida	Professor (ª)	21/12/2017	041/2017
Elza Dias de Oliveira Carvalho	Professor (ª)	21/12/2017	031/2017
Francieli Pereira de Souza	Apoio Adm. Educacional	21/12/2017	029/2017
Gislaine Vieira Fuzati Ambrosio	Professor (ª)	21/12/2017	039/2017
Joelma Julia do Carmo	Professor (ª)	21/12/2017	093/2017
Kairozan de Oliveira Borges	Professor (ª)	21/12/2017	033/2017
Leila Graciela de Jesus Seidth	Apoio Adm. Educacional	21/12/2017	028/2017
Liliane Rosa Siqueira	Professor (ª)	21/12/2017	056/2017
Lucimeire de Souza Costa	Professor (ª)	21/12/2017	053/2017
Maria Aparecida Pereira do Nascimento	Professor (ª)	21/12/2017	057/2017
Maria de Fátima Furtado	Professor (ª)	21/12/2017	105/2017
Marilda de Jesus Rosa	Professor (ª)	21/12/2017	038/2017
Rogerio Adriano Fernandes Crivelari	Professor (ª)	21/12/2017	049/2017
Rosa Amparo Parra Merino	Professor (ª)	21/12/2017	030/2017
Silvania Ramos dos Santos	Professor (ª)	21/12/2017	047/2017
Valecia Basilio de Almeida	Apoio Adm. Educacional	21/12/2017	026/2017
Viviene de Paula de Melo	Professor (ª)	21/12/2017	040/2017

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos quatro (04) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 229/2017

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: VALDELICIO MOREIRA TOBIAS - ME; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, DO TIPO “CASA DE APOIO”, EXCLUSIVAMENTE COM SEDE NA CAPITAL DO ESTADO, CUIABÁ/MT, PARA A FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, INCLUSO ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE, AOS PACIENTES USUÁRIOS DO SUS QUE SE ENCONTRAR EM TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DO DOMICILIO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO; PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 018/2017; VALOR GLOBAL R$ 40.200,00; VIGENCIA: 1°/12/2017 À 30/12/2017.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 3.224/2017

SÚMULA:

“REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULACAO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 315.600,00 (TREZENTOS E QUINZE MIL E SEISCENTOS REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1429 de 28 de novembro de 2016 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 315. 600,00 (trezentos e quinze mil e seiscentos reais) nas funções programáticas e dotações orçamentárias correspondentes:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
02.001.21.127.0002.2096 – Regularização Fundiária			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.00*	R$	10. 000,00
04.001.04.122.0004.2006 – Manutenção e Encargos da SEMAD			
4490.5200 - Equipamentos e Material Permanente	*01.00*	R$	8. 000,00
05.001.04.123.0006.2010 – Manutenção e encargos da SEMUFI			
3390.9100 - Sentenças Judiciais	*01.00*	R$	2. 100,00
06.002.08.244.0011.2018 - Manutenção das Acoes do Atendimento Social			
3390.3200 - Material de Distribuição Gratuita.	*01.00*	R$	800,00
06.002.08.244.0012.2023 – Manutenção das Acoes da Bolsa Família			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.00*	R$	800,00
07.002.12.361.0013.2042 – Manutenção do transporte Escolar			
3390.3000 – Material de Consumo.	*01.00*	R$	25. 000,00
07.002.12.364.0014.2049 - Apoio e Manutenção do Ensino Superior - UAB			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.00*	R$	1. 000,00
07.004.13.392.0015.2050 – Fortalecimento e Divulgação da Cultura Local			
3390.3000 – Material de Consumo.	*01.00*	R$	3. 000,00
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.00*	R$	2. 000,00
08.002.15.452.0017.2056 - Manutenção da Coleta de Lixo			
3390.3000 – Material de Consumo.	*01.00*	R$	5. 000,00
08.003.26.782.0017.2053 – Conservação de Estradas Vicinais (Inclusive Pontes)			
4490.5200 - Equipamentos e Material Permanente	*01.30*	R$	86. 000,00
09.002.10.301.0020.2060– Manutenção das Acoes do PSF - BL 01			
3390.3000 – Material de Consumo.	*01.14*	R$	40. 000,00
09.002.10.301.0020.2063 - Manutenção das Acoes Do Pab - BL 01			
3390.3000 – Material de Consumo.	*01.14*	R$	10. 000,00
09.002.10.302.0021.2066 - Man. Acoes do Atend. *Hosp. Amb. e Emerg. BLOCO 02*			
3390.3000 – Material de Consumo.	*01.14*	R$	20. 900,00
3390.3000 – Material de Consumo.	*01.02*	R$	30. 000,00
09.002.10.302.0021.2067 - Manutenção do Tratamento Fora do Domicilio BLOCO 02			
3390.3300 – Passagens e Despesas Com Locomoção.	*01.02*	R$	25. 000,00
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.02*	R$	15. 000,00
10.001.20.601.0025.2073 - Fornecimento de Sementes e Mudas			
3390.3000 – Material de Consumo.	*01.00*	R$	3. 000,00
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.00*	R$	14. 060,00
10.001.20.601.0025.2089 - Apoio e Assist. Técnica a Agricultura Familiar			
3390.3600 – Outros Serviços de Terceiros - P. Física.	*01.00*	R$	3. 000,00
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.00*	R$	10. 940,00
TOTAL		**R$**	***315. 600,00***

ARTIGO 2º Para cobertura dos créditos adicionais suplementares abertos no artigo anterior será anulado saldo orçamentário da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
06.002.08.244.0011.2018 - Manutenção das Acoes do Atendimento Social			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.00*	R$	26. 250,00
08.001.04.122.0016.2052 – Manutenção e Encargos da SINFRA			
3390.3000 – Material de Consumo.	*01.00*	R$	5. 000,00
08.002.15.451.0017.2054 - Conservação de Ruas e Avenidas			
4490.5100 - Obras e Instalações	*01.30*	R$	86. 000,00
09.002.10.301.0020.2060– Manutenção das Acoes do PSF - BL 01			
3390.3400 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes Contrato De.	*01.14*	R$	40. 000,00
3390.3600 – Outros Serviços de Terceiros - P. Física.	*01.14*	R$	10. 000,00
09.002.10.302.0021.2066 - Man. Acoes do Atend. *Hosp. Amb. e Emerg. BLOCO 02*			
3390.3400 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes Contrato De.	*01.14*	R$	20. 900,00
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.02*	R$	30. 000,00
09.002.10.302.0021.2067 - Manutenção do Tratamento Fora do Domicilio BLOCO 02			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.02*	R$	40. 000,00
10.001.20.601.0025.1050 - Implantação de Agro Indust. Familiar			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.00*	R$	3. 000,00
10.001.20.605.0025.1051 – Apoio a Piscicultura			
3390.3200 – Material de Distribuição Gratuita.	*01.00*	R$	25. 000,00
12.001.18.541.0030.2086 - Manutenção das Acoes de Preserv. E Conserv Ambient			
3390.3600 – Outros Serviços de Terceiros - P. Física.	*01.00*	R$	7. 450,00
12.001.18.541.0030.2088 – Manutenção da Coleta Seletiva			
4490.5200 - Equipamentos e Material Permanente	*01.00*	R$	22. 000,00
TOTAL		**R$**	***315. 600,00***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 22 dias do mês de Novembro de 2017

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA

Secretário Municipal de Finanças

JGS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.746/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, a funcionária Srª **CARMEM REGIA RIBEIRO DE OLIVEIRA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 0575328-7/SJMT e do CPF nº. 395.633.321-72, lotada n*a Secretaria Municipal de Ação Social***,** do cargo em*Comissão de Direção e Assessoramento Superior de* ***Coordenador de Trabalho e Emprego*** **- COORTE,** Nível **DAS-04,** a partir do dia 1°/12/2017, tornando sem efeito a Portaria Nº 9.197/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de dezembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MARCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2017

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 9.245/2017, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial do tipo **Menor preço por Item**, regido pela Lei 10.520/02, Decreto Municipal 1.392/08 e subsidiada pela Lei 8. 666/93 e suas alterações. **Objeto: Aquisição de uma retroescavadeira zero hora, em atendimento as necessidades desta secretaria de infra-estrutura**. Início da Sessão: **Dia 15/12/2017, às 08h00min (oito) horas,** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido **pelo endereço eletrônico** *www.prefeituradearipuana.com.br*, e através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 04 de Dezembro de 2017.

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.747/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a funcionária Srª **CARMEM REGIA RIBEIRO DE OLIVEIRA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 0575328-7/SJMT e do CPF nº. 395.633.321-72, ocupante do cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Coordenador de Eventos - COOEV,** Nível **DAS-04,** lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo, Indústria, Comércio, Esportes e Lazer,a partir do dia 1°/12/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de dezembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MARCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

TERMO DE RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017

O MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Augusto Leverger, Nº 1410 Centro, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob o nº. 03. 507.563/0001-69 neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Senhor ELVIO DE SOUZA QUEIROZ, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – CRMV/MT 2301, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº. 651.105. 011-49, residente e domiciliado à Avenida Totó Paes, S/N, Centro, Barão de Melgaço – MT resolve RESCINDIR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em epígrafe, a qual foi firmada com a empresa MED LIFE – ASSISTÊNCIA MÉDICA S/S, inscrita no CNPJ sob o nº 17.766.904/0001-25, de acordo com as seguintes Cláusulas:

Cláusula Primeira - O presente termo visa RESCINDIR o registro do saldo remanescente dos itens constantes da Cláusula Segunda da Ata de Registro de Preços nº 002/2017, advinda do Pregão Presencial SRP nº 002/2017, quais sejam.

Cláusula Segunda – Fundamento Legal: No presente caso, ter-se-ia tipificado do Artigo 78, XII e Artigo 79, ambos da Lei 8.666/93:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

Ainda em conformidade com as justificativas apresentadas pelo Secretário Municipal de Saúde, Wagner Radica de Medeiros através do Memorando 808/2017, bem como PARECER JURÍDICO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

Cláusula Terceira - Par firmeza e validade o presente Termo de Rescisão foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado em ordem, será assinado pelo Prefeito Municipal e encaminhado ao Fornecedor.

Barão de Melgaço, 30 de novembro de 2017.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 024 DE 2017, DE EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 024 DE 2017, DE EXONERAÇÃO

Dispõe sobre a exoneração do cargo comissionado de Auxiliar de Secretaria na Câmara Municipal de Barra do Bugres-MT.

O Presidente da Mesa Diretora no uso de suas atribuições legais que lhe são permitidos pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a partir do dia 30/11/2017 o Sr. **Moisés Santos Sertão**, portador do RG nº 1967113-0- SSP/MT e do CPF 034.348.551-65, do cargo comissionado de Auxiliar de Secretaria – PDA – VII, na Câmara Municipal de Barra do Bugres-MT, nomeado pela Portaria nº 007, de 01/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

“REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE”.

Jonas Manoel de Souza

Presidente

Registrado nesta Secretaria e publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso: https://diariomunicipal.org/mt/amm .

Câmara Municipal de Barra do Bugres, 30 de novembro de 2017.

Rute Néri Barbosa

Secretária Geral

Portaria nº012/2017

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 023 DE 2017, DE EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 023 DE 2017, DE EXONERAÇÃO

Dispõe sobre a exoneração do cargo comissionado de Encarregada de Serviços Gerais na Câmara Municipal de Barra do Bugres-MT.

O Presidente da Mesa Diretora no uso de suas atribuições legais que lhe são permitidos pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a partir do dia 30/11/2017 a Sra. **Elizabeth Rodrigues**, portadora do RG nº 1711308-3- SSP/MT e do CPF 011.008.731-39, do cargo comissionado de Encarregada de Serviços Gerais na Câmara Municipal de Barra do Bugres-MT, nomeada pela Portaria nº 006, 09/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

“REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE”.

Jonas Manoel de Souza

Presidente

Registrado nesta Secretaria e publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso: https://diariomunicipal.org/mt/amm .

Câmara Municipal de Barra do Bugres, 30 de novembro de 2017.

Rute Néri Barbosa

Secretária Geral

Portaria nº012/2017

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE Nº-002/2017.

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE Nº-002/2017.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres -Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanentes de Licitação, designada pela portaria N.º-**004/2017**, comunica aos interessados que esteve reunida nesta data de **1º.12.2017**, para receber os envelopes de documentação e proposta de preço da licitação na modalidade Convite, tipo menor preço global, com o objetivo de: Contratar empresa especializada em consultoria contábil e Jurídica, para atender as demandas da Câmara Municipal de Barra do Bugres-MT para o exercício de 2017, para tanto a Sra. Presidente e sua Equipe de Apoio **TORNA PUBLICO**, que restou **FRACASSADA ,** a licitação haja visto que houve comparecimento de apenas um licitante para o presente Certame.

A nova data de abertura está marcada para o dia **08/12/2017** as **09h00-min.**

Ficam mantidas todas as demais disposições editalícias.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Barra do Bugres, ao 1º de dezembro de 2017

Simonia Auxiliadora Arantes

Presidente

Onerlino Batista da Silva

Secretário

Jesulene Maria Rodrigues

Membro

Reinaldo Lourençoni Filho

Assessor Jurídico

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 025 DE 2017, DE EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 025 DE 2017, DE EXONERAÇÃO

Dispõe sobre a exoneração do cargo comissionado de Comunicador Parlamentar na Câmara Municipal de Barra do Bugres-MT.

O Presidente da Mesa Diretora no uso de suas atribuições legais que lhe são permitidos pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a partir do dia 30/11/2017 o Sr. **Marcos Reinaldo Parada do Prado**, portador do RG nº 0551855-5 SSP/MT e do CPF 378.868.7814-91, do cargo comissionado de Comunicador Parlamentar, na Câmara Municipal de Barra do Bugres-MT, nomeado pela Portaria nº 010, de 15/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

“REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE”.

Jonas Manoel de Souza

Presidente

Registrado nesta Secretaria e publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso: https://diariomunicipal.org/mt/amm .

Câmara Municipal de Barra do Bugres, 30 de novembro de 2017.

Rute Néri Barbosa

Secretária Geral

Portaria nº012/2017

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 026 DE 2017, DE EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 026 DE 2017, DE EXONERAÇÃO

Dispõe sobre a exoneração do cargo comissionado de Encarregada de Auxiliar de Secretaria na Câmara Municipal de Barra do Bugres-MT.

O Presidente da Mesa Diretora no uso de suas atribuições legais que lhe são permitidos pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a partir do dia 30/11/2017 a Sra. **Fátima da Penha Oliveira Fontes**, portadora do RG nº 1250774-1- SSP/MT e do CPF 701.864.841-34, do cargo comissionado de Auxiliar de Secretaria na Câmara Municipal de Barra do Bugres-MT, nomeada pela Portaria nº 013, 20/03/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

“REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE”.

Jonas Manoel de Souza

Presidente

Registrado nesta Secretaria e publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso: https://diariomunicipal.org/mt/amm .

Câmara Municipal de Barra do Bugres, 30 de novembro de 2017.

Rute Néri Barbosa

Secretária Geral

Portaria nº012/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO
RESOLUÇÃO N.° 026/CMDCA/2017

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DO 2º SUPLENTE DO PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE GESTÃO 2016/2019 CONFORME EDITAL Nº 028/CMDCA/2015 DO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES ESTADO DE MATO GROSSO.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA de Barra do Bugres – MT, no uso de suas atribuições legais com base no seu Regimento Interno, Na Lei Municipal n° 841/90, reestruturada pela Lei Municipal n.° 2.019/2012 e na Lei Federal n.° 8.069/90,

CONSIDERANDO: Que o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei Federal 8.069 de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA texto Art. 131).

CONSIDERANDO: Que o conselho Tutelar deverá ser composto por 05 (cinco) membros conforme disposto no Art. 132 na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e Art. 15 da Lei Municipal nº. 1.858/2009.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1°- Convocar o 2° Suplente do Processo de Escolha do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Barra do Bugres, o Senhor **EVANILDO RAMOS DA CRUZ**, que tem como prazo (05) cinco dias úteis a contar da data de publicação desta para apresentar-se perante este conselho.

Paragrafo único. A inobservância do prazo disposto neste artigo será presumida a desistência do candidato e será realizada a convocação do próximo suplente.

Art. 2º- A presente convocação dar-se-á para substituição dos membros titulares afastados pelo motivo de férias conforme Cronograma publicado pela Resolução nº 022/CMDCA/2017.

Art. 3° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, podendo ser revogada as disposições contrarias.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE

_____

SARA PEDRO DA SILVA

Presidente CMDCA

Barra do Bugres - MT

Barra do Bugres-MT, 04 de dezembro de 2017.

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.300/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78.390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

LEI MUNICIPAL Nº 2.300/2017

Dispõe sobre aumento de alíquota para suplementação de dotações orçamentárias.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Egrégia Câmara Municipal aprovou e sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares em mais 3,5% (três e meio por cento) do total das despesas fixadas no orçamento do Município de Barra do Bugres do exercício de 2017, utilizando para esse fim, os recursos previstos no artigo 43 § 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Bugres, MT, aos 30 dias do mês de Novembro do ano de 2017.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

PORTARIA N.º 316/2017

Na publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM, nº 2.866, de 01 de Dezembro de 2017, pagina 86, retifica-se as seguintes informações da Portaria nº 316/2017 do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres:

Onde se lê:

"Dispõe sobre a nomeação da Servidora VÂNIA DA COSTA SACRAMENTO para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 016/2017 - Previ Cáceres".

Leia-se:

"Dispõe sobre a nomeação da Servidora VÂNIA DA COSTA SACRAMENTO para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 017/2017 - Previ Cáceres".

Cáceres-MT, 04 de dezembro de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN Diretora Executiva

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 571 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 43644, de 22 de novembro de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **EVANILDA COSTA DO NASCIMENTO FÉLIX** – Agente de Endemias, para exercer o cargo em Comissão de Gerente do Programa do CTA – Centro de Testagem e Aconselhamento/SAE – Serviço de Assistência Especializada da Secretaria de Saúde, no Municí-

pio de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 21 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de novembro de 2017.

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 27.11.17.

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2017

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO Nº 015/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

CONTRATADO: MAX NET SERVIÇO DE SEGURANÇA ELETRONICA LTDA-ME

OBJETO DE CONTRATAÇÃO: Contratação de empresa especializada em segurança eletrônica para prestação de serviço de sistema de alarme e circuito fechado de TV (CFTV), monitoramento e gerenciamento de equipamento de segurança eletrônica por demanda, a serem disponibilizados nos prédios da autarquia ÁGUAS DO PANTANAL.

VALOR: R$ 3.356,40 (Três mil trezentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos)

PRAZO: 12 MESES

ORGÃO/UNIDADE: 4.18.01

FUNÇÃO PROGRAMATICA: 17.122.1101.2211

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00

FONTE DE RECURSO: 100 - REC ORDINARIOS

Cáceres, 01 de novembro de 2017.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 612 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 44395 de 28 de novembro de 2017,

RESOLVEM:

Art. 1º Acrescentar a carga horária do contrato por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, da senhora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

NOME	CARGO	C.H	PERÍODO	LOCAL	JUSTIFICATIVA
Nivia Gomes da Silva Miguel	Professora Licenciada em Pedagogia	20	28.11.17 a 11.12.17	Escola Municipal Brincando e Aprendendo	Em substituição a Ana Maria Cruz Silva que está de atestado médico.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 30 de novembro de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 30.11.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 611 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 44325, de 27 de novembro de 2017,

R E S O L V E M:

Art. 1º Cria àCâmara Técnica que realizará os estudos e emissão de relatórios pertinentes a **Câmara Técnica de Revisão da Lei do SIM – Sistema de Inspeção Municipal**, e nomeia os servidores e técnicos abaixo relacionados:

Ø ALESSANDRO DE OLIVEIRA SOARES;

Ø ALEXSANDER LEANDRO MARQUES;

Ø ALICE SUMITANI SANTOS;

Ø ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES;

Ø CAROLINA FERRARI MARTINS RODRIGUES;

Ø ELIZENE VARGAS BORGES;

Ø MARCOS CESAR ARRUDA DA SILVA;

Art. 2º A coordenação da Câmara Técnica será exercida pelo Coordenador de Vigilância em Saúde Antônio Carlos de Jesus Mendes.

Parágrafo Único. A Câmara Técnica terá 60 dias de prazo para entrega do relatório final.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de novembro de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 29.11.2017

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA INTERNA Nº 071 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTERINA, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº. 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº.098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº153 de 01 de abril de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a **COMISSÃO PARA REVISÃO E/OU CRIAÇÃO DE INSTRUÇÕES NORMATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** que será composta pelos servidores relacionados abaixo:

REPRESENTANTE DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Nilza Helena Rodrigues Egues

REPRESENTANTE DA COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Glauco Miranda de Araújo

REPRESENTANTE DA MERENDA ESCOLAR

Fernanda Ferreira de Souza

REPRESENTANTE DO TRANSPORTE ESCOLAR

Orisvaldo José da Silva

Art. 2º A Comissão deverá revisar as Instruções Normativas existentes, bem como criar as demais (Merenda e Transporte Escolar), necessárias para o bom andamento das atividades educacionais.

Art. 2º Fica estipulado o prazo de 60 (sessenta) dias para a Comissão apresentar as propostas à Secretária Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria Interna entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura de Cáceres-MT, 29 de novembro de 2017.

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal de Educação Interina

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO REQUERIMENTO DE LICENÇA JUNTO A SEMA

ASSESSORIA MUNICIPAL DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Extrato do Requerimento de Licença Junto a SEMA

Objeto: A Prefeitura Municipal de Cáceres, CNPJ 03.214.145/0001-83, torna público que requereu junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, a dispensa de Licenciamento Ambiental da Obra de Reforma e Adequação do Ginásio Didi Profeta e Estádio Luís Geraldo da Silva (Geraldão).

Cáceres – MT, 04 de dezembro de 2017.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO AO TERMO DE ADESÃO Nº 94/2017 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, comunica a ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 94/2017–ORIUNDA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 55/2016, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT.

Objeto: Registro de Preço para Futura e Eventual aquisição de tubos de concreto armado – pré-moldado.

Contratada: PROSPERA INDUSTRIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME.

CNPJ: 03.880.985/0002-66

VALOR: R$ 626.500,00 (seiscentos e vinte e seis mil e quinhentos reais)

Local e data: Prefeitura de Cáceres-MT, 04 de dezembro de 2017.

VALDECI RODRIGUES DA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 613 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 44347, de 27 de novembro de 2017,

RESOLVEM:

Art. 1º Rescindir, o Contrato Administrativo nº 034/2017 da senhora **ALINY VALESKA DA SILVA MORAIS** – Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Saúde, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de dezembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 30 de novembro de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 30.11.17

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 189 E 190 PE 87.2017- COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada Secretária Municipal de Saúde.

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Objeto: Registros de Preço para futura e eventual aquisição materiais e equipamentos odontológico, visando atender as equipes de Saúde Bucal pertencentes ao município. As quantidades constantes do anexo único são estimativas para o consumo anual nas respectivas unidades de saúde.

PERFIL HOSPITALARES LTDA – CNPJ Nº19.430.036/0001-33, perfazendo um valor de R$130.993,60 (cento e trinta mil, novecentos e noventa e três reais e sessenta centavos)

Item	Especificação do Serviço	Quant.	UND	MARCZA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
2	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA, 2% + 1:80.000, SOLUÇÃO INJETÁVEL – 1,80 ML	10.000	TU	DFL	R$1,60	R$16.000,00
3	MEPIVACAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA, 2% + 1:100.000, 1.80 ML.	5.000	TU	DLA	R$2,10	R$10.500,00
4	MEPIVACAÍNA CLORIDRATO, 3%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 1.80 ML.	5.000	TU	DLA	R$2,10	R$10.500,00
6	AGULHA, GENGIVAL, 30G CURTA, CORPO EM AÇO INÓX SILICONIZADO, BISEL TRIFACETADO, ADAPTÁVEL À SERINGA CARPULE, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	50.000	UN	PROCARE	R$0,28	R$14.000,00
07	AGULHA, GENGIVAL, 30G LONGA, CORPO EM AÇO INÓX SILICONIZADO, BISEL TRIFACETADO, ADAPTÁVEL À SERINGA CARPULE, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	5.000	UN	PROCARE	R$0,28	R$1.400,00
08	IODOFÓRMIO, PÓ OU CRISTAL LUSTROSO AMARELO, ODOR DESAGRADÁVEL, CHI3 (TRIIODOMETANO), 393,73 G/MOL, PUREZA MÍNIMA DE 99%, CAS 75-47-8	40	UN	K-DENT	R$18,00	R$720,00
11	COMPRESSA GAZE, TECIDO 100% ALGODÃO, 9 FIOS/CM2, COR BRANCA, ISENTA DE IMPUREZAS, 8 CAMADAS, 7,50 CM, 7,50 CM, 5 DOBRAS, DESCARTÁVEL	500	PC	MB -TEXTIL	R$10,00	R$5.000,00
17	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, GRANDE, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, RESISTENTE À TRAÇÃO – CAIXA COM 100 UNIDADES	300	CX	MEDIX	R$16,30	R$4.890,00
19	MÁSCARA CIRÚRGICA, NÃO TECIDO,3 CAMADAS, PREGAS HORIZONTAIS, ATÓXICA, COM ELÁSTICO, CLIP NASAL EMBUTIDO, HIPOALERGÊNICA, DESCARTÁVEL. – CAIXA COM 50 UNIDADES	25.000	UN	SS PLUS	R$0,19	R$4.750,00
20	BENZOCAÍNA, 20%, GEL TÓPICO 12G	350	PT	DFL	R$7,90	R$2.765,00
21	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, TRIPLA LINHA DE SELAGEM E INDICADOR DE PROCESSO, 25 CM, 100 M, EM POLIÉSTER C/FILME DE POLIPROPILENO, (PAPEL)70G/M²,(FILME)54 G/M2	50	RL	ZERMATT	R$91,00	R$4.550,00
22	BROCA BAIXA ROTAÇÃO, CONTRA ÂNGULO, AÇO INOXIDÁVEL, GATES, REF. 1, 28 MM	30	UN	MAILLEFER	R$12,00	R$360,00
23	BROCA BAIXA ROTAÇÃO, CONTRA ÂNGULO, AÇO INOXIDÁVEL, GATES, REF. 2, 32 MM	30	UN	MAILLEFER	R$12,00	R$360,00
24	BROCA BAIXA ROTAÇÃO, CONTRA ÂNGULO, AÇO INOXIDÁVEL, ESFÉRICA, CORTE REGULAR, HASTE REGULAR, REF. 6	100	UN	MAILLEFER	R$3,30	R$330,00
25	BROCA BAIXA ROTAÇÃO, CONTRA ÂNGULO, AÇO INOXIDÁVEL, ESFÉRICA, CORTE REGULAR, HASTE REGULAR, REF. 8.	100	UN	MAILLEFER	R$3,70	R$370,00
26	BROCA BAIXA ROTAÇÃO, CONTRA ÂNGULO, AÇO INOXIDÁVEL, HELICOIDAL, LARGO, HASTE LONGA, REF. 2, 28 MM	2	UN	MAILLEFER	R$13,30	R$26,60
32	BROCA ALTA ROTAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, CÔNICA, TOPO EM CHAMA, HASTE REGULAR, CORTE FINO, REF. 1112F	200	UN	FAVA	R$2,10	R$420,00
38	BROCA ALTA ROTAÇÃO, CARBIDE, CÔNICA LONGA, TOPO ARREDONDADO, HASTE REGULAR, ZEKRYA, REF. 151	200	UN	MAILLEFER	R$37,90	R$7.580,00
41	BROCA ALTA ROTAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, ESFÉRICA, HASTE REGULAR, CORTE MÉDIO, 1015	300	UN	FAVA	R$2,20	R$660,00
54	MATRIZ ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL, FITA, ROLO 50CM, 5 MM, DESCARTÁVEL	60	RL	AAF DO BRASIL	R$1,20	R$66,00
55	MATRIZ ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL, FITA, ROLO 50CM, 7 MM, DESCARTÁVEL	40	UN	AAF DO BRASIL	R$1,20	R$48,00
56	ESPELHO BUCAL, AÇO INOXIDÁVEL E ESPELHO, PLANO, Nº 5, ENCAIXE UNIVERSAL, AUTOCLAVÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	1.000	UN	IODONTOSUL	R$2,70	R$2.700,00
57	CUNHA ODONTOLÓGICA, MADEIRA, ANATÔMICA, RESTAURAÇÃO ODONTOLÓGICA, COLORIDA EMBALAGEM COM 100	100	PC	IODONTOSUL	R$12,30	R$1.230,00
60	APLICADOR DESCARTÁVEL – COMO PINCEL PLÁSTICO, MICROBRUSH, CAIXA COM 100 UNIDADES, CONSTANTO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, FABRICANTE E QUANTIDADE	300	CX	FGM	R$13,30	R$3.990,00
66	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, PÓ – 10,00 G	50	FR	MAQUIRA	R$4,76	R$238,00
67	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO, RESTAURAÇÃO, AUTOPOLIMERIZÁVEL, EROSÃO MÁXIMA 0,17 MM, MÁXIMO 5 MIN, CONJUNTO COMPLETO	250	UN	MAQUIRA	R$27,70	R$6.925,00
70	PASTA PROFILÁTICA, PEDRA POMES, LAURIL SULFATO DE SÓDIO, COM FLUOR – 90 GR	100	UN	ALLPLAN	R$6,00	R$600,00
71	ALGODÃO, HIDRÓFILO, EM ROLETE, ALVEJADO, PURIFICADO, ISENTO DE IMPUREZAS, NÃO ESTERIL-EMBALAGEM COM 100 UNID	3.000	PC	SS PLUS	R$1,90	R$5.700,00
72	SELANTE, PARA FÓSSULAS E FISSURAS, FOTOPOLIMERIZÁVEL, COM ÁCIDO, FLÚOR- 1,0 ML	20	UN	MAQUIRA	R$24,00	R$480,00
73	TIRA ABRASIVA - USO ODONTOLÓGICO, AÇO INOXIDÁVEL + ÓXIDO DE ALUMÍNIO, CENTRO NEUTRO, CERCA DE 150 MM, 4 MM, ENVELOPE C/ 12 UNIDADES, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	30	EN	AAF DO BRASIL	R$6,50	R$195,00
77	LENÇOL BORRACHA ODONTOLÓGICO, LÁTEX NATURAL, CERCA DE 14 X 14 CM, ISOLAMENTO ABSOLUTO DO CAMPO OPERATÓRIO, CAIXA C/ 26 FOLHAS	100	CX	MAQUIRA	R$21,60	R$2.160,00
79	FIXADOR RADIOLÓGICO, PARA PROCESSAMENTO MANUAL, SOLUÇÃO AQUOSA PRONTA PARA USO – 475,00 ML	60	FR	CAITHEC	R$11,00	R$660,00
80	REVELADOR RADIOLÓGICO, SOLUÇÃO AQUOSA PRONTA P/ USO, PARA PROCESSAMENTO MANUAL – 475,00 ML	60	FR	CAITHEC	R$11,00	R$660,00
82	RESINA COMPOSTA, FOTOPOLIMERIZÁVEL, HÍBRIDA, PASTOSA – 4,0 GR – COR A1	80	UN	DENTSPLY	R$22,00	R$1.760,00
83	RESINA COMPOSTA, FOTOPOLIMERIZÁVEL, HÍBRIDA, PASTOSA – 4,0 GR – COR A2	80	UN	DENTSPLY	R$22,00	R$1.760,00
84	RESINA COMPOSTA, FOTOPOLIMERIZÁVEL, HÍBRIDA, PASTOSA – 4,0 GR – COR A3	80	UN	DENTSPLY	R$22,00	R$1.760,00
85	RESINA COMPOSTA, FOTOPOLIMERIZÁVEL, HÍBRIDA, PASTOSA – 4,0 GR –COR A3,5	80	UN	DENTSPLY	R$22,00	R$1.760,00
86	RESINA COMPOSTA, FOTOPOLIMERIZÁVEL, HÍBRIDA, PASTOSA – 4,0 GR –COR B3	80	UN	FGM	R$26,00	R$2.080,00

87	RESINA COMPOSTA, FOTOPOLIMERIZÁVEL, HÍBRIDA, PASTOSA – 4,0 GR – COR OA2	80	UN	FGM	R$26,00	R$2.080,00
88	RESINA COMPOSTA, FOTOPOLIMERIZÁVEL, HÍBRIDA, PASTOSA – 4,0 GR –COR OA3	80	UN	FGM	R$26,00	R$2.080,00
94	LIMA USO ODONTOLÓGICO, AÇO INOXIDÁVEL, TIPO KERR, 21 MM, DIGITAL, 1ª SÉRIE/15 A 40, C/ CURSOR, CONJUNTO COMPLETO	100	UN	MAILLEFER	R$15,50	R$1.550,00
97	CONE ENDODÔNTICO, CALIBRADO, GUTA-PERCHA, 2ª SÉRIE, 28 MM, ESTOJO 120 PONTAS, SORTIDA	50	CX	META	R$17,00	R$850,00
98	CONE ENDODÔNTICO, ABSORVENTE, PAPEL, 1ª SÉRIE, 28 MM, ESTOJO 120 PONTAS, SORTIDA, ESTÉRIL	50	CX	META	R$18,90	R$945,00
99	CONE ENDODÔNTICO, ACESSÓRIO, GUTA-PERCHA, M, 28 MM, ESTOJO 120 PONTAS	50	CX	META	R$17,00	R$850,00
103	FORMOCRESOL, FORMALDEÍDO + ORTO-CRESOL, 19% + 35% APROXIMADAMENTE, EM SOLUÇÃO GLICERINADA- 10,00 ML	50	FR	AAF DO BRASIL	R$5,70	R$285,00
107	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, CIMENTO, BASE + CATALISADOR, CONJUNTO COMPLETO	100	UN	TECHNEW	R$24,00	R$2.400,00

SALVI LOPES E CIA LTDA CNPJ Nº82.478.140/0001-34, perfazendo um valor de R$92.282,95 (neventa e dois mil, duzentos e oitenta e dois reais e noventa e cinco centavos)

Item	Especificação do Serviço	Quant.	UND	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
05	HEMOSTÁTICO TÓPICO, CLORETO DE ALUMÍNIO, LÍQUIDO. FRASCO 10ML.	60	FR	BIODINAMICA	R$13,99	R$839,40
10	FILME PARA RADIOGRAFIA- PERIAPICAL ADULTO, 2 por 3 CM, COMPATÍVEL COM PROCESSAMENTO MANUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDÊNCIA DE FABIRICAÇÃO, RECOMENDAÇÕES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	7.500	UN	FOMA	R$0,97	R$7.275,00
13	AGUARRÁS MINERAL, DENSIDADE ENTRE 0,7650 E 0,7980 G/CM3, REFRAÇÃO A 20¿C DE 1,420 A 1,450, LÍQUIDO INCOLOR, LÍMPIDO, QUASE SEM ODOR, HIDROCARBONETOS ALIFÁTICOS DESTILADOS À 151-204¿C, C/BAIXO TEOR DE ENXOFRE, PT.DE FULGOR MÉDIO 45¿C, CAS 8052-41-3	700	LT	TUPI	R$13,35	R$9.345,00
14	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, EXTRAPEQUENO, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, RESISTENTE À TRAÇÃO – CAIXA COM 100 UNIDADES.	1.000	CX	NUGARD	R$14,19	R$14.190,00
15	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, PEQUENO, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, RESISTENTE À TRAÇÃO– CAIXA COM 100 UNIDADES	1.000	CX	NUGARD	R$14,19	R$14.190,00
16	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, MÉDIO, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, RESISTENTE À TRAÇÃO – CAIXAS COM 100 UNIDADES.	1.000	CX	NUGARD	R$14,29	R$14.290,00
18	LUVA CIRÚRGICA, LÁTEX NATURAL, 7,50, ESTÉRIL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, LUBRIFICADA C/ PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL, ANATÔMICO, CONFORME NORMA ABNT C/ ABERTURA ASSÉPTICA	500	PR	MAXITEX	R$ 1,05	R$525,00
28	BROCA ALTA ROTAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, CHAMA, HASTE CURTA, CORTE FINO, REF. 3118F	200	UN	FAVA	R$1,69	R$338,00
29	BROCA ALTA ROTAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, CHAMA, HASTE REGULAR, CORTE EXTRA FINO, REF. 3118FF	200	UN	FAVA	R$1,62	R$324,00
30	BROCA ALTA ROTAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, CÔNICA, TOPO EM CHAMA, HASTE REGULAR, CORTE FINO, REF. 3195F.	200	UN	FAVA	R$1,64	R$328,00
31	BROCA ALTA ROTAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, CILÍNDRICA, TOPO PLANO, HASTE REGULAR, CORTE FINO, REF. 1093F	200	UN	FAVA	R$1,64	R$328,00
33	BROCA ALTA ROTAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, CÔNICA, TOPO EM CHAMA, HASTE REGULAR, CORTE FINO, REF. 1190F	200	UN	FAVA	R$1,64	R$328,00
34	BROCA ALTA ROTAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, TRONCO CÔNICA, TOPO ARREDONDADO, HASTE REGULAR, CORTE FINO, REF. 2135F	200	UN	FAVA	R$1,63	R$326,00
35	BROCA ALTA ROTAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, CÔNICA, TOPO EM CHAMA, HASTE REGULAR, CORTE EXTRA FINO, REF. 1112FF	200	UN	FAVA	R$1,64	R$328,00
36	BROCA BAIXA ROTAÇÃO, CONTRA ÂNGULO, AÇO INOXIDÁVEL, ESFÉRICA, CORTE REGULAR, HASTE REGULAR, REF. 4	200	UN	JOTA	R$3,39	R$678,00
37	BROCA ALTA ROTAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, ESFÉRICA, HASTE LONGA, CIRÚRGICA, 1011	200	UN	FAVA	R$1,64	R$328,00
39	BROCA ALTA ROTAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, ESFÉRICA, HASTE REGULAR, CORTE MÉDIO, 1012	300	UN	FAVA	R$1,62	R$486,00
40	BROCA ALTA ROTAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, ESFÉRICA, HASTE REGULAR, CORTE MÉDIO, 1014	300	UN	FAVA	R$2,34	R$702,00
42	BROCA ALTA ROTAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, ESFÉRICA, HASTE LONGA, CIRÚRGICA, 1014	300	UN	FAVA	R$1,69	R$507,00
43	BROCA ALTA ROTAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, ESFÉRICA, HASTE LONGA, CIRÚRGICA, 1016	300	UN	FAVA	R$1,79	R$537,00
44	BROCA ALTA ROTAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, ESFÉRICA, HASTE REGULAR, CORTE MÉDIO, 1016	300	UN	FAVA	R$1,62	R$486,00
45	BROCA ALTA ROTAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL, CÔNICA, MULTILAMINADA, 24 LÂMINAS	100	UN	FAVA	R$15,88	R$1.588,00
46	BROCA ALTA ROTAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, ESFÉRICA, HASTE REGULAR, CORTE GROSSO, 1016	300	UN	FAVA	R$1,62	R$486,00
47	BROCA ALTA ROTAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, CILÍNDRICA, HASTE REGULAR, CORTE MÉDIO, 1093	300	UN	FAVA	R$1,64	R$492,00
48	BROCA ALTA ROTAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, CONE INVERTIDO, HASTE REGULAR, CORTE MÉDIO, 1035	300	UN	FAVA	R$1,64	R$492,00
49	BROCA ALTA ROTAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, CONE INVERTIDO, HASTE REGULAR, CORTE MÉDIO, 1034	300	UN	FAVA	R$1,64	R$492,00
50	BROCA ALTA ROTAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, CILÍNDRICA, HASTE REGULAR, CORTE MÉDIO, 1091	300	UN	FAVA	R$1,62	R$486,00
51	BROCA ALTA ROTAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, CILÍNDRICA, HASTE REGULAR, CORTE MÉDIO, 1092	300	UN	FAVA	R$1,64	R$492,00

52	BROCA ALTA ROTAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, CÔNICA, TOPO EM CHAMA, HASTE REGULAR, CORTE FINO, 2200	300	UN	FAVA	R$1,64	R$492,00
53	ABAIXADOR LÍNGUA, MADEIRA, DESCARTÁVEL, 14 CM, TIPO ESPÁTULA, 1,50 CM, 2 MM-PACOTE COM 100 UNIDADES.	100	PC	THEOTO	R$4,19	R$419,00
58	FLUORETO DE SÓDIO, 2%, GEL TIXOTRÓPICO, NEUTRO COM 200ML.	100	UN	IODONTOSUL	R$3,49	R$349,00
59	TOUCA DESCARTÁVEL, USO HOSPITALAR, NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, COM ELÁSTICO EM TODA VOLTA, SEM COR, CERCA DE 30 G/M2, UNICO, DESCARTÁVEL, HI-POALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX. EMBALAGEM COM 100	250	PC	ANADONA	R$6,39	R$1.597,50
61	SUGADOR, PVC, SALIVA, C/ ARAME, PACOTE C/ 40 UNIDADES, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	700	PC	SSPLUS	R$5,09	R$3.563,00
62	PONTA MONTADA, SILICONE, TAÇA, BRANCA, PROFILAXIA, FLEXÍVEL, CONTRA ÂNGULO	50	UN	PREVENTE	R$1,17	R$58,50
63	MATRIZ ODONTOLÓGICA, POLIÉSTER, PRÉ-CORTADA, FITA, ENVELOPE 50 FOLHAS DE 10CM, 10 MM, DESCARTÁVEL	50	PC	PREVENTE	R$1,34	R$67,00
64	TIRA ABRASIVA - USO ODONTOLÓGICO, POLIÉSTER + ÓXIDO DE ALUMÍNIO, CENTRO NEUTRO, CERCA DE 170 MM, CERCA DE 4 MM, DESCARTÁVEL- EMBALAGEM COM 150 TIRAS	100	CX	PREVENTE	R$8,39	R$839,00
65	ESCOVA DE ROBSON, TAÇA, CONTRA-ÂNGULO, BRANCA	200	UN	PREVENTE	R$1,17	R$234,00
69	PASTA ABRASIVA, GRÃOS, 2 A 4 MICRONS, POLIMENTO FINAL DE PORCELANA E RESINA, DIAMANTADA	30	UN	MAQUIRA	R$15,74	R$472,20
75	ADESIVO DENTAL, FOTOPOLIMERIZÁVEL, MONOCOMPONENTE – FRASCO 5,0 ML.	200	FR	MAQUIRA	R$20,94	R$4.188,00
81	LUBRIFICANTE ODONTOLÓGICO, ÓLEO MINERAL, SPRAY COM ADAPTADOR, CANETA DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO, SEM CFC	40	UN	MAQUIRA	R$16,29	R$651,60
91	LIMA USO ODONTOLÓGICO, AÇO INOXIDÁVEL, TIPO KERR FLEXÍVEL, 25 MM, DIGITAL, Nº 08, C/ CURSOR	100	UN	ANGLUSPRIMA	R$14,39	R$1.439,00
93	LIMA USO ODONTOLÓGICO, AÇO INOXIDÁVEL, TIPO KERR FLEXÍVEL, 21 MM, DIGITAL, Nº 10, C/ CURSOR	100	UN	ANGLUSPRIMA	R$14,99	R$1.499,00
95	LIMA USO ODONTOLÓGICO, AÇO INOXIDÁVEL, TIPO KERR, 25 MM, DIGITAL, 1ª SÉRIE/15 A 40, C/ CURSOR, CONJUNTO COMPLETO	100	UN	ANGLUSPRIMA	R$24,99	R$2.499,00
96	CONE ENDODÔNTICO, CALIBRADO, GUTA-PERCHA, 1ª SÉRIE, 28 MM, ESTOJO 120 PONTAS, SORTIDA	50	CX	DIADENT	R$19,89	R$994,50
100	CONE ENDODÔNTICO, ACESSÓRIO, GUTA-PERCHA, PM (FM), 28 MM, ESTOJO 120 PONTAS	50	CX	DIADENT	R$18,59	R$929,50
101	LAMPARINA USO ODONTOLÓGICO, AÇO INOXIDÁVEL, ÁLCOOL, COM TAMPA, PEQUENO	15	UN	CASSIFLEX	R$32,99	R$494,85
102	EDTA, DISSÓDICO, 17%, SOLUÇÃO INTRACANAL – FRASCO DE 20 ML	20	FR	IODONTOSUL	R$6,77	R$135,40
106	AVENTAL DESCARTÁVEL USO HOSPITALAR, 30 G/M2, MANGA LONGA, PUNHO COM ELÁSTICO, BRANCA, TAMANHO UNICO, TNT 100% POLIPROPILENO.	50	UN	ANADONA	R$3,09	R$154,50

Valor Total do Processo R$ 223.276,55 **(duzentos e vinte e três mil, duzentos e setenta seis reais e cinquenta e cinco centavos)**

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 04 de dezembro 2017.

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

PREVICAMP
PORTARIA N. 22/2017

PORTARIA N.º 022/2017

"Dispõe sobre a retificação da portaria 066/2013, que concedeu o Benefício de ***Pensão Por Morte*** *ao Sr.* ***José Caetano dos Anjos Filho*** em decorrência do falecimento da servidora ***Sra. Rita da Silva dos Anjos****."*

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando os termos do Art. 40, parágrafo 7º, inciso II da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com Art 7º, inciso I, 28, inciso I e 27, inciso II da Lei Municipal n. º 653 de 18 de fevereiro de 2004, que "Dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Campinápolis/MT e, dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **Pensão Por Morte**, em decorrência do falecimento da servidora Sra. **Rita da Silva dos Anjos,** brasileira**,** portadora do RG n.º0047363-4, SSP/MT e CPF n.º 567.181.791-91**,** servidora ativa, lotada no **PREVI-CAMP**, com proventos Integrais, rateados da seguinte forma: em favor do **Sr. José Caetano dos Anjos Filho**, viúvo, portador do RG n.º 395803-2.A– DGPC/GO e do CPF n.º 632.371.051-04, residente e domiciliado neste município, cônjuge da *"de cujus"*, o equivalente a 100% (cem por cento), conforme processo administrativo do **PREVI-CAMP**, n.º **2013.07.00002P**, a partir de 07/11/2012 data do seu falecimento, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

CAMPINÁPOLIS - MT, 04 de dezembro de 2017.

JEOVAN FARIA Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 031/2017

Autuado: Aparecida da Silva **CPF:** 652.465.861-20

Endereço: rua Andorinha, quadra 360, lote 06 **Bairro:** Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT **CEP:** 78360-000

Aos dezesseis dias do mês novembro do ano dois mil e dezessete, às 14h 31min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 283/2017 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo e pela reincidência da infração, conforme artigo 12, parágrafo 1º da Lei Municipal nº 1548/2013, fica o proprietário autuado em 10 (dez) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

_____

_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

_____

Nome e assinatura do Responsável

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

Termo de Fomento nº 009/2017

Inexigibilidade de chamamento público 012/2017

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Novo do Parecis- APAE.

Objeto: O objeto do presente Fomento tem por finalidade firmar parceria por interesse público com entidade da sociedade civil que ofereça atendimento a pessoa portadora de deficiência intelectual e múltipla, na área de educação, saúde e assistência, de acordo com as especificações constantes no Plano de Trabalho (anexo I), as quais a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - APAE se declara em condições de prestar o serviço, em estrita observância com o indicado nas especificações, na modalidade TERMO DE FOMENTO.

Dotações Orçamentárias:

09. Secretaria Municipal de Educação

09.002. Fundo Municipal de Educação

12. Educação

367. Educação Especial

0005. EDUCAÇÃO PARECIS

2083. Apoio a Entidade

3.3.50.43.00.00. Subvenções Sociais

Reduzido: 541

Fonte: 10.000 Recursos Livres – Sem Destinação de Recursos

Valor: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA repassará à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - APAE, um fomento no montante de R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), que será desembolsado em 01 (uma) única parcela mensal a cargo da Secretaria de Educação;

Vigência: 30 (Trinta Dias)

Data: 01/12/2017

Procedimento Licitatório: Inexigibilidade de Chamamento Público Nº 012/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 041/2017

Autuado: Márcio Antônio de Souza Silva **CPF:** 029.638.261-25

Endereço: rua Sabiá, quadra 417A, lote 23 **Bairro:** Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT **CEP:** 78360-000

Aos vinte e nove dias do mês novembro do ano dois mil e dezessete, às 07h 33min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 312/2017 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°. 1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo, fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

_____

_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

_____

Nome e assinatura do Responsável

AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 038/2017

AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 038/2017

Autuado: Luana Mara Lourenço Silva Souza **CPF:** 025.730.261-16

Endereço: rua Sabiá, quadra 416A, lote 13 **Bairro:** Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT **CEP:** 78360-000

Aos dezesseis dias do mês novembro do ano dois mil e dezessete, às 13h 45min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 304/2017 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo, fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

_____

_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

_____

Nome e assinatura do Responsável

AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 036/2017

Autuado: Ana Maria da Silva **CPF:** 097.452.134-54

Endereço: rua Projetada, 135, quadra 416A, lote 02 **Bairro:** Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT **CEP:** 78360-000

Aos dezesseis dias do mês novembro do ano dois mil e dezessete, às 13h 35min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 301/2017 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo, fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

_____

_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

_____

Nome e assinatura do Responsável

AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 035/2017

Autuado: Genival de Almeida **CPF:** 013.317.865-09

Endereço: rua Araponga, quadra 404, lote 01B **Bairro:** Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT **CEP:** 78360-000

Aos dezesseis dias do mês novembro do ano dois mil e dezessete, às 13h 30min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 291/2017 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo e pela reincidência da infração, conforme artigo 12, parágrafo 1º da Lei Municipal nº 1548/2013, fica o proprietário autuado em 10 (dez) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

_____

_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

_____

Nome e assinatura do Responsável

AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 027/2017

Autuado: Maria José Gomes **CPF:** 460.489.011-00

Endereço: av. Amazonas, quadra 383, lote 03 **Bairro:** Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT **CEP:** 78360-000

Aos dezesseis dias do mês novembro do ano dois mil e dezessete, às 13h 59min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 288/2017 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo, fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

_____

_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

_____

Nome e assinatura do Responsável

AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 032/2017

Autuado: Claudio Arla Ribeiro - Olcio Afonso de Oliveira **CPF:** 983.188. 101-04

Endereço: rua Beija Flor , quadra 365, lote 12 **Bairro:** Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT **CEP:** 78360-000

Aos dezesseis dias do mês novembro do ano dois mil e dezessete, às 13h 10min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 259/2017 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo e pela reincidência da infração, conforme artigo 12, parágrafo 1º da Lei Municipal nº 1548/2013, fica o proprietário autuado em 10 (dez) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

_____

_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

_____

Nome e assinatura do Responsável

AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 030/2017

Autuado: Magi Nafez Bazi Gomes **CPF:** 569.429.821-72

Endereço: av. Amazonas, quadra 359, lote 03 **Bairro:** Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT **CEP:** 78360-000

Aos dezesseis dias do mês novembro do ano dois mil e dezessete, às 14h 04min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 281/2017 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo e pela reincidência da infração, conforme artigo 12, parágrafo 1º da Lei Municipal nº 1548/2013, fica o proprietário autuado em 10 (dez) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

_____

_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

_____

Nome e assinatura do Responsável

AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 029/2017

Autuado: Antônio Souza de Santana **CPF:** 938.736.971-49

Endereço: rua Rouxinol, quadra 357, lote 01 **Bairro:** Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT **CEP:** 78360-000

Aos dezessete dias do mês novembro do ano dois mil e dezessete, às 15h 17min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 269/2017 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo

Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo e pela reincidência da infração, conforme artigo 12, parágrafo 1º da Lei Municipal nº 1548/2013, fica o proprietário autuado em 10 (dez) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

_____

_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

_____

Nome e assinatura do Responsável

AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 040/2017

Autuado: Maria Zilda Rodrigues Alves **CPF:** 482.062.881-04

Endereço: rua Araponga, quadra 417B, lote 04 **Bairro:** Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT **CEP:** 78360-000

Aos dezesseis dias do mês novembro do ano dois mil e dezessete, às 14h 45min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 316/2017 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo, fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

_____

_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

_____

Nome e assinatura do Responsável

PORTARIA Nº 1.083, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município;

Considerando a Instrução Normativa nº 14/2009, Versão 03, do Sistema de Controle Interno;

Considerando a Lei Municipal nº 1.213, de 05 de dezembro de 2007;

Considerando a Resolução Normativa nº 15/2017 do TCE/MT;

Considerando o Decreto Executivo nº 101/2017 de 21 deagosto de 2017;

RESOLVE:

1. ALTERAR, a Portaria nº 971 de 04 de outubro de 2017 que autoriza o servidor **EDUARDO GONÇALVES MACHADO,** a conduzir os veículos da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis pertencentes a sua secretaria e que sejam compatíveis com a categoria de sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH), bem como observando o vencimento da mesma. **2.** O servidor devera observar as normas do Decreto 101/2017. **3.** O servidor/condutor que esta autorizado a conduzir encontra-se relacionado abaixo, com a devida categoria de sua CNH descrita:

Nome do Condutor(a)	CNH	CPF
EDUARDO GONÇALVES MACHADO	AE	867.554.391-34

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 04 dias do mês de dezembro de 2017.

***RAFAEL MACHADO* Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 025/2017

Autuado: Iolanda Souza Gama **CPF:** 316.298.811-04

Endereço: av. Maranhão, quadra 341, lote 03 **Bairro:** Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT **CEP:** 78360-000

Aos dezesseis dias do mês novembro do ano dois mil e dezessete, às 13h 05min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 258/2017 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo e pela reincidência da infração, conforme artigo 12, parágrafo 1º da Lei Municipal nº 1548/2013, fica o proprietário autuado em 10 (dez) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

_____

_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

_____

Nome e assinatura do Responsável

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 094/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: AABB- ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Objeto: Construção de bueiro simples de concreto celular (galeria) no assentamento Santo Antônio da Fartura.

Valor: 55.979,14 (cinqüenta e cinco mil novecentos e setenta e nove reais e quatro centavos).

Vigência: Até 13 de Dezembro de 2018.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 131/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM TRATOR ESTEIRA - LAMINA FRONTAL**, na modalidade pregão (presencial) **n° 131/2017** a se realizar no dia **18/12/2017, as 8hr30-min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail com-

pras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 04 de dezembro de 2017.

Leila Gubert

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 090/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: E. C. ZOCANTE E CIA LTDA.

Objeto: Contratação de serviço de locação implantação de softwares integrados de gestão de saúde pública.

Valor: 80.000,00 (oitenta mil reais);

Vigência: Até 09 de novembro de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 091/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO SANTO ANTONIO DA FARTURA – COOPERSAF

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, para atendimento do programa Nacional de alimentação escolar/PNAE.

Valor: 167.192,50 (cento e sessenta e sete mil cento e noventa e dois reais e cinqüenta centavos).

Vigência: Até 10 de maio de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 092/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: ATAME ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO, CURSOS E PÓS - GRADUAÇÃO LTDA-EPP

Objeto: Executar serviços técnicos especializados na realização do processo seletivo.

Valor: 29.500,00 (vinte nove mil quinhentos reais).

Vigência: Até 08 de Fevereiro de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 086/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: SOMAR ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA-ME

Objeto: Contratação de empresa especializada em Consultoria Técnica da Metodologia Cerne, a fim de atender as necessidades da Incubadora sucesso.

Valor: 51.480,00 (cinqüenta e um mil quatrocentos e oitenta reais).

Vigência: Até 30 de novembro de 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 087/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: ESPORTE CLUBE JUVENTUDE.

Objeto: Locação do imóvel para realização do "3 MOSTRA DE PROJETOS".

Valor: 10.000,00 (dez mil reais)

Vigência: Até 07 de janeiro de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 088/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: AABB- ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Objeto: Construção de barracão pré-moldado no Bairro Santa Rosa para a criação do centro multiuso.

Valor: 54.191,12 (cinquenta e quatro mil, cento e noventa e um reais e doze centavos).

Vigência: Até 06 de janeiro de 2018.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

AVISO DO PREGÃO Nº 133/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE POLPA DE FRUTAS,** na modalidade pregão (presencial) nº **133/2017**, no dia **19 de DEZEMBRO de 2017, às 08:30 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde, 04 de dezembro de 2017.

Ana Carolina S. Braga Blume

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 089/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: TECTRAN- TÉCNICOS EM TRANSPORTE LTDA.

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engelharia visando a elaboração de estudo técnico para melhoria das condições de operação de serviços de transporte público.

Valor: 55.000,00 (cinqüenta e cinco mil reais).

Vigência: Até 07 de dezembro de 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 096/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: COPLAN – CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EIRELI EPP

Objeto: Contratação de serviço de locação e uso de licenças para módulos de sistema de gestão de recursos públicos integrados.

Valor: 262.125,48 (duzentos e sessenta e dois mil cento e vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos).

Vigência: Até 31 de Outubro de 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 097/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: FILGUEIRA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA ME

Objeto: Contratação de serviço de sinalização viária horizontal.

Valor: 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

Vigência: Até 31 de Dezembro de 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 093/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: FERNANDES CESAR FACIO E CIA LTDA-EPP

Objeto: Construção da cobertura e faixas de circulação do centro educacional Paulo Freire.

Valor: 30.000,00 (trinta mil reais).

Vigência: Até 11 de Fevereiro de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 098/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: ESPORTE CLUBE JUVENTUDE.

Objeto: Locação do imóvel para realização do "Concerto serie Araguaia da Orquestra Sinfônica de Campo Verde".

Valor: 5.000,00 (cinco mil reais);

Vigência: Até 22 de Janeiro de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 099/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Objeto: Conjunto de serviços de cobrança bancária.

Valor: 10.000,00 (dez mil reais).

Vigência: Até 27 de Novembro de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 095/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: SALIM ESFILHARIA E LANCHONETE EIRELI-ME

Objeto: Concessão onerosa de uso para exploração comercial de espaço público - quiosque 05 Praça João Paulo II.

Valor: 868,50 (oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos) mensais.

Vigência: Até 16 de Novembro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

TERMO DE POSSE Nº. 064/2017

TERMO DE POSSE Nº. 064/2017

Na sede da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, situada na Avenida Valdir Masutti, n°. 776W – Bom Jardim, apresentou-se o(a) Sr.(a) **LETICIA SOUZA MACHADO** brasileiro(a), candidato(a) aprovado(a) no Processo Seletivo 001/2017 desta Prefeitura, portador(a) do RG nº. 28381378 SESP/MT e CPF sob nº. 07823692198, residente e domiciliado(a) neste município, nomeado(a) pela Portaria nº. 426/2017 de 01/11/2017 no Departamento de Recursos Humanos, para tomar posse no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** sob Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº. 148/2001 de 19/04/2001, e suas alterações, aprovado pelo Legislativo, e sancionando pelo Executivo Municipal, assim comprometendo-se a desempenhar todos os seus deveres funcionais.

Termo que assina e declara no presente, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo e, nos termos do Edital de nº. 001/2017 de 08/05/2017 do Processo Seletivo, homologado pelo Decreto nº. 065/2017 de 20/07/2017 e convocado pelo Edital de nº 047/2017 de 07/11//2017, declara e se compromete ainda a entregar os documentos abaixo relacionados, bem como a comprovar os seguintes requisitos:

Apresentar cópia da cédula de identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

Comprovar ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

Apresentar cópia da certidão de casamento ou nascimento;

Apresentar cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

Apresentar cópia da carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

Apresentar cópia do cartão de identificação do contribuinte (CPF);

Apresentar cópia do cartão do PIS/PASEP;

Apresentar cópia do comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

Apresentar cópia do título de eleitor;

Apresentar certidão negativa fornecida pelo cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

Apresentar certidão negativa de débitos para com o município de posse;

Apresentar atestado de saúde física e mental (Pré-Admissional) expedido pela junta médica oficial do município;

Apresentar duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

Apresentar cópia do registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

Apresentar cópia da certidão de reservista, se do sexo masculino;

Apresentar cópia do comprovante de escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorreu, devidamente registrado pelo MEC;

Apresentar declaração contendo endereço residencial;

Apresentar declaração negativa de acúmulo de cargo público;

Apresentar declaração de bens;

Apresentar declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

A investidura no cargo/função fica consignada no presente Termo e, nada mais havendo o que contar, assino-o em duas vias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete.

JOSE ODIL DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

LETICIA SOUZA MACHADO

EMPOSSADO (A)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL "SRP" Nº 44/2017

O Pregoeiro Oficial da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO - MT**, nomeado pelo Decreto Municipal nº 067/2017, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Presencial "SRP" nº 44/2017, do tipo menor preço por item, com abertura no dia 04/12/2017, às 08h00, horário local, com a finalidade de **REGISTRAR**

PREÇOS PARA AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA ATENDENDO A DEMANDA DO DAE, sendo declarada vencedora do certame a licitante INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA, CNPJ/MF nº 10.717.170/0001-45, vencedora dos item (01), com valor total de R$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais).

Campos de Júlio - MT, 04 de dezembro de 2017.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 74/2017.

DA ESPÉCIE: Execução de obras.

DO OBJETO: Pavimentação asfáltica, drenagem superficial, calçamento e sinalização de vias urbanas. Bairro Vida Nova.

DO PRAZO DE ENTREGA ADITADO: até 06/06/2018.

DO PRAZO DE VIGENCIA ADITADO: até 06/08/2018

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / Contratante, e e V.L. MORETTO & CIA LTDA, CNPJ/MF Nº 04.746.603/0001-98 CONTRATADA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 065/2016.

DO OBJETO: Alterar CLÁUSULA V – DOS PRAZOS do contrato original.

DA VIGENCIA CONTRATUAL: Aditada até 05 de Abril de 2018.

DO PRAZO DE ENTREGA DA OBRA: Aditada até 03 de Março de 2018

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA– Prefeito Municipal / CONTRATANTE e SERVAM – SERVIÇOS AMAZONIA LTDA CNPJ. 05.976.135/0001-00 / CONTRATADA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 772/2017

LEI N. 772/2017, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

INSTITUI A COBRANÇA DE TAXA DE SERVIÇOS SOBRE ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1°. Fica a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Agricultura - SEMAA, autorizada a cobrar pelos serviços de análise, inspeção e vistoria, para fins de licenciamento, dos estabelecimentos e atividades que utilizem recursos ambientais, observados os parâmetros definidos nos Anexos **I** a **VII** desta lei.

Parágrafo único. A arrecadação advinda dos serviços cobrados por esta lei constituirá Receita do Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMA, que reverter-se-á em ações, programas, projetos, atividades e equipamentos necessários à execução da Política Municipal do Meio Ambiente.

Art. 2°. É sujeito passivo de recolhimento desta taxa todo aquele que exerça as atividades constantes do Anexo único da Resolução CONSEMA n. 85/2014 ou outra que sucedê-la.

Art. 3°. A Taxa é devida por atividade licenciável pelo município no ato de protocolo do devido processo administrativo de licenciamento ambiental municipal e os seus valores são os fixados nos Anexos **II**, **III** e **V** desta Lei, sendo que o anexo **V** é especifico para atividades Agrossilvipastoril.

Art. 4º. A SEMAA estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença ambiental, observado o cronograma apresentado pelo empreendedor e os seguintes limites:

I – Licença Prévia: mínimo de 3 (três) anos e máximo de 4 (quatro) anos;

II – Licença de Instalação: mínimo de 3 (três) anos e máximo de 5 (cinco) anos;

III – Licença de Operação: mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

IV – Licença de Operação Provisória: máximo de 3 (três) anos.

Art. 5º. Fica isenta do pagamento de licenciamento ambiental a implantação de obras públicas municipais e unidades de saúde da rede pública ou filantrópicas.

Art. 6º. Fica assegurado o desconto de 30% (trinta por cento) sobre as taxas de renovação de licença de operação dos empreendimentos que atenda, a pelo menos, um dos itens abaixo:

I – utilizem resíduos para reciclagem;

II – utilizem resíduos para geração de energia;

III – reaproveitem a água utilizada;

IV – disponham de certificação por órgão credenciado em qualidade ambiental, nos termos do regulamento;

V – implementem plano de gerenciamento de resíduos sólidos;

VI – sejam de responsabilidade direta de Prefeituras, órgãos do Governo Estadual, órgãos do Governo Federal, Organização não Governamental - ONG e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

§ 1º. Os descontos não serão cumulativos.

§ 2º A comprovação da existência dos itens de que trata o *caput* será feitas na ocasião das vistorias.

§ 3º O empreendedor é responsável pela manutenção do item pelo qual recebeu o benefício no decorrer do funcionamento de sua atividade. A constatação do não funcionamento de qualquer dos itens pelo qual foi beneficiado ensejará emissão compulsória de boleto com os valores referentes ao benefício sem prejuízo das sanções penais e administrativas pelo fornecimento de informações não comprováveis.

Art. 7º. Fica assegurado o desconto de 50% (cinqüenta por cento) sobre a taxa de renovação de Licença Prévia - LP e de Licença de Instalação – LI quando o requerimento de renovação for realizado no mínimo 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento da licença em vigor.

Parágrafo único. Nas hipóteses em que o prazo de validade da Licença de Operação - LO seja superior a 03 (três) anos, o empreendedor deverá recolher, anualmente, 10% (dez por cento) do valor em UFCN da referida licença, a título de pagamento pelos serviços de fiscalização e monitoramento.

Art. 8º. Fica a SEMAA autorizada a cobrar pelo ingresso, uso do espaço físico e utilização de imagens de unidades de conservação e jardins zoobotânicos, sendo a importância arrecadada revertida para a manutenção das respectivas áreas, nos seguintes termos:

I - ingresso: até 10% (dez por cento) de 1 (uma) UFCN;

II - uso do espaço físico: de 8 a 120 UFCN;

III - utilização de imagens: de 8 a 65 UFCN.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte-MT, 04 de Dezembro de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ANEXO I

PARÂMETROS PARA CLASSIFICAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS SEGUNDO O PORTE

(CLASSIFICAÇÃO GENÉRICA)

Porte do Empreendimento	Parâmetros de Avaliação			
	Área Construída (m2)	Investimento total (em UFCN)	Número de Empregados	Transportadoras (Número de veículos).
Mínimo	Até 500 e pequenos produtores	Até 1.000	Até 10	1 a 3
Pequeno	De 501 a 2.000	De 1.001 até 4.750	De 11 a 30	4 a 10
Médio	De 2.001 a 10.000	De 4.751 até 18.975	De 31 a 200	11 a 50
Grande	De 10.001 a 40.000	De 18.976 até 47.435	De 201 a 1.000	De 51 a 100
Excepcional	Acima de 40.001	Acima de 47.435	Acima de 1.000	Acima de 100

* O empreendimento será classificado em função do parâmetro de avaliação que estabeleça o maior porte.

ANEXO II

PREÇO PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇA (UFCN)

(CLASSIFICAÇÃO GENÉRICA)

Porte do Empreendimento	**Mínimo**			**Pequeno**			**Médio**			**Grande**			**Excepcional**		
Nível de Poluição e/ou Degradação	**B**	**M**	**A**	**B**	**M**	**A**	**B**	**M**	**A**	**B**	**M**	**A**	**B**	**M**	**A**
Licença Prévia (LP)	**1**	**2**	**4**	**6**	**12**	**23**	**34**	**50**	**80**	**102**	**113**	**144**	**164**	**204**	**258**
Licença de Instalação (LI)	**7**	**9**	**10**	**19**	**32**	**54**	**76**	**106**	**168**	**213**	**234**	**295**	**336**	**415**	**525**
Licença de Operação (LO) e Licença de Operação Provisória (LOP)	**4**	**6**	**7**	**10**	**16**	**27**	**38**	**54**	**84**	**106**	**117**	**148**	**168**	**208**	**262**

* Legenda: B = baixo, M = Médio e A = Alto.

* Para efeitos desta lei, os Anexos **I** e **II** serão aplicados aos empreendimentos que não constam das classificações específicas, definidas nos Anexos **III** e **VII**.

ANEXO III

CLASSIFICAÇÕES ESPECÍFICAS

Deverão ser aplicadas as seguintes fórmulas para o cálculo do valor da prestação de serviços de licenciamento e autorizações, independente do potencial poluidor, para atividades classificadas como:

a) Extração de Minerais;

b) Obras Civis e Infraestrutura;

a) Extração de Minerais:

a.1 - Jazidas de empréstimo para obras civis públicas. O cálculo do preço para análise do pedido de licenças, em cada uma de suas fases, será feito de acordo com a área requerida (DNPM). O preço da licença será calculado pela seguinte fórmula:

Pr (UPF) = 0,8 x {25,0 + (0,5 x Areq)}

* Pr = preço das licenças em UPF-MT;
* Areq = área utilizada pela exploração.

b) Obras Civis e Infraestrutura:

b. 1 – Condomínios residenciais e comerciais, e conjuntos habitacionais.

Pr (UPF) = 0,8 x {30,0 + (At + Nº unid)/3}

* Pr = preço das licenças em UPF-MT;
* At = área total do terreno em hectare;
* Nº unid = número de unidades (apartamentos, salas comerciais ou casas).

b.2 - Loteamentos para fins residenciais, comerciais, rurais e sítios de lazer.

Pr = 0,8 x {24,0 + (0,5 x At)}

* Pr = preço das licenças em UPF-MT;
* At = área total a ser loteada em hectare.

b.3 – Construção, restauração e manutenção de estradas municipais e drenagem de águas pluviais:

Pr (UPF) = 0,8 x (30,0 + Ex + Adesm)

* Pr = preço das licenças em UPFMT;
* Ex = extensão (km);
* Adesm = área a ser desmatada (hectare).

b.4 - Canalização de cursos d'água em área urbana.

Pr (UPF) = 0,8 x (30,0 + Ex)
* Pr = preço das licenças em UPFMT;
* Ex = extensão em (km).

REGRA GERAL

Para efeito de cálculo das licenças, multiplica-se ao valor calculado pelo o fator de correção de 1,0 para Licença Prévia - LP, de 1,50 para Licença de Instalação - LI e de 1,25 para Licença de Operação – LO e Licença de Operação Provisória – LOP.

ANEXO IV

Classificação de Atividades Agrossilvipastoril

1 - Os empreendimentos e atividades agrossilvipastoril, modificadoras do meio ambiente são enquadradas em seis **classes** que conjugam o porte e o potencial poluidor ou degradador do meio ambiente (1,2,3,4,5 e 6), conforme a Tabela A-1 abaixo:

		Potencial poluidor/degradador		
		B	M	A
Porte do Empreendimento	P	1	1	3
	M	2	3	5
	G	4	5	6

Tabela A-1: Determinação da classe do empreendimento a partir do potencial poluidor da atividade e do porte.

2 - O potencial poluidor/degradador da atividade é considerado baixo (B), médio (M) ou alto (A), em função das características intrínsecas da atividade, conforme a listagem do Anexo Único da Resolução CONSEMA nº 85/2014, ou outra que vier a substituí-la.

3 - O porte da atividade, por sua vez, é considerado pequeno (P), médio (M) ou Grande (G), conforme os limites fixados na listagem Agrossilvipastoril do ANEXO VI.

4 – Para a atividade Agrossilvipastoril que não tiver sido relacionada no Anexo VI, para fins da definição de porte e preço das licenças ambientais, deverá ser enquadrada conforme critérios definidos nos Anexos **I** e **II**.

ANEXO V

PREÇO PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇA DE ATIVIDADE AGROSSILVIPASTORIL (UFCN)

TIPO/CLASSE	1	2	3	4	5	6
LICENÇA PRÉVIA - LP	17	19	32	42	59	101
LICENÇA INSTALAÇÃO - LI	14	15	26	33	45	74
LICENÇA OPERAÇÃO - LO	15	17	29	36	50	89

ANEXO VI

PORTE DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS

1 – Cultivo de mudas em viveiros florestais.

Porte:

Número de mudas < 3.000.000 mudas/ano: Pequeno

3.000.000 < Número de mudas < 5.000.000 mudas/ano: Médio

Número de mudas > 5.000.000 mudas/ano: Grande

2 – Criação de aves para corte (regime de confinamento).

Porte:

Número de cabeças < 50.000 cabeças: Pequeno

50.000 < Número de cabeças < 100.000 cabeça: Médio

Número de cabeças > 100.000 cabeças: Grande

3 – Granja para produção de ovos (regime de confinamento).

Porte:

Número de matrizes < 50.000 matrizes: Pequeno

50.000 < Número de matrizes< 100.000 matrizes: Médio

Número de matrizes > 100.000 matrizes: Grande

4 – Incubatório de aves (regime de confinamento).

Porte:

Capacidade Mensal de Incubação < 1.500.000: Pequeno

1.500.000 < Capacidade Mensal de Incubação < 3.000.000: Médio

Capacidade Mensal de Incubação > 3.000.000: Grande

5 – Suinocultura - ciclo completo (regime de confinamento).

Porte:

Número de matrizes < 200: Pequeno

200 < Número de matrizes < 600 matrizes: Médio

Número de matrizes > 600: Grande

6 - Suinocultura – terminação (regime de confinamento).

Porte:

Número de cabeças < 200 : Pequeno

200 < Número de cabeças < 600 cabeças : Médio

Número de cabeças > 600 : Grande

7 - Suinocultura - unidade de produção de leitões (regime de confinamento).

Porte:

Número de matrizes < 200: Pequeno

200 < Número de matrizes < 600 matrizes: Médio

Número de matrizes > 600: Grande

8 - Criação de eqüinos, muares, ovinos, caprinos, bovinos e búfalos (regime de confinamento)

Porte:

Número de cabeças < 1.000 : Pequeno

1.000 < Número de cabeças < 2.000 cabeças : Médio

Número de cabeças > 2.000 : Grande

9 - Piscicultura e/ou unidade de pesca esportiva tipo pesquepague.

Porte:

Área Inundada < 5,0 ha: Pequeno

5,0ha < Área Inundada < 50,0 ha: Médio

Área Inundada > 50,0 ha: Grande

10 – Piscicultura em tanque rede.

Porte:

Volume Útil < 1.000m³: Pequeno

1.000 < Volume Útil < 5.000m³: Médio

Volume Útil > 5.000m³: Grande

11 – Atividade de Silvicultura.

Porte:

Área útil < 500 ha: Pequeno

500 < área útil < 1.500 ha: Médio

Área útil > 1.500 ha: Grande

12 – Cultivo de mudas em viveiros florestais.

Porte:

1.500.000 < Número de mudas <3.000.000 mudas/ano: Pequeno

3.000.000 < Número de mudas < 5.000.000 mudas/ano: Médio

Número de mudas > 5.000.000 mudas/ano: Grande

13 – Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, descascamento ou classificação.

Porte:

Produção Nominal < 5.000 t/mês: Pequeno

5.000 < Produção Nominal < 50.000 t/mês: Médio

Produção Nominal > 50.000 t/mês: Grande

14 - Armazenagem de grãos ou sementes.

Porte:

Capacidade de Armazenagem < 150.000 t: Pequeno

150.000 < Capacidade de Armazenagem < 200.000 t: Médio

Capacidade de Armazenagem > 200.000 t: Grande

15 – Reservatórios artificiais para múltiplos usos (menos para piscicultura) fora de APP.

Porte:

Área Inundada < 50 ha: Pequeno

50 < Área Inundada < 500 ha : Médio

Área Inundada > 500 ha : Grande

16 - Comércio e/ou armazenamento de produtos agrotóxicos, veterinários e afins.

Porte:

Área útil < 1.000 m² : Pequeno

1.000 < Área útil < 10.000 m²: Médio

Área útil >10.000 m²: Grande

ANEXO VII

EMISSÃO DE CERTIDÕES E 2º VIA DE DOCUMENTOS.

?Emissão de certidões diversas, inclusive de uso e ocupação do solo = 1,0 UFCN.

?Declaração de dispensa de licenciamento = 1,0 UFCN

?Alteração Cadastral = 1,00 UFCN

?Expedição de segunda via de licenças = 1,0 UFCN

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 773/2017

LEI N. 773/2017, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS, CONCEITOS, OBJETIVOS NORTEADORES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL

SEÇÃO I

DO OBJETIVO E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º. A Política Municipal de Proteção Ambiental do município de Canabrava do Norte tem como objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, manter o Meio Ambiente equilibrado buscando o desenvolvimento sustentável e fornecer diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, conservação e utilização racional dos recursos naturais para as presentes e futuras gerações cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas nesse sentido.

Parágrafo único. Esta lei regula os direitos e obrigações concernentes à proteção, controle, preservação e recuperação do Meio Ambiente no Município integrando-o ao Sistema Nacional do Meio Ambiente -SISNAMA.

Art. 2º. Para o estabelecimento da Política Municipal de Proteção Ambiental serão observados os seguintes princípios:

I - A prevalência do interesse público;

II - A melhoria contínua da qualidade ambiental;

III - A multidisciplinariedade no trato das questões ambientais;

IV - A participação efetiva da sociedade nos processos de decisão e na defesa do meio ambiente;

V - A integração com as políticas de meio ambiente nas esferas de competência da União, Estado e dos demais municípios em consórcio ou não e com as demais ações de governo;

VI - O uso racional dos recursos naturais;

VII - A educação ambiental como mobilizadora da sociedade, incluindo a educação da comunidade;

VIII - O incentivo à pesquisa científica e tecnológica direcionada para o uso, proteção, monitoramento e recuperação dos recursos ambientais e dos níveis adequados de salubridade ambiental;

IX - O estímulo à produção responsável;

X - A recuperação do dano ambiental;

XI - O uso de recursos financeiros administrados pelo Município que se fará segundo critérios de melhoria da saúde pública e do meio ambiente;

XII - O disciplinamento dos serviços de saneamento ambiental;

XIII - O controle e zoneamento das atividades de pequeno e médio impactos;

XIV - A proteção dos ecossistemas, com preservação e manutenção de áreas e espécies representativas.

SEÇÃO II

DOS CONCEITOS NORTEADORES DA POLÍTICA AMBIENTAL

Art. 3º. Para os efeitos desta lei entende por:

I - Meio ambiente: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II- Licenciamento ambiental: instrumento da política municipal de meio ambiente, decorrente do exercício do poder de polícia ambiental, cuja natureza jurídica é autorizatória;

III - Patrimônio ambiental: o conjunto dos objetos, processos, condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica e social, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas, dentro do território municipal;

IV - Impacto ambiental: é a alteração no meio ou em algum de seus componentes por determinada ação ou atividade.

V - Desenvolvimento sustentável: o desenvolvimento que pode ser considerado socialmente includente, ecologicamente sustentável e economicamente viável, garantindo igual direito para as futuras gerações;

VI - Degradação da qualidade ambiental: a alteração adversa das características do meio ambiente;

VII - Infração administrativa: toda ação ou omissão, que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente ou que importe em inobservância das normas previstas nesta lei e demais atos normativos, incluída a legislação federal e estadual pertinente e ainda nas ações ou omissões resultantes de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; Criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; Afetem desfavoravelmente a biota; Afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; Lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

VIII - Poluidor: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

IX - Recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;

X - Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

XI - Parques Municipais: são áreas geográficas extensas estabelecidas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos, sendo proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais;

XII - Áreas de Preservação Permanente ou reservas ecológicas: são as florestas e demais formas de vegetação natural com a finalidade de proteção integral, amparadas pela legislação ambiental vigente, consideradas totalmente vedadas a qualquer regime de exploração direta ou indireta dos recursos naturais, com exceção de atividades de interesse local, definidas por lei federal.

XIII - Fauna: É o conjunto de espécies animais próprios de uma região ou de um período geológico e dividem-se em:

XIV - Fauna Silvestre: São os animais nativos e autóctones em qualquer fase do desenvolvimento e que se encontram nos ambientes naturais ou em qualquer outro;

XV - Animais Nativos: são originários do país;

XVI - Animais Autóctones: são aqueles que se encontram em áreas de distribuição natural;

XVII - Fauna Aquática: são aqueles adaptados biologicamente à sobrevivência, de forma total ou parcial na hidrosfera.

XVIII - Jardim Zoológico: é qualquer coleção de animais silvestres mantidos vivos em cativeiro ou em semi - liberdade e exposto à visitação pública, desde que tratados dignamente.

XIX - Flora: conjunto de espécies vegetais as florestas e demais formas de vegetação que compõem um ecossistema;

XX - Árvore Imune de Corte: são árvores preservadas devido à sua raridade e/ou beleza e/ou porta sementes, com a finalidade de perpetuação da espécie;

XXI - Arborização Pública: toda vegetação localizada em vias e logradouros públicos, com finalidade ornamental, amenizadora climática, purificadora do ar, amortizadora da poluição sonora e atrativa para a fauna local.

XXII - Poluente: toda e qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, cause ou possa causar poluição do meio ambiente.

XXIII - Nascente: ponto ou área, no solo ou na rocha, de onde a água flui naturalmente para a superfície do terreno ou para um corpo d'água.

XXIV - Poluição sonora: toda emissão de som que, direta e indiretamente, seja ofensiva ou nociva a saúde, à segurança e o bem estar da coletividade ou transgrida as disposições desta lei;

XXV - Vereda: caracteriza como formas ligeiramente deprimida dentro das chapadas, ocupadas principalmente por nascentes de pequenos cursos d'água.

SEÇÃO III

DO INTERESSE LOCAL

Art. 4º. Para o cumprimento do disposto no artigo 30º da Constituição Federal, no que concerne ao meio ambiente, considerar-se-á como interesse local:

I - O incentivo à adoção de posturas e práticas sociais e econômicas ambientalmente sustentáveis;

II - A adequação das atividades e ações econômicas, sociais, urbanas e do Poder Público, às imposições do equilíbrio ambiental;

III - A busca permanente de soluções negociadas entre o Poder Público, a iniciativa privada e sociedade civil para a redução dos impactos ambientais;

IV - A adoção no processo de planejamento, de normas relativas ao desenvolvimento urbano e econômico que priorizem a proteção ambiental, a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos naturais e que possibilitem novas oportunidades de geração de emprego e renda;

V - A ação na defesa e conservação ambiental no âmbito regional e dos demais municípios vizinhos, mediante convênios e consórcios;

VI - A defesa e conservação das áreas de mananciais, das reservas florestais e demais áreas de interesse ambiental definidas em legislação municipal complementar;

VII - O licenciamento e fiscalização ambiental com o controle das atividades de pequeno e médio impacto e monitoramento das atividades potencial ou efetivamente degradadoras do meio ambiente;

VIII - A melhoria constante da qualidade do ar, da água, do solo, da paisagem e dos níveis de ruído e vibrações, mantendo-os dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelas legislações de controle de poluição ambiental federal, estadual e municipal no que couber;

IX - O acondicionamento, armazenamento, a coleta, o transporte, a reciclagem, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos;

X - O cumprimento de normas de segurança no tocante à manipulação, armazenagem e transporte de produtos, substâncias, materiais e resíduos perigosos ou tóxicos incluindo os agrotóxicos, seus componentes e afins;

XI – A conservação e recuperação dos rios, córregos e matas ciliares e áreas florestadas;

XII - A garantia de crescentes níveis de salubridade ambiental, através do provimento de infraestrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, ruas e logradouros públicos;

XIII - Monitoramento de águas subterrâneas visando a manutenção dos recursos hídricos para as atuais e futuras gerações, exigindo o cumprimento da legislação;

XIV - A criação de parques, reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e de relevante interesse ecológico e turístico, dentre outros;

XV - A proteção do patrimônio artístico, histórico, estético, arqueológico, paleontológico e paisagístico do Município;

XVI - O incentivo a estudos visando a conhecer o ambiente, seus problemas e soluções, a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, processos, modelos, sistemas e técnicas de significativo interesse ecológico;

SEÇÃO IV

DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Art. 5º. Ao Município de Canabrava do Norte - MT, no exercício de sua competência constitucional, cabe mobilizar e coordenar ações, recursos humanos, financeiros,materiais técnicos e científicos e a participação da população na execução dos objetivos e interesses estabelecidos nessa lei, devendo para tanto:

I - Planejar, desenvolver estudos e ações visando à promoção, proteção, conservação, preservação, recuperação, vigilância e melhoria da qualidade e da salubridade ambientais;

II – Definir, controlar e ordenar a ocupação e uso dos espaços territoriais de acordo com suas limitações e condicionantes ambientais;

III - Elaborar e implementar programas, planos e projetos de saneamento básico e de conservação e proteção ao meio ambiente;

IV - Planejar, projetar, executar, operar e manter os serviços de abastecimento de água para quaisquer finalidades, esgotamento sanitário, drenagem de águas e coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos domiciliares;

V - Elaborar e coordenar a implementação de programas de educação ambiental;

VI - Editar normas e padrões de controle ambiental e de saneamento básico, buscando compatibilizar qualidade e salubridade ambientais e desenvolvimento econômico;

VII - Exercer o controle da poluição ambiental nas suas diferentes formas;

VIII - Definir áreas prioritárias de ação governamental visando à melhoria da qualidade e salubridade ambientais;

IX - Identificar, criar e administrar unidades de conservação e outras áreas de interesse para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos, do patrimônio cultural e áreas de interesse turístico;

X - Estabelecer diretrizes específicas para a proteção de recursos hídricos, através de planos de uso e ocupação de áreas de drenagem de bacias e sub-bacias hidrográficas;

XI - Estabelecer formas de cooperação com outros municípios da Região, com o Estado ou demais entidades do governo para o planejamento, execução e operação de ações em saneamento ambiental de interesse comum a essas esferas;

XII - Identificar, criar e administrar unidades de conservação e outras áreas de interesse para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, recursos genéticos e outros bens, estabelecendo normas de sua competência a serem nelas observadas.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

SEÇÃO I

DA ESTRUTURA

Art. 6º. Para organizar e coordenar as ações da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental fica instituído o Sistema Municipal de Gestão e Proteção Ambiental - SIMGEPA.

§ 1º. O SIMGEPA fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento ambiental.

§ 2º. O SIMGEPA concorrerá para garantir a todos, níveis crescentes de qualidade ambiental, tendo o dever de defender, proteger e conservar os recursos naturais para o benefício das gerações atuais e futuras.

§ 3º. O SIMGEPA será coordenado pelo Prefeito Municipal e composto pelos seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal de Gestão e Proteção Ambiental - COMDEMA como órgão consultivo e deliberativo;

II - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, como órgão gestor do meio ambiente municipal;

III - Secretarias Municipais de Agricultura, Saúde, Educação, Infraestrutura e Serviços Públicos, Administração, Finanças e demais como colaboradores;

§ 4º - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura é o órgão municipal parte integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente, em conformidade com o Artigo 6º da Lei Federal 6.938 de 31 de agosto de 1981.

SEÇÃO II

DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL

Art. 7º São instrumentos da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental:

I - O COMDEMA, como órgão consultivo e deliberativo;

II - O Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMA, como instrumento de gestão financeira;

III - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente como órgão técnico e executivo;

IV - O estabelecimento de normas, padrões, critérios e parâmetros de qualidade e ambiental;

V - A fiscalização de quaisquer atividades de uso e exploração, inclusive comercial, dos recursos naturais;

VI - O Plano Diretor, as leis de parcelamento, uso e ocupação do solo e demais instrumentos de controle do desenvolvimento urbano a ser regulamentado;

VII - O licenciamento ambiental de atividades de impactos locais, o controle e a adequação de atividades degradadoras ou poluidoras de baixos e médios impactos;

VIII - A fiscalização ambiental e as penalidades administrativas;

IX - A avaliação de impactos ambientais e as análises de riscos quando necessários individualmente ou através do Consórcio Intermunicipal Nascentes do Araguaia;

X - Os programas e projetos de controle de impacto ambiental realizados pelo Poder Público em parceria com a iniciativa privada ou sociedade civil organizada;

XI - Os incentivos à criação ou absorção e desenvolvimento de novas tecnologias voltadas à melhoria da qualidade ambiental;

XII - A criação de Unidades de Conservação;

XIII – A educação ambiental;

XIV - Cadastro técnico de atividades e o Sistema de Informações Ambientais;

XV - As taxas ambientais.

Parágrafo único. Torna-se obrigatório o cadastro nos termos do inciso XIV e atualização periódica junto ao Sistema Municipal de Meio Ambiente:

I - Órgãos, entidades e pessoas jurídicas, de caráter privado ou público, com atuação no território do Município, com ação na preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente;

II - Pessoa jurídica ou pessoa física que atuem na área ambiental na prestação de serviços de consultoria, assessoria, elaboração de projetos;

III - Todos os empreendimentos, obras e atividades sujeitas a licenciamento ambiental Federal, Estadual ou Municipal, implantados ou que venham a se implantar no Município.

Parágrafo único. Os cadastros descritos nos incisos I e III são gratuitos.

SEÇÃO III

DA SECRETARIA

Art. 8º Cabe à Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura - SEMAA implementar os objetivos e instrumentos da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental, em complemento ao disposto na presente Lei, competindo-lhe:

I - Propor, executar e coordenar, direta ou indiretamente, a Política de Gestão e Política Ambiental do Município de Canabrava do Norte-MT.

II - Planejar, projetar, executar, operar e manter os serviços ambientais propostos nesta Lei;

III - Promover pesquisas e estudos sobre a gestão ambiental do município;

IV - Estabelecer normas para a exploração e o uso de qualquer natureza dos recursos naturais;

V -Fiscalizar projetos, processos de licenças ambientais, atividades e empreendimentos de acordo com critérios técnicos, de instalação e operação de atividades de pequeno e médio impactos no âmbito municipal delegadas pelo Estado.

VI - Estabelecer normas, critérios e padrões de qualidade ambiental e emissão de poluentes relativos à poluição atmosférica, hídrica, sonora, visual e do solo;

VII - Realizar o licenciamento ambiental, bem como a renovação das mesmas das atividades de pequeno e médio impactos nos termos da Resolução 86/2013 do CONSEMA - MT, controlar sua instalação e funcionamento, exercer o controle e a fiscalização;

VIII - Incentivar, colaborar e participar de estudos e planos de ações de interesse ambiental em nível Federal, Estadual e Regional, através de ações comuns, convênios e consórcios;

IX - Desenvolver atividades de fomento da melhoria contínua da qualidade ambiental, por meio de estabelecimento de políticas de cooperação com a iniciativa privada, particularmente com os empreendedores que utilizam os recursos naturais, com as organizações não governamentais e instituições de ensino e pesquisa;

X - Acionar órgãos estaduais ou federais de controle ambiental quando for necessário, bem como o Ministério Público;

XI - Normatizar o uso e manejo dos recursos naturais e estabelecer normas e regulamentos para a gestão das unidades de conservação e outras áreas protegidas;

XII - Promover a conscientização para a proteção do meio ambiente e da qualidade de vida, através da educação ambiental;

XIII - Elaborar e coordenar as ações de educação ambiental em todas as instâncias;

XV-Estimular a participação comunitária no planejamento, implementação e vigilância das atividades que visem a proteção, recuperação e melhoria da qualidade ambiental;

XVI - Incentivar o desenvolvimento, a criação, absorção e difusão de tecnologias compatíveis com a melhoria da qualidade ambiental;

XVII - Realizar auditorias ambientais;

XVIII - Coordenar a elaboração e revisão de Planos Diretores relacionados a sua esfera de competência;

XIX - Celebrar convênios, contratos ou acordos específicos com entidades públicas ou privadas para desenvolver as atividades sob sua responsabilidade de maneira a atender às demandas da comunidade;

XX - Calcular, definir e cobrar tarifas, taxas, contribuições de melhoria e preços públicos referentes à prestação dos serviços sob sua esfera de competência, bem como arrecadar e contabilizar as receitas provenientes dessas cobranças;

XXI - Gerenciar os recursos provenientes do ICMS ecológico a ser destinado ao Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMA;

XXII - Gerenciar os recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMA;

XXIII - Realizar operações financeiras, incluindo a contratação de empréstimos, das quais os recursos obtidos sejam destinados à realização de obras e prestação de serviços exclusivos a sua esfera de competência;

XXV - Elaborar e publicar anualmente os balanços financeiro e patrimonial, bem como, a demonstração da conta patrimonial;

XXVI - Organizar e manter atualizado o cadastro de seus bens;

XXVII - Aplicar as penalidades previstas nesta Lei e em seus regulamentos;

XXVIII - Elaborar projetos que enfoquem a formação de consciência ecológica do cidadão.

SEÇÃO IV

DO CONSELHO

Art. 9º. Compete ao Conselho Municipal do Meio Ambiente - CONDEMA, criado pela Lei, como parte integrante do SIMGEPAM, em caráter permanente, deliberativo, consultivo e recursal, além das atribuições auferidas pela respectiva lei e concomitância ao art. 6º, inciso II da Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981 e Portaria do MMA nº 168 de 10 de junho de 2005 possui a finalidade de estudar, propor, deliberar e fiscalizar no âmbito de sua competência a implementação de diretrizes das políticas governamentais para o meio ambiente municipal e sobre o licenciamento ambiental de atividades de impactos locais, os recursos em processos administrativos e normas e padrões relativos a gestão e proteção do meio ambiente.

Art. 10º. Compete ainda ao COMDEMA:

I - Propor diretrizes, avaliar e acompanhar a implementação da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental;

II - Deliberar sobre programas anuais de ações e investimentos com base na previsão orçamentária elaborada pela Secretaria de Meio Ambiente;

III - Fiscalizar a correta aplicação dos recursos financeiros e a qualidade dos serviços prestados à população pela Secretaria de Meio Ambiente;

IV - Estudar os problemas ligados ao meio ambiente municipal e propor ações destinadas à preservação e melhoria da qualidade ambiental;

V - Colaborar na elaboração dos planos e programas de desenvolvimento municipal e em projetos de lei que serão suporte da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental;

VI - Estudar e propor normas técnicas e legais e procedimentos visando a proteção, conservação e recuperação do meio ambiente;

VII - Opinar nas questões de uso e ocupação dos espaços territoriais de acordo com limitações e condicionantes ambientais, visando a preservação e melhoria da qualidade ambiental;

VIII - Avaliar as solicitações de licenciamento para as atividades definidas nessa lei;

IX - Propor a criação de Unidades de Conservação, bem como diretrizes de sua preservação;

X - Articular a integração das ações de interesse ambiental desempenhadas por órgãos de caráter regional;

XI - Opinar sobre os planos e projetos públicos e privados que, direta ou indiretamente afetem o meio ambiente, podendo solicitar, sempre que necessárias maiores informações dos interessados;

XII - Propor e acompanhar os programas de educação ambiental;

XIII - Publicar os relatórios sobre a situação de salubridade ambiental do Município;

XIV - Elaborar e fazer cumprir seu estatuto e seu regimento interno;

XV - Propor auditorias ambientais.

Parágrafo único - Fica garantido ao COMDEMA o acesso a todas as informações necessárias ao desempenho de suas funções que deverão ser fornecidas pela Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura sempre que solicitadas.

Art. 11º. O COMDEMA tem a composição estabelecida na Lei, devendo ainda compor o Conselho um membro da comunidade técnico-científico, representada pela Universidade local, se houver, totalizando 50% de seus membros representados pela Sociedade Civil.

SEÇÃO V

DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Art. 12º. O Fundo Municipal do Meio Ambiente, criado pela Lei n. 460/2010, de 17 de setembro de 2010, FMA, vinculado ao orçamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, possui como objetivo concentrar recursos para projetos de interesse ambiental.

Art. 13º. Constituem receitas do Fundo Municipal do Meio Ambiente:

I - Arrecadação pelos agentes públicos competentes municipais, estaduais ou federais de multas previstas em leis e regulamentos provenientes da degradação do meio ambiente local a ser destinada a projetos de recuperação, proteção e educação ambiental a serem elaborados e definidos pelos representantes da sociedade civil no COMDEMA;

II - Contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado, do Município e Consórcio e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações;

III - Parte dos recursos provenientes da cobrança de tarifas, taxas, contribuições de melhoria e preços públicos cobrados pela Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura para remunerar os investimentos e os custos de operação e manutenção dos serviços sob sua esfera de competência;

IV - As arrecadações resultantes de consórcios, convênios, contratos e acordos específicos celebrados entre o Município e instituições públicas ou privadas, cuja execução seja de competência da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, observadas as obrigações contidas nos respectivos instrumentos;

V – dotação orçamentária ela destinada;

VI – arrecadação de multas por danos ao meio ambiente;

VII – convênios, contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado, bem como das respectivas autarquias, empresas públicas e sociedade de economia mista e fundações para promoção da qualidade ambiental;

VIII – parcelas de compensação financeira estipulada no Artigo 20º, parágrafo primeiro da Constituição Federal;

XIX – rendimento de qualquer natureza proveniente da aplicação do seu patrimônio;

XX – recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional e acordos bilaterais entre governos;

XXI – arrecadação de taxas de licenciamento ambiental;

XXII – arrecadação de taxas de controle e fiscalização ambiental;

XXIII–transferência do Fundo Estadual de Meio Ambiente;

XXIV – transferência do Fundo Nacional de Meio Ambiente;

XXV – doações de pessoas físicas ou jurídicas;

XVI - doações de entidades nacionais e internacionais;

XXVII – recursos oriundos de condenações judiciais de empreendimentos sediados no município e/ ou que afete o território municipal, decorrentes de danos ocasionados ao meio ambiente;

XXVIII - preços públicos cobrados por análises de projetos ambientais e/ ou dados requeridos junto ao cadastro de informações ambientais do Município;

XIX - indenizações decorrentes de cobranças judiciais e extrajudiciais de áreas verdes, devidas em razão de parcelamento irregular ou clandestino do solo;

XXX - compensação financeira ambiental;

XXXI - recursos arrecadados em licitações de produtos apreendidos em ações relacionadas ao meio ambiente

XXXII - Outros rendimentos que, por sua natureza, possam ser destinado ao Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo único – A Secretaria de Meio Ambiente deverá sempre que solicitado dar ciência ao COMDEMA das receitas destinadas ao FMA.

Art. 14º. A gestão do FMA será realizada por um Conselho Gestor que terá como finalidade a aplicação dos recursos e prestação de contas.

Art. 15º. Compõem o Conselho Gestor do FMA:

I - O Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, como seu Presidente;

II – Um membro da Secretaria Municipal de Finanças;

III - Um representante do COMDEMA escolhido entre os representantes da sociedade civil.

Art. 16º. É competência do Conselho Gestor do FMA:

I - Estabelecer normas e diretrizes para gestão do Fundo;

II - Aprovar operações de financiamento;

III - Encaminhar o relatório anual de atividades desenvolvidas ao Prefeito;

IV - Prestar contas da Gestão do Fundo ao COMDEMA, na forma prevista em leis e regulamentos.

Art. 17º. Os recursos do FMA serão aplicados no desenvolvimento, remuneração e fomento de:

I - Programas de proteção, conservação, manutenção e recuperação da qualidade ambiental;

II - Atividades ligadas à defesa do Meio Ambiente;

III - Ações que visem proporcionar saneamento básico à população;

IV - Pesquisas de processos tecnológicos destinados a melhoria da qualidade ambiental;

V - Atividades educativas e de mobilização da sociedade civil organizada no processo de defesa do meio ambiente e da salubridade ambiental;

VI - Proteção e conservação dos recursos naturais;

VII - Capacitação técnica dos agentes públicos integrante do SIMGEPAM;

VIII - Investimentos e custos de operação e manutenção das atividades de gestão ambiental;

IX - Serviços de assessoria técnica para a implementação de programas ambientais e sanitários.

SEÇÃO VI

DAS TAXAS AMBIENTAIS

Art. 18º. Fica instituída a taxa de controle e fiscalização ambiental no Município de Canabrava do Norte, cujo fato gerador é o exercício regulador do poder de polícia conferido à Secretaria de Meio Ambiente, para controle e fiscalização das atividades poluidoras utilizadoras dos recursos naturais de âmbito local.

Parágrafo único. Esta lei deverá ser regulamentada normatizando, os valores da TCFA, os sujeitos passivos, os casos de isenção, o prazo de recolhimento, as sanções aplicáveis no caso de mora, a destinação, dentre outras especificidades necessárias para o regular exercício da cobrança da TCFA.

SEÇÃO VII

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 19º. A localização, concepção, instalação, construção, ampliação, modificação, operação e desativação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais ou consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como aquelas capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do Município sem prejuízo de outras licenças ou autorizações legalmente exigíveis.

§ 1º. Compete ao Município o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local de pequeno e médio impacto, conforme as atividades dispostas no Anexo Único desta Lei.

§ 2º. Os pedidos de licenciamento serão objeto de publicação resumida no quadro de editais da Prefeitura e da Câmara Municipal e na imprensa local ou regional.

Art. 20º. O Município, no exercício de sua competência, expedirá as seguintes licenças, de caráter obrigatório respeitado as competências estadual e federal:

I - Licença Prévia (LP): será concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental, devendo ser observados os planos municipais, estaduais e federais de uso dos recursos naturais e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença de Instalação (LI): autorizará a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes;

III - Licença de Operação (LO): será concedida depois de cumpridas todas as exigências feitas por ocasião da expedição da LI, autorizando o início do empreendimento ou atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle ambiental, de acordo com o previsto nas Licenças Prévias (LP) e de Instalação (LI);

IV - Licença de Operação Provisória (LOP) -será concedida, na forma do regulamento, estabelecendo as condições de realização ou operação de empreendimentos, atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou para execução de obras que não caracterizem instalações permanentes. Caso o empreendimento, atividade, pesquisa, serviço ou obra de caráter temporário, passe a configurar situação permanente, será exigido o licenciamento ambiental correspondente;

V – Licença Especial (LE) – Destina-se a permitir a ocorrência de Eventos Especiais assim considerados: o corte de árvores, a utilização de explosivos na construção civil e na extração de minerais, festejos populares, serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e líquidos industriais, colocação de veículos de propaganda e/ou publicidade, entre outros.

§ 1º. Os prazos de validade de cada tipo de licença ou autorização ambiental, observado o cronograma apresentado pelo empreendedor, serão observados os limites máximos de até:

I – Licença Prévia: mínimo de 3 (três) anos e máximo de 4 (quatro) anos;

II – Licença de Instalação: mínimo de 3 (três) anos e máximo de 5 (cinco) anos;

III – Licença de Operação: mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

IV – Licença de Operação Provisória: máximo de 3 (três) anos.

V - Licença Especial: apenas pela data do evento.

§ 2º. As atividades e empreendimentos considerados de pequeno e médio impacto, assim definidos no anexo Único da Resolução CONSEMA n. 86/2013 ou daquela que a suceder deste regulamento, e já em funcionamento na data de publicação desta Lei deverão requerer, mediante cadastro do empreendimento a ser instruída com o termo de responsabilidade assinado pelo titular do empreendimento e Anotação de Responsabilidade Técnica ou equivalente do profissional responsável, a Licença de Operação (LO), no prazo de 90 (noventa) dias.

§ 3º. Poderá ser concedida a título precário, autorização para teste, previamente à concessão das respectivas licenças de operação, mediante o pagamento da taxa correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da Licença de Operação (LO) e sem prejuízo das demais licenças necessárias ao funcionamento do empreendimento, em caráter excepcional e devidamente fundamentado pelo órgão licenciador, que será estabelecido em razão de necessidade temporária de avaliação da eficiência das condições, restrições e medidas de controle ambiental impostos à atividade ou empreendimento, não podendo, em qualquer hipótese, a autorização exceder o prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 4º. A renovação da Licença de Operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de expiração de seu prazo de validade, que ficará automaticamente prorrogada até manifestação definitiva do órgão competente pelo Licenciamento Ambiental.

§ 5º. O Município, através de seu órgão competente, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar qualquer licença expedida, quando ocorrer:

I - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiariam a expedição da licença;

III - Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

§ 6º. No Licenciamento Ambiental em áreas de posse será exigida a certidão administrativa fornecida pelo órgão competente ou escritura possessória lavrada em cartório reconhecida pelos confinantes, juntamente com a comprovação do pedido de regularização fundiária, junto ao órgão estadual.

§ 7º. Quando a expedição de Licença de Instalação envolver a supressão da cobertura vegetal e remoção da fauna, a Autorização de Desmatamento e de Resgate da fauna serão concedidas pelo órgão responsável pela expedição da respectiva licença.

§ 8º. Os responsáveis pelas atividades previstas no caput do artigo anterior são obrigados a implantar sistema de tratamento de efluentes e a promover todas as medidas necessárias para prevenir ou corrigir os inconvenientes e danos decorrentes da poluição.

§ 9º. A expedição das licenças previstas nesta seção deverá atender a previsão constante no art. 19 da presente lei e do previsto no Decreto Estadual nº. 7007 de 09 de fevereiro de 2006.

§ 10º. Nos processos de licenciamento ambiental estabelecidos no Anexo Único desta Lei, não sujeitos ao EIA/RIMA, nos termos da Resolução do CONSEMA n. 428 de 17 de Dezembro de 2010, o órgão licenciador deverá dar ciência ao órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação que existir, quando o empreendimento:

I – Puder causar impacto direto em Unidade de Conservação;

II – Estiver localizado na sua Zona de Amortecimento; ou

III – Estiver localizado no limite de até 2 mil metros da UC, cuja ZA não tenha sido estabelecida no prazo de até 5 anos a partir de 17 de Dezembro de 2010.

Art. 21º. A Prefeitura de Canabrava do Norte condicionará a expedição de licença, Autorização ou Alvará de funcionamento e sua renovação à apresentação de Licença de Operação expedida pelo órgão ambiental competente.

Art. 22º. Os cartórios de registro de imóveis deverão exigir a apresentação da Licença de OPERAÇÃO emitida pelo órgão ambiental competente, antes de efetuar o registro de loteamento.

Parágrafo único. Para fins de registro de loteamento será exigida a averbação de, no mínimo, 10% (dez por cento) de área verde, incluindo praças públicas, parques e canteiros centrais.

Art. 23º. O Município, através de seus agentes ambientais capacitados, terá competência para fiscalizar as atividades industriais, comerciais, rurais e de prestação de serviços, tanto públicas como privadas, caracterizadas como fontes fixas de poluição ambiental.

Art. 24º. Os empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental deverão comunicar ao órgão ambiental competente municipal a suspensão ou o encerramento das suas atividades.

§ 1º. A comunicação a que se refere o caput deverá ser acompanhada de um Plano de Desativação que contemple a situação ambiental existente e, se for o caso, informe a implementação das medidas de restauração e de recuperação da qualidade ambiental das áreas que serão desativadas ou desocupadas.

§ 2º. O órgão competente deverá analisar o Plano de Desativação, verificando a adequação das propostas apresentadas.

§ 3º. Após a restauração e/ou recuperação da qualidade ambiental, o empreendedor deverá apresentar relatório final, acompanhado das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica, atestando o cumprimento das normas estabelecidas no Plano de Desativação.

§ 4º. A Autorização Ambiental (AA) aplicar-se-á a empreendimentos ou atividades de caráter temporário(despesca em atividade de piscicultura transporte de produtos perigosos, pesquisa científica, festival de pesca, desmatamento, exploração florestal, resgate de fauna, uso do fogo controlado, etc.). Caso o empreendimento, atividade, pesquisa, serviço ou obra de caráter temporário, exceda o prazo estabelecido de modo a configurar situação permanente, serão exigidas as licenças ambientais correspondentes, em substituição à Autorização Ambiental expedida.

§ 5º. As Licenças/Autorizações Ambientais poderão ser transferidas para outro proprietário, desde que as mesmas estejam dentro do prazo de validade e não haja mudança na atividade inicial.

§ 6º. As Licenças Ambientais serão concedidas somente mediante Parecer Técnico (PT) favorável elaborado e assinado por pelo menos 02 (Dois) técnicos de Meio Ambiente do quadro funcional da **Prefeitura ou á disposição desta.**

§ 7º. A Licença Prévia somente poderá ser renovada uma única vez.

§ 8º. A atividade de fiscalização ambiental somente poderá exercida por agentes de meio ambiente do quadro funcional da prefeitura concursados.

SEÇÃO X

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 25º. Entende-se por Educação Ambiental o processo que visa conscientizar a população acerca das questões inerentes ao meio ambiente, criando condições para a preservação, planejamento e uso racional dos recursos naturais, desenvolvendo uma postura ética e ideológica voltada à vida.

Art. 26º. A Educação Ambiental prevê atuação em nível escolar (formal) e não escolar, (informal) junto a toda comunidade, num processo permanente e participativo, de explicitação de valores, instrução sobre problemas específicos relacionados com o gerenciamento do meio ambiente, formação de conceitos e aquisição de competências que resultem no planejamento, preservação, defesa e melhoria do ambiente.

Art. 27º. A Educação Ambiental no âmbito escolar será desenvolvida na rede de ensino de todos os níveis, de forma interdisciplinar e multidisciplinar, de acordo com a filosofia educacional do País e em conjunto com as Secretarias de Educação do Município, do Estado, Ministério da Educação e com as Diretorias das Escolas e Universidades.

Art. 28º. A Educação Ambiental informal atenderá a comunidade fora do contexto escolar e terá característica popular e institucionalizada feita através de:

I - Campanhas de esclarecimento;

II - Palestras;

III - Debates;

IV - Cursos de capacitação e/ou reciclagem;

V - Desenvolvimento de programas de preservação ambiental envolvendo associações comunitárias;

VI - Comemoração de datas referenciais e outras datas significativas para o andamento do processo educativo;

VII- Qualquer outro meio eficaz para proporcionar a conscientização e educação ambiental dos alunos.

Art. 29º. A Educação Ambiental informal será promovida junto à comunidade em geral, através de atividades dos órgãos e entidades responsáveis pelo programa no Município e em parceria com Organizações não governamentais e sem fins lucrativos, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura.

Art. 30º. A Educação Ambiental precederá as fases de criação e implantação de Unidades de Conservação em programas direcionados às diferentes comunidades a serem envolvidas e ao corpo funcional destas unidades.

Art. 31º. A Educação Ambiental formal será promovida pela Secretaria de Educação do Município, do Estado, Ministério da Educação, Diretoria das

Escolas e Universidades, visando capacitar os corpos docente e discente das escolas, com apoio da Secretaria Municipal Meio Ambiente e Agricultura.

Art. 32º. A educação Ambiental terá como um dos instrumentos de suporte a pesquisa sócio - ambiental em nível científico.

Art. 33º. Fica instituída a Semana do Meio Ambiente, que será comemorada nas escolas, estabelecimentos públicos e por meio de campanhas junto à comunidade, através de programações educativas, na primeira semana do mês de junho de cada ano.

SEÇÃO XI

DOS INCENTIVOS FINANCEIROS E FISCAIS

Art. 34º. O Município de Canabrava do Norte - MT, mediante convênio ou consórcio, e desde que autorizada pelo Poder Legislativo, poderá repassar ou conceder auxílio financeiro a instituições públicas ou privadas, sem fins lucrativos, para execução de serviços de relevante interesse ambiental.

Parágrafo Único. Poderá ser instituído prêmio de mérito ambiental para incentivar a pesquisa e apoiar os inventores e introdutores de inovações tecnológicas que visem a proteger o meio ambiente, em homenagem àqueles que se destacarem em defesa da ecologia.

Art. 35º. Os proprietários de imóveis que contenham árvores ou associações vegetais relevantes poderão a título de estímulo e preservação, receber benefício fiscal, na forma de lei específica.

Parágrafo Único. Para ter direito ao benefício fiscal, o proprietário de imóvel a que se refere o caput deste artigo, deverá firmar, perante o órgão competente, termo de compromisso de preservação.

SEÇÃO XII

DA PROCURADORIA AMBIENTAL

Art. 36º. O órgão municipal de meio ambiente, em consonância com a Assessoria Jurídica do Município, poderá manter setor especializado em tutela ambiental, defesa de interesses difusos, do patrimônio histórico, cultural, paisagístico, arquitetônico e urbanístico, como forma de apoio técnico-jurídico à implementação dos objetivos desta Lei e demais normas ambientais vigentes, respeitadas as funções institucionais do Ministério Público, em especial o disposto no inciso III do caput do artigo 129º da Constituição Federal.

SEÇÃO XIII

DA FISCALIZAÇÃO, CONTROLE, MONITORAMENTO, INFRAÇÃO E PENALIDADES.

SUBSEÇÃO I

DO CONTROLE, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES.

Art. 37º. Para o controle, monitoramento e fiscalização das atividades decorrentes do disposto nesta Lei e em seus regulamentos, o órgão municipal de meio ambiente poderá utilizar-se, além dos recursos técnicos e humanos de que dispõe do concurso de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas, através de convênios, bem como do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental – Norte Araguaia (CIDESA).

Art. 38º. Fica criado, o cargo de Agente Ambiental, com exigência de formação técnica e treinamento especial.

§ 1º. Caberá ao órgão gestor de Meio Ambiente providenciar o treinamento do Agente Ambiental, que receberá Certificação de Aptidão para o exercício das funções de fiscalização nesta Lei descritas.

§ 2º. A atividade de fiscalização e o treinamento do Agente Ambiental poderá ser objeto de convênios, acordos de cooperação com outros municípios, com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental – Norte Araguaia (CIDESA), com a SEMA e instituições de ensino de nível superior que tenham cursos nas áreas das chamadas ciências da terra e na área jurídica.

§ 3º. O Agente ambiental atuará na fiscalização de atividades industriais, serviços, comerciais, agrícolas e pastoris, passíveis de licenciamento ambiental municipal.

Art. 39º. São atribuições dos servidores municipais encarregados da fiscalização ambiental:

I - Realizar levantamentos, vistorias e avaliações;

II - Efetuar medições e coletas de amostras para análises técnicas de controle;

III - Proceder a inspeções e visitas de rotina, bem como para apuração de irregularidades e infrações;

IV - Verificar a observância das normas e padrões ambientais vigentes;

V - Lavrar auto de notificação e auto de infração, interdição e embargo;

§ 1º. O infrator receberá cópia do auto de infração, em caso de recusa de recebimento, ser-lhe-á enviado por via postal, com “Aviso de Recebimento”, que será anexado ao procedimento, ou por edital.

§ 2º. No exercício da ação fiscalizadora, os técnicos terão a entrada franqueada nas dependências das fontes poluidoras localizadas ou que se instalarem no Município, onde poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessários e terão livre acesso a informações, visitas a projetos, instalações, dependências ou produtos sob- inspeção.

§ 3º. Qualquer pessoa poderá denunciar a prática de infração ambiental cuja procedência será verificada pelo Agente Ambiental.

Art. 40º. Nos casos de embaraço à ação fiscalizadora, as autoridades policiais deverão prestar auxílio aos agentes fiscalizadores para a execução da medida ordenada.

SUBSEÇÃO II

DAS INFRAÇÕES AMBIENTAIS

Art. 41º. Para efeitos desta Lei, considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente ou que importe em inobservância dos preceitos desta Lei, seus regulamentos, decretos, normas técnicas e resoluções, bem como, das leis estaduais e federais, resoluções do CONAMA e outros dispositivos legais.

Art. 42º. Respondem pela infração, conjunta ou separadamente, todos aqueles que, de qualquer forma, concorrerem para sua prática ou deixarem de adotar medidas preventivas destinadas a evitar a sua ocorrência.

Parágrafo único. O infrator, seja pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, é responsável, independentemente de culpa ou dolo, pelo dano que sua atividade causar ao meio ambiente e a outrem.

Art. 43º. São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os agentes ambientais do órgão municipal do meio ambiente e da polícia militar especializada.

Art. 44º. A autoridade ambiental que tiver ciência ou notícia de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de corresponsabilidade.

§ 1º. Qualquer pessoa que tiver conhecimento ou notícia da ocorrência de infração ambiental deverá noticiar as autoridades relacionadas no artigo anterior, para efeito do exercício do seu poder de polícia.

§ 2º. A autoridade ambiental notificará o Ministério Público, obrigatoriamente, sempre que a infração for classificada como “gravíssima” e a seu critério, nos demais casos.

Art. 45º. Os autos de infração ambientais serão processados junto ao órgão ambiental municipal competente, incluindo aqueles lavrados pelos agentes do Batalhão da Polícia Militar de Proteção Ambiental.

Art. 46º. Nos casos em que a infração administrativa configurar crime incumbe ao agente de fiscalização levar ao conhecimento da autoridade policial.

SUBSEÇÃO III

DAS PENALIDADES

Art. 47º. Os infratores dos dispositivos da presente Lei, de seus regulamentos e do estabelecido pelas demais normas atinentes à matéria, ficam sujeitos às seguintes penalidades que poderão ser aplicadas cumulativamente, além das demais sanções civis ou penais, previstas pela legislação federal ou estadual:

I - Advertência por escrito, em que o infrator será notificado para fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de outras sanções previstas nesta Lei;

II - Multa simples no valor de 50 (cinquenta) até 85.000 (oitenta e cinco mil) Unidades Fiscal de Canabrava do Norte (UFCN);

III - Multa diária;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V- Destruição ou inutilização do produto;

VI - Suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - Embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

VIII - Demolição de obra;

IX - Suspensão parcial ou total das atividades; e

X - Restritiva de direitos.

XI - Interdição parcial ou total do estabelecimento ou atividade;

XII - Cassação de alvará de licenciamento da atividade ou empreendimento;

§1º. Os valores estabelecidos das multas nesta Lei, quando não disposto de forma diferente, referem-se à multa simples e não impedem a aplicação cumulativa das demais sanções.

§2º. A caracterização de negligência ou dolo será exigível nas hipóteses previstas nos incisos I e II do § 3o do art. 72 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 48º. A pena de multa consiste no pagamento de importância equivalente a:

I - Nas infrações leves, 50 até 500 UFCN;

II - Nas infrações graves, 500 até 10.000 UFCN; as infrações muito graves, 10.000 até 20.000 UFCN;

III - nas infrações gravíssimas, 20.000 até 85.000 UFCN.

Art. 49º. A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-MDC, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Parágrafo único. O órgão ou entidade ambiental poderá especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Art. 50º. A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§ 1º. Constatada a situação prevista no caput, o agente atuante lavrará auto de infração, indicando a conduta e o valor da multa - dia**.**

§ 2º. O valor da multa - dia deverá ser fixado de acordo com os critérios estabelecidos nesta Lei, não podendo ser inferior ao mínimo aqui estabelecido, nem superior a dez por cento do valor da multa simples máxima cominada para a infração.

§ 3º. A multa diária deixará de ser aplicada a partir da data em que o autuado apresentar ao órgão ambiental documentos que comprovem a regularização da situação que deu causa à lavratura do auto de infração.

§ 4º. O Caso o agente atuante ou a autoridade competente verifique que a situação que deu causa à lavratura do auto de infração não foi regularizada, a multa diária voltará a ser imposta desde a data em que deixou de ser aplicada, sendo notificado o autuado, sem prejuízo da adoção de outras sanções previstas nesta Lei.

§ 5º. O Por ocasião do julgamento do auto de infração, a autoridade ambiental deverá, em caso de procedência da autuação, confirmar ou modificar o valor da multa - dia, decidir o período de sua aplicação e consolidar o montante devido pelo autuado para posterior execução.

§ 6º. O valor da multa será consolidado e executado periodicamente após o julgamento final, nos casos em que a infração não tenha cessado.

§ 7º. A celebração de termo de compromisso de reparação ou cessação dos danos encerrará a contagem da multa diária.

Art. 51º. Quanto ao dano ambiental, as infrações serão classificadas levando-se em consideração:

I - A escala e a intensidade do dano;

II - O dano à saúde e à segurança pública;

III - Se o dano é temporário ou permanente, recuperável ou irrecuperável;

IV - O local da infração.

V - As circunstâncias atenuantes e agravantes da infração.

Parágrafo único. As sanções aplicadas pelo agente atuante estarão sujeitas à confirmação pela autoridade julgadora.

Art. 52º. São circunstâncias atenuantes:

I - Menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;

II - Arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação da agressão ambiental causada; comunicação prévia, pelo infrator, às autoridades competentes, de perigo iminente de degradação ambiental;

III - Colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental;

IV - Ser primário o infrator, e de natureza leve a falta por ele cometida;

V - Comunicação da infração acidental pelo próprio infrator.

Art. 53º. São circunstâncias agravantes:

I - Ser o infrator reincidente ou cometer a infração de forma continuada;

II - Ser o agente cometido a infração para obter vantagem pecuniária;

III - O infrator coagir outrem para a execução material da infração;

IV - Ter a infração consequências danosas à saúde pública;

V - Se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública e ao meio ambiente, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada para evitá-lo;

VI - Ter o infrator agido com dolo direto ou eventual;

VII - Não ter o infrator comunicado a infração ambiental autoridade competente;

VIII - A ocorrência de efeitos sobre a propriedade alheia;

IX - a infração atingir áreas sob proteção legal;

X - o emprego de métodos cruéis no abate ou captura de animais;

XI - decorrer a infração de omissão ou má-fé na operação de sistemas de tratamento de emissões.

§ 1º. A reincidência ocorrerá quando o mesmo agente cometer nova infração ambiental no período de 3**anos, classificada como:**

I - Específica: cometimento de infração da mesma natureza;

II - Genérica: o cometimento de infração ambiental de natureza diversa.

§ 2º No caso de infração, caracterizada pela repetição da ação ou omissão inicialmente punida, ou da flagrante omissão diante de uma notificação da autoridade competente, a penalidade de multa poderá ser aplicada de forma continuada, por tantos dias quantos sejam os da resistência do infrator a corrigi-la.

Art. 54º. A sanção de advertência poderá ser aplicada, mediante a lavratura de auto de infração, para as infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º. Consideram-se infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente aquelas em que a multa máxima cominada não ultrapasse o valor de R$ 1.000,00 (mil reais), ou que, no caso de multa por unidade de medida, a multa aplicável não exceda o valor referido.

§ 2º. Sem prejuízo do disposto no caput, caso o agente atuante constate a existência de irregularidades a serem sanadas, lavrará o auto de infração com a indicação da respectiva sanção de advertência, ocasião em que estabelecerá prazo para que o infrator sane tais irregularidades.

§ 3º. Sanadas as irregularidades no prazo concedido, o agente atuante certificará o ocorrido nos autos e dará seguimento ao processo administrativo.

§ 4º. Caso o autuado, por negligência ou dolo, deixe de sanar as irregularidades, o agente atuante certificará o ocorrido e aplicará a sanção de multa relativa à infração praticada, independentemente da advertência.

Art. 55º. A sanção de advertência não excluirá a aplicação de outras sanções.

Art. 56º. Fica vedada a aplicação de nova sanção de advertência no período de três anos contados do julgamento da defesa da última advertência ou de outra penalidade aplicada.

Art. 57º. São infrações ambientais, não excluindo as indicadas nos artigos 73 a 93 do Decreto Federal n. 6.514 de 2008 atualizado pelo Decreto Federal n. 6.686 de 2008 e 48 desta Lei:

I - Construir, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território do município, estabelecimentos, obras, atividades ou serviços submetidos ao regime desta Lei, sem licença exigida por Lei ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

II - Praticar atos de comércio e indústria ou serviços, compreendendo substâncias, produtos e artigos de interesse para a saúde ambiental, sem a necessária licença ou autorização dos órgãos competentes ou contrariando o disposto nesta Lei e na legislação estadual e federal pertinente. Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

III - Deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar qualquer fato relevante do ponto de vista ecológico e ambiental, de acordo como disposto nesta Lei Complementar, no seu regulamento e normas técnicas.

Pena: Incisos I e II do art. 47 desta Lei;

IV - Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de interesse ambiental. Pena: Incisos I e II do art. 47 desta Lei;

V - Opor-se à exigência de exames técnicos de laboratórios, à realização de auditorias técnicas ou à execução dessas ações pelas autoridades competentes.

Pena: Incisos I e II do art. 47 desta Lei;

VI - Utilizar, aplicar, comercializar, manipular, ou armazenar pesticidas, raticidas, fungicidas, inseticidas, herbicidas, e outros congêneres, pondo em risco a saúde ambiental, individual ou coletiva, em virtude de uso inadequado ou inobservância das normas legais, regulamentares ou técnicas aprovadas pelos órgãos competentes ou em desacordo com os receituários e registros pertinentes.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art.47 desta Lei;

VII - Descumprir, as empresas de transporte, seus agentes e consignatários, comandantes e responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, trens, veículos terrestres, nacionais e estrangeiros, normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências ambientais.

Pena: Incisos I, II, III, IV, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

VIII - Entregar ao consumo, desviar, alterar ou substituir, total ou parcialmente, produto interditado por aplicação dos dispositivos desta Lei; Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VII, VIII e IX do art.47 desta Lei;

IX - Dar início, de qualquer modo, ou efetuar parcelamento do solo sem aprovação dos órgãos competentes ou em desacordo com a mesma ou com inobservância das normas ou diretrizes pertinentes.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art.47 desta Lei;

X - Contribuir para que a água ou o ar atinjam níveis ou categorias de qualidade inferior aos fixados em normas oficiais. Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XI - Emitir ou despejar efluentes ou resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido na legislação.

Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art.47 desta Lei;

XII - Exercer atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente, sem licença do órgão ambiental competente ou em desacordo com a mesma.

Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art.47 desta Lei;

XIII - Causar a poluição das águas superficiais e do subsolo, particularmente os mananciais e as águas dos serviços públicos de abastecimento das comunidades.

Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XIV - Causar incômodo por emissões de substâncias odoríferas acima dos limites de percepção e além dos limites da propriedade em que se localiza a fonte emissora.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XV - Causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea dos habitantes de zonas urbanas. Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XVI - Desrespeitar interdições de uso, de passagens e outras restrições estabelecidas administrativamente para a proteção contra a de gradação ambiental ou, nesses casos, impedir ou dificultar a atuação de agentes do Poder Público.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XVII - Causar poluição do solo tornando qualquer área urbana ou rural imprópria para ocupação e uso. Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XVIII - Causar poluição de qualquer natureza que possa trazer dano à saúde ou ameaçar o bem estar do indivíduo ou da coletividade. Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XIX - Desenvolver atividades ou causar poluição de qualquer natureza, que provoque mortandade de mamíferos, aves, répteis, anfíbia ou peixe sou a destruição de plantas cultivadas ou silvestres.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XX - Desrespeitar as proibições ou restrições estabelecidas pelo Poder Público em Unidades de Conservação ou áreas protegidas por esta Lei Complementar.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XXI - Obstar ou dificultar a ação das autoridades ambientais competentes no exercício de suas funções.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XXII - Descumprir atos emanados da autoridade ambiental, visando à aplicação da legislação vigente. Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XXIII - Transgredir outras normas, diretrizes, padrões ou parâmetros federais, estaduais ou locais, legais ou regulamentares à proteção da saúde ambiental ou do meio ambiente.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XXIV – Praticar maus tratos em animais. Pena: Incisos I, II, III e IX do art. 47 desta Lei;

XXV - Destruir ou causar danos à vegetação arbórea urbana e às de preservação permanente, inclusive àquelas associadas aos sítios arqueológicos.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XXVI - Emitir sons, ruídos ou vibrações, em desacordo com os limites estabelecidos nesta Lei e legislação estadual ou federal pertinente.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

Art. 58º. As sanções restritivas de direito aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas são:

I - Suspensão de registro, licença ou autorização;

II - Cancelamento de registro, licença ou autorização;

III - Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

IV - Perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; e proibição de contratar com a administração pública;

§ 1º. A autoridade ambiental fixará o período de vigência das sanções previstas neste artigo, observando os seguintes prazos:

I – Até 3 (três) anos para a sanção prevista no inciso V;

II – Até 1 (um) ano para as demais sanções.

§ 2º. Em qualquer caso, a extinção da sanção fica condicionada à regularização da conduta que deu origem ao auto de infração.

Art. 59º. Em caso de aplicação de penalidade concomitante pelo Estado e Município, prevalecerá a que primeiro tiver sido imposta.

SEÇÃO XIV

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 60º. As infrações à legislação ambiental serão apuradas em procedimento administrativo próprio e sua instauração dar-se-á com a lavratura de auto de infração, em 3 (três) vias, devendo a segunda via ser destinada a formalização do procedimento.

Art. 61º. Os agentes devem, no exercício de suas funções fiscalizadoras, ao constatarem a ocorrência de infração ao disposto nesta Lei, lavrar os seguintes instrumentos legais do exercício da atividade, de acordo com a necessidade estabelecida:

I - Auto de notificação;

II - Auto de infração;

III - Termo de embargo e/ou interdição;

IV - Termo de apreensão e notificação.

Art. 62º. Constatada a infração ambiental, o agente atuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

I - Apreensão;

II - Embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

III - Suspensão de venda ou fabricação de produto;

IV - Suspensão parcial ou total de atividades;

V - Destruição ou inutilização dos produtos, subprodutos e instrumentos da infração; e

VI - Demolição.

§ 1º. As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

§ 2º. A aplicação de tais medidas será lavrada em formulário próprio, sem emendas ou rasuras que comprometam sua validade, e deverá conter, além da indicação dos respectivos dispositivos legais e regulamentares infringidos, os motivos que ensejaram o agente atuante a assim proceder.

§ 3º. A administração ambiental estabelecerá os formulários específicos a que se refere o § 2º.

§ 4º. O embargo de obra ou atividade restringe-se aos locais onde efetivamente caracterizou-se a infração ambiental, não alcançando as demais atividades realizadas em áreas não embargadas da propriedade ou posse ou não correlacionadas com a infração."

Art. 63º. A suspensão de venda ou fabricação de produto constitui medida que visa a evitar a colocação no mercado de produtos e subprodutos oriundos de infração administrativa ao meio ambiente ou que tenha como objetivo interromper o uso contínuo de matéria-prima e subprodutos de origem ilegal.

Art. 64º. A suspensão parcial ou total de atividades constitui medida que visa a impedir a continuidade de processos produtivos em desacordo com a legislação ambiental.

Art. 65º. O ato administrativo que instaura o procedimento administrativo de apuração das infrações ambientais ou o auto de notificação deverá conter:

I - O nome do infrator e sua qualificação nos termos da lei;

II - Local data e hora da infração;

III - Descrição da infração e menção ao disposto legal ou regulamentar transgredido;

IV - Ciência pelo autuado, de que responderá pelo fato em processo administrativo;

V - Assinatura do autuado ou, na ausência ou recusa, de duas testemunhas e do atuante;

VI - Nome do agente fiscal e assinatura;

VII - No caso de aplicação das penalidades de embargo, apreensão e de suspensão de venda do produto, do auto de notificação deve constar ainda, a natureza, quantidade, nome e/ou marca, procedência, local onde o produto ficará depositado e seu fiel depositário.

§ 1º. Os produtos perecíveis, se próprios para o consumo humano, serão doados imediatamente para entidades filantrópicas.

§ 2º. A notificação/intimação dar-se-á sucessivamente, da seguinte forma:

I - Pessoalmente;

II - Por seu representante legal;

III - Por carta registrada com ávido de recebimento;

IV - Por edital, se estiver o infrator em lugar incerto e não sabido ou não for encontrado no endereço indicado;

V - Por outros meios admitidos pela legislação em vigor.

§ 3.º Se o infrator for notificado pessoalmente e se recusar a exarar ciência, deverá essa circunstância ser expressamente mencionada pela autoridade que efetuou a notificação na presença de 2 testemunhas que assinarão o Auto e o entregará ao autuado.

§ 4º. Nos casos de evasão ou ausência do responsável pela infração administrativa, e inexistindo preposto identificado, o agente atuante encami-

nhará o auto de infração por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a sua ciência.

§ 5º. O edital referido no inciso III, do parágrafo 2º, será publicado uma única vez, pela imprensa oficial do Município, ou por diário de grande circulação local, considerando-se efetuada a notificação cinco 05 (cinco) dias após a publicação.

Art. 66º. Os agentes e/ou fiscais ficam responsáveis pelas declarações que fizerem nos autos da infração, sendo passíveis de punição, por falta grave, em caso de falsidade ou omissão dolosa.

Art. 67º. O infrator poderá apresentar defesa prévia, pessoalmente ou através de advogado, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação.

§ 1º. A defesa prévia é o momento em que o infrator poderá confessar-se responsável, considerando-se essa confissão inicial como atenuante.

§ 2º. O infrator poderá apresentar os documentos que tiver para a sua defesa, sendo facultado, também, se pertinente, o pedido de realização de prova pericial.

§ 3º. A apresentação de defesa prévia não terá efeito suspensivo no concernente às penalidades de apreensão, interdição e suspensão de atividades.

§ 4º. O órgão ambiental municipal responsável aplicará o desconto de trinta por cento de que trata o art. 3º da Lei nº 8.005, de 22 de março de 1990, sempre que o autuado decidir efetuar o pagamento da penalidade no prazo previsto no caput.

§ 5º. O órgão ambiental municipal responsável concederá desconto de trinta por cento do valor corrigido da penalidade, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.005, de 1990, para os pagamentos realizados após o prazo do caput e no curso do processo pendente de julgamento.

Art. 68º. Decorrido o prazo ora estabelecido sem apresentação de defesa, será o autuado considerado revel, caso em que os prazos, a partir daí, correrão independentemente de intimação, salvo se, posteriormente, habilitar-se regularmente nos autos, quando então será intimado dos atos verificados após essa habilitação.

Parágrafo único. Requerimentos formulados fora do prazo de defesa não serão conhecidos, podendo ser desentranhados dos autos conforme decisão da autoridade ambiental competente.

Art. 69º. O servidor que presidir o procedimento administrativo analisará a defesa prévia, e requisitará emissão de parecer do departamento jurídico do município, deferindo ou indeferindo motivadamente os pedidos.

§ 1º. Os exames periciais fornecidos, ou que possam ser fornecidos normalmente pelos órgãos públicos, sem despesas extraordinárias, serão anexados ao procedimento.

§ 2º. Quando houver deferimento do pedido de prova pericial solicitada pelo infrator, caberá ao mesmo depositar os honorários dessa prova no prazo de três (03) dias, sob pena do indeferimento automático do pedido de prova.

§ 3º A oitiva das testemunhas, quando houver, deverá ser marcada no prazo máximo de vinte dias, a contar da data da notificação do infrator.

Art. 70º. As provas propostas pelo autuado, quando impertinentes, desnecessárias ou protelatórias poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada da autoridade julgadora competente.

Art. 71º. Encerrada a instrução, o autuado terá o direito de manifestar-se em alegações finais, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§ 1º. A autoridade julgadora publicará em sua sede administrativa a relação dos processos que entrarão na pauta de julgamento, para fins de apresentação de alegações finais pelos interessados.

Art. 72º. Terminada a produção das provas, o servidor competente do quadro da assessoria jurídica municipal proferirá decisão, concluindo pela aplicação ou não das penalidades correspondentes às infrações apontadas no procedimento, conforme decidir pela procedência ou improcedência dos pedidos, devendo esta decisão ser homologada pelo Prefeito ou pelo Secretario de Meio Ambiente e Agricultura que atenderá as demandas ambientais.

§ 1º. O infrator será intimado por via postal, com aviso de recebimento, ou pessoalmente, por servidor designado.

§ 2º. Não tendo sido encontrado nesta fase ou nas fases anteriores do procedimento, a intimação será feita pela imprensa oficial do Município, ou por diário de grande circulação local.

Art. 73º. Julgado o auto de infração, o autuado será notificado por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a certeza de sua ciência para pagar a multa no prazo de cinco dias, a partir do recebimento da notificação, ou para apresentar recurso.

Parágrafo único. O pagamento realizado no prazo disposto no caput contará com o desconto de trinta por cento do valor corrigido da penalidade, nos termos do art. 4º da Lei no 8.005, de 1990.

Art. 74º. Da decisão proferida e homologada pelo órgão Municipal competente, caberá recurso, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da intimação da decisão proferida, ao Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA.

§ 1º. O recurso administrativo previsto no caput deste artigo será encaminhado ao COMDEMA, que poderá propor a redução da intensidade ou o cancelamento das penalidades impostas, a partir de julgamento na câmara técnica pertinente.

§ 2º. Ao recurso, deverá ser juntado o parecer emitido pelo setor jurídico do município.

Art. 75º. Transitada em julgado a decisão administrativa será o infrator notificado a recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, a multa;

§ 1º. O valor da multa poderá ser parcelado, na forma do regulamento.

§ 2º. Os valores arrecadados em pagamentos de multas por infração ambiental serão revertido ao Fundo Municipal de Meio Ambiente.

§ 3º. Verificado o não recolhimento da multa no prazo estabelecido a autoridade administrativa providenciará o encaminhamento do processo para inscrição em Dívida Ativa e cobrança judicial.

SEÇÃO XV

DO PROCEDIMENTO DE CONVERSÃO DE MULTA SIMPLES EM SERVIÇOS DE PRESERVAÇÃO, MELHORIA E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE

Art. 76º. A autoridade ambiental poderá, nos termos do que dispõe o § 4º do art. 72 da Lei n. 9.605, de 1998, converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Art. 77º. São considerados serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente:

I - Execução de obras ou atividades de recuperação de danos decorrentes da própria infração;

II - Implementação de obras ou atividades de recuperação de áreas degradadas, bem como de preservação e melhoria da qualidade do meio ambiente;

III - Custeio ou execução de programas e de projetos ambientais desenvolvidos por entidades públicas de proteção e conservação do meio ambiente; e

IV - Manutenção de espaços públicos que tenham como objetivo a preservação do meio ambiente.

Art. 78º. Não será concedida a conversão de multa para reparação de danos de que trata o inciso I do artigo anterior, quando:

I - Não se caracterizar dano direto ao meio ambiente; e

II - A recuperação da área degradada puder ser realizada pela simples regeneração natural.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, a multa poderá ser convertida nos serviços descritos nos incisos II, III e IV do art. XXX, sem prejuízo da reparação dos danos praticados pelo infrator.

Art. 79º. O autuado poderá requerer a conversão de multa de que trata esta Seção por ocasião da apresentação da defesa.

Art. 80º. O valor dos custos dos serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente não poderá ser inferior ao valor da multa convertida.

§ 1º. Independentemente do valor da multa aplicada, fica o autuado obrigado a reparar integralmente o dano que tenha causado.

§ 2º. A autoridade ambiental aplicará o desconto de quarenta por cento sobre o valor da multa consolidada.

Art. 81º. A conversão de multa destinada à reparação de danos ou recuperação das áreas degradadas pressupõe que o autuado apresente pré-projeto acompanhando o requerimento.

§ 1º. Caso o autuado ainda não disponha de pré-projeto na data de apresentação do requerimento, a autoridade ambiental, se provocada, poderá conceder o prazo de até trinta dias para que ele proceda à juntada aos autos do referido documento.

§ 2º. A autoridade ambiental poderá dispensar o projeto de recuperação ambiental ou autorizar a substituição por projeto simplificado quando a recuperação ambiental for de menor complexidade.

§ 3º. Antes de decidir o pedido de conversão da multa, a autoridade ambiental poderá determinar ao autuado que proceda a emendas, revisões e ajustes no pré-projeto.

§ 4º. O não atendimento por parte do autuado de qualquer das situações previstas neste artigo importará no pronto indeferimento do pedido de conversão de multa.

Art. 82º. Por ocasião do julgamento da defesa, a autoridade julgadora deverá, numa única decisão, julgar o auto de infração e o pedido de conversão da multa.

§ 1º. A decisão sobre o pedido de conversão é discricionária, podendo a administração, em decisão motivada, deferir ou não o pedido formulado.

§ 2º. Em caso de acatamento do pedido de conversão, deverá a autoridade julgadora notificar o autuado para que compareça à sede da respectiva unidade administrativa para a assinatura de termo de compromisso.

§ 3º. O deferimento do pedido de conversão suspende o prazo para a interposição de recurso durante o prazo definido pelo órgão ou entidade ambiental para a celebração do termo de compromisso.

Art. 83º. Havendo decisão favorável ao pedido de conversão de multa, as partes celebrarão termo de compromisso, que deverá conter as seguintes cláusulas obrigatórias:

I - Nome, qualificação e endereço das partes compromissadas e dos respectivos representantes legais;

II - Prazo de vigência do compromisso, que, em função da complexidade das obrigações nele fixadas, poderá variar entre o mínimo de noventa dias e o máximo de três anos, com possibilidade de prorrogação por igual período;

III - Descrição detalhada de seu objeto, valor do investimento previsto e cronograma físico de execução e de implantação das obras e serviços exigidos, com metas a serem atingidas;

IV - Multa a ser aplicada em decorrência do não cumprimento das obrigações nele pactuadas, que não poderá ser inferior ao valor da multa convertida, nem superior ao dobro desse valor; e

V - Foro competente para dirimir litígios entre as partes.

§ 1º. A assinatura do termo de compromisso implicará renúncia ao direito de recorrer administrativamente.

§ 2º. A celebração do termo de compromisso não põe fim ao processo administrativo, devendo a autoridade competente monitorar e avaliar, no máximo a cada dois anos, se as obrigações assumidas estão sendo cumpridas.

§ 3º. O termo de compromisso terá efeitos na esfera civil e administrativa.

§ 4º. O descumprimento do termo de compromisso implica:

I - Na esfera administrativa, a imediata inscrição do débito em Dívida Ativa para cobrança da multa resultante do auto de infração em seu valor integral; e

II - Na esfera civil, a imediata execução judicial das obrigações assumidas, tendo em vista seu caráter de título executivo extrajudicial.

§ 5º. O termo de compromisso poderá conter cláusulas relativas às demais sanções aplicadas em decorrência do julgamento do auto de infração.

§ 6º. A assinatura do termo de compromisso tratado neste artigo suspende a exigibilidade da multa aplicada.

Art. 84º. Os termos de compromisso deverão ser publicados no diário oficial, mediante extrato.

Art. 85º. A conversão da multa não poderá ser concedida novamente ao mesmo infrator durante o período de cinco anos, contados da data da assinatura do termo de compromisso.

CAPÍTULO III DA PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO AMBIENTAL

SEÇÃO I DO SOLO

Art. 86º. Compete ao Poder Público Municipal:

I - Garantir a adequada utilização do solo, minimizando os processos físicos, químicos e biológicos de degradação, pelo adequado planejamento, desenvolvimento, fomento e disseminação de tecnologia apropriadas e manejo;

II - Promover, no que couber, ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

III - Garantir como prioridade o controle da erosão, especialmente do manejo integrado de solo e água;

IV - Adotar medidas mitigadoras que evitem desertificação e favoreçam a recuperação das áreas degradadas;

V - Regulamentar o uso e a ocupação do solo nas porções do território de marcante energia de relevo;

VI - Proteger e regulamentar o uso das principais linhas orográficas definidoras das paisagens municipais.

VII - Elaborar, nos termos da Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos.

§ 1º. O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos poderá ser realizado pelo Município ou em Consórcio com outros Municípios, aplicando-se o disposto no inciso III, § 3º do artigo 19 da Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 e em consonância às Unidades de Conservação de Uso Sustentável Estaduais números 13 e 14.

§ 2º. Os planos ou projetos públicos ou privados de uso de recursos naturais no município de Canabrava do Norte - MT, bem como os de uso, ocupação e parcelamento do solo devem respeitar as necessidades do equilíbrio ecológico e as diretrizes e normas de proteção ambiental.

§ 3º. Na análise dos projetos de uso e ocupação do solo ou loteamentos, o órgão ambiental municipal, no âmbito de sua competência, deverá manifestar-se, dentre outros, necessariamente sobre os seguintes aspectos:

I - Reserva de áreas verdes e proteção de interesses paisagísticos e ecológicos;

II - Utilização de áreas com terrenos alagadiços ou sujeitos a inundações;

III - Ocupação de áreas onde o nível de poluição local impeça condições sanitárias mínimas;

IV - Sistema de abastecimento de água;

V - Coleta, tratamento e disposição final de esgotos e resíduos sólidos;

VI - Ocupação de áreas aterradas com material nocivo à saúde;

VII - Ocupação de áreas de média a alta fragilidade sujeita a processos erosivos;

§ 4º. Os loteamentos urbanos em áreas de solos arenosos com declividade acima de 10% deverão conter sistemas de drenagem de águas pluviais, dê modo a minimizar os processos erosivos e assoreamento dos corpos de água.

SUBSEÇÃO I

DO ATERRO SANITÁRIO

Art. 87º. A implantação do aterro sanitário municipal deverá seguir as regras específicas do Plano Diretor, do uso e ocupação do solo, bem como do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Municipal ou mediante Plano consorcial.

Art. 88º. Nos termos da Lei 12.305 de 20 de agosto de 2010, a implantação do aterro sanitário deverá ser regulamentada.

SUBSEÇÃO II

DOS ASSENTAMENTOS URBANOS

Art. 89º. Os assentamentos urbanos ficam sujeitos, dentre outras, às seguintes normas:

I - É vedada a urbanização das áreas de contribuição imediata dos mananciais destinados ao abastecimento urbano;

II - É vedado o lançamento de esgotos domésticos “in natura” nos cursos d’água;

III-Será coibida a expansão urbana em áreas (de elevado índices de relevo) de relevo acima de 30% de declividade e de média a alta fragilidade, obedecida a legislação federal em vigor;

IV - Nas áreas de relevante interesse turístico e paisagístico, os padrões de urbanização e as dimensões das edificações devem guardar relações de harmonia e proporção com as linhas orográficas definidoras da paisagem local;

V - Proibir os processos urbanísticos em áreas sujeitas a inundações, no intuito de proteger as populações de eventuais catástrofes;

VI - A expansão urbana deverá se desenvolver de forma a minimizar os impactos sobre as associações vegetais relevantes e remanescentes de cobertura vegetal primitiva;

VII - Zelar pela manutenção da capacidade de infiltração do solo, principalmente nas áreas de recarga de aquíferos subterrâneos, mediante medidas específicas.

VIII - Obedecer critérios técnicos de elegibilidade para as áreas destinadas aos assentamentos urbanos e facultar necessidade de licenciamento prévio.

SUBSEÇÃO III

DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Art. 90º. Os assentamentos rurais deverão obedecer, dentre outras, as seguintes normas:

I - Os projetos de assentamentos deverão ser desenvolvidas de forma a estabelecer módulos compatíveis com a capacidade de uso do solo, traçados de maneira a minimizar a erosão, protegendo as áreas com limitação natural à exploração agrícola;

II – Através de seus mecanismos de fomento e de zoneamento agrícola, parte do antrópico-ambiental, deverão ser estabelecidas políticas destinadas a compatibilizar o potencial agrícola dos solos e a dimensão das unidades produtivas de forma a otimizar seu rendimento econômico e a proteção do meio ambiente, de conformidade com o zoneamento estadual e suas políticas;

III – Os módulos rurais mínimos, o parcelamento do solo rural e os projetos de assentamentos deverão assegurar áreas mínimas que garantam a compatibilização entre as necessidades de produção e manutenção dos sistemas florísticos da região, bem como das áreas de preservação permanente de interesse local.

SUBSEÇÃO IV DO USO DO SOLO

Art. 91º. Na análise de projetos de ocupação, uso e parcelamento do solo, o Município em consonância com os órgãos estaduais e federais pertinentes, manifestar-se-á de forma orientativa em relação aos aspectos de proteção do solo, da fauna, da cobertura vegetal e das águas superficiais, subterrâneas, fluentes, emergentes e reservadas, sempre que os projetos:

I - Exijam práticas conservacionistas de controle de erosão, de recuperação ou manutenção das condições físicas, químicas e biológicas do solo e de adequação da operacionalização da propriedade rural, com base em conhecimentos técnico-científicos disponíveis;

II - Necessitem da construção ou manutenção de estradas e carreadores, devendo ser precedidos de estudos prévios pelos quais serão definidos os cuidados e os tratamentos conservacionistas adequados a fim de evitar a erosão ou eliminá-la, quando já existente;

III - Tenham interferência sobre reservas de áreas verdes e sobre a proteção de interesses arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos, históricos, arqueológicos, culturais, espeleológicos e ecológicos.

§ 1º. Consideram-se tratamentos conservacionistas as medidas e procedimentos adequados que evitem ou solucionem problemas de erosão, nos leitos das estradas, taludes e faixas de domínio, bem como seus efeitos nas propriedades adjacentes.

§ 2º. As propriedades adjacentes não poderão utilizar-se do leito das estradas para canalizar as águas das chuvas oriundas da própria propriedade.

§ 3º. Os proprietários rurais deverão, a qualquer época, permitir o desbarrancamento para viabilizar a correção e contenção das águas pluviais do leito das estradas e para a construção de passadores, na distância equivalente a até três vezes a largura das estradas, em cada margem.

Art. 92º. Os projetos de controle de erosão, realizados pelos órgãos municipais competentes nas áreas urbana e rural, deverão ser compatibilizados às áreas limítrofes do perímetro urbano, considerando a existência de pontos comuns de superposição de espaços.

Art. 93º. A conservação do solo e dos recursos naturais deverá fazer parte obrigatória do currículo básico de ensino das redes pública e privada, integrando-os nos termos transversais desenvolvidos através de projetos interdisciplinares.

Art. 94º. Nas estradas rurais particulares e de acesso às propriedades, deve o proprietário rural manter e conservar a mesma, criando mecanismos de contenção de águas pluviais, de forma a evitar arraste, carregamento e erosão de solo, sob pena de aplicação de sanções previstas nesta lei.

SUBSEÇÃO V

DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DAS EDIFICAÇÕES

Art. 95º. O Município exigirá adequação às normas municipais, estaduais ou federais relacionadas à construção civil, para aprovação de projetos de

edificações públicas e privadas, objetivando economia de energia elétrica destinada à climatização, à iluminação e aquecimento da água.

Art. 96º. Sem prejuízo de outras licenças exigidas em lei, estão sujeitos à aprovação do Município, o projeto de construção, reconstrução, reforma e ampliação de edificações destinadas a:

I - Manipulação, industrialização, armazenagem e comercialização de produtos químicos e farmacêuticos;

II - Atividades que produzam elementos poluentes que possam contaminar pessoas ou degradar o meio ambiente;

III - Indústrias de qualquer natureza;

IV - Espetáculos ou diversões públicas, quando potenciais produtores de ruídos.

Art. 97º. Os proprietários e/ou usuários de edificações, ficam obrigados a cumprir as normas determinadas pelas autoridades ambientais e sanitárias.

Art. 98º. Os cemitérios e crematórios obedecerão às normas ambientais e outras necessárias aprovadas pela SEMA-MT ou outra específica por lei no que se refere à localização, construção, instalação e funcionamento.

SEÇÃO II DO AR

Art. 99º. Compete ao Poder Público Municipal:

I – Garantir padrões de qualidade do ar, consentâneos com as necessidades de saúde pública, assim como controlar a poluição sonora em áreas urbanas em conformidade com a lei de uso, ocupação e parcelamento do solo e outra legislação pertinente á matéria;

II – Garantir o monitoramento da qualidade do ar com especial atenção para aglomerados urbanos, distritos e zonas industriais;

III – Fiscalizar os padrões de emissão de gases e ruídos dos veículos automotores de acordo com as normas estabelecidas a nível federal e estadual;

IV – Estimular o desenvolvimento e aplicação de processos tecnológicos que minimizem a geração da poluição atmosférica.

Art. 100º. Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidade que possam ser perceptíveis fora dos limites da área de propriedade da fonte emissora.

§ 1º. A constatação de percepção de que trata este artigo será efetuada por técnicos credenciados do órgão competente municipal.

§ 2º. Toda fonte de poluição do ar deverá ser provida de ventilação local exaustora e o lançamento de efluentes na atmosfera somente poderá ser realizado após tratamento, conforme a legislação pertinente.

§ 3º. O transporte coletivo da frota pública ou sob concessão, deverá implantar sistema de catalizadores para diminuir a poluição atmosférica nos termos da Lei 9.605 de 1998.

§ 4º. O desprendimento de odores desagradáveis, incômodos ou prejudiciais a saúde e ao bem estar da comunidade não deverá ser percebido além dos limites da propriedade da fonte geradora.

§ 5º. Fica proibida a queima ao ar livre de resíduos sólidos, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecida pelo órgão competente;

§ 6º. Somente será permitida a execução de fogueira por ocasião de festas juninas em locais que não interfiram com o transito e nem apresentem perigo ao bem-estar da população;

§ 7º. O lançamento de emissões provenientes de queima de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos deverá ser realizado através de chaminé.

Art. 101º. O armazenamento de material fragmentado ou particulado deverá ser feito em silos adequadamente vedados ou em outro sistema de controle da poluição do ar de eficiência igual ou superior, de modo a impedir o arraste, pela ação dos ventos, do respectivo material.

Art. 102º. As operações de cobertura de superfícies realizadas por aspersão, tais como pintura ou aplicação de verniz a revólver, deverão realizar-se em compartimento próprio provido de sistemas de ventilação local e de equipamentos eficientes para a retenção de material particulado e odor.

Art. 103º. As pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, são obrigadas a auto monitorar suas atividades quanto à emissão de gases, partículas e ruídos.

SEÇÃO III

DA ÁGUA

Art. 104º. As ações do Município no sentido da gestão, uso, proteção, conservação, recuperação e preservação dos recursos hídricos estão calcadas na legislação federal e estadual pertinente, colaborando na implantação da Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei Estadual nº 6.945 de 05 de novembro de 1997).

Art. 105º. Na gestão dos recursos hídricos, a Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura deverá desenvolver programas de monitoramento da qualidade das águas.

Art. 106º. Visando apoiar os proprietários no reflorestamento das Áreas de Preservação Permanente, o Executivo Municipal poderá firmar convênios de cooperação técnica e financeira com órgãos estaduais e federais, bem como manter estrutura adequada e viveiro de espécies nativas.

Art. 107º. A Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura deverá proceder ao cadastramento de todas as captações de água para irrigação ou abastecimento urbano e industrial, caracterizando as condições de uso.

Art. 108º. A Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, considerando o que determina as Resoluções CEHIDRO n.º 18, 27 e 29 do SEMA – MT de atribuições da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso deve:

I - Exercer controle sobre as formas de captação e exploração, através do cadastramento, licenciamento e autorização dos poços situados no Município que atinjam, tanto o nível freático como o profundo, inclusive cisternas;

II - Realizar programas permanentes de detecção e controle quantitativo de perdas no sistema público de abastecimento de água;

III - Estabelecer critérios e executar programas de controle das fontes poluidoras e controlar e recuperar as áreas degradadas;

IV - Estabelecer critérios para a localização industrial, baseados nos princípios de que o seu abastecimento industrial deverá ser feito preferencialmente através de águas de superfície devidamente tratadas com esgotos lançados no mesmo corpo de abastecimento;

V - Promover incentivos para reuso e recirculação de águas nas indústrias e outras atividades.

VI - Licenciar a operação dos poços na forma de licença ambiental.

Art. 109º. Todos os proprietários, urbanos ou rurais, que dispuserem de poços rasos ou profundos deverão cadastrá-los na Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura dentro do prazo de 180 dias contados da data de publicação do presente código, fornecendo os dados solicitados pela Prefeitura.

Art. 110º. Para efeito do disposto deste artigo, entende-se por derivação qualquer utilização ou obra em recursos hídricos, bem como os lançamentos efluentes líquidos em cursos d`água.

§ 1º. O Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênios com o Estado ou com a União para a outorga de concessão, permissão ou autorização para o uso e derivação das águas públicas, nos termos e condições da legislação pertinente.

§ 2º. Nos convênios referidos no parágrafo anterior, serão definidas as formas e as condições da outorga de concessões, permissões ou autoriza-

ções para o uso e derivação de águas, bem como os limites, condições técnicas e poderes de controle atribuídos por delegação ao Município.

Art. 111º. Ocorrendo à delegação de poderes, a Administração Pública deverá exigir que as obras necessárias à derivação sejam projetadas e executadas sob responsabilidade de profissional habilitado, devidamente registrado no CREA, devendo qualquer alteração no projeto, ou modificação da vazão captada ou lançada ser previamente aprovada pelo órgão competente.

Art. 112º. É proibido manter águas estagnadas em terrenos urbanos, ficando seus proprietários, ou possuidores a qualquer título, obrigados a drená-los.

Art. 113º. Outras medidas de restrição de uso e ocupação do solo urbano e rural, que visem à proteção dos corpos d`água, ou seja, massa de água subterrânea ou de superfície cuja quantidade pode variar ao longo do tempo, compreendendo cursos d`água, aquíferos e reservatórios naturais ou artificiais, poderão ser tomadas por lei.

SUBSEÇÃO III

DO SANEMANETO BÁSICO

Art. 114º. A promoção de medidas de saneamento básico, residencial, comercial e industrial, essenciais à proteção do meio ambiente, constitui obrigação do poder público, da coletividade e dos detentores dos meios de produção, cabendo-lhes, no exercício da atividade, cumprir determinações legais regulamentares, bem como atender às recomendações, vedações e interdições ditadas pelas autoridades ambientais e sanitárias competentes.

Art. 115º. Os serviços de saneamento básico, tais como os de abastecimento de água, coleta, tratamento e disposição final de esgotos e de lixo, operados por órgãos e entidades de qualquer natureza, estão sujeitos ao controle do órgão municipal competente, sem prejuízo daquele exercido por outros órgãos nas esferas estadual e federal, observado o disposto neste código, no seu regulamento e nas demais normas técnicas correlatas.

Parágrafo Único. A construção, reconstrução, reforma, ampliação e operação de sistemas de saneamento básico, bem como a perfuração e a operação de poços tubulares profundos e/ou artesianos, deverá ter seus respectivos projetos aprovados previamente pelos órgãos ambientais competentes, observados o disposto pela legislação Federal, Estadual e Municipal, especialmente o Plano Municipal de Saneamento Básico vigente.

Art. 116º. Os órgãos e entidades responsáveis pela operação do sistema de abastecimento público de água deverão adotar as normas e o padrão de potabilidade do produto, estabelecidos pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Agricultura, de Meio Ambiente, de Turismo e pelo CONSEMA.

Art. 117º. Os órgãos e entidades a que se refere o artigo anterior estão obrigados a adotar as medidas técnicas corretivas destinadas a sanar, de imediato, as falhas que impliquem inobservância das normas e do padrão de potabilidade da água.

Art. 118º. O município garantirá o acesso público ao registro permanente de informações sobre a qualidade da água fornecida pelos sistemas de abastecimento público.

Art. 119º. É obrigação do proprietário ou do usuário do imóvel a construção de adequadas instalações domiciliares de abastecimento, armazenamento, distribuição e esgotamento de água, cabendo-lhes a necessária conservação, sendo que, todo projeto de sistema de tratamento e destinação final de efluentes deverá ser aprovado pelo órgão ambiental competente, sem prejuízo das competências de outros órgãos.

Art. 120º. No município serão instaladas pelo poder público, diretamente ou em regime de concessão, estações de tratamento, elevatórias, rede coletora e emissários de esgotos sanitários.

Art. 121º. É obrigatória a existência de instalações sanitárias adequadas nas edificações e a sua ligação à rede pública coletora quando devidamente instalada no Município.

§ 1º. Enquanto não existir rede coletora de esgoto, as medidas adequadas ficam sujeitas à aprovação do órgão ambiental competente, sem prejuízo das competências de outros órgãos, que fiscalizará a sua execução e manutenção, sendo vedado o lançamento de esgotos "in natura" a céu aberto ou na rede de águas pluviais.

§ 2º. Quando o esgoto doméstico for lançado em galeria pluvial em função da inexistência de rede coletora de esgoto, o mesmo deve receber tratamento adequado, inclusive desinfecção, a nível tal que não provoque qualquer dano a coletividade, cabendo à municipalidade, através do órgão municipal competente, cobrar relatórios e análises periódicas de qualidade do efluente final a ser providenciado pelo responsável gerador do despejo.

§ 3º. Por notificação do órgão municipal competente, a concessionária dos serviços de saneamento básico fará as ligações de prédios servidos pela rede coletora de esgotos sanitários, lançando os valores à conta do beneficiário ou outra forma, nos moldes do estabelecido nos termos da concessão.

Art. 122º. A coleta, o transporte, tratamento e disposição final do lixo processar-se-ão em condições que não tragam malefícios ou inconvenientes à saúde, ao bem estar público ou ao meio ambiente.

Parágrafo Único. A Prefeitura Municipal fará o monitoramento dos líquidos percolados dos aterros de lixo urbano e industrial do município, fornecendo à Secretaria Municipal de Meio Ambiente as informações e os dados resultantes dessa atividade.

Art. 123º. Fica expressamente proibido:

I - Deposição indiscriminada de lixo em locais inapropriados, tanto em áreas urbanas como rurais;

II - A incineração e a disposição final de lixo a céu aberto;

III - O lançamento de lixo em água de superfície, sistemas de drenagem de águas pluviais, poços, cacimbas e áreas erodidas.

Parágrafo único. É obrigatória a desinfecção do lixo dos serviços de saúde, bem como sua adequada coleta e transporte e disposição final adequada, sempre obedecidas às normas técnicas pertinentes.

Art. 124º. Fica proibido o despejo de efluentes líquidos residenciais, comerciais e indústrias diretamente nos corpos d'água ou bueiros, sem o devido tratamento. Os estabelecimentos comerciais, industriais e residenciais, que lançam efluentes sem prévio tratamento nos corpos de água. Terão prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da sansão desta lei para regularização, com a implantação de pelo menos de sistema fossa séptica-sumidouro, nos locais onde não existe rede de coleta de esgoto. Neste caso, serão vetado a construção de sistema de tratamento de efluentes em locais onde o lençol freático encontra-se aflorante ou semi-aflorante, áreas úmidas, APP e veredas.

SEÇÃO IV

DA FLORA

Art. 125º. As florestas e as demais formas de vegetação existente no território municipal, reconhecidas de utilidade para as terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

Parágrafo Único. As ações que contrariem o disposto neste Código, relativamente à utilização e exploração das florestas e demais formas de vegetação, são consideradas uso nocivo da propriedade.

Art. 126º. Consideram-se de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural situada:

I - Ao longo de qualquer curso d'água, calculados do seu nível mais alto, em faixa marginal, cuja largura mínima será:

a) De 30 m (trinta metros) para os cursos d´água de menos de 10 m (dez metros) de largura;

b) De 50m (cinquenta metros), para os cursos d'água que tenham de 10 m (dez metros) até 50m (cinquenta metros) de largura;

c) De 100m (cem metros), para os cursos d'água que tenham de 50m (cinquenta metros) a 200m (duzentos metros) de largura;

d) De 200m (duzentos metros), para os cursos d´água que tenham de 200 m (duzentos metros) até 600 m (seiscentos metros) de largura;

e) De 500 m (quinhentos metros) para os cursos d´água que tenham largura superior a 600 m (seiscentos metros).

II - Ao redor das lagoas ou lagos e reservatórios d'água naturais ou artificiais, represas hidrelétricas ou de uso múltiplo, em faixa marginal, cuja largura mínima será de 100m (cem metros);

III - Nas nascentes, ainda que intermitentes, nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja sua situação topográfica, nas veredas, e nas cachoeiras ou quedas d'água, num raio mínimo de 100m (cem metros);

IV - No topo dos morros, montes e serras;

V - Nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45 (quarenta e cinco) graus, equivalente a 100% na linha de maior declive;

VI - Nas bordas dos tabuleiros e chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100m (cem metros) em projeção horizontal.

VII - Em áreas alagáveis e encharcadas que margeiam os rios do município.

VIII - Em formações vegetais e pedológicas associadas aos sítios arqueológicos, cujo manejo deve obedecer a critérios técnicos, visando à conservação de tal patrimônio.

§ 1º. O acesso a corpos d'água protegidos por este artigo e seu uso eventual e específico deverá ser requerido a critério da SEMA-MT e em obediência a legislação Federal e Estadual pertinentes.

§ 2º. Para a definição das demais áreas de preservação permanente, serão adotados os conceitos estabelecidos pela correspondente Resolução do CONAMA.

Art. 127º. Fica proibido a confecção, comercialização, transporte e a prática de soltar balões com tochas de fogo, capazes de provocar incêndios em propriedades urbanas e áreas florestais.

Art. 128º. As empresas siderúrgicas, de transporte e outras, à base de carvão vegetal, lenha ou outra matéria-prima vegetal, são obrigadas a manter florestas próprias para exploração racional ou a formar, diretamente ou por intermédio de empreendimentos dos quais participem, florestas destinadas ao seu suprimento.

Art. 129º. É proibida a prática de queimadas nas florestas e demais formas de vegetação, exceto em condições especiais, tecnicamente recomendadas.

Art. 130º. Nas áreas urbanas do Município, é proibido atear fogo às palhadas ou matos, mesmo em terrenos baldios.

Art. 131º. A exploração de florestas e de formações sucessoras, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de aprovação da SEMA-MT, bem como da adoção de técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo compatíveis com os variados ecossistemas que a cobertura arbórea forma.

Parágrafo Único - No caso de reposição florestal, deverão ser priorizados projetos que contemplem a utilização de espécies nativas.

Art. 132º. Ficam obrigados a apresentar o comprovante de registro no IBAMA ou na SEMA/MT, no ato de obtenção do alvará de funcionamento, os estabelecimentos responsáveis pela comercialização de moto serras, bem como os adquirentes desses equipamentos.

Art. 133º. O Município promoverá direta ou indiretamente o reflorestamento ecológico em áreas degradadas, objetivando especialmente a proteção de encostas e dos recursos hídricos, bem como a consecução de índices razoáveis de cobertura vegetal, de acordo com a legislação vigente.

Art. 134º. O Poder Público incentivará tecnicamente reflorestamentos de espécies nativas nas suas propriedades, podendo manter para tal objetivo viveiros de mudas, que suprirão também, dentro de suas possibilidades as demandas da população interessada.

SUBSEÇÃO I

DA ARBORIZAÇÃO URBANA

Art. 135º. Por arborização urbana, entende-se qualquer tipo de árvore, de porte adulto ou em formação, existentes em logradouros públicos ou em propriedades privadas.

Art. 136º. A fiscalização da arborização urbana será exercida por agente ambiental do Município, respeitada a competência dos órgãos estaduais e federais, com os quais poderá firmar convênios para atendimento dessa finalidade.

Art. 137º. A vistoria para autorização do corte de árvores será feita por fiscal do quadro de servidores do Município, devendo este ser capacitado e credenciado para tal função.

§ 1º. Da credencial deverão constar os seguintes dados:

I - Nome do Funcionário;

II - Número de sua matrícula;

III - Número do Registro Geral – RG e Cadastro de Pessoa Física – CPF;

IV - Prazo de validade da credencial;

V - Título da função exercida;

VI - Assinatura do Secretário de Meio Ambiente e Agricultura.

§ 2°. A credencial será valida, pelo período máximo de 2 (dois) anos, podendo ser cassada a qualquer momento pelo órgão municipal competente.

Art. 138º. A autorização para corte de árvores deverá ser feita mediante o preenchimento de um requerimento, onde deverá conter no mínimo as seguintes informações:

I - Nome, endereço e número de documento de identidade do proprietário do imóvel;

II - Nome, endereço e número do documento de identidade do solicitante;

III - Endereço completo do imóvel;

IV - "croqui" de localização;

V - Número de árvores ou área a serem derrubadas;

VI - Motivo da derrubada;

VII - Assinatura do proprietário do imóvel e do solicitante.

Art. 139º. A solicitação de corte de árvore, sem prejuízo do disposto no artigo anterior, deverá ser acompanhada do respectivo título de domínio imobiliário do proprietário interessado na derrubada.

Art. 140º. A autorização de corte expedida pelo órgão municipal competente, deverá conter os seguintes elementos:

I - Nome do proprietário;

II - Endereço do imóvel;

III - Número da matrícula do imóvel, no Cartório de Registro de Imóveis; **IV -** Especificações das árvores cujo abate é autorizado;

V - Número e espécie de árvores para a correspondente reposição.

Art. 141º. É expressamente proibido pintar, caiar, e pichar as árvores da arborização pública e as pertencentes à Zona de Áreas Verdes, com intuito de promoção, divulgação, e propaganda.

Art. 142º. É expressamente proibido prender animais nos troncos da arborização urbana e jogar água servida ou água de lavagem de substâncias nocivas, em locais com árvores e plantas.

Art. 143º. É expressamente proibido podar, cortar, derrubar, remover ou sacrificar as árvores da arborização pública, sendo estes serviços de atribuição específica da Prefeitura Municipal.

§ 1º. A proibição contida neste artigo é extensiva às concessionárias de serviços públicos, ou de utilidade pública, ressalvados os casos de autorizações específicas da Prefeitura.

§ 2º. Qualquer árvore ou planta poderá ser considerada imune de corte por motivo de originalidade, idade, localização, beleza, interesse histórico ou condição de porta sementes, mesmo estando em terreno particular, observadas as disposições do Código Florestal Brasileiro.

Art. 144º. Não será permitida a utilização de árvores da arborização pública para colocar cartazes ou anúncios, fixar cabos e fios, nem para suporte ou apoio para instalações de qualquer natureza ou finalidade.

§ 1º. A proibição contida neste artigo não se aplica nos casos de instalação de iluminação decorativa, promovida pela Prefeitura Municipal ou por ela autorizada.

§ 2º. A instalação prevista no parágrafo anterior poderá ser efetuada desde que não cause qualquer tipo de dano na arborização, tais como perfurações, cortes, estrangulamentos e outros.

§ 3º. Após a retirada da iluminação decorativa deverão ser retirados todos os dispositivos de fixação estranhos às árvores, tais como arames e outros.

SEÇÃO V

DA FAUNA

Art. 145º. Acham-se sob proteção do Poder Público os animais de qualquer espécie, em qualquer fase de seu desenvolvimento, que vivam fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, sendo proibida a sua utilização, destruição, perseguição, caça, apanha ou aprisionamento, salvo nas condições autorizadas pela Lei.

Art. 146º. É proibida a prática de maus tratos em animais, considerando-se como tal:

I - Praticar ato de abuso ou crueldade em qualquer animal;

II - Manter animais em lugares anti-higiênicos ou que lhes impeçam a respiração, o movimento ou descanso, ou os privem de ar ou luz;

III - Adestrar animais com maus tratos físicos;

IV – Transportar, negociar ou caçar, em qualquer época do ano, aves e animais silvestres.

Art. 147º. As pessoas físicas ou jurídicas, que negociem com animais silvestres e seus produtos, deverão possuir o competente registro no IBAMA, nos moldes do Art.16, da Lei 5.197 de 03 de janeiro de 1967, (Lei de Proteção à Fauna).

SUBSEÇÃO.I

DA ATIVIDADE PESQUEIRA

Art. 148º. Para os efeitos desta Lei Complementar definem-se por pesca todos os atos tendentes a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida.

Art. 149º. A atividade pesqueira pode efetuar-se:

I - Com fins comerciais, quando tem por finalidade realizar atos de comércio na forma da legislação em vigor;

II - Com fins desportivos ou de lazer, quando praticada com caniço, linha de mão, aparelhos de mergulho ou com quaisquer outros permitidos pela autoridade competente e que, em nenhuma hipótese, venha a importar em atividade comercial;

III - Com fins científicos, quando exercida unicamente com vistas à pesquisa, realizados por instituições ou pessoas devidamente habilitadas para este fim.

Parágrafo Único. Fica vedada a pesca predatória em toda a sua forma, cabendo aos infratores as sanções previstas na lei pertinente.

Art. 150º. São de domínio público todos os animais e vegetais que se encontrem nas águas dominiais.

Art. 151º. A pesca pode ser exercida, obedecidos aos atos emanados do órgão Estadual e Federal.

Art. 152º. É proibido pescar:

I - Nos lugares e épocas interditados pelo órgão competente.

II - Em locais onde o exercício da pesca cause embaraço a navegação;

III - Com dinamite e outros explosivos comuns ou com substâncias que, em contato com a água, possam agir de forma explosiva;

IV - Com substâncias tóxicas;

V - A menos de 500m (quinhentos metros) das saídas de esgotos;

VI - Em águas poluídas;

VII - Em cursos d'água, nos períodos em que ocorrem fenômenos migratórios para reprodução e em água parada, nos períodos de desova, reprodução ou defeso.

Art. 153º. O proprietário ou concessionário de represas em cursos d'água além de outras disposições legais é obrigado a tomar medidas de proteção à fauna.

Art. 154º. Serão determinadas medidas de proteção à fauna em quaisquer obras que importem na alteração do regime dos cursos d'água, mesmo quando ordenados pelo Poder Público.

CAPÍTULO IV

DA PROTEÇÃO CONTRA A POLUIÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL MUNICIPAL

SEÇÃO I

DO CONTROLE DA POLUIÇÃO

Art. 155º. O lançamento no meio ambiente de qualquer forma de matéria, energia ou substância, em qualquer estado físico, prejudicial ao ar, ao solo, ao subsolo, às águas, à fauna e à flora, deverá obedecer às normas estabelecidas, visando a reduzir, previamente, os efeitos:

I - Impróprios nocivos ou ofensivos à saúde;

II - Inconvenientes inoportunos ou incômodos ao bem-estar público;

III - Danosos aos materiais, prejudiciais ao uso, gozo e segurança da coletividade.

Art. 156º. Caberá ao órgão municipal de meio ambiente, conjuntamente com os órgãos federais e estaduais, exigir, na forma da legislação vigente, a realização de estudo prévio de impacto ou análise de risco para instalação, operação e desenvolvimento de atividades efetiva e potencialmente impactantes ao meio ambiente.

Parágrafo Único. O estudo referido no caput deste artigo deverá ser efetuado por equipe multidisciplinar, de acordo com as características da atividade licenciada.

Art. 157º. A construção, instalação, ampliação ou funcionamento de qualquer atividade utilizadora de recursos ambientais, realizadas por pessoas físicas ou jurídicas, inclusive os órgãos e entidades da administração pública, consideradas de baixo e médio impactos, assim como os empre-

endimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerá do prévio licenciamento do órgão ambiental municipal, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Art. 158º. As fontes móveis de poluição serão controladas, conforme legislação estadual e federal, no que couber pelo Município.

SUBSEÇÃO I

DA POLUIÇÃO DO SOLO

Art. 159º. É proibido depositar, dispor, descarregar, enterrar, infiltrar ou acumular no solo, resíduos em qualquer estado de matéria, de natureza poluente, nos termos da legislação em vigor.

Art. 160º. O solo somente poderá ser utilizado para destino final de resíduos poluentes de qualquer natureza se sua disposição for feita de forma adequada, estabelecidos em projetos específicos, sob orientação de profissional devidamente habilitado, vedando-se a simples descarga ou depósito, seja em propriedade pública ou particular.

Parágrafo Único. Quando a disposição final, mencionada neste artigo, exigir a execução de aterros sanitários, deverão ser tomadas medidas adequadas para a proteção das águas superficiais e subterrâneas.

Art. 161º. Os resíduos de produtos químicos e farmacêuticos e de reativos biológicos deverão receber tratamento que eliminem riscos ambientais, antes que lhes sejam dada à destinação final.

Art. 162º. A acumulação de resíduos de qualquer natureza será tolerada pelo prazo máximo de um (1) ano e desde que o responsável comprove que não há risco à saúde pública e ao meio ambiente.

Art. 163º. O tratamento, quando for o caso, o transporte e à disposição final de resíduos de qualquer natureza de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, que não sejam de responsabilidade do Município, deverão ser feitas pela própria fonte de poluição e às suas custas.

§ 1º. A execução, pelo Município, dos serviços mencionados neste artigo, não eximem de responsabilidade o responsável pela fonte de poluição, quanto a eventual transgressão de dispositivos desta Lei Complementar.

§ 2º. O disposto neste artigo aplica-se também aos lodos digeridos ou não, sistemas de tratamento de resíduos e de outros materiais.

§ 3º. A disposição final dos resíduos de qual trata este artigo, somente poderá ser feita em locais aprovados pelo órgão municipal competente.

Art. 164º. Os resíduos de qualquer natureza, portadores de patogênicos ou de alta toxicidade, bem como inflamáveis, explosivos, radioativos e outros assemelhados, deverão sofrer, antes de sua disposição final no solo, tratamento e/ou acondicionamento adequados, estabelecidos através de projetos específicos, que atendam aos requisitos de proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

§ 1º. Os resíduos provenientes do tratamento de enfermidades infectocontagiosas, bem como os animais mortos que tenham sido usados para experiências, deverão ser coletados separadamente dos demais resíduos, submetidos a imediato tratamento adequado e acondicionados em recipientes apropriados até a sua posterior destinação final.

§ 2º. Os órgãos municipais de defesa civil deverão ser informados quanto à localização dos pontos de destinação final dos resíduos de que trata este artigo.

Art. 165º. É expressamente proibido as seguintes formas de destinação e utilização de resíduos sólidos:

I - O lançamento "in natura" a céu aberto;

II - A queima a céu aberto;

III - A lançamento em cursos d`água, áreas de várzea, poços e cacimbas em mananciais e sua áreas de drenagem;

IV - A disposição em terrenos baldios, áreas erodidas e outros locais impróprios;

V - O lançamento em sistemas de rede de drenagem de águas pluviais, de esgotos, bueiros e assemelhados;

VI - O armazenamento em edificação inadequada;

VII - A utilização para alimentação humana, e;

VIII - A utilização para alimentação animal e adubação orgânica em desacordo com a regulamentação específica.

§ 1º. Ficam os estabelecimentos geradores de resíduos de serviços de saúde, responsáveis pelo correto gerenciamento dos seus resíduos, no que se refere a acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final.

§ 2º. Ficam os estabelecimentos geradores de resíduos industriais, responsáveis pelo correto gerenciamento dos seus resíduos, no que se refere a acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final.

Art. 166º. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, em conjunto com a Prefeitura, poderá estabelecer zonas urbanas, onde a separação e seleção de resíduos sólidos deverá ser efetuada em nível residencial, comercial ou de prestação de serviços, para posterior coleta seletiva.

Art. 167º. Os resíduos sólidos perigosos, a critério da Secretaria Municipal, deverão sofrer acondicionamento, transporte e tratamento adequados antes de sua disposição final, fixados em projetos específicos que atendam aos requisitos de proteção ambiental.

Parágrafo único. O transporte de resíduos sólidos perigosos deverá obedecer às exigências e determinações das legislações estadual e federal pertinentes.

SEÇÃO II

DA POLUIÇÃO DAS ÁGUAS

Art. 168º. A classificação das águas interiores situadas no território do município, para os efeitos deste código, será aquela adotada pela correspondente resolução CONAMA 357 de 17 de março de 2005 ou a que vier a sucedê-la, e no que couber, pela legislação estadual.

Art. 169º. É proibido o lançamento, direto ou indireto em corpos d'água, de qualquer resíduo, sólido, líquido ou pastoso em desacordo com os parâmetros definidos nos instrumentos normativos do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e da legislação estadual aplicável.

Art. 170º. Todo e qualquer estabelecimento industrial ou de prestação de serviços potencialmente poluidor de águas, deverá possuir sistema de tratamento de efluentes líquidos que garanta a qualidade final dos despejos de forma a não provocar danos ao meio ambiente, dentro dos parâmetros de qualidade definidos nos instrumentos normativos do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e da legislação estadual.

Art. 171º. As construções de unidades industriais, de estruturas ou de depósitos de armazenagem de substâncias capazes de causar riscos aos recursos hídricos, deverão localizar-se a uma distância mínima de 200 (duzentos) metros dos corpos d'água no perímetro urbano e de 300 (trezentos) metros em zona rural, e devem ser dotados de dispositivos de segurança e prevenção de acidentes.

Art. 172º. Toda empresa ou instituição, responsável por fonte de poluição das águas deverá tratar adequadamente seu esgoto sanitário, sempre que não existir sistema público de coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos.

Art. 173º. Os padrões de qualidade das águas e as concentrações de poluentes ficam restritos, até posterior regulamentação municipal, aos termos e parâmetros estabelecidos pelo CONAMA e pela legislação estadual.

Art. 174º. Fica conferido ao Município o gerenciamento qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos municipais, respeitadas as competências estaduais e federais.

Art. 175º. É proibido desviar o leito das águas correntes, bem como obstruir, de qualquer forma, o seu curso, salvo mediante licença expedida pelo órgão ambiental competente.

Parágrafo Único. As águas correntes, nascidas no limite de um terreno e que têm curso por ele, poderão ser reguladas, dentro dos limites do mesmo, mas nunca desviadas de seu escoamento natural ou represadas, em prejuízo dos vizinhos ou das vias públicas, observados o que estabelece a resolução CONAMA 369/2006 de 28 de março de 2006, ou a que vier a sucedê-la.

Art. 176º. Todo e qualquer uso de águas superficiais e de subsolo será objeto de licenciamento pelo órgão competente que levará em conta a política de usos múltiplos da água, respeitadas as demais competências.

SEÇÃO III

DA POLUIÇÃO DO AR

Art. 177º. Todo ambiente fechado com fonte de poluição do ar deverá ser provido de sistema de ventilação local exaustora, que deve receber tratamento adequado com sistema de filtros, de forma que o lançamento atenda plenamente o que estabelece a resolução CONAMA 003/90 de 28 de junho de 1990, que trata de padrões de qualidade do ar ou a que vier a sucedê-la.

Parágrafo Único. O lançamento de efluentes na atmosfera somente poderá ser realizado através de chaminé e nos limites de toxicidade que não afetam a saúde da população, atendendo o que estabelece o "caput" do artigo.

Art. 178º. Em ambiente climatizado deve ser observado o que estabelece a Norma da ABNT NBR 6401 que trata de Instalações centrais de ar condicionado para conforto – parâmetros básicos de projetos da ABNT, e a Resolução ANVISA RE 09 de 16 de janeiro de 2003 ou as que vierem a sucedê-las.

Parágrafo Único. Nas operações de britagem, moagem, transporte, manipulação, carga, descarga de material fragmentado ou particulado, poderão ser dispensadas das exigências referidas neste artigo, desde, que realizadas mediante processo de umidificação permanente.

Art. 179º. O armazenamento de material fragmentado ou particulado deverá ser feito em silos adequadamente vedados ou em outros sistemas de controle de poluição do ar, de eficiência igual ou superior, de modo a impedir o arraste, pela ação dos ventos, do respectivo material.

Art. 180º. É proibida a queima ao ar livre de resíduos sólidos, líquidos ou de qualquer outro material combustível.

Art. 181º. É proibida a instalação e o funcionamento de incineradores de lixo residenciais.

Parágrafo Único. A incineração de resíduos de serviços de saúde, bem como de resíduos industriais ou comerciais, fica condicionada à aprovação do projeto e respectivo Estudo de Impacto Ambiental – EIA, pelo Município e pelos demais órgãos estaduais e federais competentes.

Art. 182º. Os padrões de qualidade do ar e as concentrações de poluentes atmosféricos ficam restritos, até posterior regulamentação municipal, aos termos e parâmetros estabelecidos pela legislação federal e estadual.

SEÇÃO IV

DA POLUIÇÃO SONORA

Art. 183º. Considera-se poluição sonora a emissão de sons, ruídos e vibrações em decorrência de atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços, domésticas, sociais, de trânsito e de obras públicas ou privadas que causem desconforto ou excedam os limites estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, pelas posturas municipais, pelas resoluções do CONAMA e demais dispositivos legais em vigor, no interesse da saúde, da segurança e do sossego público.

Art. 184º. A emissão de sons, ruídos e vibrações produzidos por veículos automotores e os produzidos nos interiores dos ambientes de trabalho, obedecerão às normas expedidas, respectivamente, pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e pelo Ministério do Trabalho.

Art. 185º. É vedada a emissão de sons de quaisquer espécies, produzidos por quaisquer meios, que perturbem o bem-estar e sossego público, a ser obedecido os parâmetros da Norma da ABNT NBR 10151, que fixa as condições exigíveis para avaliação da aceitabilidade do ruído em comunidades, ou a norma que vier a sucedê-la.

Art. 186º. Quando da realização de eventos que utilizem equipamentos sonoros, tais como eventos culturais, carnaval, pré-carnaval e similares, os responsáveis estão obrigados a acordarem, previamente com o órgão relacionado à política municipal do meio ambiente quanto aos limites de emissão de sons.

§ 1º. A desobediência do disposto no caput deste artigo implicará na cominação das penalidades previstas pela legislação.

§ 2º. O horário máximo de realização das atividades que utilizem equipamentos sonoros, com seus respectivos parâmetros de emissão sonora, será até 22h00min, nos casos em que for necessária ultrapassar o limite de horário fixado será necessário obtenção de alvará de licença especial com discriminação de horários.

Art. 187º. Para prevenir a poluição sonora, o município disciplinará o horário de funcionamento noturno das construções, condicionando a admissão de obras de construção civil aos domingos e feriados desde que satisfeitos as seguintes condições:

I - Obtenção de alvará de licença especial, com discriminação de horários e tipos de serviços que poderão ser executados.

II - Observância dos níveis de som estabelecidos nesta lei.

Art. 188º. Não será expedido Alvará de Funcionamento sem que seja realizada vistoria no estabelecimento pelo órgão municipal responsável pela política de meio ambiente, para que fique registrada sua adequação para emissão de sons provenientes de quaisquer fontes, limitando a passagem sonora para o exterior.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos vistoriados e considerados adequados receberão autorização especial de utilização sonora.

Art. 189º. A autorização especial de utilização sonora será emitida pelo órgão responsável pela política de meio ambiente, e terá prazo de validade de 02 (dois) anos, podendo ser renovado se atendidos os requisitos legais.

Art. 190º. Qualquer munícipe poderá formular ao órgão responsável pela política do meio ambiente denúncia de desatendimento ás normas da legislação do combate à poluição sonora.

Parágrafo Único. Recebida à informação, o órgão responsável pela política do meio ambiente deverá tomar providências necessárias para a sua imediata apuração e aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 191º. As medições deverão ser efetuadas pelo poder público municipal, com aparelho medidor de nível de som que atenda as recomendações da ABNT, com a finalidade de impedir ou reduzir a poluição proveniente de sons e ruídos excessivos, adotando para tanto as seguintes medidas:

I - Disciplinar a instalação de estabelecimentos de industriais, comerciais e prestadores de serviço que produzam ruídos ou sons excessivos ou incômodos em bairros residenciais e comerciais, além dos limites permitidos fixados nesta Lei;

II - Disciplinar e controlar a execução do serviço de propaganda falada por meio de alto-falantes, amplificadores de som e equipamentos eletroacústicos em geral;

III - Sinalizar convenientemente as áreas próximas a hospitais, casas de saúde, maternidades e, sempre que possível, disciplinar o transito de modo a permitir a redução ou eliminação de tráfego nestas áreas;

IV - Impedir a instalação em bairros residenciais, de casas de divertimentos públicos que, pela natureza de suas atividades, possam produzir ruídos incômodos, tanto pela atividade como pela eventual aglomeração de pessoas e veículos por ela provocada.

SUBSEÇÃO V

DA POLUIÇÃO RURAL

Art. 192º. Consideram-se dano ambiental de natureza rural todos os efeitos adversos ao meio ambiente decorrentes da prática de atividades rurais, tais como:

I - Contaminação do solo, das águas, dos produtos agropecuários, das pessoas e dos animais, devido ao uso e a manipulação inadequados de agrotóxicos e/ou fertilizantes;

II - Disposição de embalagem de agrotóxicos sobre o solo, deixando de fazer a entrega ao sistema de coleta junto a Central de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos;

III - Lavagem de recipientes, utensílios e máquinas contaminadas com agrotóxicos, com a disposição das águas contaminadas em rios, lagos ou sobre o solo em concentrações fora dos padrões estabelecidos pela legislação;

IV - disposição de resíduos orgânicos de animais, sobre o solo, exceto através de técnicas adequadas aprovadas pelo Município ou demais órgãos competentes Federal e Estadual obedecendo sempre as normas pertinentes, precedidas de digestão e estabilização em instalações apropriadas;

Art. 193º. É vedada sob qualquer hipótese a disposição de resíduos orgânicos de animais em cursos d'água, ou nascentes.

Art. 194º. Os estábulos, estrebarias, pocilgas, aviários e currais, bem como esterqueiras e depósitos de lixo, deverão ser localizados a uma distância mínima de 50,00 (cinquenta) metros das habitações.

Art. 195º. Compete, também, ao proprietário rural manter:

I - A arborização junto às margens das estradas municipais;

II – A limpeza da testada de seu imóvel e das respectivas margens das estradas;

III - As práticas mecânicas conservacionistas, de forma a não comprometer o sistema previamente implantado.

Art. 196º. O Município, articulado com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA e com os demais órgãos estaduais e federais afins, desenvolverá programas de extensão rural e conscientização específica para o controle dos danos ambientais de natureza rural.

CAPÍTULO VI

DOS ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS

SEÇÃO I

DA CRIAÇÃO E DEFINIÇÃO DOS ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS

Art. 197º. Compete ao Poder Público municipal instituir, implantar, promover a gestão, espaços especialmente protegidos e seus componentes representativos dos ecossistemas que ocorrem no território municipal, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade de seus atributos que justifiquem sua proteção.

Parágrafo único. A criação de espaços especialmente protegidos justifica-se em face de aspectos científicos, relevância do ecossistema, manutenção do equilíbrio ecológico, beleza cênica, contemplativo, aspectos histórico, cultural, educacional e/ou turístico.

Art. 198º. São espaços territoriais especialmente protegidos:

I - As áreas de preservação permanente (APP), conforme estabelece a legislação estadual;

II - As áreas de reserva legal, instituídas pelo Código Florestal, lei federal 4.771/65;

III - As unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, criadas na esfera estadual, federal e municipal que ocorrem no território do município;

IV - As áreas de proteção especial estabelecidas pela lei de Parcelamento do Solo Urbano, lei federal 6.766/1979;

V - As áreas que abriguem exemplares de espécies raras da fauna e da flora, ameaçados de extinção e endêmicos, bem como aquelas que sirvam como local de pouso ou reprodução de espécies migratórias devidamente identificadas e previamente declaradas por ato do Poder Público;

VI - As reservas da flora apícola, compreendendo suas espécies vegetais e enxames silvestres, quando estabelecidas pelo Poder Público, nelas vedados o uso de agrotóxicos, a supressão da vegetação e a prática da queimada;

VII - As cavidades naturais subterrâneas e cavernas, onde são permitidas visitação turística, contemplativa e atividades científicas, além daquelas previstas em zoneamento específico;

VIII - Outras áreas instituídas pelo Município.

SEÇÃO II

DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 199º. O Poder Público poderá instituir, implantar e administrar Unidades de Conservação.

§ 1º. Unidade de Conservação é o espaço territorial e seus componentes que contenham características naturais relevantes, com o objetivo de conservação ambiental, subordinada a um regime especial de administração e restrição de uso dentro de seu limite definido, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção dos seus recursos naturais e paisagísticos.

§ 2º. As Unidades de Conservação serão criadas por decreto que deverão explicitar a delimitação, os critérios para a determinação da Unidade de Conservação, as características ambientais e de apropriação dos recursos naturais.

§ 3º. As Unidades de Conservação deverão dispor de um Plano de Manejo onde se definirá o zoneamento de acordo com as características naturais e o objetivo do manejo da unidade que se cria, com revisão no prazo máximo de 5 anos.

Art. 200º. São Unidades de Conservação Municipais:

I - Área de Relevante Interesse Ecológico, com características naturais extraordinárias ou por abrigarem exemplares raros da biota regional exigindo cuidados especiais de proteção;

II - Área Especial de Interesse Turístico, com a finalidade de proteção dos recursos naturais renováveis e valorização e preservação das manifestações culturais destinadas ao desenvolvimento turístico local;

III - Monumento Natural, destinado a proteger e preservar ambientes naturais em razão de seu interesse especial ou características ímpares, tais como, quedas de água, cavernas, formações rochosas e espécies únicas de flora e fauna, possibilitando atividades educacionais, de interpretação da natureza, pesquisa e turismo;

IV - Parque Municipal, com a finalidade de resguardar os atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com atividades culturais, recreativas, educacionais e de pesquisa científica;

V - Reserva Particular de Patrimônio Natural, área de domínio particular, cujo manejo é disciplinado por práticas conservacionistas com o objetivo

de assegurar o bem estar da população e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais.

Parágrafo Único. Categorias de Unidades de Conservação podem ser criadas de acordo com a necessidade de conservação de áreas no Município.

SEÇÃO III

DA VEGETAÇÃO PÚBLICA URBANA

Art. 201º. A implantação, manutenção, reforma e supressão de canteiros, praças e jardins em espaços públicos será gerenciada e realizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.

Parágrafo único. Sob autorização e acompanhamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a implantação, manutenção e reforma de canteiros poderão ser realizadas pela iniciativa privada ou pela sociedade civil organizada, em forma de parceria, com a possibilidade de exploração de mensagens comerciais cujo formato será regulamentado.

Art. 202º. O manejo da vegetação de porte arbóreo das áreas públicas será gerenciado pela Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura.

§ 1º. A poda ou remoção da vegetação de porte arbóreo de que trata o "caput" deste Artigo será permitida de forma a garantir a sanidade vegetal, a segurança da população e o interesse público, de acordo com orientação técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.

§ 2º. A remoção ou poda de árvores em áreas públicas será realizada pelo órgão competente, ou, sob sua orientação e acompanhamento técnico por:

I - Empresas concessionárias de serviços públicos ou autarquias, desde que autorizados pelo órgão municipal;

II - Corpo de bombeiros nos casos de emergência, em que haja risco iminente à vida ou ao patrimônio público ou privado;

III - Particulares treinados e cadastrados junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.

§ 3º. A vegetação de porte arbóreo removida deverá ser reposta em área pública adequada, o mais próximo possível do local removido e respeitando as características da vegetação arbórea, no menor prazo possível.

SEÇÃO IV

DOS FUNDOS DE VALE E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Art. 203º. São considerados de interesse ambiental os fundos de vale e as demais Áreas de Preservação Permanente definidas no Código Florestal Federal, particularmente aqueles sujeitos à inundação, erosão ou que possam acarretar transtornos à coletividade e prejuízos ambientais, através de uso inadequado.

Art. 204º. É competência da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, em conjunto com a Prefeitura, observando as demais legislações incidentes sobre o assunto:

I - Examinar e propor o uso mais adequado para os fundos de vale, priorizando a recomposição das matas ciliares, a drenagem, a preservação de áreas críticas e a implantação de áreas de recreação;

II - Normatizar o uso e a ocupação do solo dos Fundos de Vale de interesse ambiental, os quais serão aprovados por decreto;

III - Garantir à proteção a faixa de preservação permanente;

IV - Manifestar - se sobre a viabilidade técnica de obras viárias e implantação de demais infraestruturas urbanas;

V - Incentivar a recuperação dos fundos de vale e outras áreas de preservação permanente.

Art. 205º. O Plano de Drenagem devera prever a adoção de mecanismos de diminuição dos picos de cheias em locais de contribuição acentuada de águas pluviais nas várzeas dos rios e córregos e soluções alternativas.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 206º. O Município promoverá ampla divulgação de sua legislação ambiental, especialmente deste Código, que será distribuídas nas instituições de ensino públicas e privadas.

Art. 207º. As atividades econômicas em funcionamento a contar da data de publicação desta lei, sujeitas ao licenciamento ambiental, poderão requerer Licença de Operação, independentemente de possuírem Licença Prévia ou Licença de Instalação, desde que adequadas à legislação ambiental.

Parágrafo Único. O município, através do órgão ambiental, promoverá dentro de um ano após a aprovação desta lei, a identificação de diques, aterros, e mesmo barragens e outros empreendimentos sujeito ao licenciamento ambiental municipal, dentro do perímetro urbano ou na zona rural, fixando, aos proprietários, prazo para a remoção se deles resultem significativos danos ambientais, ou se não, que sejam licenciados nos moldes do capitulo deste artigo.

Art. 208º. As atividades sujeitas ao licenciamento ambiental que estiverem com processo de licenciamento ambiental junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, que passarem a ser licenciados junto ao município, devem apresentar cópia do processo de licenciamento para devida regularização junto ao município, sem prejuízo financeiro ao interessado.

Art. 209º. O Município promoverá anualmente cursos de atualização na área de proteção ao meio ambiente, e poderá enviar membros da equipe técnica a outras localidades objetivando a capacitação do seu quadro técnico, dos agentes de fiscalização e demais agentes que comporão seu corpo organizacional e administrativo.

SEÇÃO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 210º. As atribuições conferidas ao município, através da presente Lei, somente passarão a ter efeito após a celebração dos convênios com os respectivos órgãos estaduais e federais.

Art. 211º. O Município em parceria com a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, receberá de forma gradativa e regulamentada por instrumento normativo, as atribuições de licenciamento em âmbito municipal das atividades potencialmente poluidoras, sempre respeitando as limitações técnicas do Município.

Parágrafo Único. Inicialmente, o município licenciará apenas as atividades consideradas capazes de causar impacto ambiental de âmbito local, conforme Resolução CONSEMA n. 85 de 2014.

Art. 212º. Fica o Poder Executivo autorizado a determinar medidas de emergência, a fim de evitar episódios críticos de poluição ambiental ou impedir sua continuidade em caso de grave ou iminente risco para vidas humanas ou recursos ambientais.

Parágrafo Único. Para execução das medidas de emergência de que trata este artigo, poderá ser reduzida ou impedida, durante o período crítico, a atividade de qualquer fonte poluidora na área atingida pela ocorrência, respeitadas as competências da União e do Estado.

Art. 213º. O Poder Executivo, mediante decreto, regulamentará os procedimentos fiscalizatórios necessários à aplicação desta Lei e das demais normas pertinentes, num prazo de cento e vinte dias contados de sua publicação.

Art. 214º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal**LEI N. 773/2017, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.**

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS, CONCEITOS, OBJETIVOS NORTEADORES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL

SEÇÃO I

DO OBJETIVO E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º. A Política Municipal de Proteção Ambiental do município de Canabrava do Norte tem como objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, manter o Meio Ambiente equilibrado buscando o desenvolvimento sustentável e fornecer diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, conservação e utilização racional dos recursos naturais para as presentes e futuras gerações cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas nesse sentido.

Parágrafo único. Esta lei regula os direitos e obrigações concernentes à proteção, controle, preservação e recuperação do Meio Ambiente no Município integrando-o ao Sistema Nacional do Meio Ambiente -SISNAMA.

Art. 2º. Para o estabelecimento da Política Municipal de Proteção Ambiental serão observados os seguintes princípios:

I - A prevalência do interesse público;

II - A melhoria contínua da qualidade ambiental;

III - A multidisciplinariedade no trato das questões ambientais;

IV - A participação efetiva da sociedade nos processos de decisão e na defesa do meio ambiente;

V - A integração com as políticas de meio ambiente nas esferas de competência da União, Estado e dos demais municípios em consórcio ou não e com as demais ações de governo;

VI - O uso racional dos recursos naturais;

VII - A educação ambiental como mobilizadora da sociedade, incluindo a educação da comunidade;

VIII - O incentivo à pesquisa científica e tecnológica direcionada para o uso, proteção, monitoramento e recuperação dos recursos ambientais e dos níveis adequados de salubridade ambiental;

IX - O estímulo à produção responsável;

X - A recuperação do dano ambiental;

XI - O uso de recursos financeiros administrados pelo Município que se fará segundo critérios de melhoria da saúde pública e do meio ambiente;

XII - O disciplinamento dos serviços de saneamento ambiental;

XIII - O controle e zoneamento das atividades de pequeno e médio impactos;

XIV - A proteção dos ecossistemas, com preservação e manutenção de áreas e espécies representativas.

SEÇÃO II

DOS CONCEITOS NORTEADORES DA POLÍTICA AMBIENTAL

Art. 3º. Para os efeitos desta lei entende por:

I - Meio ambiente: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II- Licenciamento ambiental: instrumento da política municipal de meio ambiente, decorrente do exercício do poder de polícia ambiental, cuja natureza jurídica é autorizatória;

III - Patrimônio ambiental: o conjunto dos objetos, processos, condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica e social, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas, dentro do território municipal;

IV - Impacto ambiental: é a alteração no meio ou em algum de seus componentes por determinada ação ou atividade.

V - Desenvolvimento sustentável: o desenvolvimento que pode ser considerado socialmente includente, ecologicamente sustentável e economicamente viável, garantindo igual direito para as futuras gerações;

VI - Degradação da qualidade ambiental: a alteração adversa das características do meio ambiente;

VII - Infração administrativa: toda ação ou omissão, que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente ou que importe em inobservância das normas previstas nesta lei e demais atos normativos, incluída a legislação federal e estadual pertinente e ainda nas ações ou omissões resultantes de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; Criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; Afetem desfavoravelmente a biota; Afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; Lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

VIII - Poluidor: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

IX - Recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;

X - Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

XI - Parques Municipais: são áreas geográficas extensas estabelecidas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos, sendo proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais;

XII - Áreas de Preservação Permanente ou reservas ecológicas: são as florestas e demais formas de vegetação natural com a finalidade de proteção integral, amparadas pela legislação ambiental vigente, consideradas totalmente vedadas a qualquer regime de exploração direta ou indireta dos recursos naturais, com exceção de atividades de interesse local, definidas por lei federal.

XIII - Fauna: É o conjunto de espécies animais próprios de uma região ou de um período geológico e dividem-se em:

XIV - Fauna Silvestre: São os animais nativos e autóctones em qualquer fase do desenvolvimento e que se encontram nos ambientes naturais ou em qualquer outro;

XV - Animais Nativos: são originários do país;

XVI - Animais Autóctones: são aqueles que se encontram em áreas de distribuição natural;

XVII - Fauna Aquática: são aqueles adaptados biologicamente à sobrevivência, de forma total ou parcial na hidrosfera.

XVIII - Jardim Zoológico: é qualquer coleção de animais silvestres mantidos vivos em cativeiro ou em semi - liberdade e exposto à visitação pública, desde que tratados dignamente.

XIX - Flora: conjunto de espécies vegetais as florestas e demais formas de vegetação que compõem um ecossistema;

XX - Árvore Imune de Corte: são árvores preservadas devido à sua raridade e/ou beleza e/ou porta sementes, com a finalidade de perpetuação da espécie;

XXI - Arborização Pública: toda vegetação localizada em vias e logradouros públicos, com finalidade ornamental, amenizadora climática, purificadora do ar, amortizadora da poluição sonora e atrativa para a fauna local.

XXII - Poluente: toda e qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, cause ou possa causar poluição do meio ambiente.

XXIII - Nascente: ponto ou área, no solo ou na rocha, de onde a água flui naturalmente para a superfície do terreno ou para um corpo d'água.

XXIV - Poluição sonora: toda emissão de som que, direta e indiretamente, seja ofensiva ou nociva a saúde, à segurança e o bem estar da coletividade ou transgrida as disposições desta lei;

XXV - Vereda: caracteriza como formas ligeiramente deprimida dentro das chapadas, ocupadas principalmente por nascentes de pequenos cursos d'água.

SEÇÃO III

DO INTERESSE LOCAL

Art. 4º. Para o cumprimento do disposto no artigo 30º da Constituição Federal, no que concerne ao meio ambiente, considerar-se-á como interesse local:

I - O incentivo à adoção de posturas e práticas sociais e econômicas ambientalmente sustentáveis;

II - A adequação das atividades e ações econômicas, sociais, urbanas e do Poder Público, às imposições do equilíbrio ambiental;

III - A busca permanente de soluções negociadas entre o Poder Público, a iniciativa privada e sociedade civil para a redução dos impactos ambientais;

IV - A adoção no processo de planejamento, de normas relativas ao desenvolvimento urbano e econômico que priorizem a proteção ambiental, a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos naturais e que possibilitem novas oportunidades de geração de emprego e renda;

V - A ação na defesa e conservação ambiental no âmbito regional e dos demais municípios vizinhos, mediante convênios e consórcios;

VI - A defesa e conservação das áreas de mananciais, das reservas florestais e demais áreas de interesse ambiental definidas em legislação municipal complementar;

VII - O licenciamento e fiscalização ambiental com o controle das atividades de pequeno e médio impacto e monitoramento das atividades potencial ou efetivamente degradadoras do meio ambiente;

VIII - A melhoria constante da qualidade do ar, da água, do solo, da paisagem e dos níveis de ruído e vibrações, mantendo-os dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelas legislações de controle de poluição ambiental federal, estadual e municipal no que couber;

IX - O acondicionamento, armazenamento, a coleta, o transporte, a reciclagem, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos;

X - O cumprimento de normas de segurança no tocante à manipulação, armazenagem e transporte de produtos, substâncias, materiais e resíduos perigosos ou tóxicos incluindo os agrotóxicos, seus componentes e afins;

XI – A conservação e recuperação dos rios, córregos e matas ciliares e áreas florestadas;

XII - A garantia de crescentes níveis de salubridade ambiental, através do provimento de infraestrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, ruas e logradouros públicos;

XIII - Monitoramento de águas subterrâneas visando a manutenção dos recursos hídricos para as atuais e futuras gerações, exigindo o cumprimento da legislação;

XIV - A criação de parques, reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e de relevante interesse ecológico e turístico, dentre outros;

XV - A proteção do patrimônio artístico, histórico, estético, arqueológico, paleontológico e paisagístico do Município;

XVI - O incentivo a estudos visando a conhecer o ambiente, seus problemas e soluções, a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, processos, modelos, sistemas e técnicas de significativo interesse ecológico;

SEÇÃO IV

DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Art. 5º. Ao Município de Canabrava do Norte - MT, no exercício de sua competência constitucional, cabe mobilizar e coordenar ações, recursos humanos, financeiros,materiais técnicos e científicos e a participação da população na execução dos objetivos e interesses estabelecidos nessa lei, devendo para tanto:

I - Planejar, desenvolver estudos e ações visando à promoção, proteção, conservação, preservação, recuperação, vigilância e melhoria da qualidade e da salubridade ambientais;

II – Definir, controlar e ordenar a ocupação e uso dos espaços territoriais de acordo com suas limitações e condicionantes ambientais;

III - Elaborar e implementar programas, planos e projetos de saneamento básico e de conservação e proteção ao meio ambiente;

IV - Planejar, projetar, executar, operar e manter os serviços de abastecimento de água para quaisquer finalidades, esgotamento sanitário, drenagem de águas e coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos domiciliares;

V - Elaborar e coordenar a implementação de programas de educação ambiental;

VI - Editar normas e padrões de controle ambiental e de saneamento básico, buscando compatibilizar qualidade e salubridade ambientais e desenvolvimento econômico;

VII - Exercer o controle da poluição ambiental nas suas diferentes formas;

VIII - Definir áreas prioritárias de ação governamental visando à melhoria da qualidade e salubridade ambientais;

IX - Identificar, criar e administrar unidades de conservação e outras áreas de interesse para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos, do patrimônio cultural e áreas de interesse turístico;

X - Estabelecer diretrizes específicas para a proteção de recursos hídricos, através de planos de uso e ocupação de áreas de drenagem de bacias e sub-bacias hidrográficas;

XI - Estabelecer formas de cooperação com outros municípios da Região, com o Estado ou demais entidades do governo para o planejamento, execução e operação de ações em saneamento ambiental de interesse comum a essas esferas;

XII - Identificar, criar e administrar unidades de conservação e outras áreas de interesse para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, recursos genéticos e outros bens, estabelecendo normas de sua competência a serem nelas observadas.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

SEÇÃO I

DA ESTRUTURA

Art. 6º. Para organizar e coordenar as ações da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental fica instituído o Sistema Municipal de Gestão e Proteção Ambiental - SIMGEPA.

§ 1º. O SIMGEPA fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento ambiental.

§ 2º. O SIMGEPA concorrerá para garantir a todos, níveis crescentes de qualidade ambiental, tendo o dever de defender, proteger e conservar os recursos naturais para o benefício das gerações atuais e futuras.

§ 3º. O SIMGEPA será coordenado pelo Prefeito Municipal e composto pelos seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal de Gestão e Proteção Ambiental - COMDEMA como órgão consultivo e deliberativo;

II - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, como órgão gestor do meio ambiente municipal;

III - Secretarias Municipais de Agricultura, Saúde, Educação, Infraestrutura e Serviços Públicos, Administração, Finanças e demais como colaboradores;

§ 4º - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura é o órgão municipal parte integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente, em conformidade com o Artigo 6º da Lei Federal 6.938 de 31 de agosto de 1981.

SEÇÃO II

DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL

Art. 7º São instrumentos da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental:

I - O COMDEMA, como órgão consultivo e deliberativo;

II - O Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMA, como instrumento de gestão financeira;

III - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente como órgão técnico e executivo;

IV - O estabelecimento de normas, padrões, critérios e parâmetros de qualidade e ambiental;

V - A fiscalização de quaisquer atividades de uso e exploração, inclusive comercial, dos recursos naturais;

VI - O Plano Diretor, as leis de parcelamento, uso e ocupação do solo e demais instrumentos de controle do desenvolvimento urbano a ser regulamentado;

VII - O licenciamento ambiental de atividades de impactos locais, o controle e a adequação de atividades degradadoras ou poluidoras de baixos e médios impactos;

VIII - A fiscalização ambiental e as penalidades administrativas;

IX - A avaliação de impactos ambientais e as análises de riscos quando necessários individualmente ou através do Consórcio Intermunicipal Nascentes do Araguaia;

X - Os programas e projetos de controle de impacto ambiental realizados pelo Poder Público em parceria com a iniciativa privada ou sociedade civil organizada;

XI - Os incentivos à criação ou absorção e desenvolvimento de novas tecnologias voltadas à melhoria da qualidade ambiental;

XII - A criação de Unidades de Conservação;

XIII – A educação ambiental;

XIV - Cadastro técnico de atividades e o Sistema de Informações Ambientais;

XV - As taxas ambientais.

Parágrafo único. Torna-se obrigatório o cadastro nos termos do inciso XIV e atualização periódica junto ao Sistema Municipal de Meio Ambiente:

I - Órgãos, entidades e pessoas jurídicas, de caráter privado ou público, com atuação no território do Município, com ação na preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente;

II - Pessoa jurídica ou pessoa física que atuem na área ambiental na prestação de serviços de consultoria, assessoria, elaboração de projetos;

III - Todos os empreendimentos, obras e atividades sujeitas a licenciamento ambiental Federal, Estadual ou Municipal, implantados ou que venham a se implantar no Município.

Parágrafo único. Os cadastros descritos nos incisos I e III são gratuitos.

SEÇÃO III

DA SECRETARIA

Art. 8º Cabe à Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura - SEMAA implementar os objetivos e instrumentos da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental, em complemento ao disposto na presente Lei, competindo-lhe:

I - Propor, executar e coordenar, direta ou indiretamente, a Política de Gestão e Política Ambiental do Município de Canabrava do Norte-MT.

II - Planejar, projetar, executar, operar e manter os serviços ambientais propostos nesta Lei;

III - Promover pesquisas e estudos sobre a gestão ambiental do município;

IV - Estabelecer normas para a exploração e o uso de qualquer natureza dos recursos naturais;

V -Fiscalizar projetos, processos de licenças ambientais, atividades e empreendimentos de acordo com critérios técnicos, de instalação e operação de atividades de pequeno e médio impactos no âmbito municipal delegadas pelo Estado.

VI - Estabelecer normas, critérios e padrões de qualidade ambiental e emissão de poluentes relativos à poluição atmosférica, hídrica, sonora, visual e do solo;

VII - Realizar o licenciamento ambiental, bem como a renovação das mesmas das atividades de pequeno e médio impactos nos termos da Resolução 86/2013 do CONSEMA - MT, controlar sua instalação e funcionamento, exercer o controle e a fiscalização;

VIII - Incentivar, colaborar e participar de estudos e planos de ações de interesse ambiental em nível Federal, Estadual e Regional, através de ações comuns, convênios e consórcios;

IX - Desenvolver atividades de fomento da melhoria contínua da qualidade ambiental, por meio de estabelecimento de políticas de cooperação com a iniciativa privada, particularmente com os empreendedores que utilizam os recursos naturais, com as organizações não governamentais e instituições de ensino e pesquisa;

X - Acionar órgãos estaduais ou federais de controle ambiental quando for necessário, bem como o Ministério Público;

XI - Normatizar o uso e manejo dos recursos naturais e estabelecer normas e regulamentos para a gestão das unidades de conservação e outras áreas protegidas;

XII - Promover a conscientização para a proteção do meio ambiente e da qualidade de vida, através da educação ambiental;

XIII - Elaborar e coordenar as ações de educação ambiental em todas as instâncias;

XV-Estimular a participação comunitária no planejamento, implementação e vigilância das atividades que visem a proteção, recuperação e melhoria da qualidade ambiental;

XVI - Incentivar o desenvolvimento, a criação, absorção e difusão de tecnologias compatíveis com a melhoria da qualidade ambiental;

XVII - Realizar auditorias ambientais;

XVIII - Coordenar a elaboração e revisão de Planos Diretores relacionados a sua esfera de competência;

XIX - Celebrar convênios, contratos ou acordos específicos com entidades públicas ou privadas para desenvolver as atividades sob sua responsabilidade de maneira a atender às demandas da comunidade;

XX - Calcular, definir e cobrar tarifas, taxas, contribuições de melhoria e preços públicos referentes à prestação dos serviços sob sua esfera de competência, bem como arrecadar e contabilizar as receitas provenientes dessas cobranças;

XXI - Gerenciar os recursos provenientes do ICMS ecológico a ser destinado ao Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMA;

XXII - Gerenciar os recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMA;

XXIII - Realizar operações financeiras, incluindo a contratação de empréstimos, das quais os recursos obtidos sejam destinados à realização de obras e prestação de serviços exclusivos a sua esfera de competência;

XXV - Elaborar e publicar anualmente os balanços financeiro e patrimonial, bem como, a demonstração da conta patrimonial;

XXVI - Organizar e manter atualizado o cadastro de seus bens;

XXVII - Aplicar as penalidades previstas nesta Lei e em seus regulamentos;

XXVIII - Elaborar projetos que enfoquem a formação de consciência ecológica do cidadão.

SEÇÃO IV

DO CONSELHO

Art. 9º. Compete ao Conselho Municipal do Meio Ambiente - CONDEMA, criado pela Lei, como parte integrante do SIMGEPAM, em caráter permanente, deliberativo, consultivo e recursal, além das atribuições auferidas pela respectiva lei e concomitância ao art. 6º, inciso II da Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981 e Portaria do MMA nº 168 de 10 de junho de 2005 possui a finalidade de estudar, propor, deliberar e fiscalizar no âmbito de sua competência a implementação de diretrizes das políticas governamentais para o meio ambiente municipal e sobre o licenciamento ambiental de atividades de impactos locais, os recursos em processos administrativos e normas e padrões relativos a gestão e proteção do meio ambiente.

Art. 10º. Compete ainda ao COMDEMA:

I - Propor diretrizes, avaliar e acompanhar a implementação da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental;

II - Deliberar sobre programas anuais de ações e investimentos com base na previsão orçamentária elaborada pela Secretaria de Meio Ambiente;

III - Fiscalizar a correta aplicação dos recursos financeiros e a qualidade dos serviços prestados à população pela Secretaria de Meio Ambiente;

IV - Estudar os problemas ligados ao meio ambiente municipal e propor ações destinadas à preservação e melhoria da qualidade ambiental;

V - Colaborar na elaboração dos planos e programas de desenvolvimento municipal e em projetos de lei que serão suporte da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental;

VI - Estudar e propor normas técnicas e legais e procedimentos visando a proteção, conservação e recuperação do meio ambiente;

VII - Opinar nas questões de uso e ocupação dos espaços territoriais de acordo com limitações e condicionantes ambientais, visando a preservação e melhoria da qualidade ambiental;

VIII - Avaliar as solicitações de licenciamento para as atividades definidas nessa lei;

IX - Propor a criação de Unidades de Conservação, bem como diretrizes de sua preservação;

X - Articular a integração das ações de interesse ambiental desempenhadas por órgãos de caráter regional;

XI - Opinar sobre os planos e projetos públicos e privados que, direta ou indiretamente afetem o meio ambiente, podendo solicitar, sempre que necessárias maiores informações dos interessados;

XII - Propor e acompanhar os programas de educação ambiental;

XIII - Publicar os relatórios sobre a situação de salubridade ambiental do Município;

XIV - Elaborar e fazer cumprir seu estatuto e seu regimento interno;

XV - Propor auditorias ambientais.

Parágrafo único - Fica garantido ao COMDEMA o acesso a todas as informações necessárias ao desempenho de suas funções que deverão ser fornecidas pela Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura sempre que solicitadas.

Art. 11º. O COMDEMA tem a composição estabelecida na Lei, devendo ainda compor o Conselho um membro da comunidade técnico-científico, representada pela Universidade local, se houver, totalizando 50% de seus membros representados pela Sociedade Civil.

SEÇÃO V

DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Art. 12º. O Fundo Municipal do Meio Ambiente, criado pela Lei n. 460/2010, de 17 de setembro de 2010, FMA, vinculado ao orçamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, possui como objetivo concentrar recursos para projetos de interesse ambiental.

Art. 13º. Constituem receitas do Fundo Municipal do Meio Ambiente:

I - Arrecadação pelos agentes públicos competentes municipais, estaduais ou federais de multas previstas em leis e regulamentos provenientes da degradação do meio ambiente local a ser destinada a projetos de recuperação, proteção e educação ambiental a serem elaborados e definidos pelos representantes da sociedade civil no COMDEMA;

II - Contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado, do Município e Consórcio e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações;

III - Parte dos recursos provenientes da cobrança de tarifas, taxas, contribuições de melhoria e preços públicos cobrados pela Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura para remunerar os investimentos e os custos de operação e manutenção dos serviços sob sua esfera de competência;

IV - As arrecadações resultantes de consórcios, convênios, contratos e acordos específicos celebrados entre o Município e instituições públicas ou privadas, cuja execução seja de competência da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, observadas as obrigações contidas nos respectivos instrumentos;

V – dotação orçamentária ela destinada;

VI – arrecadação de multas por danos ao meio ambiente;

VII – convênios, contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado, bem como das respectivas autarquias, empresas públicas e sociedade de economia mista e fundações para promoção da qualidade ambiental;

VIII – parcelas de compensação financeira estipulada no Artigo 20º, parágrafo primeiro da Constituição Federal;

XIX – rendimento de qualquer natureza proveniente da aplicação do seu patrimônio;

XX – recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional e acordos bilaterais entre governos;

XXI – arrecadação de taxas de licenciamento ambiental;

XXII – arrecadação de taxas de controle e fiscalização ambiental;

XXIII–transferência do Fundo Estadual de Meio Ambiente;

XXIV – transferência do Fundo Nacional de Meio Ambiente;

XXV – doações de pessoas físicas ou jurídicas;

XVI - doações de entidades nacionais e internacionais;

XXVII – recursos oriundos de condenações judiciais de empreendimentos sediados no município e/ ou que afete o território municipal, decorrentes de danos ocasionados ao meio ambiente;

XXVIII - preços públicos cobrados por análises de projetos ambientais e/ ou dados requeridos junto ao cadastro de informações ambientais do Município;

XIX - indenizações decorrentes de cobranças judiciais e extrajudiciais de áreas verdes, devidas em razão de parcelamento irregular ou clandestino do solo;

XXX - compensação financeira ambiental;

XXXI - recursos arrecadados em licitações de produtos apreendidos em ações relacionadas ao meio ambiente

XXXII - Outros rendimentos que, por sua natureza, possam ser destinado ao Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo único – A Secretaria de Meio Ambiente deverá sempre que solicitado dar ciência ao COMDEMA das receitas destinadas ao FMA.

Art. 14º. A gestão do FMA será realizada por um Conselho Gestor que terá como finalidade a aplicação dos recursos e prestação de contas.

Art. 15º. Compõem o Conselho Gestor do FMA:

I - O Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, como seu Presidente;

II – Um membro da Secretaria Municipal de Finanças;

III - Um representante do COMDEMA escolhido entre os representantes da sociedade civil.

Art. 16º. É competência do Conselho Gestor do FMA:

I - Estabelecer normas e diretrizes para gestão do Fundo;

II - Aprovar operações de financiamento;

III - Encaminhar o relatório anual de atividades desenvolvidas ao Prefeito;

IV - Prestar contas da Gestão do Fundo ao COMDEMA, na forma prevista em leis e regulamentos.

Art. 17º. Os recursos do FMA serão aplicados no desenvolvimento, remuneração e fomento de:

I - Programas de proteção, conservação, manutenção e recuperação da qualidade ambiental;

II - Atividades ligadas à defesa do Meio Ambiente;

III - Ações que visem proporcionar saneamento básico à população;

IV - Pesquisas de processos tecnológicos destinados a melhoria da qualidade ambiental;

V - Atividades educativas e de mobilização da sociedade civil organizada no processo de defesa do meio ambiente e da salubridade ambiental;

VI - Proteção e conservação dos recursos naturais;

VII - Capacitação técnica dos agentes públicos integrante do SIMGEPAM;

VIII - Investimentos e custos de operação e manutenção das atividades de gestão ambiental;

IX - Serviços de assessoria técnica para a implementação de programas ambientais e sanitários.

SEÇÃO VI

DAS TAXAS AMBIENTAIS

Art. 18º. Fica instituída a taxa de controle e fiscalização ambiental no Município de Canabrava do Norte, cujo fato gerador é o exercício regulador do poder de polícia conferido à Secretaria de Meio Ambiente, para controle e fiscalização das atividades poluidoras utilizadoras dos recursos naturais de âmbito local.

Parágrafo único. Esta lei deverá ser regulamentada normatizando, os valores da TCFA, os sujeitos passivos, os casos de isenção, o prazo de recolhimento, as sanções aplicáveis no caso de mora, a destinação, dentre outras especificidades necessárias para o regular exercício da cobrança da TCFA.

SEÇÃO VII

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 19º. A localização, concepção, instalação, construção, ampliação, modificação, operação e desativação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais ou consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como aquelas capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do Município sem prejuízo de outras licenças ou autorizações legalmente exigíveis.

§ 1º. Compete ao Município o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local de pequeno e médio impacto, conforme as atividades dispostas no Anexo Único desta Lei.

§ 2º. Os pedidos de licenciamento serão objeto de publicação resumida no quadro de editais da Prefeitura e da Câmara Municipal e na imprensa local ou regional.

Art. 20º. O Município, no exercício de sua competência, expedirá as seguintes licenças, de caráter obrigatório respeitado as competências estadual e federal:

I - Licença Prévia (LP): será concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental, devendo ser observados os planos municipais, estaduais e federais de uso dos recursos naturais e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença de Instalação (LI): autorizará a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes;

III - Licença de Operação (LO): será concedida depois de cumpridas todas as exigências feitas por ocasião da expedição da LI, autorizando o início do empreendimento ou atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle ambiental, de acordo com o previsto nas Licenças Prévias (LP) e de Instalação (LI);

IV - Licença de Operação Provisória (LOP) -será concedida, na forma do regulamento, estabelecendo as condições de realização ou operação de empreendimentos, atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou para execução de obras que não caracterizem instalações permanentes. Caso o empreendimento, atividade, pesquisa, serviço ou obra de caráter temporário, passe a configurar situação permanente, será exigido o licenciamento ambiental correspondente;

V – Licença Especial (LE) – Destina-se a permitir a ocorrência de Eventos Especiais assim considerados: o corte de árvores, a utilização de explosivos na construção civil e na extração de minerais, festejos populares, ser-

viços de coleta e transporte de resíduos sólidos e líquidos industriais, colocação de veículos de propaganda e/ou publicidade, entre outros.

§ 1º. Os prazos de validade de cada tipo de licença ou autorização ambiental, observado o cronograma apresentado pelo empreendedor, serão observados os limites máximos de até:

I – Licença Prévia: mínimo de 3 (três) anos e máximo de 4 (quatro) anos;

II – Licença de Instalação: mínimo de 3 (três) anos e máximo de 5 (cinco) anos;

III – Licença de Operação: mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

IV – Licença de Operação Provisória: máximo de 3 (três) anos.

V - Licença Especial: apenas pela data do evento.

§ 2º. As atividades e empreendimentos considerados de pequeno e médio impacto, assim definidos no anexo Único da Resolução CONSEMA n. 86/2013 ou daquela que a suceder deste regulamento, e já em funcionamento na data de publicação desta Lei deverão requerer, mediante cadastro do empreendimento a ser instruída com o termo de responsabilidade assinado pelo titular do empreendimento e Anotação de Responsabilidade Técnica ou equivalente do profissional responsável, a Licença de Operação (LO), no prazo de 90 (noventa) dias.

§ 3º. Poderá ser concedida a título precário, autorização para teste, previamente à concessão das respectivas licenças de operação, mediante o pagamento da taxa correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da Licença de Operação (LO) e sem prejuízo das demais licenças necessárias ao funcionamento do empreendimento, em caráter excepcional e devidamente fundamentado pelo órgão licenciador, que será estabelecido em razão de necessidade temporária de avaliação da eficiência das condições, restrições e medidas de controle ambiental impostos à atividade ou empreendimento, não podendo, em qualquer hipótese, a autorização exceder o prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 4º. A renovação da Licença de Operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de expiração de seu prazo de validade, que ficará automaticamente prorrogada até manifestação definitiva do órgão competente pelo Licenciamento Ambiental.

§ 5º. O Município, através de seu órgão competente, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar qualquer licença expedida, quando ocorrer:

I - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiariam a expedição da licença;

III - Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

§ 6º. No Licenciamento Ambiental em áreas de posse será exigida a certidão administrativa fornecida pelo órgão competente ou escritura possessória lavrada em cartório reconhecida pelos confinantes, juntamente com a comprovação do pedido de regularização fundiária, junto ao órgão estadual.

§ 7º. Quando a expedição de Licença de Instalação envolver a supressão da cobertura vegetal e remoção da fauna, a Autorização de Desmatamento e de Resgate da fauna serão concedidas pelo órgão responsável pela expedição da respectiva licença.

§ 8º. Os responsáveis pelas atividades previstas no caput do artigo anterior são obrigados a implantar sistema de tratamento de efluentes e a promover todas as medidas necessárias para prevenir ou corrigir os inconvenientes e danos decorrentes da poluição.

§ 9º. A expedição das licenças previstas nesta seção deverá atender a previsão constante no art. 19 da presente lei e do previsto no Decreto Estadual nº. 7007 de 09 de fevereiro de 2006.

§ 10º. Nos processos de licenciamento ambiental estabelecidos no Anexo Único desta Lei, não sujeitos ao EIA/RIMA, nos termos da Resolução do CONSEMA n. 428 de 17 de Dezembro de 2010, o órgão licenciador deverá dar ciência ao órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação que existir, quando o empreendimento:

I – Puder causar impacto direto em Unidade de Conservação;

II – Estiver localizado na sua Zona de Amortecimento; ou

III – Estiver localizado no limite de até 2 mil metros da UC, cuja ZA não tenha sido estabelecida no prazo de até 5 anos a partir de 17 de Dezembro de 2010.

Art. 21º. A Prefeitura de Canabrava do Norte condicionará a expedição de licença, Autorização ou Alvará de funcionamento e sua renovação à apresentação de Licença de Operação expedida pelo órgão ambiental competente.

Art. 22º. Os cartórios de registro de imóveis deverão exigir a apresentação da Licença de OPERAÇÃO emitida pelo órgão ambiental competente, antes de efetuar o registro de loteamento.

Parágrafo único. Para fins de registro de loteamento será exigida a averbação de, no mínimo, 10% (dez por cento) de área verde, incluindo praças públicas, parques e canteiros centrais.

Art. 23º. O Município, através de seus agentes ambientais capacitados, terá competência para fiscalizar as atividades industriais, comerciais, rurais e de prestação de serviços, tanto públicas como privadas, caracterizadas como fontes fixas de poluição ambiental.

Art. 24º. Os empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental deverão comunicar ao órgão ambiental competente municipal a suspensão ou o encerramento das suas atividades.

§ 1º. A comunicação a que se refere o caput deverá ser acompanhada de um Plano de Desativação que contemple a situação ambiental existente e, se for o caso, informe a implementação das medidas de restauração e de recuperação da qualidade ambiental das áreas que serão desativadas ou desocupadas.

§ 2º. O órgão competente deverá analisar o Plano de Desativação, verificando a adequação das propostas apresentadas.

§ 3º. Após a restauração e/ou recuperação da qualidade ambiental, o empreendedor deverá apresentar relatório final, acompanhado das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica, atestando o cumprimento das normas estabelecidas no Plano de Desativação.

§ 4º. A Autorização Ambiental (AA) aplicar-se-á a empreendimentos ou atividades de caráter temporário(despesca em atividade de piscicultura transporte de produtos perigosos, pesquisa científica, festival de pesca, desmatamento, exploração florestal, resgate de fauna, uso do fogo controlado, etc.). Caso o empreendimento, atividade, pesquisa, serviço ou obra de caráter temporário, exceda o prazo estabelecido de modo a configurar situação permanente, serão exigidas as licenças ambientais correspondentes, em substituição à Autorização Ambiental expedida.

§ 5º. As Licenças/Autorizações Ambientais poderão ser transferidas para outro proprietário, desde que as mesmas estejam dentro do prazo de validade e não haja mudança na atividade inicial.

§ 6º. As Licenças Ambientais serão concedidas somente mediante Parecer Técnico (PT) favorável elaborado e assinado por pelo menos 02 (Dois) técnicos de Meio Ambiente do quadro funcional da **Prefeitura ou á disposição desta.**

§ 7º. A Licença Prévia somente poderá ser renovada uma única vez.

§ 8º. A atividade de fiscalização ambiental somente poderá exercida por agentes de meio ambiente do quadro funcional da prefeitura concursados.

SEÇÃO X

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 25º. Entende-se por Educação Ambiental o processo que visa conscientizar a população acerca das questões inerentes ao meio ambiente, criando condições para a preservação, planejamento e uso racional dos recursos naturais, desenvolvendo uma postura ética e ideológica voltada à vida.

Art. 26º. A Educação Ambiental prevê atuação em nível escolar (formal) e não escolar, (informal) junto a toda comunidade, num processo permanente e participativo, de explicitação de valores, instrução sobre problemas específicos relacionados com o gerenciamento do meio ambiente, formação de conceitos e aquisição de competências que resultem no planejamento, preservação, defesa e melhoria do ambiente.

Art. 27º. A Educação Ambiental no âmbito escolar será desenvolvida na rede de ensino de todos os níveis, de forma interdisciplinar e multidisciplinar, de acordo com a filosofia educacional do País e em conjunto com as Secretarias de Educação do Município, do Estado, Ministério da Educação e com as Diretorias das Escolas e Universidades.

Art. 28º. A Educação Ambiental informal atenderá a comunidade fora do contexto escolar e terá característica popular e institucionalizada feita através de:

I - Campanhas de esclarecimento;

II - Palestras;

III - Debates;

IV - Cursos de capacitação e/ou reciclagem;

V - Desenvolvimento de programas de preservação ambiental envolvendo associações comunitárias;

VI - Comemoração de datas referenciais e outras datas significativas para o andamento do processo educativo;

VII- Qualquer outro meio eficaz para proporcionar a conscientização e educação ambiental dos alunos.

Art. 29º. A Educação Ambiental informal será promovida junto à comunidade em geral, através de atividades dos órgãos e entidades responsáveis pelo programa no Município e em parceria com Organizações não governamentais e sem fins lucrativos, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura.

Art. 30º. A Educação Ambiental precederá as fases de criação e implantação de Unidades de Conservação em programas direcionados às diferentes comunidades a serem envolvidas e ao corpo funcional destas unidades.

Art. 31º. A Educação Ambiental formal será promovida pela Secretaria de Educação do Município, do Estado, Ministério da Educação, Diretoria das Escolas e Universidades, visando capacitar os corpos docente e discente das escolas, com apoio da Secretaria Municipal Meio Ambiente e Agricultura.

Art. 32º. A educação Ambiental terá como um dos instrumentos de suporte a pesquisa sócio - ambiental em nível científico.

Art. 33º. Fica instituída a Semana do Meio Ambiente, que será comemorada nas escolas, estabelecimentos públicos e por meio de campanhas junto à comunidade, através de programações educativas, na primeira semana do mês de junho de cada ano.

SEÇÃO XI

DOS INCENTIVOS FINANCEIROS E FISCAIS

Art. 34º. O Município de Canabrava do Norte - MT, mediante convênio ou consórcio, e desde que autorizada pelo Poder Legislativo, poderá repassar ou conceder auxílio financeiro a instituições públicas ou privadas, sem fins lucrativos, para execução de serviços de relevante interesse ambiental.

Parágrafo Único. Poderá ser instituído prêmio de mérito ambiental para incentivar a pesquisa e apoiar os inventores e introdutores de inovações tecnológicas que visem a proteger o meio ambiente, em homenagem àqueles que se destacarem em defesa da ecologia.

Art. 35º. Os proprietários de imóveis que contenham árvores ou associações vegetais relevantes poderão a título de estímulo e preservação, receber benefício fiscal, na forma de lei específica.

Parágrafo Único. Para ter direito ao benefício fiscal, o proprietário de imóvel a que se refere o caput deste artigo, deverá firmar, perante o órgão competente, termo de compromisso de preservação.

SEÇÃO XII

DA PROCURADORIA AMBIENTAL

Art. 36º. O órgão municipal de meio ambiente, em consonância com a Assessoria Jurídica do Município, poderá manter setor especializado em tutela ambiental, defesa de interesses difusos, do patrimônio histórico, cultural, paisagístico, arquitetônico e urbanístico, como forma de apoio técnico-jurídico à implementação dos objetivos desta Lei e demais normas ambientais vigentes, respeitadas as funções institucionais do Ministério Público, em especial o disposto no inciso III do caput do artigo 129º da Constituição Federal.

SEÇÃO XIII

DA FISCALIZAÇÃO, CONTROLE, MONITORAMENTO, INFRAÇÃO E PENALIDADES.

SUBSEÇÃO I

DO CONTROLE, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES.

Art. 37º. Para o controle, monitoramento e fiscalização das atividades decorrentes do disposto nesta Lei e em seus regulamentos, o órgão municipal de meio ambiente poderá utilizar-se, além dos recursos técnicos e humanos de que dispõe do concurso de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas, através de convênios, bem como do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental – Norte Araguaia (CIDESA).

Art. 38º. Fica criado, o cargo de Agente Ambiental, com exigência de formação técnica e treinamento especial.

§ 1º. Caberá ao órgão gestor de Meio Ambiente providenciar o treinamento do Agente Ambiental, que receberá Certificação de Aptidão para o exercício das funções de fiscalização nesta Lei descritas.

§ 2º. A atividade de fiscalização e o treinamento do Agente Ambiental poderá ser objeto de convênios, acordos de cooperação com outros municípios, com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental – Norte Araguaia (CIDESA), com a SEMA e instituições de ensino de nível superior que tenham cursos nas áreas das chamadas ciências da terra e na área jurídica.

§ 3º. O Agente ambiental atuará na fiscalização de atividades industriais, serviços, comerciais, agrícolas e pastoris, passíveis de licenciamento ambiental municipal.

Art. 39º. São atribuições dos servidores municipais encarregados da fiscalização ambiental:

I - Realizar levantamentos, vistorias e avaliações;

II - Efetuar medições e coletas de amostras para análises técnicas de controle;

III - Proceder a inspeções e visitas de rotina, bem como para apuração de irregularidades e infrações;

IV - Verificar a observância das normas e padrões ambientais vigentes;

V - Lavrar auto de notificação e auto de infração, interdição e embargo;

§ 1º. O infrator receberá cópia do auto de infração, em caso de recusa de recebimento, ser-lhe-á enviado por via postal, com "Aviso de Recebimento", que será anexado ao procedimento, ou por edital.

§ 2º. No exercício da ação fiscalizadora, os técnicos terão a entrada franqueada nas dependências das fontes poluidoras localizadas ou que se instalarem no Município, onde poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessários e terão livre acesso a informações, visitas a projetos, instalações, dependências ou produtos sob- inspeção.

§ 3º. Qualquer pessoa poderá denunciar a prática de infração ambiental cuja procedência será verificada pelo Agente Ambiental.

Art. 40º. Nos casos de embaraço à ação fiscalizadora, as autoridades policiais deverão prestar auxílio aos agentes fiscalizadores para a execução da medida ordenada.

SUBSEÇÃO II

DAS INFRAÇÕES AMBIENTAIS

Art. 41º. Para efeitos desta Lei, considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente ou que importe em inobservância dos preceitos desta Lei, seus regulamentos, decretos, normas técnicas e resoluções, bem como, das leis estaduais e federais, resoluções do CONAMA e outros dispositivos legais.

Art. 42º. Respondem pela infração, conjunta ou separadamente, todos aqueles que, de qualquer forma, concorrerem para sua prática ou deixarem de adotar medidas preventivas destinadas a evitar a sua ocorrência.

Parágrafo único. O infrator, seja pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, é responsável, independentemente de culpa ou dolo, pelo dano que sua atividade causar ao meio ambiente e a outrem.

Art. 43º. São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os agentes ambientais do órgão municipal do meio ambiente e da polícia militar especializada.

Art. 44º. A autoridade ambiental que tiver ciência ou notícia de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de corresponsabilidade.

§ 1º. Qualquer pessoa que tiver conhecimento ou notícia da ocorrência de infração ambiental deverá noticiar as autoridades relacionadas no artigo anterior, para efeito do exercício do seu poder de polícia.

§ 2º. A autoridade ambiental notificará o Ministério Público, obrigatoriamente, sempre que a infração for classificada como "gravíssima" e a seu critério, nos demais casos.

Art. 45º. Os autos de infração ambientais serão processados junto ao órgão ambiental municipal competente, incluindo aqueles lavrados pelos agentes do Batalhão da Polícia Militar de Proteção Ambiental.

Art. 46º. Nos casos em que a infração administrativa configurar crime incumbe ao agente de fiscalização levar ao conhecimento da autoridade policial.

SUBSEÇÃO III

DAS PENALIDADES

Art. 47º. Os infratores dos dispositivos da presente Lei, de seus regulamentos e do estabelecido pelas demais normas atinentes à matéria, ficam sujeitos às seguintes penalidades que poderão ser aplicadas cumulativamente, além das demais sanções civis ou penais, previstas pela legislação federal ou estadual:

I - Advertência por escrito, em que o infrator será notificado para fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de outras sanções previstas nesta Lei;

II - Multa simples no valor de 50 (cinquenta) até 85.000 (oitenta e cinco mil) Unidades Fiscal de Canabrava do Norte (UFCN);

III - Multa diária;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V- Destruição ou inutilização do produto;

VI - Suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - Embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

VIII - Demolição de obra;

IX - Suspensão parcial ou total das atividades; e

X - Restritiva de direitos.

XI - Interdição parcial ou total do estabelecimento ou atividade;

XII - Cassação de alvará de licenciamento da atividade ou empreendimento;

§1º. Os valores estabelecidos das multas nesta Lei, quando não disposto de forma diferente, referem-se à multa simples e não impedem a aplicação cumulativa das demais sanções.

§2º. A caracterização de negligência ou dolo será exigível nas hipóteses previstas nos incisos I e II do § 3o do art. 72 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 48º. A pena de multa consiste no pagamento de importância equivalente a:

I - Nas infrações leves, 50 até 500 UFCN;

II - Nas infrações graves, 500 até 10.000 UFCN; as infrações muito graves, 10.000 até 20.000 UFCN;

III - nas infrações gravíssimas, 20.000 até 85.000 UFCN.

Art. 49º. A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-MDC, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Parágrafo único. O órgão ou entidade ambiental poderá especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Art. 50º. A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§ 1º. Constatada a situação prevista no caput, o agente atuante lavrará auto de infração, indicando a conduta e o valor da multa - dia**.**

§ 2º. O valor da multa - dia deverá ser fixado de acordo com os critérios estabelecidos nesta Lei, não podendo ser inferior ao mínimo aqui estabelecido, nem superior a dez por cento do valor da multa simples máxima cominada para a infração.

§ 3º. A multa diária deixará de ser aplicada a partir da data em que o autuado apresentar ao órgão ambiental documentos que comprovem a regularização da situação que deu causa à lavratura do auto de infração.

§ 4º. O Caso o agente atuante ou a autoridade competente verifique que a situação que deu causa à lavratura do auto de infração não foi regularizada, a multa diária voltará a ser imposta desde a data em que deixou de ser aplicada, sendo notificado o autuado, sem prejuízo da adoção de outras sanções previstas nesta Lei.

§ 5º. O Por ocasião do julgamento do auto de infração, a autoridade ambiental deverá, em caso de procedência da autuação, confirmar ou modificar

o valor da multa - dia, decidir o período de sua aplicação e consolidar o montante devido pelo autuado para posterior execução.

§ 6º. O valor da multa será consolidado e executado periodicamente após o julgamento final, nos casos em que a infração não tenha cessado.

§ 7º. A celebração de termo de compromisso de reparação ou cessação dos danos encerrará a contagem da multa diária.

Art. 51º. Quanto ao dano ambiental, as infrações serão classificadas levando-se em consideração:

I - A escala e a intensidade do dano;

II - O dano à saúde e à segurança pública;

III - Se o dano é temporário ou permanente, recuperável ou irrecuperável;

IV - O local da infração.

V - As circunstâncias atenuantes e agravantes da infração.

Parágrafo único. As sanções aplicadas pelo agente atuante estarão sujeitas à confirmação pela autoridade julgadora.

Art. 52º. São circunstâncias atenuantes:

I - Menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;

II - Arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação da agressão ambiental causada; comunicação prévia, pelo infrator, às autoridades competentes, de perigo iminente de degradação ambiental;

III - Colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental;

IV - Ser primário o infrator, e de natureza leve a falta por ele cometida;

V - Comunicação da infração acidental pelo próprio infrator.

Art. 53º. São circunstâncias agravantes:

I - Ser o infrator reincidente ou cometer a infração de forma continuada;

II - Ser o agente cometido a infração para obter vantagem pecuniária;

III - O infrator coagir outrem para a execução material da infração;

IV - Ter a infração consequências danosas à saúde pública;

V - Se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública e ao meio ambiente, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada para evitá-lo;

VI - Ter o infrator agido com dolo direto ou eventual;

VII - Não ter o infrator comunicado a infração ambiental autoridade competente;

VIII - A ocorrência de efeitos sobre a propriedade alheia;

IX - a infração atingir áreas sob proteção legal;

X - o emprego de métodos cruéis no abate ou captura de animais;

XI - decorrer a infração de omissão ou má-fé na operação de sistemas de tratamento de emissões.

§ 1º. A reincidência ocorrerá quando o mesmo agente cometer nova infração ambiental no período de 3**anos, classificada como:**

I - Específica: cometimento de infração da mesma natureza;

II - Genérica: o cometimento de infração ambiental de natureza diversa.

§ 2º No caso de infração, caracterizada pela repetição da ação ou omissão inicialmente punida, ou da flagrante omissão diante de uma notificação da autoridade competente, a penalidade de multa poderá ser aplicada de forma continuada, por tantos dias quantos sejam os da resistência do infrator a corrigi-la.

Art. 54º. A sanção de advertência poderá ser aplicada, mediante a lavratura de auto de infração, para as infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º. Consideram-se infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente aquelas em que a multa máxima cominada não ultrapasse o valor de R$ 1.000,00 (mil reais), ou que, no caso de multa por unidade de medida, a multa aplicável não exceda o valor referido.

§ 2º. Sem prejuízo do disposto no caput, caso o agente atuante constate a existência de irregularidades a serem sanadas, lavrará o auto de infração com a indicação da respectiva sanção de advertência, ocasião em que estabelecerá prazo para que o infrator sane tais irregularidades.

§ 3º. Sanadas as irregularidades no prazo concedido, o agente atuante certificará o ocorrido nos autos e dará seguimento ao processo administrativo.

§ 4º. Caso o autuado, por negligência ou dolo, deixe de sanar as irregularidades, o agente atuante certificará o ocorrido e aplicará a sanção de multa relativa à infração praticada, independentemente da advertência.

Art. 55º. A sanção de advertência não excluirá a aplicação de outras sanções.

Art. 56º. Fica vedada a aplicação de nova sanção de advertência no período de três anos contados do julgamento da defesa da última advertência ou de outra penalidade aplicada.

Art. 57º. São infrações ambientais, não excluindo as indicadas nos artigos 73 a 93 do Decreto Federal n. 6.514 de 2008 atualizado pelo Decreto Federal n. 6.686 de 2008 e 48 desta Lei:

I - Construir, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território do município, estabelecimentos, obras, atividades ou serviços submetidos ao regime desta Lei, sem licença exigida por Lei ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

II - Praticar atos de comércio e indústria ou serviços, compreendendo substâncias, produtos e artigos de interesse para a saúde ambiental, sem a necessária licença ou autorização dos órgãos competentes ou contrariando o disposto nesta Lei e na legislação estadual e federal pertinente. Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

III - Deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar qualquer fato relevante do ponto de vista ecológico e ambiental, de acordo como disposto nesta Lei Complementar, no seu regulamento e normas técnicas.

Pena: Incisos I e II do art. 47 desta Lei;

IV - Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de interesse ambiental. Pena: Incisos I e II do art. 47 desta Lei;

V - Opor-se à exigência de exames técnicos de laboratórios, à realização de auditorias técnicas ou à execução dessas ações pelas autoridades competentes.

Pena: Incisos I e II do art. 47 desta Lei;

VI - Utilizar, aplicar, comercializar, manipular, ou armazenar pesticidas, raticidas, fungicidas, inseticidas, herbicidas, e outros congêneres, pondo em risco a saúde ambiental, individual ou coletiva, em virtude de uso inadequado ou inobservância das normas legais, regulamentares ou técnicas aprovadas pelos órgãos competentes ou em desacordo com os receituários e registros pertinentes.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art.47 desta Lei;

VII - Descumprir, as empresas de transporte, seus agentes e consignatários, comandantes e responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, trens, veículos terrestres, nacionais e estrangeiros, normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências ambientais.

Pena: Incisos I, II, III, IV, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

VIII - Entregar ao consumo, desviar, alterar ou substituir, total ou parcialmente, produto interditado por aplicação dos dispositivos desta Lei; Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VII, VIII e IX do art.47 desta Lei;

IX - Dar início, de qualquer modo, ou efetuar parcelamento do solo sem aprovação dos órgãos competentes ou em desacordo com a mesma ou com inobservância das normas ou diretrizes pertinentes.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art.47 desta Lei;

X - Contribuir para que a água ou o ar atinjam níveis ou categorias de qualidade inferior aos fixados em normas oficiais. Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XI - Emitir ou despejar efluentes ou resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido na legislação.

Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art.47 desta Lei;

XII - Exercer atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente, sem licença do órgão ambiental competente ou em desacordo com a mesma.

Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art.47 desta Lei;

XIII - Causar a poluição das águas superficiais e do subsolo, particularmente os mananciais e as águas dos serviços públicos de abastecimento das comunidades.

Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XIV - Causar incômodo por emissões de substâncias odoríferas acima dos limites de percepção e além dos limites da propriedade em que se localiza a fonte emissora.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XV - Causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea dos habitantes de zonas urbanas. Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XVI - Desrespeitar interdições de uso, de passagens e outras restrições estabelecidas administrativamente para a proteção contra a de gradação ambiental ou, nesses casos, impedir ou dificultar a atuação de agentes do Poder Público.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XVII - Causar poluição do solo tornando qualquer área urbana ou rural imprópria para ocupação e uso. Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XVIII - Causar poluição de qualquer natureza que possa trazer dano à saúde ou ameaçar o bem estar do indivíduo ou da coletividade. Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XIX - Desenvolver atividades ou causar poluição de qualquer natureza, que provoque mortandade de mamíferos, aves, répteis, anfíbia ou peixe sou a destruição de plantas cultivadas ou silvestres.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XX - Desrespeitar as proibições ou restrições estabelecidas pelo Poder Público em Unidades de Conservação ou áreas protegidas por esta Lei Complementar.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XXI - Obstar ou dificultar a ação das autoridades ambientais competentes no exercício de suas funções.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XXII - Descumprir atos emanados da autoridade ambiental, visando à aplicação da legislação vigente. Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XXIII - Transgredir outras normas, diretrizes, padrões ou parâmetros federais, estaduais ou locais, legais ou regulamentares à proteção da saúde ambiental ou do meio ambiente.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XXIV – Praticar maus tratos em animais. Pena: Incisos I, II, III e IX do art. 47 desta Lei;

XXV - Destruir ou causar danos à vegetação arbórea urbana e às de preservação permanente, inclusive àquelas associadas aos sítios arqueológicos.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XXVI - Emitir sons, ruídos ou vibrações, em desacordo com os limites estabelecidos nesta Lei e legislação estadual ou federal pertinente.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

Art. 58º. As sanções restritivas de direito aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas são:

I - Suspensão de registro, licença ou autorização;

II - Cancelamento de registro, licença ou autorização;

III - Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

IV - Perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; e proibição de contratar com a administração pública;

§ 1º. A autoridade ambiental fixará o período de vigência das sanções previstas neste artigo, observando os seguintes prazos:

I – Até 3 (três) anos para a sanção prevista no inciso V;

II – Até 1 (um) ano para as demais sanções.

§ 2º. Em qualquer caso, a extinção da sanção fica condicionada à regularização da conduta que deu origem ao auto de infração.

Art. 59º. Em caso de aplicação de penalidade concomitante pelo Estado e Município, prevalecerá a que primeiro tiver sido imposta.

SEÇÃO XIV

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 60º. As infrações à legislação ambiental serão apuradas em procedimento administrativo próprio e sua instauração dar-se-á com a lavratura de auto de infração, em 3 (três) vias, devendo a segunda via ser destinada a formalização do procedimento.

Art. 61º. Os agentes devem, no exercício de suas funções fiscalizadoras, ao constatarem a ocorrência de infração ao disposto nesta Lei, lavrar os seguintes instrumentos legais do exercício da atividade, de acordo com a necessidade estabelecida:

I - Auto de notificação;

II - Auto de infração;

III - Termo de embargo e/ou interdição;

IV - Termo de apreensão e notificação.

Art. 62º. Constatada a infração ambiental, o agente atuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

I - Apreensão;

II - Embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

III - Suspensão de venda ou fabricação de produto;

IV - Suspensão parcial ou total de atividades;

V - Destruição ou inutilização dos produtos, subprodutos e instrumentos da infração; e

VI - Demolição.

§ 1º. As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

§ 2º. A aplicação de tais medidas será lavrada em formulário próprio, sem emendas ou rasuras que comprometam sua validade, e deverá conter, além da indicação dos respectivos dispositivos legais e regulamentares infringidos, os motivos que ensejaram o agente atuante a assim proceder.

§ 3º. A administração ambiental estabelecerá os formulários específicos a que se refere o § 2º.

§ 4º. O embargo de obra ou atividade restringe-se aos locais onde efetivamente caracterizou-se a infração ambiental, não alcançando as demais atividades realizadas em áreas não embargadas da propriedade ou posse ou não correlacionadas com a infração."

Art. 63º. A suspensão de venda ou fabricação de produto constitui medida que visa a evitar a colocação no mercado de produtos e subprodutos oriundos de infração administrativa ao meio ambiente ou que tenha como objetivo interromper o uso contínuo de matéria-prima e subprodutos de origem ilegal.

Art. 64º. A suspensão parcial ou total de atividades constitui medida que visa a impedir a continuidade de processos produtivos em desacordo com a legislação ambiental.

Art. 65º. O ato administrativo que instaura o procedimento administrativo de apuração das infrações ambientais ou o auto de notificação deverá conter:

I - O nome do infrator e sua qualificação nos termos da lei;

II - Local data e hora da infração;

III - Descrição da infração e menção ao disposto legal ou regulamentar transgredido;

IV - Ciência pelo autuado, de que responderá pelo fato em processo administrativo;

V - Assinatura do autuado ou, na ausência ou recusa, de duas testemunhas e do atuante;

VI - Nome do agente fiscal e assinatura;

VII - No caso de aplicação das penalidades de embargo, apreensão e de suspensão de venda do produto, do auto de notificação deve constar ainda, a natureza, quantidade, nome e/ou marca, procedência, local onde o produto ficará depositado e seu fiel depositário.

§ 1º. Os produtos perecíveis, se próprios para o consumo humano, serão doados imediatamente para entidades filantrópicas.

§ 2º. A notificação/intimação dar-se-á sucessivamente, da seguinte forma:

I - Pessoalmente;

II - Por seu representante legal;

III - Por carta registrada com ávido de recebimento;

IV - Por edital, se estiver o infrator em lugar incerto e não sabido ou não for encontrado no endereço indicado;

V - Por outros meios admitidos pela legislação em vigor.

§ 3.º Se o infrator for notificado pessoalmente e se recusar a exarar ciência, deverá essa circunstância ser expressamente mencionada pela autoridade que efetuou a notificação na presença de 2 testemunhas que assinarão o Auto e o entregará ao autuado.

§ 4º. Nos casos de evasão ou ausência do responsável pela infração administrativa, e inexistindo preposto identificado, o agente atuante encaminhará o auto de infração por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a sua ciência.

§ 5º. O edital referido no inciso III, do parágrafo 2º, será publicado uma única vez, pela imprensa oficial do Município, ou por diário de grande circulação local, considerando-se efetuada a notificação cinco 05 (cinco) dias após a publicação.

Art. 66º. Os agentes e/ou fiscais ficam responsáveis pelas declarações que fizerem nos autos da infração, sendo passíveis de punição, por falta grave, em caso de falsidade ou omissão dolosa.

Art. 67º. O infrator poderá apresentar defesa prévia, pessoalmente ou através de advogado, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação.

§ 1º. A defesa prévia é o momento em que o infrator poderá confessar-se responsável, considerando-se essa confissão inicial como atenuante.

§ 2º. O infrator poderá apresentar os documentos que tiver para a sua defesa, sendo facultado, também, se pertinente, o pedido de realização de prova pericial.

§ 3º. A apresentação de defesa prévia não terá efeito suspensivo no concernente às penalidades de apreensão, interdição e suspensão de atividades.

§ 4º. O órgão ambiental municipal responsável aplicará o desconto de trinta por cento de que trata o art. 3º da Lei nº 8.005, de 22 de março de 1990, sempre que o autuado decidir efetuar o pagamento da penalidade no prazo previsto no caput.

§ 5º. O órgão ambiental municipal responsável concederá desconto de trinta por cento do valor corrigido da penalidade, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.005, de 1990, para os pagamentos realizados após o prazo do caput e no curso do processo pendente de julgamento.

Art. 68º. Decorrido o prazo ora estabelecido sem apresentação de defesa, será o autuado considerado revel, caso em que os prazos, a partir daí, correrão independentemente de intimação, salvo se, posteriormente, habilitar-se regularmente nos autos, quando então será intimado dos atos verificados após essa habilitação.

Parágrafo único. Requerimentos formulados fora do prazo de defesa não serão conhecidos, podendo ser desentranhados dos autos conforme decisão da autoridade ambiental competente.

Art. 69º. O servidor que presidir o procedimento administrativo analisará a defesa prévia, e requisitará emissão de parecer do departamento jurídico do município, deferindo ou indeferindo motivadamente os pedidos.

§ 1º. Os exames periciais fornecidos, ou que possam ser fornecidos normalmente pelos órgãos públicos, sem despesas extraordinárias, serão anexados ao procedimento.

§ 2º. Quando houver deferimento do pedido de prova pericial solicitada pelo infrator, caberá ao mesmo depositar os honorários dessa prova no prazo de três (03) dias, sob pena do indeferimento automático do pedido de prova.

§ 3º A oitiva das testemunhas, quando houver, deverá ser marcada no prazo máximo de vinte dias, a contar da data da notificação do infrator.

Art. 70º. As provas propostas pelo autuado, quando impertinentes, desnecessárias ou protelatórias poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada da autoridade julgadora competente.

Art. 71º. Encerrada a instrução, o autuado terá o direito de manifestar-se em alegações finais, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§ 1º. A autoridade julgadora publicará em sua sede administrativa a relação dos processos que entrarão na pauta de julgamento, para fins de apresentação de alegações finais pelos interessados.

Art. 72º. Terminada a produção das provas, o servidor competente do quadro da assessoria jurídica municipal proferirá decisão, concluindo pela aplicação ou não das penalidades correspondentes às infrações apontadas no procedimento, conforme decidir pela procedência ou improcedência dos pedidos, devendo esta decisão ser homologada pelo Prefeito ou pelo Se-

cretario de Meio Ambiente e Agricultura que atenderá as demandas ambientais.

§ 1º. O infrator será intimado por via postal, com aviso de recebimento, ou pessoalmente, por servidor designado.

§ 2º. Não tendo sido encontrado nesta fase ou nas fases anteriores do procedimento, a intimação será feita pela imprensa oficial do Município, ou por diário de grande circulação local.

Art. 73º. Julgado o auto de infração, o autuado será notificado por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a certeza de sua ciência para pagar a multa no prazo de cinco dias, a partir do recebimento da notificação, ou para apresentar recurso.

Parágrafo único. O pagamento realizado no prazo disposto no caput contará com o desconto de trinta por cento do valor corrigido da penalidade, nos termos do art. 4º da Lei no 8.005, de 1990.

Art. 74º. Da decisão proferida e homologada pelo órgão Municipal competente, caberá recurso, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da intimação da decisão proferida, ao Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA.

§ 1º. O recurso administrativo previsto no caput deste artigo será encaminhado ao COMDEMA, que poderá propor a redução da intensidade ou o cancelamento das penalidades impostas, a partir de julgamento na câmara técnica pertinente.

§ 2º. Ao recurso, deverá ser juntado o parecer emitido pelo setor jurídico do município.

Art. 75º. Transitada em julgado a decisão administrativa será o infrator notificado a recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, a multa;

§ 1º. O valor da multa poderá ser parcelado, na forma do regulamento.

§ 2º. Os valores arrecadados em pagamentos de multas por infração ambiental serão revertido ao Fundo Municipal de Meio Ambiente.

§ 3º. Verificado o não recolhimento da multa no prazo estabelecido a autoridade administrativa providenciará o encaminhamento do processo para inscrição em Dívida Ativa e cobrança judicial.

SEÇÃO XV

DO PROCEDIMENTO DE CONVERSÃO DE MULTA SIMPLES EM SERVIÇOS DE PRESERVAÇÃO, MELHORIA E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE

Art. 76º. A autoridade ambiental poderá, nos termos do que dispõe o § 4º do art. 72 da Lei n. 9.605, de 1998, converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Art. 77º. São considerados serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente:

I - Execução de obras ou atividades de recuperação de danos decorrentes da própria infração;

II - Implementação de obras ou atividades de recuperação de áreas degradadas, bem como de preservação e melhoria da qualidade do meio ambiente;

III - Custeio ou execução de programas e de projetos ambientais desenvolvidos por entidades públicas de proteção e conservação do meio ambiente; e

IV - Manutenção de espaços públicos que tenham como objetivo a preservação do meio ambiente.

Art. 78º. Não será concedida a conversão de multa para reparação de danos de que trata o inciso I do artigo anterior, quando:

I - Não se caracterizar dano direto ao meio ambiente; e

II - A recuperação da área degradada puder ser realizada pela simples regeneração natural.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, a multa poderá ser convertida nos serviços descritos nos incisos II, III e IV do art. XXX, sem prejuízo da reparação dos danos praticados pelo infrator.

Art. 79º. O autuado poderá requerer a conversão de multa de que trata esta Seção por ocasião da apresentação da defesa.

Art. 80º. O valor dos custos dos serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente não poderá ser inferior ao valor da multa convertida.

§ 1º. Independentemente do valor da multa aplicada, fica o autuado obrigado a reparar integralmente o dano que tenha causado.

§ 2º. A autoridade ambiental aplicará o desconto de quarenta por cento sobre o valor da multa consolidada.

Art. 81º. A conversão de multa destinada à reparação de danos ou recuperação das áreas degradadas pressupõe que o autuado apresente pré-projeto acompanhando o requerimento.

§ 1º. Caso o autuado ainda não disponha de pré-projeto na data de apresentação do requerimento, a autoridade ambiental, se provocada, poderá conceder o prazo de até trinta dias para que ele proceda à juntada aos autos do referido documento.

§ 2º. A autoridade ambiental poderá dispensar o projeto de recuperação ambiental ou autorizar a substituição por projeto simplificado quando a recuperação ambiental for de menor complexidade.

§ 3º. Antes de decidir o pedido de conversão da multa, a autoridade ambiental poderá determinar ao autuado que proceda a emendas, revisões e ajustes no pré-projeto.

§ 4º. O não atendimento por parte do autuado de qualquer das situações previstas neste artigo importará no pronto indeferimento do pedido de conversão de multa.

Art. 82º. Por ocasião do julgamento da defesa, a autoridade julgadora deverá, numa única decisão, julgar o auto de infração e o pedido de conversão da multa.

§ 1º. A decisão sobre o pedido de conversão é discricionária, podendo a administração, em decisão motivada, deferir ou não o pedido formulado.

§ 2º. Em caso de acatamento do pedido de conversão, deverá a autoridade julgadora notificar o autuado para que compareça à sede da respectiva unidade administrativa para a assinatura de termo de compromisso.

§ 3º. O deferimento do pedido de conversão suspende o prazo para a interposição de recurso durante o prazo definido pelo órgão ou entidade ambiental para a celebração do termo de compromisso.

Art. 83º. Havendo decisão favorável ao pedido de conversão de multa, as partes celebrarão termo de compromisso, que deverá conter as seguintes cláusulas obrigatórias:

I - Nome, qualificação e endereço das partes compromissadas e dos respectivos representantes legais;

II - Prazo de vigência do compromisso, que, em função da complexidade das obrigações nele fixadas, poderá variar entre o mínimo de noventa dias e o máximo de três anos, com possibilidade de prorrogação por igual período;

III - Descrição detalhada de seu objeto, valor do investimento previsto e cronograma físico de execução e de implantação das obras e serviços exigidos, com metas a serem atingidas;

IV - Multa a ser aplicada em decorrência do não cumprimento das obrigações nele pactuadas, que não poderá ser inferior ao valor da multa convertida, nem superior ao dobro desse valor; e

V - Foro competente para dirimir litígios entre as partes.

§ 1º. A assinatura do termo de compromisso implicará renúncia ao direito de recorrer administrativamente.

§ 2º. A celebração do termo de compromisso não põe fim ao processo administrativo, devendo a autoridade competente monitorar e avaliar, no máximo a cada dois anos, se as obrigações assumidas estão sendo cumpridas.

§ 3º. O termo de compromisso terá efeitos na esfera civil e administrativa.

§ 4º. O descumprimento do termo de compromisso implica:

I - Na esfera administrativa, a imediata inscrição do débito em Dívida Ativa para cobrança da multa resultante do auto de infração em seu valor integral; e

II - Na esfera civil, a imediata execução judicial das obrigações assumidas, tendo em vista seu caráter de título executivo extrajudicial.

§ 5º. O termo de compromisso poderá conter cláusulas relativas às demais sanções aplicadas em decorrência do julgamento do auto de infração.

§ 6º. A assinatura do termo de compromisso tratado neste artigo suspende a exigibilidade da multa aplicada.

Art. 84º. Os termos de compromisso deverão ser publicados no diário oficial, mediante extrato.

Art. 85º. A conversão da multa não poderá ser concedida novamente ao mesmo infrator durante o período de cinco anos, contados da data da assinatura do termo de compromisso.

CAPÍTULO III DA PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO AMBIENTAL

SEÇÃO I DO SOLO

Art. 86º. Compete ao Poder Público Municipal:

I - Garantir a adequada utilização do solo, minimizando os processos físicos, químicos e biológicos de degradação, pelo adequado planejamento, desenvolvimento, fomento e disseminação de tecnologia apropriadas e manejo;

II - Promover, no que couber, ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

III - Garantir como prioridade o controle da erosão, especialmente do manejo integrado de solo e água;

IV - Adotar medidas mitigadoras que evitem desertificação e favoreçam a recuperação das áreas degradadas;

V - Regulamentar o uso e a ocupação do solo nas porções do território de marcante energia de relevo;

VI - Proteger e regulamentar o uso das principais linhas orográficas definidoras das paisagens municipais.

VII - Elaborar, nos termos da Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos.

§ 1º. O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos poderá ser realizado pelo Município ou em Consórcio com outros Municípios, aplicando-se o disposto no inciso III, § 3º do artigo 19 da Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 e em consonância às Unidades de Conservação de Uso Sustentável Estaduais números 13 e 14.

§ 2º. Os planos ou projetos públicos ou privados de uso de recursos naturais no município de Canabrava do Norte - MT, bem como os de uso, ocupação e parcelamento do solo devem respeitar as necessidades do equilíbrio ecológico e as diretrizes e normas de proteção ambiental.

§ 3º. Na análise dos projetos de uso e ocupação do solo ou loteamentos, o órgão ambiental municipal, no âmbito de sua competência, deverá manifestar-se, dentre outros, necessariamente sobre os seguintes aspectos:

I - Reserva de áreas verdes e proteção de interesses paisagísticos e ecológicos;

II - Utilização de áreas com terrenos alagadiços ou sujeitos a inundações;

III - Ocupação de áreas onde o nível de poluição local impeça condições sanitárias mínimas;

IV - Sistema de abastecimento de água;

V - Coleta, tratamento e disposição final de esgotos e resíduos sólidos;

VI - Ocupação de áreas aterradas com material nocivo à saúde;

VII - Ocupação de áreas de média a alta fragilidade sujeita a processos erosivos;

§ 4º. Os loteamentos urbanos em áreas de solos arenosos com declividade acima de 10% deverão conter sistemas de drenagem de águas pluviais, dê modo a minimizar os processos erosivos e assoreamento dos corpos de água.

SUBSEÇÃO I

DO ATERRO SANITÁRIO

Art. 87º. A implantação do aterro sanitário municipal deverá seguir as regras específicas do Plano Diretor, do uso e ocupação do solo, bem como do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Municipal ou mediante Plano consorcial.

Art. 88º. Nos termos da Lei 12.305 de 20 de agosto de 2010, a implantação do aterro sanitário deverá ser regulamentada.

SUBSEÇÃO II

DOS ASSENTAMENTOS URBANOS

Art. 89º. Os assentamentos urbanos ficam sujeitos, dentre outras, às seguintes normas:

I - É vedada a urbanização das áreas de contribuição imediata dos mananciais destinados ao abastecimento urbano;

II - É vedado o lançamento de esgotos domésticos “in natura” nos cursos d’água;

III-Será coibida a expansão urbana em áreas (de elevado índices de relevo) de relevo acima de 30% de declividade e de média a alta fragilidade, obedecida a legislação federal em vigor;

IV - Nas áreas de relevante interesse turístico e paisagístico, os padrões de urbanização e as dimensões das edificações devem guardar relações de harmonia e proporção com as linhas orográficas definidoras da paisagem local;

V - Proibir os processos urbanísticos em áreas sujeitas a inundações, no intuito de proteger as populações de eventuais catástrofes;

VI - A expansão urbana deverá se desenvolver de forma a minimizar os impactos sobre as associações vegetais relevantes e remanescentes de cobertura vegetal primitiva;

VII - Zelar pela manutenção da capacidade de infiltração do solo, principalmente nas áreas de recarga de aquíferos subterrâneos, mediante medidas específicas.

VIII - Obedecer critérios técnicos de elegibilidade para as áreas destinadas aos assentamentos urbanos e facultar necessidade de licenciamento prévio.

SUBSEÇÃO III

DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Art. 90º. Os assentamentos rurais deverão obedecer, dentre outras, as seguintes normas:

I - Os projetos de assentamentos deverão ser desenvolvidas de forma a estabelecer módulos compatíveis com a capacidade de uso do solo, traçados de maneira a minimizar a erosão, protegendo as áreas com limitação natural à exploração agrícola;

II – Através de seus mecanismos de fomento e de zoneamento agrícola, parte do antrópico-ambiental, deverão ser estabelecidas políticas destinadas a compatibilizar o potencial agrícola dos solos e a dimensão das unidades produtivas de forma a otimizar seu rendimento econômico e a proteção do meio ambiente, de conformidade com o zoneamento estadual e suas políticas;

III – Os módulos rurais mínimos, o parcelamento do solo rural e os projetos de assentamentos deverão assegurar áreas mínimas que garantam a compatibilização entre as necessidades de produção e manutenção dos sistemas florísticos da região, bem como das áreas de preservação permanente de interesse local.

SUBSEÇÃO IV DO USO DO SOLO

Art. 91º. Na análise de projetos de ocupação, uso e parcelamento do solo, o Município em consonância com os órgãos estaduais e federais pertinentes, manifestar-se-á de forma orientativa em relação aos aspectos de proteção do solo, da fauna, da cobertura vegetal e das águas superficiais, subterrâneas, fluentes, emergentes e reservadas, sempre que os projetos:

I - Exijam práticas conservacionistas de controle de erosão, de recuperação ou manutenção das condições físicas, químicas e biológicas do solo e de adequação da operacionalização da propriedade rural, com base em conhecimentos técnico-científicos disponíveis;

II - Necessitem da construção ou manutenção de estradas e carreadores, devendo ser precedidos de estudos prévios pelos quais serão definidos os cuidados e os tratamentos conservacionistas adequados a fim de evitar a erosão ou eliminá-la, quando já existente;

III - Tenham interferência sobre reservas de áreas verdes e sobre a proteção de interesses arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos, históricos, arqueológicos, culturais, espeleológicos e ecológicos.

§ 1º. Consideram-se tratamentos conservacionistas as medidas e procedimentos adequados que evitem ou solucionem problemas de erosão, nos leitos das estradas, taludes e faixas de domínio, bem como seus efeitos nas propriedades adjacentes.

§ 2º. As propriedades adjacentes não poderão utilizar-se do leito das estradas para canalizar as águas das chuvas oriundas da própria propriedade.

§ 3º. Os proprietários rurais deverão, a qualquer época, permitir o desbarrancamento para viabilizar a correção e contenção das águas pluviais do leito das estradas e para a construção de passadores, na distância equivalente a até três vezes a largura das estradas, em cada margem.

Art. 92º. Os projetos de controle de erosão, realizados pelos órgãos municipais competentes nas áreas urbana e rural, deverão ser compatibilizados às áreas limítrofes do perímetro urbano, considerando a existência de pontos comuns de superposição de espaços.

Art. 93º. A conservação do solo e dos recursos naturais deverá fazer parte obrigatória do currículo básico de ensino das redes pública e privada, integrando-os nos termos transversais desenvolvidos através de projetos interdisciplinares.

Art. 94º. Nas estradas rurais particulares e de acesso às propriedades, deve o proprietário rural manter e conservar a mesma, criando mecanismos de contenção de águas pluviais, de forma a evitar arraste, carregamento e erosão de solo, sob pena de aplicação de sanções previstas nesta lei.

SUBSEÇÃO V

DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DAS EDIFICAÇÕES

Art. 95º. O Município exigirá adequação às normas municipais, estaduais ou federais relacionadas à construção civil, para aprovação de projetos de edificações públicas e privadas, objetivando economia de energia elétrica destinada à climatização, à iluminação e aquecimento da água.

Art. 96º. Sem prejuízo de outras licenças exigidas em lei, estão sujeitos à aprovação do Município, o projeto de construção, reconstrução, reforma e ampliação de edificações destinadas a:

I - Manipulação, industrialização, armazenagem e comercialização de produtos químicos e farmacêuticos;

II - Atividades que produzam elementos poluentes que possam contaminar pessoas ou degradar o meio ambiente;

III - Indústrias de qualquer natureza;

IV - Espetáculos ou diversões públicas, quando potenciais produtores de ruídos.

Art. 97º. Os proprietários e/ou usuários de edificações, ficam obrigados a cumprir as normas determinadas pelas autoridades ambientais e sanitárias.

Art. 98º. Os cemitérios e crematórios obedecerão às normas ambientais e outras necessárias aprovadas pela SEMA-MT ou outra específica por lei no que se refere à localização, construção, instalação e funcionamento.

SEÇÃO II DO AR

Art. 99º. Compete ao Poder Público Municipal:

I – Garantir padrões de qualidade do ar, consentâneos com as necessidades de saúde pública, assim como controlar a poluição sonora em áreas urbanas em conformidade com a lei de uso, ocupação e parcelamento do solo e outra legislação pertinente á matéria;

II – Garantir o monitoramento da qualidade do ar com especial atenção para aglomerados urbanos, distritos e zonas industriais;

III – Fiscalizar os padrões de emissão de gases e ruídos dos veículos automotores de acordo com as normas estabelecidas a nível federal e estadual;

IV – Estimular o desenvolvimento e aplicação de processos tecnológicos que minimizem a geração da poluição atmosférica.

Art. 100º. Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidade que possam ser perceptíveis fora dos limites da área de propriedade da fonte emissora.

§ 1º. A constatação de percepção de que trata este artigo será efetuada por técnicos credenciados do órgão competente municipal.

§ 2º. Toda fonte de poluição do ar deverá ser provida de ventilação local exaustora e o lançamento de efluentes na atmosfera somente poderá ser realizado após tratamento, conforme a legislação pertinente.

§ 3º. O transporte coletivo da frota pública ou sob concessão, deverá implantar sistema de catalizadores para diminuir a poluição atmosférica nos termos da Lei 9.605 de 1998.

§ 4º. O desprendimento de odores desagradáveis, incômodos ou prejudiciais a saúde e ao bem estar da comunidade não deverá ser percebido além dos limites da propriedade da fonte geradora.

§ 5º. Fica proibida a queima ao ar livre de resíduos sólidos, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecida pelo órgão competente;

§ 6º. Somente será permitida a execução de fogueira por ocasião de festas juninas em locais que não interfiram com o transito e nem apresentem perigo ao bem-estar da população;

§ 7º. O lançamento de emissões provenientes de queima de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos deverá ser realizado através de chaminé.

Art. 101º. O armazenamento de material fragmentado ou particulado deverá ser feito em silos adequadamente vedados ou em outro sistema de controle da poluição do ar de eficiência igual ou superior, de modo a impedir o arraste, pela ação dos ventos, do respectivo material.

Art. 102º. As operações de cobertura de superfícies realizadas por aspersão, tais como pintura ou aplicação de verniz a revólver, deverão realizar-

se em compartimento próprio provido de sistemas de ventilação local e de equipamentos eficientes para a retenção de material particulado e odor.

Art. 103º. As pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, são obrigadas a auto monitorar suas atividades quanto à emissão de gases, partículas e ruídos.

SEÇÃO III

DA ÁGUA

Art. 104º. As ações do Município no sentido da gestão, uso, proteção, conservação, recuperação e preservação dos recursos hídricos estão calcadas na legislação federal e estadual pertinente, colaborando na implantação da Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei Estadual nº 6.945 de 05 de novembro de 1997).

Art. 105º. Na gestão dos recursos hídricos, a Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura deverá desenvolver programas de monitoramento da qualidade das águas.

Art. 106º. Visando apoiar os proprietários no reflorestamento das Áreas de Preservação Permanente, o Executivo Municipal poderá firmar convênios de cooperação técnica e financeira com órgãos estaduais e federais, bem como manter estrutura adequada e viveiro de espécies nativas.

Art. 107º. A Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura deverá proceder ao cadastramento de todas as captações de água para irrigação ou abastecimento urbano e industrial, caracterizando as condições de uso.

Art. 108º. A Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, considerando o que determina as Resoluções CEHIDRO n.º 18, 27 e 29 do SEMA – MT de atribuições da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso deve:

I - Exercer controle sobre as formas de captação e exploração, através do cadastramento, licenciamento e autorização dos poços situados no Município que atinjam, tanto o nível freático como o profundo, inclusive cisternas;

II - Realizar programas permanentes de detecção e controle quantitativo de perdas no sistema público de abastecimento de água;

III - Estabelecer critérios e executar programas de controle das fontes poluidoras e controlar e recuperar as áreas degradadas;

IV - Estabelecer critérios para a localização industrial, baseados nos princípios de que o seu abastecimento industrial deverá ser feito preferencialmente através de águas de superfície devidamente tratadas com esgotos lançados no mesmo corpo de abastecimento;

V - Promover incentivos para reuso e recirculação de águas nas indústrias e outras atividades.

VI - Licenciar a operação dos poços na forma de licença ambiental.

Art. 109º. Todos os proprietários, urbanos ou rurais, que dispuserem de poços rasos ou profundos deverão cadastrá-los na Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura dentro do prazo de 180 dias contados da data de publicação do presente código, fornecendo os dados solicitados pela Prefeitura.

Art. 110º. Para efeito do disposto deste artigo, entende-se por derivação qualquer utilização ou obra em recursos hídricos, bem como os lançamentos efluentes líquidos em cursos d`água.

§ 1º. O Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênios com o Estado ou com a União para a outorga de concessão, permissão ou autorização para o uso e derivação das águas públicas, nos termos e condições da legislação pertinente.

§ 2º. Nos convênios referidos no parágrafo anterior, serão definidas as formas e as condições da outorga de concessões, permissões ou autorizações para o uso e derivação de águas, bem como os limites, condições técnicas e poderes de controle atribuídos por delegação ao Município.

Art. 111º. Ocorrendo à delegação de poderes, a Administração Pública deverá exigir que as obras necessárias à derivação sejam projetadas e executadas sob responsabilidade de profissional habilitado, devidamente registrado no CREA, devendo qualquer alteração no projeto, ou modificação da vazão captada ou lançada ser previamente aprovada pelo órgão competente.

Art. 112º. É proibido manter águas estagnadas em terrenos urbanos, ficando seus proprietários, ou possuidores a qualquer título, obrigados a drená-los.

Art. 113º. Outras medidas de restrição de uso e ocupação do solo urbano e rural, que visem à proteção dos corpos d`água, ou seja, massa de água subterrânea ou de superfície cuja quantidade pode variar ao longo do tempo, compreendendo cursos d`água, aquíferos e reservatórios naturais ou artificiais, poderão ser tomadas por lei.

SUBSEÇÃO III

DO SANEMANETO BÁSICO

Art. 114º. A promoção de medidas de saneamento básico, residencial, comercial e industrial, essenciais à proteção do meio ambiente, constitui obrigação do poder público, da coletividade e dos detentores dos meios de produção, cabendo-lhes, no exercício da atividade, cumprir determinações legais regulamentares, bem como atender às recomendações, vedações e interdições ditadas pelas autoridades ambientais e sanitárias competentes.

Art. 115º. Os serviços de saneamento básico, tais como os de abastecimento de água, coleta, tratamento e disposição final de esgotos e de lixo, operados por órgãos e entidades de qualquer natureza, estão sujeitos ao controle do órgão municipal competente, sem prejuízo daquele exercido por outros órgãos nas esferas estadual e federal, observado o disposto neste código, no seu regulamento e nas demais normas técnicas correlatas.

Parágrafo Único. A construção, reconstrução, reforma, ampliação e operação de sistemas de saneamento básico, bem como a perfuração e a operação de poços tubulares profundos e/ou artesianos, deverá ter seus respectivos projetos aprovados previamente pelos órgãos ambientais competentes, observados o disposto pela legislação Federal, Estadual e Municipal, especialmente o Plano Municipal de Saneamento Básico vigente.

Art. 116º. Os órgãos e entidades responsáveis pela operação do sistema de abastecimento público de água deverão adotar as normas e o padrão de potabilidade do produto, estabelecidos pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Agricultura, de Meio Ambiente, de Turismo e pelo CONSEMA.

Art. 117º. Os órgãos e entidades a que se refere o artigo anterior estão obrigados a adotar as medidas técnicas corretivas destinadas a sanar, de imediato, as falhas que impliquem inobservância das normas e do padrão de potabilidade da água.

Art. 118º. O município garantirá o acesso público ao registro permanente de informações sobre a qualidade da água fornecida pelos sistemas de abastecimento público.

Art. 119º. É obrigação do proprietário ou do usuário do imóvel a construção de adequadas instalações domiciliares de abastecimento, armazenamento, distribuição e esgotamento de água, cabendo-lhes a necessária conservação, sendo que, todo projeto de sistema de tratamento e destinação final de efluentes deverá ser aprovado pelo órgão ambiental competente, sem prejuízo das competências de outros órgãos.

Art. 120º. No município serão instaladas pelo poder público, diretamente ou em regime de concessão, estações de tratamento, elevatórias, rede coletora e emissários de esgotos sanitários.

Art. 121º. É obrigatória a existência de instalações sanitárias adequadas nas edificações e a sua ligação à rede pública coletora quando devidamente instalada no Município.

§ 1º. Enquanto não existir rede coletora de esgoto, as medidas adequadas ficam sujeitas à aprovação do órgão ambiental competente, sem prejuízo das competências de outros órgãos, que fiscalizará a sua execução e manutenção, sendo vedado o lançamento de esgotos "in natura" a céu aberto ou na rede de águas pluviais.

§ 2º. Quando o esgoto doméstico for lançado em galeria pluvial em função da inexistência de rede coletora de esgoto, o mesmo deve receber tratamento adequado, inclusive desinfecção, a nível tal que não provoque qualquer dano a coletividade, cabendo à municipalidade, através do órgão municipal competente, cobrar relatórios e análises periódicas de qualidade do efluente final a ser providenciado pelo responsável gerador do despejo.

§ 3º. Por notificação do órgão municipal competente, a concessionária dos serviços de saneamento básico fará as ligações de prédios servidos pela rede coletora de esgotos sanitários, lançando os valores à conta do beneficiário ou outra forma, nos moldes do estabelecido nos termos da concessão.

Art. 122º. A coleta, o transporte, tratamento e disposição final do lixo processar-se-ão em condições que não tragam malefícios ou inconvenientes à saúde, ao bem estar público ou ao meio ambiente.

Parágrafo Único. A Prefeitura Municipal fará o monitoramento dos líquidos percolados dos aterros de lixo urbano e industrial do município, fornecendo à Secretaria Municipal de Meio Ambiente as informações e os dados resultantes dessa atividade.

Art. 123º. Fica expressamente proibido:

I - Deposição indiscriminada de lixo em locais inapropriados, tanto em áreas urbanas como rurais;

II - A incineração e a disposição final de lixo a céu aberto;

III - O lançamento de lixo em água de superfície, sistemas de drenagem de águas pluviais, poços, cacimbas e áreas erodidas.

Parágrafo único. É obrigatória a desinfecção do lixo dos serviços de saúde, bem como sua adequada coleta e transporte e disposição final adequada, sempre obedecidas às normas técnicas pertinentes.

Art. 124º. Fica proibido o despejo de efluentes líquidos residenciais, comerciais e indústrias diretamente nos corpos d'água ou bueiros, sem o devido tratamento. Os estabelecimentos comerciais, industriais e residenciais, que lançam efluentes sem prévio tratamento nos corpos de água. Terão prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da sansão desta lei para regularização, com a implantação de pelo menos de sistema fossa séptica-sumidouro, nos locais onde não existe rede de coleta de esgoto. Neste caso, serão vetado a construção de sistema de tratamento de efluentes em locais onde o lençol freático encontra-se aflorante ou semi-aflorante, áreas úmidas, APP e veredas.

SEÇÃO IV

DA FLORA

Art. 125º. As florestas e as demais formas de vegetação existente no território municipal, reconhecidas de utilidade para as terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

Parágrafo Único. As ações que contrariem o disposto neste Código, relativamente à utilização e exploração das florestas e demais formas de vegetação, são consideradas uso nocivo da propriedade.

Art. 126º. Consideram-se de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural situada:

I - Ao longo de qualquer curso d'água, calculados do seu nível mais alto, em faixa marginal, cuja largura mínima será:

a) De 30 m (trinta metros) para os cursos d´água de menos de 10 m (dez metros) de largura;

b) De 50m (cinquenta metros), para os cursos d'água que tenham de 10 m (dez metros) até 50m (cinquenta metros) de largura;

c) De 100m (cem metros), para os cursos d'água que tenham de 50m (cinquenta metros) a 200m (duzentos metros) de largura;

d) De 200m (duzentos metros), para os cursos d´água que tenham de 200 m (duzentos metros) até 600 m (seiscentos metros) de largura;

e) De 500 m (quinhentos metros) para os cursos d´água que tenham largura superior a 600 m (seiscentos metros).

II - Ao redor das lagoas ou lagos e reservatórios d'água naturais ou artificiais, represas hidrelétricas ou de uso múltiplo, em faixa marginal, cuja largura mínima será de 100m (cem metros);

III - Nas nascentes, ainda que intermitentes, nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja sua situação topográfica, nas veredas, e nas cachoeiras ou quedas d'água, num raio mínimo de 100m (cem metros);

IV - No topo dos morros, montes e serras;

V - Nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45 (quarenta e cinco) graus, equivalente a 100% na linha de maior declive;

VI - Nas bordas dos tabuleiros e chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100m (cem metros) em projeção horizontal.

VII - Em áreas alagáveis e encharcadas que margeiam os rios do município.

VIII - Em formações vegetais e pedológicas associadas aos sítios arqueológicos, cujo manejo deve obedecer a critérios técnicos, visando à conservação de tal patrimônio.

§ 1º. O acesso a corpos d'água protegidos por este artigo e seu uso eventual e específico deverá ser requerido a critério da SEMA-MT e em obediência a legislação Federal e Estadual pertinentes.

§ 2º. Para a definição das demais áreas de preservação permanente, serão adotados os conceitos estabelecidos pela correspondente Resolução do CONAMA.

Art. 127º. Fica proibido a confecção, comercialização, transporte e a prática de soltar balões com tochas de fogo, capazes de provocar incêndios em propriedades urbanas e áreas florestais.

Art. 128º. As empresas siderúrgicas, de transporte e outras, à base de carvão vegetal, lenha ou outra matéria-prima vegetal, são obrigadas a manter florestas próprias para exploração racional ou a formar, diretamente ou por intermédio de empreendimentos dos quais participem, florestas destinadas ao seu suprimento.

Art. 129º. É proibida a prática de queimadas nas florestas e demais formas de vegetação, exceto em condições especiais, tecnicamente recomendadas.

Art. 130º. Nas áreas urbanas do Município, é proibido atear fogo às palhadas ou matos, mesmo em terrenos baldios.

Art. 131º. A exploração de florestas e de formações sucessoras, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de aprovação da SEMA-MT, bem como da adoção de técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo compatíveis com os variados ecossistemas que a cobertura arbórea forma.

Parágrafo Único - No caso de reposição florestal, deverão ser priorizados projetos que contemplem a utilização de espécies nativas.

Art. 132º. Ficam obrigados a apresentar o comprovante de registro no IBAMA ou na SEMA/MT, no ato de obtenção do alvará de funcionamento, os

estabelecimentos responsáveis pela comercialização de moto serras, bem como os adquirentes desses equipamentos.

Art. 133º. O Município promoverá direta ou indiretamente o reflorestamento ecológico em áreas degradadas, objetivando especialmente a proteção de encostas e dos recursos hídricos, bem como a consecução de índices razoáveis de cobertura vegetal, de acordo com a legislação vigente.

Art. 134º. O Poder Público incentivará tecnicamente reflorestamentos de espécies nativas nas suas propriedades, podendo manter para tal objetivo viveiros de mudas, que suprirão também, dentro de suas possibilidades as demandas da população interessada.

SUBSEÇÃO I

DA ARBORIZAÇÃO URBANA

Art. 135º. Por arborização urbana, entende-se qualquer tipo de árvore, de porte adulto ou em formação, existentes em logradouros públicos ou em propriedades privadas.

Art. 136º. A fiscalização da arborização urbana será exercida por agente ambiental do Município, respeitada a competência dos órgãos estaduais e federais, com os quais poderá firmar convênios para atendimento dessa finalidade.

Art. 137º. A vistoria para autorização do corte de árvores será feita por fiscal do quadro de servidores do Município, devendo este ser capacitado e credenciado para tal função.

§ 1º. Da credencial deverão constar os seguintes dados:

I - Nome do Funcionário;

II - Número de sua matrícula;

III - Número do Registro Geral – RG e Cadastro de Pessoa Física – CPF;

IV - Prazo de validade da credencial;

V - Título da função exercida;

VI - Assinatura do Secretário de Meio Ambiente e Agricultura.

§ 2°. A credencial será valida, pelo período máximo de 2 (dois) anos, podendo ser cassada a qualquer momento pelo órgão municipal competente.

Art. 138º. A autorização para corte de árvores deverá ser feita mediante o preenchimento de um requerimento, onde deverá conter no mínimo as seguintes informações:

I - Nome, endereço e número de documento de identidade do proprietário do imóvel;

II - Nome, endereço e número do documento de identidade do solicitante;

III - Endereço completo do imóvel;

IV - "croqui" de localização;

V - Número de árvores ou área a serem derrubadas;

VI - Motivo da derrubada;

VII - Assinatura do proprietário do imóvel e do solicitante.

Art. 139º. A solicitação de corte de árvore, sem prejuízo do disposto no artigo anterior, deverá ser acompanhada do respectivo título de domínio imobiliário do proprietário interessado na derrubada.

Art. 140º. A autorização de corte expedida pelo órgão municipal competente, deverá conter os seguintes elementos:

I - Nome do proprietário;

II - Endereço do imóvel;

III - Número da matrícula do imóvel, no Cartório de Registro de Imóveis; **IV -** Especificações das árvores cujo abate é autorizado;

V - Número e espécie de árvores para a correspondente reposição.

Art. 141º. É expressamente proibido pintar, caiar, e pichar as árvores da arborização pública e as pertencentes à Zona de Áreas Verdes, com intuito de promoção, divulgação, e propaganda.

Art. 142º. É expressamente proibido prender animais nos troncos da arborização urbana e jogar água servida ou água de lavagem de substâncias nocivas, em locais com árvores e plantas.

Art. 143º. É expressamente proibido podar, cortar, derrubar, remover ou sacrificar as árvores da arborização pública, sendo estes serviços de atribuição específica da Prefeitura Municipal.

§ 1º. A proibição contida neste artigo é extensiva às concessionárias de serviços públicos, ou de utilidade pública, ressalvados os casos de autorizações específicas da Prefeitura.

§ 2º. Qualquer árvore ou planta poderá ser considerada imune de corte por motivo de originalidade, idade, localização, beleza, interesse histórico ou condição de porta sementes, mesmo estando em terreno particular, observadas as disposições do Código Florestal Brasileiro.

Art. 144º. Não será permitida a utilização de árvores da arborização pública para colocar cartazes ou anúncios, fixar cabos e fios, nem para suporte ou apoio para instalações de qualquer natureza ou finalidade.

§ 1º. A proibição contida neste artigo não se aplica nos casos de instalação de iluminação decorativa, promovida pela Prefeitura Municipal ou por ela autorizada.

§ 2º. A instalação prevista no parágrafo anterior poderá ser efetuada desde que não cause qualquer tipo de dano na arborização, tais como perfurações, cortes, estrangulamentos e outros.

§ 3º. Após a retirada da iluminação decorativa deverão ser retirados todos os dispositivos de fixação estranhos às árvores, tais como arames e outros.

SEÇÃO V

DA FAUNA

Art. 145º. Acham-se sob proteção do Poder Público os animais de qualquer espécie, em qualquer fase de seu desenvolvimento, que vivam fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, sendo proibida a sua utilização, destruição, perseguição, caça, apanha ou aprisionamento, salvo nas condições autorizadas pela Lei.

Art. 146º. É proibida a prática de maus tratos em animais, considerando-se como tal:

I - Praticar ato de abuso ou crueldade em qualquer animal;

II - Manter animais em lugares anti-higiênicos ou que lhes impeçam a respiração, o movimento ou descanso, ou os privem de ar ou luz;

III - Adestrar animais com maus tratos físicos;

IV – Transportar, negociar ou caçar, em qualquer época do ano, aves e animais silvestres.

Art. 147º. As pessoas físicas ou jurídicas, que negociem com animais silvestres e seus produtos, deverão possuir o competente registro no IBAMA, nos moldes do Art.16, da Lei 5.197 de 03 de janeiro de 1967, (Lei de Proteção à Fauna).

SUBSEÇÃO.I

DA ATIVIDADE PESQUEIRA

Art. 148º. Para os efeitos desta Lei Complementar definem-se por pesca todos os atos tendentes a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida.

Art. 149º. A atividade pesqueira pode efetuar-se:

I - Com fins comerciais, quando tem por finalidade realizar atos de comércio na forma da legislação em vigor;

II - Com fins desportivos ou de lazer, quando praticada com caniço, linha de mão, aparelhos de mergulho ou com quaisquer outros permitidos pela autoridade competente e que, em nenhuma hipótese, venha a importar em atividade comercial;

III - Com fins científicos, quando exercida unicamente com vistas à pesquisa, realizados por instituições ou pessoas devidamente habilitadas para este fim.

Parágrafo Único. Fica vedada a pesca predatória em toda a sua forma, cabendo aos infratores as sanções previstas na lei pertinente.

Art. 150º. São de domínio público todos os animais e vegetais que se encontrem nas águas dominiais.

Art. 151º. A pesca pode ser exercida, obedecidos aos atos emanados do órgão Estadual e Federal.

Art. 152º. É proibido pescar:

I - Nos lugares e épocas interditados pelo órgão competente.

II - Em locais onde o exercício da pesca cause embaraço a navegação;

III - Com dinamite e outros explosivos comuns ou com substâncias que, em contato com a água, possam agir de forma explosiva;

IV - Com substâncias tóxicas;

V - A menos de 500m (quinhentos metros) das saídas de esgotos;

VI - Em águas poluídas;

VII - Em cursos d'água, nos períodos em que ocorrem fenômenos migratórios para reprodução e em água parada, nos períodos de desova, reprodução ou defeso.

Art. 153º. O proprietário ou concessionário de represas em cursos d'água além de outras disposições legais é obrigado a tomar medidas de proteção à fauna.

Art. 154º. Serão determinadas medidas de proteção à fauna em quaisquer obras que importem na alteração do regime dos cursos d'água, mesmo quando ordenados pelo Poder Público.

CAPÍTULO IV

DA PROTEÇÃO CONTRA A POLUIÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL MUNICIPAL

SEÇÃO I

DO CONTROLE DA POLUIÇÃO

Art. 155º. O lançamento no meio ambiente de qualquer forma de matéria, energia ou substância, em qualquer estado físico, prejudicial ao ar, ao solo, ao subsolo, às águas, à fauna e à flora, deverá obedecer às normas estabelecidas, visando a reduzir, previamente, os efeitos:

I - Impróprios nocivos ou ofensivos à saúde;

II - Inconvenientes inoportunos ou incômodos ao bem-estar público;

III - Danosos aos materiais, prejudiciais ao uso, gozo e segurança da coletividade.

Art. 156º. Caberá ao órgão municipal de meio ambiente, conjuntamente com os órgãos federais e estaduais, exigir, na forma da legislação vigente, a realização de estudo prévio de impacto ou análise de risco para instalação, operação e desenvolvimento de atividades efetiva e potencialmente impactantes ao meio ambiente.

Parágrafo Único. O estudo referido no caput deste artigo deverá ser efetuado por equipe multidisciplinar, de acordo com as características da atividade licenciada.

Art. 157º. A construção, instalação, ampliação ou funcionamento de qualquer atividade utilizadora de recursos ambientais, realizadas por pessoas físicas ou jurídicas, inclusive os órgãos e entidades da administração pública, consideradas de baixo e médio impactos, assim como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerá do prévio licenciamento do órgão ambiental municipal, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Art. 158º. As fontes móveis de poluição serão controladas, conforme legislação estadual e federal, no que couber pelo Município.

SUBSEÇÃO I

DA POLUIÇÃO DO SOLO

Art. 159º. É proibido depositar, dispor, descarregar, enterrar, infiltrar ou acumular no solo, resíduos em qualquer estado de matéria, de natureza poluente, nos termos da legislação em vigor.

Art. 160º. O solo somente poderá ser utilizado para destino final de resíduos poluentes de qualquer natureza se sua disposição for feita de forma adequada, estabelecidos em projetos específicos, sob orientação de profissional devidamente habilitado, vedando-se a simples descarga ou depósito, seja em propriedade pública ou particular.

Parágrafo Único. Quando a disposição final, mencionada neste artigo, exigir a execução de aterros sanitários, deverão ser tomadas medidas adequadas para a proteção das águas superficiais e subterrâneas.

Art. 161º. Os resíduos de produtos químicos e farmacêuticos e de reativos biológicos deverão receber tratamento que eliminem riscos ambientais, antes que lhes sejam dada à destinação final.

Art. 162º. A acumulação de resíduos de qualquer natureza será tolerada pelo prazo máximo de um (1) ano e desde que o responsável comprove que não há risco à saúde pública e ao meio ambiente.

Art. 163º. O tratamento, quando for o caso, o transporte e à disposição final de resíduos de qualquer natureza de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, que não sejam de responsabilidade do Município, deverão ser feitas pela própria fonte de poluição e às suas custas.

§ 1º. A execução, pelo Município, dos serviços mencionados neste artigo, não eximem de responsabilidade o responsável pela fonte de poluição, quanto a eventual transgressão de dispositivos desta Lei Complementar.

§ 2º. O disposto neste artigo aplica-se também aos lodos digeridos ou não, sistemas de tratamento de resíduos e de outros materiais.

§ 3º. A disposição final dos resíduos de qual trata este artigo, somente poderá ser feita em locais aprovados pelo órgão municipal competente.

Art. 164º. Os resíduos de qualquer natureza, portadores de patogênicos ou de alta toxicidade, bem como inflamáveis, explosivos, radioativos e outros assemelhados, deverão sofrer, antes de sua disposição final no solo, tratamento e/ou acondicionamento adequados, estabelecidos através de projetos específicos, que atendam aos requisitos de proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

§ 1º. Os resíduos provenientes do tratamento de enfermidades infectocontagiosas, bem como os animais mortos que tenham sido usados para experiências, deverão ser coletados separadamente dos demais resíduos, submetidos a imediato tratamento adequado e acondicionados em recipientes apropriados até a sua posterior destinação final.

§ 2º. Os órgãos municipais de defesa civil deverão ser informados quanto à localização dos pontos de destinação final dos resíduos de que trata este artigo.

Art. 165º. É expressamente proibido as seguintes formas de destinação e utilização de resíduos sólidos:

I - O lançamento "in natura" a céu aberto;

II - A queima a céu aberto;

III - A lançamento em cursos d`água, áreas de várzea, poços e cacimbas em mananciais e sua áreas de drenagem;

IV - A disposição em terrenos baldios, áreas erodidas e outros locais impróprios;

V - O lançamento em sistemas de rede de drenagem de águas pluviais, de esgotos, bueiros e assemelhados;

VI - O armazenamento em edificação inadequada;

VII - A utilização para alimentação humana, e;

VIII - A utilização para alimentação animal e adubação orgânica em desacordo com a regulamentação específica.

§ 1º. Ficam os estabelecimentos geradores de resíduos de serviços de saúde, responsáveis pelo correto gerenciamento dos seus resíduos, no que se refere a acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final.

§ 2º. Ficam os estabelecimentos geradores de resíduos industriais, responsáveis pelo correto gerenciamento dos seus resíduos, no que se refere a acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final.

Art. 166º. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, em conjunto com a Prefeitura, poderá estabelecer zonas urbanas, onde a separação e seleção de resíduos sólidos deverá ser efetuada em nível residencial, comercial ou de prestação de serviços, para posterior coleta seletiva.

Art. 167º. Os resíduos sólidos perigosos, a critério da Secretaria Municipal, deverão sofrer acondicionamento, transporte e tratamento adequados antes de sua disposição final, fixados em projetos específicos que atendam aos requisitos de proteção ambiental.

Parágrafo único. O transporte de resíduos sólidos perigosos deverá obedecer às exigências e determinações das legislações estadual e federal pertinentes.

SEÇÃO II

DA POLUIÇÃO DAS ÁGUAS

Art. 168º. A classificação das águas interiores situadas no território do município, para os efeitos deste código, será aquela adotada pela correspondente resolução CONAMA 357 de 17 de março de 2005 ou a que vier a sucedê-la, e no que couber, pela legislação estadual.

Art. 169º. É proibido o lançamento, direto ou indireto em corpos d'água, de qualquer resíduo, sólido, líquido ou pastoso em desacordo com os parâmetros definidos nos instrumentos normativos do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e da legislação estadual aplicável.

Art. 170º. Todo e qualquer estabelecimento industrial ou de prestação de serviços potencialmente poluidor de águas, deverá possuir sistema de tratamento de efluentes líquidos que garanta a qualidade final dos despejos de forma a não provocar danos ao meio ambiente, dentro dos parâmetros de qualidade definidos nos instrumentos normativos do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e da legislação estadual.

Art. 171º. As construções de unidades industriais, de estruturas ou de depósitos de armazenagem de substâncias capazes de causar riscos aos recursos hídricos, deverão localizar-se a uma distância mínima de 200 (duzentos) metros dos corpos d'água no perímetro urbano e de 300 (trezentos) metros em zona rural, e devem ser dotados de dispositivos de segurança e prevenção de acidentes.

Art. 172º. Toda empresa ou instituição, responsável por fonte de poluição das águas deverá tratar adequadamente seu esgoto sanitário, sempre que não existir sistema público de coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos.

Art. 173º. Os padrões de qualidade das águas e as concentrações de poluentes ficam restritos, até posterior regulamentação municipal, aos termos e parâmetros estabelecidos pelo CONAMA e pela legislação estadual.

Art. 174º. Fica conferido ao Município o gerenciamento qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos municipais, respeitadas as competências estaduais e federais.

Art. 175º. É proibido desviar o leito das águas correntes, bem como obstruir, de qualquer forma, o seu curso, salvo mediante licença expedida pelo órgão ambiental competente.

Parágrafo Único. As águas correntes, nascidas no limite de um terreno e que têm curso por ele, poderão ser reguladas, dentro dos limites do mesmo, mas nunca desviadas de seu escoamento natural ou represadas, em prejuízo dos vizinhos ou das vias públicas, observados o que estabelece a resolução CONAMA 369/2006 de 28 de março de 2006, ou a que vier a sucedê-la.

Art. 176º. Todo e qualquer uso de águas superficiais e de subsolo será objeto de licenciamento pelo órgão competente que levará em conta a política de usos múltiplos da água, respeitadas as demais competências.

SEÇÃO III

DA POLUIÇÃO DO AR

Art. 177º. Todo ambiente fechado com fonte de poluição do ar deverá ser provido de sistema de ventilação local exaustora, que deve receber tratamento adequado com sistema de filtros, de forma que o lançamento atenda plenamente o que estabelece a resolução CONAMA 003/90 de 28 de junho de 1990, que trata de padrões de qualidade do ar ou a que vier a sucedê-la.

Parágrafo Único. O lançamento de efluentes na atmosfera somente poderá ser realizado através de chaminé e nos limites de toxicidade que não afetam a saúde da população, atendendo o que estabelece o "caput" do artigo.

Art. 178º. Em ambiente climatizado deve ser observado o que estabelece a Norma da ABNT NBR 6401 que trata de Instalações centrais de ar condicionado para conforto – parâmetros básicos de projetos da ABNT, e a Resolução ANVISA RE 09 de 16 de janeiro de 2003 ou as que vierem a sucedê-las.

Parágrafo Único. Nas operações de britagem, moagem, transporte, manipulação, carga, descarga de material fragmentado ou particulado, poderão ser dispensadas das exigências referidas neste artigo, desde, que realizadas mediante processo de umidificação permanente.

Art. 179º. O armazenamento de material fragmentado ou particulado deverá ser feito em silos adequadamente vedados ou em outros sistemas de controle de poluição do ar, de eficiência igual ou superior, de modo a impedir o arraste, pela ação dos ventos, do respectivo material.

Art. 180º. É proibida a queima ao ar livre de resíduos sólidos, líquidos ou de qualquer outro material combustível.

Art. 181º. É proibida a instalação e o funcionamento de incineradores de lixo residenciais.

Parágrafo Único. A incineração de resíduos de serviços de saúde, bem como de resíduos industriais ou comerciais, fica condicionada à aprovação do projeto e respectivo Estudo de Impacto Ambiental – EIA, pelo Município e pelos demais órgãos estaduais e federais competentes.

Art. 182º. Os padrões de qualidade do ar e as concentrações de poluentes atmosféricos ficam restritos, até posterior regulamentação municipal, aos termos e parâmetros estabelecidos pela legislação federal e estadual.

SEÇÃO IV

DA POLUIÇÃO SONORA

Art. 183º. Considera-se poluição sonora a emissão de sons, ruídos e vibrações em decorrência de atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços, domésticas, sociais, de trânsito e de obras públicas ou privadas que causem desconforto ou excedam os limites estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, pelas posturas munici-

pais, pelas resoluções do CONAMA e demais dispositivos legais em vigor, no interesse da saúde, da segurança e do sossego público.

Art. 184º. A emissão de sons, ruídos e vibrações produzidos por veículos automotores e os produzidos nos interiores dos ambientes de trabalho, obedecerão às normas expedidas, respectivamente, pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e pelo Ministério do Trabalho.

Art. 185º. É vedada a emissão de sons de quaisquer espécies, produzidos por quaisquer meios, que perturbem o bem-estar e sossego público, a ser obedecido os parâmetros da Norma da ABNT NBR 10151, que fixa as condições exigíveis para avaliação da aceitabilidade do ruído em comunidades, ou a norma que vier a sucedê-la.

Art. 186º. Quando da realização de eventos que utilizem equipamentos sonoros, tais como eventos culturais, carnaval, pré-carnaval e similares, os responsáveis estão obrigados a acordarem, previamente com o órgão relacionado à política municipal do meio ambiente quanto aos limites de emissão de sons.

§ 1º. A desobediência do disposto no caput deste artigo implicará na cominação das penalidades previstas pela legislação.

§ 2º. O horário máximo de realização das atividades que utilizem equipamentos sonoros, com seus respectivos parâmetros de emissão sonora, será até 22h00min, nos casos em que for necessária ultrapassar o limite de horário fixado será necessário obtenção de alvará de licença especial com discriminação de horários.

Art. 187º. Para prevenir a poluição sonora, o município disciplinará o horário de funcionamento noturno das construções, condicionando a admissão de obras de construção civil aos domingos e feriados desde que satisfeitos as seguintes condições:

I - Obtenção de alvará de licença especial, com discriminação de horários e tipos de serviços que poderão ser executados.

II - Observância dos níveis de som estabelecidos nesta lei.

Art. 188º. Não será expedido Alvará de Funcionamento sem que seja realizada vistoria no estabelecimento pelo órgão municipal responsável pela política de meio ambiente, para que fique registrada sua adequação para emissão de sons provenientes de quaisquer fontes, limitando a passagem sonora para o exterior.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos vistoriados e considerados adequados receberão autorização especial de utilização sonora.

Art. 189º. A autorização especial de utilização sonora será emitida pelo órgão responsável pela política de meio ambiente, e terá prazo de validade de 02 (dois) anos, podendo ser renovado se atendidos os requisitos legais.

Art. 190º. Qualquer munícipe poderá formular ao órgão responsável pela política do meio ambiente denúncia de desatendimento ás normas da legislação do combate à poluição sonora.

Parágrafo Único. Recebida à informação, o órgão responsável pela política do meio ambiente deverá tomar providências necessárias para a sua imediata apuração e aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 191º. As medições deverão ser efetuadas pelo poder público municipal, com aparelho medidor de nível de som que atenda as recomendações da ABNT, com a finalidade de impedir ou reduzir a poluição proveniente de sons e ruídos excessivos, adotando para tanto as seguintes medidas:

I - Disciplinar a instalação de estabelecimentos de industriais, comerciais e prestadores de serviço que produzam ruídos ou sons excessivos ou incômodos em bairros residenciais e comerciais, além dos limites permitidos fixados nesta Lei;

II - Disciplinar e controlar a execução do serviço de propaganda falada por meio de alto-falantes, amplificadores de som e equipamentos eletroacústicos em geral;

III - Sinalizar convenientemente as áreas próximas a hospitais, casas de saúde, maternidades e, sempre que possível, disciplinar o transito de modo a permitir a redução ou eliminação de tráfego nestas áreas;

IV - Impedir a instalação em bairros residenciais, de casas de divertimentos públicos que, pela natureza de suas atividades, possam produzir ruídos incômodos, tanto pela atividade como pela eventual aglomeração de pessoas e veículos por ela provocada.

SUBSEÇÃO V

DA POLUIÇÃO RURAL

Art. 192º. Consideram-se dano ambiental de natureza rural todos os efeitos adversos ao meio ambiente decorrentes da prática de atividades rurais, tais como:

I - Contaminação do solo, das águas, dos produtos agropecuários, das pessoas e dos animais, devido ao uso e a manipulação inadequados de agrotóxicos e/ou fertilizantes;

II - Disposição de embalagem de agrotóxicos sobre o solo, deixando de fazer a entrega ao sistema de coleta junto a Central de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos;

III - Lavagem de recipientes, utensílios e máquinas contaminadas com agrotóxicos, com a disposição das águas contaminadas em rios, lagos ou sobre o solo em concentrações fora dos padrões estabelecidos pela legislação;

IV - disposição de resíduos orgânicos de animais, sobre o solo, exceto através de técnicas adequadas aprovadas pelo Município ou demais órgãos competentes Federal e Estadual obedecendo sempre as normas pertinentes, precedidas de digestão e estabilização em instalações apropriadas;

Art. 193º. É vedada sob qualquer hipótese a disposição de resíduos orgânicos de animais em cursos d'água, ou nascentes.

Art. 194º. Os estábulos, estrebarias, pocilgas, aviários e currais, bem como esterqueiras e depósitos de lixo, deverão ser localizados a uma distância mínima de 50,00 (cinquenta) metros das habitações.

Art. 195º. Compete, também, ao proprietário rural manter:

I - A arborização junto às margens das estradas municipais;

II – A limpeza da testada de seu imóvel e das respectivas margens das estradas;

III - As práticas mecânicas conservacionistas, de forma a não comprometer o sistema previamente implantado.

Art. 196º. O Município, articulado com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA e com os demais órgãos estaduais e federais afins, desenvolverá programas de extensão rural e conscientização específica para o controle dos danos ambientais de natureza rural.

CAPÍTULO VI

DOS ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS

SEÇÃO I

DA CRIAÇÃO E DEFINIÇÃO DOS ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS

Art. 197º. Compete ao Poder Público municipal instituir, implantar, promover a gestão, espaços especialmente protegidos e seus componentes representativos dos ecossistemas que ocorrem no território municipal, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade de seus atributos que justifiquem sua proteção.

Parágrafo único. A criação de espaços especialmente protegidos justifica-se em face de aspectos científicos, relevância do ecossistema, manutenção do equilíbrio ecológico, beleza cênica, contemplativo, aspectos histórico, cultural, educacional e/ou turístico.

Art. 198º. São espaços territoriais especialmente protegidos:

I - As áreas de preservação permanente (APP), conforme estabelece a legislação estadual;

II - As áreas de reserva legal, instituídas pelo Código Florestal, lei federal 4.771/65;

III - As unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, criadas na esfera estadual, federal e municipal que ocorrem no território do município;

IV - As áreas de proteção especial estabelecidas pela lei de Parcelamento do Solo Urbano, lei federal 6.766/1979;

V - As áreas que abriguem exemplares de espécies raras da fauna e da flora, ameaçados de extinção e endêmicos, bem como aquelas que sirvam como local de pouso ou reprodução de espécies migratórias devidamente identificadas e previamente declaradas por ato do Poder Público;

VI - As reservas da flora apícola, compreendendo suas espécies vegetais e enxames silvestres, quando estabelecidas pelo Poder Público, nelas vedados o uso de agrotóxicos, a supressão da vegetação e a prática da queimada;

VII - As cavidades naturais subterrâneas e cavernas, onde são permitidas visitação turística, contemplativa e atividades científicas, além daquelas previstas em zoneamento específico;

VIII - Outras áreas instituídas pelo Município.

SEÇÃO II

DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 199º. O Poder Público poderá instituir, implantar e administrar Unidades de Conservação.

§ 1º. Unidade de Conservação é o espaço territorial e seus componentes que contenham características naturais relevantes, com o objetivo de conservação ambiental, subordinada a um regime especial de administração e restrição de uso dentro de seu limite definido, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção dos seus recursos naturais e paisagísticos.

§ 2º. As Unidades de Conservação serão criadas por decreto que deverão explicitar a delimitação, os critérios para a determinação da Unidade de Conservação, as características ambientais e de apropriação dos recursos naturais.

§ 3º. As Unidades de Conservação deverão dispor de um Plano de Manejo onde se definirá o zoneamento de acordo com as características naturais e o objetivo do manejo da unidade que se cria, com revisão no prazo máximo de 5 anos.

Art. 200º. São Unidades de Conservação Municipais:

I - Área de Relevante Interesse Ecológico, com características naturais extraordinárias ou por abrigarem exemplares raros da biota regional exigindo cuidados especiais de proteção;

II - Área Especial de Interesse Turístico, com a finalidade de proteção dos recursos naturais renováveis e valorização e preservação das manifestações culturais destinadas ao desenvolvimento turístico local;

III - Monumento Natural, destinado a proteger e preservar ambientes naturais em razão de seu interesse especial ou características ímpares, tais como, quedas de água, cavernas, formações rochosas e espécies únicas de flora e fauna, possibilitando atividades educacionais, de interpretação da natureza, pesquisa e turismo;

IV - Parque Municipal, com a finalidade de resguardar os atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com atividades culturais, recreativas, educacionais e de pesquisa científica;

V - Reserva Particular de Patrimônio Natural, área de domínio particular, cujo manejo é disciplinado por práticas conservacionistas com o objetivo de assegurar o bem estar da população e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais.

Parágrafo Único. Categorias de Unidades de Conservação podem ser criadas de acordo com a necessidade de conservação de áreas no Município.

SEÇÃO III

DA VEGETAÇÃO PÚBLICA URBANA

Art. 201º. A implantação, manutenção, reforma e supressão de canteiros, praças e jardins em espaços públicos será gerenciada e realizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.

Parágrafo único. Sob autorização e acompanhamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a implantação, manutenção e reforma de canteiros poderão ser realizadas pela iniciativa privada ou pela sociedade civil organizada, em forma de parceria, com a possibilidade de exploração de mensagens comerciais cujo formato será regulamentado.

Art. 202º. O manejo da vegetação de porte arbóreo das áreas públicas será gerenciado pela Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura.

§ 1º. A poda ou remoção da vegetação de porte arbóreo de que trata o "caput" deste Artigo será permitida de forma a garantir a sanidade vegetal, a segurança da população e o interesse público, de acordo com orientação técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.

§ 2º. A remoção ou poda de árvores em áreas públicas será realizada pelo órgão competente, ou, sob sua orientação e acompanhamento técnico por:

I - Empresas concessionárias de serviços públicos ou autarquias, desde que autorizados pelo órgão municipal;

II - Corpo de bombeiros nos casos de emergência, em que haja risco iminente à vida ou ao patrimônio público ou privado;

III - Particulares treinados e cadastrados junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.

§ 3º. A vegetação de porte arbóreo removida deverá ser reposta em área pública adequada, o mais próximo possível do local removido e respeitando as características da vegetação arbórea, no menor prazo possível.

SEÇÃO IV

DOS FUNDOS DE VALE E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Art. 203º. São considerados de interesse ambiental os fundos de vale e as demais Áreas de Preservação Permanente definidas no Código Florestal Federal, particularmente aqueles sujeitos à inundação, erosão ou que possam acarretar transtornos à coletividade e prejuízos ambientais, através de uso inadequado.

Art. 204º. É competência da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, em conjunto com a Prefeitura, observando as demais legislações incidentes sobre o assunto:

I - Examinar e propor o uso mais adequado para os fundos de vale, priorizando a recomposição das matas ciliares, a drenagem, a preservação de áreas críticas e a implantação de áreas de recreação;

II - Normatizar o uso e a ocupação do solo dos Fundos de Vale de interesse ambiental, os quais serão aprovados por decreto;

III - Garantir à proteção a faixa de preservação permanente;

IV - Manifestar - se sobre a viabilidade técnica de obras viárias e implantação de demais infraestruturas urbanas;

V - Incentivar a recuperação dos fundos de vale e outras áreas de preservação permanente.

Art. 205º. O Plano de Drenagem devera prever a adoção de mecanismos de diminuição dos picos de cheias em locais de contribuição acentuada de águas pluviais nas várzeas dos rios e córregos e soluções alternativas.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 206º. O Município promoverá ampla divulgação de sua legislação ambiental, especialmente deste Código, que será distribuídas nas instituições de ensino públicas e privadas.

Art. 207º. As atividades econômicas em funcionamento a contar da data de publicação desta lei, sujeitas ao licenciamento ambiental, poderão requerer Licença de Operação, independentemente de possuírem Licença Prévia ou Licença de Instalação, desde que adequadas à legislação ambiental.

Parágrafo Único. O município, através do órgão ambiental, promoverá dentro de um ano após a aprovação desta lei, a identificação de diques, aterros, e mesmo barragens e outros empreendimentos sujeito ao licenciamento ambiental municipal, dentro do perímetro urbano ou na zona rural, fixando, aos proprietários, prazo para a remoção se deles resultem significativos danos ambientais, ou se não, que sejam licenciados nos moldes do capitulo deste artigo.

Art. 208º. As atividades sujeitas ao licenciamento ambiental que estiverem com processo de licenciamento ambiental junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, que passarem a ser licenciados junto ao município, devem apresentar cópia do processo de licenciamento para devida regularização junto ao município, sem prejuízo financeiro ao interessado.

Art. 209º. O Município promoverá anualmente cursos de atualização na área de proteção ao meio ambiente, e poderá enviar membros da equipe técnica a outras localidades objetivando a capacitação do seu quadro técnico, dos agentes de fiscalização e demais agentes que comporão seu corpo organizacional e administrativo.

SEÇÃO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 210º. As atribuições conferidas ao município, através da presente Lei, somente passarão a ter efeito após a celebração dos convênios com os respectivos órgãos estaduais e federais.

Art. 211º. O Município em parceria com a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, receberá de forma gradativa e regulamentada por instrumento normativo, as atribuições de licenciamento em âmbito municipal das atividades potencialmente poluidoras, sempre respeitando as limitações técnicas do Município.

Parágrafo Único. Inicialmente, o município licenciará apenas as atividades consideradas capazes de causar impacto ambiental de âmbito local, conforme Resolução CONSEMA n. 85 de 2014.

Art. 212º. Fica o Poder Executivo autorizado a determinar medidas de emergência, a fim de evitar episódios críticos de poluição ambiental ou impedir sua continuidade em caso de grave ou iminente risco para vidas humanas ou recursos ambientais.

Parágrafo Único. Para execução das medidas de emergência de que trata este artigo, poderá ser reduzida ou impedida, durante o período crítico, a atividade de qualquer fonte poluidora na área atingida pela ocorrência, respeitadas as competências da União e do Estado.

Art. 213º. O Poder Executivo, mediante decreto, regulamentará os procedimentos fiscalizatórios necessários à aplicação desta Lei e das demais normas pertinentes, num prazo de cento e vinte dias contados de sua publicação.

Art. 214º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N. 004/2017.

LEI COMPLEMENTAR N. 004/2017, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

INSTITUI O NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E ESTABELECE NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO APLICÁVEIS AO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOAO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de **CANABRAVA DO NORTE - MT**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

LIVRO PRIMEIRO

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei Complementar regula, com fundamento na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional e na Lei Orgânica do Município, o Sistema Tributário Municipal e estabelece as normas específicas a este aplicável.

Parágrafo único. Esta Lei destina-se às pessoas físicas e jurídicas, suas relações com o Município em matéria fiscal e tributária, a competência e os poderes constituídos quanto a:

I –a aplicação da legislação tributária;

II –os direitos e obrigações dos contribuintes;

III – as imunidades e as isenções;

IV – a competência, a autoridade e os limites da autoridade fiscal.

Art. 2º. Aplicam-se, às relações entre a Fazenda Municipal e os contribuintes, as normas gerais do sistema tributário municipal, obedecidos os ditames oriundos da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional, de demais leis complementares, das resoluções do Senado Federal e da legislação Estadual, bem como da Lei Orgânica Municipal, nos limites de sua respectiva competência, e de Legislação Complementar posterior que as modifiquem.

Art. 3º. O Sistema Tributário Municipal compreende o conjunto de meios e instrumentos legais, técnicos e organizacionais que servirão de base para o planejamento e a gestão da política tributária no Município.

Parágrafo único. Os elementos componentes do sistema referido no *caput* apresentam a seguinte estrutura:

I – legislação Tributária;

II – tributos Municipais;

III – instrumentos Técnicos e Organizacionais;

TÍTULO II

DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 4º. A expressão "Legislação Tributária" compreende as leis, decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e relações jurídicas a eles pertinentes.

Art. 5º. O Executivo Municipal regulamentará, por decreto, as leis que versem sobre matéria tributária de competência do Município observando:

I – as normas constitucionais vigentes;

II – as normas gerais do direito tributário estabelecido na Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional e legislação federal posterior;

III – as disposições deste Código e das leis municipais a ele subseqüentes.

Art. 6º. O conteúdo e o alcance dos regulamentos restringir-se-ão, aos das leis em função das quais tenham sido expedidos, não podendo, em especial:

I – dispor sobre matéria não tratada em lei;

II – acrescentar ou ampliar disposições legais;

III – suprimir ou limitar disposições legais;

IV – Interpretar a lei de modo a restringir ou ampliar o alcance dos seus dispositivos.

Art. 7º. São normas complementares das leis e decretos:

I – os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

II – as instruções normativas do sistema municipal de Controle Interno sobreprocedimentos, processos e rotinas inerentes à gestão tributária;

III – as decisões proferidas pelas autoridades judiciais de primeiras e segundas instâncias, nos termos estabelecidos na parte processual deste Código Tributário Municipal;

IV – as práticas reiteradas observadas pelas autoridades administrativas;

V – os convênios celebrados entre o Município e os Governos Federal ou Estadual.

Art. 8º. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situações equivalentes, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional, função ou por ele exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III – cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores, ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentou;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os institui ou aumentou, observado o disposto na alínea b.

IV – utilizar tributo, com efeito, de confisco;

V – estabelecer limitações ao tráfego interestadual ou intermunicipal de pessoa ou bens por meio de tributos, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público, de acordo com normas estabelecidas em Lei Específica.

VI – instituir imposto sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços da União, Estado e do Município;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviço dos partidos políticos, inclusive suas Fundações das Entidades Sindicais dos Trabalhadores, das Instituições de Educação e de Assistência Social sem fins lucrativo atendido os requisitos da Lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à impressão.

Art. 9º. As entidades declaradas de utilidade pública somente serão consideradas imunes de Impostos municipais, nos casos em que couber, se rigorosamente obedecidos os requisitos previstos no artigo 150, inciso VI, alíneas **"a"** a **"d"** da Constituição Federal de 1988, na Lei nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, e isentas de outros tributos municipais, de acordo com estabelecido nesta Lei ou posteriores.

Art. 10º. Somente a lei pode estabelecer:

I – a instituição de tributos ou a sua extinção;

II – a majoração de tributos ou a sua redução;

III – a definição do fato gerador da obrigação tributária principal e de seu sujeito passivo;

IV – a fixação da alíquota do tributo e de sua base de cálculo;

V – a instituição de penalidades para as ações ou omissões contrárias aos seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;

VI – as hipóteses de suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades;

VII – Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a tributos e contribuições.

Parágrafo único. Não constitui majoração de tributos para os efeitos do inciso II do presente artigo, a atualização monetária da respectiva base de cálculo, pelo INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor em conformidade com o parágrafo único do art. 406, deste código.

TÍTULO III

DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11º O sistema tributário municipal está estruturado com os seguintes tributos:

I – Impostos, a serem cobrados pelo município são os seguintes:

a) Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial – IPTU;

b) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

c) Imposto sobre Transmissão Inter-vivos de Bens Imóveis – ITBI.

II – Taxas, a serem cobradas pelo município são as seguintes:

a) De licença para:

1. Localização, Instalação e Funcionamento;

2. Funcionamento em Horário Especial;

3. Veiculação de Publicidade em Geral;

4. Comércio Eventual ou Ambulante;

5. Aprovação, Execução de Obras e Instalações Particulares;

6. Ocupação do Solo nas Vias e Logradouros Públicos;

7. Abate de Animais;

8. Transporte de Passageiros e Cargas;

9. Fiscalização e Vigilância Sanitária.

b) Taxa de Serviços:

1. De Coleta de Lixo Urbano.

III – Contribuições de:

a) Melhoria Decorrente de Obras Públicas;

b) Manutenção e Custeio do Serviço de Iluminação Pública.

§ 1º. Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificarem, respeitando os direitos individuais e nos termos da Lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º. As taxas não poderão ter base de cálculo própria de imposto.

§ 3º. Será permitido por Decreto do Executivo Municipal, fixar e reajustar sempre que necessário ou periodicamente, os preços e tarifas destinadas a remunerar a utilização de bens e serviços públicos, não compreendidos como taxa de prestação de serviços, constante no inciso II do art. 11, deste Código.

CAPÍTULO II

DOS IMPOSTOS

SEÇÃO I

DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU

SUBSEÇÃO I

DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 12º. O Fato Gerador do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvelpornatureza ou acessão física, como definido na Lei Civil, localizado na zona urbana, nas áreas urbanizáveis ou de expansão urbana do município.

Art. 13º. A incidência do imposto independe:

I - da legitimidade dos títulos de aquisição da propriedade, domínio útil ou da posse do bem imóvel;

II - do resultado financeiro da exploração econômica do bem imóvel;

III - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas ao bem imóvel.

Art. 14º. Para os efeitos deste Imposto, considera-se zona urbana a definida em Lei Municipal, observada o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para a distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde, ambos da rede pública, a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

Parágrafo único. O Imposto Predial e Territorial Urbano incide também sobre imóveis localizados em áreas urbanizáveis, de expansão urbana e em área rural, mesmo que localizados fora dos requisitos mínimos definidos nos termos do caput deste artigo e que se enquadrarem aos seguintes incisos:

I – os loteamentos aprovados pelo órgão competente, que seja destinada a habitação, indústria ou ao comércio.

II – o imóvel que se destinar a residencial de recreio ou lazer, independentemente de sua dimensão.

Art. 15º. Bem imóvel, para os efeitos deste Imposto, será classificado como terreno ou prédio.

§ 1º. Considera-se terreno o bem imóvel:

a) sem edificação;

b) em que houver construção paralisada ou em andamento;

c) em que houver edificação interditada, condenada, em ruína ou em demolição;

d) cuja construção seja de natureza temporária ou provisória ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.

e) Construção igual ou inferior a 4% da área total do terreno excluindo as áreas destinadas para a chácara.

§ 2º. Considera-se prédio o bem imóvel no qual exista edificação utilizável para habitação ou para exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, desde que não esteja compreendida nas situações do parágrafo anterior.

Art. 16º. O fato gerador do Imposto ocorre anualmente, no dia primeiro de janeiro, sendo que, excepcionalmente no exercício financeiro de 2018, o fato gerador será no dia 05 de março de 2018.

Art. 17º. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão de propriedade ou de direitos reais a ele relativos, "inter-vivos" ou "causa-mortis".

§ 1º. Para a lavratura de escritura pública, relativa à bem imóvel, é obrigatória a apresentação de certidão negativa de tributos sobre a propriedade, fornecida pelo órgão competente da Prefeitura Municipal.

§ 2º. Ficam solidariamente obrigadas a este pagamento, todas as partes contratantes, bem como os tabeliães, escrivães e demais serventuários do ofício, relativamente aos atos por elas ou perante elas praticados, em razão do seu ofício, ou pelas omissões por que forem responsáveis, sujeitas às penalidades deste Código.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 18º. Contribuinte do Imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel**.**

§ 1º. Na impossibilidade de eleição do proprietário ou do titular do domínio útil devido ao fato de o mesmo ser imune ao Imposto, ser desconhecido ou não localizado, será considerado sujeito passivo aquele que estiver na posse do imóvel.

§ 2º. Conhecidos o proprietário, ou o titular do domínio útil, ou o possuidor, para efeito de determinação do sujeito passivo, dar-se-á preferência àqueles e não a este. Dentre aqueles a preferênciarecai sobre o titular do domínio útil.

§ 3º. São também contribuintes o promitente comprador imitido na posse, os posseiros, ocupantes ou comodatários de imóveis pertencentes à União, Estados ou Municípios, ou a quaisqueroutras pessoas isentas ou imunes.

SUBSEÇÃO III

DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES

Art. 19º. A planta genérica de valores é o instrumento técnico do Sistema Tributário Municipal – STM, estabelece os valores venais unitários de terrenos e de edificações localizados na zona urbana, em áreas urbanizáveis, e de expansão urbana do Município, de acordo com critérios e parâmetros apresentados no Anexo XII com a seguinte composição:

1. Tabela de Valores Genéricos em UFCN por M² de terreno e seus Fatores Corretivos;

2. Tabela de Valores Genéricos em UFCN por Hectare de Chácara e Fazenda para o ITBI e,

3. Tabela de Valores Genéricos em UFCN por M² de Edificação e seus Fatores corretivos.

Parágrafo único. Os valores estabelecidos pela Planta Genérica de Valores constituem as bases de cálculo para lançamento dos seguintes tributos municipais:

I - Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana;

II - Imposto sobre Transmissão “inter-vivos” de bens imóveis e direitos reais a eles relativos;

III - Contribuição de Melhoria.

Art. 20º. Os valores unitários do metro quadrado de terreno e de edificação serão determinados em função dos seguintes fatores extrínsecos e intrínsecos que influem no valor mercadológico dos imóveis territoriais e prediais urbanos.

I - preços correntes das transações e das ofertas à venda no mercado Imobiliário;

II - custos de produção;

III - locações correntes;

IV - características da localização do imóvel;

V - fator de obsolescência;

VI - padrão ou tipo de construção.

Parágrafo único. Na determinação da base de cálculo, não serão considerados:

I - o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração ou aformoseamento;

II - as vinculações restritas do direito de propriedade e do estado de comunhão.

Art. 21º. A planta genérica de valores será atualizada, anualmente, antes da ocorrência do fato gerador, para cálculo do valor venal dos imóveis, levando-se em conta os equipamentos urbanos e melhorias decorrentes de obras públicas existentes na área onde se localizam, bem como, o preço corrente no mercado, por Lei Complementar.

Parágrafo Único. Quando não forem objetos da atualização previstos neste artigo, os valores serão atualizados monetariamente, até o teto da inflação do período janeiro a dezembro do exercício financeiro, pelo indexador estabelecido no parágrafo único do artigo 406, deste Código.

Art. 22º. Para efeito de lançamento do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana, servirá de base de cálculo o valor venal do imóvel apurado no exercício anterior ao do lançamento.

SUBSEÇÃO IV

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 23º. A base de cálculo do Imposto é o Valor Venal do Imóvel e será conhecido.

I – Tratando de terreno será obtido através da multiplicação da área do terreno pelo valor genérico de metro quadrado do terreno aplicado pela multiplicação aos seus coeficientes corretivos e pela multiplicação da somatória dos coeficientes corretivos da situação do logradouro, de acordo com a 1. Tabela do anexo XII, deste Código.

a) O valor de metro quadrado do terreno (**VM²T)** será obtido através do Padrão de Localização do imóvel, de acordo com a Tabela 1 de valores de terreno do anexo XII, deste Código;

b) A área do terreno, referida pela sigla "**AT",** será encontrada no cadastro fiscal imobiliário do Município.

c) Os coeficientes corretivos do terreno referente à S**ituação** – sigla **"S"**, **Topografia –** sigla **"T"** e a **Pedologia** – sigla "**P",** o seu valor numérico será conhecido através da Tabela 1 de valores de terreno do anexo XII, deste Código.

d) Os coeficientes corretivos do Logradouro referente ao coeficiente corretivo fixo – sigla – **"CCF"**, **Pavimentação –** sigla **"P", Água –** sigla **"A", Coleta de lixo – sigla "C", Iluminação –** sigla **"I", Galeria Pluvial –** sigla **"G", Limpeza –** sigla **"U", Guias e Sarjetas –** sigla **"S", Rede Telefone –** sigla **"T", Esgoto –** sigla – **"E",** todos consiste em grau atribuído ao imóvel, que terá a sua somatória para multiplicação, o seu valor numérico será conhecido através da 1. Tabela de valores de terreno do anexo XII, deste Código.

II – Tratando de Chácara ou Fazenda para o ITBI, será obtido da multiplicação em quantidade de UFCN por hectare de conformidade com o tipo de cobertura e distância conforme a 2. Tabela do Anexo XII, deste Código.

III – Tratando de prédio será obtido através da somatória da pontuação atribuída ao material aplicado na característica da edificação, este resultado enquadrado por faixa do valor de metro quadrado, multiplicando pela área construída da unidade e posteriormente multiplicado pelo fator corretivo do estado de conservação, de acordo com a 3. Tabela do anexo XII, deste Código.

a) O valor do metro quadrado da edificação, identificado pela legenda **VM²E**, será obtido tomando-se por base, os componentes básicos das edificações, que são classificadas por categorias de materiais, aos quais serão atribuídos pontos, visando determinar o custo de sua reprodução, com base nos materiais efetivamente utilizados. O seu valor numérico será conhecido através da 3.Tabela do anexo XII, deste Código;

b) A área da edificação, referido pela legenda "**AE",** será encontrada no cadastro fiscal imobiliário do Município;

c) O coeficiente corretivo do estado da edificação, referido pela letra **"EC"**, consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme sua conservação. O seu valor numérico será conhecido através da tabela 3 anexo XII, deste Código.

§ 1º. Quando no mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma edificada, poderá utilizar a fração ideal do terreno, aplicando a multiplicação da área edificada da unidade sobre a área do terreno, o resultado obtido dividir pela área total construída.

§ 2º. Quando a área total do terreno for representada por número que contenha fração de metro quadrado, poderá ser feito o arredondamento para a unidade imediatamente inferior.

§ 3º. O valor unitário de metro quadrado de terreno corresponderá:

I - ao da face da quadra onde situada o imóvel;

II - no caso de imóvel não construído, com duas ou mais frentes, ao da face de quadra para a qual voltada à frente indicada no título de propriedade ou, na falta deste, ao da face de quadra à qual atribuído maior valor;

III - no caso de imóvel construído, conforme o inciso III, deste artigo, o terreno com as mesmas características do inciso anterior, ao da face de quadra relativa à sua frente efetiva ou, havendo mais de uma, à frente principal construída;

IV - no caso de terreno interno ou de fundo, ao da face de quadra por onde a ele se tenha acesso ou, havendo mais de um acesso, ao da face de quadra à qual atribuído maior valor;

V - no caso de terreno encravado, ao da face de quadra correspondente à servidão de passagem.

VI - Os logradouros ou trechos de logradouros, que não constarem na Planta de Valores, terá seus valores unitários de metro quadrado de terreno, considerado automaticamente, ao da face de quadra, mais próximo existente e de maior valor na referida tabela.

§ 4º. Entende-se por gleba, porção de terra contínua com 2.000m2 (dois mil e metros quadrados) acima, situado em zona urbana, urbanizáveis ou de expansão urbana do município com benfeitorias e plantas frutíferas ou ornamentais permanentes, ou seja, com vida ativa de 10(dez) anos acima e terá como benefício fiscal a redução do seu valor venal conforme a seguir:

I – 45%(quarenta e cinco) por cento do valor venal, quando da utilização até 30%(trinta) por cento da área do imóvel;

II – 50%(cinquenta) por cento do valor venal, quando da utilização até 50%(cinquenta) por cento da área do imóvel;

III – 55%(cinqüenta e cinco) por cento do valor venal, quando da utilização até 80%(oitenta) por cento da área do imóvel;

IV – 60%(sessenta) por cento do valor venal, quando da utilização acima de 81%(oitenta e um) por cento da área do imóvel.

§ 5º. Os percentuais do parágrafo anterior como parâmetro de sua utilização terá por obrigatoriedade obedecer às normas técnicas de espaçamento do plantio por espécie de planta frutífera ou ornamental permanentes, definida pela secretária de Agricultura do município e será regulamentada por decreto do Executivo municipal.

Art. 24º. O Imposto Predial e Territorial Urbano será calculado de acordo com as seguintes alíquotas:

I - para imóvel construído: 0,38% (zero vírgula trinta e oito) por cento sobre o VVI – valor venal doImóvel;

II - para imóvel não construído: 1,5% (um v) por cento sobre o VVI – Valor Venal do Imóvel.

III - para o imóvel considerado gleba, construído e com os plantios mencionados nos Incisos I a IV do § 5º do art. 23, deste Código: 0,3% (zero vírgula três) por cento sobre o VVI – Valor Venal do Imóvel.

IV - para o imóvel considerado gleba, não construído: 0,7% (zero vírgula sete) por cento sobre o VVI – Valor Venal do Imóvel.

§ 1º. Quando a área total do terreno for representada por número que contenha fração de metro quadrado, poderá ser feito o arredondamento para a unidade imediatamente inferior.

§ 2º. Quando o Imóvel for Edificado, soma-se o Valor Venal do Terreno mais o Valor Venal da Edificação que encontrará o Valor Venal do Imóvel e aplica a alíquota do Edificado.

§ 3º. Quando a área total do terreno for representada por número que contenha fração de metro quadrado, poderá ser feito o arredondamento para a unidade imediatamente inferior.

§ 4º.O proprietário de imóvel, sem edificações, será notificado pelo Poder Executivo Municipal para o cumprimento da obrigação de construir sob o mesmo imóvel, devendo a notificação ser averbada no cartório de registro de imóveis, sendo realizada da seguinte forma:

I - por funcionário do órgão competente do Poder Público Municipal, ao proprietário do imóvel ou, no caso de este ser pessoa jurídica, a quem tenha poderes de gerência geral ou administração;

II - por edital quando frustrada, por três vezes, a tentativa de notificação na forma prevista pelo inciso I.

§ 5º. Os prazos para que o contribuinte implemente a obrigação referida no parágrafo anterior, são de:

I - um ano, a partir da notificação, para que seja protocolado o projeto no órgão Municipal competente;

II - dois anos, a partir da aprovação do projeto, para iniciar as obras do empreendimento.

§ 6º. Em empreendimento de grande porte, em caráter excepcional, o **Poder Executivo Municipal** poderá prever, através de Decreto Executivo, a conclusão da edificação de que trata o § 4º, em etapas, assegurando-se que o projeto aprovado compreenda o empreendimento como um todo.

§ 7º. Em caso de descumprimento das condições e dos prazos consignados nos §§ 4º e 5º deste artigo, o Poder Executivo Municipal procederá à aplicação do Imposto, através de alíquotas progressivas, variáveis de acordo com o tempo em que o imóvel, permanecer desprovido de construções, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de sete anos consecutivos:

I -3% (três por cento) sobre o valor venal, até 1 (um) ano;

II -6% (seis por cento) sobre o valor venal, até 2 (dois) anos

III -9% (nove por cento) sobre o valor venal, até 3 (três) anos;

IV -12% (doze por cento) sobre o valor venal, até 4 (quatro) anos;

V –15% (quinze por cento) sobre o valor venal, até 5 (cinco) anos;

§ 8º. Caso a obrigação de edificar não seja atendida em sete anos, o Poder Executivo Municipal manterá a cobrança da alíquota máxima (inciso VII do parágrafo anterior), até que se cumpra a referida obrigação.

§ 9º. É vedada a concessão de isenções e anistias relativas à tributação progressiva de que trata o § 7º, deste artigo.

§ 10º. A transmissão do imóvel, por ato inter vivos ou causa mortis, posterior à data da notificação, transfere as obrigações de edificação prevista nos §§ 4º e 5º deste artigo, sem interrupção de quaisquer prazos.

§ 11º. Decorridos sete anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de edificação, o Poder Executivo Municipal poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública, de acordo com o disposto no art. 8º da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001-Estatuto da Cidade.

§ 12º. Os loteamentos que forem aprovados após a publicação desta lei terão o prazo de 03 (três) anos de carência para aplicação da progressividade descrita no § 7º, deste artigo.

§ 13º. O Imposto sofrerá os acréscimos previstos no Inciso II do presente artigo quando recair sobre:

I - imóveis situados em logradouros ou via pública pavimentada ou que, não sendo pavimentada, possua conjuntamente: redes de energia elétrica, água e iluminação pública, e que estejam em alguma das seguintes situações:

a) com edificações provisórias ou precárias, salvo quando residir o proprietário;

b) edificações em ruína, condenada, interditada ou abandonada.

§ 14º. O contribuinte, proprietário de terreno baldio, que der início a quaisquer obras licenciadas no imóvel, dentro do prazo previsto no § 5º deste artigo, terá excluída a aplicação das alíquotas progressivas no cômputo do Imposto a pagar nos exercícios seguintes, sendo o cálculo do Imposto realizado, aplicando-se a alíquota fixa, prevista no inciso II, deste artigo, até a conclusão da edificação.

§ 15º. Na hipótese em que a paralisação da obra ultrapassar o período de 12 (doze) meses, o contribuinte estará sujeito as alíquotas progressivas, até que cesse a paralisação.

§ 16º. A progressividade das alíquotas é automaticamente excluída quando da emissão do “habite-se”, sendo que no exercício seguinte, o Imposto passa a ser apurado de acordo com a alíquota constante no inciso I, do artigo anterior.

Art. 25º. Será atualizado, anualmente, antes da ocorrência do fato gerador, o valor venal dos Imóveis Urbanos, de área urbanizável e de expansão urbana, de conformidade com o parágrafo único do art. 450, desta lei.

Parágrafo único. O lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano não será inferior a 1 (uma) UFCN - Unidade Fiscal de Canabrava do Norte.

SUBSEÇÃO V

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 26º. O lançamento do Imposto, a ser efetuado pela autoridade administrativa, sempre que possível, será feito em conjunto, com os demais tributos e tarifas públicas que recaírem sobre o imóvel, sendo discriminado por receita e será anual, um para cada imóvel ou unidade imobiliária independente, ainda que contíguo, tendo-se por base a situação existente ao encerrar-se o exercício anterior.

Parágrafo único. Através de requerimento o proprietário que tiver no mesmo terreno mais de uma unidade autônoma edificada, poderá solicitar os lançamentos de impostos taxas e tarifas públicas por cada unidade.

Art. 27º. Far-se-á o lançamento no nome sob o qual estiver inscrito o imóvel no cadastro fiscal Econômico.

§ 1º. No caso de condomínio de terreno não edificado, figurará o lançamento em nome de todos os condôminos, respondendo cada um, na proporção de sua parte, pelo ônus do tributo e tarifas devidas.

§ 2º. Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja na posse do imóvel.

§ 3º. Os apartamentos, unidades ou dependências com economias autônomas serão lançados um a um, em nome dos proprietários condôminos.

§ 4º. Quando o imóvel pertencer a espólio, far-se-á o lançamento em nome deste e feita à partilha, será transferido para o nome dos sucessores, para esse fim os herdeiros são obrigados a promover a transferência perante o órgão fazendário competente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

§ 5º. O lançamento de imóvel pertencente às massas falidas ou em liquidação, será em nome das mesmas, mas os avisos ou notificação serão enviados aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

§ 6º. Em caso de compromisso de compra e venda, o lançamento poderá ser feito em nome do promitente vendedor ou do compromissário comprador.

Art. 28º. Na impossibilidade de obtenção dos dados exatos sobre o bem imóvel ou dos elementos necessários à fixação da base de cálculo do Imposto, o valor venal do imóvel será arbitrado e o tributo lançado com base nos elementos legais de que dispuser a Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas deste Código.

Art. 29º. O lançamento do Imposto não implica reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel.

Art. 30º. O Imposto será pago em cota única ou em até 12 (doze) parcelas de janeiro a dezembro do exercício financeiro e a critério da Administração Municipal e será definido em regulamento.

§ 1º. O contribuinte terá benefícios fiscais acumulados desde que enquadrem nas condições estabelecidas nestee que efetuar o pagamento até a data de vencimento:

a) 20% (vinte) por cento, com pagamento em cota única até a data do vencimento;

b) 15% (quinze) por cento, como abono de adimplência com os tributos municipais até o vencimento da Cota Única;

c) 5% (cinco)por cento, para o imóvel com benfeitoria de calçada, construídas nos padrões estabelecidos no Código Municipal de Obras e que esteja em bom estado de conservação até a data do vencimento da cota única.

§ 2º. Quanto à alínea **“b”** do § 2º deste artigo, é permitido ao contribuinte inadimplente a efetuar o pagamento total ou a primeira parcela até a data de vencimento da cota única do exercício financeiro e ser beneficiado pelo desconto mencionado.

§ 3º. Para atendimento do § 3º anterior, será permitido até 6(seis) parcelas, desde que nenhuma parcela seja inferior a quantidade de1,42 (um virgula quarenta e dois) UFCN.

§ 4º. Para que o contribuinte possa beneficiar do parcelamento constante no parágrafo anterior, é obrigatoriedade a assinatura do contrato de parcelamento do débito inscrito ou não em divida ativa.

§ 5º. O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano será lançado em moeda vigente do país.

Art. 31º. A qualquer tempo poderão ser efetuados lançamentos omitidos por quaisquer circunstâncias nas épocas próprias, promovidos lançamentos aditivos, retificados nas épocas próprias, retificadas as folhas dos lançamentos existentes.

Parágrafo único. Os lançamentos relativos a exercícios anteriores, que não houver sido feitos por falta da administração, serão procedidos de conformidade com os valores e disposições legais vigentes à época em que deveriam ter sido lançados.

SEÇÃO II

DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN

SUBSEÇÃO I

DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 32º. O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, tem como fato gerador à prestação, por empresa ou profissionais autônomos, com ou sem estabelecimento fixo, ainda que esse não se constitua como atividade preponderante do prestador, de serviço constante da lista a seguir:

1	**Serviços de informática e congêneres.**
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas.
1.02	Programação.
1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
1.06	Assessoria e consultoria em informática.
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).
2	**Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.**
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
3	**Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.**
3.01	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
3.02	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
3.03	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
3.04	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.
4	**Serviços de saúde, assistência médicas e congêneres.**
4.01	Medicina e biomedicina.
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.
4.04	Instrumentação cirúrgica.
4.05	Acupuntura.
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
4.07	Serviços farmacêuticos.
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
4.10	Nutrição.
4.11	Obstetrícia.
4.12	Odontologia.
4.13	Ortóptica.
4.14	Próteses sob encomenda.

4.15	Psicanálise.
4.16	Psicologia.
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
4.18	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congênere.
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológicas e congêneres.
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.
5	**Serviços de medicina e assistência veterinárias e congêneres.**
5.01	Medicina veterinária e zootecnia.
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
5.03	Laboratórios de análise na área veterinária.
5.04	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congênere.
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.
6	**Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.**
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
6.05	Centros de emagrecimento, spa e congêneres.
6.06	Aplicação de tatuagens, piercingse congêneres
7	**Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção,limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.**
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
7.02	Execução, por administração, empreitada ou sub-empreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
7.04	Demolição.
7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
7.08	Calafetação.
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive cortem e poda de árvores.
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.
7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.
7.14	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.
7.15	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.16	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.
7.17	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.
7.18	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.
7.19	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.
8	**Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.**
8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.
9	**Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.**
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suiteservice, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.
9.03	Guias de turismo.
10	**Serviços de intermediação e congêneres.**
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).
10.06	Agenciamento marítimo.
10.07	Agenciamento de notícias.
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.
10.10	Distribuição de bens de terceiros.
11	**Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.**
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.
11.02	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas.
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.
12	**Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.**
12.01	Espetáculos teatrais.
12.02	Exibições cinematográficas.
12.03	Espetáculos circenses.
12.04	Programas de auditório.
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.
12.06	Boates, taxi-dancing e congêneres.
12.07	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres.
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.
12.10	Corridas e competições de animais.
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.
12.12	Execução de música.
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.
12.16 –	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destrezas intelectuais ou congêneres.

12.17 –	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.
13. –	**Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.**
13.02	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.
13.03	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.
13.04	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS
13.05	Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.
14	**14 – Serviços relativos a bens de terceiros.**
14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
14.02	Assistência técnica.
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
14.04	Recauchutagem ou regeneração de pneus.
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.
14.07	Colocação de molduras e congêneres.
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
14.10	Tinturaria e lavanderia.
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.
14.12	Funilaria e lanternagem.
14.13	Carpintaria e serralheria.
14.14	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.
15	**Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.**
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeiras e congêneres.
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovações cadastrais e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.
15.06	Emissão, remissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.
15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de
15.11	cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral. Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.
15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheque quaisquer, avulso ou por talão.

15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.
16	**Serviços de transporte de natureza municipal.**
16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.
16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal.
17	**Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comerciais e congêneres.**
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativas e congêneres.
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.
17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.
17.07	Franquia (franchising).
17.08	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.
17.09	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.
17.10	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).
17.11	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.
17.12	Leilão e congêneres.
17.13	Advocacia.
17.14	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.
17.15	Auditoria.
17.16	Análise de Organização e Métodos.
17.17	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.
17.18	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.
17.19	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.
17.20	Estatística.
17.21	Cobrança em geral.
17.22	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionado a operações de faturização (factoring)
17.23	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.
17.24	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).
18	**Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.**
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
19	**Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.**
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.
20	**Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.**
20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logísticas e congêneres.
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logísticas e congêneres.
20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logísticas e congêneres.
21	**Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.**
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
22	**Serviços de exploração de rodovia.**
22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.
23	**23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industriais e congêneres.**
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industriais e congêneres.
24	**Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.**

24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
25	**Serviços funerários.**
25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.
25.02	Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.
25.03	Planos ou convênio funerários.
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.
25.05	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.
25.06	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento
26	**Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.**
26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.
27	**Serviços de assistência social.**
27.01	Serviços de assistência social.
28	**Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.**
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
29	**Serviços de biblioteconomia.**
29.01	Serviços de biblioteconomia.
30	**Serviços de biologia, biotecnologia e química.**
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química.
31	**Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.**
31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
32	**Serviços de desenhos técnicos.**
32.01	Serviços de desenhos técnicos.
33	**Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.**
33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
34	**Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.**
34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
35	**Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.**
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
36	**Serviços de meteorologia.**
36.01	Serviços de meteorologia.
37	**Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.**
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
38	**Serviços de museologia.**
38.01	Serviços de museologia.
39	**Serviços de ourivesaria e lapidação.**
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).
40	**Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.**
40.01	Obras de arte sob encomenda.

§ 1º. O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º. Ressalvadas as exceções expressas na lista indicada no caput deste artigo, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º. O imposto de que trata este artigo incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º. A incidência do imposto independe:

I - da denominação dada ao serviço prestado;

II - de ser o prestador inscrito nos cadastros municipais de contribuinte;

III - de ser o prestador legalmente constituído segundo as normas do direito civil e obrigacional;

IV - do efetivo recebimento, pelo prestador, do valor referente ao serviço prestado;

V - da existência de estabelecimento fixo no âmbito do município

VI – do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao prestador dos serviços;

A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

§ 5º – O fato gerador do Imposto ocorre no momento da efetiva prestação dos serviços, independentemente de qualquer situação.

§ 6º - Para efeito deste Imposto considera-se:

I - empresa: toda pessoa jurídica, independente do tipo societário, inclusive: "empresário" (art. 966 e seguintes do Código Civil)**, sociedades cooperativas e sociedade de fato, contanto que desempenhe atividade econômica de prestação de serviços, bem como o prestador individual de serviços que contar com o trabalho de mais que duas pessoas não inscritas como autônomas no Cadastro Municipal, ou com mais de um profissional da mesma qualificação;**

II - profissional autônomo: toda pessoa física que fornecer o próprio trabalho, com habitualidade, sem subordinação hierárquica, dependência econômica ou jurídica, contando com no máximo dois auxiliares, empregados ou não, desde que não possuam a mesma habilitação profissional do empregador;

III - trabalhador eventual: todo aquele que exercer atividade, com eventualidade, sem dependência hierárquica ou vinculação empregatícia;

IV - estabelecimento prestador de serviço: espaço físico onde é situada a infra-estrutura material e são planejados, contratados, administrados, fiscalizados ou prestados os serviços, total ou parcialmente, permanente ou temporariamente, sendo sede, matriz, filial, agência, sucursal escritório, loja, oficina, garagem, canteiro de obra, depósito ou qualquer outra repartição da empresa prestadora de serviços, assim como os trabalhadores, prédio, materiais, máquinas, veículos e equipamentos utilizados, sejam próprios, contratados, alugados ou cedidos por terceiro, a qualquer título;

V - sociedades uniprofissionais: são sociedades prestadoras dos serviços especificados nos itens: 4.01, 4.02, 4.06, 4.08, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14, 4.16, 5. 01, 7.01, 10.03, 17.13, 17.15, 17.18, 17.19 da Lista de Serviços constante no art : 32 deste código, desde que revestidas das características seguintes:

a) todos aqueles que prestam serviços em nome da sociedade, sócios, empregados ou não, devem estar, para isso, profissionalmente habilitados;

b) é vedado à sociedade, apresentar caráter empresarial.

c) os serviços prestados deverão apresentar características de trabalho pessoal.

Art. 33º. A hipótese de incidência do Imposto se configura independentemente:

I –da existência de estabelecimento fixo;

II –do resultado financeiro do exercício da atividade;

III – do cumprimento de qualquer exigência legal ou regulamentar sem prejuízo das penalidades cabíveis aplicáveis pelo órgão competente para formular aquelas exigências;

IV –do pagamento ou não do preço do serviço no mesmo mês ou exercício;

V –da habitualidade na prestação do serviço.

§ 1º. O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local. Para os efeitos de incidência do Imposto considera-se local da prestação do serviço:

I - o do estabelecimento prestador no Município;

II – na falta do estabelecimento, o domicílio do prestador no Município;

III – na falta dos Incisos I e II deste artigo, considera-se o local onde efetuar a prestação de serviço no território do Município.

§ 2º. O imposto será devido no local, quando nas hipóteses prevista nos incisos I a XX, como segue:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 33 desta lei;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista de serviços constante no art. 32 deste código;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.17 da lista de serviços constante no art. 32 deste código;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista de serviços constante no art. 32 deste código;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista de serviços constante no art. 32 deste código;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista de serviços constante no art. 32 deste código;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista de serviços constante no art. 32 deste código;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista de serviços constante no art. 32 deste código;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7. 12 da lista de serviços constante no art. 32 deste código;

X –do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XI – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista de serviços constante no art. 32 deste código;

XII – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista de serviços constante no art. 32 deste código;

XIII – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista de serviços constante no art. 32 deste código;

XIV – dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços constante no art. 32 deste código;

XV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista de serviços constante no art. 32 deste código;

XVI – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12. 13, da lista de serviços constante no art. 32 deste código;

XVII – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista de serviços constante no art. 32 deste código;

XVIII – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23, 5.09 e17.05 da lista de serviços constante no art. 32 deste código;

XIX – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da lista de serviços constante no art. 32 deste código;

XX – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista de serviços constante no art. 32 deste código;

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01.

§3º. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente, temporário e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevante para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação, contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 4º. A existência de estabelecimento prestador é indicada pela conjugação, parcial ou total, dos seguintes elementos:

I – estrutura organizacional ou administrativa;

II – inscrição nos órgãos previdenciários;

III – manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços;

IV – indicação como domicilio fiscal para efeito de outros tributos;

V – permanência, ânimo de permanência no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada através de indicação do endereço em impressos, formulários, correspondência, contrato de locação de imóvel, propaganda, publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás, em nome do prestador, seu representante ou preposto.

§ 5º. A circunstância de o serviço, por sua natureza, ser executado, habitual ou eventualmente, fora de estabelecimento prestador, não descaracteriza a ocorrência do fato gerador, desde que seja no território do Município.

§ 6º. São também, considerados estabelecimentos prestadores, os locais onde forem exercidas as atividades de serviços públicos de natureza itinerante.

§ 7º. No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04, da lista de serviços constante no art. 32 deste código, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 8º. No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01, da lista de serviços constante no art. 32 deste código, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 9º. Na hipótese de descumprimento do disposto no **caput**ou no § 1o, ambos do art. 8o-A, da Lei Complementar 116/2003, acrescido pela Lei Complementar 157/2016, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

Art. 34º. Sujeitam-se ao Imposto, os serviços constantes da lista de serviços constante no art. 32 deste código.

Parágrafo único. Ficam também sujeitos ao Imposto os serviços não expressos na lista, mas que, por sua natureza e características, assemelham-se a qualquer um dos que compõem cada item, e desde que não constituam hipótese de incidência de tributo estadual ou federal.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 35º. Contribuinte do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza é o prestador do serviço, seja pessoa física ou jurídica que exercer dentro do território do Município, em caráter permanente ou eventual, quaisquer atividades constantes da Lista de Serviço mencionado noart. 32, deste código;

§ 1º. Não são contribuintes do Imposto, os que prestem serviço na condição:

I – os exportadores de serviços para o exterior do País;

II – os prestadores de serviços em relação de emprego;

III – os trabalhadores avulsos;

IV – os diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações;

V –os sócios-gerentes e os gerentes-delegados;

VI – o valor intermediado no mercado de títulos e valores econômicos;

VII – o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

§ 2º. Não se enquadram no disposto no inciso I do parágrafo anterior, os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art. 36º. Fica atribuída a responsabilidade na qualidade de contribuinte substituto, pela retenção e pelo recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer natureza – ISSQN:

I – às incorporadoras e construtoras, em relação às comissões pagas pela corretagem de imóveis;

II – às empresas seguradoras e de capitalização, em relação às comissões pagas pela corretagem de seguros e de capitalização e sobre os pagamentos de serviços de bens sinistrados;

III – às empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos, inclusive apostas em relação às comissões pagas aos seus agentes revendedores ou cessionários;

IV – às operadoras de cartões de créditos em relação aos serviços prestados por empresas locadoras de bens móveis estabelecidos no Município;

V – às instituições financeiras, pelo imposto devido sobre os serviços de contratos de mão-de-obra: de guarda, vigilância, transportes de valores, de conservação e limpeza e congêneres;

VI – às empresas que explorem serviços de planos de saúde ou de assistência médicas hospitalares e congêneres, ou de seguro através de planos de medicina de grupo e convênios, em relação aos serviços de agenciamento ou corretagem dos referidos planos e seguros, remoção de doentes, serviços de hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análise, ambulatório, pronto-socorro, manicômios, casa de saúde, de repouso e de recuperação, clinica de radioterapia, eletricidade médica, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e congêneres;

VII – às construtoras, em relação aos serviços sub-empreitados;

VIII – às empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos de qualquer natureza;

IX – o prestador de serviço e não comprovar imunidade ou isenção;

X – o Município, inclusive suas autarquias, fundações, empresas públicas e economia mista, pelo Imposto incidente sobre os serviços a eles prestados;

XI – as empresas imobiliárias, incorporadoras e construtoras, pelo Imposto devido sobre as comissões pagam as empresas corretoras de imóveis;

XII – as operadoras turísticas e as empresas de transporte pelo imposto, devido sobre as comissões pagas aos seus agentes e intermediários;

XIII – as empresas de rádio e televisão, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados;

XIV – os estabelecimentos particulares de ensino, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados;

XV - os frigoríficos que contratarem serviços de terceiros;

XVI - os usuários de serviços que não efetuarem o desconto na fonte:

a) de pagamento efetuado, sob a forma de serviços obrigados ao pagamento anual do tributo que não apresentarem o certificado de inscrição no cadastro de atividades econômicas do município;

b) pagamento efetuado sob a forma de recibo à firma prestadora de serviços que não emitir nota fiscal do serviço ou não possuir inscrição no cadastro de atividades econômicas do município;

XVII - a pessoa física, jurídica de direito privado que adquirir de outra por qualquer título, estabelecimento profissional de prestação de serviços, e continuar a exploração do negócio, sob a mesma ou outra razão social, sob a firma, nome individual, é responsável pelo imposto do estabelecimento adquirido, devido até a data do ato:

a) integralmente se o alienante cessar a exploração da atividade;

b) subsidiariamente com a alienante, se esta prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6(seis) meses a contar da data de alienação, nova atividade do mesmo ou de outros ramos de prestação de serviços.

XVIII - os que sublocarem, ceder ou transferirem a terceira a inscrição de sua propriedade, que estão sob a sua direção ou exploração, desde que destinados à realização de atividades que, por si só, configure fato gerador do imposto sobre serviços;

XIX - a pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação em outra, é responsável pelo imposto devido pelas pessoas jurídicas fundidas, transformadas ou incorporadas, até à data dos atos de fusão, transformação ou incorporação;

XX - quaisquer outros não inclusos nos incisos anteriores e que contrata serviço de terceiros;

§ 1º. O disposto no inciso XIX, aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio sob a mesma ou outra razão social ou sob firma individual.

§ 2º. Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 3º. Sem prejuízo do disposto no caput e no § 1º deste artigo, são responsáveis:

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.04, 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 11.04, 16.01, 17.05, 17.09 e 17.10 da lista prevista no art. 249 desta lei.

§ 4º. São irrelevantes para o fisco as convenções entre particulares nos contratos de empreitada ou subempreitada e na construção por administração, em casos de condomínios, não alterando a definição de sujeito passivo da obrigação tributária.

§ 5º. No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 6º. No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

§ 7º. A fonte pagadora dará ao prestador do serviço o comprovante da retenção a que se refere este artigo, o qual lhe servirá de comprovante de pagamento do Imposto.

§ 8º. A União e os Estados, inclusive suas Autarquias, Fundações e Empresas Públicas, poderão reter e recolher o ISSQN**,** incidentes sobre serviços a eles prestados e devidos pelas empresas prestadoras de serviços mediante convênio.

§ 9º. Os impostos retidos na forma do caput deste artigo, incluídos nos seus incisos e parágrafos, deverão ser recolhidos aos cofres do Município até o 15º dia útil do mês subseqüente à ocorrência do fato gerador, caso o substituto não efetue a retenção, ficará obrigado a recolher o valor correspondente ao imposto não retido com os acréscimos legais.

§ 10º. O recolhimento estabelecido no parágrafo anterior deverá ser procedido juntamente com relatório, contendo:

I – o número da inscrição do contribuinte no cadastro econômico;

II – o número, a série, data e valor da Nota Fiscal recebida;

III – a alíquota e valor do imposto retido.

Art. 37º. Poderá o Executivo Municipal, no interesse do Fisco Municipal, estender o Regime de Substituição a empresas e outras atividades com incidência do ISSQN, bem como baixar normas complementares para aplicação do disposto neste artigo.

SUBSEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 38º. A base de cálculo do imposto é o preço bruto do serviço prestado, sobre o qual será aplicada a alíquota segundo a forma e o tipo do serviço, de conformidade com o Anexo I, deste Código.

§ 1º. Entende-se por preço do serviço, a receita bruta a ele correspondente, sendo vedadas quaisquer deduções, com exceção das com menção expressa na Lista de Serviços, constante no artigo 32 deste código.

§ 2º. Quando os serviços a que se referem os itens: 1.01 a 1.04, 1.06 a 1.08; 4.01, 4.02, 4.04 a 4.06, 4.08 a 4.13, 4.15, 4.16; 5.01; 6.01 a 6.04; 7.01, 7. 19, 7.21; 14.02, 14.09, 14.11 a 14.13; 17.01, 17.08, 17.10, 17.13 a 17.21 e 17.23; 22.01; 26.01; 28.01; 29.01; 30.01; 31.01; 32.01; 33.01; 34.01; 35.01; 36.01; 37.01; 38.01 e 39.01 do artigo 32 deste código, forem prestados por profissionais autônomos, o Imposto será computado da seguinte forma:

I - O ISSQN será fixo em quantidade de UFCN- Unidade Fiscal de Canabrava do Norte, para prestadores de serviços pertencentes a uma mesma categoria profissional, na forma especificada no Anexo I, deste Código;

II - Em relação aos serviços a que se referem os itens: 4.01, 4.02, 4.06, 4.08, 4.11 a4.14, 4.16, 5.01, 7.01, 10.03, 17.13, 17.15, 17.18 e 17.19do artigo 32 deste código, quando forem prestadas por sociedades uniprofissionais, estas ficarão sujeitas a tributação fixa, na forma do inciso I deste parágrafo, onde o Imposto é calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, inclusive o ônus do Imposto.

§ 3º. Quando os serviços previstos nos subitens 7.01, 7.03 e 7.19 do artigo 32 deste código, forem prestados por profissionais de engenharia civil e arquitetura, com estabelecimento situado em outros municípios, com o acompanhamento e a fiscalização da obra, o ISSQN será apurado, no momento da apresentação do projeto, tendo por base de cálculo o valor do serviço com aplicação das alíquotas previstas no Anexo I, deste Código.

§ 4º. Através de estimativa, o fisco poderá lançar o Imposto incidente sobre os serviços prestados pelas micro e pequenas empresas ou qualquer serviço prestado quando necessário para assegurar o recolhimento do imposto devido, observando-se os seguintes parâmetros:

I - os preços de estabelecimentos semelhantes;

II - a natureza dos serviços prestados;

III - o valor das instalações, máquinas, veículos e equipamentos;

IV – valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;

V - folha de salários pagos, honorários de direitos retirados de sócio ou gerente e encargos sociais incidentes;

VI - aluguel do imóvel e das máquinas e equipamentos utilizados;

VII - despesas com fornecimento de água, energia elétrica, telefonia e demais encargos obrigatórios do contribuinte.

§ 5º. Na hipótese de prestação de serviços enquadrados em mais de um dos itens do artigo 32 deste código, o Imposto será calculado, aplicando-se a alíquota própria sobre o preço do serviço de cada atividade.

§ 6º. Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04, do artigo 32 deste código, forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabo de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.

§ 7º. Não integram a base de cálculo do Imposto:

I - os valores correspondentes ao desconto ou abatimento total ou parcial sujeitos à condição, desde que prévia e expressamente contratados;

II - os materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05, do artigo 32 desteCódigo;

III - os materiais, em geral, produzidos fora do local da obra, pelo prestador.

§ 8º. São considerados materiais fornecidos pelo prestador do serviço, aqueles que permanecerem incorporados à obra após sua conclusão, desde que a aquisição pelo prestador seja comprovada através de documento fiscal idôneo, com discriminação de valores no respectivo documento fiscal.

§ 9º. Para efeitos de retenção na fonte, o Imposto será calculado aplicando-se a alíquota sobre o preço do serviço.

Art. 39º. Considera-se preço do serviço para efeito de incidência deste imposto, a receita bruta a ele correspondente, sem qualquer dedução, executados os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de qualquer condição, bem como, o valor dos materiais que constarem expressamente da lista de serviços como dedutíveis, ainda que a título de sub-empreitada de serviços não tributados, frete, despesas, tributos e outros, vedada qualquer interpretação extensiva ou análoga.

§ 1º. Para o cômputo da base de cálculo do Imposto, o contribuinte ou responsável, deverá considerar o valor constante na nota fiscal de prestação de serviços, a título de mão-de-obra, taxa de administração e material aplicado.

§ 2º. No que tange a prestação de serviço de terraplenagem, o contribuinte ou responsável pelo Imposto deverá considerar o valor total da nota fiscal de prestação de serviço.

§ 3º. Na ausência de preços e em se tratando de prestação de serviços de dificultosa fiscalização, o cálculo do Imposto pode ser realizado por estimativa, ou utilizando-se como base de cálculo, o montante exigido dos usuários ou contratantes de serviços similares ou em se tratando de construção civil, poderá ser usado como base de cálculo 40% (quarenta) por cento, da nota fiscal como prestação de serviço e 60% (sessenta) por cento, com material.

§ 4º. Quando se tratar de emissão de nota fiscal de prestação de serviços com discriminação da mão-de-obra e material utilizado deverá o contribuinte, ou responsável, apresentar em conjunto com a nota fiscal a planilha do material aplicado com as notas fiscais dos materiais e manter arquivados os respectivos documentos (notas fiscais referentes ao material), pelo prazo mínimo de cinco anos, a contar do primeiro dia do exercício seguinte ao que ocorreu a emissão do documento fiscal e apresentar ao Fisco Municipal, quando solicitada.

I – As notas fiscais para fins de comprovação dos materiais utilizados na prestação de serviços deverão conter, obrigatoriamente: a data, o nome da empresa construtora e o endereço da obra; além de escrituração no movimento contábil da construtora ou subempreiteira, sob a pena de invalidade dos documentos para fins de dedução.

II - As datas de que se refere o inciso anterior, deverão estar dentro do período inicial da construção, estipulado no contrato de prestação de serviços, e do período de emissão da última nota fiscal de prestação de serviços.

§ 5º. Na ausência de preços e em se tratando de prestação de serviços de dificultosa fiscalização, o cálculo do Imposto pode ser realizado por estimativa, ou utilizando-se como base de cálculo, o montante exigido dos usuários ou contratantes de serviços similares, o preço corrente na praça, conselho regional da atividade ou em revista especializada.

§ 6º. A empresa construtora é autorizada deduzir da base de cálculo do imposto, o valor tributado através de estimativa e recolhido por ocasião da expedição do Alvará de Construção, observando a ordem cronológica das notas fiscais para cada obra, mediante atualização do valor estimado recolhido até a data da emissão da primeira nota fiscal. O saldo remanescente também será atualizado até a data da emissão da próxima nota fiscal e sucessivamente até zerar o valor recolhido por estimativa, tudo mediante comprovação, sendo que a atualização monetária será efetuada considerando o estabelecido nesta Lei.

§ 7º. Na hipótese de cálculo efetuado do parágrafo anterior, qualquer diferença de preço que venha a ser efetivamente apurada acarretará a exigibilidade do imposto sobre o respectivo montante.

§ 8º. O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, incidente sobre os serviços de execução de obras de construção civil e poderá ser tributado através de lançamento por homologação, conforme as disposições previstas a seguir e o fato gerador do imposto ocorre no momento da efetiva prestação dos serviços, independentemente de medição, vistoria ou conclusão da obra.

§ 9º. Para efeito do parágrafo anterior, entende-se por construção civil, seja com elaboração de projeto técnico ou não, todas as obras desdobradas da engenharia, tais como: civil; naval; elétrica; eletrônica; industrial; mecânica; telecomunicações; química; de minas; arquitetura e/ou urbanismo; hidráulicas e outras semelhantes, necessárias à sua realização, quais sejam:

I - edificações em geral;

II - rodovias, ferrovias e aeroportos;

III - pontes, túneis, viadutos e logradouros públicos;

IV - canais de drenagem ou de irrigação urbana e rural; obras de retificação ou de regularização de leitos ou perfis de rios;

V - barragens, canais e diques;

VI - sistemas de abastecimento de água e de saneamento, poços artesianos, semiartesianos ou manilhados;

VII - sistemas de produção e distribuição de energia elétrica;

VIII - sistemas de telecomunicações;

IX - refinarias, oleodutos, gasodutos e outros sistemas de distribuição de líquidos e gases;

X - escoramento e contenção de encostas e serviços congêneres;

XI - recuperação ou reforço estrutural de edificações, pontes e congêneres quando vinculadas a projetos de engenharia da qual resulte a substituição de elementos construtivos essenciais, limitado exclusivamente à parte relacionada à substituição de pilares, vigas, lajes, alvenarias estruturais, fundações e tudo aquilo que implique na segurança ou estabilidade da estrutura;

XII - estaqueamentos, fundações, escavações, aterros, perfurações, desmontes, demolições, rebaixamento de lençóis de água, dragagens, escoramentos, terraplenagens, enrrocamentos e derrocamentos;

XIII - concretagem e alvenaria;

XIV - revestimentos e pinturas de pisos, tetos, paredes, forros, divisórias;

XV - carpintaria, serralheria, vidraçaria e marmoraria;

XVI - impermeabilizações e isolamentos térmicos e acústicos;

XVII - instalações e ligações de água, de energia elétrica, de proteção catódica, de comunicações, de elevadores, de condicionamento de ar, de refrigeração, de vapor, de ar comprimido, de sistemas de condução e exaustão de gases de combustão, inclusive dos equipamentos relacionados com esses serviços;

XVIII - construção de jardins, iluminação externa, casa de guarda e outros da mesma natureza previstos no projeto original, desde que integrados ao preço de construção da unidade imobiliária;

XIX - outros serviços diretamente relacionados às obras hidráulicas de construção civil e semelhante.

XX - pavimentação em geral;

XXI - implantação de sinalização em estradas e rodovias;

XXII - montagens de estruturas em geral.

§ 10º. Consideram-se serviços essenciais, auxiliares ou complementares à construção civil:

I - engenharia consultiva: é a elaboração de planos diretores; estimativas orçamentárias; programação e planejamento; estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira; elaboração de anteprojetos, projetos básicos, projetos executivos e cálculos de engenharia; fiscalização, supervisão técnica, econômica e financeira.

II -calafetação, aplicação de sinteco e colocação de vidros;

III - levantamentos topográficos e geodésicos*;*

§ 11º. O pagamento do Imposto incidente sobre os serviços previstos no § 8º deste artigo deverá ser realizado até a liberação do “habite-se”.

§ 12º. O sujeito passivo do ISSQN concernente ao serviço previsto no § 8º, deste artigo, fica obrigado a apresentar à Municipalidade os seguintes documentos:

I - os projetos que se fizerem imprescindíveis à execução da obra, conforme o Código de Normas Técnicas da Construção Civil;

II - ART – do responsável pela confecção dos projetos e pela execução da obra;

III - demais documentos que a Municipalidade julgar imprescindível à apresentação, fixado por lei ou decreto e;

IV - planilha de custos da obra.

§ 13º. Em se tratando de incidência sobre todos os serviços prestados por estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, a base de cálculo será apurada cumulativamente sobre as receitas diretas e indiretas representadas extras últimas, dentre outras, pelos rendimentos de permanência não remunerada, decorrentes do produto de arrecadação em geral, efetuada, pelo mesmo prestador de serviços, em convênio com instituições pública ou privada desde que não incida o Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.

Art. 40º. O contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o Imposto ser calculado da forma mais onerosa, mediante a aplicação da alíquota mais elevada sobre a receita auferida.

Parágrafo único. Quando o volume ou a modalidade da prestação de serviços aconselharem, para facilitar aos contribuintes o cumprimento de suas obrigações tributárias e sem prejuízo para o Município, a Administração poderá autorizar a adoção de regime especial para pagamento do Imposto.

Art. 41º. Quando definido tratamento adequado de acordo com a proposição do artigo anterior, serão observadas as seguintes normas relativas ao cálculo:

I – com base em informações do sujeito passivo ou em outro elemento informativo, será estimado o valor provável das operações tributáveis e o do imposto total a recolher no exercício, ambos dependendo da aprovação do órgão fazendário municipal.

II – quando houver discordância das informações do sujeito passivo, a Fazenda Municipal, procederá conforme dispõe o artigo seguinte.

Art. 42º. Proceder-se-á ao arbitramento para a apuração do preço fundamentalmente quando:

I – o contribuinte não possuir livros fiscais de utilização obrigatória ou estes não se encontrarem com sua escrituração atualizada;

II – o contribuinte, depois de intimado, deixar de exibir os livros fiscais de utilização obrigatória;

III – ocorrer fraude ou sonegação de dados julgados indispensáveis ao lançamento;

IV – sejam omissos ou não mereçam fé às declarações, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo;

V – o preço seja notoriamente inferior ao corrente no mercado, ou desconhecido pela autoridade administrativa.

Art. 43º. Nas hipóteses do artigo anterior, o arbitramento será procedido pela autoridade fiscal, levando-se em conta, entre outros, os seguintes elementos:

I – os recolhimentos feitos em períodos idênticos pelo contribuinte ou por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes;

II – os preços correntes dos serviços no mercado, em vigor na época da apuração;

III – as condições próprias do contribuinte bem como os elementos que possam evidenciar sua situação econômico-financeira, expressas no § 4º do art. 38, deste Código.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 44º. O lançamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, será efetuado: de ofício, por declaração ou por homologação.

Art. 45º. O Imposto será lançado:

I – quando na forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, poderá ser cobrado em até 12(doze) parcelas, correspondendo de janeiro a dezembro no exercício a que corresponder o tributo e a critério da Administração Municipal, conforme regulamento;

II – mensalmente, em relação ao efetivamente prestado no período, quando o prestador for empresa.

Parágrafo único. Para fins de lançamento do Imposto considera-se ocorrido o fato gerador do ISSQN, a partir da efetiva prestação de serviços.

Art. 46º. Os contribuintes sujeitos ao pagamento mensal do Imposto ficam obrigados a:

I – manter escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis;

II – emitir notas fiscais de serviços ou outros documentos admitidos pela Administração, por ocasião da prestação dos serviços.

§ 1º. Mediante intimação por escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação a bens, negócios ou atividade de terceiros.

§ 2º. Os contribuintes, ou quaisquer responsáveis por tributos, facilitarão, por todos os meios ao seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Administração Municipal, ficando especialmente obrigados a:

I – apresentar declarações e guias, e a escriturar em livros próprios os fatos geradores de obrigação tributária, segundo as normas deste Código e dos regulamentos tributários;

II – conservar e apresentar ao fisco, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária, ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais;

III – prestar, sempre que solicitados pelas autoridades competentes informações e esclarecimentos que, a juízo do fisco, se refiram ao fato gerador da obrigação tributária;

IV – Apresentar à fiscalização os livros e documentos fiscais que são de exibição obrigatória, os quais não poderão ser retirados do estabelecimento ou do domicílio do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos em regulamento.

§ 3º. O Poder Executivo definirá os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo contribuinte e mantidos em cada um dos seus estabelecimentos ou, na falta destes, em seu domicílio.

§ 4º. Os livros e documentos fiscais serão previamente formalizados, de acordo com o estabelecido em regulamento.

Art. 47º. Os livros fiscais e comerciais, bem como as notas e demais documentos fiscais, são de exibição obrigatória ao Fiscal Municipal, devendo ser conservados pelo contribuinte durante 05 (cinco) anos, a contar do encerramento do exercício.

§ 1º. Para os efeitos deste artigo, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito do Fisco de examinar livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos prestadores de serviço, de acordo com o disposto no artigo 195 da Lei Federal nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

§ 2º. A fiscalização do Imposto sobre serviços de qualquer natureza, será feita sistematicamente pelos Agentes Fiscais Fazendários do Município, nos estabelecimentos, vias públicas e demais locais, onde exerçam atividades tributáveis.

§ 3º. Os contribuintes são obrigados a fornecer todos os elementos necessários à verificação das operações sobre as quais possa haver incidência do imposto e a exibir todos os elementos da escrita fiscal e da contabilidade geral da empresa, sempre que exigidos pelos agentes fiscais Fazendários do Município.

§ 4º. Fica autorizado o Poder Executivo a criar ou aceitar documentação simplificada no caso de contribuintes de rudimentar organização.

Art. 48º. A autoridade administrativa tributária poderá, por ato normativo próprio, fixar o valor do Imposto por estimativa.

§ 1º. A Administração poderá rever os valores estimados, a qualquer tempo, reajustando as parcelas vincendas do Imposto, quando se verificar que a estimativa inicial foi incorreta ou que o volume ou modalidade dos serviços se tenha alterado de forma substancial.

§ 2º. Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão, a critério da autoridade administrativa, ficar dispensado do uso de livros fiscais e da emissão de documentos.

§ 3º. O regime de estimativa poderá ser suspenso pela autoridade administrativa, mesmo quando não findo o exercício ou período, de modo geral ou individual, para qualquer categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades, quando não mais prevalecerem às condições que originaram o enquadramento.

§ 4º. Os contribuintes abrangidos pelo regime de estimativa poderão no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação de lançamento, apresentar reclamação contra o valor estimado.

Art. 49º. O lançamento do Imposto não implica reconhecimento ou regularidade do exercício de atividade ou da legalidade das condições do local, instalações, equipamentos ou obras.

Art. 50º. No caso de diversões públicas e outros serviços cujo preço seja cobrado mediante bilhetes, o imposto será recolhido conforme dispuser o regulamento.

Art. 51º. Corrido o prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da ocorrência do fato gerador sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Parágrafo único. Tratando-se de lançamento de ofício, há que se respeitar o intervalo mínimo de 20 (vinte) dias entre o recebimento da Notificação e o prazo fixado para pagamento.

Art. 52º. No recolhimento do Imposto por estimativa serão observadas as seguintes regras:

I – será estimado o valor dos serviços tributáveis e do Imposto total a recolher no exercício ou período, e parcelado o respectivo montante para recolhimento em prestações mensal, respeitado o parcelamento máximo de 12 (doze) parcelas por exercício financeiro e o valor mínimo de 1,5 (um inteiro e meio) UFCN por parcela.

II – findo o exercício ou o período da estimativa ou deixando o regime de ser aplicado, serão apurados os preços dos serviços e o montante do Imposto efetivamente devido pelo contribuinte, respondendo este pela diferença verificada ou tendo direito à restituição do Imposto pago a mais;

III – qualquer diferença verificada entre o montante do Imposto recolhido por estimativa e o efetivamente devido será:

a) recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do encerramento do exercício ou período considerado, independentemente de qualquer iniciativa do Poder Público, quando a este for devido;

b) restituída ou compensada, mediante requerimento do contribuinte.

Art. 53º. Sempre que o volume ou modalidade dos serviços o aconselhe e tendo em vista facilitar aos contribuintes o cumprimento de suas obrigações tributaria, a Administração poderá, a requerimento do interessado e sem prejuízo para o Município, autorizar a adoção de regime especial para pagamento do Imposto, atendendo o disposto no art. 48, deste Código.

Art. 54º. Prestado o serviço, o imposto será recolhido na forma da Lei, independentemente do pagamento do preço ser efetuado à vista ou em prestações.

SEÇÃO III

DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO INTERVIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS

SUBSEÇÃO I

DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 55º. O imposto sobre Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais a eles relativos tem como o fato gerador:

I – a transmissão a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos no Código Civil.

II – a transmissão, a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis, exceto de direitos reais por garantia;

III – a cessão de direitos relativos à aquisição dos bens referidos nos incisos anteriores.

Art. 56º. Estão compreendidos na incidência do imposto:

I – a compra e venda;

II – a dação em pagamento;

III – a permuta, inclusive nos casos em que a co-propriedade se tenha estabelecido pelo mesmo título aquisitivo ou em bens contínuos;

IV – os mandatos em causa própria ou com poderes equivalentes para a transmissão de imóveis e respectivos substabelecimentos;

V – a arrematação, a adjudicação e a remição;

VI – a cessão de direito do arrematante ou adjudicatório, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

VII – a cessão de direitos à sucessão aberta de imóveis situados neste Município;

VIII – a cessão de benfeitorias e construção em terreno compromissado à venda ou alheio a indenização de benfeitorias pelo proprietário do solo.

IX – todos os demais atos onerosos translativos de imóveis, Inter-Vivos, por natureza ou acessão física e constitutiva de direitos reais sobre imóveis.

Art. 57º. O imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos quando:

I – decorrente da incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital nele subscrito;

II – decorrente da incorporação, fusão, cisão ou de extinção de pessoa jurídica;

III – ocorrer substabelecimento de procuração em causa própria ou com poderes equivalentes que se fizer para efeito de receber, o mandatário, a escritura definitiva do imóvel;

IV – decorrente de retrocesso, ao voltarem os bens ao domínio do alienante por falta de destinação do imóvel desapropriado;

Parágrafo Único. Ocorrendo a hipótese prevista no inciso IV, o imposto anteriormente pagado quando da alienação, não será restituído.

Art. 58º. O disposto nos incisos I e II do artigo anterior não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de bens imóveis ou direitos reais sobre eles.

§ 1º. Considera-se caracterizada atividade predominante referida neste artigo quando mais de 50% (cinqüenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores ou nos 2 (dois) anos posteriores à aquisição, decorrer das transações mencionadas neste artigo.

§ 2º. Se a pessoa jurídica adquirente iniciar sua atividade logo após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo antecedente, levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data de aquisição.

§ 3º. Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto nos termos da lei vigente à data de aquisição, sobre o valor do bem ou direito, devidamente atualizado na forma da Lei.

§ 4º. A disposição deste artigo não é aplicável à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

SUBSEÇÃO II

DOS CONTRIBUINTES

Art. 59º. São contribuintes do imposto:

I – o concessionário ou adquirente dos bens ou direito cedido ou transmitido;

II – na permuta, cada um dos permutantes;

III – os mandatários;

IV – o usufrutuário, em se tratando de instituição de usufruto, quando daí decorrer transmissão do bem usufruído.

SUBSEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 60º. A base de cálculo do imposto é o valor pactuado no negócio jurídico ou o valor venal atribuído ao imóvel segundo o Cadastro Fiscal Imobiliário, de conformidade com a Planta Genérica de valores, dos bens ou ao direito transmitido, periodicamente atualizada pelo Município, e considerando o de maior valor para a base de cálculo.

Art. 61º. Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis, a base de cálculo será o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa, ou o preço pago, se este for maior.

Art. 62º. Nas cessões de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda será deduzida, do valor tributável, a parte do preço ainda não paga pelo cedente.

Art. 63º. Não serão abatidas do valor-base, para o cálculo do imposto, quaisquer dívidas que onerem o imóvel transferido.

Art. 64º. As alíquotas do imposto são as seguintes:

I – transmissões compreendidas no Sistema Financeiro da Habitação a que se refere à Lei nº. 4.380, de 21 de agosto de 1964, e Legislação Complementar:

a) sobre o valor efetivamente financiado: 0,5% (meio por cento);

b)sobre o valor restante: 2% (dois por cento);

II – conjunto habitacional financiado pelo Sistema Financeiro da Habitação: 0,5% (meio por cento);

III – demais transmissões a título oneroso: 2% (dois por cento);

IV – em quaisquer outras transmissões: 2% (dois por cento).

SUBSEÇÃO IV

DA ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO

Art. 65º. Excetuadas as hipóteses expressamente previstas nos artigos seguintes, o imposto será arrecadado no decorrer do processo de realização do ato ou contrato de transmissão, sendo um dos requisitos para a sua efetivação.

Art. 66º. Na arrematação, adjudicação ou remissão, o imposto será pago dentro de 30 (trinta) dias desses atos, sempre antes da assinatura da respectiva carta.

Parágrafo Único. No caso de oferecimento de embargos, o prazo se constará da sentença transitada em julgado.

Art. 67º. O imposto será recolhido dentro da data estipulada em documento de arrecadação estabelecida pelo órgão competente da Fazenda Municipal.

Art. 68º. O pagamento do imposto far-se-á junto à repartição arrecadadora ou rede bancária credenciada.

Art. 69º. O comprovante do pagamento do imposto será sujeito à revalidação, quando a transmissão da propriedade ou direitos a ela relativa não efetivar, dentro data de sua emissão.

Art. 70º. Nos casos de retrovenda de compra e venda com cláusula de melhor comprador, a volta dos bens ao domínio do alienante não importa em direito à restituição do imposto originalmente pago.

Art. 71º. Nas promessas ou compromissos de compra e venda é facultada efetuar-se o pagamento do imposto a qualquer tempo dentro do prazo fixado para o devido recolhimento.

§ 1º. Optando-se pela antecipação, tomar-se-á por base o valor do imóvel na data em que for efetuada a antecipação, ficando o contribuinte exonerado do pagamento do imposto sobre eventual acréscimo do valor que venha a ser verificado no momento da escritura definitiva.

§ 2º. Verificada a redução do valor, não se restituirá à diferença do imposto correspondente.

SUBSEÇÃO V

DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

Art. 72º. O contribuinte que não concordar com o valor venal fixado poderá apresentar impugnação dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. A impugnação não terá efeito suspensivo e deverá ser instruída com a prova do pagamento do imposto.

Art. 73º. Da decisão proferida da impugnação apresentada caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 74º. Reduzido o valor venal proceder-se-á a restituição da diferença do imposto pago em excesso.

Art. 75º. As impugnações e recursos serão julgados pelos órgãos competentes da Fazenda Municipal, observados as normas pertinentes à matéria.

SUBSEÇÃO VI

DAS OBRIGAÇÕES E DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA

Art. 76º. Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos tabeliães, escrivães e oficiais de notas e do Registro de Imóveis, os atos e termos de seus cargos, sem a prova do pagamento dos impostos, sob pena de pagamento de multa de 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto devido, respondendo solidariamente pelo imposto não arrecadado, devidamente atualizado.

Art. 77º. Os tabeliães, escrivães e oficiais de notas e do registro de imóveis remeterão, mensalmente, até o dia 20 (vinte) do mês subseqüente, à repartição fiscal do município, relação das averbações, anotações, registros e transações envolvendo bens imóveis ou direitos reais a eles relativos, efetuados no cartório.

Art. 78º. A Administração Municipal comunicará à autoridade competente qualquer embaraço da ação fiscal criado pelo serventuário da Justiça.

CAPÍTULO III

DAS TAXAS

SEÇÃO I

DA TAXA DE COLETA DE LIXO

SUBSEÇÃO I

HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 79º. A hipótese de incidência da Taxa de Coleta de Lixo considera-se o conjunto heterogêneo de materiais sólidos provenientes das atividades humanas.

Art. 80º. O Fato Gerador da Taxa de Coleta de Lixo é a utilização, efetiva ou potencial do serviço prestado de coleta de lixo pelo Município ao contribuinte ou colocados a sua disposição, compreendendo os seguintes serviços:

I – remoção de lixo;

II – destinação final do lixo recolhido, por meio de incineração, tratamento ou qualquer outro processo adequado determinado pela administração municipal.

Parágrafo único. Entende-se por serviço de coleta de lixo a remoção periódica de quaisquer resíduos sólidos, desde que devidamente acondicionado em recipientes de até 120 (cento e vinte) litros proveniente de atividades humanas e geradas em imóvel edificado.

Art. 81º. A Prefeitura Municipal poderá proceder à remoção de resíduos especiais, em horários especiais, por solicitação do interessado, mediante o pagamento de tarifa fixada por Decreto do Executivo para remoção dos seguintes materiais acondicionados adequadamente:

I – restos de limpeza e de poda de árvores;

II – animais mortos de pequeno, médio e grande porte;

III – resíduos originários de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços.

I V – resíduos originários de mercados e feira;

V – entulho, terra e sobra de material de construção, de volume superior a 100 (cem) litros;

VI – resíduos líquidos de qualquer natureza;

VII – lotes de mercadorias, medicamentos, gêneros alimentícios e outros considerados deteriorados;

VIII – resíduos e materiais radioativos;

I X – resíduos e materiais não sépticos de clínicas, casas de saúde, hospitais e congêneres.

X – sobra de construção, demolição e assemelhados;

XI – remoção de lixo,quando realizado em horário especial;

XII – resíduo resultante de eventos realizados em vias públicas;

Parágrafo único. Caso a Administração Municipal esteja impossibilitada de realizar a remoção prevista neste artigo, indicará, nesse caso, por escrito, o prazo, a condição de transporte e o local do destino do material, cabendo ao interessado, todas as providências necessárias para a sua retirada.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 82º. O sujeito passivo da Taxa é o contribuinte, o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel situado em local onde o Município mantém o referido serviço.

§ 1º. Em bens imóveis edificados onde haja mais de uma unidade habitacional, comercial, industrial ou de prestação de serviços, cada uma delas é individualmente, contribuinte da Taxa de Coleta de Lixo.

§ 2º. Em relação aos incisos I a XII do Artigo 81º deste Código, o sujeito passivo da Taxa é o usuário do serviço, efetiva ou potencialmente, quando solicitado ou não.

SUBSEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 83º. A base de cálculo da Taxa da Coleta de Lixo é o custo do serviço utilizado pelo contribuinte ou colocado a sua disposição e dimensionado na forma estabelecida no Anexo X deste Código.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 84º. A Taxa será lançada anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro fiscal Imobiliário, podendo ser lançado em conjunto com os demais tributos e tarifas públicas, sendo especificada por receita.

Art. 85º. À Administração Municipal poderá, se lhe for conveniente, delegar por concessão o serviço de coleta de lixo a terceiros, empresas privadas ou sociedades de economia mista, mediante concorrência pública, nos termos da Lei especifica, delegando poderes para exploração e industrialização do lixo observando a Lei Orgânica do Município.

Art. 86º. O lançamento da Taxa não implica reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel.

Art. 87º. A Taxa poderá será paga de uma vez ou em parcelas, podendo ser cobrado em até 12 (doze) parcelas, de janeiro a dezembro, a critério da Administração Pública Municipal, conforme definido em regulamento.

Art. 88º. O contribuinte que optar pelo pagamento em cota única, beneficiar-se-á do desconto de 10% (dez) por cento sobre o valor do lançamento.

SEÇÃO II

DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

SUBSEÇÃO I

HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 89º. A hipótese de incidência da Taxa de Licença para Localização ou Funcionamento é o prévio exame de fiscalização, dentro do território do Município.

Art. 90º. A Taxa tem fundamento o Poder de Policia do Município para fiscalização e concessão de licença para localização e funcionamento de estabelecimento industrial, comércio, agropecuária e de prestação de serviços de qualquer natureza e é devida pela atividade municipal de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora do uso, ocupação do solo urbano, da higiene, saúde, segurança ou tranqüilidade pública, à propriedade, aos direitos individuais e coletivos, a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica, que pretender estabelecer quaisquer atividades no território do Município, ainda que em recinto ocupado por outro estabelecimento, atendendo as exigências especificas sobre o assunto.

§ 1º. Nenhuma das pessoas físicas ou jurídicas citadas no caputdeste artigo poderá instalar-se ou iniciar suas atividades no Município sem prévia licença de localização e funcionamento outorgada pelo órgão municipal competente, sem que haja seus responsáveis efetuados o pagamento da taxa devida.

§ 2º. As atividades cujo exercício depende de ato de competência exclusiva da União ou do Estado, estão também sujeitas à taxa a que se refere este artigo.

Art. 91º. A licença para localização e funcionamento será concedida desde que às condições de higiene, segurança e localização do estabelecimento sejam adequadas à espécie de atividade a ser exercida, e sob a condição do código municipal de postura em vigor.

§ 1º. A licença abrange, quando do primeiro licenciamento, a localização e funcionamento e nos exercícios posteriores, apenas o funcionamento para o cumprimento das normas administrativas para exercer atividade no território do Município. A licença também é devida pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadorias.

§ 2º. haverá incidência de nova taxa no mesmo exercício e será concedida, se for o caso, a respectiva licença sempre que ocorrer mudança de ramo de atividade, modificação nas características do estabelecimento ou transferência de local.

§ 3º. A licença será concedida sob a forma de alvará, que deverá ser exibido a fiscalização quando solicitado.

§ 4º. O alvará de licença deverá ser mantido em lugar de fácil visualização, sob pena de sanções e penalidades cabíveis nos termos das normas em vigor.

§ 5º. A licença para localização e funcionamento de serviços de transportes de passageiros e cargas só será permitidaexpedida medianteapresentação do Laudo de Vistoria concedida pelo órgão competente.

§ 6º. Às empresas que exercem atividades com produtos perecíveis, só será liberado o alvará de licença de localização e funcionamento mediante satisfatório laudo de vistoria da Vigilância Sanitária Municipal.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 92º. O Sujeito Passivo são todas as pessoas físicas ou jurídicas que derem causa ao exercício de atividade ou à prática de atos sujeitos ao poder de polícia do Município, nos termos do artigo 90º deste Código.

SUBSEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 93º A base de cálculo da Taxa será em função do custeio da atividade de fiscalização prestada pela Administração Municipal, no seu exercício regular do Poder de Policia.

§ 1º. A Taxa será aplicada em quantidade do UFCN, por atividade, com base em parâmetros e valores estabelecidos no Anexo II deste Código.

§ 2º. No caso de existência de atividades diversas exercidas no mesmo local, sem delimitação física de espaço ocupados pelas mesmas e explorados pelo mesmo contribuinte, a Taxa será calculada e devida sobre a atividade que estiver sujeita ao maior ônus, acrescida de 5% (cinco por cento) desse valor para cada uma das demais atividades.

§ 3º. Quando for solicitada pelo contribuinte no decorrer do exercício financeiro, em razão de sua localização no Município, far-se-á a cobrança da taxa na proporcionalidade do exercício em vigor e considerando a partir do pedido do início da atividade.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 94º. A taxa será lançada anualmente em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro fiscal socioeconômico.

Parágrafo único. A licença não poderá ser concedida por período superior a um ano, sendo expedido para um exercício financeiro ou sua fração.

Art. 95º.A taxa de Licença para localização e funcionamento será paga em parcela única.

Art. 96º. Os pedidos de licença para abertura de estabelecimentos de indústria, comércio, agropecuário e de prestação de serviço de qualquer natureza, serão acompanhados da competente ficha de inscrição no cadastro fiscal de atividade socioeconômico da Prefeitura Municipal, pela forma e dentro dos prazos estabelecidos em regulamento.

Parágrafo único. Poderá ser cassada a licença, a qualquer tempo, desde que passem a inexistir quaisquer das condições que legitimaram a sua concessão.

Art. 97º. O prazo para o devido recolhimento da Taxa será definido em regulamento.

SEÇÃO III

DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL

SUBSEÇÃO I

DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 98º. O fato gerador é a existência do funcionamento da atividade em horário especial no território do Município.

Art. 99º. Constatado o fato gerador, poderá ser concedida licença parafuncionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestações de serviço fora do horário normal de abertura e fechamento, mediante o pagamento detaxa de licença especial.

Parágrafo único. Para efeito desta Taxa, o horário normal de abertura e fechamento inclusive em datas comemorativas, será determinado por Decreto do Executivo Municipal.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 100º. Sujeito passivo da Taxa são todas as pessoas físicas ou jurídicas que derem causa ao exercício de atividade e à prática de atos sujeitos ao poder de polícia em horário especial.

SUBSEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 101º. A base de cálculo da taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de policia.

Parágrafo único. A alíquota será aplicada segundo critérios e valores estabelecidos no Anexo III, deste Código.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 102º. A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local ou existente no cadastro fiscal socioeconômico.

Art. 103º. É obrigatória a fixação, junto do alvará de localização em local visível e acessível à fiscalização do comprovante de pagamento da taxa de licença para funcionamento em horário especial em que conste claramente esse horário sob pena das sanções previstas neste Código.

Art. 104º. A arrecadação da Taxa será feita quando da sua concessão.

Art. 105º. Não será admitido o parcelamento da Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial.

Art. 106º. A licença para funcionamento em horário especial será lançada em moeda vigente do país, calculado com base no parâmetro estabelecido em UFCN – Unidade Fiscal de Canabrava do Norte.

SEÇÃO IV

DA TAXA DE LICENÇA PARA VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE EM GERAL

SUBSEÇÃO I

DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 107º. Fato gerador é a exploração ou utilização de meios de publicidade nas vias e logradouros públicos do Município, bem como nos lugares de acesso ao público.

§ 1º. A exploração ou utilização referida no caput requer prévia licença pela Administração Municipalmediante pagamento devido.

§ 2º. Incluem-se na obrigatoriedade do "caput":

I - os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, placas, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos, pintados em paredes, muros, veículos ou calçadas;

II - publicidade escrita e sonora, por qualquer meio;

III - publicidade colocada em terrenos, campos de esporte, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação, exceto jornal, rádio e televisão.

§ 3º. Compreendem-se neste artigo os lugares de acesso ao público, ainda que mediante cobrança de ingresso, assim como os que forem, de qualquer forma, visíveis em via pública.

Art. 108º. Respondem pela observância das disposições desta seção todas as pessoas físicas ou jurídicas, às quais direta ou indiretamente a publicidade venha beneficiar, uma vez que tenham autorizado.

§ 1º. A validade da licença constará da guia de recolhimento do tributo.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 109º. Sujeito passivo é a pessoa física ou jurídica, as quais direta ou indiretamente a publicidade venha beneficiar.

Parágrafo único. Responderá solidariamente como sujeito passivo a pessoa física ou jurídica, proprietária de veículo de divulgação que utilizar publicidade e propaganda sem a devida autorização do órgão competente da Prefeitura, como também o proprietário ou possuidor a qualquer título de imóvel, onde for aplicado ou fixado o veículo de divulgação.

SUBSEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 110º. A base de cálculo da Taxa é o custeio da atividade de fiscalização realizada pelo Município no exercício regular de seu poder de policia municipal dentro de seu território.

Parágrafo único. A Taxa de Veiculação de Publicidade será cobrada com base em parâmetros e alíquotas estabelecidos no Anexo IV deste Código.

Art. 111º. será cobrada em dobro do valor, a taxa para anúncios de qualquer natureza referente a bebidas alcoólicas e fumo, bem como os redigidos em Linguagem Estrangeira.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 112º. A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constado no local ou existente no cadastro fiscal socioeconômico.

Art. 113º. O pedido de licença será instruído com a descrição da posição, da situação das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.

Parágrafo Único. Quando o local em que se pretender fixar o anúncio não for de propriedade do requerente, deverá este juntar ao requerimento a autorização do proprietário.

Art. 114º. Ficam os anunciantes obrigados a colocar nos painéis sujeitos à Taxa, um número de identificação fornecido pela repartição competente.

Parágrafo único. A transferência do veículo de divulgação para o local não autorizado pelo licenciamento ou alteração de suas características, deverá ser procedida de nova licença e numeração.

Art. 115º. A publicidade e a propaganda, escritas em português, devem estar absolutamente corretas, a não ser que sua incorreção seja proposital, em função de festejos juninos, ou outras festas típicas, peças teatrais e outros em que se justifique o linguajar errôneo, ficando, entretanto sujeitos à revisão pela repartição e autoridades competente.

Art. 116º. A arrecadação da taxa será feita em moeda vigente no país.

Art. 117º. Não será admitido o parcelamento da Taxa de Veiculação e publicidade em geral.

Art. 118º. Fica proibida a colocação de instrumentos de divulgação e de publicidade, sejam quais forem às formas, composição ou finalidades do anúncio:

I – Em árvores de vias ou logradouros públicos, com exceção de sua afixação nas grades que a protegem, desde que estas sejam executadas em placas de metal, após autorização do Poder Executivo;

II – Quando, devido às suas dimensões, cores, luminosidade, ou quaisquer outras características que venha prejudicar a perfeita visibilidade dos sinais de trânsito e outras sinalizações destinadas à orientação do público;

III – Nos locais em que, prejudicando a exigência de preservação da visão em perspectiva, forem considerados poluentes visuais, nos termos da legislação especifica ou prejudicaram o direito de terceiros;

IV – Nos imóveis edificados, quando prejudicarem a aeração, insolação, iluminação ou circulação dos mesmos ou dos imóveis edificados vizinhos;

V – Em prédios ou monumentos tombados ou em suas proximidades quando prejudicarem a sua visibilidade;

VI – Em áreas de preservação ambiental nos termos da legislação pertinente.

SEÇÃO V

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE COMÉRCIO EVENTUAL E AMBULANTE

SUBSEÇÃO I

DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 119º. O fato gerador é a exploração do comércio eventual ou ambulante, ou o que é exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações em locais autorizados pela Prefeitura Municipal.

§ 1º. É considerado comércio eventual o que é exercido individualmente sem estabelecimento, ou com instalação removíveis colocados nas vias ou logradouros públicos, autorizados pela Prefeitura Municipal, como balcões, barracos, mesas tabuleiros e semelhantes, bem como o exercício em veículos estacionados em locais permitidos ou em circulação nas vias e logradouros públicos.

§ 2º. Incluem-se também os comerciantes com estabelecimentos fixo que, por ocasião de festejos, comemoração ou similares, explorem o comércio eventual.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 120º. O sujeito passivo é o contribuinte, a pessoa física ou jurídica que exercer quaisquer atividades nas condições previstas no artigo anterior.

SUBSEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 121º. A base de cálculo da Taxa é o custeio da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de polícia, dentro de seu território.

§ 1º. No caso de atividades múltiplas no mesmo espaço físico e exercido pela mesma pessoa, a taxa será calculada, levando-se em consideração a atividade sujeita ao maior ônus fiscal e acrescida de 5% (cinco por cento) para cada atividade exercida a mais.

§ 2º. A Taxa de Licença para Comércio Eventual ou Ambulante será cobrada com base nas Alíquotas e nos parâmetros estabelecidos no Anexo V deste Código.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 122º. A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constados no local ou existente no cadastro socioeconômico.

§ 1º. Respondem pela taxa as mercadorias encontradas em poder dos vendedores, mesmo que pertençam a contribuintes que haja pago a respectiva taxa.

§ 2º. O local para prática do comércio ambulante será definido por ato do Executivo Municipal.

§ 3º. A Taxa será arrecadada quando feita a sua concessão.

§ 4º. O pagamento da Taxa, não dispensa a cobrança de taxa de ocupação de solo.

Art. 123º. Serão definidas em regulamento as atividades que possam ser exercidas em vias ou logradouros públicos determinado pela Prefeitura Municipal.

Art. 124º. É obrigatória a inscrição na repartição competente dos comerciantes eventuais ou ambulantes, mediante preenchimento de ficha de Cadastro de Atividades Econômico-Social, conforme dispuser em regulamento.

Parágrafo único. A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do comerciante eventual ou ambulante, sempre que houver qualquer modificação na característica inicial da atividade por ele exercida.

Art. 125º. Ao comerciante ambulante ou eventual que satisfizer as exigências do regulamento, será concedido o correspondente Alvará de Licença, contendo as características essenciais de sua inscrição e as condições de incidência da taxa destinada a basear a cobrança desta.

SEÇÃO VI

DA TAXA DE LICENÇA PARA APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS, INSTALAÇÕES E LOTEAMENTO

SUBSEÇÃO I

DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 126º. A taxa de licença para aprovação e execução de obras, instalações, arruamentos ou loteamento particulares, tem como fato gerador o exercício regular do poder de policia municipal, é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma, demolição, bem como nas instalações elétricas e mecânicas, abertura de rua ou aprovação de loteamento ou qualquer obra.

Art. 127º. Conforme artigo anterior, nenhuma atividade poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à Prefeitura Municipal mediante pagamento da taxa devida e atendimento à disposição da legislação especifica.

§ 1º. A aprovação do projeto de obras, instalações, arruamentos e loteamentos serão formalizados por meio da expedição do Alvará de Licença.

§ 2º. A licença será cancelada se a sua execução não for iniciada dentro do prazo concedido no alvará;

§ 3º. A licença poderá ser prorrogada a requerimento do contribuinte, se o prazo concedido pelo alvará for insuficiente, para a execução do projeto.

§ 4º. A análise do pedido assim instruído será procedida pelo setor competente, obedecidas às disposições da Lei especifica, devendo a licença ser concedida ou indeferida por despacho devidamente fundamentado.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 128º. O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, do bem imóvel.

SUBSEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 129º. A base de cálculo da Taxa é o custeio da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de polícia municipal, dentro de seu território, tendo-se por base o que estabelece o Anexo VI deste Código.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 130º. A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local ou existente no cadastro.

Art. 131º. A Taxa será lançada em relação a cada licença requerida ou concedida.

Art. 132º. A licença só será concedida mediante prévia aprovação das plantas e projetos de obras na forma da legislação urbanística em vigor.

Art. 133º. A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.

Parágrafo Único. Terminando o prazo estabelecido no alvará, sem estar concluída a obra, o contribuinte é obrigado a renová-lo, mediante o pagamento de 50%(cinqüenta por cento) de seu valor original, livre do ônus de pagamento de quaisquer acréscimos.

Art. 134 º. A arrecadação da Taxa será feita quando da concessão da Licença requerida.

SEÇÃO VII

DA TAXAPARA LICENÇA DE OCUPAÇÃO DO SOLO NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

SUBSEÇÃO I

DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 135º. O fato gerador é a ocupação de solo nas vias e logradouro público Municipal, a título precário e oneroso, de permissão de uso de espaços públicos municipais e são os seguintes:

I - para fins comerciais ou de prestação de serviços mediante depósito de materiais, instalação provisória de barracas, mesas, tabuleiros, quiosque, aparelho e qualquer móvel ou utensílios;

II - mediante estacionamento privativo ou habitual de veículos de aluguel e de serviços de transporte coletivos;

III - mediante instalação de circos, parques de diversões, rodeios ou assemelhados;

IV - mediante estacionamento de veículo para exercício de comércio ou prestação de serviços de qualquer natureza.

§ 1º. O local para ocupação de solo, será determinado em regulamento.

§ 2º. Serão definidas em regulamento as atividades que pode haver ocupação de solo.

Art. 136º. É obrigatória a inscrição na repartição competente da Prefeitura Municipal, mediante o preenchimento de ficha de cadastro fiscal de atividades socioeconômicas, conforme em regulamento.

Parágrafo único. Inclui-se na exigência deste artigo, o comerciante com estabelecimento fixo, que por ocasião de festejos ou comemorações explore a ocupação do solo permitido pela Prefeitura Municipal.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 137º. Sujeito Passivo é o contribuinte da Taxa, a pessoa física ou jurídica que se enquadrar em quaisquer das condições previstas no artigo 135 e parágrafo único do artigo 136.

SUBSEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 138º. A base de cálculo da Taxa é o custeio da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular do poder de policia, dentro do seu território.

§ 1º. A taxa de Licença para Ocupação de Terreno ou Vias e Logradouros Públicos é cobrada de acordo com os critérios e parâmetros estabelecidos no Anexo VII deste Código.

§ 2º. Para os veículos emplacados em outras cidades, a taxa será devida em dobro.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 139º. O lançamento da Taxa será com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local e existente no cadastro fiscal socioeconômico.

Art. 140º. A pessoa física ou jurídica não licenciada para o exercício anual ou no período em que esteja exercendo a atividade terá suas mercadorias e objetos apreendidos pela Administração Municipal e removidos para seus depósitos.

§ 1º. A apreensão referida no caput far-se-á sem prejuízo de cobrança do tributo e de multas devidas.

§2º. As mercadorias ou objetos apreendidos deverão ser retirados no prazo máximo de 10 (dez) dias, mediante apresentação da comprovação de pagamento da licença.

§ 3º. A não retirada das mercadorias ou objetos no prazo estabelecido no parágrafo anterior, eximirá o Município de qualquer responsabilidade pela referida guarda.

Art. 141º. A arrecadação da taxa será feita quando da concessão da licença requerida, de acordo com a tabela constante do Anexo VII deste Código.

Art. 142º. Quando a atividade for permanente, o pagamento da taxa será conforme dispuser o regulamento.

SEÇÃO VIII

DA TAXA DE LICENÇA PARA FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

SUBSEÇÃO I

DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 143º. O fato gerador é a vigilância sanitária, concernente à fiscalização que tem como finalidade a higiene, a segurança, o bem-estar e, especialmente a saúde da população que será exercida sobre o licenciamento para a localização e funcionamento de atividade Industrial, comercial, prestadores de serviços e comercialização de produtos agrofrutigranjeiros, onde são fabricados, produzidos, manipulados, acondicionados, conservados, depositados, armazenados, transportado dentro do território do município de acordo com o que dispõe o Código de Vigilância Sanitária em vigor no Município.

§ 1º. A vigilância sanitária será prestada pelo órgão municipal competente.

§ 2º. Nenhum estabelecimento industrial, comercial, prestadores de serviços que manipule alimentos poderá funcionar sem a prévia licença sanitária.

§ 3º. Qualquer pessoal poderá contribuir para o bom funcionamento dessa fiscalização, denunciando, estabelecimentos, produtos, procedimentos e outros que ponham ou tragam risco para a saúde e a segurança da população.

§ 4º. O órgão competente responsável pela política municipal de saúde, sempre que achar necessário ou conveniente fará vistorias em estabelecimento, casas ou prédios, tendo como objetivo a defesa da saúde e a garantia da segurança da população.

Art. 144º. O Fato gerador da taxa considera-se ocorrido:

I – na data de início da atividade, relativamente ao primeiro ano de exercício;

II – no dia primeiro de janeiro de cada exercício, nos anos subsequentes;

III – na data de alteração do endereço ou, quando for o caso, da atividade, em qualquer exercício.

Art. 145º. Entende-se por Vigilância Sanitária o conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e de prestação de serviços, abrangendo o controle:

I - de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde compreendidas as etapas e processos após a produção até o consumo;

II - da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde, excluindo os estabelecimentos cujo controle e fiscalização é de competência do órgão Estadual ou Federal;

III - da disposição dos resíduos sólidos ou poluentes, bem como monitoramento da degradação ambiental resultante deste processo.

IV - de ambientes insalubres para o homem ou propícios ao desenvolvimento de animais sinantrópicos;

V – de ações de planejamento, execução, avaliação, execução e divulgação no escopo da política municipal de vigilância sanitária.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 146º. O sujeito passivo é a pessoa física ou jurídica, sendo o proprietário de imóvel ou de atividades exercidas em conformidade com as normas sanitárias do município.

Art. 147º. São contribuinte solidário ou responsável pelo pagamento da taxa, os sócios da empresa, o promotor de feiras, exposições e congêneres, com relação às barracas, aos veículos, aos “traillers”, aos “stands” ou assemelhados que comercializem e sua atividade requer a inspeção sanitária municipal.

SUBSEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 148º. A base de cálculo da taxa é o custeio da atividade de fiscalização sanitária realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de policia.

Parágrafo único. Quando a existência de atividades diversas exercidas no mesmo local, sem delimitação física de espaço ocupados pelas mesmas e explorados pelo mesmo contribuinte, a Taxa será calculada e devida sobre a atividade que estiver sujeita ao maior ônus, acrescida de 5% (cinco por cento) desse valor para cada uma das demais atividades, de acordo com os critérios e parâmetros constantes do Anexo VIII deste Código.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 149º. A Taxa será lançada com base na inspeção sanitária feita nas condições previstas nas normas sanitária do município.

§ 1º. Quando for solicitada pelo contribuinte no decorrer do exercício financeiro, em razão de sua localização e funcionamento no Município, far-se-á a cobrança da taxa na proporcionalidade do exercício em vigor, considerando a partir da data do pedido do inicio da atividade.

§ 2º. haverá incidência de nova taxa no mesmo exercício e será concedida, se for o caso, a respectiva licença sempre que ocorrer mudança de ramo de atividade, modificação nas características do estabelecimento ou transferência de local.

§ 3º. A licença será concedida sob a forma de alvará, que deverá ser exibido à fiscalização quando solicitado.

§ 4º. A licença não poderá ser concedida por período superior a um ano e somente ao mesmo exercício financeiro.

§ 5º. Será concedida a licença provisória a partir da data pedido do início da atividade, sendo esta em caráter precário e passível de cassação a qualquer tempo, com base na legislação e normas em vigor.

Art. 150º. A arrecadação da taxa será feita no ato da concessão da respectiva licença e de acordo com a tabela constante do Anexo VIII deste Código.

Parágrafo único. Não será admitido o parcelamento da Taxa.

Art. 151º. É obrigatória a exposição do alvará sanitário em local de fácil visualização e acesso ao público, assim como, a sua exibição à autoridade competente sempre que for solicitado.

SEÇÃO IX

DA TAXA DE LICENÇA PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS

SUBSEÇÃO I

DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 152º. O fato gerador é o exercício regular e permanente pelo Poder Público, da fiscalização dos serviços de transporte de passageiros ou cargas, prestados pelos permissionários e concessionários do Município, mediante vistoria no veículo automotor empregados na prestação dos respectivos serviços.

Art. 153º. Todo transporte de passageiros ou cargas em veículos automotores de aluguel ou frete que aguardam serviços em pontos localizados, avenidas, ruas, vila, somente será permitido, concedido e licenciado por alvará, cumpridas as exigências legais fixadas pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. O Poder Executivo, dentro da necessidade administrativa e respeitando o Código de Postura e Lei Especifica, optará pela modalidade de permissão ou concessão de serviços públicos de licenciamento de táxis e mototáxis.

Art. 154º. Os pontos para estacionamento de veículos para frete ou pontos de táxis, moto-táxis ou assemelhados, e respectivas vagas e prazos, que atenderem ao que dispõe o Código Municipal de Posturas e normas específicas, serão designados e regulamentados por Decreto do Poder Executivo, sempre que a medida se mostrar conveniente e necessária.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 155º. Sujeito passivo é a pessoa física ou jurídica que exercer a atividade de transporte de passageiro ou carga dentro do território do Município.

SUBSEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 156º. A base de cálculo da Taxa é o custeio da atividade de fiscalização, realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de policia, de acordo com o Anexo IX deste Código.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 157º. A taxa será lançada anualmente em nome do contribuinte, com base nos dados de vistoria anual nos veículos empregados nos transporte de passageiros ou cargas.

Art. 158º. O Município realizará vistoria anual nos veículos empregados nos transporte de passageiros ou cargas, visando à verificação à adequação das normas estabelecidas pelo Poder Público, bem como as condições de segurança e higiene e outras, necessárias à prestação do serviço.

Art. 159º. Poderá ser cassada a licença, a qualquer tempo, desde que passem a inexistir quaisquer das condições que legitimaram a sua concessão.

Art. 160º. A licença não poderá ser concedida por período superior a um ano.

Art. 161º. O pedido de licença para exercício da atividade, será acompanhado da competente ficha de inscrição do cadastro fiscal de atividade socioeconômico da Prefeitura Municipal, pela forma e dentro dos prazos estabelecidos em regulamento.

Art. 162º. A taxa será recolhida em única parcela, de acordo com a tabela constante do Anexo IX deste Código.

Art. 163º. A forma e prazo para o devido recolhimento da Taxa, serão definidos em regulamento.

SEÇÃO X

DA TAXA DE EXPEDIENTE E DE SERVIÇOS DIVERSOS

SUBSEÇÃO I

HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 164º. A Taxa de Expediente é devida pelo custeio dos serviços derecebimentos de petições e documentos encaminhados às repartições municipais,para apreciação e despacho, lavratura de Termos e Contratos em que for parte oMunicípio e pela a utilização dos serviços administrativos relativos à solicitação de documentos, registrados e outros atos de interesse do contribuinte, bem como expedição de certidões, atestados, guias e outros atos emanados doPoder Público, incidindo sobre:

I – inscrição, averbação de imóveis e outros; certificados; registros e transferências;

II – termos atestados e contratos;

III – requerimentos e memoriais;

IV – guias e contas emitidas para cobrança de impostos, taxas e contribuições;

V – certidões, cópias, projetos, diagramas, vistorias especiais e outros atosprevistos na tabela.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 165º. Os contribuintes da taxa de expediente são as pessoas que utilizarem os serviços administrativos referidos pelo artigo anterior.

Parágrafo Único. O servidor municipal qualquer que seja o seu cargo, função ou vínculo empregatício, que prestar o serviço, realizar atividade ou formalizar o ato pressuposto do fato gerador da taxa, sem o recolhimento do seu respectivo valor pelo sujeito passivo, responderá solidariamente com o contribuinte pela taxa não recolhida, bem como pelas penalidades cabíveis.

SUBSEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 166º. A taxa de expediente será calculada pela aplicação, sobre a unidade fiscal, das alíquotas percentuais relacionadas na tabela doanexo XIII deste Código.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 167º. O recolhimento da taxa de expediente será feito por meio de guia de arrecadação, reconhecimento ou autenticação mecânica, antes de protocolado, lavrado o ato ou registrado o contrato, conforme o caso.

Art. 168º. O serviço de protocolo da Prefeitura e/ou a coordenadoria do tributos não poderá aceitar qualquer documento sem o comprovante do pagamento da taxa respectiva, sob pena de responsabilidade funcional do servidor encarregado.

§ 1º. Ocorrendo a hipótese de não pagamento da taxa e aceitação do requerimento pelo protocolo, o servidor responsável responderá pelo pagamento da taxa, cabendo-lhe o direito regressivo de reaver a quantia desembolsada junto ao contribuinte.

§ 2º. Ressalvam-se do disposto neste artigo os casos de isenção previstos no inciso VIII, do artigo 415º deste código.

§ 3º. O indeferimento do requerimento, a formulação de novas exigências ou desistências do peticionário não dão origem à restituição da taxa.

§ 4º. O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos instrumentos e termos firmados entre o particular e a administração pública municipal, tais como contratos e outorga de permissão, autorização e concessão.

CAPÍTULO IV

DAS CONTRIBUIÇÕES

SEÇÃO I

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS

SUBSEÇÃO I

DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 169º. A Contribuição de Melhoria é o tributo cobrado pelo Município para fazer face ao custo de obras públicas de que decorram benefício e valorização imobiliária tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 170º. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a efetiva valorização do bem imóvel em decorrência de obras públicas municipais.

§ 1º. Para os efeitos da Contribuição de Melhoria, entende-se por obra pública:

I – abertura, construção e alargamento de vias e logradouros públicos, inclusive estradas, pontes, viadutos, calçadas e meio-fio;

II – nivelamento, retificação, pavimentação, impermeabilização de vias e logradouros públicos, bem como a instalação de esgotos pluviais ou sanitários;

III – serviços gerais de urbanização, arborização, ajardinamento, aterros, construção e ampliação de parque e campos de esporte e embelezamento em geral;

IV –instalação de sistemas de esgotos pluviais ou sanitários, de água potável, de rede de energia elétrica para distribuição domiciliar ou iluminação pública, de telefonia e de suprimento de gás;

V – proteção contra secas, inundação, ressacas, erosões, drenagens, saneamento em geral, retificação e regularização de cursos d'água, diques, cais, irrigação;

VI –construção de funiculares ou ascensores;

VII – instalações de comodidades públicas**;**

VIII –construção de aeródromos e aeroportos;

IX – quaisquer outras obras públicas de que também decorra valorização imobiliária.

Art. 171º. As obras referidas no § 2º do artigo anterior poderão ser enquadradas em dois programas distintos, que são:

I - prioritárias, quando preferenciais e de iniciativa da própria administração;

II - secundárias, quando de menor interesse geral e solicitada por pelo menos 2/3 (dois terços) dos proprietários de imóveis que venham a ser, no futuro, diretamente beneficiados.

§ 1º. As obras a que se refere o Inciso II do artigo anterior, só poderão ser iniciadas após ter sido prestada, pelos proprietários ali referidos, a caução fixada.

§ 2º. O órgão fazendário publicará edital estipulando a caução cabível a cada proprietário, as normas que regularão as obrigações das partes, o detalhamento do projeto, as especificações e orçamento da obra, convocando os interessados a manifestarem, expressamente, sua concordância ou não com seus termos.

§ 3º. A caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias sendo que a importância total a ser caucionada não poderá ser superior a 50% (cinqüenta por cento) do orçamento previsto para a obra.

§ 4º. Não sendo prestadas todas as cauçõesno prazo estipulado, a obra não terá início, devolvendo-se as importâncias depositadas, sem atualização ou acréscimos.

§ 5º. Realizada a obra, a caução prestada não será restituída.

§ 6º. Na estipulação do valor a ser pago a título de Contribuição de Melhoria pelos proprietários que tiverem seus imóveis valorizados pela obra, será compensado o valor das cauções prestadas.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 172º. O sujeito passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel lindeiro à via ou logradouro público beneficiado pela obra especifica.

Parágrafo único. Consideram-se também lindeiros, os imóveis que tenham acesso às vias ou logradouros públicos beneficiados pela pavimentação, por ruas ou passagens particulares, entradas de vilas, servidões de passagens e assemelhados.

Art. 173º. Responde pelo pagamento do tributo, em relação a imóvel objeto de aforamento ou arrendamento, o titular do domínio útil**.**

SUBSEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 174º. A base de cálculo da Contribuição de melhoria é o custo da obra, limite global de ressarcimento, sobre o qual serão aplicados percentuais diferenciados em função da valorização de cada imóvel, limite individual de ressarcimento.

Parágrafo Único. Para efeito de cálculo da Contribuição de Melhoria, o custo final de obra será distribuído entre os contribuintes proporcionalmente e tomar-se-á por base a testada ou área, do terreno constante do Cadastro Fiscal Imobiliário.

Art. 175º. No custo final da obra serão computadas as despesas globais realizadas, incluindo as de estudos, projetos, fiscalizações, desapropriações, indenizações, execuções, reajustes e demais investimentos imprescindíveis à obra pública.

Art. 176º. Para o cálculo da Contribuição de Melhoria serão também computadas quaisquer áreas marginais, correndo por conta da Prefeitura as quotas relativas aos terrenos isentos da contribuição de melhoria.

§ 1º. A redução de superfície ocupada por bens de uso comum e situada dentro de propriedades tributáveis somente se autorizará quando o domínio dessas áreas haja sido legalmente transferido à União, ao Estado ou ao Município.

§ 2º. Correrão por conta da Prefeitura Municipal as quotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou aqueles que forem por Lei, isentos da Contribuição de Melhoria ou do IPTU.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 177º. Para lançamento da Contribuição de Melhoria, a repartição competente será obrigada a publicar previamente, em conjunto ou isoladamente, os seguintes elementos:

I - memorial descritivo do projeto;

II - orçamento do custo da obra;

III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

IV - delimitação da zona beneficiada, com a relação dos imóveis nela compreendidos;

V - o valor a ser pago pelo proprietário.

§ 1º. O proprietário terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação, para impugnar quaisquer dos elementos acima referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º. A impugnação deverá ser dirigida à repartição competente através de petição, que servirá para início do processo administrativo o qual seguirá a tramitação prevista na parte geral neste Código.

§ 3º. Os requerimentos de impugnação, de reclamação, bem como qualquer recurso administrativo não suspenderão o início ou prosseguimento das obras, nem obstarão a Administraçãona prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria.

§ 4º. Fica o Executivo Municipal autorizado a constituir comissão municipal com a finalidade de, em função da obra, delimitar a zona de benefício, bem como constatar a real valorização de cada imóvel.

Art. 178º. Terminada a obra, o contribuinte será notificado para o pagamento da contribuição.

Parágrafo Único. A notificação conterá o montante da contribuição, a forma e prazos de pagamento e os elementos que integram o respectivo cálculo, além dos demais elementos que lhe são próprios.

Art. 179º. A Contribuição de Melhoria será paga em prestações mensais, conforme notificação.

§ 1º. O prazo para recolhimento em parcelas não será inferior a 1(um) ano.

§ 2º. O valor total das prestações devidas em cada período de 12 (doze) meses não poderá exceder a 15% (quinze por cento) do valor venal do imóvel atualizado com a valorização à época do lançamento.

§ 3º. As prestações serão atualizadas monetariamente, a cada período de 12 (doze) meses, de acordo com os índices oficiais adotados pelo Município.

§ 4º. O contribuinte poderá optar pelo pagamento do tributo em uma só vez, à época da primeira prestação, beneficiando-se do desconto de 15% (quinze por cento).

Art. 180º. Para efeito de lançamento da Contribuição de Melhoria considerará como uma só propriedade as áreas contíguas de um mesmo proprietário, ainda que provenientes de títulos diversos.

Art. 181º. Quando houver condomínio, quer de simples terreno, quer de terreno e edificação, a contribuição será lançada em nome de todos os condôminos, que serão responsáveis na proporção de suas quotas.

Art. 182º. Em se tratando de vila edificada no interior do quarteirão, a Contribuição de Melhoria corresponde à área pavimentada fronteira à entrada da vila e será cobrado de cada proprietário proporcionalmente ao terreno ou fração ideal de terreno de cada um, a área reservada à via ou logradouros internos de serventia comum, será pavimentada integralmente por conta dos proprietários.

SEÇÃO II

DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO E MANUTENÇÃO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA – CIP

SUBSEÇÃO I

DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 183º. O Fato Gerador da Contribuição de Iluminação Pública é a prestação regular de serviço de iluminação pública.

Parágrafo único. O serviço previsto no “caput” deste artigo compreende o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública, além de outras atividades a estas correlatas, assim compreendendo:

I – A implantação de rede de iluminação pública compreende a construção ou instalação de infra-estrutura necessária para a iluminação pública nas vias, logradouros públicos de uso comum.

II – A ampliação compreende a expansão de infra-estrutura de iluminação pública.

III – A manutenção abrange a troca, substituição de peças, equipamentos ou partes destes, no sentido de restabelecer os serviços de iluminação pública por estarem danificados ou defeituosos, ou para melhorar a qualidade do serviço.

IV – A iluminação das vias e logradouros públicos, realizada mediante a aquisição de energia fornecida pela concessionária de energia elétrica local, utilizando-se lâmpadas, com tipo e potência adequada às características das vias, logradouros públicos e demais bens públicos de uso comum.

V - Outras atividades correlatas e os serviços relacionados a essas atividades e que não estejam especificadas nos itens anteriores.

Art. 184º. Compete ao Município, a regulamentação do serviço de iluminação pública, compreendendo o planejamento, controle de custos, fiscalização, manutenção, operação e avaliação de resultados.

Parágrafo único. O controle de custos terá, entre outros aspectos, a finalidade de garantir critérios e parâmetros de contribuição que venha a cobrir satisfatoriamente os custos e os investimentos públicos no serviço de iluminação pública.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 185º. Sujeito passivo é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel situado em local onde é mantido o serviço e que esteja ou não cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica.

§ 1º. Responsável é a pessoa física ou jurídica que, embora não seja o proprietário, o titular do domínio ou possuidor a qualquer título da unidade imobiliária autônoma, frui da utilidade do imóvel, direta ou indiretamente beneficiada pelo serviço de iluminação pública.

§ 2º. É responsável solidário o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título da unidade imobiliária autônoma, quando o lançamento ocorrer em nome do usufrutuário da utilidade da unidade autônoma e este inadimplirem a obrigação tributária.

SUBSEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 186º. A base de cálculo e alíquota da prestação de serviço da **CIP** será da seguinte forma:

I – tratando-se de prédio e cadastrado junto à concessionária de energia elétrica, será aplicado o rateio da Contribuição, observando a distinção entre contribuintes de natureza residencial, industrial, comercial, poder público e poder público municipal de forma em percentual sobre o valor do kWh consumido no período, de acordo com o disposto no Anexo XI,destecódigo.

II – Tratando-se de prédio não cadastrado junto à concessionária de energia elétrica e terreno baldio, o valor da taxa será calculada por testada linear servida, de acordo com o disposto no Anexo XI, deste código.

Parágrafo único. Nesta tarifação diferenciada, serão observadas as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – ou o órgão regulador que vier a substituí-la.

Art. 187º. Ao comerciante ambulante ou eventual que solicitar uso da iluminação pública local e satisfizer as exigências do regulamento, será concedido Alvará de Licença, contendo as características essenciais de sua inscrição e as condições de contribuição eda incidência da taxa destinada a basear a cobrança.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 188º. A **CIP,** será lançada para pagamento da seguinte forma:

I - quando se trata de imóvel cadastrado junto à concessionária de energia elétrica, a data de vencimento será mesma da fatura de consumo mensal de energia elétrica, emitida pela concessionária.

II - quando se trata de imóvel não cadastrado junto à concessionária de energia elétrica o lançamento será anual, podendo ser cobrada em até 12 (doze) parcelas, de janeiro a dezembro, a critério do Poder Executivo.

Parágrafo único. Em relação ao inciso II deste artigo e a critério do Poder Executivo, poderá ser lançado em conjunto com os demais tributos e tarifa pública, sendo especificada por receita.

Art. 189º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios ou contratos com entidades fornecedoras, visando ao atendimento deste serviço.

§ 1º. O Município conveniará ou contratará com a Concessionária de Energia Elétrica a forma de cobrança e repasse dos recursos relativos à contribuição.

§ 2º. O convênio ou contrato que se refere o caput deste artigo deverá, obrigatoriamente, prever repasse imediato do valor arrecadado pela concessionária ao Município, ficando proibido a retenção de qualquer valor seja a que titulo for.

Art. 190º. O montante devido e não pago da **CIP,** será inscrito em dívida ativa, após a verificação do não pagamento dentro do prazo legalmente estabelecido.

§ 1º. Servirá como documento hábil para inscrição em Dívida Ativa:

I - a comunicação do não pagamento da contribuição, informada pela concessionária de energia elétrica efetuada pela concessionária que contenha os elementos previstos no art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional (CTN);

II – a fatura de energia elétrica que contenha a contribuição não paga, ou qualquer outro documento que contenha a dívida e os elementos previstos no art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional.

§ 2º. Os valores da **CIP** não pagos no vencimento serão acrescidos de atualização monetária, multas e juros de mora, nos termos da legislação tributária municipal e poderão ser cobrados juntamente com a contribuição devida do mês de competência subseqüente.

TÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS TÉCNICOS E ORGANIZACIONAIS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 191º. Os instrumentos técnicos e organizacionais que compõem o sistema tributário municipal compreendem:

I – Cadastro Fiscal Imobiliário;

II – Cadastro Fiscal Econômico;

III – Cadastro de Contribuintes;

IV – Cadastro da Dívida Ativa;

V – Fazenda Municipal.

CAPÍTULO II

DO CADASTRO FISCAL IMOBILIÁRIO

Art. 192º. O Cadastro Fiscal Imobiliário constitui-se em um banco de dados continuamente atualizado, compreendendo:

I – os lotes de terrenos com edificação ou não, existentes ou que venham a existir nas áreas urbanas, urbanizáveis ou de expansão urbana;

II – os imóveis de uso urbano, ainda que localizados na área rural;

Art. 193º. Todos os imóveis, edificados ou não, situados nas áreas urbanas, urbanizáveis ou de expansão urbana do Município, em quaisquer situações e que incide o lançamento do IPTU, deverão ser inscritos no Cadastro Fiscal Imobiliário pelo órgão competente.

Parágrafo único. A inscrição no cadastro fiscal imobiliário será promovida:

I – pelo proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel;

II – de ofício, em se tratando de próprio federal, estadual ou municipal, ou de suas entidades autárquicas e fundacionais, ou ainda, para os demais imóveis, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar, independentemente da sujeição do responsável à penalidade.

III – quando no todo ou em parte de cadastramento ou recadastramento "in loco";

IV - a critério da administração municipal em quaisquer outras circunstâncias, não especificado nos incisos anterior.

Art. 194º. Para complementar a inscrição do cadastro fiscal imobiliário dos imóveis urbanos urbanizava ou de expansão urbana, serão os responsáveis obrigados a fornecer os elementos solicitados pelo órgão competente.

§ 1º. São responsáveis pelo fornecimento de informações complementares:

I – o proprietário ou seu representante legal, ou o respectivo possuidor a qualquer título;

II – qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;

III – o compromissário comprador, mediante apresentação do Compromisso de Compra e Venda, transcrito no Cartório de Registro de Imóveis;

IV - o inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação;

V – a pessoa física ou jurídica que tenha como atividade à compra e a venda de bens imóveis.

§ 2º. As informações solicitadas serão fornecidas no prazo de 15(quinze) dias, contados da solicitação, sob pena de multa prevista neste código para os infratores.

§ 3º. Não sendo prestadas as informações no prazo estabelecido no parágrafo segundo deste artigo, o órgão competente, valendo-se dos elementos que dispuser, preencherá a ficha de inscrição.

Art. 195º. O pedido de inscrição será feito em formulário próprio para esse fim, aprovado pelos órgãos competentes da Prefeitura Municipal, que poderá a seu critério, colocá-lo à venda na rede comercial local, ou fornecê-la no próprio setor competente, cobrando a tarifa devida.

Art. 196º. Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, a ficha de inscrição mencionará tal circunstância, bem como os nomes dos litigantes, e os dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, juízo e o cartório por onde correrá a ação.

Parágrafo único. Incluem-se também na situação prevista neste artigo, o espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação.

Art. 197º. Os responsáveis por loteamento, ficam obrigados a fornecer, até o dia 15 (quinze) de cada mês, ao órgão fazendário competente, relação dos lotes que no mês anterior haja sido alienado definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, ou cancelados, mencionando o nome do comprador e o endereço, os números da quadra e dos lotes, e o valor do contrato de venda, juntamente com a cópia da certidão de quitação dos imóveis alterados, a fim de ser feita à anotação e atualização no cadastro fiscal Imobiliário.

Art. 198º. Deverão ser obrigatoriamente comunicados à Prefeitura Municipal, dentro do prazo de 15(quinze) dias, todas as ocorrências com relação ao imóvel, que possam afetar as bases de cálculo do lançamento dos tributos municipais.

Art. 199º. Os cartórios ficam obrigados a remeter à Prefeitura, até o dia 5(cinco) de cada mês, relação dos imóveis escriturados ou contratos de compromisso de compra e venda no mês anterior, com os nomes de outorgantes e respectivos valores.

Art. 200º. Somente será concedido "habite-se" à edificação nova ou aceitas obras em edificação, reconstrução ou reforma, caso o Cadastro Fiscal Imobiliário afirme, no respectivo processo, já haver sido procedida à atualização cadastral do imóvel em questão.

Art. 201º. Os imóveis não inscritos e informações não prestadas no prazo e forma desta Lei, bem como aqueles cujos formulários de inscrição apresentem falsidade, má-fé, dolo quanto a qualquer elemento da declaração obrigatória, quando "in loco", o servidor credenciado tiver seu trabalho dificultado, embaraçado, impedido de cadastramento ou recadastramento, serão considerados infratores.

Parágrafo único. Nos casos mencionados neste artigo, as autoridades fiscais competentes poderão lavrar Auto de Infração, o Lançamento no Cadastro Fiscal Imobiliário de acordo com os dados obtidos através de fiscalização e outras informações, lançando a multa, de conformidade com os incisos do artigo 333º, deste Código.

CAPÍTULO III

DO CADASTRO FISCAL ECONÔMICO

Art. 202º. O Cadastro Fiscal Econômico constitui-se em um banco de dados, compreendendo os estabelecimentos de produção, inclusive agropecuários, industriais, comerciais e de prestadores de serviços de qualquer natureza, habituais ou temporários, lucrativos ou não, em atividade no Território do Município.

Parágrafo único. Entende-se como prestador de serviço de qualquer natureza, a empresa ou o profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, prestador de serviços sujeitos à tributação municipal.

Art. 203º. A inscrição no cadastro fiscal das atividades econômicas exercidas no município será feita pelo responsável do estabelecimento, ou seu representante legal, que preencherá e entregará à repartição competente, ficha própria para cada estabelecimento, formada pela Prefeitura, segundo regulamento.

Parágrafo único. A inscrição, a critério da administração municipal, poderá ser promovida de ofício, pelo órgão fazendário ou pelo próprio proprietário, titular do domínio ou possuidor a qualquer título.

Art. 204º. A entrega da ficha de inscrição deverá ser feita antes da respectiva abertura dos negócios.

Art. 205º. A inscrição é intransferível e deverá ser permanentemente atualizada, ficando o responsável obrigado a comunicar repartição competente, dentro de 15(quinze) dias, a contar da data em que ocorrerem as alterações que se verificarem em qualquer das informações exigidas pelo órgão competente.

Parágrafo único. No caso de venda ou transferência do estabelecimento, sem a observância do disposto neste artigo, o adquirente ou sucessor será responsável pelos débitos e multas do contribuinte inscrito.

Art. 206º. A cessação temporária ou definitiva das atividades do estabelecimento será requerida ao setor competente da Prefeitura por intermédio de requerimento, expondo todo o elemento necessário do fato, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da paralisação.

§ 1º. A cessação temporária não deverá ultrapassar a 02 (dois) anos, não podendo ser feita de forma retroativa.

§ 2º. A anotação no cadastro será feita após a verificação da veracidade da comunicação, sem prejuízo de quaisquer débitos de tributos pelo exercício de atividade, negócios e produção, indústria, comércio ou prestação de serviços.

§ 3º. Considera-se como cessação definitiva, para efeito de cancelamento da inscrição, a transferência ou a venda do estabelecimento.

Art. 207º. Haverá suspensão ou cancelamento "ex-ofício" da inscrição no Cadastro Fiscal Econômico nos seguintes casos:

I – para suspensão:

a) não apresentação de movimento econômico de ISSQN, por período igual ou superior a 06(seis) meses consecutivos;

b) não for atendida a convocação para o recadastramento.

II – para cancelamento:

a) quando em diligência cadastral ou verificação fiscal o contribuinte não for encontrado no domicílio tributário constante no cadastro fiscal socioeconômico;

b) não apresentação da documentação exigida para conclusão de baixa solicitada, voluntariamente.

Parágrafo único. O previsto no inciso I e II não eximirá o contribuinte do pagamento dos valores correspondentes aos débitos inscritos ou não em divida ativa bem como das penalidades cabíveis.

Art. 208º. Constituem estabelecimentos distintos, para efeito de inscrição no cadastro:

I – os que embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II – os que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de negócio, esteja localizado em prédios distintos ou locais diversos.

Parágrafo único. Não são considerados como locais diversos, dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de uma edificação.

CAPÍTULO IV

DO CADASTRO DE CONTRIBUINTES

Art. 209º. O cadastro de contribuintes constitui-se em um banco de dados constantemente atualizado, contendo a inscrição obrigatória de:

I – todos os proprietários ou possuidores a qualquer título dos imóveis mencionados no artigo 192;

II – todos aqueles que, individualmente ou sob razão social de qualquer espécie, exercem atividades lucrativas ou não no Município, conforme mencionado no artigo 202.

Art. 210º. O Poder Executivo poderá celebrar convênios, acordos ou contratos, visando à viabilização técnica, gerencial e orçamentária do sistema de informatização e gestão dos cadastros fiscais e tributários requeridos para o desempenho do sistema tributário municipal com economicidade, legalidade e qualidade na consecução de seus objetivos e no atendimento aos contribuintes.

Art. 211º. A Prefeitura poderá, quando necessário, instituir outras modalidades acessórias de cadastros, a fim de atender à organização fazendária dos tributos de sua competência.

CAPÍTULO V

DO CADASTRO DA DÍVIDA ATIVA

Art. 212º. O processo de pagamento de crédito tributário obedece aos seguintes passos:

I – Pagamento tempestivo**;**

II – Não-Pagamento

III – Cobrança amigável (setor Competente de Controle de Débitos Fiscais);

IV – Autorização de inscrição na Dívida Ativa (Titular do órgão central do STM: 1ª Instância);

V – Inscrição no Cadastro da Dívida Ativa;

VI – Requerimento de Recursos no Conselho de Recursos Fiscais (2ª Instância);

VII – Cobrança Judicial (Procuradoria);

VIII – Execução Fiscal, com base na Lei Nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980 e pelo Código Civil.

Parágrafo Único. A Procuradoria Fiscal Municipal poderá requerer diligência no sentido de complementar os dados faltantes, se houver, para a devida inscrição em Dívida.

Art. 213º. O Cadastro da Dívida Ativa é constituído por todos os créditos tributários e não-tributários não liquidados no vencimento a partir do primeiro dia útil do exercício seguinte àquele em que foram cumpridas as formalidades legais estabelecidas em Lei.

Art. 214º. A Dívida Ativa Tributária será constituída como crédito da Fazenda Pública Municipal, regularmente inscrito por Decreto do Executivo ou por decisão proferida em processo regular, decorrente do não pagamento de tributo, multas, juros e demais cominações legais.

Parágrafo único. A organização e a gestão do cadastro da dívida ativa serão estabelecidas no Regulamento Geral do Sistema Tributário Municipal, mediante decreto do Executivo, com base na Lei n. 4.320/64, na Lei 6.830/80 e, subsidiariamente, no Código de Processo Civil.

Art. 215º. A inscrição e a gestão do cadastro da Dívida Ativa Municipal é de responsabilidade da Procuradoria Fiscal do Município.

Art. 216º. O termo de inscrição no cadastro da Dívida Ativa deverá conter:

I - Nome do devedor, dos co-responsáveis, e sempre que, conhecido o domicilio ou residência de um ou de outro;

II - O valor originário da dívida, bem como termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em Lei ou contrato;

III - A origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

IV - A indicação de estar à dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V - A data e o número da inscrição no livro de Dívida Ativa;

VI - O número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 1º. A certidão de Dívida Ativa conterá os mesmos elementos do termo de inscrição e será autenticada pela autoridade competente.

§ 2º. O termo de inscrição e a certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

§ 3º. Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado à ampla defesa.

Art. 217º. A omissão de quaisquer requisitos previstos no artigo anterior ou erros a eles relativos são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente.

Parágrafo único. A nulidade poderá ser sanada até à decisão judicial de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvida ao sujeito passivo, acusado ou interessado no prazo de defesa.

Art. 218º. Dívida Ativa não Tributária compreende os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de contribuições estabelecidas em lei, foros, laudêmios, aluguéis, taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços públicos, indenizações, reposição, restituições, alcance dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação em hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais, conforme disposto no § 2º do Art. 39 da Lei 4.320 / 64.

CAPÍTULO VI

DA FAZENDA MUNICIPAL

Art. 219º. Fazenda Municipal é órgão da Administração Pública Municipal responsável pelo exercício da competência tributária, compreendendo os órgãos fazendários e os instrumentos técnicos e organizacionais necessários para o desempenho eficiente e eficaz da política fiscal e tributária do município.

Art. 220º. Todas as funções referentes à arrecadação, fiscalização, lançamento erestituição deimpostos, taxas e contribuição, e assim como a aplicação de sançõespor infração das disposições da presente lei ou da legislação complementar, serãoexercidas pela Secretaria da Fazenda, órgãos a ela subordinados técnica ouadministrativamente, nos termos da respectiva Lei Orgânica e Regimento baixadopelo Poder Executivo.

Art. 221º. Todos os funcionários encarregados da arrecadação e fiscalização detributos devem, sem prejuízo do rigor de vigilância indispensáveis ao bomdesempenho de suas atividades, dedicar assistência técnica aos contribuintes,ministrando-lhes esclarecimentos sobre a inteligência e fiel observância das LeisTributárias.

§ 1º. Ao contribuinte é dado reclamar à Secretaria Municipal de Finanças contra a falta dessa assistência.

§ 2º. A ação repressiva só se fará sentir e de modo exemplar, contra oscontribuintes infratores que, intencionalmente ou por descaso, lesarem o fisco.

Art. 222º. A Secretaria Municipal de Finanças fará imprimir e distribuir modelos dedeclarações e de papéis que devem ser preenchidos, obrigatoriamente, peloscontribuintes, para efeito de fiscalização, lançamento e recolhimento de impostos,taxas e contribuições.

Art. 223º. Mediante acordo ou contrato, poder-se-á autorizar a arrecadação detributos, por determinado tempo, a entidades particulares, convindo aos interesses daPrefeitura.

Art. 224º. As autoridades fiscais são as que tem jurisdição e competênciadefinidas em lei.

SEÇÃO I

DOS ÓRGÃOS FAZENDÁRIOS

Art. 225º. Os órgãos fazendários referidos no artigo anterior são constituídos por unidades criadas por Lei para a distribuição de competências a atribuições que integram a ação fazendária municipal, compreendendo:

I – Órgão Fazendário Central;

II – Conselho Municipal de Recursos Fiscais ou denominação correlata;

III – Procuradoria Fiscal do Município;

IV – Coordenadoria Fiscal e Tributária;

V – Agência de Fiscalização e Educação Tributária.

§ 1º. Os órgãos fazendários deverão ser criados por Lei que disporá sobre a estrutura organizacional da Administração Municipal.

§ 2º. Enquanto não forem criados os órgãos citados no caput deste artigo, as decisões serão tomadas pela Coordenadoria Fiscal e Tributária do município.

SUBSEÇÃO I

DO ÓRGÃO FAZENDÁRIO CENTRAL

Art. 226º. O órgão fazendário central do sistema tributário municipal deve ser instituído em nível de Secretaria Municipal, competindo-lhe, sem prejuízo de outras competências estabelecidas na Lei de sua criação:

I – Propor e executar a política fiscal e tributária municipal, promovendo a aplicação dos princípios da legalidade, impessoalidade, equidade, moralidade, economicidade e justiça tributária no relacionamento entre o Fisco e o Contribuinte;

II – Propor aperfeiçoamentos e atualizações no Código Tributário Municipal;

III – propor, cumprir e fazer cumprir os ditames do Regulamento Geral do Sistema Tributário Municipal com fundamento no Código Tributário Municipal;

IV – elaborar, em cooperação com a controladoria interna municipal ou órgão equivalente, as instruções normativas que envolvam os processos e as rotinas de controle interno inerentes aos fluxos e às rotinas do sistema tributário municipal.

V – Propor a institucionalização e a extinção de unidades e subunidades de ação fazendária de acordo com a necessidade funcional do sistema;

VI – Organizar, gerir e manter atualizados os instrumentos técnicos do sistema tributário municipal, conforme estabelecidos no artigo 191ºdeste código.

VII – articular-se com os órgãos competentes da Administração Geral, visando à adequada estruturação de órgãos e cargos para o atendimento das necessidades organizacionais e funcionais do sistema tributário municipal.

SUBSEÇÃO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE RECURSOS FISCAIS

Art. 227º. O Conselho Municipal de Recursos Fiscais é o colegiado de assessoramento superior do sistema tributário municipal, vinculado ao órgão central da Fazenda Municipal, de acordocom atribuições específicas e estrutura organizacional e funcional estabelecidas em Lei.

Art. 228º. O Conselho Municipal de Recursos Fiscais será constituído por 7 (sete) Conselheiros, sendo 3 (três) representando a Fazenda Municipal, 3 (três)representando os contribuintes e 01 (um) Presidente.

§ 1º. Os Conselheiros representando os contribuintes serão nomeados peloPrefeito Municipal, escolhidos em lista tríplice a ser apresentada pelas seguintesentidades de classe estabelecidas nesse Município: Associação Comercial de Canabrava do Norte, ou na sua ausência, por representantes escolhidos em assembleia geral, pelos comerciantes locais, Conselho Regional de Contabilidade-CRC e Ordem dosAdvogados do Brasil – OAB, da subseção da região.

§ 2º. Os Conselheiros representantes da Fazenda Municipal serão nomeados peloPrefeito Municipal, e indicados pelo Secretário Municipal de Finanças.

§ 3º. O Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscaisserá nomeado peloPrefeito Municipal, dentre os servidores de carreira integrantes do quadro deAdvogados da Procuradoria-Geral do Município, com anuênciado Secretário Municipal de Finanças.

§ 4º. A organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Recursos Fiscaise da sua secretaria, suas competências, as competências de seusintegrantes, bem como do Representante da Fazenda Municipal, serão reguladas poresta Lei e pelo Decreto que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Municipal de Recursos Fiscais.

§ 5º. O Secretário-Geral do Conselho Municipal de Recursos Fiscais, seráindicado pelo Secretário Municipal de Finanças e nomeado pelo Prefeito Municipal.

Art. 229º. As decisões do Conselho Municipal de Recursos Fiscaisconstituemúltima instância administrativa para recurso contra atos e decisões de caráter fiscal.

SUBSEÇÃO III

DA PROCURADORIA FISCAL DO MUNICÍPIO

Art. 230º. A procuradoria fiscal deve ser constituída como órgão de assessoramento superior vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal para desempenho das atribuições relacionadas com:

I – inscrição de créditos fiscais e tributários no cadastro da Dívida Ativa;

II – gestão e cobrança judicial dos créditos inscritos na Dívida Ativa;

III – outras atribuições correlatas.

Parágrafo único. As características do cargo, a nomeação e a remuneração de procuradores serão fundamentadas em lei complementar que disporá sobre a estrutura organizacional e a política municipal de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores municipais.

SUBSEÇÃO IV

DA COORDENADORIA FISCAL E TRIBUTÁRIA

Art. 231º. A Coordenadoria Fiscal e Tributária constitui estrutura organizacional criada por lei, com ou sem subunidades, dotada de instrumentos e recursos para o desenvolvimento de todas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança e fiscalização dos tributos municipais, aplicação de sanções por infração à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, segundo as atribuições constantes da lei de organização administrativa do Município e dos respectivos regimentos internos.

SUBSEÇÃO V

DA AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 232º. Agência de Fiscalização e Educação Tributária, conforme concebida neste código tributário municipal é a unidade vinculada ao órgão fazendário central ou à Coordenadoria Fiscal e Tributária, tendo por atribuição:

I – a coordenação do processo de fiscalização e de educação fiscal conforme estabelecida na Lei de sua criação;

II – a supervisão e o controle dos agentes municipais de fiscalização;

III – proposição e execução da política municipal de educação fiscal e de mobilização da cidadania contribuinte crítica, solidária e participativa.

SEÇÃO II

DOS INSTRUMENTOS TÉCNICOS E ORGANIZACIONAIS

Art. 233º. Os instrumentos técnicos e organizacionais do sistema tributário municipal, concebido neste código são:

I – O Cadastro Fiscal Imobiliário;

II – O Cadastro Fiscal Econômico;

III – O Cadastro de Contribuintes;

IV – O Cadastro da Dívida Ativa;

V – O Banco de Cartografia Urbana e Rural;

VI – A Planta Genérica de Valores;

VII - O Sistema de Processamento e Informação Técnica.

Art. 234º. A organização e normalização técnica e metodológica dos instrumentos referidos no artigo anterior serão estabelecidas na Regulamentação Geral do Sistema Tributário Municipal, a ser instituído por Decreto Municipal.

LIVRO SEGUNDO

DAS NORMAS ESPECÍFICAS DO DIREITO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 235º. A aplicação do direito tributário nacional no âmbito de competência do Município implica a instituição e gestão dos seguintes segmentos da administração fiscal e tributária:

I – Obrigação Tributária;

II – Crédito Tributário;

III – Administração Tributária:

a) Lançamento e Arrecadação;

b) Fiscalização;

c) Cobrança e Execução Fiscal;

d) Processamento, Informação e Controle.

CAPÍTULO I

DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

SEÇÃO I

DAS MODALIDADES

Art. 236º. Obrigação Tributária é o vínculo jurídico entre a Fazenda Pública Municipal e o Contribuinte, por força de Lei, tendo por conteúdo uma prestação pecuniária de natureza tributária.

§ 1º. Os elementos constitutivos da obrigação tributária são: a lei, o fato gerador, o sujeito ativo, o sujeito passivo, a prestação.

§ 2º. A prestação desdobra-se em:

I – Obrigação Principal;

II – Obrigação Acessória.

SEÇÃO II

DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL

Art. 237º. Obrigação tributária principal surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou de penalidades pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.

Parágrafo único. A obrigação pecuniária ou principal, estabelecida em Lei, é calculada com base em uma Alíquota aplicável sobre um valor inerente ao fato gerador, denominado Base de Cálculo.

SEÇÃO III

DA OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

Art. 238º. A obrigação acessória é qualquer situação, que, na forma da lei, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal, tendo por objeto a prática ou a abstenção de atos nela previstos, no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.

Parágrafo único. A obrigação tributária acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em principal, relativamente à penalidade pecuniária.

SEÇÃO IV

DO FATO GERADOR

Art. 239º. Fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida neste Código, como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos de competência do Município.

Art. 240º. Fato gerador da obrigação tributária acessória é qualquer situação que, na forma da legislação tributária aplicável, impõe a prática ou a abstenção que não configure obrigação principal.

SEÇÃO V

DO SUJEITO ATIVO

Art. 241º. Na qualidade de sujeito ativo da obrigação tributária, a Fazenda Municipal representa a pessoa de direito público titular da competência para lançar, cobrar e fiscalizar os tributos especificados neste Código e nas leis a ele subseqüentes.

§ 1º. A competência tributária é indelegável, salvo a atribuição da função de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária a outra pessoa de direito público.

§ 2º. A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem ao município.

§ 3º. A atribuição pode ser revogada a qualquer tempo, por ato unilateral do Poder Executivo Municipal.

§ 4º. Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoa de direito privado do encargo ou função de arrecadar tributos.

Art. 242º. O cometimento da função de arrecadar tributos a pessoas de direito privado, deverá ser feito através de Decreto do Executivo, com fundamentadas razões de interesse do Município, tendo em vista melhorias no sistema de arrecadação e real incremento da receita municipal.

SEÇÃO VI

DO SUJEITO PASSIVO

SUBSEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 243º. O sujeito passivo da obrigação tributária será considerado:

I - contribuinte: quando tiver relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - responsável: quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorrer de disposições expressas nesta Lei.

Art. 244º. São pessoalmente responsáveis:

I - o adquirente, pelos débitos relativos a bem imóvel existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste prova de plena quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II - o espólio, pelos débitos tributários do "de cujus" existentes à data de abertura da sucessão;

III - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro será responsável pelos débitos tributários do "de cujus" existentes até a data da partilha ou adjudicação, limitada a responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação.

Art. 245º. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos, até a data do ato, pelas pessoas jurídicas fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, denominação ou ainda sob firma individual.

Art. 246º. A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra por qualquer título, estabelecimento comercial, industrial e ou profissional que continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, denominação ou sob firma individual, responde pelos débitos tributários relativos ao estabelecimento adquirido, devido até a data do respectivo ato:

I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade tributada;

II - subsidiariamente, com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6(seis) meses, contados da data de alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Art. 247º. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões por que forem responsáveis:

I - os pais, pelos débitos tributários dos filhos menores;

II - os tutores e curadores, pelos débitos tributários de seus tutelados ou curatelados;

III - os administradores de bens de terceiros, pelos débitos tributários destes;

IV - o inventariante, pelos débitos tributários do espólio;

V - o síndico e o comissário, pelos débitos da massa a falida ou do concordatário;

VI - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de oficio, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles ou perante eles, em razão do seu ofício;

VII - os sócios, pelos débitos tributários de sociedade de pessoas, no caso de liquidação.

Art. 248º. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributarias resultantes de atos praticados com excesso de poder ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I - as pessoas referidas no artigo anterior;

II - os mandatários, os prepostos e empregados;

III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 249º. O sujeito passivo, quando convocado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa quando estas as julgarem insuficientes ou imprecisas.

§ 1º. A convocação do contribuinte será feita por quaisquer dos meios previstos neste Código.

§ 2º. Feita a convocação do contribuinte, terá ele o prazo de 20(vinte) dias para prestar os esclarecimentos solicitados, pessoalmente ou por via postal, sob pena de que se proceda ao lançamento de ofício, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

Art. 250º. Os contribuintes e demais responsáveis ficam obrigados a cumprir asdeterminações desta Lei ou da legislação complementar, estabelecidas com o fim defacilitar o lançamento, fiscalização e cobrança de impostos, taxas e contribuições.

Parágrafo único. Sem prejuízo do que se estabeleça, de maneira especial, oscontribuintes e responsáveis estão obrigados:

I – a apresentar guias e declarações, segundo as normas desta Lei e da legislaçãocomplementar;

II – a comunicar a Fazenda Municipal, dentro de 20 (vinte) dias da efetivaçãorespectiva, de qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir obrigaçõesfiscais;

III – a conservar e apresentar ao Fisco, quando solicitados, qualquer documentoque, de algum modo, se refira à operação ou situação que constitua fato gerador deobrigação e sirva de comprovante da veracidade dos dados consignados nas guias edocumentos fiscais;

IV – a prestar, sempre que solicitados pelas autoridades competentes,informações e esclarecimentos com respeito à operações que, a juízo do Fisco,possam constituir fatos geradores de obrigações fiscais; **V –** de modo geral, a facilitar, por todos os meios ao alcance, as tarefas delançamento, fiscalização e cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal.

Art. 251º. O fisco poderá solicitar a terceiros e estes ficam obrigados a fornecer-lhe todos os informes referentes a fatos geradores de obrigações fiscais que, noexercício de suas atividades, tenham contribuído para realizar ou devam conhecer,salvo quando por força de lei, estejam obrigados a guardar sigilo em relação a essesfatos.

§ 1º. As informações obtidas por força deste artigo, tem caráter sigiloso e sópoderão ser utilizados em defesa dos interesses fiscais da União, do Estado e desteMunicípio.

§ 2º. Constitui falta grave, punível nos termos dos Estatutos aplicáveis aosfuncionários municipais, a divulgação de informações obtidas no exame de contasou documentos que lhes forem exibidos.

SUBSEÇÃO II

DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 253º. Ao contribuinte ou responsável é facultado escolher e indicar à repartição, na forma e nos prazos previstos em regulamento, o seu domicílio tributário no Município, assim entendido o lugar onde a pessoa física ou jurídica desenvolve sua atividade, responde por suas obrigações perante a Fazenda Municipal e pratica os demais atos que constituam ou possam vir a constituir obrigação tributária.

§ 1º. Na falta de eleição pelo contribuinte ou responsável, do domicílio tributário, considerar-se-á como tal:

I – quanto às pessoas naturais: a sua residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

II – quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais: o lugar de sua sede ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação tributária, o de cada estabelecimento.

§ 2º. Quando não couber a aplicação das regras previstas em qualquer dos incisos do parágrafo anterior, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte, responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram ou poderão dar origem a obrigação tributária.

§ 3º. A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito quando sua localização, acesso ou quaisquer outras características sejam informados insatisfatoriamente de modo que impossibilitem ou dificultem a arrecadação e a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

Art. 254º. O domicílio tributário será obrigatoriamente consignado nas petições, requerimentos, consultas, reclamações, recursos, declarações, guias e quaisquer outros documentos dirigidos ou apresentados ao fisco municipal.

CAPÍTULO II

DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 255º. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 256º. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 257º. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou se extingue, tem a sua exigibilidade suspensa ou excluída nos casos expressamente previstos neste Código, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional, na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

SEÇÃO II

DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SUBSEÇÃO I

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 258º. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo que tem por objetivo:

I – verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente;

II – determinar a matéria tributável;

III – calcular o montante do tributo devido;

IV – identificar o sujeito passivo, e sendo este caso, propor a aplicação da penalidade cabível;

Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 259º. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e reger-se-á pela lei vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º. Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º. O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que, a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrida.

Art. 260º. O Lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

I – impugnação do sujeito passivo;

II – recurso de ofício;

III – iniciativa de ofício da autoridade administrativa.

Art. 261º. O lançamento compreende as seguintes modalidades:

I – lançamento direto, ou de ofício, quando sua iniciativa competir à Fazenda Municipal, sendo o mesmo procedido com base aos dados apurados diretamente pela repartição fazendária junto ao contribuinte ou responsável, ou a terceiro que disponha desses dados;

II – lançamento por homologação, quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame de autoridade fazendária, operando-se o lançamento pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente o homologue;

III – lançamento por declaração, quando for efetuado pelo fisco com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiros, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade fazendária informações sobre matéria de fato, indispensável à sua efetivação.

§ 1º. A omissão ou erro do lançamento, qualquer que seja a modalidade, não exime o contribuinte da obrigação tributária, nem de qualquer modo lhe aproveita.

§ 2º. O pagamento antecipado pelo obrigado, nos termos do inciso II deste artigo, extingue o crédito, sob condição resolutória de ulterior homologação do lançamento.

§ 3º. Na hipótese do inciso II deste artigo, não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiros, visando à extinção total ou parcial do crédito, tais atos serão, porém considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou na sua graduação.

§ 4º. É de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador, o prazo para a homologação do lançamento a que se refere o inciso II deste artigo.

§ 5º. Expirado o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem que a Fazenda Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

§ 6º. Na hipótese do inciso III deste artigo, a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou excluir tributo, só será admissível mediante comprovação do erro em que funde e antes da notificação por lançamento.

§ 7º. Os erros contidos na declaração a que se refere o inciso II deste artigo, apurados quando do seu exame, serão retificados de oficio pela autoridade administrativa à qual competir a revisão.

Art. 262º. Com o fim de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidãodas declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis e determinar, comprecisão, a natureza e o montante dos respectivos créditos tributários, a FazendaMunicipal poderá:

I – instituir livros e registros obrigatórios de Tributos Municipais, a fim de apuraros seus fatos geradores e bases de cálculo;

II – adotar o controle da apuração ou verificação diária, no próprio local deatividade, durante determinado período, quando houver dúvida sobre a exatidão doque for declarado para efeito dos impostos de competência do Município;

III – exigir informes e comunicações, escritas ou verbais;

IV – notificar, para comparecer às repartições da Prefeitura, os contribuintes eresponsáveis;

V – requerer, a quem de direito, as medidas necessárias e indispensáveis àrealização de diligências e inspeções ou ao registro dos locais e estabelecimentos.

Parágrafo único. Nos casos em que se refere o item V, os funcionários lavrarãotermo de diligência no qual farão constar, especificamente os elementosexaminados.

Art. 263º. As alterações e substituições dos lançamentos originais serão feitas através de lançamento de oficio, quando o lançamento original for efetuado ou revisto de ofício pela autoridade administrativa, nos seguintes casos:

I – quando não for prestada declaração, por quem de direito, na forma e nos prazos da legislação tributária.

II – quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixar de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recusa-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade.

III – quando se comprovar falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

IV – quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, nos casos e lançamento por homologação;

V – quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VI – quando se comprove que o sujeito passivo ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VII – quando deve ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

VIII – quando se comprove que, no lançamento anterior ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial;

IX - nos demais casos expressamente designados neste Código ou em lei subseqüente.

Art. 264º. O lançamento e suas alterações serão comunicados ao contribuinte por qualquer uma das seguintes formas:

I – por notificação direta;

II – por publicação no órgão oficial do Município ou Estado;

III – por publicação em órgão e afixado na Prefeitura Municipal;

IV – por meio de edital afixado na Prefeitura Municipal;

V – remessa de aviso por via postal;

VI – por qualquer outra forma estabelecida na legislação tributária do Município.

Art. 265º. A notificação de lançamento conterá:

I - o endereço do imóvel tributado;

II - o nome do sujeito passivo, e seu domicílio tributário;

III - a denominação do tributo e o exercício a que se refere;

IV - o valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;

V - o prazo para o recolhimento;

Art. 266º. Enquanto não extinto o direito do Fisco Municipal, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou viciados por irregularidade ou erro de fato.

Art. 267º. Até o dia 15(quinze) de cada mês os serventuários da justiça enviarão ao fisco municipal informação a respeito dos atos relativos a imóveis, praticados no mês anterior, tais como transcrições, inscrições e averbações**.**

Art. 268º. A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou através de via postal, não implica em dilatação do prazo concedido para cumprimento da obrigação tributária ou para a apresentação de reclamações ou interposição de recursos.

Art. 269º. É facultado à Fazenda Municipal o arbitramento de bases tributárias, quando o montante do tributo não for conhecido exatamente.

§ 1º. O arbitramento determinará justificadamente, a base tributária presumida.

§ 2º. O arbitramento a que se refere este artigo não prejudicará a liquidez do crédito tributário.

SUBSEÇÃO II

DA RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO

Art. 270º. Será de 30(trinta) dias, a partir da ciência do contribuinte, o prazo máximo para impugnação do lançamento.

Art. 271º. A reclamação contra o lançamento far-se-á por petição, facultada a juntada de documentos.

Art. 272º. A reclamação contra o lançamento terá efeito suspensivo na cobrança dos tributos lançados.

SUBSEÇÃO III

DA COBRANÇA E DO RECOLHIMENTO

Art. 273º. A cobrança e o recolhimento dos tributos far-se-ão na forma e nos prazos estabelecidos na legislação tributária do Município.

Art. 274º. A cobrança dos tributos far-se-á:

I – para pagamento mediante depósito identificado ou transferência bancária, ou mediante emissão de DAM para serem pagos em estabelecimentos-bancários;

II – por procedimento amigável;

III – mediante ação executiva;

IV – mediante retenção na fonte.

§ 1º. A cobrança, far-se-á pela forma e nos prazos estabelecidos na legislaçãocomplementar.

. **§ 2º.** Dar-se-á a retenção na fonte por ocasião do pagamento por serviçosprestados às administrações direta e indireta do Município, sujeitos ao Imposto sobreServiços de Qualquer Natureza e tributados sobre a receita bruta

§ 3º. O imposto retido na forma expressa no parágrafo anterior deverá serrecolhido pelas entidades nele referidas até o dia 15 do mês subseqüente ao dopagamento ao prestador de serviços.

§ 4º. Os órgãos e entidades da Administração Indireta, obrigados à retenção na forma disposta no § 2º deste artigo, estarão sujeitos às obrigações acessórias previstas para os Substitutos Tributários.

Art. 275º. Não se procederá contra o contribuinte que tenha pago tributo ouagido de acordo com decisões administrativas ou judiciais passadas em julgado,mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada a jurisprudência.

Art. 276º. Pela exigência a menor do imposto, taxas e multas, responde perante aFazenda Municipal, solidariamente, o funcionário responsável, quando ficar provadoo descaso ou a negligência, na execução dos serviços, cabendo-lhe o direitoregressivo contra o contribuinte

Art. 277º. Aos créditos tributários do Município não recolhido no prazo estabelecido aplicam-se normas de atualização do disposto dos incisos I e II, do art. 343, deste Código.

Art. 278º. Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente guia ou conhecimento, na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo único. No caso de expedição fraudulenta de guias ou de conhecimentos, responderão civil, criminal e administrativamente, os servidores que os houverem subscrito, emitido ou fornecido.

Art. 279º. O pagamento não importa em quitação do crédito fiscal, valendo o recibo somente como prova do recolhimento da importância nela referida, continuando o contribuinte obrigado a satisfazer quaisquer diferenças que venham a ser posteriormente apuradas.

Art. 280º. Na cobrança a menor de tributo ou penalidade pecuniária, respondem solidariamente tanto o servidor responsável pelo erro quanto o sujeito passivo, cabendo àquele o direito regressivo de reaver deste o total de desembolso.

Art. 281º. O Executivo Municipal poderá firmar convênios com estabelecimento bancários oficiais, com sede, agência ou posto no território do Município, visando ao recebimento de tributos e penalidades pecuniárias.

SUBSEÇÃO IV

DA RESTITUIÇÃO

Art. 282º. O sujeito passivo terá direito à restituição das quantias indevidamente recolhidas em pagamento de créditos tributário, no todo ou em parte, independentemente de prévio protesto do sujeito passivo e seja qual for à modalidade do pagamento, nos seguintes casos:

I – cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou a maior que o devido, em face da legislação tributária aplicável de natureza ou circunstância materiais do ato gerador efetivamente ocorrido;

II – erro na identificação do sujeito passivo, na determinação de alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III – reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

§ 1º. A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

§ 2º. A restituição total ou parcial dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora, penalidades pecuniárias e demais acréscimos legais relativos ao principal, excetuando-se o acréscimo referente a infrações de caráter formal.

Art. 283º. A autoridade administrativa poderá determinar que a restituição se processe através de compensação.

Art. 284º. O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II do art. 282, da data de extinção do crédito tributário;

II -na hipótese do inciso III do art. 282, da data em que se tornar definitivo a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 285º. Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo único. o prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante da Fazenda Municipal.

Art. 286º. O pedido de restituição será feito à autoridade administrativa através de requerimento da parte interessada que apresentará prova do pagamento e as razões da ilegalidade ou irregularidade do crédito.

Art. 287º. A importância será restituída ou compensada dentro de um prazo máximo de 30(trinta) dias a contar da decisão final que defira o pedido.

Parágrafo único. A não restituição no prazo definido neste artigo implicará, a partir de então, atualização do disposto dos incisos I e II, art. 343, deste Código.

Art. 288º. Só haverá restituição de qualquer importância após decisão definitiva, na esfera administrativa, favorável ao contribuinte ou decisão transitada em julgado na esfera judicial.

SUBSEÇÃO V

DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DE SUAS MODALIDADES

Art. 289º. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I - a moratória;

II – o depósito judicial do seu montante integral;

III – as reclamações e os recursos, nos termos definidos na Parte Processual, deste Código;

IV – a concessão de medida liminar em mandado de segurança;

Parágrafo único. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela conseqüente.

Art. 290º. Constitui moratória a concessão de novo prazo ao sujeito passivo, após vencimento do prazo originalmente assinalado para o pagamento do crédito tributário.

§ 1º. A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

§ 2º. A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em benefício daquele.

Art. 291º. A moratória somente poderá ser concedida:

I – em caráter geral: por lei, que pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos;

II - em caráter individual: por despacho da autoridade administrativa, a requerimento do sujeito passivo.

Art. 292º. A lei que conceda moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

I – o prazo de duração do favor;

II – as condições de concessão do favor em caráter individual;

III – sendo caso:

a) os tributos a que se aplica;

b) o número de prestações e os seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, podendo atribuir à fixação de uns e de outros a autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;

c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado no caso de concessão em caráter individual.

Art. 293º. A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirida e será revogada de oficio, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:

I – com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo, fraude ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

II – sem imposição de penalidades, nos demais casos.

§ 1º. No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito de prescrição do direito à cobrança do crédito.

§ 2º. No caso do inciso II deste artigo a renegociação só poderá ocorrer antes de prescrito o referido direito.

Art. 294º. O sujeito passivo poderá efetuar o depósito judicial do montante integral da obrigação tributária:

I – quando preferir o depósito à consignação judicial prevista no artigo 318 deste Código;

II – para atribuir efeito suspensivo:

a) a consulta formulada na forma dos artigos 352 a 357 deste Código;

b) a reclamação e a impugnação referentes à contribuição de melhoria;

c) a qualquer outro ato a ele impetrado, administrativa ou judicialmente, visando à modificação extinção, total ou parcial, da obrigação tributária.

Art. 295º. A legislação tributária poderá estabelecer hipóteses de obrigatoriedade de pagamento, mediantetransferência bancaria prévia:

I – para garantia de instância, na forma prevista nas Normas Processuais deste Código;

II – como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo, nos casos de compensação;

III – como concessão por parte do sujeito passivo, nos casos de transação;

IV – em quaisquer outras circunstâncias nas quais se fizer necessário resguardar os interesses do fisco.

Art. 296º. A importância a ser depositada ou transferida a conta bancária do município corresponderá ao valor integral do crédito tributário apurado:

I – pelo fisco, nos casos de:

a) lançamento direto;

b) lançamento por declaração;

c) alteração ou substituição do lançamento original, qualquer que tenha sido a suas modalidades;

d) – aplicação de penalidades pecuniárias.

II – pelo próprio sujeito passivo, nos casos de:

a) lançamento por homologação;

b) retificação de declaração, nos casos de lançamento por declaração, por iniciativa do próprio declarante;

c) confissão espontânea da obrigação antes do início de qualquer procedimento fiscal.

III – na decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;

IV – mediante estimativa ou arbitramento procedido pelo fisco, sempre que não puder ser determinado o montante integral do crédito tributário.

Art. 297º. Considerar-se-á suspensa a exigibilidade do crédito tributário a partir da data da efetivação do depósito judicial e/ou mediante transferência bancária da obrigação tributária, observando o disposto no artigo seguinte.

Art. 298º. O depósito poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

I –em juízo;

II –mediante transferência bancária, a consta específica da Prefeitura Municipal.

Art. 299º. Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito ou da transferência bancária, especificar qual o crédito tributário ou a parcela do crédito tributário, quando este for exigido em prestações, abrangido pelo depósito.

Parágrafo único. A efetivação do depósito ou da transferência bancária não importa em suspensão de exigibilidade do crédito tributário:

I – quando parcial, das prestações vincendas em que tenha sido decomposto;

II – quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

Art. 300º. A cessação dos efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário ocorre:

I – pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no art. 301;

II – pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no art. 320;

III – Pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;

IV – pela cassação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

SEÇÃO III

DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E SUAS MODALIDADES

Art. 301º. Extinguem o crédito tributário:

I – o pagamento;

II – a compensação;

III – a transação;

IV – a remissão;

V – a prescrição e a decadência;

VI – a conversão do depósito em renda;

VII – o pagamento antecipado e a homologação do lançamento, nos termos do disposto na legislação tributária do Município;

VIII – a consignação em pagamento, quando julgada procedente, nos termos do disposto na legislação tributária do Município;

IX – a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

X – A decisão judicialirreformável, assim entendida a transitado em julgado.

SUBSEÇÃO I

DO PAGAMENTO

Art. 302º. O regulamento fixará as formas e os prazos para pagamento dos tributos de competência do Município e das penalidades pecuniárias aplicadas por infração à sua legislação tributária.

Art. 303º. Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente documento de arrecadação municipal, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 304º. No caso de expedição fraudulenta de documentos de arrecadação municipal, responderão civil, criminal e administrativamente os servidores que os houverem subscrito, emitido ou fornecido.

Art. 305º. Todo pagamento de tributo deverá ser efetuado em estabelecimento de crédito autorizado pela Administração, sob pena de nulidade.

Art. 306º. É facultada à Administração a cobrança em conjunto de impostos e taxas, observadas as disposições regulamentares.

Art. 307º. Aos créditos tributários do Município não recolhido no prazo estabelecido, aplicam-se as normas de atualização do disposto deste Código, sem prejuízo:

I – da imposição das penalidades cabíveis;

II – da aplicação de quaisquer medidas de garantias previstas na legislação tributária do Município.

Art. 308º. O pagamento poderá ser efetuado por qualquer das seguintes modalidades:

I –Mediante pagamento de DAM, emitido pela coordenadoria de Tributos;

II –Transferência bancária;

.

SUBSEÇÃO II

DA COMPENSAÇÃO

Art. 309º. Fica o Poder Executivo autorizado, a seu critério, por meio de expedição de decreto municipal, sempre que o interesse do Município o exigir, a compensar créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos do sujeito passivo contra o fisco, inclusive de servidores públicos municipais, nas condições e sob as garantias que estipular.

SUBSEÇÃO III

DA TRANSAÇÃO

Art. 310º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar com o sujeito passivo da obrigação tributária, transação que, mediante concessões mútuas, importe em prevenir ou terminar litígio e consequentemente, em extinguir o crédito tributário a ele referente, de acordo com o que dispõe o Art. 156 do CTN – Código Tributário Nacional.

SUBSEÇÃO IV

DA REMISSÃO

Art. 311º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, por despacho fundamentado, de acordo com o que dispõe o Art. 156 do CTN – Código Tributário Nacional, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

I - à situação econômica do sujeito passivo;

II - ao erro ou ignorância escusável do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;

III - ao fato de ser a importância do crédito tributário inferior a 1,5 (uma e meia) UFCN.

IV - às considerações de eqüidade relativamente às características pessoais ou materiais do caso;

V - às condições peculiares a determinada região do territóriomunicipal.

Parágrafo Único. A concessão referida neste artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixo de cumprir os requisitos necessários a sua obtenção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis nos casos de dolo ou simulação do beneficiário.

SUBSEÇÃO V

DA PRESCRIÇÃO

Art. 312º. O direito de proceder ao lançamento de impostos, assim como a suarevisão esuplementação, extingue-se 5 (cinco) anos depois da expiração do anofinanceiro em que se tornarem devidos.

Parágrafo Único. A ação para a cobrança do crédito tributário, prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

Art. 313º. A prescrição se interrompe:

I - pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;

II - pelo protesto feito ao devedor;

III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor;

V - durante o prazo da moratória ou parcelamento concedido até a sua revogação, em caso de dolo ou simulação, do beneficiário ou de terceiro por aquele.

Art. 314º. Ocorrendo a prescrição e não tendo sido ela interrompida na forma do parágrafo único anterior, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.

§ 1º. Constitui falta de exação no cumprimento do dever deixar o servidor municipal, prescrever débitos tributários sob sua responsabilidade.

§ 2º. O servidor municipal, qualquer que seja o seu cargo ou função e independentemente do vínculo empregatício ou funcional com a Administração Municipal, responderá civil, criminalmente e administrativamente pela prescrição do débito tributário sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município no valor dos débitos prescritos.

SUBSEÇÃO VI

DA DECADÊNCIA

Art. 315º. O direito de a Fazenda Municipal constituir o crédito tributário extingue-se em 5(cinco) anos, contados:

I – da data em que tenha sido notificada aosujeitopassivoqualquermedida preparatória indispensável ao lançamento;

II - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

III – da data em que tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício ou forma, o lançamento anteriormente efetuado.

§ 1º. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

§ 2º. O servidor municipal, qualquer que seja seu cargo ou função, e independente do vínculo empregatício ou funcional com a administração municipal, responderá civil, criminal e administrativamente pela decadência do tributo sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município no valor que deveria ser lançado.

SUBSEÇÃO VII

DA CONVERSÃO DO DEPÓSITO EM RENDA

Art. 316º. Extingue o crédito tributário com o resgate do depósito judicial, ou mediante a realização da transferência bancária aos cofres municipais previamente efetuado pelo sujeito passivo:

I – para garantia de instância;

II – em decorrência de qualquer outra exigência da legislação tributária;

§ 1º. Convertido o depósito em renda, o saldo porventura apurado contra ou a favor será exigido ou restituído.

§ 2º. Aplicam-se à conversão do depósito em renda as regras de imputação do pagamento.

SUBSEÇÃO VIII

DA HOMOLOGAÇÃO DO LANÇAMENTO

Art. 317º. Extingue o crédito tributário a homologação do lançamento, na forma do art. 315º, salvo quando houver fraude, dolo ou simulação.

SUBSEÇÃO IX

DA CONSIGNAÇÃO JUDICIAL

Art. 318º. Ao sujeito passivo é facultado consignar judicialmente a importância do crédito tributário, nos casos:

I – de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;

II – de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigência administrativa sem fundamento legal;

III – de exigência, por mais de uma pessoa de direito público, de tributo idêntico sobre o mesmo fato gerador.

§ 1º. A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe a pagar.

§ 2º. Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobrar-se-á aplicando-se as normas de atualização do disposto dos incisos I e II, do art. 343º deste Código, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

SUBSEÇÃO X

DAS DEMAIS MODALIDADES DE EXTINÇÃO

Art. 319º. O crédito tributário extingue a decisão administrativa ou judicial que expressamente:

I – declare a irregularidade de sua constituição;

II – reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;

III – exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;

IV – declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.

§ 1º. Somente extingue o crédito tributário a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória, bem como a decisão judicial passada em julgado.

§ 2º. Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado nos termos da legislação tributária, ressalvada as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito, previsto neste Código.

SEÇÃO IV

DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E SUAS MODALIDADES

Art. 320º. Excluem o crédito tributário:

I – a isenção;

II – a anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüentes.

Art. 321º. Isenção é a dispensa do pagamento de um tributo, em virtude de disposições expressas neste Código ou Lei Municipal subseqüente.

Art. 322º. A isenção poderá ser:

I – em caráter geral, concedida por lei, que pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade em determinada região ou no todo do território do Município;

II – em caráter individual, efetivada por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos em lei ou contrato para a sua concessão.

§ 1º. Tratando-se de tributo lançado por período certo de tempo, o despacho a que se refere o inciso II deste artigo, dependerá de reconhecimento anual pelo Executivo, antes da expiração de cada exercício, mediante requerimento do interessado em que prove enquadra-se nas situações exigidas pela lei concedente.

§ 2º. Quando deixarem de ser cumpridas as exigências determinadas na lei de isenção condicionada a prazo ou a quaisquer outros encargos, a autoridade administrativa, fundamentadamente, cancelará o despacho que reconheceu o benefício e não gerando direito adquirido.

Art. 323º. A concessão de isenção por leis especiais apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesse do Município e não poderá ter caráter pessoal.

Parágrafo único. Entende-se como favor pessoal não permitido a concessão, em lei de isenção de tributos a determinada pessoa física ou jurídica.

Art. 324º. A Lei que conceder anistia poderá fazê-lo:

I – em caráter geral;

II – limitadamente:

a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) a determinada região do território do Município, em função das condições a ela peculiares;

d) sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.

§ 1º. A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos em lei para a sua concessão.

§ 2º. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício sempre que o beneficiado não satisfez ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpre ou deixou de cumprir os requisitos para concessão do favor, cobrando-se o crédito atualizado, acrescido de juros de mora, aplicando-se, quando cabível, a regra do art. 322º.

Art. 325º. A concessão da anistia implica perdão da infração, não constituindo estas para efeito de imposição ou graduação de penalidades por outras infrações de qualquer natureza a ele subseqüentes cometidas pelo sujeito passivo beneficiado por anistia anterior.

CAPITULO III

DA GENERALIDADE DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 326º. Constitui infração a ação ou omissão voluntária ou não, que importe na inobservância por parte do sujeito passivo ou de terceiros, de normas estabelecidas na legislação tributária do Município.

Art. 327º. Os infratores sujeitam-se às seguintes penalidades:

I – aplicação de multas estabelecidas nesse Código;

II - aplicação da atualização monetária, multa e juros;

III – Sujeitarão ao regime especial de fiscalização;

IV – proibição de transacionar com os órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Município;

V – suspensão ou cancelamento de isenção de tributo.

Art. 328º. Serão punidas com multa em quantidade de UFCN, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades, as seguintes infrações:

I – Imposto Predial e Territorial Urbano:

a) multa de 01 (uma) UFCN, quando do não comparecimento do contribuinte à Prefeitura Municipal para solicitar a inscrição do imóvel no cadastro fiscal imobiliário ou a anotação de suas alterações, no prazo de 15(quinze) dias a contar do surgimento da nova unidade ou das alterações já existente;

b) multa de 1,5 (uma e meia) UFCN, quando de erro ou omissão dolosos, bem como falsidade nas informações fornecidas para inscrição ou alteração dos dados cadastrais do imóvel;

c) multa de 2 (duas) UFCN, quando o proprietário ou o possuidor a qualquer titulo do bem imóvel, que não permitir ou dificultar o trabalho de cadastramento ou recadastramento “in loco”;

d) multa de 1 (uma) UFCN, aplicar após 30(trinta) dias quando os herdeiros deixarem de promover a transferência perante o órgão fazendário competente, a contar da data do julgamento da partilha ou da adjudicação.

II – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza:

1 - Multa de importância igual a 01 (uma) UFCN nos casos de:

a) iniciar atividades ou praticar ato sujeito ao imposto, antes da concessão desta;

b) deixar de fazer a inscrição no cadastro fiscal da Prefeitura, de seus bens ou atividades sujeitos à tributação municipal;

c) apresentar ficha de inscrição cadastral, livros, documentos ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitos à tributação municipal com omissões ou dados inverídicos;

d) deixar de comunicar, dentro dos prazos previstos as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados;

e) deixar de apresentar, dentro dos respectivos prazos, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou base de cálculo dos tributos municipais;

f) deixar de remeter à Prefeitura, em sendo obrigado a fazê-lo, documento que interessar à fiscalização;

g) apresentar ficha de inscrição fora do prazo legal ou regulamentar;

2 - multa de importância igual a 0,5 (meia) UFCN nos casos de:

a) falta de livros fiscais;

b) falta de escrituração do Imposto devido;

c) dados incorretos na escrita fiscal ou documentos fiscais;

d) falta do número de inscrição do cadastro de atividades econômicas em documentos fiscais.

3 - multa de importância igual 0,8 (zero vírgula oito) UFCN nos casos de:

a) falta de declaração de dados;

b) erro, omissão ou falsidade na declaração de dados.

3 - multa de importância igual a 2 (duas) UFCN nos casos de:

a)- falta de emissão de nota fiscal ou outro documento admitido pela Administração;

b) - negar-se a exibir livros, nota fiscal ou qualquer documento fiscal que interessar à fiscalização;

c) - retirada do estabelecimento ou do domicílio do prestador, de livros ou documentos fiscais;

d) - sonegação de documentos para apuração do preço dos serviços;

e) - embaraço ou impedimento à fiscalização.

4 - multa de importância igual a 03 (três) UFCN em caso comprovado de fraude;

5 - multa de importância igual a 02 (duas) UFCN no caso de não retenção do Imposto devido quando na condição prevista no art. 58 desta lei.

6 - multa de importância igual a 02 (duas) UFCN, no caso da falta de recolhimento do Imposto retido na fonte.

7 - multa em dobro no caso de reincidência para todos os incisos e alínea deste artigo.

III – Da TAXA de:

1 – Coleta de Lixo:

1.1 - multa de importância igual a 0,5 (meia) unidades da UFCN, por cada infração de:

a) quando colocado lixo fora dos dias previsto para o recolhimento;

b) quando colocado lixo fora de recipiente apropriado de até 120 (cento e vinte) litros em vias e logradouros públicos.

1.2 – multa de importância igual a 1 (uma) unidades da UFCN, por cada infração de:

a) quando colocado qualquer tipo de lixo em vias e logradouros públicos, especificados nos incisos I à XII do Art. 118, sem autorização por escrito da Administração Municipal.

b) quando da reincidência, será aplicado multa de importância igual ao dobro, constante deste item.

2 – Localização e Funcionamento:

I – infrações relativas à inscrição e às alterações cadastrais: multa de 01 (uma) UFCN, aos que deixarem de efetuar, na forma e prazos regulamentares, a inscrição inicial, as alterações de dados cadastrais ou seu respectivo cancelamento, quando apuradas por meio de ação fiscal ou denunciadas após o seu início;

II – infrações relativas às declarações de dados: multa de 1,5 (uma e meia) UFCN, aos que deixarem de apresentar quaisquer declarações a que são obrigados, ou o fizerem com dados inexatos ou omissão de elementos indispensáveis à apuração da Taxa devida, na forma e prazos regulamentares;

III – infrações relativas à ação fiscal:

a) multa de 01 (uma) UFCN, aos que recusarem a exibição da inscrição, da declaração de dados ou de quaisquer outros documentos fiscais, embaraçarem a ação fiscal ou sonegarem documentos para a apuração da taxa;

b) multa de 0,1 (zero vírgula uma) UFCN, aos que não mantiverem no estabelecimento os documentos relativos à inscrição no cadastro e posteriores alterações, bem como os documentos de arrecadação;

IV - suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;

V - cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

3. Funcionamento em Horário Especial:

I - multa de 0,5 (meia) UFCN, aos que trabalharem sem autorização do órgão competente da Prefeitura Municipal;

II - suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;

III - cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixar de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercidade maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

4. Publicidade em Geral:

I - multa de 1 (uma) UFCN, quando da instalação de qualquer meio de divulgação em terrenos públicos ou particular, nas vias e logradouros públicos do Município, bem como nos lugares de acesso ao público, desprovido de prévia licença outorgada pelo Município, terá seusequipamentos, materiais, veículos e demais pertences apreendidos, até regularização da situação, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

II – multa de 0,30 (zero vírgula trinta) UFCN, quando expirado o prazo concedido;

III – multa de 1 (uma) UFCN, quando colocado a propaganda e/ou publicidade fora do local autorizado;

IV – cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

5. Comércio Ambulante:

I - multa de 1 (uma) UFCN, quando estacionar em vias e logradouros públicos, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura Municipal.

II - multa de 0,5 (meia) UFCN, quando impedir ou dificultar o trânsito nas vias e logradouros públicos.

III - multa de 1 (uma) UFCN, pelo exercício de qualquer atividade sujeita à Taxa sem a respectiva licença;

IV - suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;

V - cassação da licença a qualquer tempo, quando deixar de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

VI - o vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade ficará sujeito a apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

6. Aprovação de Obras Particulares:

I - multa de 1 (uma) UFCN, quando iniciar a construção sem autorização previamente determinada pela Prefeitura Municipal.

II - multa de 0,5 (meia) UFCN, quando impedir ou dificultar o trânsito nas vias e logradouros públicos com o depósito do material para construção;

III - multa de 2 (duas) UFCN, quando alterar o projeto sem autorização previamente determinada pela Prefeitura Municipal;

V – no caso de reincidência a multa será acrescida em 50% (cinqüenta por cento), para cada caso especifico, nos incisos anteriores;

V - cassação da licença a qualquer tempo, quando deixar de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

7. Ocupação de Solo:

I - As infrações terão as penalidades de conformidade a cada caso especifico, constante no item 5 deste artigo.

8. Fiscalização Sanitária:

I – nas infrações leves, 0,5 a 5 UFCN;

II – nas infrações graves, 1 a 8 UFCN;

III – nas infrações gravíssimas, 2 a 15 UFCN.

IV - Nos casos de reincidência os valores acima serão aplicados em dobro;

V – Nos caso de embaraço ou impedimento da ação fiscal em triplo.

VI - cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão, quando deixarem de serem cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

9. Transporte:

I - multa de 1 (uma) UFCN, no caso de ficar estacionado em lugar não permitido pela Prefeitura Municipal;

II – multa de 2 (duas) UFCN, quando o condutor não estiver credenciado.

III – multa de 1,5 (uma e meia) UFCN, quando constatados acessórios de segurança inapropriado para o uso e de obrigatoriedade, conforme Código Nacional de Transito.

IV – multa 0,5 (meia) UFCN, quando da desobediência das demais infrações contida na lei especifica;

V - multa em dobro, nos casos de reincidência dos incisos anteriores deste artigo.

VI - suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;

VII - cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão, quando deixarem de serem cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

10. Iluminação Pública:

I - O não pagamento da **CIP** na data estabelecidaficará sujeito da aplicação dos dispostos nos incisos I e II do art. 327, deste Código.

Parágrafo único. A aplicação de penalidade de qualquer natureza, de caráter civil, criminal ou administrativa, e o seu cumprimento, em caso algum dispensa o pagamento de natureza devido e da aplicação das normas de atualização do disposto dos incisos I e II, do art. 327, deste Código.

Art. 329º. Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com interpretação fiscal, constante de decisão qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente venha ser modificada essa interpretação.

Art. 330º. A omissão do pagamento do tributo e a fraude fiscal serão apuradas mediante representação, notificação preliminar ou auto de infração, nos termos deste Código.

§ 1º. Dar-se-á por comprovada a fraude fiscal quando o contribuinte não dispuser de elementos convincentes em razão dos quais se possam admitir involuntária a omissão do pagamento.

§ 2º. Em qualquer caso, considerar-se-á como fraude a reincidência na omissão de que trata este artigo.

Art. 331º. A co-autoria e a cumplicidade nas infrações ou tentativas de infração aos dispositivos deste Código, implicam os que praticaram e seus autores, a responsabilidade solidariamente pelo pagamento do tributo devido, ficando sujeito às mesmas penas fiscais.

Parágrafo único. Considera-se reincidência a repetição de infração de um mesmo dispositivo pela mesma pessoa física ou jurídica, depois de transitada em julgado, administrativamente a decisão condenatória referente à infração anterior.

Art. 332º. O contribuinte ou responsável poderá apresentar denúncia espontânea de infração, ficando excluída a respectiva penalidade, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, atualizado e com os acréscimos legais cabíveis, ou depositada a importância arbitrada pela autoridade administrativa quando o montante do tributo dependa de apuração**.**

§ 1º. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionada com a infração.

§ 2º. A apresentação de documentos obrigatórios para a Administração não importa em denúncia espontânea, para os fins do disposto nesteartigo.

Art. 333º. Serão punidas:

I - com multa de até 25 (vinte e cinco) vezes a UFCN (Unidade Fiscal de Canabrava do Norte) quaisquer pessoas, independentemente de cargo, ofício ou função, ministério, atividade ou profissão, que embaraçarem, iludirem ou dificultarem a ação da Fazenda Municipal por qualquer de suas unidades ou autoridades fiscais ou tributárias;

II - com multa de 10 (dez) vezes a UFCN (Unidade Fiscal de Canabrava do Norte), quaisquer pessoa, físicas ou jurídicas, que infringirem dispositivo da legislação tributária do Município, para os quais não tenham sido especificadas as penalidades próprias).

Art. 334º. São considerados crimes de sonegação fiscal a prática, pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele, dos seguintes atos:

I - prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes do fisco, com intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributo e quaisquer outros adicionais devidos por lei.

II - inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Municipal;

III - alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações tributáveis com o propósito de fraudar a Fazenda Municipal;

IV - fornecer ou emitir documentos graciosos ou majorar despesas com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Municipal.

Art. 335º. A aplicação de multa não prejudicará a ação criminal que no caso couber.

Art. 336º. Independentemente dos limites estabelecidos neste Código, a reincidência em infração da mesma natureza punir-se-á com multa em dobro, e, a cada nova reincidência, aplicar-se-á essa pena acrescida de 10% (dez por cento).

Art. 337º. O contribuinte que houver cometido mais de uma infração, ou reincidir na violação das normas estabelecidas neste código ou em regulamentos municipais, poderá ser submetido a regime especial de fiscalização.

Art. 338º. Fica proibido de transacionar em qualquer modalidade, inclusive de receber crédito com os órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Município, toda pessoa física ou jurídica que estiver em débito ou respondendo por processo de sonegação fiscal.

Art. 339º. Todas as pessoas físicas ou jurídicas que gozarem de isenções de tributos municipais que infringirem disposições deste Código, ficará privadas das mesmas.

Art. 340º. Serão punidos com multas equivalentes ao valor de 15 (quinze) dias da respectiva remuneração:

I – os funcionários que se negarem a prestar assistência ao contribuinte, quando esta for solicitada na forma deste Código;

II – os agentes fiscais que, por negligência ou má-fé, lavrarem autos sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidade e não cumprirem com as normativas regulamentadas.

Art. 341º. As multas do artigo anterior serão impostas pelo Poder Executivo mediante representação da autoridade fazendária competente, se de outro modo não dispuser a legislação própria.

Art. 342º. O pagamento de multas decorrentes do processo fiscal só se tornará exigível depois de transitada em julgado a decisão que a impôs.

SEÇÃO II

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA, MULTAS E DOS JUROS DE MORA

Art. 343º. O tributo e demais créditos tributários não pagos na data do vencimento terão seu valor atualizado monetariamente e acrescido de multas e juros, de acordo com os seguintes critérios:

I - atualizado mediante aplicação do coeficiente obtido pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), em vigor na época.

II - sobre o valor atualizado serão aplicadas:

a)Multa de 0,33% (trinta e três décimo por cento) por dia de atraso até o limite de 20% (vinte) por cento.

b) Juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês, por mês ou fração de mês, após o vencimento.

Art. 344º. Independente das penalidades impostas nesta Seção, poderão, ainda, ser aplicadas outras previstas nesta Lei, ou na legislação complementar, quando couber.

Art. 345º. Os reincidentes em infração prevista na Legislação TributáriaMunicipal, terão aplicadas em dobro, as penalidades nela estipuladas.

Parágrafo único. Considera-se reincidência a repetição de idêntica infraçãopela mesma pessoa física ou jurídica depois de passado em julgado,administrativamente, decisão condenatória referente à infração anterior.

Art. 345º. A aplicação da multa não prejudicará a ação criminal que, no caso,couber.

Art. 346º. Apurando-se, no mesmo período revisado, infração a mais de umdispositivo da Legislação Municipal, aplica-se:

I – em relação à obrigação principal, a pena correspondente a cada uma delas;

II – em relação à obrigação acessória, a pena mais grave.

SUBSEÇÃO I

DAS MULTAS POR NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 347º. É passível de multa, que será graduada em função da Unidade Fiscal,o contribuinte que:

I – iniciar atividade ou praticar ato sujeito à licença antes da concessão desta: Multa – 3 UFCN;

II – deixar de fazer a inscrição ou de comunicar a ocorrência de qualquer ato oufato que venha modificar os elementos da inscrição de imóveis ou de atividades nocadastro fiscal:Multa – 0,5 UFCN; **III –** deixar de apresentar, nos prazos estabelecidos pela legislação tributáriamunicipal, documentos solicitados por notificação para revisão fiscal: Multa – 0,5 UFCN;

IV – deixar de cumprir qualquer outra obrigação acessória, estabelecida nestaLei ou na legislação complementar: Multa – 0,30 UFCN.

Parágrafo único. A intimação para o infrator cumprir ou impugnar a Multa porNão Cumprimento de Obrigação Acessória conterá o prazo de 20 (vinte) diascontados a partir da data da ciência da Notificação.

Art. 348º. A legislação complementar, através de Decreto Executivo,estabelecerá a graduação das penalidades previstas no artigo anterior, disciplinando,ainda, a sua aplicação.

Art. 349º. As multas de que tratam os artigos 347º e 348º, desta Lei, serão aplicadassem prejuízo de outras penalidades por motivo de fraude, sonegação de impostos, ouatraso.

SUBSEÇÃO II

DAS MULTAS POR SONEGAÇÃO DE TRIBUTOS

Art. 350º. Será lavrado Auto de Infração, lançado ao infrator a dispositivo desta Lei, penalidades assim graduadas:

I – multa correspondente a uma vez e meia o valor corrigido do tributo,quando:

a) sonegar, por qualquer forma, tributo devido, se apurar a existência de artifíciodoloso ou intuito de fraude; **b)** deixar de recolher, nos prazos estabelecidos na Legislação TributáriaMunicipal, importância devida de tributo retida na condição de responsável.

§ 1º. Considera-se consumada a fraude fiscal, nos casos do inciso I alínea“a”, mesmo antes de vencidos os prazos de cumprimento das obrigações tributárias.

§ 2º. Salvo prova em contrário, presume-se o dolo em qualquer das seguintescircunstâncias ou outras análogas: **a)** contradição evidente entre livros e documentos da escrita fiscal e oselementos das declarações e guias apresentadas às repartições públicas municipais;

b) manifesto desacordo entre os preceitos legais e regulamentares no tocante àsobrigações fiscais e sua aplicação por parte dos contribuintes ou responsáveis;

c) remessa de informações e comunicações falsas ao fisco com respeito aosfatos geradores de obrigações fiscais;

d) omissão de lançamento nos livros, fichas, declarações ou guias, de atividadesou operações que constituem fatos geradores de obrigações fiscais.

e) deixar de exibir livros fiscais, comprovantes da escrita e demais documentosinstituídos por Lei ou Legislação Complementar, bem como prestar informações,sempre que solicitadas pela Fiscalização Tributária.

Art. 351º. As multas previstas nos incisos I do artigo anterior serãoreduzidas em 50% (cinqüenta por cento) do seu valor quando o pagamento dotributo devido for integralmente efetuado no prazo de 20 (vinte) dias contados dorecebimento do Auto de Infração, e em 25% (vinte e cinco por cento) quando nomesmo prazo for efetuado o parcelamento do tributo devido.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

SEÇÃO I

DA CONSULTA

Art. 352º. Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de efetuar consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que feita antes de ação fiscal e em obediência às normas aqui estabelecidas.

Art. 353º. A consulta será dirigida ao titular do órgão fazendário municipal com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicados os dispositivos legais e instruída, se necessário, com documentos.

Art. 354º. Nenhum procedimento fiscal será promovido contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

§ 1º. Os efeitos previstos neste artigo não se produzirão em relação às consultas meramente protelatórias, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva ou passada em julgado.

§ 2º. A resposta à consulta será respeitada pela Administração, salvo se baseada em elementos inexatos fornecidos pelo contribuinte.

Art. 355º. Na hipótese de mudança de orientação fiscal, a nova orientação atingirá todos os casos, ressalvados o direito daqueles que anteriormente procedeu de acordo com a orientação vigente até a data da modificação.

Parágrafo único. Enquanto o contribuinte protegido por consulta, não for notificado de qualquer alteração posterior no entendimento da autoridade administrativa sobre o mesmo assunto, ficará amparado em seu procedimento pelos termos da resposta a sua consulta.

Art. 356º. A formulação da consulta não terá efeito suspensivo da cobrança de tributos e respectivas atualizações e penalidades.

Parágrafo único. O consulente poderá evitar a oneração do débito por multa, juros de mora e correção monetária efetuando o seu pagamento ou o prévio depósito administrativo das importâncias que, se indevida, serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação do consulente.

Art. 357º. A autoridade administrativa dará resposta à consulta noprazo de 30(trinta) dias.

Parágrafo único. Do despacho proferido em processo de consulta caberá pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias contados da sua notificação, desde que fundamentado em novas alegações.

SEÇÃO II

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 358º. Compete à Administração Fazendária Municipal, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas da legislação tributária de proceder a exames ou diligências, lavrar termo circunstanciado do que houver apurado constantes as datas iniciais do período fiscalizado, bem como a relação de documentos examinados.

§ 1º. O Termo de que trata o "caput" deste artigo deverá ser de Notificação Fiscal, Auto de Infração e Apreensão.

§ 2º. iniciada a fiscalização ao contribuinte, terão os agentesfazendários o prazo de 15 (quinze) dias para concluí-la, salvo quando esteja ele submetido a regime especial de fiscalização.

§ 3º. Havendo justo motivo, o prazo referido no parágrafo anterior poderá ser prorrogado, mediante despacho do titular da Secretaria de Finanças pelo período por este fixado, não podendo ser superior a 30 (trinta) dias.

Art. 359º. A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas sujeitas ao cumprimento de obrigações tributarias inclusive aquelas imunes ou isentas.

Art. 360º. A autoridade administrativa terá ampla faculdade de fiscalização, com a finalidade de obter elementos que lhe permitam a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes ou responsáveis, e determinar com precisão a natureza e o montante dos créditos tributários, podendo especialmente:

I – exigir, a qualquer tempo do sujeito passivo à exibição de livros comerciais e fiscais e documentos em geral, bem como solicitar seu comparecimento à repartição competente para prestar informações ou declarações;

II – apreender livros e documentos fiscais, nas condições e formas definidas neste Código;

III – fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos locais e estabelecimentos onde se exerçam atividades passíveis de tributação ou nos bens constituam matéria tributável.

Art. 361º. A escrita fiscal ou mercantil, com omissão de formalidades legais ou intuito de fraude fiscal, será desclassificada e facultada à Administração o arbitramento dos diversos valores.

Art. 362º. O chefe da fiscalização poderá determinar, mediante justificativa, o exame de livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais e demais diligências da fiscalização poderão ser repetidos, em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não extinto o direito de proceder ao lançamento do tributo ou da penalidade, ainda que já lançados e pagos.

Art. 363º. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I - os tabeliães, escrivãos e demais serventuários de ofício;

II - os bancos, caixas econômicas e demais instituições financeiras;

III - as empresas de administração de bens;

IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V - os inventariantes;

VI - os síndicos, comissários e liquidatários;

VII – Os escritórios de contabilidade;

VIII- quaisquer outras entidades ou pessoas que, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão detenham em seu poder, a qualquer título e de qualquer forma, informações necessárias ao fisco.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado guardar segredo em razão do cargo.

Art. 364º. Independentemente do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para quaisquer fins, por parte do fisco municipal, de qualquer informação obtida em razão de ofício sobre a situação econômico-financeira e sobre a natureza e estado dos negócios ou atividades das pessoas sujeitas à fiscalização.

§ 1º. Excetuam-se do disposto neste artigo unicamente as requisições da autoridade judiciária e os casos de prestação mútua de assistência para fiscalização de tributos e permuta de informações entre os diversos órgãos do Município e entre este e a União, Estados e outros Municípios.

§ 2º. A divulgação das informações obtidas no exame de contas e documentos constitui falta grave sujeita à penalidade da legislação pertinente.

Art. 365º. O Poder Executivo poderá instituir livros e registros de bens, serviços e operações tributáveis a fim de apurar os elementos necessários ao seu lançamento e fiscalização.

Parágrafo único. O regulamento disporá sobre a natureza e as características dos livros e registros de que trata este artigo.

Art. 366º. A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento fiscal, na forma da legislação aplicável, que fixará o prazo máximo para a conclusão daquelas.

Parágrafo único. Os termos a que se refere este artigo serão lavrados, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separado, deles se entregará à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade que proceder ou presidir à diligência.

Art. 367º. As autoridades da Administração Fiscal do Município, poderão requisitar auxílio de força pública, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício das funções de seus agentes, ou quando indispensável à efetivação de medidas previstas na legislação tributária.

SEÇÃO III

DA DÍVIDA ATIVA

Art. 368º. Constitui Divida Ativa Tributária o crédito tributário regularmente inscrito, depois de esgotado o prazo para pagamento fixado por lei, por Decreto do Executivo ou por decisão proferida em processo regular, decorrente do não pagamento de tributos, multas, juros e demais cominações.

Parágrafo Único. A execução fiscal refere-se pela Lei N.º.6.830, de 22.09.1980 e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil.

Art. 369º. Divida Ativa compreende a tributária e a não tributária, tais como os provenientes de contribuição estabelecidas em lei, foros, laudêmios, aluguéis, taxas de ocupação, taxas de serviços diversos prestados, custas processuais, preços de serviços definitivamente julgados, bem assim, os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-revogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral, juros, multas atualização monetária ou de outras obrigações legais.

Art. 370º. Será inscrito em Dívida Ativa o crédito constituído através do controle administrativo da legalidade, conforme dispõe o artigo 213º deste Código, ficando a Procuradoria, responsável para apuração da certeza e liquidez do crédito tributário.

Parágrafo Único. A Procuradoria Municipal poderá requerer diligência no sentido de complementar os dados faltantes, se houver, para a devida inscrição em Dívida Ativa.

Art. 371º. O termo de inscrição em dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente as informações estabelecidas no artigo 216º deste Código.

Art. 372º. A divida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Art. 373º. A presunção a que se refere o artigo anterior é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do devedor ou de terceiros a que aproveite, aguardando, no caso, a Procuradoria Fiscal, por mais 30(trinta) dias, fazendo publicar no Diário Oficial do Município ou em outro jornal de grande circulação no Município, a relação dos devedores para liquidação amigável do débito, antes de ingressar em juízo com a ação de execução fiscal.

Art. 374º. Os débitos relativos ao mesmo devedor poderão, com base no Princípio da Economia Processual, ser reunidos em um único processo para a cobrança em execução fiscal.

Art. 375º. A Procuradoria Fiscal opinará sobre os processos que julgar devam ser arquivados, por insuficiência de informações que lhe garantam certeza e liquidez do crédito e os encaminhará ao órgão fazendário central para parecer conclusivo, que será publicado no órgão utilizado pela municipalidade para divulgação dos seus atos.

Parágrafo único. O processo de cada contribuinte, cujos débitos somados não ultrapassem o valor equivalente a 1,5 (uma vez e meia) UFCN, será arquivado, depois de esgotado o prazo de liquidação amigável, mediante Parecer Conclusivo da Procuradoria Municipal e do órgão fazendário central.

Art. 376º. Verificada a inobservância legal no caso de extinção ou exclusão de débitos tributários, apurar-se-á a responsabilidade funcional, sendo o servidor municipal obrigado a recolher aos cofres públicos municipais, o total do valor que houver sido pelo mesmo dispensado, além da pena disciplinar a que estiver sujeito.

Parágrafo único. É solidariamente responsável com o servidor quanto à reposição das quantias relativas à redução ou extinção, a autoridade superior que autorizar ou determinar tais concessões, salvo se o fizer em cumprimento de Mandado Judicial.

Art. 377º. O débito inscrito em dívida ativa, a critério do órgão fazendário e respeitado o disposto nos incisos I, II, do artigo 343, poderá ser quitado em até 20(vinte) parcelas mensais e sucessivas, seguindo os procedimentos dos incisos abaixo:

I – não podendo nenhuma parcela ser inferior a 0,5 (meia) UFCN;

II – quando do parcelamento, só será concedido mediante requerimento do interessado, o que implicará no reconhecimento da dívida, assinando o Termo de Parcelamento.

III – a primeira parcela será recolhida no ato da assinatura do Termo de Parcelamento;

IV – o atraso do pagamento de duas parcelas consecutivas acarretará automaticamente o cancelamento do Termo de Parcelamento, importando no vencimento antecipado das demais e na imediata cobrança do crédito, ficando proibido sua renovação ou novo parcelamento para o mesmo débito.

V – O atraso do pagamento de 3 (três) parcelas não consecutivas gerará a mesma penalidade prevista no inciso anterior.

§ 1º. Se em fase de liquidação amigável do débito, o devedor requerer o parcelamento o processo será encaminhado à Procuradoria Fiscal para o devido conhecimento e emissão de parecer conclusivo, sendo o mesmo, entretanto, arquivado, somente após o pagamento da última parcela.

§ 2º. Se em fase de cobrança judicial, o devedor peticionará ao Procurador do Município que, caso acate o pedido do Requerente, após análise do caso em parcelamento, devendo o mesmo agir na forma do parágrafo anterior, para que o Procurador peticione ao Juiz competente, requerendo a suspensão do processo até liquidação total do débito.

§ 3º. Em caso do parágrafo anterior, do presente artigo, caso ocorra a hipótese dos inciso IV e V do presente artigo, o Procurador deverá ser informado do não cumprimento do parcelamento, devendo este peticionar ao juiz, requerendo a continuação da execução fiscal, acrescida das multas estipuladas no documento de parcelamento, juntando cópia do mesmo e outras provas que julgar necessária.

Art. 378º. Mediante a liquidação total do débito, o Procurador requererá imediata baixa do processo, devendo o executado pagar os honorários advocatícios e demais despesas processuais se houve, para que lhe seja liberada a certidão negativa de débitos fiscais para com a Fazenda Municipal.

Art. 379º. O processo administrativo da Divida Ativa é de responsabilidade do setor competente subordinado ao Procurador, podendo ser requisitado por este, para exibi-lo em juízo, caso necessário.

Art. 380º. A Procuradoria Municipal atuará em juízo a favor da Fazenda Pública Municipal, executando os créditos tributários e não-tributários, e defendendo o Município nas ações de execução contra ele propostas.

Art. 381º. Sempre que houver penhora de bens móveis não fungíveis, a Procuradoria Municipal, requererá a remoção para o depósito municipal, cujo encarregado será o fiel depositário.

Art. 382º. A Procuradoria Municipal, mensalmente ou dentro do prazo necessário, dependendo da quantidade de bens depositados, requisitará o leilão dos bens penhorados nos processos não embargados, ou naqueles cujos embargos tenham sido rejeitados, devendo este pedido ser feito em apenas um edital, reunindo todos os bens penhorados.

Art. 383º. Em fase anterior à da execução judicial, além da publicação dos nomes dos devedores por edital, o contribuinte poderá ser intimado por carta, através do Correio, ou por Oficial de Justiça, mediante convênio.

Parágrafo único. Dependendo do volume de processos a serem analisados, o Município poderá contratar serviços profissionais de advogados, para cobrança extrajudicial, mediante os procedimentos licitatórios mais aplicáveis ao caso cujo pagamento dar-se-á pelos honorários a serem cobrados do contribuinte, no ato da quitação do débito.

Art. 384º. A cobrança da Divida Ativa, a critério da administração e do interesse do município, em terminar litígio com a pessoa física ou jurídica, poderá ser revertida em prestação de serviços pelo devedor, devendo tal decisão ser fundamentada em parecer conclusivo emitido pela Procuradoria Fiscal do Município.

SEÇÃO IV

DAS CERTIDÕES

Art. 385º. A prova de quitação do tributo para com a Fazenda Municipal será feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, contendo todas as informações exigidas pelo Fisco, na forma do regulamento.

Art. 386º. A certidão será fornecida no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data de entrada do requerimento na repartição, sob pena de responsabilidade funcional.

Parágrafo único. Havendo débito em aberto, a Certidão será positiva, revelando os débitos pendentes para com a Fazenda Municipal, seja de origem tributária ou não-tributária.

Art. 387º. Terá os mesmos efeitos da certidão negativa a que ressalvar a existência de créditos:

I - não vencidos;

II - em curso de cobrança executiva com efetivação de penhora;

III - cuja exigibilidade esteja suspensa.

§ 1º. Nas certidões expedidas nos termos deste artigo será consignada, obrigatoriamente observação sobre crédito vincendo, se houver.

§ 2º. A certidão negativa fará observação quanto a créditos vincendos, pelos quais responderá solidariamente o adquirente do imóvel, no caso de tais créditos incidir sobre o imóvel.

§ 3º. Pelo imposto referente ao exercício imediatamente posterior ao consignado como quitado na certidão negativa, responderá solidariamente o adquirente do imóvel, ainda que lançado em nome do transmitente,no caso de o mesmo incidir sobre o imóvel.

Art. 388º. A certidão negativa fornecida tem validade determinada e não excluem o direito da Fazenda Municipal exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

Art. 389º. As pessoas físicas ou jurídicas que estiverem em débito para com a Fazenda Municipal, ficam impedidas de celebrar contrato, prestar serviços de qualquer natureza com a Prefeitura ou seus órgãos de administração direta ou indireta, não receberá licença para construção ou reforma e habite-se nem aprovará planta de loteamento sem que o interessado faça prova, por certidão negativa, da quitação de todos os tributos devidos relativos ao objeto em questão.

Art. 390º. As certidões negativas de tributos econômicos terão validade até o dia anterior ao do inicio da cobrança do imposto do exercício imediatamente posterior ao consignado como quitado.

§ 1º. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabilizará pessoalmente o funcionário que a expedir pelo pagamento do crédito tributário e juros acrescidos de mora.

§ 2º. O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade civil, criminal e administrativa que couber e éextensivo os quantos colaborarem por ação ou omissão, no erro contra a Fazenda Municipal.

Art. 391º. Fica o Poder Executivo autorizado a delimitar um valor mínimo, para as execuções fiscais, a partir do qual a Procuradoria Geral do Município fica incumbida de atuar na recuperação do crédito respectivo.

Parágrafo único. O valor mínimo, em cumprimento ao disposto no Provimento n. 13/2013-CGJ, é de valor inferior ao equivalente a 15 (quinze) Unidades Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso – UPF-MT, o qual deverá ser atualizado conforme normativa da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Art. 392º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, através da Procuradoria do Município, a protestar extrajudicialmente, independentemente de seu valor e sem prévio depósito de emolumentos, custas ou qualquer despesa para o Município, na forma e para os fins previstos na Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, e Lei Federal nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, as certidões de dívida ativa dos créditos tributários e não-tributários do Município de Canabrava do Norte, constituídos na forma do Código Tributário Municipal, e alterações.

§1º. Os efeitos do protesto alcançarão os responsáveis tributários conforme disposição dos artigos 134 e 135 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

§2º. As medidas tomadas por força desta Lei não obstam a execução dos créditos inscritos na dívida ativa, nos termos da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, nem as garantias previstas nos artigos 183 a 193, da Lei Federal nº 5.172/1966.

§3º. A Certidão de Dívida Ativa encaminhada a protesto deverá conter, além dos requisitos obrigatórios previstos na Lei nº 6.830/1980 - Lei de Execução Fiscal, os seguintes dados:

I – nome completo do devedor;

II – número de inscrição no CPF ou CNPJ;

III – endereço completo.

Art. 393º. As parcelas inadimplidas de parcelamentos concedidos pela administração poderão ser levadas a protesto individualmente mediante expedição de certidão específica relativa a parcela não paga.

Parágrafo Único. Os títulos parcialmente quitados poderão ser levados a protesto pelo saldo.

Art. 394º. Ao protesto e seu procedimento aplicam-se as leis e regulamentos que lhes são próprios.

Parágrafo Único. Somente ocorrerá o cancelamento do protesto após o pagamento total da dívida ou o seu parcelamento.

Art. 395º. Os pagamentos dos valores previstos nas tabelas de emolumentos devidos pelo protesto das certidões de dívida ativa expedidas pela Fazenda Pública Municipal correrão por conta dos contribuintes inadimplentes, que os farão diretamente ao Tabelionato no momento da comprovação da quitação do débito pelo devedor ou responsável, ou por ocasião do cancelamento do protesto, sendo devidos, neste último caso, também, pelos contribuintes.

Art. 396º. Fica o Chefe do Executivo autorizado, concedendo remissão, a não protestar ou executar o crédito da fazenda pública municipal, de natureza tributária e não-tributária, exigível após o vencimento do prazo para pagamento, inscrito em Dívida Ativa, cujo valor consolidado for inferior ao dos respectivos custos de cobrança do protesto.

Art. 397º. O Poder Executivo Municipal e os respectivos Tabelionatos de Protesto de Títulos poderão firmar convênios dispondo sobre as condições para a realização dos protestos de certidões de dívida ativa expedidas pela Fazenda Pública Municipal, regulando a remessa e retirada dos títulos, bem como dos respectivos valores, observado o disposto em legislação federal.

Art. 398º. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar uma empresa especializada, para a recuperação extrajudicial do crédito da dívida ativa do Município de Canabrava do Norte.

CAPÍTULO V

DO PROCESSO FISCAL TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I

DA IMPUGNAÇÃO

Art. 399º. A impugnação terá efeito suspensivo da exigência e instaurará a fase contraditória do procedimento.

Parágrafo único. A impugnação do lançamento mencionará:

a) a autoridade julgadora a quem é dirigida;

b) a qualificação do interessado e o endereço para intimação;

c) os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;

d) as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razões;

e) o objetivo visado.

Art. 400º. O impugnador será notificado da decisão no próprio processo por via postal registrada ou ainda por edital.

Art. 401º. Na hipótese de a impugnação ser julgada improcedente, os tributos e as penalidades impugnadas serão atualizados monetariamente e acrescidos de multa e juros de mora, a partir da data dos respectivos vencimentos.

§ 1º.O sujeito passivo poderá evitar a aplicação dos acréscimos na forma deste artigo, desde que efetue o prévio depósito administrativo, na tesouraria do Município, da quantia total exigida.

§ 2º. Julgada improcedente a impugnação, o sujeito passivo arcará com custas processuais que houver.

Art. 402º. Julgada procedente a impugnação, serão restituídas ao sujeito passivo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados do despacho ou decisão, as importâncias acaso depositadas, atualizadas monetariamente a partir da data em que foi efetuado o depósito.

SEÇÃO II

DA NOTIFICAÇÃO FISCAL, AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO

Art. 403º. Qualquer ação ou omissão contrária à legislação tributária será apurada mediante representação e/ou ação fiscal.

Art. 404º. A omissão do cumprimento tributário não será considerada comofraude se o contribuinte não diligenciar por ocultar o débito ao Agente Fiscal.

§ 1º. Dá-se por comprovada a fraude fiscal quando o contribuinte nãodisponha de elementos de convicção em razão dos quais se possa admitirinvoluntária omissão do cumprimento da obrigação tributária.

§ 2º. Em qualquer caso, considerar-se-á como fraude a reincidência de quetrata este artigo.

Art. 405º. Admite-se a interpretação extensiva e a aplicação analógica sempreque se devamobservar, em processos instaurados, normas gerais de direito financeiro não expressamente consignados nesta Lei.

Art. 406º. A Fiscalização de Receita Municipal, quando verificar qualquer açãoou omissão contrária às disposições da legislação tributária, deverá promover adevida ação fiscal.

Art. 407º. As ações fiscais promovidas pela Fiscalização de Receita Municipal, para verificar o cumprimento da Legislação Tributária Municipal, serão executadas nas seguintes modalidades:

I – Procedimento denominado de Revisão Fiscal;

II – Procedimento denominado de Verificação Fiscal.

Art. 408º. A Revisão Fiscal consiste na aplicação de procedimentos de auditoria fiscal, em que serão consideradas todas as informações necessárias para fins deverificar o atendimento da Legislação Tributária pelo Contribuinte, SubstitutoTributário ou Responsável Tributário.

§ 1º. A Notificação Fiscal, Auto de Infração e Apreensão, obedecerá sempre o modelo fixado por ato normativo do Poder Executivo.

§ 2º. O termo será lavrado em impresso próprio para este fim, devendo ser o mesmo preenchido à mão ou emitido por processo mecanográfico ou eletrônico, de forma legível, inutilizando-se os espaços em branco.

§ 3º. Ao fiscalizado ou infrator, dar-se-á cópia do termo, firmada pela autoridade fiscal, contra recibo no original.

§ 4º. A recusa do recibo deverá ser declarada pela autoridade, se possível com a assinatura de, pelo menos, uma testemunha, o que, entretanto, não invalidará o Termo de Fiscalização circunstanciado, devidamente documentado.

§ 5º. Os dispositivos do parágrafo anterior aplicam-se, extensivamente aos fiscalizados e infratores, analfabetos ou impossibilitados de assinar o documento de fiscalização ou infração, mediante declaração da autoridade fiscal, ressalvada as hipóteses dos incapazes, definidos pela lei civil.

§ 6º. A Notificação de Início de Revisão Fiscal, servirá para registrar a abertura dos procedimentos de fiscalização e requisitará ao Contribuinte, Substituto Tributário ou Responsável Tributário os elementos necessários aos trabalhos dafiscalização, sendo de 8 (oito) dias o prazo para seu atendimento, a partir da data da ciência do Contribuinte, Substituto Tributário ou Responsável Tributário:

a) o prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, desde que solicitado, via protocolo, antes de decorrido o prazo inicial.

§ 7º. Serão emitidas novas notificações, sempre que se fizerem necessárias ao andamento dos procedimentos de auditoria fiscal, as quais deverão ser cumpridas no mesmo prazo antes referido.

§ 8º. Ao final dos procedimentos de fiscalização, para conhecimento doContribuinte, Substituto Tributário ou responsável Tributário será emitido o Termode Encerramento da Revisão Fiscal.

Art. 409º. Considera-se Procedimento de Verificação Fiscal aquele em que sua distribuição serão considerados os seguintes objetivos:

I – regularização de obrigações principais;

II – implantação do regime de estimativa fiscal;

III – outros objetivos em que houver a necessidade de deslocamento do servidor, não previstos nos incisos anteriores.

§ 1º. A Notificação de Verificação Fiscal servirá para registrar a abertura dosprocedimentos, considerando as características de cada objetivo elencado noparágrafo anterior, contendo o prazo de 8 (oito) dias da ciência do Contribuinte,Substituto Tributário ou Responsável Tributário para seu atendimento.

§ 2º. Poderão ser emitidas novas notificações, sempre que houver necessidade,contendo o prazo de 8 (oito) dias, a partir da data da ciência do contribuinte, paraque o mesmo atenda ao exigido pelo Fisco.

§ 3º. Considera-se concluída a Verificação Fiscal quando executadas todas astarefas que lhes são próprias.

Art. 410º. A Ação Fiscal por descumprimento de Obrigação Acessória ocorreráquando, no exercício de suas funções, a Fiscalização de Receita Municipal verificarinfração a qualquer dispositivo da Legislação Tributária referente a obrigaçãoacessória, sendo expedida contra o infrator notificação de multa pordescumprimento de obrigação acessória.

Parágrafo único. Na notificação de multa por descumprimento de obrigação acessória, a intimação para o sujeito passivo cumpri-la ou impugná-la conterá o prazo de 20 (vinte) dias contados a partir da dada da ciência da Notificação.

Art. 411º. As ações ou omissões que contrariem o disposto na legislação tributária serão, através de fiscalização, objeto de autuação com o fim de:

I –determinar o responsável pela infração verificada;

II– avaliar o dano causado ao Município e seu respectivo valor;

III –aplicar ao infrator a pena correspondente e

IV – Buscar o ressarcimento do referido dano.

Art. 412º. Após a lavratura do auto, o autuante inscreverá, em livro fiscal do contribuinte, termo de conclusão de fiscalização, o qual deverá constar relato dos fatos, da infração verificada, e menção especificada dos documentos verificados, de modo a possibilitar a reconstituição do processo.

§ 1º. Lavrado o auto, terá os autuantes o prazo obrigatório e improrrogável de 48 (Quarenta e oito) horas para entregar cópia do mesmo ao órgão arrecadador.

§ 2º. A infringência do disposto neste artigo sujeitará o funcionário às penalidades funcionais.

Art. 413º. O auto de infração será lavrado por autoridade administrativa competente e conterá:

I - o local, o dia e à hora da lavratura;

II - o nome, o endereço do infrator e de seu estabelecimento, com a respectiva inscrição, quando houver;

III - a descrição clara e precisa do fato que constitui a infração e, se necessário, as circunstâncias pertinentes, o disposto legal ou regulamentar violado, bem como referência ao termo de fiscalização em que se consignou a infração, quando necessário;

IV - a intimação para a apresentação de defesa ou pagamento do tributo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, bem como o cálculo com os acréscimos legais, penalidades ou atualização;

V - a assinatura do agente autuante e a indicação de seu cargo ou função;

Parágrafo único. As incorreções ou omissões verificadas na Notificação Fiscal - auto de infração e apreensão, não constituem motivo de nulidade do processo, desde que do mesmo constem elementos suficiente para determinar a infração e o infrator: podendo, a critério da autoridade fiscal, ser lavrado Termo Aditivo.

Art. 414º. A assinatura do infrator na 1º via da Notificação Fiscal – Auto de Infração, não constitui formalidade essencial à validade do ato, não implica em confissão, nem sua recusa agravará a pena, devendo, entretanto, este fato constar como observação no Auto.

Parágrafo único. Recusando-se o infrator a receber cópia do Auto, nos termos do "caput " deste artigo, o prazo para defesa começa a contar da data de lavratura do mesmo, não podendo o infrator alegar a não intimação para eximir-se do pagamento, ou para dilatar o prazo.

Art. 415º. Considera-se intimado o infrator, para efeito de contagem do prazo para defesa:

I – quando pessoal, na data da assinatura do Contribuinte, Substituto Tributário ou Responsável Tributário, representante, mandatário, responsável, preposto, ou pessoa interessada, no instrumento respectivo;

II – quando por remessa postal, na data constante do Aviso de Recebimento e, na omissão desta, na data de retorno do aviso de recebimento;

III – quando por edital, 20 (vinte) dias após a data de sua fixação ou na data da publicação em jornal.

§ 1º. Quando houver recusa à colocação da assinatura por parte do Contribuinte, Substituto Tributário ou Responsável Tributário ou seu representante em qualquer Notificação emitida pela Fiscalização de Receita Municipal esta certificará ocorrido nos autos do processo e optará em encaminhá-la via postal, mediante aviso de recebimento, ou publicá-la por edital.

§ 2º. O edital referido no Inciso III será publicado uma única vez, em órgão deimprensa oficial local ou em jornal, ou, ainda, afixado em dependência franqueadaao público do órgão encarregado da intimação.

§ 3º. Na impossibilidade de localizar o Contribuinte, Substituto Tributário ouResponsável Tributário e havendo condições de constituir o crédito tributário, asNotificações deverão ser efetuadas por edital.

§ 4º. Nas hipóteses previstas nos parágrafos segundo e terceiro, considera-senotificado o contribuinte, o Substituto Tributário ou o Responsável Tributário 20(vinte) dias após a publicação ou afixação do edital.

§ 5º. Em situações motivadas por força maior, sujeitas a análise por parte daFiscalização de Receita Municipal, que impeçam ao Contribuinte, SubstitutoTributário ou Responsável Tributário o cumprimento das Notificações, exceto nanotificação de multa por descumprimento de obrigação acessória, poderá o mesmosolicitar, mediante início de Processo Administrativo no protocolo geral daPrefeitura, prorrogação do prazo de atendimento.

§ 6º. Considerando o disposto no parágrafo anterior, nos casos em que forindeferida a solicitação do Contribuinte, Substituto Tributário ou ResponsávelTributário fica suspenso o prazo previsto na notificação durante o intervalo da datado protocolo do pedido até a data da ciência ao Contribuinte, Substituto Tributárioou Responsável Tributário.

§ 7º. Entende-se como força maior todo acontecimento inevitável, emrelação à vontade do contribuinte, Substituto Tributário ou Responsável Tributário epara a realização do qual este não concorreu, direta ou indiretamente.

§ 8º. Para o atendimento das notificações, fica o Contribuinte, SubstitutoTributário ou Responsável Tributário sujeito ao estabelecido na LegislaçãoTributária Municipal.

§ 9º. É obrigação de toda pessoa física ou jurídica, mediante Notificaçãoescrita, exibir livros fiscais, comprovantes da escrita e demais documentosinstituídos por Lei ou Legislação Complementar, bem como prestar informações,sempre que solicitados pela Fiscalização de Receita Municipal.

Art. 416º. Esgotado o prazo de 30(trinta) dias concedido para a Defesa docontribuinte, sem que o mesmo tenha dele se utilizado, nem efetuado o devido recolhimento aos cofres públicos municipais, a Notificação Fiscal converter-se-á automaticamente em Auto de Infração, devendo o setor responsável pelo controle dos débitos fiscais da Fazenda Municipal, novamente intimar o autuado para resgatar seus débitos perante a Fazenda Pública, não cabendo, entretanto, recurso nesta fase de liquidação amigável.

Art. 417º. É facultado ao contribuinte requerer o regaste dos seus débitos tributários, à vista ou parcelado, dentro dos moldes estabelecidos neste código.

Art. 418º. Nenhum auto de infração será arquivado nem cancelado a multa fiscal sem prévio despacho da autoridade administrativa.

SEÇÃO III

TERMO DE APREENSÃO

Art. 419º. Poderão ser apreendidos bens móveis, inclusive mercadorias, livros e documentos, existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou prestação de serviços de qualquer natureza em poder do contribuinte ou de terceiros, ou em outros lugares, inclusive em trânsito desde que constituam prova material de infração da legislação tributária do Município.

Art. 420º. Havendo prova ou fundada suspeita de que os bens móveis se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia, será promovido à busca e apreensão judicial, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Art. 421º. A apreensão será objeto de lavratura de termo próprio devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, com indicação do lugar onde ficarem depositados e o nome e assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo a juízo do autuante, além do demais elemento indispensável à identificação do contribuinte e descrição clara e precisa do fato e a indicação das disposições legais.

Art. 422º. A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo e contra depósito das quantias exigidas, se for o caso.

Art. 423º. Os livros ou documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deve fazer prova, caso o original não seja indispensável a este fim.

Art. 424º. Lavrado o Termo de Apreensão, terá o sujeito passivo o prazo legal de 30 (trinta) dias para cumprir com suas obrigações tributárias. Preenchendo os requisitos, cumprindo as exigências legais para a liberação dos bens apreendidos, ou entrar com defesa dirigida à Fazenda Pública Municipal, ou à autoridade máxima da Secretaria ou órgão público que tenha lavrado o Termo respectivo.

§ 1º. Findo o prazo estipulado no “caput” deste artigo sem que o sujeito passivo tenha utilizado o mesmo para promover sua defesa, nem tenham cumprido com suas obrigações tributárias, os bens apreendidos serão levados à hasta pública, afixando-se edital do leilão de conformidade com que dispõe a Lei Federal 8.666/93.

§ 2º. Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, os prazos para cumprimento das obrigações será os constantes do Regulamento, em função do tempo de armazenagem suportável sem que haja deterioração.

§ 3º. Depois de decorrido o prazo sem que nenhuma providência tenha sido tomada pelo sujeito passivo, o Município autorizará a doação à instituição ou associações de caridade e assistência social, mediante recibo, após a emissão de Parecer Conclusivo pela Procuradoria Municipal e pelo órgão fazendário central.

§ 4º. Apurando-se na venda em hasta pública, importância superior aos tributos devidos, acréscimos legais e demais custos resultantes da modalidade de venda, será o sujeito passivo autuado, notificado para receber o excedente, em prazo que será determinado na notificação.

SEÇÃO IV

DA REPRESENTAÇÃO

Art. 425º. A omissão do pagamento de tributos e a fraude serão apuradasmediante representação, quando conhecidas por funcionários incompetentes paranotificar ou autuar no local onde tenham sido verificadas.

§ 1º. A representação mencionará os meios em razão dos quais se tornouconhecida a omissão ou fraude, indicará os elementos de prova ao alcance dosincumbidos da fiscalização e será dirigida ao Diretor de Receita Municipal.

§ 2º. A representação será objeto de diligência determinada pelo Secretário de Finanças e instruirá o processo fiscal de cobrança de tributos e multas.

SEÇÃO V

DEFESA

Art. 426º. O sujeito passivo poderá contestar a exigência fiscal, independentemente do prévio depósito, dentro do prazo de 30(trinta) dias contados da intimação do auto de infração ou do termo de apreensão, mediante defesa por escrito, alegando toda a matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

Art. 427º. O sujeito passivo poderá, conformando-se com parte dos termos da autuação, recolher os valores relativos a essa parte ou cumprir o que for determinado pela autoridade fiscal, contestando o restante.

Art. 428º. A defesa será dirigida ao titular da Fazenda Municipal, constará de petição datada e assinada pelo sujeito passivo ou seu representante e deverá ser acompanhados de todos os elementos que lhe servirem de base.

Art. 428º. Anexada à defesa, será o processo encaminhado ao funcionário autuante ou seu substituto para que, no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis uma única vez, pelo mesmo prazo de 10 (dez) dias, se manifestesobre as razões oferecidas.

Art. 429º. Na hipótese de auto de infração, conformando-se o autuado com o despacho da autoridade administrativa e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo para interposição de recurso, o valor das multas será reduzido em 50% (cinqüenta) por centoe o procedimento tributário arquivado**.**

Art. 430º. Aplica-se à defesa, no que couberem, as normas relativas à impugnação.

SEÇÃO VI

DAS DILIGÊNCIAS

Art. 431º. A autoridade administrativa determinará de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, em qualquer instância, a realização de perícias e outras diligências, quando as entender necessárias, fixando-lhes prazo e indeferirá as que considerarem prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

Parágrafo único. A autoridade administrativa determinará o agente da Fazenda Municipal ou perito devidamente qualificado para a realização das diligências.

Art. 432º. O sujeito passivo poderá participar das diligências, pessoalmente ou através de seu preposto ou representante legal, e as alegações que fizer serão juntadas ao processo para serem apreciadas no julgamento.

Art. 433º. As diligências serão realizadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias prorrogáveis a critério da autoridade administrativa e suspenderão o curso dos demais prazos processuais.

Art. 434º. Não se admitirá prova fundada em exame de livros ou arquivos da Fazenda Pública Municipal ou em depoimento pessoal de seus representantes ou servidores.

SEÇÃO VII

DOS PRAZOS

Art. 435º. Os prazos fixados na legislação tributária do Município serão contínuos, excluindo-se na sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal da repartição em que ocorra ou deva ser praticado o ato.

SEÇÃO VIII

DA PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 436º. As impugnações a lançamentos e as defesas de autos de infração e de termos de apreensão serão decididas, em Primeira Instância Administrativa, pela autoridade máxima na escala hierárquica, de cada Secretaria ou Órgão de onde proceda ao Auto de Infração.

Art. 437º. A Autoridade julgadora terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento da impugnação ou defesa, para proferir sua decisão conclusiva sobre a impugnação do autuado, podendo, entretanto, solicitar novas diligências, juntada de documentos e, se for o caso, determinar a autoridade autuante à lavratura de Termo Aditivo.

Art. 438º. Não sendo proferida decisão no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fora julgado procedente o auto de infração ou improcedente a impugnação contra o lançamento, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição de autoridade de primeira instância.

SEÇÃO IX

DA SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 439º. Das decisões de primeira instância caberá recurso para a instância administrativa superior:

I - voluntário, quando requerido pelo sujeito passivo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação do despacho quando a ele contrárias no todo ou em parte;

II - de ofício, a ser obrigatoriamente interposto pela autoridade julgadora, imediatamente e no próprio despacho, quando contrárias, no todo ou em parte, ao Município.

§ 1º. O recurso terá efeito suspensivo.

§ 2º. Enquanto não interposto o recurso de ofício, a decisão não produzirá efeito.

Art. 440º. A decisão, na instância administrativa superior, será proferida no prazo máximo de 30(trinta) dias, contados da data do recebimento do processo, aplicando-se para a notificação do despacho as modalidades previstas para a primeira instância.

Parágrafo único. Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e atualização monetária a partir dessa data.

Art. 441º. A Segunda Instância Administrativa será representada pelo Conselho de Recursos Fiscais.

Art. 442º. O recurso voluntário poderá ser impetrado independentemente de apresentação da garantia de instância.

Art. 443º. É vedado reunir em uma só petição, recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas no mesmo processo fiscal.

SEÇÃO X

DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES FISCAIS

Art. 444º. As decisões fiscais definitivas serão cumpridas:

I –pela notificação ao contribuinte, para, no prazo de 15(quinze) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação ou receber a importância recolhida indevidamente.

II – pela liberação dos bens, mercadorias e documentos apreendidos ou depositados;

III –pela restituição do produto de sua venda, se tiver havido alienação;

IV – pelo seu valor de mercado, se houver ocorrido doação.

VI – pela imediata inscrição, na dívida ativa, e remessa da certidão para cobrança executiva dos débitos a que se referem os incisos anteriores deste artigo, se não tiverem sido pagos no prazo estabelecido.

CAPÍTULO VI

DAS IMUNIDADES

Art. 445º. Beneficiam de Imunidade Constitucional, decorrentes das limitações ao Poder de Tributar, as pessoas físicas ou jurídicas que se incluam entre aquelas determinadas no artigo 150, inciso VI, alíneas “a” a “d” da Constituição Federal de 1988.

§ 1º. A Imunidade Constitucional apenas atinge os impostos, não abrangendo as taxas e as contribuições, que constarão apenas com as isenções previstas neste Código e em leis subsequentes.

§ 2º. O reconhecimento da imunidade deverá ser requerido na forma e prazo estipulado em regulamento, para apreciação quanto ao cumprimento dos requisitos legais.

§ 3º. As entidades declaradas de utilidade pública somente serão consideradas imunes de tributos municipais, nos casosem que couber, se rigorosamente obedecidos os requisitos previstos nesta Lei e na Lei nº. 5.172/66 - Código Tributário Nacional.

CAPÍTULO VII

DAS ISENÇÕES

Art. 446º. São isentos:

I -Do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da Taxa de Coleta de Lixo:

a) os imóveis tombados isoladamente, ou em conjunto, pelos órgãos competentes, desde que preservem as características arquitetônicas, históricas ou culturais que motivaram o tombamento e estejam em bom estado de conservação, conforme laudos dos órgãos competentes, podendo ser suspenso o benefício sempre que for caracterizado no imóvel dano por ação ou omissão;

b) os estabelecimentos beneficentes e assistenciais, sem fins lucrativos, de atendimento exclusivo a indigentes, à infância, à juventude e à velhice, desamparada, dentre eles incluída as associações e sindicatos classistas, quando utilizado efetiva e habitualmente no exercício das suas atividades sociais;

d) os templos de qualquer culto;

e) os imóveis cedidos gratuitamente em sua totalidade para uso exclusivo do objetivo social das entidades imunes pela Constituição Federal, quando em regime de comodato devidamente registrado no Cartório competente, dentro da vigência do mesmo, e mediante verificação “in loco” pelo Órgão Municipal competente.

g) o imóvel residencial, pertencente e utilizado para uso próprio dedeficiente físico ou mental impossibilitado de trabalhar, cegos(as), portadores de Neoplasia Maligna, inválidos(as), viúvos(as) com idade acima de 55(cinquenta e cinco anos), pensionista e aposentados(as), com um único imóvel e sendo utilizado exclusivamente para sua residência e com rendimento de até 1½ (um e meio) salário mínimo vigente na data de lançamento do IPTU e que não possua outras propriedades urbanas e rurais, bem como, semoventes, sujeito, entretanto, à análise e concessão pelo Fisco Municipal de forma anual.

h)os imóveis pertencentes às associações de moradores de bairro, associações de classe, sindicatos,de idosos, de deficientes, clubes de mães e centros comunitários;

i) os imóveis cedidos por dação em pagamento, ou por regime de comodato para uso da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, durante o período de sua ocupação;

j) pertencente a agremiação desportiva licenciada, sem fins lucrativos, quando utilizado efetiva e habitualmente no exercício das suas atividades sociais.

II – Do imposto sobre serviço de qualquer natureza:

a) conferências científicas ou literárias e exposições de arte;

b) as promoções de concertos, recitais, shows, festividades, exposições, quermesses e espetáculos similares, cujo faturamento total se destine integralmente a fins beneficentes.

c) atividades de pequeno rendimento exercidas individualmente, por conta própria, desde que o movimento econômico não exceda a 1 (um) salário mínimo mensal, e sejam devidamente licenciados pelo Município.

d) os jogos esportivos realizados nos estádios e demais competições esportivas realizadas neste Município.

e) as Associações, Conselhos, Federações e Confederações, não se aplicando o benefício às receitas decorrentes de serviços prestados a não sócios e serviços não compreendidos nas finalidades específicas das referidas entidades;

f) as instituições filosóficas e culturais, científicas e tecnológicas, sem fins lucrativos;

g) diversão pública com fins beneficentes ou considerados de interesse da comunidade pelo órgão de Educação e Cultura do Município ou órgão similar.

h) casa de caridade, as sociedades de socorros mútuos e os estabelecimentos de fins humanitários e assistenciais, com atendimento totalmente gratuito;

i) os jornais ou periódicos, bem como as estações de rádio-emissor destinadas a caráter e de interesse da coletividade.

III – Da taxa de licença para localização e funcionamento e horário especial:

a) as associações de moradores de bairro, de idosos, de deficientes, clubes de mães e centros comunitários;

b) as entidades beneficentes e assistenciais, sem fins lucrativos, de atendimento exclusivo à indigente, à infância, à juventude e à velhice desamparada;

c) sindicatos de trabalhadores, partidos políticos e suas fundações;

d) os órgãos da administração direta da União, dos Estados e dos Municípios, assim como as suas respectivas fundações e autarquias, e as missões diplomáticas;

e) os templos de qualquer culto.

f) estabelecimentos de produção do setor primário, localizados nas áreas urbanas e de expansão urbana e rural.

g)os vendedores de artigos de artesanato doméstico e arte popular, de sua fabricação, sem auxílio de empregados e produzido no município;

h) os espetáculos circenses e parques de diversões com entrada gratuita;

i) as instituições de educação, hospitais, casas de saúde e congêneres e assistência social beneficiarão quando se tratar de sociedades civis legalmente constituídas e sem fins lucrativos, sendo vedada qualquer forma de isenção tributária, ou fiscal para as atividades de ensino privado;

V – Da taxa de licença para o exercício do comercio eventual ou ambulante:

a) os deficientes visuais, os mutilados e os portadores de outra deficiência física que impossibilitem para o exercício de atividades normais e exerçam comércio ambulante ou eventual;

b) os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;

c) os engraxates ambulantes aqueles que não possuírem bancas com mais de uma cadeira;

d) entidades de educação e assistência social que goze de imunidade ou isenção quando exercerem o comércio eventual ou ambulante com o objetivo de obter recursos para aplicação em seus fins;

e) o pequeno sitiante, que a venda de seu produto seja exclusivo para atendimento da sua necessidade básica e que não ultrapasse a 02 (dois) salários mínimos por mês, inclusive aquele que praticam o comércio na Feira do Produtor Rural do Município, desde seja produção própria.

f) os pequenos vendedores de doces, frutas e outros comestíveis, que exercerem por conta própria e que não ultrapasse a 02 (dois) salários mínimos por mês, desde que seja produção própria.

g) as pessoas com a idade superior a 60 (sessenta) anos que comprovadamente não possuem condições físicas para o exercício de outra atividade e que não ultrapasse a 2(dois) salários mínimos por mês.

h) qualquer outra pessoa física que da sua produção e comercialização própria não ultrapasse a 02 (dois) salários mínimos por mês.

VII – Da taxa de licença para veiculação de publicidade e propaganda:

a) veículos de divulgação destinados a fins beneficentes, culturais ou de interesse de programações públicas Federal, Estadual ou Municipal;

b) o veículo de divulgação portador de mensagem indicativa de entidade imune pela Constituição Federal, quando colocados nas respectivas sedes ou dependências;

c) o veículo de divulgação portador de mensagem indicativa de Associações de Moradores de Bairro, de idosos, de deficientes, Clubes de Mães, Centro Comunitários, Conselhos, Federações e Confederações, Instituições Filosóficas e Culturais, Científicas e Tecnológicas, sem fins lucrativos, colocadas ou fixadas nas respectivas sedes ou dependências;

d) o veículo de divulgação de evento cultural e folclórico regional, inclusive com o co-patrocínio, desde que não em caráter permanente;

e) o veículo de divulgação portador de mensagem indicativa, quando colocado nos imóveis localizados no conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico do Município, obedecendo às normas municipais e as instituídas pelo órgão federal competente;

g) os veículos de divulgação de atividades circenses, teatros mambembes e similares;

h) os veículos de divulgação portadores de mensagem indicativa;

VIII – Da Taxa de Expediente e de serviços diversos

a) a União, os Estados, o Distrito Federal, os municípios, e suas respectivas autarquias e fundações, e os partidos políticos;

b) o fornecimento de certidão:

b.1) de matrícula em hospitais, dispensários e ambulatórios do Município;

b.2) de admissão de menores nos estabelecimentos de ensino mantido pelo Município;

b.3) de primeira via de contratos ou termos lavrados em livros do Município;

b.4) a servidores municipais, quanto relativa a sua vida funcional;

b.5) A Taxa de Expediente não incide sobre as certidões de tempo deserviço, requeridas pelos servidores do Município, quando estes se encontrarem ematividades na Prefeitura;

c) a lavratura de termos de doação em processos administrativos ou livros do Município

IX – Da contribuição de Melhoria:

a) as entidades imunes pela Constituição Federal;

b) os imóveis isentos de IPTU;

X - Da Taxa de Licença para Ocupação de Solo:

a) as caixas coletoras de correspondências do correio;

b) o coletor de lixo urbano;

c) os abrigos para passageiro de transporte coletivo;

d) o trilho, gradil ou defesa de proteção de pedestre;

e) a cabine de telefone público;

f) o equipamento de sinalização de trânsito;

g) a placa de indicação de logradouro público;

h) o hidrante.

i) e os especificados no inciso V deste artigo

XI - Da Taxa de Licença para Aprovação e Execução de Obras, Instalações, Arruamento e Loteamento:

a) a limpeza ou pintura externa ou interna de prédios, muros ou grades;

b) a construção de passeios, quando do tipo aprovado pela Prefeitura Municipal;

c) a construção de barracões destinados à guarda de materiais para obras jádevida licenciadas;

d) a construção de muros, quando do tipo aprovado pela Prefeitura Municipal.

e) área construída residencial com até 49m², desde que enquadrem com os projetos municipais.

XII - Da Taxa de Licença para fiscalização e Vigilância Sanitária:

a) as atividades abrangidas no inciso III, deste artigo.

XIII - Da Contribuição do Custeio e Manutenção da Iluminação Pública:

a) Contribuição dos Consumidores da Classe Rural.

Art. 447º. As isenções de que trata o artigo anterior deverão ser requeridas ao órgão competente da Fazenda Municipal e instruídas com os documentos comprobatórios para cada caso, conforme disposições regulamentares.

Parágrafo único. É vedada qualquer forma de isenção tributária ou fiscal para as atividades de ensino privado.

Art. 448º. Qualquer isenção que não esteja prevista nesta Lei, bem como qualquer incentivo fiscal visando à implantação ou a expansão de atividades industriais, agropecuária ou comercial no território do Município, dependerá de lei aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, observadas razões de ordem pública ou de interesse social, ou, ainda, de interesse do Município, não podendo ter caráter pessoal, nem individual.

§ 1º. Só serão concedidas isenções tributárias a indústrias em fase de instalação, por tempo determinado em lei específica.

§ 2º. A lei que conceder a isenção especificará as condições exigidas, o prazo de sua duração e os tributos aos quais se aplica.

Art. 449º. Desaparecendo as condições que a motivaram, bem como verificada a qualquer tempo a inobservância dos requisitos exigidos para a sua concessão, será a isenção obrigatoriamente cancelada.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 450º. Fica instituído a UFCN- Unidade Fiscal de Canabrava do Norte em R$ 51,33 (cinqüenta e um reais e trinta e três centavos),que servirá de base para os cálculos dos Tributos e as Penalidades Municipais.

Parágrafo Único. A UFCN (Unidade Fiscal de Canabrava do Norte) mencionado neste artigo e demais tributos serão atualizados anualmente por Decreto do Executivo Municipal, mediante aplicação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

Art. 451º. Consideram-se integrantes a presente Lei astabelas dos Anexos I à XIII que a acompanha.

Art. 452º. O Executivo Municipal fixará, por Decreto, as normasregulamentares necessária à execução deste Código.

Art. 453º. Esta Lei Complementar entrará em vigor em 05 de março de 2018, revogando-se em especial a Lei n. 254/2005, de 15 de dezembro de 2005, a Lei Complementar n. 001/2010, de 29 de novembro de 2010, a Lei Complementar n. 003/2011, de 16 de dezembro de 2011, a Lei Complementar n. 004/2005, de 30 de setembro de 2013 e a Lei Complementar n. 005/2013, de 30 de setembro de 2013 e das disposições em contrário.

Canabrava do Norte - MT, 04 de dezembro de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

ÍNDICE DOS ANEXOS

RD	DESCRIÇÃO DAS TABELAS	ANEXOS
001	TABELA PARA COBRANÇA DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA.....	I
002	TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS.....	II
003	TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL.....	III
004	TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA DE VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE EM GERAL.....	IV
005	TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA DE COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE EM GERAL.....	V
006	TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA RELATIVA À EXECUÇÃO DE OBRAS, ARRUAMENTOS E LOTEAMENTOS.....	VI
007	TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA RELATIVA À OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM TERRENOS OU VIA E LOGRADOUROS PÚBLICOS.....	VII
008	TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.....	VIII
009	TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS.....	IX
010	TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE COLETO DE LIXO.....	X
011	TABELA PARA COBRANÇA DE CUSTEIO E MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.....	XI
012	TABELA DE VALORES: 1. TABELA DE VALORES GENÉRICOS EM UFPM POR M² DE TERRENO E SEUS FATORES CORRETIVOS; 2. TABELA DE VALORES GENÉRICOS EM UFPM POR HECTARE DE CHÁCARA E FAZENDA PARA O ITBI; 3. TABELA DE VALORES GENÉRICOS EM UFPM POR M² DE EDIFICAÇÃO E SEUS FATORES CORRETIVOS.	XII
013	TABELA PARA COBRANÇA DE TAXA DE EXPEDIENTE E DE SERVIÇOS DIVERSOS.	XIII

ANEXO I
TABELA PARA COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA
ATIVIDADES CONSTANTES DA LISTA DO ART. 32

ORD.	1 – PROFISSIONAL LIBERAL (NIVEL SUPERIOR)	QUANT. EM UFCN AO ANO	SOBRE MOV. ECOM. TRIB. EM PERCENT.
1.01	- Médicos e congêneres.....	15	
1.02	- Odontologos.....	10	
1.03	- Enfermeiro	6	
1.04	- Fonoaudiólogo.....	6	
1.05	- Fisioterapeuta e congêneres.....	6	
1.06	- Nutricionista.....	6	
1.07	- Psicólogo.....	4	
1.08	- Biólogo.....	2	
1.09	- Acupuntor.....	5	
1.10	- farmacêutico / bioquímico.....	6	
1.11	- demais profissionais de nível superior da área de saúde não incluídos nos itens anteriores.....	6	
1.12	.	5	
1.13	- Analista de sistemas.....	5	
1.14	- demais profissionais de nível superior da área de informática não incluída nos itens anteriores.....	10	
1.15	.	8	
1.16	- Médico veterinário.....	8	
1.17	- Zootécnista.....	6	
1.18	- Demais profissionais de nível superior da área de medicina e assistência veterinárias e congêneres não incluídos nos itens anteriores.....	3	
1.19	- Engenheiro, agrônomo, arquiteto, geólogo, urbanista, paisagista e congênere.....	3	
1.20	- Professor.....	4	
1.21	- Demais profissionais de nível superior da área de educação não incluída nos itens anteriores.....	5	
	- Advogado.....	5	
	- Contador.....		
	- Demais profissionais de nível superior não incluído nos itens anteriores.....		
02.	**– TRABALHO PESSOAL DOS DEMAIS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS**	2	
02.1	- Agenciador, corretor, intermediador em geral.....	0,5	
02.2	- Alfaiate, costureira e assemelhados.....	0,5	
02.3	- Barbeiro, cabeleireiro (a), manicura, pedicuro e assemelhados.	0,5	
02.4	- Barbeiro, cabeleireiro (a) rudimentar.....	1	
02.5	- Mestre de Obras.....	2	
02.6	- Pedreiro.....	0,30	

02.7 02.8 02.9 02.10 02.11 02.12 02.13 02.14	- Serviços Braçais..... - Investigador particular, detetive e congêneres..... - Representante de qualquer natureza rudimentar..... - Relojoeiro ..... - Taxista..... - Moto Taxi..... - Técnico em contabilidade..... - Demais profissional autônomo não especificado nos itens anteriores.....	2 1 1 2 1 2 2	
03. 03.1 03.1.1 03.2 03.3 03.4	**- OUTRAS ATIVIDADES DA LISTA:** - Da lista de serviços do art. 32, deste Código, todos os subitens do item 7- Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres..... Quando da dificuldade de apresentação da planilha de custo de quaisquer serviços, constante nos subitens do item 7, da lista de serviços do art. 32, a mão de obra corresponderá 40%(quarenta) por cento da contratação global do serviço, de conformidade com o § 3º, do art. 39, deste código..... - Da lista de serviços do art. 32, deste código, todos os subitens do item 8-Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza..... -Da lista de serviços do art. 32, deste código, o subitem 37.01 do item 37 - Serviços de artistas, atletas, modelos, manequins e assemelhados..... -Demais serviços da lista do art. 32, desteCódigo nãoespecificados nos itens anteriores.....		5% 5% 3% 3% 5%

ANEXO II
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS

ORD.	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	Quantidade de UFCN / Anual
1	**INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:**	
1.1	Bancos e cooperativas de créditos.....	30
1.2	- Postos avançados de bancos e assemelhados.....	8
1.3	- Factoring e assemelhados.....	8
1.4	- Seguros e capitalização.....	8
1.5	- Casa Lotérica e assemelhada.....	4
2	**COMUNICAÇÃO EM GERAL**	
2.1	- Serviços de Telecomunicação/Operadora de Telefonia.....	15
2.2	- Serviço de Telecomunicação com antena individual no mesmo espaço físico.....	3
2.3	- Serviço de Telecomunicação com antena compartilhada.....	6
2.4	- Agência de Correio e Telégrafo.....	15
2.5	- Posto de correio.....	10
2.6	- Publicidade automotiva.....	4
2.7	- Publicidadeem moto.....	2
2.8	- Estação de rádio (transmissão).....	4
2.9	- Estação de televisão (televisão).....	8
2.10	- Telemensagem.....	3
2.11	- Editora de - Jornal e revista.....	8
2.12	- Banca de jornal e revista.....	1
2.13	- Subestação de energia elétrica.....	10
2.14	- Torre de recepção e transmissão de TV.....	16
2.15	- Torre de recepção e transmissão de telefonia fixa e móvel...	25
2.16	- Torre de rádio difusão.....	4
3	**CLÍNICA E LABORATÓRIO EM GERAL**	
3.1	- Laboratório de análise clínica.....	7
3.2	-Odontológico.....	5
3.3	- Veterinária.....	12
3.4	- Fisioterapia e assemelhados.....	3
3.5	- Demais atividades médicas não descritas nos itens anteriores	5
4	**CONSULTÓRIO EM GERAL**	
4.1	- Odontológicos e assemelhados.....	5
4.2	- Prótese dentária em geral.....	5
4.3	- Médicos em geral.....	10
4.4	- Veterinário.....	4
4.5	- Demais consultórios não especificados nos itens anteriores	4
5	**ESCRITÓRIOS EM GERAL**	
5.1	- Advocacia em geral.....	3
5.2	- Engenharia de construção em geral.....	3
5.3	- Engenharia elétrica de alta tensão, rural e assemelhado.....	3
5.4	- Engenharia elétrica urbana.....	3
5.5	- Consultoria, planejamento e assessoria em geral.....	3
5.6	- Turismo e agenciamento de viagem.....	3
5.7	- Despachantes e assemelhados.....	3
5.8	- Imobiliária em geral.....	3
5.9	- Distribuição de guias, leitura, corte de energia, elétrica e assemelhada.....	3
5.10	- Distribuição de guias, leitura corte de água potável assemelhado.....	3
5.11	- Representante comercial, corretores, agentes e preposto em geral.....	3
5.12	- Demais escritório não especificado nos itens anteriores.....	3
5.13	- Locadora de livros e objetos cultural.....	3

5.14	- Locadora de Software e assemelhado de informática.....	3
5.15	- Cartório em geral.....	3
5.16	- Funerária.....	5
5.17	- Empreiteira e incorporadora.....	10
5.18	- Conservação, Limpeza e Segurança.....	5
5.19	- Clube recreativo (esporte, piscina, sauna e assemelhados)...	5
5.20	- Guarda, tratamento e adestramento.....	2
5.21	- Paisagismo e decoração.....	3
5.22	- Zincografia, litografia e assemelhados.....	3

6	**ESTABELECIMENTO DE ENSINO OU CURSO EM GERAL**	
6.1	- Ensino de Informática.....	2
6.2	- Ensino de Corte e costura.....	1,25
6.3	- Ensino fundamental e ensino médio (Particular) por sala.....	0,5
6.4	- Ensino Superior (Particular) por sala.....	1
7	**DIVERSÕES PÚBLICAS**	
7.1	- Bilhares e quaisquer outros jogos, por mesa.....	0,50
7.2	- Boliches, por pista.....	0,62
7.3	- Exposições, feiras de amostras e quermesses, por dia.....	0,50
7.4	- Circo, por dia.....	2
7.5	- Parque de exposições, rodeios e assemelhados, por dia.....	1,56
7.6	- Quaisquer outros espetáculos ou diversões, por dia.....	0,50
8	**INDÚSTRIA, FABRICAÇÃO, COMÉRCIOS ATACADISTA E VAREJISTA, PRESTADORES DE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA E DEMAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS, NÃO ESPECIFICADAS NESTE ANEXO II:**	
8.1	- Supermercados, mercados, mercearias e similares	8
8.2	- Bares, sorveteiras, choperias danceterias e similares	7
8.3	- Restaurantes com fornecimento de refeições em geral	6
8.4	- Churrascarias com fornecimento de refeição	7
8.5	-depósitos de venda de gás de cozinha	4
8.6	- loja de venda de móveis e eletrodoméstico,	7
8.7	-tabacaria	5
8.8	-lanchonetes	5
8.9	- Panificadora e similares	7
8.10	- Produtos de origem animal em geral (açougues)	3
8.11	- Produtos de origem animal (açougue) e comércio de secos e molhados (supermercado)	7
8.11	- Materiais para construção	20
8.12	- Auto peças para veículos	8
8.13	- Auto peças para motos	4
8.13	- Depósitos de bebidas e água mineral	3
8.14	- Postos de venda de combustível	15
8.15	- Farmácias, drogarias	4
8.16	- Bazares, livrarias e papelarias	3
8.17	- Hot Dog, bancas, e vendas em quiosque	2
8.18	- Hotéis, Motéis, pensões e Similares	5
8.19	- Borracharias em geral	5
8.20	- Solda e torno em	12
8.21	- Auto Elétrica	12
8.22	- Lanternagem	6
8.23	- Serralheria	5
8.24	- Maquinas agrícola e equipamentos em geral	14
8.25	- Venda e concerto de motosserra em geral	5
8.26	- Auto Escola	6
8.27	- Lava-jato e outros serviços para automotores	4
8.28	- Frutaria	6
8.29	- Lojas de eletrônica	6
8.30	- Bicicletarias	1,5

8.31	- Marcenaria	5
8.32	**- Lojas de Cosméticos e perfumarias**	2
8.33	**- Lojas de aviamentos e roupas**	2
8.34	**- Lojas de venda e concerto de celulares**	1
8.35	**- Comércio varejista de produtos agrícola e pecuário**	10
8.36	- Demais atividades não incluídas nos itens anteriores	2
9	**- ESTÚDIOS FOTOGRÁFICOS, ATELIER DE PINTURA, DESENHO E ASSEMELHADOS**.....	2
10	**- ACADEMIAS DE ARTES MARCIAIS, GINÁSTICAS EM GERAL EASSEMELHADOS**.....	4
11	**- FRIGORÍFICOS EM GERAL**.....	40
12	**- MATADOURO EM GERAL**.....	6
13	**AGÊNCIA DE VENDA DE PASSAGEM**	
13.1	- Empresa de ônibus.....	9,37
13.2	- Vans, kombi e/ou similar.....	4,68
14	**TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA**	
14.1	- Caminhão (porte igual F-4000 à acima).....	2
14.2	- Caminhonete (porte igual F-1000, pampa e assemelhado).....	1,8
15	**TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS**	
15.1	- Ônibus.....	4
15.2	- Vans, kombi e/ou similar.....	3
15.3 15.4	- táxi..... - moto taxi.....	2 1
16	**TRANSPORTE URBANO DE CARGAS**	
16.1	- Caminhão (porte igual F-4000 à cima).....	2
16.2	- Caminhonete (porte igual F-1000, pampa e assemelhado).....	1,8

ANEXO III
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL

ORD.	DESCRIÇÃO DO PERÍODO DA LICENÇA	QUANT. EM UFCN POR PERÍODO
1	– PARA PRORROGAÇÃO DE HORÁRIO:	
1.1	**- ATÉ AS 22:00 HORAS:**	0,15
1.1.1	- ao dia.....	1
1.1.2	- ao mês.....	2
1.1.3	- ao ano.....	
1.2	**- ALÉM DAS 22:00 HORAS**:	0,20
1.2.1	- ao dia.....	1,5
1.2.2	- ao mês.....	2,5
1.2.3	- ao ano.....	
2	**– PARA ANTECIPAÇÃO DE HORÁRIO:**	0,10
2.1	- ao dia.....	0,95
2.2	- ao mês.....	1
2.3	- ao ano.....	
3	**– SABADO HORÁRIO VESPERTINO, DOMINGOS E FERIADOS:**	0,15
1.3.1	- ao dia.....	1
1.3.2	- ao mês.....	2
1.3.3	- ao ano.....	

ANEXO IV
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA ESPÉCIE DE VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE EM GERAL

ORD.	DESCRIÇÃO DA ESPÉCIE DA LICENÇA	QUANTIDADE EM UFCN AO		
		DIA	MÊS	ANO
1.- DE COMUNICAÇÃO AUDITIVA:				
1.1	- Volante, sem recursos de amplificação de som, por unidade.....	0,25	0,5	1
1.2	- Volante, com recursos de amplificação de som, por unidade.....	0,50	1,5	2
1.3	- Fixa, sem recursos de amplificação de som, por unidade.....	0,10	1	1,5
1.4	- Fixa, com recursos de amplificação de som, por unidade.....	0,30	1,3	1,5
2.- DE COMUNICAÇÃO VISUAL:				
2.1	- Pintada em muros, paredes, fachadas:			
2.1.1	– Grande (acima de 5m²).....	0,3	0,5	1
2.1.2	– Médio (de 3,01 à 5m²).....	0,2	0,4	0,6
2.1.3	– Pequeno (até 3m²).....	0,1	0,2	0,4
2.2	- Colada ou afixada em muros, paredes, fachadas:			

2.2.1	– Grande (acima de 5m²).....	0,04	0,1	
2.2.2	– Médio (de 3,01 à 5m²).....	0,02	0,03	
2.2.3	– Pequeno (até 3m²).....	**0,01**	0,02	
2.3	- Painel eletrônico.....			1
2.4				2
2.4.1	- Anuncio luminosos ou iluminados não localizados no estabelecimento:			
2.4.2	- Com programação que permita apresentação de múltiplas mensagens, por unidade.....			
2.4.3	- Animado (com mudança de cor, desenho ou dizeres, mediante jogos de luzes ou luz intermitente) e/ou com movimento.....			3
2.5	Anúncios internos ou externos, fixos ou removíveis, em veículos de transporte de pessoas ou passageiros e de carga, por veículo:		0,03	0,5
2.5.1	- Anúncios.....		0,04	0,5
2.5.2	- Anúncios em veículos destinados exclusivamente à publicidade.....			
2.5.3	- Publicidades colocadas em terrenos, campos de esporte, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visíveis de quaisquer vias ou logradouros públicos, inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais por m2.....		0,2	
2.6	Anúncios por meio de projeções luminosos, por nº. de telas.....			1
2.7	Anúncios por meio de filmes, por nº. de telas.....			1,5
2.8	Publicidade por meio de circuito interno de televisão.....			0,5
2.9				
2.9.1	Anúncios por sistema aéreos, por nº. de aparelhos:	0,25	1,5	
2.9.2	- Em aviões, helicópteros e assemelhados.....	0,20	2	
2.9.3	- Em planadores, asas-delta e assemelhados.....	0,25	1,5	
2.9.4	- Em balões, por balão.....			
	- Mediante utilização de raios “laser”, nº de equipamento.....	0,25	2,5	
2.10	- Anúncios afixados em placas indicadoras de logradouros públicos e assemelhados, por unidade		0,1	0,5
2.11	- Outros tipos de publicidade por quaisquer meios não-enquadrados nos itens anteriores.....	0,15	0,5	1
3	DE PROSPECTO E/OU BOLETIM:			
3.1	- Pelo primeiro milheiro ou fração.....	0,3		
3.2	- Após o 1º milheiro ou fração, além da importância fixada no item..... anterior, pelo excedente, por milheiro ou fração	0,25		

ANEXO V
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA O COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE

		QUANTIDADE EM UFCN AO		
ORD.	**DESCRIÇÃO**	**DIA**	**MÊS**	**ANO**
1	**AMBULANTE DOMICILIADO NO MUNICÍPIO:**			
1.1	- Por veículo e com produtos produzidos no município.....	0,10	0,5	1
1.2	- Por veículo e com produtos produzidos fora do município.....	0,50	1	2
1.3	- Por pessoae com produtos produzidos no município.....	0,05	0,25	0,80
1.4	- Por pessoae com produtos produzidos fora município.....	0,50	1	2
1.3	Sitiante da venda de seu produto hortifrutigranjeiro, por vendedor, deste que atendido o estabelecido neste código.....	Isento		
2	**AMBULANTE DOMICILIADO FORA DO MUNICÍPIO:**			
2.1	- Por veículo até 1(uma) tonelada.....	1		
2.2	- Por veículo acima de 1(uma) tonelada.....	2		
	- Por pessoa.....	1		

ANEXO VI
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, ARRUAMENTOS E LOTEAMENTOS

ORD.	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE EM UFCN**
1.- APROVAÇÃO DE PROJETOS(ALVARÁ):		
1.1	**- RESIDENCIAL:**	
1.1.1	- Pequeno porte, até 50m².....	Isento
1.1.2	- Pequeno porte, com referencial de 51 À 90m².....	0,00
1.1.3	- Médio porte, com referencial de 91 À 150m².....	0,05
1.2	- Grande porte, com referencial de 151m² acima.....	0,5
1.2.1	**- COMERCIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:**	1,
1.2.2	- Até 70m².....	0,5
1.2.3	- De 71 a 130m².....	1
1.2.4	- De 131 a 250m².....	1,5
1.3	- Acima de 250m².....	2
1.3.1	**- INDUSTRIAL:**	1
1.3.2	- Até 300m².....	2
1.3.3	- De 301 a 400m².....	3
1.3.4	- De 401 a 500m².....	4
	- Acima de 500m².....	
2. - PARCELAMENTO DO SOLO:		
2.1	- Consulta prévia, por loteamento.....	0,5
2.2	- Desmembramento, membramento e desdobramento (por lote envolvido).....	1
	....	
3	**- MURO E/OU CALÇADA, DENTRO DO PADRÃO MUNICIPAL..**	ISENTO
4	**- REBAIXAMENTO DE MEIO-FIO, PARA ENTRADA DE VEÍCULOS**	0,5
5	**- ABERTURA DE PORTÃO.....**	ISENTO
6	**- MARQUISES E TOLDOS.....**	1

7	**- TAPUMES E ANDAIMES.....**	1
8	**- DEMOLIÇÃO.....**	1
9. APROVAÇÃO DE LOTEAMENTO		
9.1 **9.2** **9.3** **9.4**	- Até 5 Hectares..... - De 6 a 10 Hectares..... - De 11 a 25 Hectares..... - De 26 a 50 Hectares..... - Acima de 50 Hectares.....	3 5 8 10 15
10.	**- TERRAPLENAGEM.....**	2
11. ARRUAMENTOS		
11.1 11.2	- Com área até 20.000m², excluídas as áreas destinadas a vias e logradouros Públicos..... - Com área superior a 20.000m², excluídas as áreas destinadas a vias e logradouros públicos.....	2 4
12.	**CONSTRUÇÃO DE CERCAS EM ARAME NA ZONA RURAL**	
12.1 12.2 12.3	- Com extensão de até 1.000 mt. Lineares - Com extensão de até 10.000 mt. Lineares - Com extensão superior a 10.000 mt. Lineares	0,5 1,5 5
13.	**CONSTRUÇÃO DE CURRALAMA EM MADEIRA, CONCRETO OU ARAME**	
13.1 13.2 13.3	- Com área entre 01 a 500 m² - Com área entre 501 a 1000 m² - Com área superior a 1001 m²	2 4 8
14.	**CONSTRUÇÃO DE REPRESA E AÇUDES**	
14.1 14.2 14.3	- Com área entre 01 a 1000 m² - Com área entre 1001 a 10.000 m² - Com área superior a 10.000 m²	1 3 5
15.	**CONSTRUÇÃO DE REDE DE ENERGIA**	
15.1 15.2	- Baixa tensão referencial em KM - Alta tensão e geral com referencial em KM	0,5 1,5

ANEXO VII
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA RELATIVA À OCUPAÇÃO DE TERRENOS, VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

ORD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE EM UFCN
1	Quiosques, “trailers”, “hot-dog”, ou similares, por unidade: a) por mês ou fração..... b) por ano.....	0,5 2
2	Bicicleta, triciclo, carroças ou similares, por unidade: a) por mês ou fração..... b) por ano.....	0,25 1
3	Kombi, táxi, monociclo, veículos tipo passeio ou similares, por veículos: a) por mês ou fração..... b) por ano.....	1 2
4	Caminhões, ônibus, caminhonetes ousimilares, por veículo: a) por mês ou fração..... b) por ano.....	2 4
5	**Bancas de revistas por ano ou fração.....**	2
6	Feiras livres, por box – padrão, por local permitido: a) por mês ou fração..... b) por ano.....	0,30 1
7	Feiras especiais, por barraca e por local permitido: a) por mês ou fração..... b) por ano.....	0,30 1
8	Mercados municipais por m2: a) por mês ou fração..... b) por ano.....	0,05 0,10
9	Circos e parques de diversões: a) por dia.....	1
10	Torres, por unidade mês..... Por ano.....	0,35 3
11	Demais atividades não constantes nos itens anteriores: por mês..... Por ano.....	1 2

ANEXO VIII
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ORD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE UFCN / ANO
1	Academia de ginástica, musculação, condicionamento físico e congênere.....	0,5
2	Agência transfusional.....	1
3	Ambulantes.....	0,30
4	Aplicadora de produtos saneantes,domissanitários-inseticidas, raticidas.....	0,5
5	Barbearia, saunas e congêneres.....	0,5
6	Canteiro de obras.....	1
7	Casa de apoio para portadores do vírus HIV.....	1
8	Casa de repouso ou casa de idoso ou asilo.....	1
9	Cemitério, necrotério e crematório e funerárias.....	1
10	Churrascarias, restaurantes, padarias e sorveterias.....	0,5
11	Clínica de fisioterapia.....	0,5
12	Clínica ou consultório médicocom vacinação.....	1
13	Comércio de alimentos e ambulantes.....	0,5
14	Comércio de correlatos.....	1
15	Comércio de cosmético, perfume, e produtos de higiene.....	0,30

16	Comércio de produtos saneantes e domissanitários.....	0,5
17	Cozinhas industriais e similares.....	0,5
18	Creches privadas.....	0,5
19	Depósito de alimentos.....	0,5
20	Depósito de correlatos.....	0,5
21	Depósito de cosméticos, drogas, insumos farmacêuticos.....	1
22	Depósito de produtos não relacionados à saúde.....	0,5
23	Depósito de produtos saneantes e domissanitários.....	0,5
24	Dispensário de medicamentos.....	1
25	Distribuidora com fracionamento de cosmético, perfume, produtos de higiene.....	0,25
26	Distribuidora com fracionamento de produtos saneantes e domissanitários.....	0,5
27	Distribuidora de medicamentos.....	1
28	Distribuidora sem fracionamento de correlatos.....	1
29	Distribuidora sem fracionamento de cosmético, perfume, e produtos de higiene.....	0,25
30	Distribuidora com fracionamento de produtos saneantes e domissanitários.....	0,5
31	Drogarias e similares.....	1
32	Empresa de transporte de alimentos.....	1
33	Empresa de transporte de correlatos.....	1
34	Empresa de transporte de cosmético, perfume, e produtos de higiene.....	1
35	Empresa de transporte de medicamentos e insumos.....	1
36	Empresa de transporte de produtos saneantes e domissanitários...	1
37	Ervanária, posto de medicamentos.....	1
38	Estabelecimento carcerário.....	1
39	Estabelecimento de artigos médico-hospitalares.....	1
40	Estabelecimento de ensino.....	0,5
41	Estabelecimento de massagem.....	0,30
42	Estabelecimento de tatuagem e congêneres.....	0,5
43	Estabelecimento que pratica acupuntura.....	1
44	Estabelecimentos não relacionados à saúde.....	1
45	Estações rodoviárias e ferroviárias.....	0,8
46	Habitação unifamiliar, coleta, multifamiliar, locais com fins de lazer ou religiosos e logradouros públicos.....	0,5
47	Hotéis, motéis, e congêneres.....	0,5
48	Indústria de alimentos.....	1
49	Posto de coleta para análises clínicas – isolado.....	1
50	Sistema de coleta de disposição e tratamento de esgoto.....	1
51	Sistema de coleta, disposição e tratamento de resíduos sólidos (lixo).....	1
52	Laboratório de prótese.....	1
53	Lavanderia de roupas de uso hospitalar – isolada do hospital	1
54	Óticas.....	0,5
55	Outros estabelecimentos que desenvolvam atividades similares...	1
56	Piscina de uso público e restrito.....	1
57	Posto de coleta de sangue – isolado.....	1
58	cosmético, perfume e produtos de higiene.....	0,25
59	Indústria de produtos saneantes domissanitários.....	1
60	Instituto de beleza sem responsabilidade médica, pedicuro.....	1
61	Sistema público e privado de abastecimento de água para consumo humano.....	1
62	Terreno baldio.....	0,30
63	Unidade de saúde sem procedimento invasivo – consultório, clínica.....	1
64	Unidade de transporte de paciente com procedimento médico	1
65	Unidade odontológica com e sem equipamento de raio-x, consultório, clínicas.....	1
66	Demais atividades não especificadas nos itens anteriores, sujeito a Taxa de Vigilância Sanitária.....	0,5

ANEXO IX
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS

ORD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE EM UFCN AO ANO
1	Serviço de transporte coletivo convencional de passageiros, por veiculo vistoriado.....	1,5
2	Serviço de transporte de passageiros em veiculo de aluguel a taxímetro por veiculo vistoriado.....	1,5
3	Serviço de transporte coletivo alternativo de passageiros,por veiculo vistoriado.....	1,5
4	Serviço de transporte escolar, por veiculo vistoriado.....	1,5
5	Outros serviços de transporte não especificados acima, por veiculo vistoriado.....	1,5

Obs.: A cada nova vistoria do veículo reprovado, será cobrado um valor adicional de 10% (dez por cento) Sobre o valor da taxa cobrada inicialmente.

ANEXO X
TABELA PARA TAXA DE COLETA DE LIXO

DISCRIMINAÇÃO POR TIPO DE UTILIZAÇÃO E FAIXA DE M²	QUANTIDADEEM UFCN
a) – residência vertical ou horizontal: I – até 36m²..... II – de 37m² a 100m²..... III – de 101m² a 130m²..... IV – de 131m² a 180m²..... V – de 181m² a 250m²..... VI – de 251m² a 320m²..... VI – de 321m² acima.....	0,50 0,56 0,62 0,72 0,80 0,90 0,95
b) – comércio: I – até 80m²..... II - de 81m² a 150m²..... II – de 151m² a 250m²..... III – de 250m² acima.....	0,56 0,70 0,80 0,95
c) – serviço: I – até 100m²..... II - de 101m² a 250m²..... II – de 251m² a 300m²..... III – acima de 301m².....	0,29 0,50 0,62 0,80
d) – Hospitais, clinicas, sanatórios, laboratórios de analise, ambulatórios, prontos-socorros, casas de saúde e congêneres..... ...	2,00
e) – indústria e fabrica: I – até 250m²..... II – de 251m² a 350m²..... III – de 351m².....	1 2 3

ANEXO XI
TABELA PARA CUSTEIO DE SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

TABELA I – IMÓVEL EDIFICADO POR CLASSE

CLASSE: RESIDENCIAL			CLASSE:INDUSTRIAL, COMERCIAL PODERES E SERVIÇOS PÚBLICOS		
CONSUMO MINI-MO	**CONS. MÁX kWh MENSAL**	**ALÍQUOTA SOBRE O VALOR DO KWH**	**CONSUMO MINIMO**	**CONS. MÁX kWh MENSAL**	**ALÍQUOTA SOBRE O VALOR DO KWH**
0	30	0,50%	0	30	2,00%
31	50	1,00%	31	50	3,00%
51	70	2,00%	51	70	4,00%
71	100	3,00%	71	100	5,00%
101	140	4,00%	101	140	6,00%
141	180	5,00%	141	180	7,00%
181	220	6,00%	181	220	8,00%
221	300	7,00%	221	300	10,00%
301	400	9,00%	301	400	12,00%
401	500	11,00%	401	500	14,00%
501	600	13,00%	501	600	16,00%
601	700	15,00%	601	700	18,00%
701	800	17,00%	701	800	20,00%
801	1000	19,00%	801	1000	22,00%
1001	1200	21,00%	1001	1200	24,00%
1201	1500	23,00%	1201	1500	26,00%
Acima de 1500		25,00%	Acima de 1500		28,00%

TABELA II– IMÓVEL TERRITORIAL

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.DE UFCN
II.I	Por metro de testada linear até 12(doze) metros..... Por metro de testada linear de 13(treze) a 20(vinte) metros..... Por metro de testada linear de 21(vinte um) a 40(quarenta) Metros..... Por metro de testada linear de 41(quarenta e um) a 60(sessenta) metros..... ..... Acima de 60 (sessenta) metros de testada linear servida, valor fixo.....	0,25 0,35 0,50 0,65 0,80
II.II	Chácara, valor fixo	1

ANEXO XII
PLANTA DE VALORES IMOBILIÁRIOS EM UFCN – UNIDADE FISCAL DE CANABRAVA DO NORTE
1. TABELA DE VALORES GENÉRICOS EM UFCN POR M²DE TERRENO E SEUS FATORES CORRETIVOS.
2. TABELA DE VALORES GENÉRICOS EM UFCN POR HECTARE DE CHÁCARA E FAZENDA PARA O ITBI.
3. TABELA DE VALORES GENÉRICOS EM UFCN POR M² DE EDIFICAÇÃO E SEUS FATORES CORRETIVOS.

TABELA DE VALORES EM R$ (REAIS) POR METRO QUADRADO DE IMÓVEL TERRITORIAL URBANO

N.º ORD.	TIPO	NOME DO LOGRADOURO	NIV	FACE E NÚMERO DE QUADRA								R$/M2
001	Av.	"Q"	1	45								2,50
002	Av.	Norberto Camilo	1	5ª	45	62						2,50
003	Av.	Norberto Camilo	2	16	28	29	44					4,00
004	Av.	Norberto Camilo	3	46	61	63	75					8,00
005	Av.	Manoel Batista	3	29	30							8,00
006	Av.	Manoel Batista	4	43	44	46	47	60	61	63	64	12,00
007	Av.	Áurea Tavares de Amorim	3	15	16	17						8,00
008	Av.	Áurea Tavares de Amorim	4	27	28	30	31					12,00
009	Av.	Áurea Tavares de Amorim	5	42	43							16,00
010	Av.	Áurea Tavares de Amorim	6	47	48	59	60					24,00

011	Av.	Áurea Tavares de Amorim	5	64	65	74	75	77			16,00
012	Av.	Áurea Tavares de Amorim	3	76 – da altura da Rua 21 de abril até a Rua “P do Brito Parente”							8,00
013	Av.	Áurea Tavares de Amorim	2	76 – da altura da Rua “P do Brito Parente” até a Rua “Domingos Rodrigues de Arruda”							4,00
014	Av.	Áurea Tavares de Amorim	3	85	86	92					8,00
015	Av.	Áurea Tavares de Amorim	2	93	97a	97b					4,00
016	Av.	Áurea Tavares de Amorim	1	98	99	101	102	105	107	108	2,50
017	Av.	Áurea Tavares de Amorim	1	110	111	113					2,50
018	Av.	João Sacerdote	3	4	5	6					8,00
019	Av.	João Sacerdote	4	14	15						12,00
020	Av.	João Sacerdote	5	17	18						16,00
021	Av.	João Sacerdote	7	26	27	31	32				24,00
022	Av.	João Sacerdote	8	41	42	49	50	58	59		28,00
023	Av.	João Sacerdote	7	65	66	73	74	77	78		24,00
024	Av.	AntonioBosaipo	2	3	4	6	7				4,00
025	Av.	AntonioBosaipo	4	13	14	18	19				12,00
026	Av.	AntonioBosaipo	5	25	26	32	33				16,00
027	Av.	AntonioBosaipo	6	40	41	50	51	57	58		20,00
028	Av.	AntonioBosaipo	5	66	67	72	73				16,00
029	Av.	AntonioBosaipo	4	78	79	84	85				12,00
030	Av.	AntonioBosaipo	3	86	87						8,00
031	Av.	Ulisses Guimarães	2	2	3	7	8				4,00
032	Av.	Ulisses Guimarães	4	12	13	19	20				12,00
033	Av.	Ulisses Guimarães	5	24	25	33	34				16,00
034	Av.	Ulisses Guimarães	6	39	40	51	52				20,00
035	Av.	Ulisses Guimarães	5	56	57	67	68				16,00
036	Av.	Ulisses Guimarães	4	71	72	79	80				12,00
037	Av.	Ulisses Guimarães	3	83	84	87	88	91	92		8,00
038	Av.	Pedro Ferreira da Luz	2	1	2	8	9				4,00
039	Av.	Pedro Ferreira da Luz	3	11	12	20	21				8,00
040	Av.	Pedro Ferreira da Luz	3	23	24	34	35	38	39		8,00
041	Av.	Pedro Ferreira da Luz	4	52	53	55	56	68	69		12,00
042	Av.	Pedro Ferreira da Luz	3	70	71	80	81				8,00
043	Av.	Pedro Ferreira da Luz	2	82	83	88	89	90	91		4,00
044	Av.	Pedro Ferreira da Luz	2	93	94	95	96	97a	97b		4,00
045	Av.	Amaro Francisco da Silva	2	10	11	21	22	23	35	36	4,00
046	Av.	Amaro Francisco da Silva	2	37	38	53	53a	54	55	69	4,00
047	Av.	Amaro Francisco da Silva	2	70	81	82	89	90			4,00
048	Av.	Amaro Francisco da Silva	1	94	95	96	98	99	103		2,50
049	Av.	Amaro Francisco da Silva	1	104	109						2,50
050	Av.	Maria de Lourdes	1	100	101	106	107	111	112	113	114	2,50
051	Av.	Pedro Ferreira da Luz	1	102	103	104	105	108	109		110	2,50
052	Rua	Weder Souza Botelho	2	36	37	53a	53b	54				4,00
053	Rua	Nicassio Bento de Oliveira	2	1	2	3	4	6	7	8	9	4,00
054	Rua	Odinir João da Silva	3	5	6	14	15					8,00
055	Rua	Odinir João da Silva	2	7	8	9	10	11	12	13		4,00
056	Rua	10 de Abril	3	14	15	17	18	12	13	19	20	8,00
057	Rua	10 de Abril	2	10	11	21						4,00
058	Rua	Gameleira	2	16	28							4,00
059	Rua	Gameleira	4	17	18	26	27					12,00
060	Rua	Gameleira	3	19	20	24	25					8,00
061	Rua	Gameleira	2	21	22	23						4,00
062	Rua	Tapirapé	3	28	29	30						8,00
063	Rua	Tapirapé	4	26	27	31	32	25	33			12,00
064	Rua	Tapirapé	3	24	34							8,00
065	Rua	Tapirapé	2	22	23	35	36					4,00
066	Rua	Araguaia	3	29	44							8,00
067	Rua	Araguaia	4	30	43							12,00
068	Rua	Araguaia	5	31	32	41	42					16,00
069	Rua	Araguaia	4	33	34	39	40					12,00
070	Rua	Araguaia	2	35	36	37	38					4,00
071	Rua	Dr. Sebastião Junior	1	5a	45							2,50
072	Rua	Dr. Sebastião Junior	3	44	46							8,00
073	Rua	Dr. Sebastião Junior	5	40	41	42	43	47	48	49	50	16,00
074	Rua	Dr. Sebastião Junior	5	51								16,00
075	Rua	Dr. Sebastião Junior	3	39	52							8,00
076	Rua	Dr. Sebastião Junior	2	37	38	53	53a	53b				4,00
077	Rua	Torquato de Souza do Nascimento	4	46	61							12,00
078	Rua	Torquato de Souza do Nascimento	5	47	60							16,00
079	Rua	Torquato de Souza do Nascimento	7	47	48	49	59	60				24,00
080	Rua	Torquato de Souza do Nascimento	5	50	51	57	58					16,00
081	Rua	Torquato de Souza do Nascimento	4	52	56							12,00
082	Rua	Torquato de Souza do Nascimento	3	53	55							8,00

083	Rua	Torquato de Souza do Nascimento	2	53ª	53b	54					4,00
084	Rua	Cassimiro Duarte	4	61	63						12,00
085	Rua	Cassimiro Duarte	5	57	58	59	60	64	65	6	67	16,00
086	Rua	Cassimiro Duarte	4	56	68						12,00
087	Rua	Cassimiro Duarte	2	54	55	69					4,00
088	Rua	19 de Dezembro	4	63	64	75					12,00
089	Rua	19 de Dezembro	5	65	66	73	74				16,00
090	Rua	19 de Dezembro	4	67	72						12,00
091	Rua	19 de Dezembro	3	68	71						8,00
092	Rua	19 de Dezembro	2	69	70						4,00
093	Rua	21 de Abril	3	75	76						8,00
094	Rua	21 de Abril	5	73	74	77	78				16,00
095	Rua	21 de Abril	4	72	79						12,00
096	Rua	21 de Abril	3	71	80						8,00
097	Rua	21 de Abril	2	70	81						4,00
098	Rua	Faustino Pereira da Silva	5	77							16,00
099	Rua	Faustino Pereira da Silva	4	78	85						12,00
100	Rua	Faustino Pereira da Silva	3	79	80	84					8,00
101	Rua	Faustino Pereira da Silva	2	81	82	83					4,00
102	Rua	Herculano Pereira da Silva	3	85	86						8,00
103	Rua	Herculano Pereira da Silva	2	82	83	84	87	88	89		4,00
104	Rua	Fausto Ferreira da Rocha	2	87	88	89	90	91	92		4,00
105	Rua	Pedro Brito Parente	2	91	92	93	90	94			4,00
106	Rua	Deuzillia Pereira da Silva	2	94	95						4,00
107	Rua	Juraneis Vieira da Silva	2	95	96						4,00
108	Rua	Maria Alves da Silva	2	93	97a						4,00
109	Rua	Dejair Machado dos Santos	2	97a	97b						4,00
110	Rua	José Maria Dias Glória	1	96	97b	98					2,50
111	Rua	Domingos Rodrigues de Arruda	1	99	100	101	102	103			2,50
112	Rua	Teresinha Alves de Souza	1	102	103	104	105				2,50
113	Rua	Gilvan Alves Ramos	1	101	104	105	107	108	109		2,50
114	Rua	João Delfino	1	106	107	108	109	110	111	112	2,50
115	Rua	João Chico	1	110	111	112	113	114			2,50
116	Rua	José da Silva Malta	1	113	114						2,50
117	Rua	João Quixabá Tavares	1	01	02	03	04				2,50
118	Rua	Lázaro Tavares Dias	1	98	98A	99	99A				2,50
119	Rua	Raimundo Peres da Costa	1	99	99A	99B	99D				2,50
120	Rua	Gabriel Dias dos Santos	1	99C	99E						2,50
121	Av.	Antonio Barbosa de Souza	1	01	09						2,50
122	Av.	Antonio Barbosa de Souza	1	CHÁCARA	01						1,00
123	Av.	Manoel Marinho Borges	1	21A	22						2,50
124	Av.	Manoel Marinho Borges	1	CHÁCARA	3						1,00
125	Av.	Amaro Francisco da Silva	1	CHÁCARA	04	05	06	06A	07			1,00
126	Rua	21 de Abril	1	CHÁCARA	08							1,00

TABELA DE COEFICIENTE CORRETIVO DO TERRENO

PEDOLOGIA	CCT	SITUAÇÃO	CCT	TOPOGRAFIA	CCT
ALAGADO.....	**0,70**	MEIO DE QUADRA.....	**1,00**	PLANO.....	**1,00**
INUNDAVEL.....	**0,80**	ESQ. + DE UMA FRENTE.....	**1,10**	ACLIVE.....	**0,90**
FIRME.....	**1,00**	ENCRAVADO.....	**0,80**	DECLIVE.....	**0,80**
COMBINAÇÕES DOS DEMAIS	**0,70**	GLEBA.....	**0,50**	IRREGULAR.....	**0,70**

TABELA DE COEFICIENTES CORRETIVOS DE LOGRADOURO

DESCRIÇÃO	SIM	NÃO	DESCRIÇÃO	SIM	NÃO	DESCRIÇÃO	SIM	NÃO
COEF. CORR. FIXO.	**1.00**		ILÚMINAÇÃO PUBLICA.	**0,018**	**0,00**	REDE DE TEL.	**0,014**	**0,00**
PAVIMENTAÇÃO.....	**0,020**	**0,00**	GALERIA PLUVIAL.....	**0,017**	**0,00**	REDE DE ESG.	**0,016**	**0,00**
ÁGUA.....	**0,018**	**0,00**	LIMPEZA URBANA.....	**0,016**	**0,00**			
COLETA DE LIXO.....	**0,017**	**0,00**	GUIAS E SARJETAS.....	**0,014**	**0,00**			

2. TABELA
2. TABELA DE VALORES GENÉRICOS EM UFCN POR HECTARE DE CHÁCARA E FAZENDA PARA O ITBI.

Tipo de Cobertura	Valor Maximo em Quantidade de UPFM por Hect.
Terra mecanizada argilosa	289,45
Terra mecanizada arenosa	194,83
Pastagem formada argilosa	135
Pastagem formada arenosa	100
Pastagem Degrada	80
Mata	70
Campo Cerrado Natural	50
Varjões	40

Valores a ser adicionado na somatória para encontrar o valor venal para o cálculo do ITBI para imóvel na zona rural:

I.	Terreno com relevo acima de 45º, que esteja preservado, beneficio fiscal de 50%(cinqüenta) por cento, apenas na parte do revelo.
II.	Terreno alagadiço, beneficio fiscal de 25%(vinte e cinco) por cento sobre o valor da parte alagada.
III.	Sem acesso por estradas vicinal, beneficio fiscal de 25%(vinte e cinco) sobre o valor venal.
Valores a ser adicionado na somatória para encontrar o valor venal para o cálculo do ITBI para imóvel na zona rural:	
I.	Pastagem com terra arada acréscimo de 11,39 UFCN por Hectare.
II.	Terra (arada) preparada para plantio de grão acréscimo de 7,50 UFCN por Hectare.
III.	Pastagem com corretivo acréscimo de 23,41 UFCN por Hectare.
IV.	Forma em toco acréscimo de 9,41 UFCN por Hectare.
V.	Cerca de arame liso com 5(cinco) fios, acréscimo de 157,24 UFCN por Km.
VI.	Cerca de arame farpado com acréscimo de 25,60 UFCN por Km.
VII.	Curral de madeira serrada com seringa e brete acréscimo de 6,85 UFCN por metro linear.
VIII.	Curral de cabo ou arame liso, acréscimo de 3,33 UFCN por metro linear.
XIV.	Edificação na área rural de alvenaria acréscimo de 14,07 UFCN por m².
XV.	Edificação na área rural de madeira acréscimo de 9,26 UFCN por m².
XVI.	Galpão acréscimo de 2,59 UFCN por m².

3. TABELA
3. TABELA DE VALORES GENÉRICOS EM UFCN POR M²DE EDIFICAÇÃO E SEUS FATORES CORRETIVOS.

FAIXA DE PONTOS POR VALOR EM UFCN DO M2E DE EDIFICAÇÃO

FAIXA DE PONTOS	QUANTIDADE DE UFCN		FAIXA DE PONTOS	QUANTIDADE DE UFCN
00 a 35	**3,12**		**146 a 156**	**6,75**
36 a 46	**3,50**		**157 a 167**	**7,75**
47 a 57	**3,75**		**168 a 178**	**9,25**
58 a 68	**4**		**179 a 189**	**10,75**
69 a 79	**4,25**		**190 a 200**	**11,25**
80 a 90	**4,50**		**201 a 210**	**12**
91 a 101	**4,75**		**211 a 221**	**13**
102 a 112	**5**		**222 a 232**	**14**
113 a 123	**5,25**		**233 a 242**	**15**
124 a 134	**5,75**		**243 a 253**	**16,50**
135 a 145	**6,25**		**Acima de 253**	**18**

COMPONENTES BÁSICOS DE EDIFICAÇÃO

PISO	PONTOS		FORRO	PONTOS
TERRA BATIDA	0		SEM	0
CIMENTO	8		MADEIRA	8
MATERIAL PLÁSTICO	17		GESSO	10
CERÂMICA /MOSAICO	16		ISOPOR	6
ESPECIAL	20		PVC	14
			LAJE	20
			ESPECIAL	25

REVESTIMENTO EXTERNO	PONTOS		REVESTIMENTO INTERNO	PONTOS
SEM	00		**SEM**	00
REBOCO	04		REBOCO	04
PINTURA SIMPLES / CAIAÇÃO	06		PINTURA SIMPLES / CAIAÇÃO	06
PINTURA LÁTEX	11		PINTURA LATEX	11
PINTURA LÁTEX C/ MASSA	15		PINTURA LÁTEX C/ MASSA	15
ESPECIAL	20		ESPECIAL	20

INSTALAÇÃO SANITÁRIA	PONTOS		ESTRUTURA DA CONSTRUÇÃO	PONTOS
SEM	0		ADOBE / MADEIRA RÚSTICA	2
EXTERNA	2		MADEIRA DE PRIMEIRA	10
INTERNA SIMPLES	6		ALVENARIA	12
MAIS DE UMA INTERNA	10		CONCRETO	20
INTERNA COMPLETA	14		METÁLICA	25

PAREDES	PONTOS		ESTRUTURA DA COBERTURA	PONTOS
SEM	0		MADEIRA SIMPLES	6
ADOBE / MADEIRA RÚSTICA	2		MADEIRA DE PRIMEIRA	12
MADEIRA DE PRIMEIRA	10		**CONCRETO**	15
ALVENARIA	14		METÁLICA	18
CONCRETO	16		ESPECIAL	23
METÁLICA	18			
ESPECIAL	22			

COBERTURA	PONTOS		INSTALAÇÃO ELÉTRICA	PONTOS
PALHA/ZINCO	1		SEM	0
CIMENTO AMIANTO	6		EXTERNA	2
TELHA DE BARRO	12		EMBUTIDA	6
METÁLICA	15			
LAJE	18			
ESPECIAL	20			

PORTA	PONTOS		JANELA	PONTOS
MADEIRA DE SEGUNDA	2		**MADEIRA DE SEGUNDA**	2
MADEIRA DE PRIMEIRA	6		MADEIRA DE PRIMEIRA	6
MADEIRA ARTESANAL	10		MADEIRA ARTESANAL	10
FERRO DE PRIMEIRA	12		FERRO DE PRIMEIRA	12
FERRO DE SEGUNDA	8		FERRO DE SEGUNDA	8
DE VIDRO	14		DE VIDRO	14

ÁREA DE LAZER	PONTOS
SEM	0
ATÉ 20.000LITROS	35
ACIMA DE 20.000LITROS	50
SAUNA	40
QUADRA DE ESPORTE	60
OUTROS	50

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA EDIFICAÇÃO

ORDEM	DISCRIMINAÇÃO	ÍNDICE
01	NOVA/ÓTIMA	1,10
02	BOM	1,00
03	REGULAR	0,90
04	PRECÁRIA	0,80

FORMÚLA DE CÁLCULO PARA O IPTU (TERRENO E PRÉDIO)

VVI = VVT + VVE
onde:
VVI = Valor venal do imóvel;
VVT = Valor venal do terreno;
VVE = Valor venal da edificação.
FORMÚLA DE CÁLCULO PARA O TERRENO
VT = VM²T x AT x P x T x S x (CCF + P + A + C + I + G + U + S + T + E)
onde:

VT	=	Valor venal do terreno;
VM²T	=	Valor do metro quadrado do terreno;
AT	=	Área do terreno;
P	=	Coeficiente corretivo de pedologia;
T	=	Coeficiente corretivo de topografia;
S	=	Coeficiente corretivo de situação do terreno.
CCF	=	Coeficiente corretivo fixo;
P	=	Coeficiente corretivo de pavimentação no logradouro;
A	=	Coeficiente corretivo de água no logradouro;
C	=	Coeficiente corretivo de coleta de lixo no logradouro;
I	=	Coeficiente corretivo de rede ou iluminação no logradouro;
G	=	Coeficiente corretivo de galeria pluvial no logradouro;

FORMÚLA DE CÁLCULO DA FRAÇÃO IDEAL DE TERRENO
FI = AE x AT
ATE
FORMÚLA DE CÁLCULO PARA EDIFICAÇÃO
VVE = VM²E x AE x EC
onde:

VVE =	Valor venal da edificação;
VM²E =	Valor do metro quadrado de edificação é a soma dos coeficientes das características da edificação e enquadrado por faixa de valor;
AE =	Área edificação;
EC =	Estado de conservação.

ANEXO XIII
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE EXPEDIENTE E DE SERVIÇOS DIVERSOS

Item	Categorias de Serviços de Expediente	Quantidade em UFCN e/ ou R$
01	Declaração de endereço (urbano e rural)	0,080
02	Laudo de avaliação de bens imóveis, por imóvel	2
03	Boletim de informação cadastral, por unidade	0,080
04	Numeração e renumeração de imóveis construídos	0,080
05	Certidões: a)de dívida, por unidade inscrita no cadastro b) tratando-se de diversas unidades pertencentes a ummesmo proprietário, por unidade que exceda à primeira c) de tempo de serviço, por folha	0,080 0,040 0,40
06	Fornecimento de 2ª via: a) Alvará de licença para localização b) Alvará de licença para construção c) “Habite-se” d) “Habite-se” parcial e) Outros f) Carta de aforamento ou de permissão de uso g) Outros	0,080
07	Análise de requerimento para outorga ou renovação: a) Concessão b) Permissão c) Autorização	1
08	Aprovação em arruamento, por lauda	0,080
09	Alteração no Cadastro Imobiliário	0,080
10	Atestado, por lauda de até 33 linhas	0,080
11	Análise de relatório de impacto urbano	20

12	Carta de “habite-se”	40% do alvará de construção
13	Cópias, fotocópias ou xerox de leis, decretos e outros atos, porfolha	R$ 0,35
14	Documentos anexados a requerimentos, por documento	0,10
	Permanência de bens e/ou mercadorias apreendidas ou removidas, por dia a) Mercadoria, por Quilo ou Unidade b) “hot dogs”, por unidade c) Banca de revista, por unidade d) Mesa, cadeira e similares, por unidade	R$ 0,50 R$ 0,25 R$ 0,25 R$ 0,35
	Permanência por dia em pátio de equipamento coletos de resíduos	R$ 10,00
	Guias de um modo em geral	0,080
	Registro de ferro em gado	1

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 780/2017

LEI Nº 780/2017, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS JUNTO A RECEITA FEDERAL DO BRASIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetivar parcelamento de débito previdenciário da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte junto à Receita Federal do Brasil.

Art. 2º. O débito total a ser parceladoda Prefeitura, por meio desta Lei, é de R$ 97.439,38 (noventa e sete mil, quatrocentos e trinta e nove reais e trinta e oito centavos), originário da competência 13/2017. Tal valor poderá sofrer uma pequena variação considerando que entre a data de aprovação deste Projeto de Lei e o efetivo parcelamento junto à Receita, serão acrescidos juros e multas.

Art. 3º. O valor será dividido e pago em 60 (Sessenta) prestações mensais e sucessivas, devendo a primeira ser paga de imediato, ficando consignado que as demais estarão sujeitas à correção pela taxa SELIC. As demais parcelas serão pagas através de débito autorizado na conta 6.619-2 FPM, agência 3989-6, Banco do Brasil.

Art. 4º. As despesas referentes ao parcelamento do débito correrão por conta de rubrica própria consignada no Orçamento do Município, em cada exercício, até a amortização total do débito.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 04 de Dezembro de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 779/2017

LEI N. 779/2017, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER PARCELAMENTO E ANISTIA PARCIAL DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA AOS DEVEDORES COM A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **aprovou**, e eu **sanciono** e **promulgo** a seguinte lei:

Art. 1º. Esta Lei autoriza o Poder Executivo a conceder temporariamente anistia parcial da multa e remissão parcial dos juros a contribuintes inadimplentes com a Tesouraria Municipal, com o objetivo de recuperar créditos tributários.

§ 1º. A anistia e a remissão de que trata o *caput* deste artigo abrange todos os créditos tributários e não tributários vencidos até 28 de novembro de 2017, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados e a ajuizar, inclusive aqueles, objeto de acordo de parcelamento anterior não cumprido pelo contribuinte.

§ 2º. Os tributos em atraso, tanto para o pagamento a vista ou parcelado, serão calculados exercício por exercício e sofrerão a incidência das seguintes reduções:

I - Para o pagamento à vista dos tributos em atraso, será concedida anistia da multa e remissão dos juros no percentual de 100% (cem por cento);

II – Para pagamento parcelado, o desconto aplicado será de 80% (oitenta por cento) do valor da multa e dos juros.

Art. 2º. Os contribuintes interessados em usufruir do benefício da anistia e remissão, citados no artigo anterior, para o caso de pagamento parcelado, deverão requerer o parcelamento em até 20 (vinte) parcelas mensais e sucessivas, no prazo de até 24 de dezembro de 2017, sendo que o pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até o dia 29/12/2017, e as demais parcelas, até o último dia útil do mês seguinte.

§ 1º. O deferimento do pedido de parcelamento fica condicionado ao pagamento da primeira parcela no ato da formalização do acordo, vencendo as demais prestações do parcelamento em até 30 (trinta) dias subsequentes.

§ 2º. O inadimplemento de (02) duas parcelas consecutivas do ajustamento para pagamento parcelado, importará na perda do benefício instituído por esta Lei, prosseguindo-se a cobrança pelo débito tributário original, devidamente corrigida e acrescida de juros e multa, conforme estabelece a legislação tributária do Município, abatidos os valores pagos anteriormente.

Art. 3º. O disposto nesta Lei não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas aos cofres municipais.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente lei, no que for necessário para a sua fiel execução, inclusive autorizado a prorrogar referida campanha de incentivo, mediante decreto, se necessário for.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de Dezembro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 778/2017

LEI Nº 778/2017, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

INSTITUI E FIXA GRATIFICAÇÃO DE SOBREAVISO AS AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS E AOS MOTORISTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANABRAVA DO NORTE – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Considera-se de sobreaviso o servidor que, cumprida sua carga horária normal, permanecer em sua própria casa, aguardando, a qualquer momento, o chamado para o serviço.

Art. 2º. A auxiliar de serviços gerais, devidamente qualificada e identificada, com atuação na Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava, responsável pela limpeza do Centro de Saúde Milton Gonçalves da Silva, bem como, o motorista da ambulância, devidamente qualificado e identificado, com atuação na Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava, responsável pela condução de veículos destinados a deslocamentos de pacientes do Município de Canabrava do Norte para outros centros de tratamento médico hospitalar, quando em escala de sobreaviso, perceberão Gratificação de Sobreaviso, segundo o sistema de horário de sobreaviso estabelecido na forma dos parágrafos 3º e 4º do artigo 3º, desta Lei.

Art. 3°. A gratificação de sobreaviso, prevista no artigo 1º desta Lei, fora do horário normal de trabalho, será do seguinte valor:

I – Auxiliar de serviços gerais, no valor de até R$ 300,00 (trezentos reais), a serem pagos de forma mensal;

II – Motorista da Ambulância, no valor de até R$ 350,00 (trezentos e cinqüenta reais), a serem pagos de forma mensal.

§ 1º. A auxiliar de serviços gerais e o motorista que efetuar sobreaviso mensal parcial, o valor a ser pago será proporcionalmente ao período efetivamente realizado em relação ao número total de horas de sobreaviso mensal estabelecido na escala de sobreaviso.

§ 2º. As auxiliares de serviços gerais e os motoristas que perceberem gratificação de sobreaviso não farão jus ao adicional de serviço extraordinário, durante os horários que estiverem efetivamente de sobreaviso.

§ 3º. A Secretária Municipal de Saúde compete definir, segundo os critérios de conveniência, oportunidade e interesse público, os servidores que realizarão as atividades de limpeza do Centro de Saúde, bem como, de condução das ambulâncias, elaborando escala e outros regulamentos internos a fim de garantir a execução do serviço de forma contínua, observadas as demandas de urgência e emergência, estabelecendo até o dia 30 de cada mês a escala de sobreaviso das auxiliares de serviços gerais e dos motoristas para o mês seguinte.

§ 4º. No estabelecimento da escala de sobreaviso previsto no parágrafo anterior, sempre que possível, deverá ser obedecida à rotatividade dos motoristas em exercício de suas funções junto à Secretaria Municipal de Saúde.

§ 5º. O valor da gratificação prevista no *caput* do presente artigo será assegurado à revisão anual, no mesmo índice e percentual da revisão geral anual.

Art. 4º. A auxiliar de serviços gerais e o agente público motorista que for convocado para prestação de serviço durante o sobreaviso e deixar de atender não fará jus ao recebimento do valor correspondente previsto no artigo 3º, desta Lei.

Art. 5º. A gratificação de sobreaviso será paga a partir da competência de novembro de 2017, observadas todas as disposições previstas nesta Lei.

Art. 6º. A presente Lei entrará em vigor da na data de sua publicação, produzindo seus efeitos em 1º de novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 777/2017

LEI N. 777/2017, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO CANABRAVA DO NORTE – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON DE ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º. A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º. A Política de Assistência Social do Município Canabrava do Norte - MT tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e

II - a vigilância sócio assistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;

IV - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis;

V - primazia da responsabilidade do ente político na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo; e

VI - centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, tendo como base o território.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais visando universalizar a proteção social e atender às contingências sociais.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

SEÇÃO I

DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º. A política pública de assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I - universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;

II - gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso;

III - integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV - intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais de defesa de direitos e Sistema de Justiça;

V - equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

VI - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

VII - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

VIII - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IX - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

X - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

SEÇÃO II

DAS DIRETRIZES

Art. 4º. A organização da assistência social no Município observará as seguintes diretrizes:

I - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

II - descentralização político-administrativa e comando único em cada esfera de gestão;

III - cofinanciamento partilhado dos entes federados;

IV - matricialidade sócio familiar;

V - territorialização;

VI - fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;

VII - participação popular e controle social, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

CAPÍTULO III

DA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS NO MUNICÍPIO CANABRAVA DO NORTE-MT.

SEÇÃO I

DA GESTÃO

Art. 5º. A gestão das ações na área de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, cujas normas gerais e coordenação são de competência da União.

Parágrafo único. O Suas é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangida pela Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Art. 6º. O Município Canabrava do Norte-MT atuará de forma articulada com as esferas federal e estadual, observadas as normas gerais do SUAS, cabendo-lhe coordenar e executar os serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais em seu âmbito.

Art. 7º. O órgão gestor da política de assistência social no Município Canabrava do Norte-MT é a Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social.

SEÇÃO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 8º. O Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Município Canabrava do Norte-MT organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Art. 9º. A proteção social básica compõem-se precipuamente dos seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;

II - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;

III – Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas;

IV – Serviço de Proteção Social Básica executado por Equipe Volante.

Parágrafo único. O PAIF deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Art. 10º. A proteção social especial ofertará precipuamente os seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I – proteção social especial de média complexidade:

a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI;

b) Serviço Especializado de Abordagem Social;

c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade;

d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;

II – proteção social especial de alta complexidade:

a) Serviço de Acolhimento Institucional;

b) Serviço de Acolhimento em República;

c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Art. 11º. As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada serviço, programa ou projeto socioassistencial.

§1º. Considera-se rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante a articulação entre todas as unidades do SUAS.

§2º. A vinculação ao Suas é o reconhecimento pela União, em colaboração com Município, de que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial.

Art. 12º. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, respectivamente, e pelas entidades de assistência social.

§ 1º. O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

§ 2º. O CREAS é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

§3º. Os CRAS e os CREAS são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do Suas, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

Art. 13º. A implantação das unidades de CRAS e CREAS deve observar as diretrizes da:

I – territorialização - oferta capilar de serviços baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida do cidadão e com o intuito de desenvolver seu caráter preventivo e educativo nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social;

II - universalização - a fim de que a proteção social básica seja prestada na totalidade dos territórios do município;

III - regionalização – prestação de serviços socioassistenciais de proteção social especial cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem rede regional e desconcentrada de serviços no âmbito do Estado.

Art. 14º. as unidades publicas estatais instituídas no âmbito do SUAS integram a estrutura administrativa do Município CANABRAVA DO NORTE-MT, quais sejam:

I – CRAS;

II – CREAS;

Parágrafo único. As instalações das unidades públicas estatais devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo, atendimento individual e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência.

Art. 15º. As ofertas socioassistenciais nas unidades públicas pressupõem a constituição de equipe de referência na forma das Resoluções nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17, de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, do CNAS.

Parágrafo único. O diagnóstico socioterritorial e os dados de Vigilância Socioassistencial são fundamentais para a definição da forma de oferta da proteção social básica e especial.

Art. 16º. São seguranças afiançadas pelo SUAS:

I - acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter:

a) condições de recepção;

b) escuta profissional qualificada;

c) informação;

d) referência;

e) concessão de benefícios;

f) aquisições materiais e sociais;

g) abordagem em territórios de incidência de situações de risco;

h) oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média e longa permanência.

II - renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;

III - convívio ou vivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para:

a) a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários;

b) o exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.

IV - desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para:

a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício da participação social e cidadania;

b) a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão, a família e a sociedade;

c) conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos sob contingências e vicissitudes.

V - apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

SEÇÃO III

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 17º. Compete ao Município Canabrava do Norte - MT, por meio da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social:

I - destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da Lei Federal nº 8.742, de 1993, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

II - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

III - atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;

IV - prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23, da Lei Federal nº 8742, de 7 de Dezembro de 1993, e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

V - implantar:

a) a vigilância socioassistencial no âmbito municipal, visando ao planejamento e à oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais;

b) sistema de informação, acompanhamento, monitoramento e avaliação para promover o aprimoramento, qualificação e integração contínuos dos serviços da rede socioassistencial, conforme Pacto de Aprimoramento do SUAS e Plano de Assistência Social

VI - regulamentar:

a) e coordenar a formulação e a implementação da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e com a Política Estadual de Assistência Social, observando as deliberações das conferências nacional, estadual e municipal de assistên-

cia social e as deliberações de competência do Conselho Municipal de Assistência Social;

b) os benefícios eventuais em consonância com as políticas públicas municipais definidas pela gestão municipal.

VII – cofinanciar:

a) o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas e projetos de assistência social, em âmbito local;

b) em conjunto com a esfera federal e estadual, a Política Nacional de Educação Permanente, com base nos princípios da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, coordenando-a e executando-a em seu âmbito.

IX – realizar:

a) o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito;

b) a gestão local do Beneficio de Prestação Continuada - BPC, garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;

c) em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social, as conferências de assistência social;

VIII – gerir:

a) de forma integrada, os serviços, benefícios e programas de transferência de renda de sua competência;

b) o Fundo Municipal de Assistência Social;

c) no âmbito municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Programa Bolsa Família, nos termos do §1º do art. 8° da Lei nº 10.836, de 2004;

IX – organizar:

a) a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial;

b) e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial, articulando as ofertas;

c) e coordenar o SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias, normatizando e regulando a política de assistência social em seu âmbito em consonância com as normas gerais da União.

X – elaborar:

a) a proposta orçamentária da Assistência Social no Município, assegurando recursos do tesouro municipal;

b) e submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social, anualmente, a proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

c) e cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao SUAS, aprovado pelo CMAS e pactuado na CIB;

d) e executar o Pacto de Aprimoramento do SUAS, implementando o em âmbito municipal; **e)** executar a política de recursos humanos, de acordo com a NOB/RH - SUAS;

f) Plano Municipal de Assistência Social, a partir das responsabilidades e de seu respectivo e estágio no aprimoramento da gestão do SUAS e na qualificação dos serviços, conforme patamares e diretrizes pactuadas nas instância de pactuação e negociação do SUAS ;

g) e expedir os atos normativos necessários à gestão do FMAS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo conselho municipal de assistência social;

XI - aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;

XII – alimentar e manter atualizado:

a) o Censo SUAS;

b) o Sistema de Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social – SCNEAS de que trata o inciso XI do art. 19 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

c) conjunto de aplicativos do Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social – Rede SUAS;

XIII – garantir:

a) a infraestrutura necessária ao funcionamento do respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens, traslados e diárias de conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições;

b) que a elaboração da peça orçamentária esteja de acordo com o Plano Plurianual, o Plano de Assistência Social e dos compromissos assumidos no Pacto de Aprimoramento do SUAS;

c) a integralidade da proteção socioassistencial à população, primando pela qualificação dos serviços do SUAS, exercendo essa responsabilidade de forma compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

d) a capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social, além de desenvolver, participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à política de assistência social, em especial para fundamentar a análise de situações de vulnerabilidade e risco dos territórios e o equacionamento da oferta de serviços em conformidade com a tipificação nacional;

e) o comando único das ações do SUAS pelo órgão gestor da política de assistência social, conforme preconiza a LOAS;

XIV - definir:

a) os fluxos de referência e contra-referências do atendimento nos serviços socioassistenciais, com respeito às diversidades em todas as suas formas;

b) os indicadores necessários ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação, observado a suas competências.

XV - implementar:

a) os protocolos pactuados na CIT;

b) a gestão do trabalho e a educação permanente;

XVI – promover:

a) a integração da política municipal de assistência social com outros sistemas públicos que fazem interface com o SUAS;

b) articulação intersetorial do SUAS com as demais políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça;

c) a participação da sociedade, especialmente dos usuários, na elaboração da política de assistência social;

XVII - assumir as atribuições, no que lhe couber, no processo de municipalização dos serviços de proteção social básica;

XVIII - participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na CIB;

XIX - prestar informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal;

XX – zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelos estados ao Município, inclusive no que tange a prestação de contas;

XXI - assessorar as entidades de assistência social visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às normas do SUAS, viabilizando estratégias e mecanismos de organização para aferir o pertencimento à rede socioassistencial, em âmbito local, de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades de assistência social de acordo com as normativas federais.

XXII – acompanhar a execução de parcerias firmadas entre os municípios e as entidades de assistência social e promover a avaliação das prestações de contas;

XXIII – normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades vinculadas ao SUAS, conforme §3º do art. 6º B da Lei Federal nº 8.742, de 1993, e sua regulamentação em âmbito federal.

XXIV - aferir os padrões de qualidade de atendimento, a partir dos indicadores de acompanhamento definidos pelo respectivo conselho municipal de assistência social para a qualificação dos serviços e benefícios em consonância com as normas gerais;

XXV - encaminhar para apreciação do conselho municipal de assistência social os relatórios trimestrais e anuais de atividades e de execução físico-financeira a título de prestação de contas;

XXVI – compor as instâncias de pactuação e negociação do SUAS;

XXVII - estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de assistência social;

XXVIII - instituir o planejamento contínuo e participativo no âmbito da política de assistência social;

XXIX – dar publicidade ao dispêndio dos recursos públicos destinados à assistência social;

XXX - criar ouvidoria do SUAS, preferencialmente com profissionais do quadro efetivo;

SEÇÃO IV

DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 18º. O Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que contempla propostas para execução e o monitoramento da política de assistência social no âmbito do Município Canabrava do Norte-MT.

§1º. A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social dar-se a cada 4 (quatro) anos, coincidindo com a elaboração do Plano Plurianual e contemplará:

I - diagnóstico socioterritorial;

II - objetivos gerais e específicos;

III - diretrizes e prioridades deliberadas;

IV - ações estratégicas para sua implementação;

V - metas estabelecidas;

VI - resultados e impactos esperados;

VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

VIII - mecanismos e fontes de financiamento;

I - indicadores de monitoramento e avaliação; e

II - tempo de execução.

§2º. O Plano Municipal de Assistência Social além do estabelecido no parágrafo anterior deverá observar:

I – as deliberações das conferências de assistência social;

II - metas nacionais, estaduais e municipais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS;

III – ações articuladas e intersetoriais;

CAPÍTULO IV

DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO SUAS

SEÇÃO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 19º. Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Canabrava do Norte-MT, órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social cujos membros, nomeados pelo Prefeito, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida única recondução por igual período.

§ 1º. O CMAS é composto por 8 (oito) membros e respectivos suplentes indicados de acordo com os critérios seguintes:

I - 4 representantes governamentais;

II - 4 representantes da sociedade civil, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do SUAS.

§ 2º. O CMAS é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 2 (dois) anos, permitida única recondução por igual período, observada a alternância dentre representantes da sociedade civil e governo.

§ 3º. CMAS contará com uma Secretaria Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

Art. 20º. O CMAS reunir-se-á ordinariamente uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário cujas reuniões devem ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas, e funcionará de acordo com o Regimento Interno.

Parágrafo único. O Regimento Interno definirá, também, o quórum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário, para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 21º. A participação dos conselheiros no CMAS é de interesse público e relevante valor social e não será remunerada.

Art. 22º. O controle social do SUAS no Município efetiva-se por intermédio do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e das Conferências Municipais de Assistência Social, além de outros fóruns de discussão da sociedade civil.

Art. 23º. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - elaborar, aprovar e publicar seu regimento interno;

II - convocar as Conferências Municipais de Assistência Social e acompanhar a execução de suas deliberações;

III - aprovar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes das conferências de assistência social;

IV - apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências municipais e da Política Municipal de Assistência Social;

V - aprovar o Plano Municipal de Assistência Social, apresentado pelo órgão gestor da assistência social;

VI - aprovar o plano de capacitação, elaborado pelo órgão gestor;

VII - acompanhar o cumprimento das metas nacionais, estaduais e municipais do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS;

VIII - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família-PBF;

IX - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social de âmbito local;

XIX - apreciar e aprovar informações da Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social inseridas nos sistemas nacionais e estaduais de informação referentes ao planejamento do uso dos recursos de cofinanciamento e a prestação de contas;

X - apreciar os dados e informações inseridas pela Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, unidades públicas e privadas da assistência social, nos sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre o sistema municipal de assistência social;

XI - alimentar os sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre o Conselho Municipal de Assistência Social;

XII - zelar pela efetivação do SUAS no Município;

XIII - zelar pela efetivação da participação da população na formulação da política e no controle da implementação;

XIV - deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência;

XV - estabelecer critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais;

XVI - apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pela Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social em consonância com a Política Municipal de Assistência Social;

XVII - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;

XVIII - fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família IGD/PBF, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social IGD/SUAS;

XIX - planejar e deliberar sobre a aplicação dos recursos IGD/PBF e IGD/SUAS destinados à atividades de apoio técnico e operacional ao CMAS;

XX - participar da elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à assistência social, bem como do planejamento e da aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, tanto dos recursos próprios quanto dos oriundos do Estado e da União, alocados FMAS;

XXI - aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;

XXII - orientar e fiscalizar o FMAS;

XXIII - divulgar, no Diário Oficial Municipal, ou em outro meio de comunicação, todas as suas decisões na forma de Resoluções, bem como as deliberações acerca da execução orçamentária e financeira do FMAS e os respectivos pareceres emitidos.

XXIV - receber, apurar e dar o devido prosseguimento a denuncias;

XXV - deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS no âmbito do município;

XXVI - estabelecer articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas setoriais e conselhos de direitos.

XXVII - realizar a inscrição das entidades e organização de assistência social;

XXVIII - notificar fundamentadamente a entidade ou organização de assistência social no caso de indeferimento do requerimento de inscrição;

XXIX - fiscalizar as entidades e organizações de assistência social;

XXX - emitir resolução quanto às suas deliberações;

XXXI - registrar em ata as reuniões;

XXXII - instituir comissões e convidar especialistas sempre que se fizerem necessários.

XXXIII - zelar pela boa e regular execução dos recursos repassados pelo FMAS executados direta ou indiretamente, inclusive no que tange à prestação de contas;

XXXIV - avaliar e elaborar parecer sobre a prestação de contas dos recursos repassados ao Município.

Art. 24º. O CMAS deverá planejar suas ações de forma a garantir a consecução das suas atribuições e o exercício do controle social, primando pela efetividade e transparência das suas atividades.

§ 1º. O planejamento das ações do conselho deve orientar a construção do orçamento da gestão da assistência social para o apoio financeiro e técnico às funções do Conselho.

§ 2º. O CMAS utilizará de ferramenta informatizada para o planejamento das atividades do conselho, contendo as atividades, metas, cronograma de execução e prazos a fim de possibilitar a publicidade.

SEÇÃO II

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 25º. As Conferências Municipais de Assistência Social são instâncias periódicas de debate, de formulação e de avaliação da política pública de assistência social e definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil.

Art. 26º. As conferências municipais devem observar as seguintes diretrizes:

I - divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando objetivos, prazos, responsáveis, fonte de recursos e comissão organizadora;

II - garantia da diversidade dos sujeitos participantes;

III - estabelecimento de critérios e procedimentos para a designação dos delegados governamentais e para a escolha dos delegados da sociedade civil;

IV - publicidade de seus resultados;

V - determinação do modelo de acompanhamento de suas deliberações; e

VI - articulação com a conferência estadual e nacional de assistência social.

Art. 27º. A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada ordinariamente a cada quatro anos pelo Conselho Municipal de Assistência Social e extraordinariamente, a cada 2 (dois) anos, conforme deliberação da maioria dos membros dos respectivos conselhos.

SEÇÃO III

PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS

Art. 28º. É condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais o estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários nos conselhos e conferências de assistência social.

Art. 29º. O estimulo à participação dos usuários pode se dar a partir de articulação com movimentos sociais e populares e ainda a organização de diversos espaços tais como: fórum de debate, comissão de bairro, coletivo de usuários junto aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

SEÇÃO IV

DA REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS INSTÂNCIAS DE NEGOCIAÇÃO E

PACTUAÇÃO DO SUAS.

Art. 30º. O Município é representado nas Comissões Intergestores Bipartite - CIB e Tripartite - CIT, instâncias de negociação e pactuação dos aspectos operacionais de gestão e organização do SUAS, respectivamente, em âmbito estadual e nacional, pelo Colegiado Estadual de Gestores Mu-

nicipais de Assistência Social – COEGEMAS e pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS.

§ 1º. O CONGEMAS E COEGEMAS constituem entidades sem fins lucrativos que representam as secretarias municipais de assistência social, declarados de utilidade pública e de relevante função social, onerando o município quanto a sua associação a fim de garantir os direitos e deveres de associado.

§ 2º. O COEGEMAS poderá assumir outras denominações a depender das especificidades regionais.

CAPÍTULO V

DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, DOS SERVIÇOS, DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA.

SEÇÃO I

DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 31. Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, na forma prevista na Lei federal nº 8.742, de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, art. 22, parágrafos1º e 2º, consolidados pela Lei nº 12.435, de 2011, devendo sua prestação observar:

I – não subordinação a contribuições prévias e vinculação a quaisquer contrapartidas;

II – desvinculação de comprovações complexas e vexatórias, que estigmatizam os beneficiários;

III – garantia de qualidade e prontidão na concessão dos benefícios;

IV – garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição dos benefícios eventuais;

V – ampla divulgação dos critérios para a sua concessão;

VI – Os benefícios eventuais devem integrar à rede de serviços sócio assistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social;

VII – Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

Parágrafo Único. As concessões dos benefícios eventuais se dará através de avaliação técnica de profissional de psicologia e/ou serviço social devidamente inscrito no respectivo Conselho de Classe, vinculados ao Sistema Único da Assistência Social, designado pela Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social.

Art. 32º. O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de não arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 33º. O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a 1/4 (meio) salário mínimo por pessoa, e será concedido conforme parágrafo único do Art. 31º desta lei.

§ 1º. Nos casos em que as famílias não se enquadrarem nos critérios do Art. 33º o profissional de psicologia e/ou serviço social, vinculados ao Sistema Único da Assistência Social - SUAS, responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais, poderá conceder o benefício mediante justificativa.

§ 2º. Os benefícios de transferência de renda não serão contabilizados para a concessão de benefício eventual.

Art. 34º- São formas de benefícios eventuais:

I - auxílio natalidade; **II -** auxílio funeral; **III –** Calamidade Pública; **IV -** Vulnerabilidade social, nas quais estão inclusos a seguintes formas de benefícios: **a)** Aluguel Social; **b)** Auxílio alimentação; **c)** Auxílio passagem intermunicipal e interestadual.

V - Outros benefícios eventuais instituídos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, que visam atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária e situações de calamidade pública, os quais deverão estar de acordo com o art. 31 da presente Lei;

Parágrafo único. Não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da integração nacional, da habitação, da segurança alimentar e das demais políticas públicas setoriais.

Art. 35º. Os benefícios eventuais podem ser prestados na forma de pecúnia, bens de consumo ou prestação de serviços.

Art. 36º. O público alvo para acesso aos benefícios eventuais deverá ser identificado pelo Município a partir de estudos da realidade social e diagnóstico elaborado com uso de informações disponibilizadas pela Vigilância Socioassistencial, com vistas a orientar o planejamento da oferta.

SEÇÃO II

DA PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 37º. Os benefícios eventuais devem ser prestados em virtude de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública, observadas as contingências de riscos, perdas e danos a que estão sujeitos os indivíduos e famílias.

Parágrafo único. Os critérios e prazos para prestação dos benefícios eventuais devem ser estabelecidos por meio de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme prevê o art. 22, §1º, da Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Art. 38º. O Auxilio Natalidade, benefício prestado em virtude de nascimento deverá ser concedido:

I – à genitora que comprove residir no Município;

II – à família do nascituro, caso a mãe esteja impossibilitada de requerer o benefício ou tenha falecido;

III – à genitora ou família que esteja em trânsito no município e seja potencial usuária da assistência social;

IV – à genitora atendida ou acolhida em unidade de referência do SUAS.

§ 1º São documentos essenciais para a concessão do auxilio natalidade:

I – Certidão de nascimento do recém-nascido;

II – Documentos pessoais (CPF e RG). Em caso de extravio dos documentos apresentar Boletim de Ocorrência.

Parágrafo único. O benefício eventual por situação de nascimento poderá ser concedido nas formas de pecúnia ou bens de consumo, ou em ambas as formas, conforme a necessidade do requerente e disponibilidade da administração pública.

Art. 39º. O auxílio funeral, benefício prestado em virtude de morte deverá ser concedido com o objetivo de reduzir vulnerabilidades provocadas por morte de membro da família e tem por objetivo atender as necessidades urgentes da família para enfrentar vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros, esta atenderá:

I – a despesas de urna funerária, translado do corpo, mortalha, embalsamação de cadáver e sepultamento;

§ 1º São documentos essenciais para a concessão do auxilio funeral:

I – Atestado de óbito;

II – Comprovante de residência;

III – Documentos pessoais (CPF e RG). Em caso de extravio dos documentos apresentar Boletim de Ocorrência.

§ 2º. O auxilio funeral será concedido até 60 dias após o óbito.

§ 3º. Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de Alta Complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxilio funeral.

§ 4º. Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua a Secretaria de Assistência Social será responsável pela concessão do benefício uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

§ 5º. O valor conferido ao auxilio funeral será de ate três salários mínimos corrigidos.

Art. 40º. Os benefícios eventuais prestados em virtude de desastre ou calamidade pública constituem-se provisão suplementar e provisória de assistência social para garantir meios necessários à sobrevivência da família e do indivíduo, com o objetivo de assegurar a dignidade e a reconstrução da autonomia familiar e pessoal.

Art. 41º. As situações de calamidade pública e desastre caracterizam-se por eventos anormais, decorrentes de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, secas, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, os quais causem sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes, e outras situações imprevistas ou decorrentes de caso fortuito.

Parágrafo único. O benefício será concedido na forma de pecúnia ou bens de consumo, em caráter provisório e suplementar, sendo seu valor fixado de acordo com o grau de complexidade do atendimento de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos afetados.

Art. 42º. Ato normativo editado pelo Poder Executivo Municipal disporá sobre os procedimentos e fluxos de oferta na prestação dos benefícios eventuais.

Art. 43º. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I – riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II – perdas: privação de bens e de segurança material;

III – danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, perdas e danos podem decorrer de:

I – ausência de documentação;

II – necessidade de mobilidade intraurbana para garantia de acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais;

III – necessidade de passagem para outra unidade da Federação, com vistas a garantir a convivência familiar e comunitária;

IV – ocorrência de violência física, psicológica ou exploração sexual no âmbito familiar ou ofensa à integridade física do indivíduo;

V – perda circunstancial ocasionada pela ruptura de vínculos familiares e comunitários;

VI – processo de reintegração familiar e comunitária de pessoas idosas, com deficiência ou em situação de rua; crianças, adolescentes, mulheres em situação de violência e famílias que se encontram em cumprimento de medida protetiva;

VII – ausência ou limitação de autonomia, de capacidade, de condições ou de meios próprios da família para prover as necessidades alimentares de seus membros;

Art. 41º. O auxílio aluguel social atenderá com valor a ser custeado de até 50% do salário mínimo e será concedido às famílias nas seguintes situações:

I - famílias removidas em decorrência de vulnerabilidade social;

II - famílias vítimas de Infortúnio Público, (enchentes, incêndios, desabamentos e outros) que tenham sido removidas de áreas sem condições de retorno imediato, comprovadas por laudo técnico de profissionais especifico da área, lotado no órgão municipal competente, mediante confirmação da existência de recurso financeiro específico pela Administração Pública Municipal.

§ 1º Serão utilizados, sob forma de auxílio para locação social, recursos do Fundo Municipal de Assistência Social/ Recursos Ordinários, para a locação de imóvel habitacional vacante.

§ 2º O auxílio será concedido às pessoas que se encontrem nas situações excepcionais e temporárias descritas neste artigo, pelo período de 3 meses, prorrogáveis por igual período na forma do regulamento a partir de avaliação técnica, conforme Art. 31, parágrafo único da presente lei.

Art. 42º. As diretrizes para a inclusão de beneficiários no Aluguel Social são as seguintes:

I – ser morador do município de Canabrava do Norte - MT, no mínimo, dois anos, salvo em caso de calamidade pública;

II – encontrar-se desabrigado ou ser morador de áreas definidas como “sem condições de retorno imediato”, conforme comprovadas por laudo técnico de profissionais especifico da área, lotado no órgão municipal competente, indicando a remoção;

III – ter aprovada pelo órgão executor a concessão do Aluguel Social, mediante confirmação da existência de recurso financeiro específico.

§ 1º Deverá constar no processo de inclusão no benefício:

I - laudo técnico emitido por profissionais especifico da área, lotado no órgão municipal competente, sobre a estrutura física do imóvel ou da área em que se encontra a família e que justifique a sua remoção.

II - Avaliação técnica de profissional de psicologia e/ou serviço social, vinculados ao Sistema Único da Assistência Social, designado pela Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social, devidamente inscrito nos respectivos Conselhos de Classe da situação de vulnerabilidade social vivenciada pela família, que justifique a concessão do benefício.

III – A apresentação de cópias dos documentos pessoais (CPF, RG), em caso de extravio dos documentos apresentar Boletim de Ocorrência.

§ 2º. É vedada a adoção do Benefício de Aluguel Social para a obtenção de alojamento nos casos de ocupação de áreas públicas e privadas verificados após a edição desta Lei, ou ocupações que não se enquadrem no atendimento das Políticas Públicas de Assistência Social.

Art. 43º. O Auxilio Alimentação poderá ser concedido em forma de Cesta Básica de alimentos ou Vale-Refeição.

I - a composição dos alimentos na cesta básica será observada o número de pessoas membros do grupo familiar, constando de produtos preferencialmente cultivados, comercializados e consumidos na região, essenciais á sobrevivência humana, visando ainda assegurar os princípios mínimos de assistência social.

II – O Vale-refeição, documento conferido para ser utilizado na retirada de refeição em estabelecimentos conveniados com a Administração Pública Municipal, será concedido nos casos de pessoas que se encontram em trânsito no município.

III - O Auxílio Alimentação, consiste no fornecimento de cesta básica em caráter emergencial, a ser concedida por um período de até 6 (seis) meses, mediante prévio e favorável avaliação, conforme Art. 31, parágrafo único da presente lei. Em caso de prorrogação do beneficio, a família deverá ser acompanhada pela equipe técnica do PAIF ou PAEFI.

§ 1º São documentos essenciais para a concessão do Auxilio Alimentação:

I – Documentos pessoais (CPF e RG). Em casos de ausência de documentação, será aceito o registro do Boletim de Ocorrência.

II – Comprovante de residência, nos casos de concessão de cesta básica;

III - Avaliação técnica da situação de vulnerabilidade social vivenciada pela família, que justifique a concessão do benefício, emitida por profissional de psicologia e/ou serviço social devidamente inscrito no respectivo Conselho de Classe que esteja vinculado ao Sistema Único da Assistência Social, designado pela Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social.

Art. 44º. O benefício eventual, na forma de passagem intermunicipal ou interestadual, será concedido através de Avaliação técnica da situação de vulnerabilidade social, que justifique a concessão do benefício, emitida por profissional de psicologia e/ou serviço social devidamente inscrito no respectivo Conselho de Classe que esteja vinculado ao Sistema Único da Assistência Social, designado pela Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social. Bem como serão exigidos os documentos comprobatórios que justifiquem a liberação do pleito e os contatos necessários para a averiguação das informações prestadas.

§ 1º- Os documentos exigidos necessários serão:

I – Documentos pessoais (CPF e RG). Em caso de extravio dos documentos apresentar Boletim de Ocorrência.

§ 2º. O benefício eventual, na forma da concessão de passagem intermunicipal ou interestadual, será provido, prioritariamente, nas seguintes situações:

I - recâmbio de crianças ou adolescentes, devidamente encaminhadas e acompanhadas por responsável, nesse caso, que necessitem ser reintegrados às suas famílias em outro município ou estado. Cabe à ação estar regulamenta pelo Conselho Tutelar.

II - indivíduos e suas famílias em situação de vulnerabilidade social, sujeitos a situação de rua, situação de violência física e/ou psicológica, fragilização e/ou rompimento de vínculos familiares e comunitários, ou que necessitem, por ocorrência de desemprego, retornar à cidade de origem;

Art. 45º. O auxílio passagem poderá ser concedido aos indivíduos, no máximo, uma vez a cada 01 (um) ano.

Art. 46º. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

IV - monitorar a elaboração dos cadastros das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Art. 47º. Afirmar que não são provisões da política de assistência social os itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso. Bem como despesas de preparação e translado do corpo, em caso de óbito em TFD - Tratamento Fora do Domicílio.

Art. 48º. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, Planejamento, educação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Parágrafo Único. Os critérios e prazos para a prestação dos benefícios eventuais devem ser estabelecidos por meio de resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme prevê art. 22 §º1,da lei Federal nº8.742 de 1993.

SEÇÃO III

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA OFERTA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 49º. As despesas decorrentes da execução dos benefícios eventuais serão providas por meio de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As despesas com Benefícios Eventuais devem ser previstas anualmente na Lei Orçamentária Anual do Município - LOA.

SEÇÃO II

DOS SERVIÇOS

Art. 50º. Serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei nº Federal 8.742, de 1993, e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

SEÇÃO III

DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 51º. Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

§ 1º. Os programas serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecidos aos objetivos e princípios que regem Lei Federal nº 8742, de 1993, com prioridade para a inserção profissional e social.

§ 2º. Os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 da Lei Federal nº 8.742, de 1993.

SEÇÃO IV

PROJETOS DE ENFRENTAMENTO A POBREZA

Art. 52º. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

SEÇÃO V

DA RELAÇÃO COM AS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 53º. São entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal nº 8.742, de 1993, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Art. 54º. As entidades de assistência social e os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais deverão ser inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social para que obtenha a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, observado os parâmetros nacionais de inscrição definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 55º. Constituem critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais:

I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;

III - garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV – garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 56º. As entidades ou organizações de Assistência Social no ato da inscrição demonstrarão:

I - ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;

II - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III - elaborar plano de ação anual;

IV - ter expresso em seu relatório de atividades:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos;

d) infraestrutura;

e) identificação de cada serviço, programa, projeto e benefício socioassistenciais executado.

Parágrafo único. Os pedidos de inscrição observarão as seguintes etapas de analise:

I - análise documental;

II - visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;

III - elaboração do parecer da Comissão;

IV - pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;

V - publicação da decisão plenária;

VI - emissão do comprovante;

VII - notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício.

CAPÍTULO VI

DO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 57º. O financiamento da Política Municipal de Assistência Social é previsto e executado através dos instrumentos de planejamento orçamentário municipal, que se desdobram no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. O orçamento da assistência social deverá ser inserido na Lei Orçamentária Anual, devendo os recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social serem voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 58º. Caberá ao órgão gestor da assistência social responsável pela utilização dos recursos do respectivo Fundo Municipal de Assistência Social o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.

Parágrafo único. Os entes transferidores poderão requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de assistência social, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.

SEÇÃO I

DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 59º. Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, com objetivo de proporcionar recursos para cofinanciar a gestão, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 60º. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS:

I – recursos provenientes da transferência dos fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II – dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III – doações, auxílios, contribuições, subvenções de organizações internacionais e nacionais, Governamentais e não Governamentais;

IV – receitas de aplicações financeiras de recursos do fundo, realizadas na forma da lei;

V – as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor.

VI – produtos de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII – doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

VIII – outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§1º. A dotação orçamentária prevista para o órgão executor da Administração Pública Municipal, responsável pela Assistência Social, será automaticamente transferida para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§2º. Os recursos que compõem o Fundo, serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sobre a denominação – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

§3º. As contas recebedoras dos recursos do cofinanciamento federal das ações socioassistenciais serão abertas pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 61º. O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social, sob orientação e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social.

Art. 62º. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS serão aplicados em:

I – financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de assistência social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social ou por Órgão conveniado;

II – em parcerias entre poder público e entidades de assistência social para a execução de serviços, programas e projetos socioassistencial específicos;

III – aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações socioassistenciais;

IV – construção reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de Assistência Social;

V – desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;

VI – pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

VII- pagamento de profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Art. 63º. O repasse de recursos para as entidades e organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, observando o disposto nesta Lei.

Art. 64º. Os relatórios de execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do CMAS, trimestralmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

Art. 65º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 66º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte-MT, 04 de Dezembro de 2017.

JOÃO CLEITON DE ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

LEI N. 777/2017, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO CANABRAVA DO NORTE – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON DE ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º. A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º. A Política de Assistência Social do Município Canabrava do Norte - MT tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e

II - a vigilância sócio assistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;

IV - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis;

V - primazia da responsabilidade do ente político na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo; e

VI - centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, tendo como base o território.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais visando universalizar a proteção social e atender às contingências sociais.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

SEÇÃO I

DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º. A política pública de assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I - universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;

II - gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso;

III - integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV - intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais de defesa de direitos e Sistema de Justiça;

V - equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

VI - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

VII - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

VIII - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IX - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

X - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

SEÇÃO II

DAS DIRETRIZES

Art. 4º. A organização da assistência social no Município observará as seguintes diretrizes:

I - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

II - descentralização político-administrativa e comando único em cada esfera de gestão;

III - cofinanciamento partilhado dos entes federados;

IV - matricialidade sócio familiar;

V - territorialização;

VI - fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;

VII - participação popular e controle social, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

CAPÍTULO III

DA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS NO MUNICÍPIO CANABRAVA DO NORTE-MT.

SEÇÃO I

DA GESTÃO

Art. 5º. A gestão das ações na área de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, cujas normas gerais e coordenação são de competência da União.

Parágrafo único. O Suas é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangida pela Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Art. 6º. O Município Canabrava do Norte-MT atuará de forma articulada com as esferas federal e estadual, observadas as normas gerais do SUAS, cabendo-lhe coordenar e executar os serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais em seu âmbito.

Art. 7º. O órgão gestor da política de assistência social no Município Canabrava do Norte-MT é a Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social.

SEÇÃO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 8º. O Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Município Canabrava do Norte-MT organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Art. 9º. A proteção social básica compõem-se precipuamente dos seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;

II - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;

III – Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas;

IV – Serviço de Proteção Social Básica executado por Equipe Volante.

Parágrafo único. O PAIF deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Art. 10º. A proteção social especial ofertará precipuamente os seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I – proteção social especial de média complexidade:

a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI;

b) Serviço Especializado de Abordagem Social;

c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade;

d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;

II – proteção social especial de alta complexidade:

a) Serviço de Acolhimento Institucional;

b) Serviço de Acolhimento em República;

c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Art. 11º. As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada serviço, programa ou projeto socioassistencial.

§1º. Considera-se rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante a articulação entre todas as unidades do SUAS.

§2º. A vinculação ao Suas é o reconhecimento pela União, em colaboração com Município, de que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial.

Art. 12º. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, respectivamente, e pelas entidades de assistência social.

§ 1º. O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

§ 2º. O CREAS é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

§3º. Os CRAS e os CREAS são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do Suas, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

Art. 13º. A implantação das unidades de CRAS e CREAS deve observar as diretrizes da:

I – territorialização - oferta capilar de serviços baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida do cidadão e com o intuito de desenvolver seu caráter preventivo e educativo nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social;

II - universalização - a fim de que a proteção social básica seja prestada na totalidade dos territórios do município;

III - regionalização – prestação de serviços socioassistenciais de proteção social especial cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem rede regional e desconcentrada de serviços no âmbito do Estado.

Art. 14º. as unidades publicas estatais instituídas no âmbito do SUAS integram a estrutura administrativa do Município CANABRAVA DO NORTE-MT, quais sejam:

I – CRAS;

II – CREAS;

Parágrafo único. As instalações das unidades públicas estatais devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo, atendimento individual e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência.

Art. 15º. As ofertas socioassistenciais nas unidades públicas pressupõem a constituição de equipe de referência na forma das Resoluções nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17, de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, do CNAS.

Parágrafo único. O diagnóstico socioterritorial e os dados de Vigilância Socioassistencial são fundamentais para a definição da forma de oferta da proteção social básica e especial.

Art. 16º. São seguranças afiançadas pelo SUAS:

I - acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter:

a) condições de recepção;

b) escuta profissional qualificada;

c) informação;

d) referência;

e) concessão de benefícios;

f) aquisições materiais e sociais;

g) abordagem em territórios de incidência de situações de risco;

h) oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média e longa permanência.

II - renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;

III - convívio ou vivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para:

a) a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários;

b) o exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.

IV - desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para:

a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício da participação social e cidadania;

b) a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão, a família e a sociedade;

c) conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos sob contingências e vicissitudes.

V - apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

SEÇÃO III

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 17º. Compete ao Município Canabrava do Norte - MT, por meio da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social:

I - destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da Lei Federal nº 8.742, de 1993, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

II - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

III - atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;

IV - prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23, da Lei Federal nº 8742, de 7 de Dezembro de 1993, e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

V - implantar:

a) a vigilância socioassistencial no âmbito municipal, visando ao planejamento e à oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais;

b) sistema de informação, acompanhamento, monitoramento e avaliação para promover o aprimoramento, qualificação e integração contínuos dos serviços da rede socioassistencial, conforme Pacto de Aprimoramento do SUAS e Plano de Assistência Social

VI - regulamentar:

a) e coordenar a formulação e a implementação da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e com a Política Estadual de Assistência Social, observando as deliberações das conferências nacional, estadual e municipal de assistência social e as deliberações de competência do Conselho Municipal de Assistência Social;

b) os benefícios eventuais em consonância com as políticas públicas municipais definidas pela gestão municipal.

VII – cofinanciar:

a) o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas e projetos de assistência social, em âmbito local;

b) em conjunto com a esfera federal e estadual, a Política Nacional de Educação Permanente, com base nos princípios da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, coordenando-a e executando-a em seu âmbito.

IX – realizar:

a) o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito;

b) a gestão local do Beneficio de Prestação Continuada - BPC, garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;

c) em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social, as conferências de assistência social;

VIII – gerir:

a) de forma integrada, os serviços, benefícios e programas de transferência de renda de sua competência;

b) o Fundo Municipal de Assistência Social;

c) no âmbito municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Programa Bolsa Família, nos termos do §1º do art. 8° da Lei nº 10.836, de 2004;

IX – organizar:

a) a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial;

b) e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial, articulando as ofertas;

c) e coordenar o SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias, normatizando e regulando a política de assistência social em seu âmbito em consonância com as normas gerais da União.

X – elaborar:

a) a proposta orçamentária da Assistência Social no Município, assegurando recursos do tesouro municipal;

b) e submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social, anualmente, a proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

c) e cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao SUAS, aprovado pelo CMAS e pactuado na CIB;

d) e executar o Pacto de Aprimoramento do SUAS, implementando o em âmbito municipal; **e)** executar a política de recursos humanos, de acordo com a NOB/RH - SUAS;

f) Plano Municipal de Assistência Social, a partir das responsabilidades e de seu respectivo e estágio no aprimoramento da gestão do SUAS e na qualificação dos serviços, conforme patamares e diretrizes pactuadas nas instância de pactuação e negociação do SUAS ;

g) e expedir os atos normativos necessários à gestão do FMAS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo conselho municipal de assistência social;

XI - aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;

XII – alimentar e manter atualizado:

a) o Censo SUAS;

b) o Sistema de Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social – SCNEAS de que trata o inciso XI do art. 19 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

c) conjunto de aplicativos do Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social – Rede SUAS;

XIII – garantir:

a) a infraestrutura necessária ao funcionamento do respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens, traslados e diárias de conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições;

b) que a elaboração da peça orçamentária esteja de acordo com o Plano Plurianual, o Plano de Assistência Social e dos compromissos assumidos no Pacto de Aprimoramento do SUAS;

c) a integralidade da proteção socioassistencial à população, primando pela qualificação dos serviços do SUAS, exercendo essa responsabilidade de forma compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

d) a capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social, além de desenvolver, participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à política de assistência social, em especial para fundamentar a análise de situações de vulnerabilidade e risco dos territórios e o equacionamento da oferta de serviços em conformidade com a tipificação nacional;

e) o comando único das ações do SUAS pelo órgão gestor da política de assistência social, conforme preconiza a LOAS;

XIV - definir:

a) os fluxos de referência e contra-referências do atendimento nos serviços socioassistenciais, com respeito às diversidades em todas as suas formas;

b) os indicadores necessários ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação, observado a suas competências.

XV - implementar:

a) os protocolos pactuados na CIT;

b) a gestão do trabalho e a educação permanente;

XVI – promover:

a) a integração da política municipal de assistência social com outros sistemas públicos que fazem interface com o SUAS;

b) articulação intersetorial do SUAS com as demais políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça;

c) a participação da sociedade, especialmente dos usuários, na elaboração da política de assistência social;

XVII - assumir as atribuições, no que lhe couber, no processo de municipalização dos serviços de proteção social básica;

XVIII - participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na CIB;

XIX - prestar informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal;

XX – zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelos estados ao Município, inclusive no que tange a prestação de contas;

XXI - assessorar as entidades de assistência social visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às normas do SUAS, viabilizando estratégias e mecanismos de organização para aferir o pertencimento à rede socioassistencial, em âmbito local, de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades de assistência social de acordo com as normativas federais.

XXII – acompanhar a execução de parcerias firmadas entre os municípios e as entidades de assistência social e promover a avaliação das prestações de contas;

XXIII – normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades vinculadas ao SUAS, conforme §3º do art. 6º B da Lei Federal nº 8.742, de 1993, e sua regulamentação em âmbito federal.

XXIV - aferir os padrões de qualidade de atendimento, a partir dos indicadores de acompanhamento definidos pelo respectivo conselho municipal de assistência social para a qualificação dos serviços e benefícios em consonância com as normas gerais;

XXV - encaminhar para apreciação do conselho municipal de assistência social os relatórios trimestrais e anuais de atividades e de execução físico-financeira a título de prestação de contas;

XXVI – compor as instâncias de pactuação e negociação do SUAS;

XXVII - estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de assistência social;

XXVIII - instituir o planejamento contínuo e participativo no âmbito da política de assistência social;

XXIX – dar publicidade ao dispêndio dos recursos públicos destinados à assistência social;

XXX - criar ouvidoria do SUAS, preferencialmente com profissionais do quadro efetivo;

SEÇÃO IV

DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 18º. O Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que contempla propostas para execução e o monitoramento da política de assistência social no âmbito do Município Canabrava do Norte-MT.

§1º. A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social dar-se a cada 4 (quatro) anos, coincidindo com a elaboração do Plano Plurianual e contemplará:

I - diagnóstico socioterritorial;

II - objetivos gerais e específicos;

III - diretrizes e prioridades deliberadas;

IV - ações estratégicas para sua implementação;

V - metas estabelecidas;

VI - resultados e impactos esperados;

VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

VIII - mecanismos e fontes de financiamento;

I - indicadores de monitoramento e avaliação; e

II - tempo de execução.

§2º. O Plano Municipal de Assistência Social além do estabelecido no parágrafo anterior deverá observar:

I – as deliberações das conferências de assistência social;

II - metas nacionais, estaduais e municipais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS;

III – ações articuladas e intersetoriais;

CAPÍTULO IV

DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO SUAS

SEÇÃO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 19º. Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Canabrava do Norte-MT, órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social cujos membros, nomeados pelo Prefeito, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida única recondução por igual período.

§ 1º. O CMAS é composto por 8 (oito) membros e respectivos suplentes indicados de acordo com os critérios seguintes:

I - 4 representantes governamentais;

II - 4 representantes da sociedade civil, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do SUAS.

§ 2º. O CMAS é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 2 (dois) anos, permitida única recondução por igual período, observada a alternância dentre representantes da sociedade civil e governo.

§ 3º. CMAS contará com uma Secretaria Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

Art. 20º. O CMAS reunir-se-á ordinariamente uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário cujas reuniões devem ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas, e funcionará de acordo com o Regimento Interno.

Parágrafo único. O Regimento Interno definirá, também, o quórum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário, para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 21º. A participação dos conselheiros no CMAS é de interesse público e relevante valor social e não será remunerada.

Art. 22º. O controle social do SUAS no Município efetiva-se por intermédio do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e das Conferências Municipais de Assistência Social, além de outros fóruns de discussão da sociedade civil.

Art. 23º. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - elaborar, aprovar e publicar seu regimento interno;

II - convocar as Conferências Municipais de Assistência Social e acompanhar a execução de suas deliberações;

III - aprovar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes das conferências de assistência social;

IV - apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências municipais e da Política Municipal de Assistência Social;

V - aprovar o Plano Municipal de Assistência Social, apresentado pelo órgão gestor da assistência social;

VI - aprovar o plano de capacitação, elaborado pelo órgão gestor;

VII - acompanhar o cumprimento das metas nacionais, estaduais e municipais do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS;

VIII - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família-PBF;

IX - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social de âmbito local;

XIX - apreciar e aprovar informações da Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social inseridas nos sistemas nacionais e estaduais de informação referentes ao planejamento do uso dos recursos de cofinanciamento e a prestação de contas;

X - apreciar os dados e informações inseridas pela Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, unidades públicas e privadas da assistência social, nos sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre o sistema municipal de assistência social;

XI - alimentar os sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre o Conselho Municipal de Assistência Social;

XII - zelar pela efetivação do SUAS no Município;

XIII - zelar pela efetivação da participação da população na formulação da política e no controle da implementação;

XIV - deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência;

XV - estabelecer critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais;

XVI - apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pela Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social em consonância com a Política Municipal de Assistência Social;

XVII - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;

XVIII - fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família IGD/PBF, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social IGD/SUAS;

XIX - planejar e deliberar sobre a aplicação dos recursos IGD/PBF e IGD/SUAS destinados à atividades de apoio técnico e operacional ao CMAS;

XX - participar da elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à assistência social, bem como do planejamento e da aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, tanto dos recursos próprios quanto dos oriundos do Estado e da União, alocados FMAS;

XXI - aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;

XXII - orientar e fiscalizar o FMAS;

XXIII - divulgar, no Diário Oficial Municipal, ou em outro meio de comunicação, todas as suas decisões na forma de Resoluções, bem como as deliberações acerca da execução orçamentária e financeira do FMAS e os respectivos pareceres emitidos.

XXIV - receber, apurar e dar o devido prosseguimento a denuncias;

XXV - deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS no âmbito do município;

XXVI - estabelecer articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas setoriais e conselhos de direitos.

XXVII - realizar a inscrição das entidades e organização de assistência social;

XXVIII - notificar fundamentadamente a entidade ou organização de assistência social no caso de indeferimento do requerimento de inscrição;

XXIX - fiscalizar as entidades e organizações de assistência social;

XXX - emitir resolução quanto às suas deliberações;

XXXI - registrar em ata as reuniões;

XXXII - instituir comissões e convidar especialistas sempre que se fizerem necessários.

XXXIII - zelar pela boa e regular execução dos recursos repassados pelo FMAS executados direta ou indiretamente, inclusive no que tange à prestação de contas;

XXXIV - avaliar e elaborar parecer sobre a prestação de contas dos recursos repassados ao Município.

Art. 24º. O CMAS deverá planejar suas ações de forma a garantir a consecução das suas atribuições e o exercício do controle social, primando pela efetividade e transparência das suas atividades.

§ 1º. O planejamento das ações do conselho deve orientar a construção do orçamento da gestão da assistência social para o apoio financeiro e técnico às funções do Conselho.

§ 2º. O CMAS utilizará de ferramenta informatizada para o planejamento das atividades do conselho, contendo as atividades, metas, cronograma de execução e prazos a fim de possibilitar a publicidade.

SEÇÃO II

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 25º. As Conferências Municipais de Assistência Social são instâncias periódicas de debate, de formulação e de avaliação da política pública de assistência social e definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil.

Art. 26º. As conferências municipais devem observar as seguintes diretrizes:

I - divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando objetivos, prazos, responsáveis, fonte de recursos e comissão organizadora;

II - garantia da diversidade dos sujeitos participantes;

III - estabelecimento de critérios e procedimentos para a designação dos delegados governamentais e para a escolha dos delegados da sociedade civil;

IV - publicidade de seus resultados;

V - determinação do modelo de acompanhamento de suas deliberações; e

VI - articulação com a conferência estadual e nacional de assistência social.

Art. 27º. A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada ordinariamente a cada quatro anos pelo Conselho Municipal de Assistência Social e extraordinariamente, a cada 2 (dois) anos, conforme deliberação da maioria dos membros dos respectivos conselhos.

SEÇÃO III

PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS

Art. 28º. É condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais o estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários nos conselhos e conferências de assistência social.

Art. 29º. O estimulo à participação dos usuários pode se dar a partir de articulação com movimentos sociais e populares e ainda a organização de diversos espaços tais como: fórum de debate, comissão de bairro, coletivo de usuários junto aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

SEÇÃO IV

DA REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS INSTÂNCIAS DE NEGOCIAÇÃO E

PACTUAÇÃO DO SUAS.

Art. 30º. O Município é representado nas Comissões Intergestores Bipartite - CIB e Tripartite - CIT, instâncias de negociação e pactuação dos aspectos operacionais de gestão e organização do SUAS, respectivamente, em âmbito estadual e nacional, pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS e pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS.

§ 1º. O CONGEMAS E COEGEMAS constituem entidades sem fins lucrativos que representam as secretarias municipais de assistência social, declarados de utilidade pública e de relevante função social, onerando o município quanto a sua associação a fim de garantir os direitos e deveres de associado.

§ 2º. O COEGEMAS poderá assumir outras denominações a depender das especificidades regionais.

CAPÍTULO V

DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, DOS SERVIÇOS, DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA.

SEÇÃO I

DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 31. Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, na forma prevista na Lei federal nº 8.742, de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, art. 22, parágrafos1º e 2º, consolidados pela Lei nº 12.435, de 2011, devendo sua prestação observar:

I – não subordinação a contribuições prévias e vinculação a quaisquer contrapartidas;

II – desvinculação de comprovações complexas e vexatórias, que estigmatizam os beneficiários;

III – garantia de qualidade e prontidão na concessão dos benefícios;

IV – garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição dos benefícios eventuais;

V – ampla divulgação dos critérios para a sua concessão;

VI – Os benefícios eventuais devem integrar à rede de serviços sócio assistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social;

VII – Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

Parágrafo Único. As concessões dos benefícios eventuais se dará através de avaliação técnica de profissional de psicologia e/ou serviço social devidamente inscrito no respectivo Conselho de Classe, vinculados ao Sistema Único da Assistência Social, designado pela Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social.

Art. 32º. O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de não arcar por conta própria com o enfrentamento de

contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 33º. O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a 1/4 (meio) salário mínimo por pessoa, e será concedido conforme parágrafo único do Art. 31º desta lei.

§ 1º. Nos casos em que as famílias não se enquadrarem nos critérios do Art. 33º o profissional de psicologia e/ou serviço social, vinculados ao Sistema Único da Assistência Social - SUAS, responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais, poderá conceder o benefício mediante justificativa.

§ 2º. Os benefícios de transferência de renda não serão contabilizados para a concessão de benefício eventual.

Art. 34º- São formas de benefícios eventuais:

I - auxílio natalidade; **II -** auxílio funeral; **III –** Calamidade Pública; **IV -** Vulnerabilidade social, nas quais estão inclusos a seguintes formas de benefícios: **a)** Aluguel Social; **b)** Auxílio alimentação; **c)** Auxílio passagem intermunicipal e interestadual.

V - Outros benefícios eventuais instituídos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, que visam atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária e situações de calamidade pública, os quais deverão estar de acordo com o art. 31 da presente Lei;

Parágrafo único. Não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da integração nacional, da habitação, da segurança alimentar e das demais políticas públicas setoriais.

Art. 35º. Os benefícios eventuais podem ser prestados na forma de pecúnia, bens de consumo ou prestação de serviços.

Art. 36º. O público alvo para acesso aos benefícios eventuais deverá ser identificado pelo Município a partir de estudos da realidade social e diagnóstico elaborado com uso de informações disponibilizadas pela Vigilância Socioassistencial, com vistas a orientar o planejamento da oferta.

SEÇÃO II

DA PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 37º. Os benefícios eventuais devem ser prestados em virtude de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública, observadas as contingências de riscos, perdas e danos a que estão sujeitos os indivíduos e famílias.

Parágrafo único. Os critérios e prazos para prestação dos benefícios eventuais devem ser estabelecidos por meio de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme prevê o art. 22, §1º, da Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Art. 38º. O Auxilio Natalidade, benefício prestado em virtude de nascimento deverá ser concedido:

I – à genitora que comprove residir no Município;

II – à família do nascituro, caso a mãe esteja impossibilitada de requerer o benefício ou tenha falecido;

III – à genitora ou família que esteja em trânsito no município e seja potencial usuária da assistência social;

IV – à genitora atendida ou acolhida em unidade de referência do SUAS.

§ 1º São documentos essenciais para a concessão do auxilio natalidade:

I – Certidão de nascimento do recém-nascido;

II – Documentos pessoais (CPF e RG). Em caso de extravio dos documentos apresentar Boletim de Ocorrência.

Parágrafo único. O benefício eventual por situação de nascimento poderá ser concedido nas formas de pecúnia ou bens de consumo, ou em ambas as formas, conforme a necessidade do requerente e disponibilidade da administração pública.

Art. 39º. O auxílio funeral, benefício prestado em virtude de morte deverá ser concedido com o objetivo de reduzir vulnerabilidades provocadas por morte de membro da família e tem por objetivo atender as necessidades urgentes da família para enfrentar vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros, esta atenderá:

I – a despesas de urna funerária, translado do corpo, mortalha, embalsamação de cadáver e sepultamento;

§ 1º São documentos essenciais para a concessão do auxilio funeral:

I – Atestado de óbito;

II – Comprovante de residência;

III – Documentos pessoais (CPF e RG). Em caso de extravio dos documentos apresentar Boletim de Ocorrência.

§ 2º. O auxilio funeral será concedido até 60 dias após o óbito.

§ 3º. Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de Alta Complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxilio funeral.

§ 4º. Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua a Secretaria de Assistência Social será responsável pela concessão do benefício uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

§ 5º. O valor conferido ao auxilio funeral será de ate três salários mínimos corrigidos.

Art. 40º. Os benefícios eventuais prestados em virtude de desastre ou calamidade pública constituem-se provisão suplementar e provisória de assistência social para garantir meios necessários à sobrevivência da família e do indivíduo, com o objetivo de assegurar a dignidade e a reconstrução da autonomia familiar e pessoal.

Art. 41º. As situações de calamidade pública e desastre caracterizam-se por eventos anormais, decorrentes de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, secas, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, os quais causem sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes, e outras situações imprevistas ou decorrentes de caso fortuito.

Parágrafo único. O benefício será concedido na forma de pecúnia ou bens de consumo, em caráter provisório e suplementar, sendo seu valor fixado de acordo com o grau de complexidade do atendimento de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos afetados.

Art. 42º. Ato normativo editado pelo Poder Executivo Municipal disporá sobre os procedimentos e fluxos de oferta na prestação dos benefícios eventuais.

Art. 43º. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I – riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II – perdas: privação de bens e de segurança material;

III – danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, perdas e danos podem decorrer de:

I – ausência de documentação;

II – necessidade de mobilidade intraurbana para garantia de acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais;

III – necessidade de passagem para outra unidade da Federação, com vistas a garantir a convivência familiar e comunitária;

IV – ocorrência de violência física, psicológica ou exploração sexual no âmbito familiar ou ofensa à integridade física do indivíduo;

V – perda circunstancial ocasionada pela ruptura de vínculos familiares e comunitários;

VI – processo de reintegração familiar e comunitária de pessoas idosas, com deficiência ou em situação de rua; crianças, adolescentes, mulheres em situação de violência e famílias que se encontram em cumprimento de medida protetiva;

VII – ausência ou limitação de autonomia, de capacidade, de condições ou de meios próprios da família para prover as necessidades alimentares de seus membros;

Art. 41º. O auxílio aluguel social atenderá com valor a ser custeado de até 50% do salário mínimo e será concedido às famílias nas seguintes situações:

I - famílias removidas em decorrência de vulnerabilidade social;

II - famílias vítimas de Infortúnio Público, (enchentes, incêndios, desabamentos e outros) que tenham sido removidas de áreas sem condições de retorno imediato, comprovadas por laudo técnico de profissionais especifico da área, lotado no órgão municipal competente, mediante confirmação da existência de recurso financeiro específico pela Administração Pública Municipal.

§ 1º Serão utilizados, sob forma de auxílio para locação social, recursos do Fundo Municipal de Assistência Social/ Recursos Ordinários, para a locação de imóvel habitacional vacante.

§ 2º O auxílio será concedido às pessoas que se encontrem nas situações excepcionais e temporárias descritas neste artigo, pelo período de 3 meses, prorrogáveis por igual período na forma do regulamento a partir de avaliação técnica, conforme Art. 31, parágrafo único da presente lei.

Art. 42º. As diretrizes para a inclusão de beneficiários no Aluguel Social são as seguintes:

I – ser morador do município de Canabrava do Norte - MT, no mínimo, dois anos, salvo em caso de calamidade pública;

II – encontrar-se desabrigado ou ser morador de áreas definidas como “sem condições de retorno imediato”, conforme comprovadas por laudo técnico de profissionais especifico da área, lotado no órgão municipal competente, indicando a remoção;

III – ter aprovada pelo órgão executor a concessão do Aluguel Social, mediante confirmação da existência de recurso financeiro específico.

§ 1º Deverá constar no processo de inclusão no benefício:

I - laudo técnico emitido por profissionais especifico da área, lotado no órgão municipal competente, sobre a estrutura física do imóvel ou da área em que se encontra a família e que justifique a sua remoção.

II - Avaliação técnica de profissional de psicologia e/ou serviço social, vinculados ao Sistema Único da Assistência Social, designado pela Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social, devidamente inscrito nos respectivos Conselhos de Classe da situação de vulnerabilidade social vivenciada pela família, que justifique a concessão do benefício.

III – A apresentação de cópias dos documentos pessoais (CPF, RG), em caso de extravio dos documentos apresentar Boletim de Ocorrência.

§ 2º. É vedada a adoção do Benefício de Aluguel Social para a obtenção de alojamento nos casos de ocupação de áreas públicas e privadas verificados após a edição desta Lei, ou ocupações que não se enquadrem no atendimento das Políticas Públicas de Assistência Social.

Art. 43º. O Auxilio Alimentação poderá ser concedido em forma de Cesta Básica de alimentos ou Vale-Refeição.

I - a composição dos alimentos na cesta básica será observada o número de pessoas membros do grupo familiar, constando de produtos preferencialmente cultivados, comercializados e consumidos na região, essenciais á sobrevivência humana, visando ainda assegurar os princípios mínimos de assistência social.

II – O Vale-refeição, documento conferido para ser utilizado na retirada de refeição em estabelecimentos conveniados com a Administração Pública Municipal, será concedido nos casos de pessoas que se encontram em trânsito no município.

III - O Auxílio Alimentação, consiste no fornecimento de cesta básica em caráter emergencial, a ser concedida por um período de até 6 (seis) meses, mediante prévio e favorável avaliação, conforme Art. 31, parágrafo único da presente lei. Em caso de prorrogação do beneficio, a família deverá ser acompanhada pela equipe técnica do PAIF ou PAEFI.

§ 1º São documentos essenciais para a concessão do Auxilio Alimentação:

I – Documentos pessoais (CPF e RG). Em casos de ausência de documentação, será aceito o registro do Boletim de Ocorrência.

II – Comprovante de residência, nos casos de concessão de cesta básica;

III - Avaliação técnica da situação de vulnerabilidade social vivenciada pela família, que justifique a concessão do benefício, emitida por profissional de psicologia e/ou serviço social devidamente inscrito no respectivo Conselho de Classe que esteja vinculado ao Sistema Único da Assistência Social, designado pela Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social.

Art. 44º. O benefício eventual, na forma de passagem intermunicipal ou interestadual, será concedido através de Avaliação técnica da situação de vulnerabilidade social, que justifique a concessão do benefício, emitida por profissional de psicologia e/ou serviço social devidamente inscrito no respectivo Conselho de Classe que esteja vinculado ao Sistema Único da Assistência Social, designado pela Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social. Bem como serão exigidos os documentos comprobatórios que justifiquem a liberação do pleito e os contatos necessários para a averiguação das informações prestadas.

§ 1º- Os documentos exigidos necessários serão:

I – Documentos pessoais (CPF e RG). Em caso de extravio dos documentos apresentar Boletim de Ocorrência.

§ 2º. O benefício eventual, na forma da concessão de passagem intermunicipal ou interestadual, será provido, prioritariamente, nas seguintes situações:

I - recâmbio de crianças ou adolescentes, devidamente encaminhadas e acompanhadas por responsável, nesse caso, que necessitem ser reintegrados às suas famílias em outro município ou estado. Cabe à ação estar regulamenta pelo Conselho Tutelar.

II - indivíduos e suas famílias em situação de vulnerabilidade social, sujeitos a situação de rua, situação de violência física e/ou psicológica, fragilização e/ou rompimento de vínculos familiares e comunitários, ou que necessitem, por ocorrência de desemprego, retornar à cidade de origem;

Art. 45º. O auxílio passagem poderá ser concedido aos indivíduos, no máximo, uma vez a cada 01 (um) ano.

Art. 46º. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

IV - monitorar a elaboração dos cadastros das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Art. 47º. Afirmar que não são provisões da política de assistência social os itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso. Bem como despesas de preparação e translado do corpo, em caso de óbito em TFD - Tratamento Fora do Domicílio.

Art. 48º. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, Planejamento, educação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Parágrafo Único. Os critérios e prazos para a prestação dos benefícios eventuais devem ser estabelecidos por meio de resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme prevê art. 22 §º1,da lei Federal nº8.742 de 1993.

SEÇÃO III

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA OFERTA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 49º. As despesas decorrentes da execução dos benefícios eventuais serão providas por meio de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As despesas com Benefícios Eventuais devem ser previstas anualmente na Lei Orçamentária Anual do Município - LOA.

SEÇÃO II

DOS SERVIÇOS

Art. 50º. Serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei nº Federal 8.742, de 1993, e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

SEÇÃO III

DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 51º. Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

§ 1º. Os programas serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecidos aos objetivos e princípios que regem Lei Federal nº 8742, de 1993, com prioridade para a inserção profissional e social.

§ 2º. Os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 da Lei Federal nº 8.742, de 1993.

SEÇÃO IV

PROJETOS DE ENFRENTAMENTO A POBREZA

Art. 52º. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

SEÇÃO V

DA RELAÇÃO COM AS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 53º. São entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal nº 8.742, de 1993, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Art. 54º. As entidades de assistência social e os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais deverão ser inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social para que obtenha a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, observado os parâmetros nacionais de inscrição definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 55º. Constituem critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais:

I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;

III - garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV – garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 56º. As entidades ou organizações de Assistência Social no ato da inscrição demonstrarão:

I - ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;

II - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III - elaborar plano de ação anual;

IV - ter expresso em seu relatório de atividades:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos;

d) infraestrutura;

e) identificação de cada serviço, programa, projeto e benefício socioassistenciais executado.

Parágrafo único. Os pedidos de inscrição observarão as seguintes etapas de analise:

I - análise documental;

II - visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;

III - elaboração do parecer da Comissão;

IV - pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;

V - publicação da decisão plenária;

VI - emissão do comprovante;

VII - notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício.

CAPÍTULO VI

DO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 57º. O financiamento da Política Municipal de Assistência Social é previsto e executado através dos instrumentos de planejamento orçamentário municipal, que se desdobram no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. O orçamento da assistência social deverá ser inserido na Lei Orçamentária Anual, devendo os recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social serem voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 58º. Caberá ao órgão gestor da assistência social responsável pela utilização dos recursos do respectivo Fundo Municipal de Assistência Social o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.

Parágrafo único. Os entes transferidores poderão requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de assistência social, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.

SEÇÃO I

DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 59º. Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, com objetivo de proporcionar recursos para cofinanciar a gestão, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 60º. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS:

I – recursos provenientes da transferência dos fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II – dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III – doações, auxílios, contribuições, subvenções de organizações internacionais e nacionais, Governamentais e não Governamentais;

IV – receitas de aplicações financeiras de recursos do fundo, realizadas na forma da lei;

V – as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor.

VI – produtos de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII – doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

VIII – outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§1º. A dotação orçamentária prevista para o órgão executor da Administração Pública Municipal, responsável pela Assistência Social, será automaticamente transferida para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§2º. Os recursos que compõem o Fundo, serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sobre a denominação – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

§3º. As contas recebedoras dos recursos do cofinanciamento federal das ações socioassistenciais serão abertas pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 61º. O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social, sob orientação e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social.

Art. 62º. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS serão aplicados em:

I – financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de assistência social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social ou por Órgão conveniado;

II – em parcerias entre poder público e entidades de assistência social para a execução de serviços, programas e projetos socioassistencial específicos;

III – aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações socioassistenciais;

IV – construção reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de Assistência Social;

V – desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;

VI – pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

VII- pagamento de profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Art. 63º. O repasse de recursos para as entidades e organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, observando o disposto nesta Lei.

Art. 64º. Os relatórios de execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do CMAS, trimestralmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

Art. 65º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 66º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte-MT, 04 de Dezembro de 2017.

JOÃO CLEITON DE ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 776/2017

LEI N. 776/2017, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANABRAVA DO NORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Fundo Municipal de Esportes de Canabrava do Norte – FME, instrumento de captação, gestão e aplicação dos recursos a serem utilizados com objetivo de dar apoio financeiro a programas e projetos voltados ao esporte e ao lazer que se enquadrem nas diretrizes e prioridades constantes no Plano Municipal de Esportes e segundo as deliberações do Conselho Municipal de Esportes.

Art. 2º. São receitas do Fundo Municipal de Esportes:

I – recursos consignados na Lei Orçamentária Anual do Município;

II – créditos especiais ou suplementares a ele destinados;

III – o retorno e resultados de suas aplicações;

IV – multas, correção monetária e juros, em decorrência de suas operações;

V – contribuições ou doações de outras origens;

VI – os recursos de origem orçamentária da União e do Estado, destinados a programas esportivos;

VII – recursos advindos da exploração (aluguel) regular de espaços esportivos pertencentes ao Poder Público;

VIII – as multas aplicadas por danos causados aos próprios da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação;

IX - os provenientes de acordos, contratos, consórcios e convênios, destinados especificamente ao Fundo.

X – quaisquer outros recursos destinados especificamente ao Fundo.

XI - recursos provenientes de preços públicos devido ao uso de material esportivo e veículos da municipalidade;

XII – recursos oriundos da União, dos Estados, do Município e organismo internacionais, por meio de convênios firmados para execução de políticas de esporte e lazer;

XIII – doações de pessoas físicas ou entidades privadas;

XIV – receitas de aplicação financeira de recursos do fundo;

XV – recursos específicos para o esporte, como o ICMS e outros.

§ 1º. 50% (cinquenta por cento) do Fundo Municipal de Esportes serão destinados exclusivamente a Projetos e ações de promoção do Esporte no Município; 45% (quarenta e cinco por cento) serão destinados a Projetos Esportivos diversos previstos no Plano Municipal de Esportes; 5 % (cinco por cento) serão destinados ao Conselho Municipal de Esportes para custeio administrativo, aquisição de equipamentos e capacitação de seus membros.

§ 2º. Caso os gastos do Conselho Municipal de Esportes sejam inferiores ao percentual estipulado no parágrafo anterior, os valores restantes deverão ser obrigatoriamente destinados a projetos esportivos.

§ 3º. A concessão de benefícios do Fundo Municipal de Esportes a Projetos Esportivos poderá se dar a fundo perdido ou na forma de apoio financeiro reembolsável, nas seguintes modalidades:

a) Induzida, trabalhando com o acolhimento de solicitações espontaneamente apresentadas ao Fundo Municipal de Esportes;

b) Indutora, via lançamento de editais.

Art. 3º. Fica assegurado ao Fundo Municipal de Esportes autonomia administrativa, financeira patrimonial e contábil na gestão de seus objetivos, conforme previsto nos artigos 71, 72, 73, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º. O Fundo Municipal de Esportes e Lazer terá contabilidade própria, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, que registrará todos os atos a ele pertinentes, de modo que se possa elaborar o respectivo balanço financeiro à parte, devendo seus recursos ser depositado em conta corrente especial vinculada exclusivamente ao atendimento de suas finalidades, a ser aberta em instituição financeira designada pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 5º. A gestão administrativa dos recursos do Fundo Municipal de Esportes e Lazer caberá à Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, através de ato designado pelo próprio Secretário, podendo ficar sob sua responsabilidade a referida gestão, ou sob a Coordenadoria do Esporte.

Parágrafo único. Compete ao gestor do Fundo, designado pelo titular da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, com o suporte técnico e administrativo da referida Pasta:

I – promover sua execução orçamentária, que compreende:

a) ordenação de despesas do Fundo;

b) os atos de controle e liquidação dos seus recursos;

c) o repasse de verbas que onerem recursos do Fundo;

d) a transferência dos recursos que forem destinados entidades;

II– prestar contas sobre a movimentação dos recursos ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer;

III – apresentar relatório semestral das despesas do Fundo ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer;

Art. 6º. A gestão financeira dos recursos do Fundo Municipal de Esportes e Lazer será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, que aplicará os seus recursos, eventualmente disponíveis, revertendo ao próprio Fundo seus rendimentos.

Art. 7º. Os recursos do Fundo Municipal de Esportes e Lazer serão aplicados, exclusivamente, em projetos que visem a fomentar e estimular atividades esportivas, de lazer e recreativas no Município de Canabrava do Norte, bem como atender a entidades privadas sem fins lucrativos nas diversas modalidades esportivas.

§ 1º. Fica proibido à destinação de recursos do Fundo para fins de suportar financeiramente entidades ou clubes que mantenham em seu quadro atividades esportivas profissionais, cujo atleta perceba qualquer tipo de remuneração.

§ 2º. Fica facultado em até 10% (dez por cento) dos recursos do Fundo poderão ser aplicados em eventos esportivos de caráter internacional, nacional e estadual e que contribuam para a melhoria da atividade econômica do Município e para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

§ 3º. O Fundo Municipal de Esportes e Lazer poderá receber doações condicionadas à utilização em projeto específico, hipótese na qual 10% (dez por cento) do valor doado deverá subsidiar outras propostas aprovadas pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, referentes a projetos, programas e ações que visem ao fomento e ao estímulo de atividades esportivas e recreativas no Município.

Art. 8º. A execução dos projetos fomentados pelo Fundo Municipal de Esportes e Lazer será acompanhada e fiscalizada pelo Conselho Municipal de Esporte e Lazer.

§ 1º. O projeto deverá conter plano de trabalho e respectivo cronograma físico-financeiro, nos termos da legislação de licitação e contratos.

§ 2º. O Conselho levará em conta, na análise das propostas, dentre outros, os seguintes aspectos:

I – a experiência do órgão ou da entidade proponente na área do projeto;

II – a viabilidade do projeto quanto ao objeto e cronograma;

III – a existência de interesse público;

Art. 9º. O gestor do Fundo Municipal de Esportes obriga-se a dar publicidade às ações e controles do fundo, bem como à prestação de contas ao Conselho Municipal de Esportes, sempre que solicitado.

Art. 10º. O Fundo Municipal de Esportes integrar-se-á à Proposta Orçamentária do Município.

Art. 11º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar para cobrir as despesas decorrentes do cumprimento desta lei.

Art. 12º. O saldo positivo do Fundo Municipal de Esportes de Canabrava do Norte – FME – apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo.

Art. 13º. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua promulgação.

Art. 14º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canabrava do Norte, 04 de Dezembro de 2017.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICÍPAL

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 775/2017

LEI N. 775/2017, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO CANABRAVA DO NORTE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei: **Art. 1°.** Fica criado, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, o Conselho Municipal de Esporte e Lazer, com a finalidade de formular políticas públicas e implementar ações destinadas ao fortalecimento das atividades esportivas e de lazer em Canabrava do Norte-MT.

Art. 2°. O Conselho Municipal de Esporte e Lazer é órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo, normativo, propositivo, fiscalizador, controlador, orientador, gestor e formulador das políticas públicas de esporte e lazer.

Art. 3°. O Conselho Municipal de Esporte e Lazer tem as seguintes competências básicas:

I - desenvolver estudos, projetos, debates, pesquisas relativas à situação do esporte e lazer no município; **II -** propor e acompanhar a realização de seminários, cursos e congressos sobre assuntos relativos ao esporte em geral, divulgando amplamente suas conclusões à população e aos usuários dos serviços abordados; **III -** contribuir com os demais órgãos da administração municipal no planejamento de ações concernentes a projetos esportivos e de lazer;

IV - analisar propostas e sugestões manifestadas pela sociedade e opinar sobre denúncias que digam respeito a programas, projetos, competições e eventos culturais da cidade; **V -** promover intercâmbio e convênios com instituições públicas, nacionais e estrangeiras, com a finalidade de implementar as medidas e ações que são objeto do Conselho; **VI -** acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros e materiais do município destinados às atividades esportivas e de lazer; **VII -** propor aos poderes públicos a instituição de concursos para financiamento de projetos e a concessão de prêmios como estímulo às atividades; **VIII -** manifestar sobre matéria atinente ao esporte e lazer no município;

IX - proceder ao exame, interpretação e aplicação da legislação esportiva estadual e nacional; **X -** elaborar instruções normativas sobre aplicação da legislação esportiva em vigor e zelar pelo cumprimento; **XI -** acompanhar a execução do calendário municipal anual de atividades esportivas e de lazer; **XII -** promover a publicação de seus atos normativos e resolutivos;

XIII - participar na elaboração do PPA (Plano Plurianual) para a destinação orçamentária de verbas para o esporte e o lazer; **XIV -** realizar audiências públicas semestralmente para a prestação de contas do orçamento destinado ao esporte e lazer, a ser executada pelo Coordenador de Esporte e Lazer; **XV -** incentivar a promoção, capacitação e qualificação dos profissionais e agentes sociais de esporte e lazer através de instituições de ensino superior públicas, levando em conta as diferenças regionais e culturais.

Art. 4°. Cabe ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer sugerir as prioridades sobre o orçamento destinado às políticas públicas de esporte e lazer, bem como, a fiscalização da sua aplicação.

Art. 5°. O Conselho Municipal de Esporte e Lazer será constituído por 06 (seis) membros, entre os quais o coordenador do esporte e lazer no município é membro nato. **Parágrafo único.** Os demais membros serão representantes da sociedade civil organizada, eleitos nos diversos segmentos que compõem o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, como segue: **I -** 01 (um) representante da Educação; **II -** 01 (um) representante da Câmara Municipal; **III -** 01 (um) representante do Gabinete; **IV -** 01 (um) representante do CRAS; **V -** 01 (um) representante do CONSEG;

Art. 6°. O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos;

Art. 7°. Ocorrendo vaga no Conselho por renúncia, morte ou incompatibilidade de função de algum dos seus membros, será nomeado um novo Conselheiro, de conformidade com o artigo 5º desta Lei, que completará o mandato de seu antecessor.

Art. 8°. O Conselho Municipal de Esporte e Lazer reunir-se-á mensalmente, e extraordinariamente quando convocado pela executiva ou maioria de seus membros (metade mais um), mediante manifestação escrita, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

Art. 9°. Os membros do Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Canabrava do Norte-MT, quando servidores públicos municipais terão suas faltas abonadas, quando de sua participação nas reuniões neste colegiado.

Art. 10°. Caberá aos membros do Conselho Municipal de Esporte e Lazer eleger uma Comissão Executiva composta de 05 (cinco) membros assim discriminados:

I - Presidente; **II -** Vice-Presidente; **III -** Secretário Geral; **IV -** Tesoureiro; **V -** Diretor de Eventos.

Art. 11°. Compete à Comissão Executiva do Conselho Municipal de Esporte e Lazer:

I - convocar e presidir as sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal de Esporte e Lazer; **II -** cumprir e encaminhar as resoluções deliberadas pelo Conselho Municipal de Esporte e Lazer; **III -** deliberar, nos casos de urgência, "ad referendum" do Conselho Municipal de Esporte e Lazer, mediante posterior aprovação do colegiado; **IV -** delegar tarefas e membros do Conselho, quando julgar conveniente. **Parágrafo único.** Os membros do Conselho não receberão qualquer forma de gratificação, mas suas atividades serão consideradas de relevante interesse público.

Art. 12º. Ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer é facultado formar comissões provisórias ou permanentes, objetivando apresentar projetos e propor medidas que contribuam para a concretização de suas políticas.

Art. 13º. Ao Chefe do Poder Executivo diligenciará a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Esporte e Lazer nos 30 (trinta) dias seguintes à publicação do ato e sua criação.

Art. 14º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte-MT, 04 de Dezembro de 2017.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 774/2017

LEI N. 774/2017, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO CANABRAVA DO NORTE-MT.

JOÃO CLEITON DE ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído no Município Canabrava do Norte-MT o Fundo Municipal de Cultura, instrumento de captação e aplicação de recursos para a concessão de incentivos em favor de pessoas físicas ou jurídicas, para a realização de projetos artísticos e culturais no Município de Canabrava do Norte-MT, nos termos da presente lei.

Parágrafo único. O suporte financeiro do Fundo Municipal de Cultura será destinado a projetos, estritamente, de natureza artística e cultural, de iniciativa de pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Art. 2º. O Fundo Municipal de Cultura terá orçamento próprio, constituindo seus recursos por meio de:

I – dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

II – as transferências oriundas do orçamento do Estado e União e seus respectivos fundos;

III – doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades;

IV – receitas de aplicações financeiras de recursos do fundo, realizadas na forma da lei.

V – parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, os rendimentos e os juros de aplicações financeiras, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Cultura terá direito à receber por força da lei e de convênios no setor;

VI – produto de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII – doações em espécies feitas diretamente ao fundo;

VIII – outras receitas que venham à ser legalmente instituídas.

Parágrafo Único. Os recursos que compõem o fundo serão depositados em conta especial sob a denominação "Fundo Municipal de Cultura".

Art. 3°. Em relação ao Fundo Municipal de Cultura, cabe ao Conselho Municipal de Cultural:

I – gerir e definir diretrizes e prioridades de aplicação dos seus recursos;

II – fiscalizar a aplicação dos recursos conforme tais diretrizes e projetos aprovados;

III – manter o controle escritural de aplicações financeiras nos termos das resoluções do Conselho Municipal de Cultural;

IV – liberar os recursos à serem aplicados nos termos das resoluções do Conselho Municipal de Cultural.

Art. 4º. O Fundo Municipal de Cultura será gerido administrativamente pela Secretaria Municipal de Cultura através do controle e aprovação do Conselho Municipal de Cultural.

§1º. A proposta orçamentária do Fundo Municipal de Cultura constará no Plano Plurianual do Município de Canabrava do Norte-MT.

§2º. O orçamento do Fundo Municipal de Cultura integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Cultura.

§3º. A dotação orçamentária específica será criada pela Administração Pública Municipal, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

Art. 5º. Os recursos do Fundo Municipal de Cultura serão aplicados em projetos que visem fomentar e estimular a produção artístico-cultural no município de Canabrava do Norte, compreendidos estes como os que abrangem produções e eventos artístico-culturais, especialmente nas áreas da música, dança, teatro, circo, cinema, artesanato, fotografia, vídeo, literatura, artes plásticas e gráficas, folclore, cultura e manifestação popular, patrimônio histórico, museologia, bibliotecas, arquivo histórico, estudos, pesquisas e cursos de formação artístico-cultural nos seus devidos segmentos.

Art. 6º. O Fundo Municipal de Cultura instituirá a Comissão de Avaliação Técnica – CAT, que atuará como órgão consultor e de apoio financeiro.

§1º. A Comissão de Avaliação Técnica será composta por 02 (dois) representantes indicados pelo Gestor Público Municipal e 02 (dois) representantes indicados pelo Conselho Municipal de Política Cultural, dentre os quais se elegerá 01 (um) secretário(a).

§2º. Fica limitado à 01 (um) o número de projetos aprovados por proponente em cada edital.

§3º. Os critérios para a avaliação técnica dos projetos apresentados serão fixados anualmente pelo Conselho Municipal de Cultural e publicados por meio de edital.

Art. 7º. Os projetos para o Fundo Municipal de Cultura devem ser encaminhados, obrigatoriamente, em formulário próprio disponibilizado pela Coordenadoria Municipal de Cultura, no qual conste a natureza do projeto, objetivos, recursos financeiros e humanos envolvidos, bem como a contrapartida oferecida.

Art. 8º. O empreendedor cultural beneficiado deverá apresentar à Secretaria Municipal de Cultura um cronograma de execução físico-financeiro, devendo prestar contas periodicamente de acordo com o recebimento do auxílio.

Parágrafo único. No caso de liberação de recursos por etapas, cada liberação ficará condicionada à apresentação e aprovação das contas da etapa anterior.

Art. 9º. Os projetos deverão apresentar proposta de contrapartida social, entendida esta como ação de retorno pelo apoio financeiro recebido e estar relacionada à descentralização e a universalização da cultura, bem como a democratização do acesso aos bens culturais.

Art. 10º. É vedada a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura em:

I – projetos de construção ou conservação de bens imóveis e em despesas de capital;

II – projetos originários de Gestores Públicos à nível Municipal, Estadual e Federal;

III – incentivo à obras, produtos, eventos e outras decorrentes, destinados ou circunscritos à circuitos privados ou à coleção de particulares.

Art. 11º. O Fundo Municipal de Cultura será administrado pela Secretaria Municipal de Cultura, sendo a destinação e fiscalização da aplicação de recursos exercida pelo Conselho Municipal de Política Cultural.

§1º. Nenhum recurso do Fundo Municipal de Cultura poderá ser movimentado sem a aprovação do Conselho Municipal de Política Cultural e após expressa autorização do Coordenador Municipal de Cultura.

§2º. Anualmente o Coordenador Municipal de Cultura encaminhará ao Conselho Municipal de Cultural para análise e aprovação, relatório de prestação de contas da movimentação econômico-financeira do Fundo Municipal de Cultura, conforme diretrizes e projetos em execução.

Art. 12º. O Gestor será o Secretário Municipal da Educação, Esporte, Lazer e Cultura.

Art. 13º. O Fundo Municipal de Cultura não poderá exaurir seus recursos destinando-os à apenas um único projeto.

Parágrafo único. A existência de patrocínio financeiro oriundo de outras entidades e pessoas físicas, não poderá ser considerada óbice para avaliação e seleção de projetos.

Art. 14º. Caberá a Administração Pública Municipal enviar à Câmara Municipal de Vereadores o relatório anual sobre a gestão do Fundo Municipal de Cultura, até o dia 30 de março do ano subsequente.

Art. 15º. Aplicar-se-ão ao Fundo Municipal de Cultura as normas legais de controle e prestação de contas pelos órgãos internos da Administração Pública Municipal de Canabrava do Norte-MT, sem prejuízo da competência específica do Tribunal de Contas do Estado e outros órgão de controle.

Art. 16º. As despesas administrativas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias, ficando a Administração Pública Municipal desde logo autorizado à abrir créditos complementares necessários à sua cobertura.

Art. 17º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Canabrava do Norte-MT, 04 de Dezembro de 2017.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2017

DATA: 04/12/2017

VIGENCIA: 04/12/2018

PROCESSO: 111/2017

PREGÃO PRESENCIAL: 061/2017

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Obras de Canarana-MT.

VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses após assinatura.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual **aquisição de 01 (um) veiculo para coleta e transporte de residuos solidos, com capacidade mínima de 15 m³, conforme termo de convenio nº CV 0249/2016, firmado entre o município e a FUNASA – Fundação Nacional de Saúde**e de acordo com as especificações do edital.

EMPRESA 001:

M. DIESEL CAMINHÕES E ONIBUS LTDA

CNPJ nº: 07.811.058/0001-64 - IE:13.314.972-2

Av. Ayrton Senna. S/N - Pascoal Ramos

Cidade de Cuiabá, Estada de Mato Grosso.

VENCEDOR VALOR: R$ 276.500,00 (Duzentos e Setenta Seis mil e Quinhentos Reais)

GABINETE
DECRETO Nº 2854/2017

De 01 de dezembro de 2017

Dispõe sobre Revogação do Decreto nº. 2805/2017 de 10 de maio de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, tendo em vista o disposto na Lei Orgânica do Município no Art. 66 § VII e em consonância com a Lei Municipal n.º 1.332 de 22 de novembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto 2805/2017 de 10 de maio de 2017, que dispunha sobre a nomeação dos membros do Conselho de Acompanhamento e Instancia de Controle Social do Programa Bolsa Família.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 01 de dezembro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito de Canarana

GABINETE
PROCESSO SELETIVO 004/2017 - INSCRIÇÕES DEFERIDAS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 004/2017

MUNICÍPIO DE CANARANA – MT

RELAÇÃO DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS

CARGO 001 - AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CPF**	**LOCAL DE TRABALHO**
236	ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS	027.880.111/05	VILA GARAPU
148	ANDREIA CINTIA MORAES	015.087.321/24	SEDE
809	ANIELI GARCIA LOPES	043.840.011/93	SEDE
954	ARACI MACEDO LOPES	045.978.286/05	SEDE
327	CELINA DO CARMO	024.115.221/69	SEDE
949	CREUZILENE VIEIRA DA SILVA	016.664.761/61	SEDE
803	CRISTIANE SANTOS DA SILVA	012.844.221/27	SEDE
466	DALVA RODRIGUES DA SILVA	014.034.911/19	SEDE
1064	DANIELA DE CASTRO BATISTA	048.064.351/20	SEDE
721	DANIELE GARCIA	020.467.721/13	SEDE
855	DANIELLE FURLANETO DA SILVA	103.543.279/09	SEDE
740	DAYANNE CHRYS FERNANDES ELOI	061.786.601/54	SEDE
411	DEBORA CRUSTINA FORTUNATO	060.108.729/10	SEDE
492	DEBORA SILVA PINHEIRO	004.858.39/05	SEDE
895	DELMA CRISTINA DE SOUZA	032.752.421/99	SEDE
889	DIMAS ANTONIO DOS SANTOS	824.679.941/04	SEDE
965	EDVANIA MAXIMO DA SILVA SANTOS	510.161.251/00	SEDE
415	ELIZANGELA GOMES DE OLIVEIRA	000.740.791/23	SEDE
232	HELEN KATIANE MACHADO DE ANDRADE	030.576.731/39	VILA CULUENE
301	IVANIR NUNES DA SILVA FIDELIS	886.126.351/87	SEDE
258	JANAINA GOMES LIMA	027.087.431/39	SEDE
390	JANE FERNANDES FAVERO	015.781.661/36	SEDE
761	JAQUELINE RIBEIRO DOS SANTOS	045.878.161/40	SEDE
849	JERUSA DOS SANTOS SILVA	015.666.901/37	SEDE
802	JOÃO RIBEIRO COELHO	268.118.471/15	SEDE
231	KASSIA MARA DE MORAIS SOUSA	037.540.941/65	SEDE
909	KELLI ALVES DA SILVA	012.847.951/52	SEDE
474	KELLY MAYANA FEITOSA ROCHA	045.291.351/95	SEDE
891	LAURA LUCIANA DA COSTA	004.630.471/17	SEDE
186	LIDIANE FERREIRA DE SOUZA	050.559.681/41	SEDE
835	LINDAURA LINDALVA DA SILVA	016.501.101/70	SEDE

386	LUIZA MINEIRA DE OLIVEIRA	001.620.671/19	SEDE
742	MARIA DO CARMO DE SOUZA LIMA	406.361.001/20	VILA SERRA DOURADA
720	MARILENE FURLANETO VAILATI	019.835.669/26	SEDE
387	MAXILENE WAGNER GOMES DOS SANTOS	052.276.461/46	VILA MATINHA
489	NADIR DE FATIMA MONTEIRO	027.702.501/08	SEDE
800	PATRICIA DE OLIVEIRA	021.883.281/83	SEDE
715	PEDRO DA ROCHA SILVA	638.545.112/72	SEDE
739	PRICILA DAIANA CORDEIRO DE JESUS	074.894.611/03	SEDE
498	RAYANE PEREIRA DOS SANTOS	708.884.251/39	SEDE
508	REGIA LUCIA DOS SANTOS	839.095.161/49	SEDE
110	ROSIMEIRE BEZERRA ALVES	028.917.331/00	SEDE
219	SABRINA ALVES PEREIRA	050.725.951/37	SEDE
1002	SANDRA FONSECA VIEIRA	700.459.821/71	SEDE
856	SIDMAR BORGES TEXEIRA	017.860.061/03	SEDE
389	SILVANA APARECIDA MOLINA	184.596.828/03	VILA MATINHA
869	SUZANA ALVES NUNES	043.214.241/00	SEDE
910	TYELLE EVANGELISTA TEIXEIRA	040.071.461/28	SEDE
322	VANUSA CARMO	022.511.101/27	SEDE
571	WANDERLEIA GOIS SIQUEIRA DA SILVA	008.656.441/28	SEDE
CARGO 002 - AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CPF**	**LOCAL DE TRABALHO**
329	ANA LUCIA SIMÃO SANTANA	035.988.481/45	VILA SERRA DOURADA
559	ANA PAULA SOARES DE SOUSA MATOS DA SILVA	013.900.781/40	SEDE
744	ANALICE DE SOUZA GONÇALVES LOURENZO P	838.495.561/15	SEDE
668	ANITA PEREIRA DA SILVA	012.121.571/76	SEDE
1011	CLEONICE VICENTE TRINDADE	134.630.718/00	SEDE
357	DOMINGAS GONÇALVES DE MORAES JESUS	332.552.451/68	SEDE
89	DULCE NEIDE MATOS DA SILVA	004.811.675/01	SEDE
661	EDVANIA SILVA DE HOLANDA	061.322.881/20	SEDE
376	ELAINE CAVALCANTE FERREIRA	027.883.011/03	SEDE
356	ELEANDRA LEIVA RODRIGUES LIMA	000.274.431/75	VILA SERRA DOURADA
1023	ELIANE PAULA GABRIEL FERREIRA	001.532.201/71	SEDE
350	ELIENE ALVES TAVEIRA	652.150.281/68	VILA MATINHA
348	ELIETE DE OLIVEIRA	026.684.941/50	SEDE
947	ELIZABETH BOTELHO DOS SANTOS	550.079.885/53	SEDE
903	ELVIRA ALVES GUIMARÃES	570.682.831.87	SEDE
955	FABIANA CAZORLAS FIGUEIRO	957.948.671/91	SEDE
242	FRANCISCA CICERA ANDRADE SILVA	577.795.705/68	SEDE
1051	FRANCISCA MARGARETE DA SILVA BARBOSA	419.055.204/68	SEDE
1038	GESILAINE LEITE DA SILVA	019.026.421/71	SEDE
406	INDIANA PEREIRA DOS SANTOS	009.330.751/97	VILA GARAPU
768	IVETE FATIMA DA SILVA	994.254.321/04	VILA GARAPU
573	JAILDA DOS SANTOS GOMES	021.963.811/01	ESCOLA AMÁLIA V. TONIELLO
785	JANE CORREIA DA SILVA	016.643.931/29	SEDE
199	JOSELI ANDOLHE	406.356.190/91	VILA SERRA DOURADA
473	JOSELIA RIBEIRO DE SOUSA	041.630.831/70	SEDE
288	KARLA PATRICIA ALVES	006.281.751/59	SEDE
515	LEONITA RIBEIRO	058.923.679/24	SEDE
527	LUCINEIDE SANTOS RAMIRO DE CARVALHO	011.874.941/27	SEDE
419	MARIA BARROS ALVES	545.706.701/72	SEDE
305	MARIA JOSÉ VIDIGAL SOUZA	426.450.771/53	SEDE
1007	MARIA LUCIA SOUSA DA SILVA	009.161.741/31	SEDE
253	MARLI TEREZINHA DA SILVA	495.673.141/87	SEDE
871	NEUSA ALVES DA SILVA	041.959.851/02	SEDE
1041	NILZETE PEREIRA DOS SANTOS	932.716.381/87	SEDE
203	NURCE MEIRE BARBOSA	604.336.801/30	SEDE
764	POLIANA NASCIMENTO DE CASTRO	050.707.491/29	SEDE
998	PRISCILA ANDRADE DA CRUZ	981.530.801/72	SEDE
870	REGINA HEPP	960.748.091/00	SEDE
777	REGINET RODRIGUES EVANGELISTA	964.730.451/04	SEDE
1055	ROBERTA DAYANNE DOS SANTOS MIRANDA	020.499.481/07	SEDE
945	ROSILENE RAMOS DE SOUZA	046.558.544/21	SEDE
421	SANDRA CRISTINA DE OLIVEIRA	027.515.921/39	VILA CULUENE
CARGO 003 - AGENTE DE SERVIÇOS DE LIMPEZA HOSPITALAR			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CPF**	**LOCAL DE TRABALHO**
349	ADRIANA RODRIGUES DA SILVA	007.317.251/07	SECRETARIA DE SAÚDE
51	CLEIDI GRASIELE DE LIMA	010.417.841/80	SECRETARIA DE SAÚDE
369	JOKBETE PEREIRA DE OLIVEIRA	956.149.582/15	SECRETARIA DE SAÚDE
243	KELY LORRANY FERREIRA GOMES	022.396.422/03	SECRETARIA DE SAÚDE
318	LILIAN RAQUEL FERREIRA MIGUEL	012.038.071/47	SECRETARIA DE SAÚDE
759	LINLEY EVANGELINA DONIZETI OSTA	873.675.136/72	SECRETARIA DE SAÚDE
295	LUCIMEIRE PEREIRA DE LIMA	582.012.621/15	SECRETARIA DE SAÚDE
1073	LUCIRENE LOPES LUZ	758.844.021/04	SECRETARIA DE SAÚDE
102	MARGARETH ENETH SILVA	513.948.801/97	SECRETARIA DE SAÚDE
CARGO 004 - MOTORISTA DE AMBULÂNCIA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CPF**	**LOCAL DE TRABALHO**

450	ANDERSON ESTANLEY CARBONE	862.991.151/49	SECRETARIA DE SAÚDE
774	DALMIR FERREIRA DOS SANTOS	401.901.881/20	SECRETARIA DE SAÚDE
758	DANILO GOMES DOS SANTOS	005.963.901/65	SECRETARIA DE SAÚDE
980	EBER LIMA DA SILVA	008.859.371/12	SECRETARIA DE SAÚDE
399	EDUARDO JOSE SCHONHOLZER DA CRUZ	011.172.421/02	SECRETARIA DE SAÚDE
212	JOSIMAR RODRIGUES DA SILVA	025.783.151/75	SECRETARIA DE SAÚDE
844	NIVALDO XAVIER DE OLIVEIRA CRUZ	514.232.001/87	SECRETARIA DE SAÚDE
453	RAFAEL ARBUES PEREIRA SILVA	051.829.761/60	SECRETARIA DE SAÚDE
452	RAFAEL DA SILVA	024.363.851/57	SECRETARIA DE SAÚDE
560	RODRIGO DE SOUSA SILVA	029.352.901/94	SECRETARIA DE SAÚDE
885	WALLYSIN PEREIRA DOS SANTOS CHAVES	737.653.171/87	SECRETARIA DE SAÚDE
CARGO 005 - MOTORISTA ESCOLAR			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CPF**	**LOCAL DE TRABALHO**
832	ALBERTO OTELAKOSKI	018.124.531/08	VILA MATINHA
798	ALDORI DE OLIVEIRA	634.720.829/68	SEDE
214	CLAUDEMAR CERETTA	234.269.930/15	SEDE
551	EDILSON TELES DA SILVA	967.926.981/72	VILA CULUENE
907	GILVAN GOMES DE MELO	630.018.291/68	SEDE
641	HENRIQUE GONSALVES DOS SANTOS	043.473.076/91	SEDE
304	JONAS PEREIRA DA SILVA	202.407.081/72	SEDE
191	JONATHAN NASCIMENTO DE SOUZA	030.783.261/95	VILA GARAPU
480	LUCIANO SANTANA AIRES	844.221.061/04	SEDE
605	MARCOS ADÃO MARTINS	845.945.511/49	VILA CULUENE
665	MOIZES FERRAZ	061.425.839/15	VILA MATINHA
266	NIVIO JOSE DA SILVA	033.456.229/55	SEDE
80	ORLANDO WOICIECHOSKI	460.711.991/15	SEDE
828	RENATO APARECIDO BASILI	174.101.688/62	SEDE
958	VANDERLEI JERONIMO FABIANO	029.962.561/31	SEDE
893	VELCI DE CASTRO MELO	276.073.990/20	VILA GARAPU
CARGO 006 - ATENDENTE DE FARMACIA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CPF**	**LOCAL DE TRABALHO**
1014	ADRIANA APARECIDA CORRÊA SANTOS	883.051.201/04	SEDE
723	DAYANA MOREIRA DA SILVA	003.692.081/96	SEDE
512	EDILMA FONSECA GOMES	023.744.821/11	SEDE
1039	ELAINE RIBEIRO DA SILVA	001.458.532/41	SEDE
866	ELIZABETH SOUZA VIEIRA	024.427.461/40	SEDE
590	GEYLLWAM RODRIGUES	013.989.602/33	SEDE
481	JESSICA CRISTINA SANTOS DE OLIVEIRA	047.264.751/26	SEDE
1020	JORGE MONTEIRO ARAUJO	042.320.761/07	SEDE
1004	KAUALLA MOURA DA SILVA	025.755.751/25	SEDE
840	LAURA DE SOUZA BRILHANTE	083.003.541/64	SEDE
557	MATHEUS VITOR AMARAL	045.307.881/80	SEDE
973	MILENA CARLA CORREIA PINHEIRO	034.357.152/40	SEDE
556	PÂMELA PIRES AZEVEDO	043.856.971/75	SEDE
470	RHAFAELLA REGINA OLIVEIRA MAIA	054.464.721/10	SEDE
882	SELMA AUGUSTO CANDIDO OGUIDO	474.537.881/53	SEDE
134	SHAIENY ROBERTO SCHWARTZ	060.824.391/47	SEDE
468	THAILA FERNANDA DE CASTRO DOS SANTOS	043.869.231/44	SEDE
CARGO 07 - AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CPF**	**LOCAL DE TRABALHO**
886	ALINI SUARES DE ARAÚJO VASCONCELOS	049.827.961/81	SEDE
887	DANIELLY MARTINS DE OLIVEIRA	061.228.371/21	SEDE
888	JULIENE RODRIGUES DOS SANTOS	050.183.171/16	SEDE
355	LAIZ ALMEIDA SILVA MATOS	028.033.151/73	SEDE
86	LEIDIANE SILVA DOS SANTOS MOREIRA	055.973.571/58	SEDE
CARGO 08 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CPF**	**LOCAL DE TRABALHO**
1054	ALICE GABRIELLY MIRANDA MATIELLY	060.774.641/63	SEDE
1048	ANA CATARINA SPENGLER	043.888.641/02	SEDE
48	ANA LUCIA BERNARSKI	706.074.091/00	SEDE
299	ANDERSON SILVA GOMES	060.717.471/47	SEDE
31	ANDREIA RODRIGUES PEREIRA	339.327.598/42	SEDE
872	ANGELINA MILCHAREK HEIN	865.042.311/68	SEDE
272	ANNA PAULA LOPES SILVA	008.873.571/05	SEDE
85	ANNE CAROLINNE GEROLDINI	024.639.551/63	SEDE

417	AURECI LÓPIS DA SILVA	292.131.718/46	SEDE
773	BRUNA BARREIRA SALES DE PAULA	071.475.551/63	SEDE
771	BRUNA LETICIA FIDELIS	054.203.821/80	SEDE
403	BRUNO FABIO HEINRICH	059.579.971/02	SEDE
816	CAMILA CRISTINA CAMARGO	026.075.470/67	SEDE
862	CAMILA SOARES BARBOSA	047.767.871/80	SEDE
159	CAROLINE EIDT	015.258.991/04	SEDE
716	CHRISTIANE REZENDEFLORES	953.412.851/15	SEDE
321	CLÁUDIA SOARES DOS SANTOS	016.972.651/70	SEDE
890	CRISTIANE LAZARA DA SILVA	025.108.131/10	SEDE
876	DAIANE COSTA DOS SANTOS	054.506.891/60	SEDE
632	DARLAN GUERRA OZELAME	023.766.171/38	SEDE
810	DERCI JOÃO NUNES CAMARGO	460.207.990/34	SEDE
463	DJENNIFER RIBEIRO MARTINS	056.585.291/40	SEDE
966	DOUGLAS PEREIRA DA SILVA	008.278.451/54	SEDE
971	EBNER LIMA DA SILVA	032.141.161/77	SEDE
241	EDMONICA ANDRADE SILVA	030.997.131/47	SEDE
741	EDUARDO NARZETTI	030.771.480/21	SEDE
996	GABRIEL RICARDO BEZERRA	032.800.661/07	SEDE
609	GESSYKA RODRIGUES MOURA	039.381.481/52	SEDE
1	GISELLE SANTOS CERETTA	049.583.411/45	SEDE
851	IAMÃ SEIVA DE SOUSA MOTA	147.168.197/10	SEDE
464	IVANETE DALLA COSTA	444.176.911/34	SEDE
1046	JEAN MICHEL BRINGMANN DA SILVA	053.500.891/02	SEDE
405	JOSÉ PEREIRA DA SILVA FILHO	009.988.797/54	SEDE
880	JULIANA APARECIDA DINIZ BRAGA	027.166.001/55	SEDE
553	JULIANA DOS SANTOS SILVA MATOS	046.786.341/50	SEDE
112	JULIANA SILVESTRE VALK	004.676.521/20	SEDE
660	KAMILLA KALKMANN	054.658.951/01	SEDE
320	KAROLINA FERREIRA DOS SANTOS	046.692.961/75	SEDE
815	LAÍS FERNANDA LUCATELLI	060.842.551/67	SEDE
1049	LARISSA BATISTA GALDINO	706.220.311/47	SEDE
892	LAZARA APARECIDA ALMEIDA DA SILVA	291.870.361/34	SEDE
120	LILIAN ROSANE MALVESSI DOURADO	879.094.991/91	SEDE
922	LUCIANE RODRIGUES SILVA	050.601.376/60	SEDE
353	LUCS ANTONIO LANZA SILVA	401.419.148/66	SEDE
837	MACIELI MAIARA BENITES CORRÊA	006.720.200/41	SEDE
511	MARIA CÉLIA RIBEIRO DE BRITO	327.672.771/49	SEDE
1021	MARIA LUZAÍ BAITISTA DA SILVA SANTOS	269.857.483/68	SEDE
853	MARIA LUZIA ARAUJO RODRIGUES	634.968.282/34	SEDE
673	MARIELI TERESINHA KONZEN	018.344.060/99	SEDE
265	MARLI REJANE SCHMIDT	721.801.611/15	SEDE
440	NARA RAMOS DO CARMO	024.844.581/26	SEDE
612	RAFAEL LOPES LUZ	033.437.761/73	SEDE
312	RAFAELA GUERRA	021.892.061/03	SEDE
69	RAUL FABRICIO CARVALHO LIMA	039.276.161/09	SEDE
11	RENAN DE SOUZA WAHLBRINCH	062.405.481/03	SEDE
425	RODRIGO ALVES RIBEIRO	059.296.041/26	SEDE
708	ROMALDO RIGODANZO	991.633.141/34	SEDE
230	ROSANGELA FERREIRA DA SILVA	006.838.831/43	SEDE
81	SHALIANE DO NASCIMENTO VIANA	031.356.311/09	SEDE
706	SIDINEI ARAUJO DE SOUZA JUNIOR	052.719.371/27	SEDE
1057	SIMONE RODRIGUES MACHADO BORGES	017.416.881/08	SEDE

1047	SORAIA MARIA BATISTA	007.315.751/13	SEDE
1066	SUELLEN YUMI INOUE	054.722.901/12	SEDE
591	SUSANNE SOFIA LUDUVICO MOREIRA	326.377.318/69	SEDE
687	TANIA CRISTINA FIDELIS	023.032.311/99	SEDE
354	TAYNA MENDES DA SILVA	043.869.251/98	SEDE
731	THAMARA MEIRELES DA COSTA SIGNORI	106.571.146/85	SEDE
696	TIANE SOUZA TOLOTTI	005.032.421/79	SEDE
486	VICTOR DOS SANTOS SILVA	069.004.191/86	SEDE
979	VITORIA AXAYEL ANTUNES	060.982.251/92	SEDE
456	WALDEMAR SCHMIDT JUNIOR	062.480.261/22	SEDE
852	WEBERTON FRANCISCO DA SILVA	003.766.441/76	SEDE
CARGO 09 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CPF**	**LOCAL DE TRABALHO**
987	ADECLAYNE PADILHA GALDIOLI	046.963.701/35	SEDE
997	ARICA SILVA TELES	003.004.061/26	SEDE
957	CELIAMAR LADEIA DE SOUZA	700.353.261/15	SEDE
960	DYAKALO FORATU MATIPU	022.467.411/06	SEDE
362	EDVANILDA APARECIDA MORAIS DA SILVA	616.960.641/04	SEDE
750	IVANDETE SILVA DE AQUINO	140.708.238/83	SEDE
516	JULIANA APARECIDA DE CAMPOS	224.333.758/43	SEDE
710	JULIANA GRASSIETTE MOREIRA RICARDO	015.509.291/00	SEDE
709	JULIANE DOS SANTOS CAVALCANTE	037.594.531/80	SEDE
781	MARIA VANDIA DE OLIVEIRA SILVA	003.466.951/55	SEDE
685	NONICA FRANCISCA DOS SANTOS	033.287.431/11	SEDE
819	ROSIMEIRE ALVES DIAS	002.195.641/60	SEDE
449	SILVANA SOUZA NERES	920.106.521/34	SEDE
986	WALLIDA SILVA SANTOS	045.083.111/64	SEDE
CARGO 10 - TÉCNICO DE RADIOLOGIA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CPF**	**LOCAL DE TRABALHO**
396	ADHRIANN KELLY MENDES LONDERO	050.705.731/79	SEDE
919	CAROLINY OLIVEIRA GARIGLIO	033.944.221/23	SEDE
615	DORACY BERTO DE OLIVEIRA	015.287.308/28	SEDE
487	GRAZIELI MROJINSKI	020.572.241/55	SEDE
377	JOBENILSON VIEIRA ORMANDES	964.244.511/53	SEDE
917	KAROLINY MAIA CAMPOS	060.222.081/57	SEDE
218	LHEIDYANE RODRIGUES DA SILVA	025.600.041/78	SEDE
788	LUANA CRISTINA DOS SANTOS	026.208.561/59	SEDE
324	SARAH MARIANA MEDEIROS	048.622.851/71	SEDE
692	TALITA DIAS DE ARAUJO	034.590.881/33	SEDE
CARGO 11 - TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CPF**	**LOCAL DE TRABALHO**
669	ADRIANA CAVALARI PRIMO	289.196.698/80	SEDE
532	ADRIANA CRISTINA BELTRAMIN	048.423.881/70	SEDE
748	ADRIANA PATATT	042.669.381/79	VILA SERRA DOURADA
812	ADRIANA SILVA MATOS	027.850.471/09	ESCOLA AMÁLIA V. TONIELLO
1003	ALDIRA CORDEIRO DE JESUS	919.835.411/68	SEDE
182	ALESSANDRA DE MATTOS MENDES	047.621.551/01	SEDE
767	ANA ANGELICA XAVIER	011.648.091/21	SEDE
868	ANA CAROLINA DOS SANTOS	704.897.081/29	SEDE
647	ANA CECÍLIA COLLING DA SILVA	029.148.031/41	VILA SERRA DOURADA
297	ANA RITA NUNES DA SILVA	938.578.881/72	SEDE
765	ANDRESSA GOMES DO NASCIMENTO EPIFANIO	065.521.031/82	SEDE
261	ANGELA MARIA RODRIGUES	924.627.749/04	SEDE

95	ARIANE THARINE DE SOUZA SILVA	062.169.381/26	SEDE
237	ARLETE VIEIRA DE MENEZES	015.420.911/28	SEDE
967	CACIA REGINA FIORENTIN	000.201.451/36	SEDE
1042	CAMILA DO PRADO SANTOS	075.385.551/88	SEDE
505	CAMILA MONTALVÃO BORGES	368.491.158/55	SEDE
1076	CÁTIA NEIS MANINI	024.960.020/09	SEDE
754	CICA NASCIMENTO FERREIRA	018.974.981/44	SEDE
140	CLEUSA DE SOUZA BARBOSA	058.502.988/19	SEDE
281	CRISTINUBIA PEREIRA RODRIGUES	048.709.941/94	SEDE
884	DAURA JOSEFA DOS SANTOS	594.973.861/68	SEDE
234	DEBORA NAYANNE DE OLIVEIRA SILVA	038.099.141/18	VILA CULUENE
1013	DEUZENIR MARIA DA SILVA	946.531.511/72	VILA MATINHA
407	EDNALIA FERREIRA LIMA SILVA	000.320.981/46	SEDE
959	ELESSANDRA PEREIRA DA SILVA	002.735.451/24	SEDE
158	ELIA LEMES FARIAS	032.598.361/52	SEDE
91	ELIANE SOARES DA SILVA	010.246.891/58	SEDE
865	ELOANA RIBEIRO DA CONCEIÇÃO	046.899.041/03	SEDE
712	EVIANE GOMES AZEVEDO DO NASCIMENTO	007.018.031/85	SEDE
824	FANAVIA KELI FRANCO	037.920.091/02	SEDE
789	FERNANDA FRANCISCA DOURADO BERNARDES	007.470.141/08	SEDE
144	GABRIELE FIORENTIN	045.847.681/10	SEDE
814	GLEIBIANE AP FERNANDES SOUZA	032.543.731/97	SEDE
563	ISABELA INGRID MENDES GONÇALVES	054.649.481/12	SEDE
1063	JANAINA AGUIAR GARZON	042.688.261/06	SEDE
541	JANETE ROTH LUCATELLI	032.515.699/96	SEDE
477	JAPIAÇU DOS SANTOS	817.712.401/30	SEDE
860	JESSICA ARRUDA DE SOUZA	058.468.561/01	SEDE
848	JHYWLLY HELLENA RODRIGUES	038.151.012/39	SEDE
519	JULIANA DORNELES	047.767.881/52	SEDE
631	KALYNE DA SILVA COSTA	030.019.173/18	VILA CULUENE
98	KARINA MARCHIORI DE SOUZA GUIMARAES SILVA	914.633.001/15	SEDE
780	KATHLEEN WHITNEY DE ARAUJO ABREU	067.907.501/18	SEDE
847	KELLY FREITAS DA SILVA	052.042.281/36	SEDE
282	LAVINIA CLARISSE DOS SANTOS	061.335.011/11	VILA CULUENE
1068	LAYANE CAMPOS DE MEIRA MENDES	067.580.431/00	SEDE
499	LEILA DE OLIVEIRA	881.624.781/91	SEDE
57	LENIR MUHLBEIER	375.875.281/72	SEDE
6	LIUSLAINE MARIA MARTINS	031.944.921/10	SEDE
990	LUCIDIA RIBEIRO ANTUNES	441.168.881/34	SEDE
757	LUZIANA FERREIRA DOS SANTOS	050.706.531/05	SEDE
633	MAIDA MARQUES DE SOUZA	052.225.771/20	VILA CULUENE
465	MAIZE ALVES OLIARI	037.048.691/98	SEDE
394	MARCELA TAVARES BARROSO	025.902.761/84	SEDE
296	MARCIA CRISTINA WINCK WEIRICH	651.203.451/15	SEDE
1040	MARCIANA DA SILVA	026.755.891/01	SEDE
566	MARCIANE LOIRI SCHENKEL LOCATELLI	041.786.769/70	SEDE
422	MARIA APARECIDA RIBEIRO DO NASCIMENTO	487.831.611/04	VILA MATINHA
1000	MARIA DE LURDES SOUSA MORAIS SHWENDLER	461.051.821/04	SEDE
96	MARIA DIVINA BALBINA CABRAL	789.838.941/72	SEDE
401	MARIA JAQUELINE PEREIRA DA SILVA	065.259.271/61	VILA CULUENE
133	MARIA TERESA ROCKENBACH	006.092.511/63	SEDE
517	MARILDE FRANCO RIBEIRO	039.355.011/70	SEDE
338	MARILETE VIEIRA DE MENEZES	015.030.711/03	SEDE
574	MARINALVA ALVES BARBOSA	012.132.911/94	SEDE
41	MARINETE CARVALHO DE SOUSA	013.520.903/09	SEDE
751	MARISETE BRENTANO SOUZA LIMA	957.175.361/00	SEDE
676	MARISTELA ALVES QUEIROZ	856.128.121/91	SEDE

524	NEUSIANE SANTOS DE CARVALHO	060.521.081/00	SEDE
195	NEUZA CASTILHO DOS SANTOS	240.447.091/49	SEDE
246	NILVANI GONÇALVES SILVA	048.258.171/90	SEDE
787	NÚBIA DA SILVA PEREIRA	025.772.521/02	SEDE
129	NÚBIA DE PAULA THIESEN	018.686.191/50	VILA CULUENE
899	PATRICIA CASTRO MARQUES	046.299.791/07	SEDE
913	PATRICIA CRISTIANE CARVALHO	000.552.341/94	SEDE
333	PATRICIA EIDT	032.531.331/84	SEDE
649	REGEANE PEREIRA DA SILVA RIBEIRO	053.346.311/43	SEDE
548	REGINA JOSÉ ALVES	990.201.651/00	SEDE
64	ROSANGELA MENDES PEIXOTO	014.527.731/30	SEDE
418	ROSECLEIA DE SOUZA	848.142.331/91	SEDE
697	ROSINEIA FERREIRA ARAUJO DE SOUZA	978.454.001/06	SEDE
256	SABRINA DAIANE DOS SANTOS FEIJO	058.074.201/60	VILA CULUENE
40	SAMARA SOUZA GOMES	063.992.271/60	VILA CULUENE
794	SHEILA CRISTIANE KESSLER	037.700.581/94	SEDE
1019	SOLANGE APARECIDA GOMES VENTURA	963.605.181/04	SEDE
373	TAIS FRANCIELE MOLINA BASTOS	412.935.568/66	VILA MATINHA
902	TAIS LAILINE DA SILVA	043.855.741/70	SEDE
252	TATYANE SPINDOLA RODRIGUES DA SILVA	006.572.411/99	SEDE
878	THAINARA PEREIRA DOS SANTOS	047.720.951/36	SEDE
82	THAIS ALVES DA CUNHA	404.188.628/77	VILA CULUENE
413	VANDERLEIA GUERRA BLANCO	028.244.471/84	SEDE
28	VANISSE LUCIA BORGES	967.009.391/00	VILA MATINHA
635	VENILDA GEMMER POSPIECHA	936.916.881/87	SEDE
461	WALTIRIA RIBEIRO DO NASCIMENTO	615.469.761/91	VILA CULUENE
795	YKLA CRISTIANE TEIXEIRA	062.978.861/80	VILA MATINHA
CARGO 12 - ENFERMEIRO			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CPF**	**LOCAL DE TRABALHO**
316	ADRIANA KLOCH	020.733.711/08	SECRETARIA DE SAUDE
54	ALLANA AMARAL LEAL	718.749.761/04	SECRETARIA DE SAUDE
923	ANDRESSA MUNIZ CUNHA	025.847.221/94	SECRETARIA DE SAUDE
636	ANDRIESSA GALL PORSCH	017.822.751/00	SECRETARIA DE SAUDE
222	ANIELA CARGNELUTI PIT DA VEIGA	019.655.071/82	SECRETARIA DE SAUDE
818	BRUNA RAFAELA CASTIONI CECCON QUALIO	053.822.901/21	SECRETARIA DE SAUDE
682	CAROLINA CARDOSO DO CARMO	036.106.991/08	SECRETARIA DE SAUDE
664	CLAUDIMARI SLAVIERO	722.788.460/00	SECRETARIA DE SAUDE
858	CRISTIANI DE SOUZA ENGELMANN	048.488.839/03	SECRETARIA DE SAUDE
92	CRISTIANIA MARTINS DA CONCEIÇÃO	001.959.051/21	SECRETARIA DE SAUDE
678	EDILEIDE NERY DE ARAUJO	959.734.751/15	SECRETARIA DE SAUDE
894	EDIVANY GOMES DE LIMA	010.764.801/60	SECRETARIA DE SAUDE
488	ÉLIDA RODRIGUES DA SILVA	020.062.591/80	SECRETARIA DE SAUDE
539	GECELY ALVES DA SILVA	024.606.201/01	SECRETARIA DE SAUDE
484	GRAZIHANY NASCIMENTO	057.555.991/81	SECRETARIA DE SAUDE
782	HELYNA RAYANA ROCKENBACH PFEIFER	040.316.341/29	SECRETARIA DE SAUDE
596	JOYCE MIRELLY BERNARDES DE ASSUNÇÃO	037.388.691/82	SECRETARIA DE SAUDE
561	KARINE DOS SANTOS SILVA	047.189.941/01	SECRETARIA DE SAUDE
1016	KEILA CAROLINE DA FONSECA ALVES	021.380.461/17	SECRETARIA DE SAUDE
283	KELLY COSTA	041.754.831/10	SECRETARIA DE SAUDE
437	KISLA DENIZE KUHN	838.054.781/00	SECRETARIA DE SAUDE
251	LARISSA VIEIRA MACHADO	026.859.020/66	SECRETARIA DE SAUDE
426	MARCELA FELISBERTO XAVIER	034.831.121/46	SECRETARIA DE SAUDE
374	MARCINEI BARABA	303.704.828/08	SECRETARIA DE SAUDE
627	MARIANA ISABEL FEITOZA DE FRANÇA	043.902.901/50	SECRETARIA DE SAUDE
778	MARYELLE WANDER MOREIRA	048.443.641/46	SECRETARIA DE SAUDE
942	MIRIÃ SILVA BRITO	724.256.101/97	SECRETARIA DE SAUDE
677	NADINE BERTE CERON PEREIRA	016.229.121/36	SECRETARIA DE SAUDE
478	NILVA VIEIRA DA PAZ	597.641.201/72	SECRETARIA DE SAUDE
32	RENATA SENA DA CUNHA SILVA	707.766.281/00	SECRETARIA DE SAUDE
1062	ROSILENE SILVA DOS SANTOS	016.128.031/56	SECRETARIA DE SAUDE
804	STELLA KALKMANN	021.229.961/10	SECRETARIA DE SAUDE
359	THAMARA CARDOSO LEMES	046.030.411/95	SECRETARIA DE SAUDE
595	VALQUIRIA DO ESPIRITO SANTO LIMA	045.368.151/47	SECRETARIA DE SAUDE
753	VIVIAN VAZ DA COSTA	070.316.226/89	SECRETARIA DE SAUDE
2	WANDERSON RODRIGUES DIAS	009.135.411/09	SECRETARIA DE SAUDE
CARGO 13 - FISIOTERAPEUTA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CPF**	**LOCAL DE TRABALHO**
1053	ANA CAROLINE SANGALETTI BRAGA	046.700.571/03	SECRETARIA DE SAUDE
534	ANDERSON BARROS DE ASSIS	897.161.241/04	SECRETARIA DE SAUDE
233	CAMILA FERNANDES PIRES	056.927.211/47	SECRETARIA DE SAUDE
238	CEMI MARAFON RODRIGUES	000.698.211/51	SECRETARIA DE SAUDE
935	DANIELA BARBOSA DOS SANTOS SILVA	038.566.621/70	SECRETARIA DE SAUDE
589	EUDILENE LÍVIA BARBOSA SILVA	996.550.041/04	SECRETARIA DE SAUDE

1050	HANDREY ROCATTO BOSZCZOWSKI	029.396.251/07	SECRETARIA DE SAUDE
14	HIGOR MEIRELLES TROVO	045.685.981/09	SECRETARIA DE SAUDE
622	JALUSA FRIEDRICH	050.437.021/92	SECRETARIA DE SAUDE
364	JAQUELINE ADORNO SARTORI	017.869.861/08	SECRETARIA DE SAUDE
1080	JORDANA ARANTES RODRIGUES VIANA	037.749.831/94	SECRETARIA DE SAUDE
821	MARIELLY COSTA FREITAS	703.004.071/65	SECRETARIA DE SAUDE
530	MATEUS BATISTA MOREIRA JUNIOR	821.905.502/20	SECRETARIA DE SAUDE
520	PRISCILA FERREIRA SILVA	015.686.131/30	SECRETARIA DE SAUDE
CARGO 14 - FONOAUDIÓLOGO			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CPF**	**LOCAL DE TRABALHO**
831	AMANDA DE PAULA AMARAL	047.021.011/70	SEC DE SAUDE
CARGO 15 - ODONTÓLOGO			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CPF**	**LOCAL DE TRABALHO**
625	ALESSANDRA FARIAS XAVIER	043.321.451/19	SECRETARIA DE SAUDE
931	BETÂNIA CARNIATTO	041.794.271/09	SECRETARIA DE SAUDE
1077	CAROLINE FACCO LUPATINI PEREIRA	009.798.880/42	SECRETARIA DE SAUDE
289	FRANCYELLY APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS	041.921.891/27	SECRETARIA DE SAUDE
1036	GUSTAVO ELIAQUIM CHUGUES BORGES	026.269.981/84	SECRETARIA DE SAUDE
351	HANGEL CRISTINA ARAUJO MENDES	051.859.441/61	SECRETARIA DE SAUDE
284	INGRID WILLERS GABE	043.464.471/47	SECRETARIA DE SAUDE
1065	JAQUELINE FIALHO MARTINS BELMONTE	027.570.981/79	SECRETARIA DE SAUDE
936	JULIANO STALIN TOLOTTI ALMEIDA	033.096.461/57	SECRETARIA DE SAUDE
984	KALLIL VINICIOS SANTOS TEIXEIRA	056.335.061/03	SECRETARIA DE SAUDE
620	KÁLLITA GABRIELA ALVES DOS SANTOS	047.702.411/43	SECRETARIA DE SAUDE
616	KAREN BARBOSA DA SILVA	012.357.091/32	SECRETARIA DE SAUDE
507	KEOOMA LAILLA GONÇALVES DRESCH	029.257.801/64	SECRETARIA DE SAUDE
393	LIVIO DA SILVA SANTOS	938.368.051/20	SECRETARIA DE SAUDE
916	MAGDAJACINTO BRASIL	059.266.631/05	SECRETARIA DE SAUDE
210	MARCELO CORREIA DE MAGALHÃES	016.644.371/93	SECRETARIA DE SAUDE
976	RANNIELY FERNANDES ADORNO	036.948.111/92	SECRETARIA DE SAUDE
1022	TATIANE MARNEI LEMOS DE OLIVEIRA	791.817.752/53	SECRETARIA DE SAUDE
CARGO 16 - PROFESSOR			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CPF**	**LOCAL DE TRABALHO**
235	ADRIANA RIBAS OLIVEIRA	328.473.768/52	CULUENE
472	ALEXANDRA BARBOSA VIEIRA	911.663.061/00	SEDE
332	ANA FLAVIA PEREIRA DOS ANJOS	011.492.801/07	SEDE
694	ÂNGELA REGINA MATTE	514.277.881/20	SEDE
775	ARTEMISIA VIEIRA DOS SANTOS	989.343.501/30	SEDE
638	BEATRIZ SANTOS PIMENTA	047.305.046/31	SEDE
896	CÉLIA GOMES DE LIMA	987.033.741/49	SEDE
101	CIRLEI MENEZES MATOS	005.298.031/60	GARAPU
784	CLAUDIA CORREIA DA SILVA	016.979.711/21	SEDE
331	CLEIDNE BARBOSA DA SILVA	930.967.741/72	CULUENE
409	CLEUNICE TEIXEIRA ELEUTERIO	432.184.401/06	SEDE
240	DIONALYA ALVES DA SILVA	816.109.632/53	CULUENE
648	DIRCENIR PEREIRA DA SILVA	028.922.617/80	SEDE
204	ELIZABETE VIEIRA DE MENEZES	632.407.851/53	SEDE
337	ELVIRA NARCIZO DE OLIVEIRA	025.285.821/29	SEDE
151	ERICA GERLI LINAUER BARRETO	905.242.761/53	SEDE
42	FABRICIA FERREIRA DE CARVALHO	937.977.611/04	SEDE
309	GILDETE DA COSTA FERREIRA	055.321.956/17	CULUENE
562	GLEIBER SOUZA DO NASCIMENTO	978.886.641/72	SEDE
634	GRACIELA EBERHART NOGUEIRA	965.457.551/53	SEDE
791	GUILHERME MOREIRA DA SILVA NEVES FERREIRA	019.929.871/81	CULUENE
528	KEIDIANI PARPINELLI	038.036.551/02	SERRA DOURADA
656	LIDIANE MOREIRA GOMES	709.850.221/91	SEDE
286	LILIAN CRISTIANE LEIGH HAAS	850.809.501/53	SEDE
217	LUCELMA MENDES DE FREITAS	003.895.751/51	SEDE
285	LUCIANE TABORDA MARQUES	011.534.811/54	SEDE
271	LUIZA ALVES RODRIGUES DOS SANTOS	317.955.951/91	SEDE
379	LUZIA DE FATIMA FARIA VIEIRA	958.204.501/91	SEDE
397	MARA CARMECITA SASSO MARTINS	305.272.100/30	CULUENE
550	MARCILENE APARECIDA SILVA	623.675.951/00	CULUENE
211	MARIA APARECIDA VIEIRA STIVAL	857.174.011/91	SEDE
826	MARIA DIVINA ALVES FEITOSA	013.443.511/74	SERRA DOURADA
766	MARIA REGINA DE SOUZA SANTOS	726.817.132/34	SEDE
904	ROSANA CARNEIRO BENATI	571.239.931/87	SEDE
845	ROSÂNGELA CRISTINA DA SILVA SANTOS PIRONDI	280.161.058/58	SEDE
52	ROSMERI BERNADETE ANSCHAU	495.634.241/15	SEDE
270	SANDRA FREIRE DE SOUZA	007.795.891/81	SEDE
675	SIMONE GOLDONI CORBARI	010.105.541/23	GARAPU
27	VALDECY CAMPOS DA LUZ	940.464.501/00	SEDE
152	VALDINETE FRIES	958.504.491/91	SEDE
375	VANIA LÚCIA BORGES	000.075.091/38	MATINHA
CARGO 17 - PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CPF**	**LOCAL DE TRABALHO**

274	BEATRIZ DE SOUZA GOMES	110.777.637-60	SEDE
292	CALITA RODRIGUES MOURA	058.475.311/09	SEDE
680	CAMILA APARECIDA WILBERT	042.715.271/22	SERRA DOURADA
630	CAMILA COIMBRA DE LIMA	043.456.931/36	SEDE
290	CÁSSIA ALVES DE OLIVEIRA	031.355.831/04	SEDE
391	DANIELLY TAVARES FLORES KONZEN	035.547.261/92	SEDE
106	ELEUZA ROCHA RIBEIRO	023.325.701/28	SEDE
479	ELIANE LOPES DA CRUZ RIBEIRO DO NASCIMENTO	021.416.841/70	SEDE
490	ELIETE ALVES RIBEIRO	024.485.191/37	SEDE
245	GISLENE MACHADO MUNIZ	000.700.241/62	SEDE
554	HELENA GOLDONI FERABOLI	430.420.079/87	SEDE
392	IVANIR LEANDRA SILVA FERREIRA	718.376.551/20	SEDE
17	JANAINA ELEANDRO DE SOUZA	023.463.951/21	SEDE
667	JANIA BORGES VIEIRA DA SILVA	010.228.391/52	SEDE
279	JAQUELINE LUCIA BIGATON FERLA	045.847.701/07	SEDE
619	JULIANA SPOHR	046.856.171/42	SEDE
637	LARISSA VANESSA ARTMANN GALL	043.855.701/83	SEDE
400	LEILA CRISTINA FLORES	006.151.641/45	SEDE
877	LUZIENE ALVES DA SILVA	730.916.931/04	SEDE
790	MARINES CORBARI	594.963.041/68	GARAPU
402	MARKELLY MARQUES DA SILVA	020.267.381/22	SEDE
420	MAURA LUIZA RODRIGUES DA SILVA	025.261.390/23	SEDE
897	PRISCILA PEREIRA	347.096.258/83	GARAPU
9	QUEDIMA ALVES DE OLIVEIRA	040.283.471/22	SEDE
567	ROSANE NAIR CAIRAN	428.629.900/78	GARAPU
428	SANDRA PEREIRA LIMA	926.991.381/34	SEDE
87	SILVANA BELIZARIO DA SILVA	023.830.441/80	SEDE
293	SIRLEI DOS SANTOS SCHMITT	004.020.081/70	SEDE
650	SOLANGE STAGEMEIER DA SILVEIRA	632.404.591/91	SEDE
448	VALDETE FRIES	025.207.151/46	SEDE
122	WEILA MARIA DA SILVA SANTOS	049.334.281/82	SEDE

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2017

REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro oficial da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, torna público que o vencedor na sessão que se realizou na data de **04/12/2017** na modalidade de Pregão Presencial, menor preço por item foi: **M. DIESEL CAMINHÕES E ONIBUS LTDA, conforme ata.**

Canarana -MT, 04 de Dezembro de 2017.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

GABINETE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 004/2017 -INDEFERIDAS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 004/2017

MUNICÍPIO DE CANARANA – MT

RELAÇÃO DE INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

Nº INSC.	NOME	CPF	Cargo	LOCAL	motivo
424	Abilene Viana de Souza	037.440.321/08	Auxiliar em Saúde Bucal	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
395	Adhriann Kelly Mendes Londero	050.705.731/79	Técnico de Radiologia	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
467	ADIENNI LEANDRO DOS SANTOS	010.981.551/30	ENFERMEIRO	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
657	Adriana Duarte da Costa	627.507.041/20	Téc.em Desenv. Infantil	VILA SERRA DOURADA	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
654	Adriana Duarte da Costa	627.507.041/20	Téc.em Desenv. Infantil	VILA SERRA DOURADA	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
655	Adriana Duarte da Costa	627.507.041/20	Téc.em Desenv. Infantil	VILA SERRA DOURADA	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
989	Adriana Gonçalves Dorta	058.368.201/47	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
988	Adriana Gonçalves Dorta	058.368.201/47	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
747	Adriana Patatt	042.669.381/79	Téc.em Desenv. Infantil	VILA SERRA DOURADA	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
66	Adriana Silva Matos	027.850.471/09	Téc.em Desenv. Infantil	ESCOLA AMÁLIA V. TONIELLO	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
308	ADRIELLY CARDOSO SILVA	032.102.321/80	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
429	AGNALDO CLARA DE SOUZA	640.505.721/68	MOTORISTA ESCOLAR	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
623	AGNE CARMO DOS REIS	697.305.551/68	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento

663	ALDORI DE OLIVEIRA	634.720.829/68	MOTORISTA ESCOLAR	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
105	alessandra conceicao siqueira	039.443.261/48	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
103	alessandra conceicao siqueira	039.443.261/48	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
77	Alessandra Conceição Siqueira	039.443.261/48	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
181	Alessandra de Mattos Mendes	047.621.551/01	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
728	ALESSANDRA DIAS CABRAL	845.892.721/72	Ag. Ser. Limp. Escolar	VILA CULUENE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1087	Alessandra Farias xavier	043.321.451/19	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO REALIZADA FORA DO PRAZO
843	Alice Manzano Deluci	053.418.191/01	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
168	Alice Maria Ribeiro de Souza	043.855.851/05	Atendente de Farmácia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
514	Aline Cristina Cabral Martins	057.408.141/03	Ag. Nutrição Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
513	Aline Cristina Cabral Martins	057.408.141/03	Ag. Nutrição Escolar	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
544	aline fernanda borges tavares	017.823.731/01	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
341	ALINE LUIZA DA SILVA	008.822.271/30	Técnico de Radiologia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
10	aline madiska silveira de moura	050.676.121/50	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
906	Aline Quesia Linhares de Freitas	027.997.621/66	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
883	Aline Suares de Araújo Vasconcelos	049.827.961/81	Auxiliar em Saúde Bucal	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
752	ALTAIR GRESPAN	430.803.750/68	Motorista Ambulância	SECRETARIA DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
646	Amanda Cristina Nunes da Silva	019.260.541/05	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
588	AMANDA DANIELLY BRITO SILVA	019.099.071/62	FONOAUDIÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
587	AMANDA DANIELLY BRITO SILVA	019.099.071/62	FONOAUDIÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
47	Ana Caroline Ferreira Arrais	060.560.773/73	Técnico de Enfermagem	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1052	ANA CAROLINE SANGALETTI BRAGA	046.700.571/03	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
1029	Ana Catarina Spengler	043.888.641/02	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
1031	Ana Catarina Spengler	043.888.641/02	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
558	ANA PAULA SOARES DE SOUSA MATOS DA SILVA	013.900.781/40	Ag. Nutrição Escolar	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
533	Anderson Barros de Assis	897.161.241/04	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
146	Andreia Cintia Moraes	015.087.321/24	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
908	ANDRIELY HAYNE DOS SANTOS CALIARE	050.601.961/60	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
141	Angela Maria ROdrigues	924.627.749/04	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
84	ANGELA NARA FACIONI	937.863.601/20	Prof. Edc. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
603	ANGELICA VIRGINIA PRADO FERREIRA	018.098.381/42	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
864	Angelina Milcharek Hein	865.042.311/68	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
335	ANNY KAROLINY LUCENA COTA	027.787.621/40	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
197	Antonia Maria da Silva	821.002.331/49	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
713	ANTÔNIO MARTINS FAUSTINO DE BASTOS	353.114.001/20	MOTORISTA ESCOLAR	VILA SERRA DOURADA	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
94	Ariane Tharine de Souza Silva	062.169.381/26	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
628	ARLETE MORAES DE ALENCAR	014.226.081/90	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
367	ARLETE MORAES DE ALENCAR	014.226.081/90	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
147	Aryene Cristina de Souza Argenta	051.654.831/00	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
410	Aureci Lópis da Silva	292.131.718/46	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
423	AURENY ALVES PEREIRA RIBEIRO	495.809.651/53	Técnico de Enfermagem	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1104	balduinabeltramin	003.200.941/03	PROFESSOR	CULUENE	INSCRIÇÃO REALIZADA FORA DO PRAZO
1075	Barbara Ingrid Grigolette	035.981.631/26	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
174	Barbarah Almeida Ramos	044.360.680/29	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento

172	Barbarah Almeida Ramos	044.360.680/29	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
639	Beamina Santos Pimenta Parreira	031.308.966/35	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
366	Beatriz Abreu Dos Santos	039.383.041/11	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
90	Bruna Barreira Sales de Paula	071.475.551/63	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
770	Bruna Barreira Sales de Paula	071.475.551/63	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
277	Bruna Justiny Bom Despacho de Morais	048.182.141/40	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
184	Bruna Justiny Bom Despacho de Morais	048.182.141/40	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
185	Bruna Justiny Bom Despacho de Morais	048.182.141/40	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
352	Bruno Luiz Macedo Santos	032.239.071/06	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
549	Cacia Regina Fiorentin	000.201.451/36	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
644	CAIO VINICIUS SCHWARTZ	049.840.031/03	Ag. Nutrição Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
228	Camila Coimbra de Lima	043.456.931/36	Prof. Edc. Infantil	Esc. Amália V. T.	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
606	Camila Coimbra de Lima	043.456.931/36	Prof. Edc. Infantil	Esc. Amália V. T.	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
128	Camila Cristina Camargo	026.075.470/67	Auxiliar em Saúde Bucal	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
749	Camila de Moura Santana	034.695.861/01	Prof. Edc. Infantil	CULUENE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
576	Camila Gomes Godoy	054.696.571/75	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
83	CAMILA LIMA SOARES	361.665.098/47	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
501	Camila Montalvão Borges	368.491.158/55	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
125	Camila Montalvão Nunes	368.941.158/55	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
180	Camila Soares Barbosa	047.767.871/80	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
307	camila soares barbosa	047.767.871/80	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
215	Carina marquezin ladeira	362.938.098/07	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
16	CARLA CRISTINA DUTRA MOLINA	181.478.378/44	Prof. Edc. Infantil	MATINHA	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
372	CARLA CRISTINA DUTRA MOLINA	181.478.378/44	PROFESSOR	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
7	CARLA CRISTINA DUTRA MOLINA	181.478.378/44	PROFESSOR	MATINHA	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
542	Carlos Henrique Luz Araujo	055.045.371/77	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
441	CARMEM CELE ALVES DOS SANTOS	318.627.131/20	Ag. Nutrição Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
169	CAROLINA CARDOSO DO CARMO	036.106.991/08	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
298	CAROLINE DA SILVA MOURA	032.983.150/01	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
370	Caroline de Souza Rabelo	323.691.578/75	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1096	Caroline Eidt	015.258.991/04	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
1097	Caroline Eidt	015.258.991/04	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
1032	Caroline Facco Lupatini Pereira	009.798.880/42	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
287	Cássia Alves de Oliveira	031.355.831/04	Prof. Edc. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
978	CASTILHO PEREIRA SILVESTRE	033.150.461/82	Motorista Ambulância	SECRETARIA DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
920	cayme ferreira moraes	702.642.081/02	Atendente de Farmácia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
597	Célia Gomes de Lima	987.033.741/49	PROFESSOR	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
952	Céliamar ladeia de souza	700.353.261/15	Técnico de Enfermagem	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
315	CELINA DO CARMO	024.115.221/69	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
711	christiane rezende flores	953.412.851/15	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
737	CICA NASCIMENTO FERREIRA	019.974.981/44	Ag. Nutrição Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1010	Cicera Gomes da Silva	027.262.081/50	Prof. Edc. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
313	Claudeci Jose de Carvalho	495.796.731/87	Atendente de Farmácia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
914	CLAUDIA BARBOZA DA SILVA	941.572.351/34	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1015	CLAUDIA DUARTE ALVES	980.447.381/00	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
873	Claudineia de Souza Dias Siqueira	023.413.351/10	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento

950	CLAUDINEIA FERREIRA DA SILVA CENTA	040.273.909/46	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
408	CLAUDIONE VALVERDE DOS SANTOS	058.592.491/01	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
924	CLEBIO EVANGELISTA DA SILVA	010.302.921/40	Motorista Ambulância	SECRETARIA DE SAÚDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
921	CLEBIO EVANGELISTA DA SILVA	010.302.921/40	Motorista Ambulância	SECRETARIA DE SAÚDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
314	Cleidne Barbosa da Silva	930.967.741/72	PROFESSOR	CULUENE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
328	Clêidne Barbosa da Silva	930.967.741/72	PROFESSOR	CULUENE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
961	cleuzeni Teles de Morais Padilha	545.683.311/53	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1078	CRISTIAN CELSO DE OLIVEIRA	017.919.281/70	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
494	CRISTIANA FERREIRA GUIMARAES	032.764.611/02	Auxiliar em Saúde Bucal	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
294	Cristiane Diolinda Campos	015.577.901/08	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
153	Cristiane Diolinda Campos	015.577.901/08	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
982	Cristiane Gonçalves	012.610.241/41	PROFESSOR	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
830	Cristiane Lazara da Silva	025.108.131/10	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
836	Cristiane Lazara da Silva	025.108.131/10	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
684	Cristiani de Souza Engelmann	048.488.839/03	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
78	cristiania martins da conceição	001.959.051/21	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
88	Cristiania Martins da Conceição	150.314.112/01	ENFERMEIRO	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
280	Cristinubia Pereira Rodrigues	048.709.941/94	Prof. Edc. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
536	daiane aparecida araújo dos santos	025.974.351/80	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
842	Daiane Costa dos Santos	054.506.891/60	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
496	DANIEL LUCAS DOS SANTOS MARQUES	042.816.011/55	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
934	DANIELA BARBOSA DOS SANTOS SILVA	038.566.621/70	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
806	DANIELA DE CASTRO BATISTA	048.064.351/20	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
55	Daniela Fernandes da Rocha	050.705.801/16	Ag. Ser. Limp. Escolar	SECRETARIA DE SAÚDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
510	Danieli de Andrade Rover	719.345.531/15	ENFERMEIRO	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
345	Danieli de Andrade Rover	719.345.531/15	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
1026	Danielle Aquino Fialho	036.757.861/10	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
995	Danielle Aquino Fialho	036.757.861/10	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
4	DANIELLE CRISTINA RIOS DE AMORIM	003.109.651/44	FONOAUDIÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
115	DANIELLY TAVARES FLORES KONZEN	035.457.261/92	Prof. Edc. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
118	DANIELLY TAVARES FLORES KONZEN	035.457.261/92	Prof. Edc. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
593	DANILO GOMES DOS SANTOS	00.963.901/56	Motorista Ambulância	SECRETARIA DE SAÚDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
160	Danubia Simao de Oliveira	046.655.411/84	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
317	danyela martins trindade	047.412.571/85	Prof. Edc. Infantil	GARAPU	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
793	DARCIR GALVÃO DOS SANTOS	545.811.681/0	MOTORISTA ESCOLAR	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
108	DAYANE THAIS PINHEIRO BARATA	022.700.412/40	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
992	dayanne rodrigues de melo	740.900.541/68	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1037	debora khadine zanin tenorio	865.775.811/34	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
662	Débora Mikaelle de Souza Nascimento	049.529.971/54	Prof. Edc. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
138	Deborah Francyelle Soares de Oliveira	022.258.841/10	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
861	DELMA CRISTINA DE SOUZA	032.752.421/99	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
319	desunira pereira de oliveira	002.814.041/94	Técnico de Radiologia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
963	DEUSANILDES PEREIRA DA SILVA	484.633.531/34	Ag. Nutrição Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
671	DEUSANILDES PEREIRA DA SILVA	484.633.531/34	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
602	Dhellayna Lowren Pereira da Silva	057.600.521/52	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
601	Dhellayna Lowren Pereira da Silva	057.600.521/52	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
503	DIANA CARILIA SILVA DE LIMA	895.352.941/72	ODONTÓLOGO	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento

617	Dienyffer Medeiros Gonçalves	022.055.411/02	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
239	Dionalya Alves da Silva	816.109.632/53	PROFESSOR	CULUENE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
538	DIRCENIR PEREIRA DA SILVA	028.992.511/80	PROFESSOR	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
502	DOUGLAS FRAGA DE ANDRADE	044.657.311/67	ENFERMEIRO	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
53	EDILAINE	972.050.011/53	Ag. Ser. Limp. Escolar	VILA CULUENE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
643	EDILEIDE NERY DE ARAUJO	859.734.751/15	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
244	Edilma fonseca gomes	023.744.821/11	Atendente de Farmácia	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
755	EDINA LEITE SAMPAIO MOURA	378.371.921/68	Ag. Nutrição Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
911	Edivaldo José de Araujo	102.991.448/60	Técnico de Enfermagem	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
500	Edivany gomes de lima	010.764.801/60	ENFERMEIRO	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
196	ednalia ferreira lima silva	000.320.981/46	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
962	EDVANIA MAXIMO DA SILVA SANTOS	510.161.251/00	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
912	ELAINE RIBEIRO DA SILVA	001.458.532/41	Atendente de Farmácia	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
918	Elaine Ursula da Silva Prado	046.245.031/71	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
198	Elda Flavia da Silva	903.983.431/87	Prof. Edc. Infantil	MATINHA	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
726	ELEUZA ANTONIA DIAS	503.528.901/00	Ag. Nutrição Escolar	VILA CULUENE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
762	Eliane Ursula da Silva	027.187.721/90	PROFESSOR	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
600	Eliane Ursula da Silva	027.187.721/90	PROFESSOR	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
483	ÉLIDA RODRIGUES DA SILVA	020.062.591/80	ENFERMEIRO	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
388	ELIENE SIQUEIRA ROCHA	013.304.181/66	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
733	ELISÂNGELA CANAL GOLDONI	034.465.639/03	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
475	ELISANGELA SILVA DOURADO	022.762.741/58	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1089	elissa priscylla Moreira feijo	017.337.181/76	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
117	elizangela ferraz barbosa castro	629.879.761/00	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
347	Elizangela Souza de Oliveira Santos	021.301.871/37	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
540	Eloiza Araujo Campos	061.181.761/67	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
334	ELVIRA ALVES GUIMARÃES	570.682.831/87	Ag. Nutrição Escolar	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
506	Erica Cardoso Rodrigues de Souza	853.385.671/72	PROFESSOR	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
707	ernandes coelho guimaraes	046.493.011/14	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
126	ernandes coelho guimaraes	046.493.011/14	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
229	Eudilene Lívia Barbosa Silva	996.550.041/04	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
430	EUKA NAFUKUA	037.926.531/17	Ag. Ser. Limp. Escolar		NÃO FOI PREENCHIDO LOCAL DE TRABALHO NA INSCRIÇÃO
772	EURIVAN RODRIGUES DE OLIVEIRA	025.659.381/79	Ag. Nutrição Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
346	Everton Oliveira Campos	055.661.981/12	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1099	FABIANA MARIA SCHNEIDER NUNES	927.452.292/49	Prof. Edc. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO REALIZADA FORA DO PRAZO
1100	FABIANA MARIA SCHNEIDER NUNES	927.452.292/49	Prof. Edc. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO REALIZADA FORA DO PRAZO
545	FABIANA SOARES BORGES	017.823.741/83	Ag. Ser. Limp. Escolar	SECRETARIA DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
760	Fabíola Ribeiro David Rondon	013.747.761/90	Prof. Edc. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
22	Fabricia Ferreira de Carvalho	937.977.611/04	PROFESSOR	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
1012	Fellipe de Almeida	105.713.856/80	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
683	Fellipe de Almeida	105.713.856/80	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
1071	FERNANDA DE LORENA OCCHI	043.815.951/90	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO REALIZADA FORA DO PRAZO
991	Fernanda De Lorena Occhi	043.815.951/90	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
717	Fernanda De Lorena Occhi	043.815.951/90	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
968	Fernanda De Lorena Occhi	043.815.951/90	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
260	fernanda souza do carmo	021.594.721/58	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
259	fernanda souza do carmo	021.594.721/58	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
107	Franciele de Mello Mendes	003.015.560/67	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
820	Frederico Noan Cintra Fernandes	015.373.991/60	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento

994	Gabriel Ricardo Bezerra	032.800.661/07	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
495	Gabriela Broch Ferreira da Cruz	039.040.711/90	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
929	GEICIMARA FERNANDES LIMA	053.134.291/32	Ag. Nutrição Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
462	gesyca de souza silva	059.369.331/05	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
278	Gildete da Costa Ferreira	055.321.956/17	professor	culuene	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
458	GILSON JOSÉ ROSA	000.835.621/17	MOTORISTA ESCOLAR	VILA SERRA DOURADA	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
670	GISELE SILVA DA CRUZ	035.835.411/03	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
179	gislene machado muniz	000.700.241/62	Prof. Edc. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
552	glaucione urbano pereira	048.249.094/22	PROFESSOR	CULUENE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
651	Gleibiane Ap Fernandes Souza	032.543.731/97	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
653	Gleibiane Ap Fernandes Souza	032.543.731/97	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
672	Gleibiane Ap Fernandes Souza	032.543.731/97	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
340	Gleice Liell	041.372.251/17	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
476	GLEIKY JHONE DA SILVA MAGALHAES	035.962.341/74	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1030	graciele soares guimaraes	012.237.381/24	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
262	GRACIELI SOUSA SILVA	040.497.331/02	Atendente de Farmácia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
154	Gracieli sousa silva	040.497.331/02	Atendente de Farmácia	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
688	GREICY ADRIELLI SOUTHIER	048.558.629/08	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1035	Gustavo Eliaquim Chugues Borges	026.269.981/84	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
1092	HANDREY ROCATTO BOSZCZOWSKI	029.396.251/07	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO REALIZADA FORA DO PRAZO
900	HANDREY ROCATTO BOSZCZOWSKI	029.396.251/07	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
901	HANDREY ROCATTO BOSZCZOWSKI	029.396.251/07	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
178	Hangel Cristina Araujo Mendes	051.859.441/61	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
578	hays fernanda carvalho de miranda	013.392.131/09	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
175	heidi pereira da Silva	043.811.511/27	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
526	Helena Goldoni Feraboli	430.420.079/87	Prof. Edc. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
970	HELLEN CRISTINA FLORENCIO GOMES	056.415.581/09	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1025	HIZA BATISTA DOS SANTOS	046.955.331/62	Técnico de Radiologia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1018	HIZA BATISTA DOS SANTOS	046.955.331/62	Técnico de Radiologia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1017	HIZA BATISTA DOS SANTOS	046.955.331/62	Técnico de Radiologia	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
1061	HOSANA ROCHA CARVALHO DOS SANTOS	011.060.281/12	Ag. Nutrição Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1060	HOSANA ROCHA CARVALHO DOS SANTOS	011.060.281/12	Ag. Nutrição Escolar	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
838	IAMÃ SEIVA DE SOUSA MOTA	147.168.197/10	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
139	Ianas Dantas da Silva	033.270.111/50	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1070	IRACEMA LOPES DOS SANTOS	007.362.531/06	Prof. Edc. Infantil	SERRA DOURADA	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1069	IRACEMA LOPES DOS SANTOS	007.362.531/06	Prof. Edc. Infantil	SERRA DOURADA	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
999	Iris de Souza Dias	037.932.551/90	Prof. Edc. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
166	ISMAEL AQUINO DA SILVA	038.384.011/23	Atendente de Farmácia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
743	ivandete silva de aquino	140.708.238/83	Técnico de Enfermagem	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
61	JAILDA DOS SANTOS GOMES	021.963.811/01	Ag. Nutrição Escolar	Escola Amália V. Toniello	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
577	JAIRO DE JESUS CAETANO DE SOUZA	469.030.462/91	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
255	JAIRO DE JESUS CAETANO DE SOUZA	469.030.462/91	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
1009	JANAINA AGUIAR GARZON	042.688.261/06	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
813	Janayna Serafim Da Silva	756.474.351/49	Auxiliar em Saúde Bucal	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
915	JANVIER SALVADOR OLIVEIRA DA SILVA	047.214.211/92	MOTORISTA ESCOLAR	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
977	Jaqueline Fialho Martins Belmonte	027.570.981/79	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE

1056	Jaqueline Fialho Martins Belmonte	027.570.981/79	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
192	Jaqueline Ribeiro Dos Santos	045.878.161/40	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
854	JARDEL RODRIGUES DE SOUSA	050.676.661/61	MOTORISTA ESCOLAR	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1082	JEAN CRISTINA LOPES AMARAL	011.877.642/08	Ag. Nutrição Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1034	Jean Michel Bringmann da Silva	053.500.891/02	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
19	Jean Victor Brittes	028.299.431/98	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
167	Jenifer Souza de Almeida	004.228.811/80	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
652	Jessica Arruda de Souza Schilling	058.468.561/01	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
201	JESSICA BARAUNA FELIPE	027.929.221/09	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
30	JESSICA CRISTINA SANTOS DE OLIVEIRA	047.264.751/26	Técnico de Radiologia	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
905	JÉSSICA KAREN MATIELLI	046.713.301/80	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
194	Jessica peres	061.014.311/50	Atendente de Farmácia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
471	Jessica Vanessa Kapp	086.591.169/09	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
132	jheni jackeline da silva	007.342.152/90	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
130	jheni jackeline da silva	007.342.152/90	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
808	Jhon weliton arquelino dos santos	703.402.141/47	Atendente de Farmácia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
323	JHONATA LOY PEREIRA MENDES SILVA	017.473.883/86	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
384	JOÃO ANDERSON RODRIGUES BORGES	038.720.731/76	MOTORISTA ESCOLAR	VILA MATINHA	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1081	JOÃO CARLOS NELSON FERNANDES	216.025.571/87	MOTORISTA ESCOLAR	VILA SERRA DOURADA	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1103	João Mauro Lino Bonfim	892.522.501/82	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO REALIZADA FORA DO PRAZO
746	JOÃO RIBEIRO COELHO	268.118.471/15	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
150	Joaquim Rosa Soares Júnior	035.731.871/45	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1008	Joelson Gomes dos Santos	691.295.171/68	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
34	Joerko Campos de Deus	040.136.591/31	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
187	JONATAS CUNHA CASTILHO	037.587.431/33	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
190	JONATHAN NASCIMENTO DE SOUZA	030.783.261/95	MOTORISTA ESCOLAR	VILA SERRA DOURADA	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
360	JONICE VITORIA DE JESUS	016.640.141/28	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
73	jonice vitoria de jesus	016.640.141/28	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
1102	Jordana Arantes Rodrigues Viana	037.749.831/94	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO REALIZADA FORA DO PRAZO
1079	Jordana Arantes Rodrigues Viana	037.749.831/94	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
12	Jordanna soares da silva	040.269.631/01	Ag. Ser. Limp. Escolar	SECRETARIA DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
859	Jorge Henrique dos Santos	318.315.128/66	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
368	Jorge Monteiro Araujo	042.320.761/07	Atendente de Farmácia	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
99	José Henrique Cabral de Souza	038.538.691/57	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
18	JOSE PABLO DIEGO DE CARVALHO CAMPOS	14.846.031/33	Motorista Ambulância	SECRETARIA DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
928	JOSE RICARDO ARAUJO	058.623.421/76	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
927	Jose ricardo araujo	058.623.421/76	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
543	JOSE TAVARES JUNIOR	019.309.511/40	Motorista Ambulância	SECRETARIA DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
681	josiel da silva pereira	042.127.221/00	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
579	Josiel da silva pereira	042.127.221/00	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
59	Josieth Souza Laranjeira	006.086.412/51	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
155	josilene batista de oliveira	024.782.171/39	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
39	Josilene batista de oliveira	024.782.171/39	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
207	Josilene Bueno Silva	033.429.001/56	Téc.em Desenv. Infantil	VILA SERRA DOURADA	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
969	Josué Borges Morais	804.795.881/04	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
797	josy mara clemente	861.966.341/00	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento

254	Joyce Mirelly Bernardes de Assunção	037.388.691/82	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
594	JOYCE MIRELLY BERNARDES DE ASSUNÇÃO	037.388.691/82	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
145	jucielle Souza da Hora	047.802.031/71	Atendente de Farmácia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
135	jucielle Souza da Hora	047.802.031/71	Atendente de Farmácia	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
879	Juliana Aparecida Diniz Braga	027.166.001/55	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
188	Juliana Dorneles	047.767.881/52	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
193	Juliana Dorneles	047.767.881/52	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
586	Juliana Gonçalves Caetano	027.892.501/46	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
776	Juliana Gonçalves de Oliveira	053.508.511/79	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
189	Juliana Gonçalves de Oliveira	053.508.511/79	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
607	JULIANA SPOHR	046.856.171/42	Prof. Edc. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
608	JULIANA SPOHR	046.856.171/42	Prof. Edc. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
933	Juliano stalin Tolotti Almeida	033.096.461/57	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
953	Juliete Moraes da Cunha	045.230.931/05	Técnico de Radiologia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
45	JULIO CESAR MARTINS DE SIQUEIRA	700.514.961/00	PROFESSOR	SERRA DOURADA	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
948	JUSENARA SELENT	043.869.521/60	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
344	Kaatlyn Layla Bueno Da Silva	010.638.101/67	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
981	Kallil Vinicios Santos Teixeira	056.335.061/03	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
983	Kallil Vinicios Santos Teixeira	056.335.061/03	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
618	Kállita Gabriela Alves dos Santos	047.702.411/43	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
783	Karen Ayara Pereira de Araújo	053.120.851/62	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
572	Karina Lima da Silva	032.929.131/95	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
679	KARINE FREITAS NEVES	056.473.861/13	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
584	Kariny Bento de Souza	051.929.951/59	FONOAUDIOLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
581	Kariny Bento de Souza	051.929.951/59	FONOAUDIOLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
582	Kariny Bento de Souza	051.929.951/59	FONOAUDIOLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
583	Kariny Bento de Souza	051.929.951/59	FONOAUDIOLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
206	Karla Patricia Alves	006.281.751/59	Ag. Nutrição Escolar	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
825	karyn mendes da silva	048.935.971/08	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
263	Karyne Souza Vargas	045.811.321/26	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
658	kascia costa dias	017.159.401/05	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
3	Katlen Ariely C soares	030.243.961/79	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
482	Kaualla Moura Da Silva	025.755.751/25	Atendente de Farmácia	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
485	Kaualla Moura Da Silva	025.755.751/25	Atendente de Farmácia	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
846	Kayra Pereira Morais	052.042.281/36	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
300	KEIKY RAYARE	054.557.680/40	Atendente de Farmácia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
451	KEIKY RAYARE ALVES ARAUJO	054.557.680/40	Atendente de Farmácia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
378	KETERY MARTINS DE SOUSA	045.495.001/23	Ag. Ser. Limp. Escolar	VILA MATINHA	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
247	Kethlyn Augusta Carvalho Macedo	048.254.191/19	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
993	Kleberson ivo kleinubing	043.353.811/23	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
621	KUNKUCU BEBETO KUIKURO	051.117.851/40	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
727	Laercio Oprini Miranda	035.130.771/06	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
686	Laercio Oprini Miranda	035.130.771/06	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
414	Laiane Silva Amorim	700.697.521/25	ENFERMEIRO	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
330	laiz almeida silva matos	028.033.151/73	Auxiliar em Saúde Bucal		INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
173	lara Karoline mendes silva bernardes	104.221.326/75	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
730	LARISSA FREITAS MACHADO	006.208.951/01	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
564	LARISSA FREITAS MACHADO	006.208.951/01	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
645	larissa jayne souza dias	029.126.911/76	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento

629	larissa jayne souza dias	029.126.911/76	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
213	Laura De Souza Brilhante	082.003.541/64	Atendente de Farmácia	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
839	Laura De souza Brilhante	083.003.541/64	Atendente de Farmácia	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
13	Lavinia Clarisse dos Santos	061.335.011/11	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
226	Lavinia Clarisse dos Santos	061.335.011/11	Téc.em Desenv. Infantil	VILA CULUENE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
1067	layane campos de meira mendes	067.580.431/00	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
33	Lediane vale borges	039.075.001/80	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
208	Leila Cristina Flores	006.151.641/45	Prof. Edc. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
497	leila de oliveira	881.624.781/91	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
363	lelivia p. silva	031.356.001/30	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
725	Lethicia Tesseroli	069.637.849/96	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
202	lheidyane rodrigues da silva	025.600.041/78	Técnico de Radiologia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
537	Lívia Maria Brito Silva Buriol	024.785.461/16	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
382	Livio da silva santos	938.368.051/20	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
469	LORENA KELLEN ALVES DOS SANTOS	038.515.581/62	ENFERMEIRO	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
493	LOSIVAN TEIXEIRA DE SOUZA	018.909.651/97	MOTORISTA ESCOLAR	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
438	Luana Cristina dos Santos	026.208.561/59	Técnico de Radiologia	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
131	luana Galvão ottobeli	056.329.151/66	Atendente de Farmácia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
97	Luana Galvão Ottobeli	056.329.151/66	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
24	Luana Mendonça da costa	034.274.881/52	Ag. Nutrição Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
23	Luana Mendonça da costa	034.274.881/52	Ag. Nutrição Escolar	VILA CULUENE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
724	LUANA SILVA ALVES	043.326.411/08	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
722	LUANA SILVA ALVES	043.326.411/08	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
100	Lucas Gomes Basilio Becker	074.024.509/02	Atendente de Farmácia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
221	LUCIELLE LIRIO NONNENMACHER	017.075.381/66	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
938	LUCIENE FERREIRA DO NASCIMENTO	010.084.371/90	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
937	LUCIENE FERREIRA DO NASCIMENTO	010.084.371/90	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
62	LUCILDA SALETE SCHONHOLZER	571.155.081/00	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
666	lucimeiri ribeiro de souza	958.193.631/91	Prof. Edc. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
763	LUCINEIDE QUEIROZ DA SILVA	263.035.558/61	Ag. Nutrição Escolar		NÃO FOI PREENCHIDO LOCAL DE TRABALHO NA INSCRIÇÃO
1024	Lucivania Souza de Oliveira	141.323.112/01	Atendente de Farmácia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
946	LUDMILA MATEUS FERREIRA	042.631.851/02	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
509	LUDMILA MATEUS FERREIRA	042.631.851/02	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
43	Ludmilla Alves de Oliveira	033.960.811/02	Atendente de Farmácia	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
63	ludmilla alves de oliveira	033.960.811/02	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
46	Ludmilla Alves de Oliveira	033.960.811/02	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
49	Ludmilla Alves de Oliveira 01q	033.960.811/02	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
875	LUIZ CARLOS PAVAN	514.725.461/72	MOTORISTA ESCOLAR	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
863	lusia brasilina de miranda	327.004.741/04	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
736	LUZIANA FERREIRA DOS SANTOS	050.706.531/05	Ag. Nutrição Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
518	Luzinete Cândido Barbosa	910.250.601/72	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
116	Luzinete Cândido Barbosa	910.250.601/72	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
200	Maiara fernandes dos santos	030.645.041/00	Ag. Nutrição Escolar	VILA CULUENE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
427	MAIKON GONÇALVES DE OLIVEIRA	047.264.731/82	ENFERMEIRO	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
531	MANOELA CATARINA PEREIRA SILVA	092.710.226/96	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento

250	Marcella Ferreira da Silva	021.265.451/99	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1084	Márcia Regina da Silva	312.862.348/16	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
1086	Márcia Regina da Silva	312.862.348/16	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1085	Márcia Regina da Silva	312.862.348/16	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
523	Marciane Loiri Schenkel Locatelli	041.786.769/70	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
459	MARCOS ADÃO MARTINS	845.945.511/49	MOTORISTA ESCOLAR	VILA CULUENE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
1083	MARCOS HENRIQUE DA SILVA	256.893.078/07	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
801	MARGARETE LUCIA EMMERTT SOARES	888.954.321/34	Ag. Nutrição Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
104	margareth eneth silva costa	513.948.801/97	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1074	MARIA AUXILIADORA CASTRO SILVA	495.637.501/87	Ag. Nutrição Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
37	Maria Conceição Barbosa	970.848.081/91	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
36	Maria Conceição Barbosa	970.848.081/91	Ag. Ser. Limp. Escolar	VILA SERRA DOURADA	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
35	Maria Conceição Barbosa	970.848.081/91	Ag. Ser. Limp. Escolar	VILA SERRA DOURADA	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
380	MARIA DA ANUNCIAÇÃO DA SILVA	030.625.811/07	Ag. Ser. Limp. Escolar	VILA MATINHA	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
38	maria de lourdes sousa morais schwendler	461.051.821/04	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
58	Maria Divina Balbina Cabral	789.838.941/72	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1043	maria do carmo egues verdecio	815.932.521/53	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
491	MARIA ELINALVA VIEIRA RODRIGUES	002.040.542/14	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1006	Maria Jaciara Dos Santos Soares	126.647.734/96	Auxiliar em Saúde Bucal	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
216	Maria José dos Santos Ceretta	474.473.706/49	PROFESSOR	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
142	Maria José dos Santos Ceretta	474.473.706/49	PROFESSOR	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
56	MARIA JOSE MENDES	391.434.651/53	Prof. Edc. Infantil	MATINHA	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
8	MARIA JOSE MENDES	391.434.651/53	Prof. Edc. Infantil	MATINHA	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
124	Maria Regina de Souza Santos	726.817.132/34	Prof. Edc. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
171	Maria Salete de Lima Andrade	359.831.401/91	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
170	Maria Salete de Lima Andrade	359.831.401/91	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
580	MARIA SELMA ALMEIDA DO NASCIMENTO	995.976.911/91	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
850	Maria Teodora Pinheiro de Sousa	145.440.832/49	PROFESSOR	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
311	Mariana Alves de Oliveira	002.628.241/08	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
932	Mariana Braga	040.126.261/83	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
163	mariana isabel feitoza de França	043.902.901/50	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
164	mariana isabel feitoza de França	043.902.901/50	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
626	mariana isabel feitoza de França	043.902.901/50	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
306	MARIANNA MOURÃO BAPTISTA	035.715.041/43	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
547	MÁRICA SCHMITZ	594.597.661/68	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
227	Marielly Morllane Alves Alencar Abreu	066.310.381/97	Atendente de Farmácia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
336	Marilete Vieira de Menezes	015.030.711/03	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
807	MARILIA ALENCAR DA SILVA	836.773.212/04	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
268	MARILIA JUNQUEIRA ALVES	083.203.436/31	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1028	marilia lenir marafon	902.155.750/91	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
698	Márilsi das Dores Queiróz	000.777.331/50	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
569	MARINALVA ALVES BARBOSA	012.132.911/94	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
522	MARISA PORTELA	514.684.760/68	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
521	MARISA PORTELA	514.684.760/68	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
398	markelly marques da silva	938.368.051/20	PROFESSOR	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
693	Marlei Cristina Gemmer	941.681.641/87	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1093	Milena Carla Correia Pinheiro	034.257.152/40	Atendente de Farmácia	SEDE	INSCRIÇÃO REALIZADA FORA DO PRAZO

1094	Milena Carla Correia Pinheiro	034.257.152/40	Atendente de Farmácia	SEDE	INSCRIÇÃO REALIZADA FORA DO PRAZO
598	Miriã Silva Brito	724.256.101/97	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
599	Miriã Silva Brito	724.256.101/97	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
455	mizael soares de souza	042.152.761/79	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
444	mizael soares de souza	042.152.761/79	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
454	mizael soares de souza	042.152.761/79	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
769	Monique oliveira côrtes	024.717.585/41	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
568	MRINALVA ALVES BARBOSA	012.132.911/94	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
613	Nadine berte ceron pereira	016.299.121/36	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
674	Nadine berte ceron pereira	016.229.121/36	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
412	NADIR DE FATIMA MONTEIRO	027.702.501/08	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
303	NAIARA APARECIDA TONETTO	032.770.551/59	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
555	Natália Lopes Munaro	060.533.291/69	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
940	Nathalia Sales de Carvalho	057.327.501/77	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
941	Nathalia Sales de Carvalho	057.327.501/77	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
939	Nathalia Sales de Carvalho 78	057.327.501/77	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
792	Nathane Ferreira Chaves	020.385.421/71	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
734	Nayara Abrantes Borges	028.339.291/61	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
642	NAYARA FERREIRA NASCIMENTO	702.382.681/89	Ag. Nutrição Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
137	Nayara Silva Oliveira	020.732.331/39	Ag. Ser. Limp. Escolar	VILA SERRA DOURADA	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
624	Nicole Cristiane Rosseto	039.388.121/09	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
113	NILCE INACIO DA SILVA	474.542.101/04	Ag. Ser. Limp. Escolar	SECRETARIA DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
719	NIVALDA PEREIRA DA SILVA	000.520.951/00	Ag. Ser. Limp. Escolar	VILA SERRA DOURADA	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
732	NIVALDA PEREIRA DA SILVA	000.520.951/00	Ag. Ser. Limp. Escolar	VILA SERRA DOURADA	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
841	NIVALDO XAVIER DE OLIVEIRA CRUZ	514.232.001/87	Motorista Ambulância	SECRETARIA DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
460	nubia caitano de jesus	015.069.621/30	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
546	Núbia da Silva Pereira	025.772.521/02	Téc.em Desenv. Infantil	VILA SERRA DOURADA	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
575	NUBIA DE FATIMA RIBEIRO MAGALHAES	779.208.051/04	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
127	Núbia De Paula Thiesen	018.686.191/50	Téc.em Desenv. Infantil	VILA CULUENE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
823	Pâmela Andrade Oliveira	043.541.101/21	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
614	Paolla Zambenedetti dos Santos	051.144.581/40	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
611	Paolla Zambenedetti dos Santos	051.144.581/40	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
442	Paolla Zambenedetti dos Santos	051.144.581/40	FISIOTERAPEUTA	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
898	PATRICIA CASTRO MARQUES	046.299.791/07	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
786	patricia cristiane carvalho	000.552.341/94	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
779	Patrícia de castro marques	046.299.791/07	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
796	PATRICIA DE OLIVEIRA	021.883.281/83	Ag. Nutrição Escolar	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
156	Patricia Eidt	032.531.331/84	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
157	Patricia Eidt	032.531.331/84	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
67	PAULIANA DA SILVA VIEIRA	079.759.994/07	Ag. Ser. Limp. Escolar	SECRETARIA DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
65	PAULIANA DA SILVA VIEIRA	079.759.994/07	Ag. Ser. Limp. Escolar	SECRETARIA DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
529	PEDRO DA ROCHA SILVA	638.545.112/72	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
267	Poliane Pinheiro da silva í	054.807.931/52	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
371	Poliany da Silva Merlo Arbués	021.409.081/71	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
964	POLLYANA MARTINS DA MATA	013.035.641/73	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
121	POLYANA CAROLINY LINO DE AGUERO	061.517.561/93	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento

729	PRICILA DAIANA CORDEIRO DE JESUS	074.891.611/03	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
745	PRICILA DAIANA CORDEIRO DE JESUS	074.894.611/03	Técnico de Enfermagem	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
143	Priscila Ferreira Silva	015.686.131/30	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
326	RAFAEL ARBUES PEREIRA SILVA	051.829.761/60	Motorista Ambulância	SECRETARIA DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
1059	Rafael de Paula Bispo	030.421.191/57	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
149	RAFAEL HENRIQUE DE ARRUDA BOTELHO	048.999.771/66	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
365	Raianni Mendes neres	042.478.471/80	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
223	RAIANY AGUIAR CONCEICAO	051.082.871/00	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1101	Ranniely Fernandes Adorno	036.948.111/92	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO REALIZADA FORA DO PRAZO
1106	Ranniely Fernandes Adorno	036.948.111/92	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO REALIZADA FORA DO PRAZO
975	Ranniely Fernandes Adorno	036.948.111/92	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
974	Ranniely Fernandes Adorno	036.948.111/92	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
691	Raphael Medardo Copelli Fava	157.643.177/03	Auxiliar em Saúde Bucal	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
689	Raquel de Carvalho Santos Côrtes	035.301.071/58	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
592	RAQUEL RIBEIRO SANTIAGO	035.343.681/00	Prof. Edc. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
756	RARIKELMA LUSLENE RODRIGUES MIRANDA	050.853.191/84	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
302	RAYLLANE CAVALCANTE FONSECA	026.289.031/30	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1027	Regiane Peixoto dos Reis	011.501.081/50	Atendente de Farmácia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1088	Regina Jose Alves	990.201.651/00	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO REALIZADA FORA DO PRAZO
714	RENATE LANGHORST	023.497.911/90	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
659	RENATE LANGHORST	023.497.911/90	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
339	RENATO SOUZA SANTOS	989.151.932/53	Atendente de Farmácia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
943	Ricardo Teixeira Soares	034.253.741/50	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
457	Ricardo Teixeira Soares	034.253.741/50	ENFERMEIRO	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
1091	RITA CAROLLINE MOREIRA CARBONATO	045.181.071/60	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO REALIZADA FORA DO PRAZO
224	ROBERTA WALKER BORGES	034.198.111/79	Técnico de Enfermagem	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
183	Rodrigo silva rios	041.034.581/43	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
291	Ronis sousa almeida	000.081.491/19	Técnico de Radiologia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
220	ROOSEVELT HONAN LO-YANG DELANO PIMENTEL	010.313.381/01	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
225	Rosana Carneiro Benati	571.239.931/87	PROFESSOR	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
1044	rosilene silva dos santos	016.128.031/56	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
1045	rosilene silva dos santos	016.128.031/56	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
817	Rosimeire Alves Dias	002.195.641/60	Técnico de Enfermagem	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
1095	Rosimeire Rosenda Sanches	623.031.201/87	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
972	SABRINA APARECCIDA TELMAN	083.912.159/89	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
985	SANDRA CRISTINA DE SOUZA	016.360.581/59	Ag. Nutrição Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
269	Sandra da rocha jorge de paulo	734.494.151/15	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
570	SANDRA DE CASTRO DOS SANTOS	987.473.981/91	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1001	SANDRA FONSECA VIEIRA	700.459.821/71	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
50	Sandryelly Schindler dos Santos Soler	050.558.711/48	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
44	Sandryelly Schindler dos Santos Soler	050.558.711/48	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
1090	SARA DE CASTRO	916.017.971/68 Atendente de Farmácia	Atendente de Farmácia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
21	Sara Pereira Santos	019.403.702/99	Ag. Nutrição Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
176	Savio Rodrigues	047.203.281/05	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
881	Selma Augusto Candido Oguido	474.537.881/53	Atendente de Farmácia	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
1005	SERGIO FERNANDES DA SILVA	007.573.621/76	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
70	Shaieny roberto Schwartz	060.824.391/47	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE

75	Shaieny roberto Schwartz	060.824.391/47	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
93	Shaieny roberto Schwartz	060.824.391/47	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
699	Sidinei Araujo de Souza Junior	052.719.371/27	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
700	Sidinei Araujo de Souza Junior	052.719.371/27	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
701	Sidinei Araujo de Souza Junior	052.719.371/27	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
702	Sidinei Araujo de Souza Junior	052.719.371/27	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
703	Sidinei Araujo de Souza Junior	052.719.371/27	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
704	Sidinei Araujo de Souza Junior	052.719.371/27	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
705	Sidinei Araujo de Souza Junior	052.719.371/27	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
381	silvana aparecida da silva farias de França	545.027.481/53	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
404	SIMONE BARBOSA DE OLIVEIRA	021.511.841/37	Ag. Nutrição Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
416	SIMONE BARBOSA DE OLIVEIRA	021.511.841/37	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
136	SIMONE BELIZARIO DE SOUZA	022.397.531/10	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
535	Simone goldoni Corbari	010.105.541/23	PROFESSOR	GARAPU	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
695	simonia santana guimarães	004.629.891/60	PROFESSOR	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
119	sirlene dos santos pereira	815.347.365/49	Técnico de Enfermagem	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
162	SOLANGE STAGEMEIER DA SILVEIRA	632.404.591/91	PROFESSOR	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
610	Sonellaine de Carvalho	617.713.411/49	PROFESSOR	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
926	SONIA FERNANDES DA SILVA	865.897.171/68	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
930	SONIA FERNANDES DA SILVA	865.897.171/68	Ag. Ser. Limp. Escolar	SECRETARIA DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
504	Stefania da Silva Amorim	043.129.031/82	Atendente de Farmácia	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
834	Stefania da Silva Amorim Dias	043.129.031/82	Atendente de Farmácia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
604	Stefania da Silva Amorim Dias	043.129.031/82	Atendente de Farmácia	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
1058	suellen yumi inoue	054.722.901/12	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
161	SUELY DOS SANTOS	758.887.501/15	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1072	Synthia Rdrigues Silva	050.143.781/96	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
5	Synthia Rodrigues Silva	050.143.781/96	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
264	synthia Rodrigues Silva	050.143.781/96	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
799	Taciane Rodrigues de Oliveira	066.578.081/86	Atendente de Farmácia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
951	TAILA DIENE DA SILVA FIDELIS	046.299.951/37	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
432	Tainara Gonçalves Schmitz de Oliveira	044.110.091/02	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
433	Tainara Gonçalves Schmitz de Oliveira	044.110.091/02	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
434	Tainara Gonçalves Schmitz de Oliveira	044.110.091/02	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
436	Tainara Gonçalves Schmitz de Oliveira	044.110.091/02	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
435	Tainara Gonçalves Schmitz de Oliveira	044.110.091/02	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
20	Tais Franciele Molina Bastos	412.935.568/66	Téc.em Desenv. Infantil	VILA MATINHA	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
690	Talita Dias de Araujo	035.490.881/33	Técnico de Radiologia	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
342	Talita Dias de Araújo	035.490.881/33	Técnico de Radiologia	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
829	Tamyris Souza Barbosa	036.109.881/26	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
640	Tamyris Souza Barbosa	036.109.881/26	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
325	Tatiane Cristina Ferreira da Silva	050.466.591/07	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
738	TATIANE DE OLIVEIRA SILVA	036.719.381/70	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
275	Tatieli da Silva Santos Mensch	049.716.181/80	fisioterapeuta	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
209	tatyane spindola rodrigues da silva	006.572.411/99	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE

123	TAYNA MENDES DA SILVA	043.869.251/98	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
76	Taynara aparecida de Lima	457.435.198/54	Téc.em Desenv. Infantil	VILA CULUENE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
68	Thais Alves da Cunha	404.188.628/77	Téc.em Desenv. Infantil	VILA CULUENE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
72	Thais Alves da Cunha	404.188.628/77	Téc.em Desenv. Infantil	VILA CULUENE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
79	Thais Alves da Cunha	404.188.628/77	Téc.em Desenv. Infantil	VILA CULUENE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
29	THAIS DE SALES BRITO	056.585.401/19	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
718	THAIS PATRICIA MENDES REZENDE	050.936.331/86	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1105	Thaísa Demari Bonfim	029.007.479/70	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO REALIZADA FORA DO PRAZO
205	Thales Silva Borges	055.212.441/90	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
956	Thálita Fernanda Pereira Oliveira Baldin	806.574.272/68	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
822	THALLYTA RAYANNE PEIXOTO DA SILVA	043.969.411/61	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
811	THALLYTA RAYANNE PEIXOTO DA SILVA	043.969.411/61	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
827	thalyta heloisa souza aquino	043.562.071/14	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
565	thalyta heloisa souza aquino	043.562.071/14	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
358	Thamara Cardoso Lemes	046.030.411/95	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
276	Tharinny Sousa Lima	046.793.491/66	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
867	TULIO ALVES DA SILVA	058.001.911/07	MOTORISTA ESCOLAR	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
735	Ubaldo Borges de Souza Neto	758.061.001/97	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
249	Vagner Miranda Da Silveira Silva	103.161.146/00	ODONTÓLOGO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
805	VALDENIR FERREIRA ROCHA DE SOUZA	970.981.161/49	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
447	VALDETE FRIES	025.207.151/44	PROFESSOR	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
585	valquiria do Espirito Santo Lima	045.368.151/47	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
446	Vanderlan da Silva Oliveira	923.709.181/87	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
443	Vanderlan da Silva Oliveira	923.709.181/87	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
445	Vanderlan da Silva Oliveira	923.709.181/87	Téc. Admin. Educacional	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
925	VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA	809.667.721/72	Motorista Ambulância	SECRETARIA DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
343	vanessa procopia da hora	048.444.601/02	Auxiliar em Saúde Bucal	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
60	Vanessa procopia da hora	048.444.601/02	Auxiliar em Saúde Bucal	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
114	Vanessa procopia da hora	048.444.601/02	Auxiliar em Saúde Bucal	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
944	VANESSA SOARES RIBEIRO	054.901.211/73	Téc. Admin. Educacional	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
25	VÂNIA LUCIA BORGES	000.075.091/38	PROFESSOR	MATINHA	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
26	vanisse LUCIA BORGES	967.009.391/00	Téc.em Desenv. Infantil	VILA MATINHA	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
15	Vanisse Lúcia Borges	967.009.391/00	Téc.em Desenv. Infantil	VILA MATINHA	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
74	vanusa carmo	022.511.101/27	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
310	vanusa carmo	022.511.101/27	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
833	VELCI DE CASTRO MELO	276.073.990/20	MOTORISTA ESCOLAR	VILA GARAPU	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
857	VELCI DE CASTRO MELO	276.073.990/20	MOTORISTA ESCOLAR	VILA GARAPU	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
1033	Veraldo de Moura dias	043.186.881/60	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
165	Veraldo de Moura dias	043.186.881/60	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
248	veronica Nunes Almeida	008.816.491/80	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
439	Victor Hugo da Luz Silva	018.305.781/38	Técnico de Radiologia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
431	VIVIANI PREHL RODRIGUES	047.771.101/41	FISIOTERAPEUTA	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
109	walia silva alves	052.522.821/70	Ag. Ser. Limp. Escolar	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
111	walia silva alves	052.522.821/70	Atendente de Farmácia	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
1098	wallida silva santos	045.083.111/64	Técnico de Enfermagem	SEDE	INSCRIÇÃO REALIZADA FORA DO PRAZO
257	Wallita fernanda Costa Mendes	033.084.341/99	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento

385	WALTER DE QUEIROZ RODRIGUES	016.138.881/71	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
383	WALTER DE QUEIROZ RODRIGUES	016.138.881/71	FISIOTERAPEUTA	SEC DE SAUDE	INSCRIÇÃO EM DUPLICIDADE
525	Werik Antonio da Silva	050.790.371/48	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
874	Whattina R. P. Silvestro	022.766.761/16	ENFERMEIRO	SEC DE SAUDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento
361	ZULMARA MARCHIORI DE SOUZA	911.107.501/53	Téc.em Desenv. Infantil	SEDE	Não Pagamento / ou não comprovação de pagamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

EXTRATO DO DISTRATO AMIGAVEL DO CONTRATO N.º 051/2017

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL FISIOTERAPEUTA N.º 51/2017

Contratada: **FRANCIELI VANESSA DOS REIS MARCANTONIO** inscrita no **CPF/MF Nº 216.937.018-64**, Fisioterapia sob o n.º **CREFITO-9/99919-F**

Objeto: Contratação de Profissional com formação na área de Fisoterapia para Atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso;

Motivo: Rescisão de contrato amigável; Vigência: 26.04.2017 a 31.12. 2017;

Distrato em: 01.12.2017

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 078/2017

CONTRATO N°: **078/2017**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):**FERREIRA ET RODRIGUES ADVOGADOS ASSOCIADOS** inscrita no CNPJ sob o nº. 07.619.948/0001-79

OBJETO:**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA RECUPERAÇÃO DE RECEITAS DE ISS INCIDENTE SOBRE OBRAS DE INFRAESTRUTURA**

VALOR: **R$ 100.000,00 (Cem mil reais)**

VIGÊNCIA: 10.11.2017 a 10.11.2018

FORMA DE PAGAMENTO: Através de NF

DATA DE ASSINATURA: 10.11.2017

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP N.º 060/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro torna público que fará licitação **PREGÃO PRESENCIAL n.º 60/2017**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE,** objetivando **Contratação de Profissionais através de MEI – Micro Empreendedor Individual, com formação em nível superior para prestação de serviços como Enfermeiro (cuidador de idosos e enfermos) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde Castanheira - MT.** Com sessão no dia 15/12/2017 às 10:00 horas. Maiores informações pelo fone 66 3581 1521, pelo e-mail:prefeituracastanheira@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br

Castanheira - MT, **05** de **Dezembro** de **2017**.

WILSON VIEIRA

Pregoeiro

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP N.º 059/2017

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro torna público que fará licitação **PREGÃO PRESENCIAL n.º 59/2017**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE,** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS MÉDICO ATRAVÉS DE EMPRESA PARA ATENDIMENTO NOS PSFs: (URBANO, RURAL E VALE DO SERINGAL) PERÍCIAS MÉDICAS/MÊS E PLANTÕES NOTURNOS E DE FINAIS DE SEMANA NO PA**para atender a necessidade da Secretaria de Saúde do Município de Castanheira - M**T**. Com sessão no dia 15 /12/ 2017 às 07:00 horas. Maiores informações pelo fone 66 3581 1521, pelo e-mail:prefeituracastanheira@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br

Castanheira - MT, **05**de **Dezembro** de **2017**.

WILSON VIEIRA

Pregoeiro

EXTRATO DO DISTRATO AMIGAVEL DO CONTRATO N.º 064/2017

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DOCONTRATO ADMINISTRATIVO DE PROFISSIONAL DE NIVEL SUPERIOR ODONTOLOGO N.º 064. -2017

Contratada: **FRANCIELLI FERREIRA DE OLIVEIRA** portadora do **CPF/MF N.º 009.999.171-37** odontologa inscrita no **CRO-MT CD 6635**

Objeto: **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIORI ODONTOLOGA**

Motivo: Rescisão de contrato amigável; Vigência: 20.07.2017 a 31.12. 2017;

Distrato em: 01.12.2017

EXTRATO DO DISTRATO AMIGAVEL DO CONTRATO N.º 020/2017

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DOCONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEI MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - PSICÓLOGO - ATIVIDADE DE FORNECIMENTO DE INFRAESTRUTURA DE APOIO E ASSISTÊNCIA A PACIENTE NO DOMICILIO N.º 020.-2017

Contratada:**ROSICLEIA GABARDO NENEVE 57120960130** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 27.143.400/0001-02 e no Conselho Regional de Psicologia da 18ª Região n.º CRP – 18/02788**

Objeto: **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEI - MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - PSICÓLOGO - ATIVIDADE DE FORNECIMENTO DE INFRAESTRUTURA DE APOIO E ASSISTÊNCIA A PACIENTE NO DOMICILIO**

Motivo: Rescisão de contrato amigável; Vigência: 09.03.2017 a 31.12. 2017;

Distrato em: 01.12.2017

EXTRATO DO DISTRATO AMIGAVEL DO CONTRATO N.º 019/2017

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEI MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - EDUCADOR FÍSICO – PERSONAL TREINERn.º 19/2017

Contratada: **CARLA KERSCHNER 01309748110** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 27.178.833/0001-01** inscrita no **CREF -11 sob o n.º 002126-G/MT**

Objeto: **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEI MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - EDUCADOR FÍSICO – PERSONAL TREINER**

Motivo: Rescisão de contrato amigável; Vigência: 09.03.2017 a 31.12. 2017;

Distrato em: 01.12.2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 10/2017 AO EDITAL Nº 02/2015 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

O Prefeito do Município de Colíder - MT, Sr. **NOBORU TOMIYOSHI**, através da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público, nomeada pelo Decreto 072 /2015, de 20 de agosto de 2015, torna público o edital Complementar do Edital do Processo Seletivo Público 02/2015.

Art. 1º - Ficam **Convocados os aprovados** do Processo Seletivo Público nº. 02/2015, os candidatos abaixo relacionados, que deverão comparecer na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, situada na Avenida Dauri Riva nº. 211, Setor Norte, Centro, durante o **período de 05 de Dezembro a 29 de Dezembro de 2017,** no horário das 7:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas, munidos dos seguintes documentos originais e **três cópias** legíveis, na ordem que se pede que serão retidas.

-Certificado, de conclusão de curso do Ensino Fundamental;

-Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral-TSE;

-Titulo de Eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

-Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

-Carteira de Identidade;

-Cadastro de Pessoa Física - CPF;

-Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável;

-Carteira de Trabalho;

-Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

-CNIS (retirado no INSS);

-Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

-Cadastro de Pessoa Física – CPF dos Pais;

-Comprovante de residência, (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo);

-Conta corrente (**Banco Bradesco**);

-Carteira Nacional de Habilitação;

-Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

Originais:

-03 fotos 3x4 atual e colorida;

-Carteira de Trabalho;

-Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

-Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

-Atestado de Sanidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

-Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

-Declaração de Bens;

-Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

Art. 2º - O provimento do candidato no emprego fica condicionado à apresentação de todos os documentos comprobatórios dos requisitos relacionados acima. A posse será realizada no dia **02 de Janeiro de 2018**.

Art. 3º - O não pronunciamento do candidato aprovado no prazo estabelecido para esse fim facultará ao Poder executivo a convocação dos candidatos seguintes, perdendo o mesmo o direito de investidura no emprego ao qual se habilitou.

Cargo : 002 - Agente Comunitário De Saúde - (PSF – Bom Jesus)

Inscrição	Nome	Classificação	Situação
0129	JAYNE APARECIDA DE LIMA SILVA	08ª	**CONVOCADA**
0261	FABIANA FERREIRA LIMA	09ª	**CONVOCADA**
0120	DAYANE DIAS PEREIRA	10ª	**CONVOCADA**

Cargo : 004 - Agente Comunitário De Saúde - (PSF – Nova Galiléia)

Inscrição	Nome	Classificação	Situação
0183	LUZIA RODRIGUES DA SILVA	14º	**CONVOCADA**

Cargo : 006 - Agente de Combate as Endemias

Inscrição	Nome	Classificação	Situação
0201	AIRTON DE CARVALHO	47º	**CONVOCADO**
0224	DENIS NICSSON RODON	48º	**CONVOCADO**

Cargo : 001 - Agente Comunitário De Saúde - (PACS II)

Inscrição	Nome	Classificação	Situação
0229	DAIANE REGINA DE OLIVEIRA	04ª	**CONVOCADA**

Colíder /MT, 04 de Dezembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI EDRIANE CÁSSIA CARBONERA

Prefeito Municipal Secretária da Comissão

Colíder/MT Processo Seletivo Público nº 02/2015

DEPARTAMENTO DE PROJETOS PORTARIA 993/2017 DISPÕE SOB A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO TERMO DE PARCERIA REFERENTE AO CONCURSO DE PROJETOS 001/2014 E OUTRAS

DISPÕE SOB A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO TERMO DE PARCERIA REFERENTE AO CONCURSO DE PROJETOS 001/2014 E OUTRAS PROVIDÊNCIAS, CONSTANTES NA PORTARIA 488/2015.

NOBORU TOMIYOSHI, Prefeito municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação de competência da Lei Orgânica do município,

RESOLVE:

Art. 1° - Substituir o Presidente: **JOÃO BATISTA DOS SANTOS** POR **RAFAEL BOSCO DE OLIVEIRA.**

Substituir Membro da Prefeitura: **EDRIANE CASSIA CARBONERA** POR **SUELI APARECIDA DE ALMEIDA PINTO.**

Substituir Representante da Sociedade Civil :**PAULO JESUEL DE SOUSA** POR **ODILCE PILONETO.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder, em 01 de Dezembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHIVANDERLEI APARECIDO BORGES DA SILVA

Prefeito Municipal de Colíder-MTSecretário Municipal de Planejamento,

Fazenda e Administração

EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2017

O Prefeito Municipal de Colíder/MT, juntamente com o Presidente da Comissão Organizadora do **Processo Seletivo Simplificado N º 001/2017, nomeado através da Portaria nº.** 920/2017**,** faz saber aos interessados que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado de Provas e Títulos, em conformidade com o Artigo 37 inciso IX da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, e das seguintes leis municipais **Lei n° 2408/10 e alterações, Lei nº 2118/08 e alterações PCSS, Lei nº 2767/2014, Lei nº. 2876/16 e alterações, Lei nº 2960/2017 e Lei nº 2959/2017** divulga e estabelece normas específicas para a abertura das inscrições e para a realização de Processo Seletivo Simplificado destinado a selecionar candidatos para provimento de vagas da Estrutura Administrativa a qual destina-se ao recrutamento e seleção de candidatos aos cargos descritos, mediante as condições estabelecidas neste edital, por prazo determinado.

DAS INSCRIÇÕES

- As inscrições ficarão abertas entre às **09 horas do dia 04 de dezembro até às 23 horas e 59 minutos do dia 17 de dezembro de 2017, através do endereço eletrônicowww.klcconcursos.com.br**. **(horário de Brasília).**

O valor da taxa de inscrição será de R$ 30,00 (trinta) reais para os candidatos com Ensino Médio e de R$ 50,00 (cinquenta) reais para o Ensino Superior.

- O vencimento do pagamento das inscrições, para ter sua validade, será até o dia **18/12/2017.**

- Somente será admitida uma inscrição única por candidato.

– O candidato poderá obter informações referentes ao Processo Seletivo Simplificado no endereço eletrônico www.klcconcursos.com.br **ou**http://www.colider.mt.gov.br, ou junto a Secretaria Municipal de Educação e a comissão organizadora;

– Antes do ato de inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse no cargo.

– Haverá isenção da taxa de inscrição, conforme descrição e detalhamento no item 4 (quatro)deste edital.

– Os candidatos portadores de deficiência, após a realização da sua inscrição, deverão encaminhar via email – klcconsultoria@gmail.com - o laudo médico de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, nos termos do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**,** tendo como prazo máximo para envio **o dia 18 de dezembro de 2017**.

– A data de emissão do laudo não poderá ser superior a noventa (90) dias da data de publicação deste edital.

- O candidato ou o seu procurador são responsáveis pelas informações prestadas na ficha de inscrição, arcando o candidato com as consequências de eventuais erros, fraudes e/ou omissões, bem como pela apresentação de documentos fora dos prazos e critérios estabelecidos por este edital.

– Serão indeferidas as inscrições que não atenderem as exigências impostas por este edital.

– Será divulgado no dia **21 de dezembro de 2017 a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas, assim como o local de realização das provas. A relação será afixada em Edital** no mural da Secretaria de Educação e da Prefeitura Municipal Colíder - MT, e disponibilizada no site da empresa responsável pela organização do Concurso Público **www.klcconcursos.com.br,** bem como**,** no órgão Oficial de Imprensa do Município e no site **http://www.colider.mt.gov.br**.

- É de responsabilidade do candidato o acesso e verificação dos locais de prova.

DA PROVA OBJETIVA

– A prova objetiva será realizada no dia **14 de janeiro de 2018** em local a ser definido e publicado junto ao edital de homologação das inscrições, previsto para o dia 21 de dezembro de 2017.

– A prova será realizada no período matutino. Os candidatos deverão comparecer ao local das provas às 07h30min, do dia marcado, pois os portões permanecerão abertos somente até às 08h00min, após esse horário e o efetivo inicio das provas não será permitido, em hipótese alguma, o acesso de candidatos à sala de provas.

– A prova escrita terá a duração improrrogável de 3 horas, avaliada na escala de 0 (zero) a 8,0 (oito) pontos e será considerado classificado o candidato que, não zerar na prova de conhecimento específico;

– O candidato deverá comparecer ao local da prova munido da ficha de inscrição, caneta esferográfica azul ou preta, sendo imprescindível a apresentação de documento oficial de identificação com fotografia para ingresso na sala de provas;

– Será excluído do Processo Seletivo Simplificado, por ato da Comissão Organizadora, o candidato que cometer qualquer irregularidade constante do item 6.2.10, deste edital.

– Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do CARTÃO DE RESPOSTAS, que será o único documento válido para efeito de correção da prova.

– Não serão computadas as questões não assinaladas, assinaladas a lápis, assim como as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legíveis.

– Cada candidato receberá seu Cartão de Respostas, o qual deverá ser conferido e assinado, que, em nenhuma hipótese será substituído.

– O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o Cartão de Respostas, que será o único documento válido para a correção. O preenchimento do Cartão de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato e deverá ser devidamente assinado e entregue ao fiscal de provas.

– Durante a realização da prova, não serão permitidas consultas de qualquer natureza, o uso de telefone celular, fones de ouvido, livros, anotações ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos e similares, bem como, tratar com descortesia os fiscais de provas ou membros da Comissão Organizadora.

– O candidato não poderá ausentar-se da sala durante a prova, a não ser momentaneamente, em casos especiais, e na companhia de um fiscal de provas.

– Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Processo Seletivo Simplificado nas dependências do local de aplicação da prova.

– Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada para realização da prova, seja qual for o motivo alegado pelo candidato, importando a ausência na sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado.

– Não haverá, igualmente, realização de prova fora do horário ou do local previamente marcado.

– A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para esta finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

– Os três últimos candidatos deverão permanecer juntos com o fiscal de sala, até o término das provas, que ao encerrar deverão verificar e assinar a Ata de ocorrências da Sala de Prova. Após isso a coordenação irá verificar os documentos, bem como, lacrar o envelope contendo os cartões de respostas, a lista de presença e a folha da Ata de Sala, a qual será verificada e assinada, pela comissão fiscalizadora do Seletivo Simplificado.

- O gabarito preliminar será publicado nos sites **www.klcconcursos.com.br** e **http://www.colider.mt.gov.br** e afixado no mural da Secretaria de Educação e da Prefeitura Municipal de Colíder – MT **no dia 15 de janeiro de 2018.**

– Não poderão participar do Processo Seletivo Simplificado, os membros da comissão deste certame e os profissionais responsáveis pela elaboração das provas escritas objetivas.

– A prova escrita objetiva será composta de questões cujo grau de dificuldade seja compatível com o nível de escolaridade mínima exigida para cada cargo.

DOS TÍTULOS

– Para o cargo de professor serão considerados, curso de especialização na área da educação e artigo científico na área da educação publicado nos últimos 03 (três) anos.

- Para os cargos de Apoio Administrativo Educacional, Técnico Administrativo Educacional e Técnico em Desenvolvimento Infantil, será considerado o título de profissionalização (Arara Azul ou Profuncionário).

– Para o cargo de Profissional de Educação Física com formação em Bacharelado e/ou Licenciatura Plena - conforme Resolução 07/2004 do CNE/MEC será considerada, curso de especialização na área esportiva e artigos científicos publicados nos últimos 03 (três) anos.

– Os títulos terão os seguintes valores atribuídos:

I – Certificado de Especialização 1,0 ponto.

II - Artigo Científico na área da educação publicado: 1,0 (um) ponto;

– A comprovação do título acima será feita mediante apresentação de cópia autenticada do certificado, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente validado pelo Ministério da Educação (MEC) ou declaração de conclusão de curso.

– O certificado de profissionalização (Arara Azul ou Profuncionário) terá validade de 2,0 pontos;

- A comprovação dos títulos acima será feita mediante apresentação de cópia autenticada do referido certificado/declaração, devendo constar no mesmo o período de sua realização, carga horária e conteúdo programático.

– Os títulos deverão ser protocolados na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Colíder, Av. Dauri Riva, nº 111, Centro, Setor Leste, Colíder-MT, pelos candidatos do Processo Seletivo, entre os dias **05 a 17/12/2017**, nos seguintes horários: das 8h00min às 10h00min e das 14h00min às 16h00min.

- A Comissão organizadora do Processo Seletivo Simplificado fará o recebimento dos documentos.

– A nota resultante dos títulos será somada a nota da prova objetiva, que definirá a classificação final do candidato.

Este Edital entra em vigor na data de 30 de dezembro de 2017 sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NOBORU TOMIYOSHI CLAUDILENE GOMES PESSOA

Prefeito MunicipalPresidente da Comissão

ANEXO I

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS SALÁRIOS

COD	Cargo	Escolaridade / Requisitos Exigidos	Vagas Imediatas	N.º de Vagas Portadores de Necessidades Especiais	Carga Horária Semanal	Vencimento Base R$	Valor da Taxa de Inscrição (R$)	Local de Trabalho	Observação
001	Professor Educação Infantil e Anos Iniciais	Licenciatura com Habilitação Específica	61	06	30h	2587,22	R$ 50,00	Zona Urbana	-
		Magistério				1724,81			
002	Professor de Geografia	Licenciatura com Habilitação Específica	01	0	30h	2587,22	R$ 50,00	Zona Urbana	-
003	Professor de História	Licenciatura com Habilitação Específica	01	0	30h	2587,22	R$ 50,00	Zona Urbana	-

004	**Professor de Língua Portuguesa**	Licenciatura com Habilitação Específica	**04**	**0**	**30h**	**2587,22**	**R$ 50,00**	**Zona Urbana**	**-**
005	**Professor de Língua Inglesa**	Licenciatura Plena em Letras com Inglês	**01**	**0**	**30h**	**2587,22**	**R$ 50,00**	**Zona Urbana**	**-**
		Licenciatura Plena em Letras/Curso de formação em inglês							**-**
006	**Professor de Matemática**	Licenciatura com Habilitação Específica	**03**	**0**	**30h**	**2587,22**	**R$ 50,00**	**Zona Urbana**	**-**
007	**Professor de Educação Física**	Licenciatura com Habilitação Específica	**01**	**0**	**30h**	**2587,22**	**R$ 50,00**	**Zona Urbana/ Rural**	**Carga horaria poderá ser Inferior a 30 horas**
008	**Professor de Artes**	Licenciatura com Habilitação Específica	**01**	**0**	**30h**	**2587,22**	**R$ 50,00**	**Zona Urbana**	**-**
009	**Professor de Ciências**	Licenciatura com Habilitação Específica	**01**	**0**	**30h**	**2587,22**	**R$ 50,00**	**Zona Urbana**	**-**
010	**Professor de Computação**	Licenciatura com Habilitação Específica	**01**	**0**	**30h**	**2587,22**	**R$ 50,00**	**Zona Urbana**	**-**
011	**Professor Educação Infantil e Anos Iniciais**	Licenciatura com Habilitação Específica	**04**	**0**	**30h**	**2587,22**	**R$ 50,00**	**Escola São Mateus**	**-**
		Magistério				**1724,81**			
012	**Professor de História**	Licenciatura com Habilitação Específica	**01**	**0**	**30h**	**2587,22**	**R$ 50,00**	**Escola São Mateus**	**Carga horaria poderá ser Inferior a 30 horas**
013	**Professor de Língua Portuguesa**	Licenciatura com Habilitação Específica	**01**	**0**	**30h**	**2587,22**	**R$ 50,00**	**Escola São Mateus**	**Carga horaria poderá ser Inferior a 30 horas**
014	**Professor de Matemática**	Licenciatura com Habilitação Específica	**01**	**0**	**30h**	**2587,22**	**R$ 50,00**	**Escola São Mateus**	**Carga horaria poderá ser Inferior a 30 horas**
015	**Professor de Computação**	Licenciatura com Habilitação Específica	**01**	**0**	**30h**	**2587,22**	**R$ 50,00**	**Escola São Mateus**	**Carga horaria poderá ser Inferior a 30 horas**
016	**Professor Educação Infantil e Anos Iniciais**	Licenciatura com Habilitação Específica	**01**	**0**	**30h**	**2587,22**	**R$ 50,00**	**Escola Coração Eucarístico**	**-**
		Magistério				**1724,81**			
017	**Professor Educação Infantil e Anos Iniciais**	Licenciatura com Habilitação Específica	**01**	**0**	**30h**	**2587,22**	**R$ 50,00**	**Escola Sol Nascente**	**-**
		Magistério				**1724,81**			
018	**Professor Educação Infantil e Anos Iniciais**	Licenciatura com Habilitação Específica	**02**	**0**	**30h**	**2587,22**	**R$ 50,00**	**Escola Santa Maria Do Ouro Verde**	**-**
		Magistério				**1724,81**			
019	**Professor de Língua Portuguesa**	Licenciatura com Habilitação Específica	**01**	**0**	**30h**	**2587,22**	**R$ 50,00**	**Escola Santa Maria Do Ouro Verde**	**Carga horaria poderá ser Inferior a 30 horas**
020	**Professor de História**	Licenciatura com Habilitação Específica	**01**	**0**	**30h**	**2587,22**	**R$ 50,00**	**Escola Santa Maria Do Ouro Verde**	**Carga horaria poderá ser Inferior a 30 horas**
021	**Professor de Computação**	Licenciatura com Habilitação Específica	**01**	**0**	**30h**	**2587,22**	**R$ 50,00**	**Escola Santa Maria Do Ouro Verde**	**Carga horaria poderá ser Inferior a 30 horas**
022	Profissional de Educação Física com formação em Bacharelado conforme Resolução 07/2004 do CNE/MEC	Bacharelado e/ou Licenciatura Plena	**04**	**0**	**40h**	**4731,19**	**R$ 50,00**	**Secretária Adjunta de Esporte**	
			04	**0**	**20 h**	**2365,59**	**R$ 50,00**		
COD.	**Cargo**	**Escolaridade / Requisitos Exigidos**	**Vagas Imediatas**	**N.º de Vagas Portadores de Necessidades Especiais**	**Carga Horária Semanal**	**Vencimento Base R$**	**Valor da Taxa de Inscrição (R$)**	**Local de Trabalho**	**Observação**
023	**Apoio Administrativo Educacional Manutenção De Infraestrutura (Zeladora)**	**Ensino Médio/Completo**	**20**	**02**	**30h**	**1285,09**	**R$30,00**	**Escolas Urbanas**	**-**
024	**Apoio Administrativo Educacional – Nutrição Escolar (Cozinheira)**	**Ensino Médio/Completo**	**15**	**01**	**30h**	**1285,09**	**R$30,00**	**Escolas Urbanas**	**-**

025	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Ensino Médio/ Completo	25	02	30h	1285,09	R$30,00	Escolas Urbanas	-
026	Técnico Administrativo Educacional	Ensino Médio/Completo	03	0	30h	1285,09	R$30,00	Escolas Urbanas	-
027	Apoio Administrativo Educacional –Nutrição Escolar (Cozinheira)	Ensino Médio/Completo	01	0	30h	1285,09	R$30,00	Escolas Santa Maria do Ouro Verde	-
028	Apoio Administrativo Educacional –Manutenção da infraestrutura (Zeladora)	Ensino Médio/Completo	02	0	30h	1285,09	R$30,00	Escola São Mateus	-
029	Apoio Administrativo Educacional –Nutrição Escolar (Cozinheira)	Ensino Médio/Completo	01	0	30h	1285,09	R$30,00	Escola São Mateus	-
030	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Ensino Médio/ completo	01	0	30h	1285,09	R$30,00	Escola São Mateus	-
031	Apoio Administrativo Educacional –Nutrição Escolar (Cozinheira)	Ensino Médio/Completo	01	0	30h	1285,09	R$30,00	Escola Nossa Senhora do Perpetuo Socorro	-
032	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Ensino Médio/ completo	01	0	30h	1285,09	R$30,00	Escola Nossa Senhora do Perpetuo Socorro	-

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2017 AO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017

A COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, no uso de suas atribuições legais e cumprindo o que dispõe o Edital 001/2017, torna público o **Edital Complementar 001/2017**, dispondo sobre de atribuição de classes e/ou aulas das Escolas Municipais **São Mateus e Santa Maria do Ouro Verde.**

1.2.1 – Os candidatos que se inscreverem para a disciplina de Língua Portuguesa, poderão atribuir como complementação de carga horária as disciplinas de Inglês e Artes;

1.2.2 – Os candidatos que se inscreverem para a disciplina de História, poderão atribuir como complementação de carga horária as disciplinas de Geografia e Educação Religiosa;

1.2.3 – Os candidatos que se inscreverem para a disciplina de Matemática na **Escola Municipal São Mateus**, poderão atribuir como complementação de carga horária as disciplinas de Ciências, Economia Solidária e Agroecologia, e Sustentabilidade.

Colider/MT, 04 de dezembro de 2017.

Claudilene Gomes Pessoa

Presidente da Comissão

DEPARTAMENTO PESSOAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER – MT SERVIDORES EM FERIAS E LICENÇA PRÊMIO MÊS OUTUBRO/2017 LICENÇA PRÊMIO

MAT	SERVIDOR	PERÍODO	INÍCIO	FINAL	DIAS
464	MARINA APARECIDA DE OLIVEIRA	2012/2017	INDENIZADA	INDENIZADA	30

Colider – MT, 31 de outubro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 244/ADM/2017, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 244/ADM/2017, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANA FRANCIELY MENDES, Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 24 da Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Maternidade** a Servidora Pública Municipal **Berenice Alves da Silva Mendes**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matrícula nº 16737 a partir do dia 14 de novembro de 2017, conforme Artigo 112 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 14 de novembro de 2017.

ANA FRANCIELY MENDES

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 403/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 14/11/2017 a 14/12/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 245/ADM/2017, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 245/ADM/2017, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANA FRANCIELY MENDES, Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 24 da Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Premio** a Servidora Pública Municipal **Maria Lucia Gonçalves**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 130, a partir do dia 01 de dezembro do ano de 2017, conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 01 de dezembro de 2017.

ANA FRANCIELY MENDES

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 403/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 01/12/2017 a 30/12/2017

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LEI N° 733 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoria: **Vereador Marcos Venicio Rodrigues da Silva.**

SÚMULA: "*Dispõe sobre o custeio, pelo Município, quanto à realização de casamento civil coletivo de casais declarados hipossuficientes, e da outras providências***".**

A Câmara Municipal de Colniza aprovou e eu**, ESVANDIR ANTONIO MENDES,** Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Anualmente, em data a ser estabelecida em regulamentação, fica o Município autorizado a custear o casamento civil coletivo de pessoas declaradas hipossuficientes que comprovarem a impossibilidade de arcar com as despesas de cartório, principalmente aquelas cadastradas em programas sociais.

§ 1º - O custeio para execução da presente lei poderá ser realizado mediante parceria com outros órgãos públicos e entidades privadas que a isso se propuserem.

§ 2º - O Executivo cuidará do necessário cadastramento dos interessados, bem como diligenciará junto às autoridades competentes, no tocante às providências necessárias à realização coletiva dos casamentos em data única.

Art. 2º - Os interessados deverão comprovar o estado de carência com o preenchimento de questionário, assinatura de declaração de hipossuficiência, domicílio no Município há pelo menos 2 (dois) anos.

Art. 3º - Esta lei será regulamentada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado de sua publicação.

Art. 4º - As despesas com a execução da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza - MT, em 27 de novembro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LEI N° 734 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoria: **Vereador Oseia Pereira Guedes.**

SÚMULA: "Autoriza e regulamenta a organização e funcionamento das ações e serviços públicos de saúde, do serviço de terapias e dos procedimentos médicos e odontológicos de caráter complementar no Município de Colniza MT e da outras providencias**".**

A CAMARA MUNICIPAL de Colniza, Estado de Mato Grosso, aprova e o Prefeito sanciona a seguinte lei**:**

Art. 1. Esta Lei regulamenta, no território municipal, as ações e serviços públicos de saúde, o serviço de terapias e os procedimentos médicos e odontológicos de caráter complementar realizados por pessoas naturais e pessoas jurídicas de direito publico ou privado.

Art. 2 O Município Colniza/MT autoriza os procedimentos médicos eodontológicos de caráter complementar de uso corrente no Brasil ou no exterior.

§1. Reputam-se procedimentos médicos de uso corrente no exterior aqueles que:

I - sejam utilizados de forma regular em outros países;

II - tenham autorização dos órgãos competentes em seus respectivos sistemas de saúde;

III - se destinem a garantir as pessoas e a coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.

§ 2. Consideram-se terapias para efeito desta lei as que tenham sido reconhecidas nos programas oficiais de governo no Brasil ou no exterior, há pelo menos três anos.

Art. 3. Os procedimentos médicos de uso corrente no exterior serão admitidos na rede municipal de saúde mediante sua apresentação, perante a Secretaria de Saúde do Município, pelas seguintes pessoas naturais ou jurídica:

I - medico responsável;

II - odontólogo responsável;

III - associação a que o medico ou odontologo responsável estejam vinculados.

Art. 4. Os procedimentos médicos de uso corrente no exterior devem estar acompanhados dos seguintes documentos:

I - justificativa de aplicabilidade clinica do procedimento complementar;

II - documentação cientifica que comprove a segurança e a eficácia do procedimento em outros países;

III - aprovação do comitê de ética e pesquisa em seres humanos ou entidade assemelhada no país de origem.

Art. 5. Com o fim de preservar a dignidade da pessoa humana, garantindo-se o direito a vida, a liberdade e a saúde, as terapias e os procedimentos complementares indicados por medico dependem de expressa anuência do paciente, que, a qualquer tempo, poderá manifestar-se pela retirada do seu consentimento, cessando-se o tratamento apos o medico ser cientificado sobre a recusa.

Parágrafo Único — Pertence ao medico a exclusividade no diagnostico de doenças, prescrição e tratamentos indicados a seu paciente para o conhecimento dos fatores e a adesão voluntaria ao tratamento.

Art. 6. A Secretaria Municipal de Saúde devera estabelecer ações e regulamentos para promover e desenvolver os protocolos e métodos visando a implantação das terapias e procedimentos médicos e odontológicos complementares no âmbito municipal.

Art. 7. Fica autorizado o Município Colniza /MT a firmar termos deparceria, convênios ou outros ajustes com entidades de pesquisa ou associações de profissionais voltadas para o estudo ou aplicação dos procedimentos previstos nesta lei com o fim de organizar, a titulo oneroso ou gratuito, cursos de formação para os servidores que integram a rede publica de saúde do Município.

Art. 8. Fica o Município de Colniza / MT autorizado a incluir no sistemageral de informação da saúde dados referentes às terapias e aos procedimentos médicos e odontológicos complementares.

Art. 9. Fica criado o Programa de Serviços de Terapias Complementares nas unidades de saúde e nos hospitais mantidos pelo Poder Público ou com ele conveniados, com o fim de utilizar procedimentos médicos e odontológicos cientificamente reconhecidos no Brasil ou no exterior.

Parágrafo Único — A iniciativa privada poderá participar, em caráter complementar, do conjunto de ações e serviços de saúde decorrentes do previsto no "caput" e prestados por órgãos e instituições publicas estaduais.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por meio de dotação orçamentária própria do Município Colniza / MT.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Registra-se;

Publique-se e;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza - MT, em 27 de novembro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LEI N° 735 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoria: **Vereador Marcos Venicio Rodrigues da Silva.**

SÚMULA: "*CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DO ESPORTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCAIS***".**

A Câmara Municipal de Colniza aprovou e eu, ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica Criado o Fundo Municipal de Promoção do Esporte– FUMPE, com a finalidade de prestar apoio financeiro a projetos de natureza desportiva, a ser concedida a pessoa física ou jurídica domiciliada no Município.

Art. 2º - O FUMPE é um fundo de natureza contábil especial, que funcionará sob as formas de apoio ao fundo perdido e/ou reembolsável.

Art. 3º - Os recursos do FUMPE serão provenientes de:

I. Receitas provenientes de dotação orçamentária própria que serão indicadas no montante que constar na Lei Orçamentária Municipal anual, utilizando-se de rubrica própria;

II. Contribuições, transferências, subvenções, taxas públicas, auxílios ou doações dos setores públicos ou privados;

III. Resultados de convênios, contratos ou acordos celebrados com instituições públicas ou privados, nacionais ou estrangeiros, na área desportiva;

IV. Outros recursos, créditos ou rendas adicionais ou extraordinárias que por sua natureza, lhe possam ser destinados.

Art. 4º - As disponibilidades do FUMPE serão aplicadas em projetos que visem promover, fomentar, manter e estimular as ações desportivas no município e deverão se enquadrar entre as seguintes áreas:

I. Na implementação, desenvolvimento e manutenção de projetos esportivos diversificados no Município;

II. Na implementação, desenvolvimento e manutenção de projetos esportivos diversificados no Município;

III. Na implementação, desenvolvimento e manutenção de projetos esportivos diversificados no Município;

IV. na aquisição de materiais de consumo e permanentes, destinados aos projetos e programas esportivos;

V. na promoção, apoio, participação em torneios, campeonatos, olimpíadas e/ou na realização de eventos desportivos, por atletas ou entidades esportivas;

VI. na divulgação das potencialidades desportivas do Município por intermédio dos meios de comunicação a mídia a nível local, estadual, nacional e internacional;

VII. nos programas e projetos de qualificação e aprimoramento profissional dos esportes;

VIII. Levantamentos, estudos e pesquisas na área desportiva;

IX. Realização de cursos de caráter esportivo destinado à formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal na área de esportes;

X. em outros programas ou atividades, integrantes ou do interesse da política municipal de esportes;

XI. na contratação de profissionais específicos para o desenvolvimento de técnicas desportivas;

XII. na promoção de Intercâmbio desportivo;

XIII. na organização de torneios e campeonatos municipais.

Parágrafo Único - É vedada a aplicação de recursos do FUMPE em projetos originários dos poderes públicos em nível municipal, estadual e federal.

Art. 5º - O Conselho Municipal do Esporte estabelecerá o limite máximo de incentivo a ser concedido a cada entidade esportiva e atletas utilizando critérios técnicos que envolvam entre outros, os resultados obtidos em competições de nível regional, nacional e internacional, o número de atletas atendidos entre outros.

Art. 6º - A existência de patrimônio financeiro oriundo de outras entidades e/ou pessoas físicas não poderá ser considerado óbice para avaliação e seleção dos projetos.

Art. 7º - O responsável pelo projeto deverá comprovar domicílio no Município.

Art. 8º - Os projetos deverão apresentar proposta de contrapartida social, entendida como ação a ser desenvolvida pelo projeto como retorno ao apoio financeiro recebido.

Art. 9º - A contrapartida social deve estar relacionada à descentralização, a universalização e democratização do acesso às ações desportivas.

Art. 10º - Além das sanções penais cabíveis, o empreendedor que não comprovar a aplicação dos recursos nos prazos estipulados será multado em 2 (duas) vezes o valor recebido corrigido monetariamente, e excluído de qualquer projeto apoiado pelo FUMPE, por um período de 4 (quatro) anos após o cumprimento dessas obrigações.

Art. 11 - O Fundo Municipal de Promoção do Esporte será administrado por uma comissão Municipal Desportiva com poderes de gestão e movimentação financeira que será presidida pelo Secretário ou Diretor Municipal de Esporte.

§ 1º – esta comissão será composta por membros recrutados entre o Poder Público Municipal, Conselho Municipal de Esporte, sociedade civil, assegurada a participação paritária entre o poder público e a sociedade civil organizada e o limite mínimo de três integrantes e máximo de sete integrantes.

§ 2º - a comissão será nomeada por decreto pelo Prefeito Municipal.

§ 3º - o processo de inscrição, seleção de projetos e liberação de recursos será sob os auspícios de um edital específico, elaborado pela Secretaria Municipal de Esporte e aprovado pelo Conselho Municipal de Esporte.

§ 4º - esta comissão se dissolverá ao final da avaliação das prestações de contas dos projetos aprovados.

Art. 12 - O prefeito enviará à Câmara Municipal relatório anual sobre a gestão do FUMPE.

Art. 13 - Aplicar-se-ão ao FUMPE as normas legais de controle interno da Prefeitura Municipal, sem prejuízo da competência específica do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 14 - Caberá ao executivo a regulamentação da presente Lei no prazo de 90 (trinta) dias, a contar de sua vigência.

Art. 15 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza - MT, em 27 de novembro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

CONTABILIDADE
RREO QUINTO BIM 2017 ANEXO III

MUNICIPIO DE CONFRESA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	NOV/16	DEZ/16	JAN/17	FEV/17	MAR/17	ABR/17	MAI/17	JUN/17	JUL/17	AGO/17	SET/17	OUT/17		
RECEITAS CORRENTES (I)	7.831.609,37	8.629.962,52	4.849.449,08	5.050.191,14	5.320.777,55	5.038.873,82	5.192.116,95	6.217.017,12	5.140.321,87	5.041.473,13	4.265.600,07	4.365.737,53	66.943.130,15	73.554.004,69
Receita Tributária	458.226,43	1.515.596,03	618.697,32	374.585,54	579.928,88	517.126,01	604.847,07	619.900,91	815.274,79	404.476,76	364.804,97	506.504,84	7.379.969,55	11.091.004,55
IPTU	-1.361,80	80.582,51	20.306,01	295,98	8,00	246,61	37.818,66	165.944,62	379.248,96	59.855,26	40.601,32	45.010,03	828.556,16	952.812,80
ISS	306.224,57	659.511,19	371.707,05	200.794,93	264.819,59	231.329,26	291.170,88	269.291,18	212.029,43	207.270,61	226.762,23	190.687,79	3.431.598,71	5.580.000,00
ITBI	54.399,43	75.096,64	58.490,61	6.580,86	22.591,71	114.584,63	89.268,52	26.867,03	126.191,88	39.903,21	20.025,54	209.609,28	843.609,34	683.302,32
IRRF	71.617,25	671.566,99	62.161,90	73.714,90	83.780,61	26.942,99	101.627,20	79.311,30	47.213,83	37.505,76	15.126,30	16.378,28	1.286.947,31	2.620.235,20
Outras Rec. Tributarias	27.346,98	28.838,70	106.031,75	93.198,87	208.728,97	144.022,52	84.961,81	78.486,78	50.590,69	59.941,92	62.289,58	44.819,46	989.258,03	1.254.654,23
Receita Contribuições	62.247,48	56.606,24	58.107,51	67.178,44	46.529,45		1.502,58	161.095,03	59.957,38		57.744,51	56.784,17	627.752,79	1.869.895,12
Receita Patrimonial	11.555,74	11.833,48	30.103,24	21.654,03	30.444,41	23.706,02	30.147,41	26.087,85	26.335,38	21.833,92	12.781,43	9.794,18	256.277,09	1.932.039,07
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços														595.508,00
Transferências Correntes	7.188.984,68	6.608.319,36	4.076.792,87	4.492.052,07	4.557.599,01	4.432.021,42	4.482.906,26	5.359.304,12	4.145.333,31	4.558.265,95	3.773.554,70	3.732.437,46	57.407.571,21	53.403.217,60
Cota Parte do FPM	2.449.524,65	2.904.757,62	1.238.470,54	1.586.979,45	993.373,47	1.196.846,13	1.357.615,36	1.251.335,43	966.437,23	1.096.055,20	920.317,21	1.042.982,08	17.004.694,37	14.500.000,00
Cota Parte do ICMS	1.021.827,39	732.592,45	784.289,56	459.222,78	800.733,63	613.205,62	791.552,67	689.379,73	644.197,57	887.799,01	953.998,93	690.773,47	9.069.572,81	7.600.000,00
Cota Parte do IPVA	43.956,09	50.020,19	70.985,85	123.020,80	87.807,68	151.024,81	184.092,42	86.765,10	161.926,94	134.112,94	97.022,09	82.029,04	1.272.763,95	820.000,00
Cota Parte do ITR	43.415,36	39.622,19	43.197,07	5.059,74	3.489,98	1.175,43	582,36	3.394,98	3.333,65	462,94	5.312,04	293.962,80	443.008,54	172.697,32
Transf. LC 87/1966	3.012,85	3.012,85	3.233,92	3.233,92	3.233,92	3.233,92	3.233,92	3.233,92	3.233,92	3.233,92	3.233,92	3.233,92	38.364,90	38.112,51
Transf. LC 61/1989	5.721,69	5.339,35	4.510,08	1.921,50	8.850,66	5.225,45	6.777,81	4.326,30	2.123,21	6.011,95	5.626,97	5.984,89	62.419,86	23.820,32
Transferências FUNDEB	1.360.991,57	1.266.883,08	818.116,24	835.083,68	534.715,97	855.884,04	905.218,71	759.793,36	724.446,71	924.613,19	699.215,91	686.437,75	10.371.400,21	9.051.172,60
Outras Transf. Correntes	2.260.535,08	1.606.091,63	1.113.989,61	1.477.530,20	2.125.393,70	1.605.426,02	1.233.833,01	2.561.075,30	1.639.634,08	1.505.976,80	1.088.827,63	927.033,51	19.145.346,57	21.197.414,85
Outras Receitas Correntes	110.595,04	437.607,41	65.748,14	94.721,06	106.275,80	66.020,37	72.713,63	50.629,21	93.421,01	56.896,50	56.714,46	60.216,88	1.271.559,51	4.662.340,35
DEDUÇÕES (II)	712.347,17	614.361,87	428.035,31	435.503,26	377.685,48	393.097,09	467.415,24	406.821,76	355.825,76	424.332,74	395.976,78	422.596,15	5.433.998,61	5.709.986,52
Cont. Servidor Plano Prev.														1.083.824,56
Comp. Financ. Reg. Prev.														
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB	712.347,17	614.361,87	428.035,31	435.503,26	377.685,48	393.097,09	467.415,24	406.821,76	355.825,76	424.332,74	395.976,78	422.596,15	5.433.998,61	4.626.161,96
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)	7.119.262,20	8.015.600,65	4.421.413,77	4.614.687,88	4.943.092,07	4.645.776,73	4.724.701,71	5.810.195,36	4.784.496,11	4.617.140,39	3.869.623,29	3.943.141,38	61.509.131,54	67.844.018,17

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM
Prefeito Municipal

MARISANGELA JUNKER JARDIM BELLE
Contadora

RONIA MARIA C. B. MILHOMEM
Secretario (a)

Emissão: 27/11/2017 08:25:12 — Page 1 de 1

Homologado

CONTABILIDADE
RREO QUINTO BIM 2017 ANEXO VIII

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017/BIMESTRE - NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) - (Portaria 403/2016) R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1 - RECEITAS DE IMPOSTOS	7.446.934,02	7.446.934,02	4.868.111,84	65,37%
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.150.759,66	1.150.759,66	1.431.711,78	124,41%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	952.812,80	952.812,80	807.048,29	84,70%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	197.946,86	197.946,86	624.663,49	315,57%
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	683.302,32	683.302,32	726.564,61	106,33%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	683.302,32	683.302,32	726.564,61	106,33%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.612.872,04	5.612.872,04	2.709.835,45	48,28%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.580.000,00	5.580.000,00	2.681.412,72	48,05%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	32.872,04	32.872,04	28.422,73	86,46%
1.5 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4°, inciso III)	0,00	0,00	0,00	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	23.484.630,15	23.484.630,15	22.823.866,86	97,19%
2.1 - Cota-Parte FPM	14.830.000,00	14.830.000,00	12.723.192,20	85,79%
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	14.500.000,00	14.500.000,00	12.723.192,20	87,75%
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	330.000,00	330.000,00	0,00	
2.2 - Cota-Parte ICMS	7.600.000,00	7.600.000,00	8.333.672,92	109,65%
2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	38.112,51	38.112,51	32.339,20	84,85%
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	23.820,32	23.820,32	62.804,75	263,66%
2.5 - Cota-Parte ITR	172.697,32	172.697,32	406.638,59	235,46%
2.6 - Cota-Parte IPVA	820.000,00	820.000,00	1.265.219,20	154,30%
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	30.931.564,17	30.931.564,17	27.691.978,70	89,53%

Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4 - RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO				
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.143.555,04	1.143.555,04	1.368.598,34	119,68%
5.1 - Transferências do Salário-Educação	578.833,78	578.833,78	606.452,73	104,77%
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	24.000,00	24.000,00		
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	178.652,40	178.652,40	348.885,20	195,29%
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	327.529,40	327.529,40	188.660,70	57,60%
5.5 - Outras Transferências do FNDE	34.539,46	34.539,46	224.599,71	650,27%
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE				
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.286.183,92	1.286.183,92	1.362.151,30	105,91%
6.1 - Transferência de Convênios	1.286.183,92	1.286.183,92	1.362.151,30	105,91%
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios				
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	6.265.253,60	6.265.253,60	693.113,00	11,06%
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	8.694.992,56	8.694.992,56	3.423.862,64	39,38%

Emissão: 27/11/2017 08:33:02

Page 1 de 4
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017/BIMESTRE - NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) - (Portaria 403/2016) R$1,00

FUNDEB

Receitas do Fundeb	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.626.161,96	4.626.161,96	4.552.169,31	98,40%
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.900.000,00	2.900.000,00	2.544.638,10	87,75%
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.520.000,00	1.520.000,00	1.666.734,40	109,65%
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	7.622,50	7.622,50	6.467,80	84,85%
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)				
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Dest. ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	34.539,46	34.539,46	81.327,61	235,46%
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinadaao FUNDEB - (20% de 2.6)	164.000,00	164.000,00	253.001,40	154,27%
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	9.051.172,60	9.051.172,60	8.463.736,84	93,51%
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	9.051.172,60	9.051.172,60	8.463.736,84	93,51%
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB				
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB				
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	4.425.010,64	4.425.010,64	3.911.567,53	88,40%

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO ENSINO

Despesas do Fundeb	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	6.353.460,82	6.924.631,56	6.406.167,29	92,51%	6.328.739,07	91,39%	77.428,22
13.1 - Com Educação Infantil	609.250,00	1.138.391,88	1.013.685,97	89,05%	1.003.997,24	88,19%	9.688,73
13.2 - Com Ensino Fundamental	5.744.210,82	5.786.239,68	5.392.481,32	93,19%	5.324.741,83	92,02%	67.739,49
14 - OUTRAS DESPESAS							
14.1 - Com Educação Infantil							
14.2 - Com Ensino Fundamental							
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	6.353.460,82	6.924.631,56	6.406.167,29	92,51%	6.328.739,07	91,39%	77.428,22

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
16.1 - FUNDEB 60%	
16.2 - FUNDEB 40%	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
17.1 - FUNDEB 60%	
17.2 - FUNDEB 40%	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 – 18)	6.328.739,07
19.1 - Mínimo de 60% do Fundeb na Remuneração do Magistério' ((13 - (16.1 + 17.1)) / 11) x 100 %	74,77%
19.2 - Mínimo de 40% em Despesa com MDE, que na Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / 11) x 100 %	0,00%
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	25,22%

Emissão: 27/11/2017 08:33:02

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017/BIMESTRE - NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) - (Portaria 403/2016) R$1,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2017[2]	0,00

Despesas com Ações Típicas de MDE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
22 - EDUCAÇÃO INFANTIL	609.250,00	1.138.391,88	1.013.685,97	89,05%	1.003.997,24	88,19%	9.688,73
22.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	609.250,00	1.138.391,88	1.013.685,97	89,05%	1.003.997,24	88,19%	9.688,73
22.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos				0,00%			
23 - ENSINO FUNDAMENTAL	9.574.499,24	11.853.017,05	10.007.475,86	84,43%	9.655.084,56	81,46%	352.391,30
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.744.210,82	5.786.239,68	5.392.481,32	93,19%	5.324.741,83	92,02%	67.739,49
23.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.830.288,42	6.066.777,37	4.614.994,54	76,07%	4.330.342,73	71,38%	284.651,81
24 - ENSINO MÉDIO				0,00%			
25 - ENSINO SUPERIOR	293.302,70	16.402,70		0,00%			
26 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR				0,00%			
27 - OUTRAS	1.849.098,09	1.849.122,24	390.344,08	21,11%	323.833,24	17,51%	66.510,84
28 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22+23+24+25+26+27)	12.326.150,03	14.856.933,87	11.411.505,91	76,81%	10.982.915,04	73,92%	428.590,87

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	3.911.567,53
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO[4]	0,00
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	0,00
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35) [6]	3.911.567,53
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (36)) [6]	7.109.594,30
38- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) % [6]	25,67

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

Outras Despesas Custeadas com Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO				0,00%		0,00%	
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO				0,00%		0,00%	
41 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO				0,00%		0,00%	
42 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	5.295.277,97	8.156.488,30	6.522.364,73	79,97%	4.561.295,78	55,92%	1.961.068,95
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS C/ RECEITAS ADIC. P/ FINAN. ENSINO (39+40+41+42)	5.295.277,97	8.156.488,30	6.522.364,73	79,97%	4.561.295,78	55,92%	1.961.068,95
44 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	17.621.428,00	23.013.422,17	17.933.870,64	77,93%	15.544.210,82	67,54%	2.389.659,82

Emissão: 27/11/2017 08:33:02

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017/BIMESTRE - NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) - (Portaria 403/2016) R$1,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2017 (j)
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	39.608.078,98	0,00
45.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	20.029.845,65	0,00
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	19.578.233,33	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	**FUNDEB**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO**
46- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	16.843,50	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	8.463.736,84	606.452,73
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	8.660.021,99	0,00
48.1- Orçamento do Exercício	8.094.999,75	0,00
48.2- Restos a Pagar	565.022,24	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	-179.441,65	606.452,73
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1- Retenções	0,00	0,00
51.2- Conciliação Bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	-179.441,65	606.452,73

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3 Caput do artigo 212 da CF/1988
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM
Prefeito Municipal

MARISANGELA JUNKER JARDIM BELLE
Contadora

RONIA MARIA C. B. MILHOMEM
Secretario (a)

Emissão: 27/11/2017 08:33:02

Page 4 de 4
Homologado

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 027/2017 DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

EDITAL 027/2017

Pelo presente dá-se publicidade ao requerimento da Sra.MARIA DO PERPETUO SOCORRO PATROCINIO DE LIMA SOUSA CPF:021.918.421-60; cadastramento de titularidade de imóvel com respeito ao LOTE 06 - QUADRA 22–Rua Eugenia - Bairro Vila Nova, sendo que qualquer interessado em impugnar o citado requerimento deverá fazê-lo num prazo de 15(quinze) dias junto ao setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Confresa.

Confresa, 04 de Dezembro de 2017.

_____ _____

Juliana M. Festi Murano Ronia Maria. C. B. Milhomem

Chefe Departamento de Tributos Secretaria de Finanças

CONTABILIDADE
RREO QUINTO BIM 2017 ANEXO II

MUNICIPIO DE CONFRESA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	NOV/16	DEZ/16	JAN/17	FEV/17	MAR/17	ABR/17	MAI/17	JUN/17	JUL/17	AGO/17	SET/17	OUT/17		
RECEITAS CORRENTES (I)	7.831.609,37	8.629.962,52	4.849.449,08	5.050.191,14	5.320.777,55	5.038.873,82	5.192.116,95	6.217.017,12	5.140.321,87	5.041.473,13	4.265.600,07	4.365.737,53	66.943.130,15	73.554.004,69
Receita Tributária	458.226,43	1.515.596,03	618.697,32	374.585,54	579.928,88	517.126,01	604.847,07	619.900,91	815.274,79	404.476,76	364.804,97	506.504,84	7.379.969,55	11.091.004,55
IPTU	-1.361,80	80.582,51	20.306,01	295,98	8,00	246,61	37.818,66	165.944,62	379.248,96	59.855,26	40.601,32	45.010,03	828.556,16	952.812,80
ISS	306.224,57	659.511,19	371.707,05	200.794,93	264.819,59	231.329,26	291.170,88	269.291,18	212.029,43	207.270,61	226.762,23	190.687,79	3.431.598,71	5.580.000,00
ITBI	54.399,43	75.096,64	58.490,61	6.580,86	22.591,71	114.584,63	89.268,52	26.867,03	126.191,88	39.903,21	20.025,54	209.609,28	843.609,34	683.302,32
IRRF	71.617,25	671.566,99	62.161,90	73.714,90	83.780,61	26.942,99	101.627,20	79.311,30	47.213,83	37.505,76	15.126,30	16.378,28	1.286.947,31	2.620.235,20
Outras Rec. Tributarias	27.346,98	28.838,70	106.031,75	93.198,87	208.728,97	144.022,52	84.961,81	78.486,78	50.590,69	59.941,92	62.289,58	44.819,46	989.258,03	1.254.654,23
Receita Contribuições	62.247,48	56.606,24	58.107,51	67.178,44	46.529,45		1.502,58	161.095,03	59.957,38		57.744,51	56.784,17	627.752,79	1.869.895,12
Receita Patrimonial	11.555,74	11.833,48	30.103,24	21.654,03	30.444,41	23.706,02	30.147,41	26.087,85	26.335,38	21.833,92	12.781,43	9.794,18	256.277,09	1.932.039,07
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços														595.508,00
Transferências Correntes	7.188.984,68	6.608.319,36	4.076.792,87	4.492.052,07	4.557.599,01	4.432.021,42	4.482.906,26	5.359.304,12	4.145.333,31	4.558.265,95	3.773.554,70	3.732.437,46	57.407.571,21	53.403.217,60
Cota Parte do FPM	2.449.524,65	2.904.757,62	1.238.470,54	1.586.979,45	993.373,47	1.196.846,13	1.357.615,36	1.251.335,43	966.437,23	1.096.055,20	920.317,21	1.042.982,08	17.004.694,37	14.500.000,00
Cota Parte do ICMS	1.021.827,39	732.592,45	784.289,56	459.222,78	800.733,63	613.205,62	791.552,67	689.379,73	644.197,57	887.799,01	953.998,93	690.773,47	9.069.572,81	7.600.000,00
Cota Parte do IPVA	43.956,09	50.020,19	70.985,85	123.020,80	87.807,68	151.024,81	184.092,42	86.765,10	161.926,94	134.112,94	97.022,09	82.029,04	1.272.763,95	820.000,00
Cota Parte do ITR	43.415,36	39.622,19	43.197,07	5.059,74	3.489,98	1.175,43	582,36	3.394,98	3.333,65	462,94	5.312,04	293.962,80	443.008,54	172.697,32
Transf. LC 87/1966	3.012,85	3.012,85	3.233,92	3.233,92	3.233,92	3.233,92	3.233,92	3.233,92	3.233,92	3.233,92	3.233,92	3.233,92	38.364,90	38.112,51
Transf. LC 61/1989	5.721,69	5.339,35	4.510,08	1.921,50	8.850,66	5.225,45	6.777,81	4.326,30	2.123,21	6.011,95	5.626,97	5.984,89	62.419,86	23.820,32
Transferências FUNDEB	1.360.991,57	1.266.883,08	818.116,24	835.083,68	534.715,97	855.884,04	905.218,71	759.793,36	724.446,71	924.613,19	699.215,91	686.437,75	10.371.400,21	9.051.172,60
Outras Transf. Correntes	2.260.535,08	1.606.091,63	1.113.989,61	1.477.530,20	2.125.393,70	1.605.426,02	1.233.833,01	2.561.075,30	1.639.634,08	1.505.976,80	1.088.827,63	927.033,51	19.145.346,57	21.197.414,85
Outras Receitas Correntes	110.595,04	437.607,41	65.748,14	94.721,06	106.275,80	66.020,37	72.713,63	50.629,21	93.421,01	56.896,50	56.714,46	60.216,88	1.271.559,51	4.662.340,35
DEDUÇÕES (II)	712.347,17	614.361,87	428.035,31	435.503,26	377.685,48	393.097,09	467.415,24	406.821,76	355.825,76	424.332,74	395.976,78	422.596,15	5.433.998,61	5.709.986,52
Cont. Servidor Plano Prev.														1.083.824,56
Comp. Financ. Reg. Prev.														
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB	712.347,17	614.361,87	428.035,31	435.503,26	377.685,48	393.097,09	467.415,24	406.821,76	355.825,76	424.332,74	395.976,78	422.596,15	5.433.998,61	4.626.161,96
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(II) = (I - II)	7.119.262,20	8.015.600,65	4.421.413,77	4.614.687,88	4.943.092,07	4.645.776,73	4.724.701,71	5.810.195,36	4.784.496,11	4.617.140,39	3.869.623,29	3.943.141,38	61.509.131,54	67.844.018,17

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM
Prefeito Municipal

MARISANGELA JUNKER JARDIM BELLE
Contadora

RONIA MARIA C. B. MILHOMEM
Secretario (a)

Emissão: 27/11/2017 08:25:12

Page 1 de 1

Homologado

CONTABILIDADE
RREO QUINTO BIM 2017 ANEXO I

MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	82.485.466,43	82.485.466,43	9.263.689,47	11,23	50.228.257,28	60,89	32.257.209,15
RECEITAS CORRENTES	68.927.842,73	68.927.842,73	7.837.943,92	11,37	46.672.805,92	67,71	22.255.036,81
RECEITA TRIBUTÁRIA	11.091.004,55	11.091.004,55	871.634,45	7,86	5.594.769,72	50,44	5.496.234,83
Impostos	9.836.350,32	9.836.350,32	764.366,87	7,77	4.653.926,53	47,31	5.182.423,79
Taxas	1.254.654,23	1.254.654,23	107.267,58	8,55	940.843,19	74,99	313.811,04
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.869.895,12	1.869.895,12	114.528,68	6,12	508.899,07	27,22	1.360.996,05
Contribuições Sociais	1.083.824,56	1.083.824,56					1.083.824,56
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação P	786.070,56	786.070,56	114.528,68	14,57	508.899,07	64,74	277.171,49
RECEITA PATRIMONIAL	1.932.039,07	1.932.039,07	22.575,61	1,17	232.887,87	12,05	1.699.151,20
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	1.932.039,07	1.932.039,07	22.575,61	1,17	232.887,87	12,05	1.699.151,20
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens P							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	595.508,00	595.508,00					595.508,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	48.777.055,64	48.777.055,64	6.687.419,23	13,71	39.502.977,60	80,99	9.274.078,04
Transferências Intergovernamentais	47.609.973,32	47.609.973,32	6.493.395,40	13,64	38.822.543,64	81,54	8.787.429,68
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	1.167.082,32	1.167.082,32	194.023,83	16,62	680.433,96	58,30	486.648,36
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.662.340,35	4.662.340,35	141.785,95	3,04	833.271,66	17,87	3.829.068,69
Multa de Juros de Mora	63.838,46	63.838,46	45.413,86	71,14	243.521,46	381,47	-179.683,00
Indenizações e Restituições	3.968.454,43	3.968.454,43	4.774,19	0,12	28.277,11	0,71	3.940.177,32
Receita da Dívida Ativa	439.484,90	439.484,90	82.831,13	18,85	357.498,96	81,34	81.985,94
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amor							
Receitas Correntes Diversas	190.562,56	190.562,56	8.766,77	4,60	203.974,13	107,04	-13.411,57
RECEITAS DE CAPITAL	13.557.623,70	13.557.623,70	1.425.745,55	10,52	3.555.451,36	26,22	10.002.172,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13.557.623,70	13.557.623,70	1.425.745,55	10,52	3.555.451,36	26,22	10.002.172,34
Transferências Intergovernamentais	607.304,80	607.304,80			516.205,00	85,00	91.099,80
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	12.950.318,90	12.950.318,90	1.425.745,55	11,01	3.039.246,36	23,47	9.911.072,54
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro							
Receitas da Alienação de Certificados de Potencial Adi							
Outras Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.174.790,98	1.174.790,98					1.174.790,98
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	83.660.257,41	83.660.257,41	9.263.689,47	11,07	50.228.257,28	60,04	33.432.000,13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	83.660.257,41	83.660.257,41	9.263.689,47	11,07	50.228.257,28	60,04	33.432.000,13
DÉFICIT (VI)					44.854,17		
TOTAL (VII) = (V + VI)	83.660.257,41	83.660.257,41	9.263.689,47	11,07	50.273.111,45	60,09	33.387.145,96

Emissão: 27/11/2017 08:23:05

Page 1 de 3

Homologado

MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	22.691.513,63	22.691.513,63					
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	22.691.513,63	22.691.513,63					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							
Reabertura de Créditos Adicionais							

MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.174.790,98	1.174.790,98					1.174.790,98
RECEITAS CORRENTES	1.174.790,98	1.174.790,98					1.174.790,98
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.108.094,08	1.108.094,08					1.108.094,08
Contribuições Sociais	1.108.094,08	1.108.094,08					1.108.094,08
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação F							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens P							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	66.696,90	66.696,90					66.696,90
Multa de Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa	66.696,90	66.696,90					66.696,90
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amor							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro							
Receitas da Alienação de Certificados de Potencial Adi							
Outras Receitas de Capital							

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM
Prefeito Municipal

MARISANGELA JUNKER JARDIM BELLE
Contadora

RONIA MARIA C. B. MILHOMEM
Secretario (a)

Emissão: 27/11/2017 08:23:05

Page 3 de 3
Homologado

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 482/2017 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017 - REVOGAR A PORTARIA 454/2017 - SANDRA FLAVIA FERREIRA NEVES

Portaria 482/2017 de 30 de Novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DE PORTARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelas Leis Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria 454/2017 que havia exonerado a servidora SANDRA FLAVIA FERREIRA NEVES, comissionada no cargo de COORDENADOR, matricula 012802.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 30 de Novembro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2017

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 1931/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nª 022/2017

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO CRAS – CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTENCIA SOCIAL.

CONTRATADA (O): JAMERSON ALVES MEDEIROS

CPF: 038.803.951-52

VALOR TOTAL CONTRATADO: valor mensal de **R$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais),** resultando no valor global de **R$ 48.000,00 (Quarenta e Oito Mil Reais**), por um período de 12 (doze) meses.

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso X, da Lei 8.666/93.

RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 022/2017, em conformidade com o Termo de Referência.

Confresa/MT, 04 de dezembro de 2017

Ronio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE
RREO QUINTO BIM 2017 ANEXO V

MUNICIPIO DE CONFRESA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – Anexo 05 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	em 31/DEZ/2016 (a)	em 31/AGO/2017 (b)	em 31/OUT/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.484.789,33	5.712.444,38	5.739.814,17
DEDUÇÕES (II)	1.024.478,25	10.936.851,81	10.957.755,41
Disponibilidade de Caixa	-5.002.338,86	3.029.728,55	3.050.632,15
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.431.275,42	5.157.773,62	5.077.046,84
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	6.433.614,28	2.128.045,07	2.026.414,69
Demais Haveres Financeiros	6.026.817,11	7.907.123,26	7.907.123,26
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.460.311,08	-5.224.407,43	-5.217.941,24
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	3.897.894,08	4.536.045,42	4.454.569,96
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = ((III + IV) - V)	562.417,00	-9.760.452,85	-9.672.511,20

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (VIc -VIb)	Até o Bimestre (VIc - VIa)
VALOR	87.941,65	-10.234.928,20

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA ³	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM
Prefeito Municipal

MARISANGELA JUNKER JARDIM BELLE
Contadora

RONIA MARIA C. B. MILHOMEM
Secretario (a)

Emissão: 04/12/2017 às 09:27 Page 1 de 1
Homologado

CONTABILIDADE
RREO QUINTO BIM 2017 ANEXO VII

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO - CONSOLIDADO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) - Portaria 403/2016. R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i - j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2016 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2016 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	510.243,31	5.563.148,58	3.896.483,64	150.766,69	2.026.141,56	30.313,13	480.774,21	- 68.547,96	81.616,33	0,06	429.470,95	2.455.612,51
Executivo	510.243,31	5.563.148,58	3.896.483,64	150.766,69	2.026.141,56	30.313,13	480.774,21	- 68.547,96	81.616,33	0,06	429.470,95	2.455.612,51
GABINETE DO PREFEITO	18.864,95	68.868,38	38.475,89	10.374,87	38.882,57		2.716,50	- 10.374,87			2.716,50	41.599,07
SECRETARIAS MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	14.451,77	231.585,00	178.341,08	21.115,23	46.580,46		8.486,08	- 21.115,23			8.486,08	55.066,54
SECRETARIA DE FINANCAS	86.802,78	314.042,13	200.083,37	3.689,07	197.072,47	167,60		- 3.689,07			167,60	197.240,07
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E DESPORTO	35.258,75	1.243.864,11	641.413,92	63.165,20	574.543,74		61.924,43	- 45.766,87	17.398,33		44.526,10	619.069,84
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	148.406,01	2.487.953,94	2.027.398,49	18.193,76	590.767,70	21.195,53	294.033,98	- 5.616,36	13.380,00	0,06	301.849,45	892.617,15
SEC MUN VIACAO OBRAS, SERV PUBLICOS	185.161,37	823.015,63	504.350,59	22.750,54	481.075,87		57.791,14	- 21.957,54	658,00		57.133,14	538.209,01
SEC MUN DE AGRIC DESENV ECON TUR MEIO AMB	10.430,12	67.459,34	60.656,21	4.060,35	13.172,90		5.200,00	1.139,65	5.200,00			13.172,90
SECRETARIA MUN DE TRABALHO E ACAO SOCIAL	10.867,56	259.062,63	186.958,07	7.072,87	75.899,25	700,00	50.622,08	39.177,13	44.980,00		6.342,08	82.241,33
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA		17.224,03	17.224,03									
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO		48.786,61	41.581,99	344,80	6.859,82	8.250,00		- 344,80			8.250,00	15.109,82
FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CONF		1.286,78			1.286,78							1.286,78
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	957,51	360.551,66		360.551,66	957,51			- 360.551,66				957,51
Executivo	957,51	360.551,66		360.551,66	957,51			- 360.551,66				957,51
GABINETE DO PREFEITO		2.022,82		2.022,82				- 2.022,82				
SECRETARIAS MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO		24.462,55		24.462,55				- 24.462,55				
SECRETARIA DE FINANCAS		26.292,38		26.292,38				- 26.292,38				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E DESPORTO		135.002,52		135.002,52				- 135.002,52				
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		130.847,37		130.847,37				- 130.847,37				
SEC MUN VIACAO OBRAS, SERV PUBLICOS		16.255,33		16.255,33				- 16.255,33				
SEC MUN DE AGRIC DESENV ECON TUR MEIO AMB		2.774,35		2.774,35				- 2.774,35				
SECRETARIA MUN DE TRABALHO E ACAO SOCIAL		15.910,87		15.910,87				- 15.910,87				
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	957,51	6.983,47		6.983,47	957,51			- 6.983,47				957,51
TOTAL (III) = (I + II)	511.200,82	5.923.700,24	3.896.483,64	511.318,35	2.027.099,07	30.313,13	480.774,21	- 429.099,62	81.616,33	0,06	429.470,95	2.456.570,02

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA Emissão: 04/12/2017 às 09:30 Page 1 de 1

CONTABILIDADE
RREO QUINTO BIM 2017 ANEXO IX

MUNICIPIO DE CONFRESA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL- CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	13.208.088,77	8.756.408,90	3.479.220,08		4.451.679,87
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE					
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS					
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	13.208.088,77	8.756.408,90	3.479.220,08		4.451.679,87
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-13.208.088,77	-8.756.408,90			-4.451.679,87

Fonte: MUNICÍPIO DE CONFRESA

Notas:
¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

Emissão: 27/11/2017 08:39:19 Page 1 de 1

Homologado

MUNICIPIO DE CONFRESA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL- CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	13.208.088,77	8.756.408,90	3.479.220,08		4.451.679,87
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE					
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS					
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	13.208.088,77	8.756.408,90	3.479.220,08		4.451.679,87
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-13.208.088,77	-8.756.408,90			-4.451.679,87

Fonte: MUNICÍPIO DE CONFRESA

Notas:
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

Emissão: 27/11/2017 08:39:19 Page 1 de 1

Homologado

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 137/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1924/2017

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 137/2017

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia 18 de Dezembro de 2017, às 09:00hs, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Mato Grosso, nº 93, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para

realização do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2017 - SRP do tipo Menor Preço Por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-2014.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE **REAGENTES, INSUMOS E CORRELATOS** PARA USO PELA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT**.**

Confresa-MT, 04 de dezembro de 2017.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

CONTABILIDADE
RREO QUINTO BIM 2017 ANEXO X

MUNICIPIO DE CONFRESA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES CONSOLIDADO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2016	22.616.055,05		22.616.055,05	22.616.055,05
2017	6.601.331,90	1.185.921,89	5.415.410,01	28.031.465,06
2018	6.908.480,14	1.349.073,68	5.559.406,46	33.590.871,52
2019	7.252.654,56	1.546.685,25	5.705.969,31	39.296.840,83
2020	7.784.838,40	1.723.944,62	6.060.893,78	45.357.734,61
2021	8.351.567,94	1.872.010,32	6.479.557,62	51.837.292,23
2022	8.668.149,32	2.146.886,10	6.521.263,22	58.358.555,45
2023	9.229.463,59	2.428.615,18	6.800.848,41	65.159.403,86
2024	9.806.897,18	2.731.016,40	7.075.880,78	72.235.284,64
2025	10.359.282,12	3.185.693,16	7.173.588,96	79.408.873,60
2026	10.917.227,25	3.646.525,15	7.270.702,10	86.679.575,70
2027	11.371.803,11	4.221.840,15	7.149.962,96	93.829.538,66
2028	11.912.597,75	4.950.747,49	6.961.850,26	100.791.388,92
2029	12.221.509,05	5.563.352,97	6.658.156,08	107.449.545,00
2030	12.533.215,46	6.095.267,60	6.437.947,86	113.887.492,86
2031	12.740.499,34	6.950.368,72	5.790.130,62	119.677.623,48
2032	12.930.597,48	7.733.883,95	5.196.713,53	124.874.337,01
2033	13.092.559,94	8.489.265,96	4.603.293,98	129.477.630,99
2034	13.205.149,65	9.288.832,53	3.916.317,12	133.393.948,11
2035	13.194.358,72	10.370.902,07	2.823.456,65	136.217.404,76
2036	13.134.465,13	11.396.428,25	1.738.036,88	137.955.441,64
2037	13.149.761,06	11.963.266,93	1.186.494,13	139.141.935,77
2038	12.970.657,45	13.042.326,19	-71.668,74	139.070.267,03
2039	12.761.260,64	14.011.995,14	-1.250.734,50	137.819.532,53
2040	12.475.001,14	14.982.262,90	-2.507.261,76	135.312.270,77
2041	12.144.328,26	15.874.456,74	-3.730.128,48	131.582.142,29
2042	11.760.078,30	16.658.006,02	-4.897.927,72	126.684.214,57
2043	11.241.157,93	17.633.850,94	-6.392.693,01	120.291.521,56
2044	10.709.292,99	18.364.089,81	-7.654.796,82	112.636.724,74
2045	10.068.856,70	19.137.440,63	-9.068.583,93	103.568.140,81
2046	9.374.023,49	19.927.426,37	-10.553.402,88	93.014.737,93
2047	8.688.172,60	19.650.323,20	-10.962.150,60	82.052.587,33
2048	4.223.196,18	20.954.395,97	-16.731.199,79	65.321.387,54
2049	1.878.510,43	21.411.459,75	-19.532.949,32	45.788.438,22
2050	598.217,86	21.902.719,31	-21.304.501,45	24.483.936,77
2051	212.890,93	22.033.341,79	-21.820.450,86	2.663.485,91
2052	121.453,73	22.008.245,28	-21.886.791,55	-19.223.305,64
2053	77.544,01	21.989.434,82	-21.911.890,81	-41.135.196,45
2054	54.519,06	21.773.996,08	-21.719.477,02	-62.854.673,47
2055	38.391,38	21.355.869,17	-21.317.477,79	-84.172.151,26
2056	21.895,95	20.628.052,32	-20.606.156,37	-104.778.307,63
2057	17.587,90	20.034.966,62	-20.017.378,72	-124.795.686,35
2058	4.572,28	19.665.428,09	-19.660.855,81	-144.456.542,16
2059		18.861.665,65	-18.861.665,65	-163.318.207,81
2060		18.015.539,08	-18.015.539,08	-181.333.746,89
2061		17.409.278,47	-17.409.278,47	-198.743.025,36
2062		16.712.529,08	-16.712.529,08	-215.455.554,44
2063		15.770.300,39	-15.770.300,39	-231.225.854,83
2064		15.176.056,41	-15.176.056,41	-246.401.911,24
2065		14.113.087,78	-14.113.087,78	-260.514.999,02
2066		13.010.158,35	-13.010.158,35	-273.525.157,37
2067		12.361.660,64	-12.361.660,64	-285.886.818,01
2068		10.738.204,32	-10.738.204,32	-296.625.022,33

Emissão: 27/11/2017 08:41:25 Page 1 de 2

Homologado

MUNICIPIO DE CONFRESA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES CONSOLIDADO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

2069		9.654.320,69	-9.654.320,69	-306.279.343,02
2070		8.548.213,92	-8.548.213,92	-314.827.556,94
2071		7.794.842,82	-7.794.842,82	-322.622.399,76
2072		6.604.833,84	-6.604.833,84	-329.227.233,60
2073		5.731.116,49	-5.731.116,49	-334.958.350,09
2074		4.968.573,67	-4.968.573,67	-339.926.923,76
2075		4.147.281,24	-4.147.281,24	-344.074.205,00
2076		3.572.321,87	-3.572.321,87	-347.646.526,87
2077		3.339.555,26	-3.339.555,26	-350.986.082,13
2078		2.744.590,34	-2.744.590,34	-353.730.672,47
2079		2.318.175,83	-2.318.175,83	-356.048.848,30
2080		1.746.606,59	-1.746.606,59	-357.795.454,89
2081		1.255.783,82	-1.255.783,82	-359.051.238,71
2082		755.363,05	-755.363,05	-359.806.601,76
2083		667.364,70	-667.364,70	-360.473.966,46
2084		482.876,48	-482.876,48	-360.956.842,94
2085		390.473,24	-390.473,24	-361.347.316,18
2086		392.883,97	-392.883,97	-361.740.200,15
2087		395.318,80	-395.318,80	-362.135.518,95
2088		397.777,99	-397.777,99	-362.533.296,94
2089		400.261,77	-400.261,77	-362.933.558,71
2090		402.770,38	-402.770,38	-363.336.329,09
2091		405.304,08	-405.304,08	-363.741.633,17

Fonte: Município de CONFRESA

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM
Prefeito Municipal

RONIA MARIA C. B. MILHOMEM
Secretario (a)

MARISANGELA JUNKER JARDIM BELLE
Contadora

Emissão: 27/11/2017 08:41:25 Page 2 de 2

Homologado

CONTABILIDADE
RREO QUINTO BIM 2017 ANEXO XII

MUNICIPIO DE CONFRESA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	10.080.270,40	10.080.270,40	5.189.489,77	51,48%
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	952.812,80	952.812,80	929.834,78	97,59%
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	683.302,32	683.302,32	714.113,27	104,51%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.580.000,00	5.580.000,00	2.466.215,41	44,20%
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.620.235,20	2.620.235,20	543.763,07	20,75%
Imposto Territorial Rural - ITR				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	15.245,01	15.245,01	89.012,97	583,88%
Dívida Ativa dos Impostos	184.607,48	184.607,48	317.287,99	171,87%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	44.067,59	44.067,59	129.262,28	293,33%
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.672.697,32	14.672.697,32	12.010.383,09	81,86%
Cota-Parte FPM	14.500.000,00	14.500.000,00	11.650.412,10	80,35%
Cota-Parte ITR	172.697,32	172.697,32	359.970,99	208,44%
Cota-Parte IPVA				
Cota-Parte ICMS				
Cota-Parte IPI-Exportação				
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				
Desoneração ICMS (LC 87/96)				
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**24.752.967,72**	**24.752.967,72**	**17.199.872,86**	**69,49%**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	5.963.899,26	5.963.899,26	3.555.881,35	59,62%
Provenientes da União	5.963.899,26	5.963.899,26	3.555.881,35	59,62%
Provenientes dos Estados				
Provenientes de Outros Municípios				
Outras Receitas do SUS				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	202.472,72	202.472,72		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	960.703,20	960.703,20	101.019,74	10,52%
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**7.127.075,18**	**7.127.075,18**	**3.656.901,09**	**51,31%**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados 7
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	16.325.936,65	25.755.837,40	18.823.283,78	73,08%	15.022.008,37	58,32%	
Pessoal e Encargos Sociais	8.765.921,59	13.089.828,71	8.825.838,98	67,43%	8.825.062,22	67,42%	
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes	7.560.015,06	12.666.008,69	9.997.444,80	78,93%	6.196.946,15	48,93%	
DESPESAS DE CAPITAL	3.260.303,07	1.745.512,70	558.022,24	31,97%	351.931,75	20,16%	
Investimentos	3.260.303,07	1.745.512,70	558.022,24	31,97%	351.931,75	20,16%	
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	**19.586.239,72**	**27.501.350,10**	**19.381.306,02**	**70,47%**	**15.373.940,12**	**55,90%**	

Emissão: 27/11/2017 09:49:27

MUNICIPIO DE CONFRESA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS							
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL							
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	16.742.009,64	26.002.184,02	19.103.962,06	98,57%	15.250.224,85	99,20%	
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	5.202.675,21	9.200.980,48	7.357.813,16	37,96%	4.905.110,54	31,91%	
Recursos de Operações de Crédito							
Outros Recursos	11.539.334,43	16.801.203,54	11.746.148,90	60,61%	10.345.114,31	67,29%	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]							
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	**16.742.009,64**	**26.002.184,02**	**19.103.962,06**	**98,57%**	**15.250.224,85**	**99,20%**	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	**2.844.230,08**	**1.499.166,08**	**277.343,96**		**123.715,27**		

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100)[6] - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00%[4 e 5]	**0,72%**
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (15,00 * IIIb)/100]	**-2.456.265,66**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017					
Inscritos em 2016					
Inscritos em 2015	7.600,00			7.600,00	7.600,00
Inscritos em 2014					
Inscritos em 2013					
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2013					
Total	**7.600,00**			**7.600,00**	**7.600,00**

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	**Despesas Custeadas no exercício de referência (j)**	**Saldo Final (Não Aplicado)**
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2013			
Total(VIII)			

Emissão: 27/11/2017 09:49:27

MUNICIPIO DE CONFRESA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016			
Diferença de limite não cumprido em 2015			
Diferença de limite não cumprido em 2014			
Diferença de limite não cumprido em 2013			
Diferença de limite não cumprido em 2012			
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2012			
Total(IX)			

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	5.807.690,01	9.118.255,58	6.197.889,39	31,98%	5.726.673,46	37,25%	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.139.738,04	13.963.588,41	10.026.498,32	51,73%	7.205.172,74	46,87%	
Suporte Profilático e Terapêutico							
Vigilância Sanitária	272.978,60	362.645,98	287.434,05	1,48%	232.406,13	1,51%	
Vigilância Epidemiológica	208.427,80	63.871,97	1.097,50	0,01%			
Alimentação e Nutrição							
Outras Subfunções	3.157.405,27	3.992.988,16	2.868.386,76	14,80%	2.209.687,79	14,37%	
TOTAL	**19.586.239,72**	**27.501.350,10**	**19.381.306,02**	**100,00%**	**15.373.940,12**	**100,00%**	

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
[2] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
[3] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
[4] Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
[5] Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
[6] Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
[7] Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Emissão: 27/11/2017 09:49:27 — Page 3 de 3 Homologado

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2017

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 1942/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nª 023/2017

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO INCRA- UNIDADE AVANÇADA- UAAX

CONTRATADA (O): PAULO RENATO ANDRADE

CPF: 141.597.081-53

VALOR TOTAL CONTRATADO: valor mensal de **R$ 2.000,00 (Dois Mil Reais),** resultando no valor global de **R$ 24.000,00 (Vinte e Quatro Mil Reais**), por um período de 12 (doze) meses.

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso X, da Lei 8.666/93.

RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 023/2017, em conformidade com o Termo de Referência.

Confresa/MT, 04 de dezembro de 2017

Ronio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE
RREO QUINTO BIM 2017 ANEXO VI

MUNICIPIO DE CONFRESA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) - Portaria 43/2016 — R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	68.103.897,74	46.738.455,28	47.008.079,27
Receitas Tributárias	11.091.004,55	5.594.769,72	4.679.036,21
IPTU	952.812,80	929.834,78	625.074,63
ISS	5.580.000,00	2.466.215,41	2.001.370,37
ITBI	683.302,32	714.113,27	527.223,14
IRRF	2.620.235,20	543.763,07	897.960,04
Outras Receitas Tributárias	1.254.654,23	940.843,19	627.408,03
Receitas de Contribuições	2.977.989,20	508.899,07	653.296,89
Receitas Previdenciárias	2.191.918,64		
Outras Receitas de Contribuições	786.070,56	508.899,07	653.296,89
Receita Patrimonial Líquida			
Receita Patrimonial	1.932.039,07	232.887,87	199.080,87
(-) Aplicações Financeiras	1.932.039,07	232.887,87	199.080,87
Transferências Correntes	48.777.055,64	39.801.514,83	39.959.286,19
Cota-parte do FPM	11.600.000,00	9.320.329,99	8.539.428,77
Cota-parte do ICMS	6.080.000,00	5.852.122,53	5.286.711,08
Cota-parte do IPVA	656.000,00	943.072,54	754.429,63
Convênios	1.167.082,32	978.971,19	797.982,57
Outras Transferências Correntes	29.273.973,32	22.707.018,58	24.580.734,14
Demais Receitas Correntes	5.257.848,35	833.271,66	1.716.459,98
Dívida Ativa	439.484,90	357.498,96	474.405,00
Diversas Receitas Correntes	4.818.363,45	475.772,70	1.242.054,98
RECEITAS DE CAPITAL (II)	13.557.623,70	3.555.451,36	1.256.608,90
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)			
Transferências de Capital	13.557.623,70	3.555.451,36	1.256.608,90
Convênios	12.950.318,90	3.039.246,36	1.256.608,90
Outras Transferências de Capital	607.304,80	516.205,00	
Outras Receitas de Capital			
REC. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	13.557.623,70	3.555.451,36	1.256.608,90
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**81.661.521,44**	**50.293.906,64**	**48.264.688,17**

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016	Em 2017	Em 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	71.791.831,75	54.218.047,80	49.849.369,35	46.826.845,04	46.434.364,21		
Pessoal e Encargos Sociais	37.040.195,87	29.774.215,23	25.901.550,00	29.673.113,65	25.900.187,43		
Juros e Encargos da Dívida (IX)							
Outras Despesas Correntes	34.751.635,88	24.443.832,57	23.947.819,35	17.153.731,39	20.534.176,78		
DESEPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	71.791.831,75	54.218.047,80	49.849.369,35	46.826.845,04	46.434.364,21		
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	13.208.088,77	8.756.408,90	12.846.816,02	3.445.781,41	5.472.100,18		
Investimentos	12.006.251,68	7.554.671,75	11.981.340,90	2.244.044,26	4.647.593,45		
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XIV)	1.201.837,09	1.201.737,15	865.475,12	1.201.737,15	824.506,73		
DESP. PRIM. DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	12.006.251,68	7.554.671,75	11.981.340,90	2.244.044,26	4.647.593,45		
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	650.000,00						
RESERVA DO RPPS (XVII)	3.138.641,89						
DESP. PRIM. TOTAL (VXIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**87.586.725,32**	**61.772.719,55**	**61.830.710,25**	**49.070.889,30**	**51.081.957,66**		

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-5.925.203,88**	**-11.478.812,91**	**-13.566.022,08**	**1.223.017,34**	**-2.817.269,49**		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	Valor Corrente
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM
Prefeito Municipal

MARISANGELA JUNKER JARDIM BELLE
Contadora

RONIA MARIA C. B. MILHOMEM
Secretario (a)

Emissão: 04/12/2017 às 09:28 — **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA** — Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1961/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE torna público, para conhecimentos dos interessados, que a licitação promovida pelo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/2017, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE SAÚDE AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE - CONVÊNIO FUNASA Nº 0290/2015, teve como vencedora a empresa PRIMEIRA PAGINA EDITORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 00.874.507/0001-74, a qual apresentou melhor proposta para o objeto licitado, consignando um valor total de R$ 97.555,00 (noventa e sete mil quinhentos e cinquenta e cinco reais).

Conquista D'Oeste, 04 de dezembro de 2017.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1964/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE torna público, para conhecimentos dos interessados, que a licitação promovida pelo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/2017, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATRAVÉS DE MONITORES PARA DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE PROJETOS EM OFICINAS NO CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E COM AS FAMÍLIAS ATRAVÉS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV, teve como vencedoras as empresas DERLY GEMINIANO REVERDITO 68482728920, CNPJ nº 19.725.155/0001-13, que apresentou proposta para o item 47170 consignando o valor mensal de R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais) totalizando o valor de R$ 11.244,00 (onze mil duzentos e quarenta e quatro reais); e a empresa DAYANI ARAUJO SANTOS FERREIRA 03047588171, CNPJ nº 28.877.521/0001-40, que apresentou proposta para o item 44844 consignando o valor mensal de R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais) totalizando o valor de R$ 11.244,00 (onze mil duzentos e quarenta e quatro reais), no respectivo processo licitatório. Não teve vencedor para o item 47171.

Conquista D'Oeste, 04 de dezembro de 2017.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 061/2017

JAIR KLASNER, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no artigo 24 da Lei Municipal nº 019/2005.

C O N V O C A:

Os abaixo relacionados, aprovados em Processo Seletivo Público 001/2017, que deverão comparecer no prazo de 30 (Trinta) dias, à contar desta data, na Prefeitura Municipal, no horário de 7:00h às 11:00h e das 13:00h as 17:00h, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei.

O não comparecimento do(a) interessado(a) no prazo de 30 (trinta) dias, à partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado(a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cotriguaçu – MT, em 04 de Dezembro de 2017.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DOS CONVOCADOS

Cargo: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS – CENTRO

IVONETE ALVES DE DEUS GOLLO

ANEXO II

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Fotocópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento ou averbações, se houver;

Fotocópia autenticada da certidão de nascimento dos filhos, se tiver;

Fotocópia autenticada da Cédula de Identidade e CPF;

Cópia da Carteira de Trabalho e Número de Cadastramento no PIS/PASEP;

Fotocópia autenticada do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição;

Fotocópia autenticada do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do sexo masculino);

Certidão Negativa Civil e Criminal; (retirar no Fórum ou no Site http://www.tjmt.jus.br/Servicos/CertidaoNegativa/) Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa; (prefeitura fornece modelo)

Fotocópia autenticada do comprovante de Escolaridade exigido para o exercício do cargo.

Fotocópia autenticada do Certificado de Conclusão do Curso Introdutório;

Declaração de Bens e Direitos; (prefeitura fornece modelo da declaração);

Declaração de não acumulo ilegal de cargo; (prefeitura tem o modelo)

Fotocópia autenticada do Comprovante de Residência;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 037/2017

LOCATÁRIA: Município de Curvelândia - MT

LOCADORA: TEREZA RODRIGUES DE MOURA SANTOS

CPF: 630.193.961-15

OBJETO: Locação de bem imóvel localizado na Avenida Mariana S/Nº, Centro, para funcionamento da Agencia Comunitária da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, autorizado pela Lei Municipal Nº 35 de 25 de Abril de 2001.

VALOR: R$ 11.244,00 (Onze Mil, Duzentos e Quarenta e Quatro Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 22/11/2018.

DATA DE ASSINATURA: 22/11/2017.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte LOCADORA Sra. TEREZA RODRIGUES DE MOURA SANTOS, Proprietária do Imóvel.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 034/2017

CONTRATANTE: Município de Curvelândia – MT.

CONTRATADA: CIRURGICA GONÇALVES LTDA - EPP.

CNPJ Nº 15.371.628/0001-70

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para aprimoramento das condições de funcionamento da unidade de saúde da família, com recursos de emenda parlamentar nº 30970007 e 37410012, conforme proposta nº 11708.596000/1160-02 do ministério da saúde.

VALOR: R$ 70.108,00 (Setenta Mil, Cento e Oito Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 17/01/2018.

DATA DE ASSINATURA: 17/11/2017.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA, Sr. TERTULIANO GONÇALVES DA COSTA – Sócio Administrador.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 035/2017

CONTRATANTE: Município de Curvelândia – MT.

CONTRATADA: IBI LIFE MEDICAL LTDA - ME.

CNPJ Nº 10.493.078/0001-49

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para aprimoramento das condições de funcionamento da unidade de saúde da família, com recursos de emenda parlamentar nº 30970007 e 37410012, conforme proposta nº 11708.596000/1160-02 do ministério da saúde.

VALOR: R$ 53.402,00 (Cinquenta e Três Mil, Quatrocentos e Dois Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 17/01/2018.

DATA DE ASSINATURA: 17/11/2017.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA, Sr. JOÃO HENRIQUE WEBER RUIZ – Sócio Administrador.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 036/2017

CONTRATANTE: Município de Curvelândia – MT.

CONTRATADA: LK MEDICAL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI - EPP.

CNPJ Nº 28.767.561/0001-30

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para aprimoramento das condições de funcionamento da unidade de saúde da família, com recursos de emenda parlamentar nº 30970007 e 37410012, conforme proposta nº 11708.596000/1160-02 do ministério da saúde.

VALOR: R$ 42.469,00 (Quarenta e Dois Mil, Quatrocentos e Sessenta e Nove Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 17/01/2018.

DATA DE ASSINATURA: 17/11/2017.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA, Sr. LAUDINEI ANTONIO CAMPOS – Procurador.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SETOR RH
ERRATA DA PORTARIA Nº 166/2017

Portaria nº 166/2017, publicada no Diário Oficial AMM-MT nº 2864, de 29 de Novembro de 2017.

Correções:

ONDE SE LÊ:

a serem usufruídas no período de 04 de Dezembro de 2017 a 03 de Fevereiro de 2018.

LEIA-SE:

a serem usufruídas no período de 04 de Dezembro de 2017 a 03 de MARÇO de 2018.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Diamantino/MT, 04 de Dezembro de 2017.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

GABINETE
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, CNPJ Nº 03.648.540/0001-74, torna público que requereu junto a Superintendência de Recursos Hídricos (SURH) da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA - MT), o requerimento de autorização para perfuração de poço tubular, nas Coordenadas Geográficas - Latitude S: - 14°28'48.51" e Longitude W: - 56°15'43.75", localizada na zona rural do Município de Diamantino/MT.

GABINETE
DECRETO Nº 143/2017 DE SEXTA-FEIRA, 6 DE OUTUBRO DE 2017

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 143/2017
DE SEXTA-FEIRA, 6 DE OUTUBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1182/2017, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 362.535,00 (TREZENTOS E SESSENTA E DOIS MIL E QUINHENTOS E TRINTA E CINCO REAIS), nas dotações orçamentárias:

05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.2007	MANUTENÇÃO E ENC.C/A SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
001.12.361.0016.2046	MANUT E ENCARGOS ENSINO FUNDAMENTAL	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	3.600,00
001.12.361.0031.1101	ALIMENTAÇAO ESCOLAR	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.750,00
002.12.365.0032.2015	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM 40% DA EDUCAÇAO INFANTIL - FU	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	1.600,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	100,00
004.12.365.0031.1120	MANTER O PROGRAMA DE ALIMENTAÇAO ESCOLAR	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	29.480,00
	SUBTOTAL	**54.530,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.122.0037.2019	GESTAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	300,00
001.10.301.0042.2030	MANUTENÇAO E DESEVOLVIMENTOS COM AS ATIVIDADES DO AGEN	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	700,00
001.10.301.0042.2032	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM AS UNIDADES DO PSF	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	600,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	120.900,00
001.10.302.0040.1244	MANUTENÇAO DAS AÇOES DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	83.200,00
001.10.302.0040.2023	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.400,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

001.10.302.0040.2024	MANUTENÇAO DO PRONTO ATENDIMENTO	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	80.200,00
001.10.305.0041.2025	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	100,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.300,00
001.10.305.0041.2026	MANUTENÇAO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇOES DE DST/AIDS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	205,00
	SUBTOTAL	**304.005,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.244.0044.2035	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
	SUBTOTAL	**4.000,00**
	TOTAL	**362.535,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.1014	IMPLANTAÇÃO DA OUVIDORIA MUNICIPAL	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.500,00
	SUBTOTAL	**2.500,00**
03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.04.122.0002.2003	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	50.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	15.000,00
001.18.541.0006.1031	FORNECIMENTO DE MUDAS DE ESPECIE NATIVA E DE VALOR ECONO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
001.18.542.0004.1029	DESENVOLVER CAMPANHA DE CONTROLE DE QUEIMADA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
001.20.602.0072.1261	INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA PISCICULTURA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
001.20.605.0003.1019	CORREÇAO DE SOLO COM CALCARIO E TERRAPLANAGEM PARA AVIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.500,00
001.20.605.0003.1020	MANUTENÇAO DE EQUIPE DE ASSISTENCIA TECNICA DIVULGAÇÃO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
001.23.692.0007.1032	APOIO AS AÇOES DO COMERCIO E INDUSTRIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
	SUBTOTAL	**125.500,00**
04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.15.451.0008.1035	CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRAÇAS PARQUES E JARDINS	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	30.000,00
001.15.451.0009.1038	MANUTENÇAO E RECUPERAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
	SUBTOTAL	**75.000,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.2007	MANUTENÇÃO E ENC.C/A SECRETARIA	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	5.300,00
001.12.361.0021.1072	CONST DE BIBLIOTECAS PUB. E AQ DE EQUIP E ACERVOS DE LIVRO	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	7.500,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.500,00
001.12.361.0024.1078	APOIO A MORADIA	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	750,00
004.12.365.0032.2013	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A EDUCAÇAO INFANTIL	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	29.480,00
	SUBTOTAL	**50.530,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.305.0041.2026	MANUTENÇAO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇOES DE DST/AIDS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.100,00
	SUBTOTAL	**4.100,00**
08	**SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO**	
001.27.813.0044.2041	MANUT.E ENCARGOS C/DEPTO DE ESPORTE E LAZER	
3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	89.905,00
3390370000	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	15.000,00
	SUBTOTAL	**104.905,00**
	TOTAL	**362.535,00**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.
AOS SEIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

GABINETE
DECRETO Nº 139/2017 DE SEGUNDA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2017

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 139/2017
DE SEGUNDA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1182/2017, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 731.980,00 (SETECENTOS E TRINTA E UM MIL E NOVECENTOS E OITENTA REAIS), nas dotações orçamentárias:

03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.04.122.0002.2003	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
001.20.122.0003.1018	AMPLIAÇÃO,MELHORIA E MANUTENÇAO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
001.20.605.0003.1019	CORREÇAO DE SOLO COM CALCARIO E TERRAPLANAGEM PARA AVIA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	16.000,00
	SUBTOTAL	**41.000,00**
04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.04.122.0002.2004	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
	SUBTOTAL	**100.000,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0029.1096	MANUTENÇAO COM O TRANSPORTE ESCOLAR 15 ONIBUS E 3 VANS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	29.300,00
003.12.361.0029.1091	MANTER O TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BAS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	47.000,00
003.12.361.0029.1092	MANTER O CONVENIO DO TRANSPORTE ESCOLAR/SEDUC	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	51.100,00
005.13.392.0033.2016	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O DEPARTAMENTO DE CULTURA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	2.600,00
	SUBTOTAL	**130.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.122.0037.2019	GESTAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	1.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
001.10.122.0037.2021	MANUTENÇAO DO SERVIÇO DE CONTROLE,AVALIAÇAO,AUDITORIA	
3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	1.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
001.10.301.0042.2030	MANUTENÇAO E DESEVOLVIMENTOS COM AS ATIVIDADES DO AGEN	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	4.300,00
001.10.301.0042.2032	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM AS UNIDADES DO PSF	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
001.10.302.0040.1159	MANUTENÇAO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE	
3371700000	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	106.000,00
001.10.302.0040.1244	MANUTENÇAO DAS AÇOES DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
001.10.302.0040.2024	MANUTENÇAO DO PRONTO ATENDIMENTO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	43.000,00
	SUBTOTAL	**195.300,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.244.0044.2035	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	106.000,00
	SUBTOTAL	**106.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.123.0061.1225	AMORTIZAÇÃO DO INSS	
4690760000	PRINCIPAL CORRIGIDO DA DIVIDA MOBILIARIA REFINANCI	132.680,00
001.04.123.0062.1229	CONTRIBUIÇÃO COM O PASEP	
3390470000	OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	27.000,00
	SUBTOTAL	**159.680,00**
	TOTAL	**731.980,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.1010	DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBL	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
001.04.122.0002.1014	IMPLANTAÇÃO DA OUVIDORIA MUNICIPAL	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	2.500,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.500,00
	SUBTOTAL	**20.000,00**
03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.04.122.0002.1025	AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS MOVEIS E UTENSILIOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
001.18.541.0005.1030	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
001.18.541.0006.1031	FORNECIMENTO DE MUDAS DE ESPECIE NATIVA E DE VALOR ECONO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
001.18.542.0004.1027	JOGUE LIMPO COM DIAMANTINO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17.000,00
001.20.605.0003.1019	CORREÇAO DE SOLO COM CALCARIO E TERRAPLANAGEM PARA AVIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
001.20.605.0003.1020	MANUTENÇAO DE EQUIPE DE ASSISTENCIA TECNICA DIVULGAÇÃO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
001.20.605.0003.1021	INST.FEIRAMUNICIPAL E CENTRAL DE APOIO AOS PEQUENOS PROD	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	9.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	59.000,00
001.20.605.0003.1022	REALIZAÇÃO DE CURSOS DE QUALIF E CAPACTAÇÃO AOS PRODUTO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16.000,00
	SUBTOTAL	**171.000,00**
04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.04.122.0002.2004	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390370000	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	100.000,00
001.15.451.0008.1035	CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRAÇAS PARQUES E JARDINS	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.000,00
001.15.451.0009.1037	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS AVENIDAS E CALÇAMENTO EM PARALELEP	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	15.000,00
001.15.451.0010.1040	CONSTRUÇÃO E REFORMA DOS ABRIGOS EM PONTOS DE ONIBUS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	9.000,00
001.15.451.0010.1041	IMPLANTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	18.000,00
001.15.451.0010.1045	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	9.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	9.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.000,00
001.15.752.0008.1033	AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇAO PUBLICA	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	24.000,00
002.04.122.0011.1049	AQUISIÇÃO DE MOVEIS E MATERIALPERMANENTE	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
	SUBTOTAL	**228.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.122.0037.2021	MANUTENÇAO DO SERVIÇO DE CONTROLE,AVALIAÇAO,AUDITORIA	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.800,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.800,00
001.10.301.0042.1165	AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA SA	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.000,00
001.10.301.0042.2032	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM AS UNIDADES DO PSF	
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.800,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.100,00
001.10.302.0040.2022	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O CENTRO DE REABILITAÇAO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.000,00
001.10.302.0040.2023	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.000,00
001.10.302.0040.2048	MANUTENÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.800,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	4.900,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.800,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.800,00
001.10.305.0041.2025	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	6.500,00
001.10.305.0041.2026	MANUTENÇAO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇOES DE DST/AIDS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
	SUBTOTAL	**74.300,00**
08	**SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO**	
001.27.812.0055.1206	EVENTOS ESPORTIVOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	8.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13.200,00
002.23.695.0058.1207	APOIO AO DESENVOLVIMENTO TURISTICO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.000,00
	SUBTOTAL	**44.200,00**
09	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
001.04.122.0002.1208	PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	14.000,00
001.04.128.0059.1213	TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
	SUBTOTAL	**18.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.123.0002.1222	PLANO ASSISTENCIAL DE SAUDE	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.000,00
001.04.123.0062.1228	PAGAMENTOS DE PRECATORIOS	
4690910000	SENTENCAS JUDICIAIS	132.680,00
001.04.128.0059.1231	TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.800,00
	SUBTOTAL	**176.480,00**
	TOTAL	**731.980,00**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.
AOS DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 180/2017

EDERBALDO ALVES TEIXERA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONCEDE RETORNO DA LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR ISMAEL FRANCISCO SOUZA PACHECO

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder, o retorno da Licença Prêmio ao servidor **ISMAEL FRANCISCO SOUZA PACHECO,** matrícula funcional 129-1**,** ocupante do Cargo/Função de AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL/VIGIA, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas, com data de retorno no dia 02 de Dezembro de 2017.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 04 de Dezembro de 2017.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 179/2017

EDERBALDO ALVES TEIXERA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONCEDE RETORNO DA LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA KENYA KELLY DIAS DE ALMEIDA FONSECA

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder, o retorno da Licença Prêmio a Senhora **KENYA KELLY DIAS DE ALMEIDA,** matrícula funcional 1382-1**,** ocupante do Cargo/Função de Técnico Nível Superior/Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, com data de retorno no dia 05 de Dezembro de 2017.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 04 de Dezembro de 2017.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 178/2017

EDERBALDO ALVES TEIXERA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONCEDE RETORNO DA LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR CLARO MONTEIRO DA SILVA

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder, o retorno da Licença Prêmio ao servidor **CLARO MONTEIRO DA SILVA,** matrícula funcional 416-1**,** ocupante do Cargo/Função de PEDREIRO, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas, com data de retorno no dia 02 de Dezembro de 2017.

ART. 2º - Apresente Portaria entrará em vigor com efeito retroativo a 02 de Dezembro de 2017.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 04 de Dezembro de 2017.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 110/2017/SMEC

"Dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados para o processo de atribuição de classe e/ou aulas e o regime /jornada de trabalho nas Unidades Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental nas Unidades de Ensino da Rede Municipal, para o período letivo 2018".

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de DIAMANTINO - MT, no uso de suas atribuições legais e, considerando as Leis Nacionais nº 9394/96 e 011/2011; as Resoluções 05/2009/CEB e CNE, 02/2009/CEE/MT;

RESOLVE,

Art. 1º Regulamentar o processo de atribuição de classe e/ou aulas e do regime/jornada de trabalho do professor, técnico administrativo educacional, apoio administrativo educacional, Técnico de Desenvolvimento Infantil nas Escolas da Rede Municipal, para o exercício letivo de 2018.

Art. 2º O processo de atribuição de classe e/ou aulas e do regime/jornada de trabalho dos profissionais da educação nas escolas da rede municipal de ensino será conduzido, por uma comissão de atribuição formada na escola, constituída pelos seguintes membros:

I - diretor (a) da escola;

II - secretário (a) escolar;

III - presidente do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

IV - 01 (um) representante dos professores efetivos da unidade escolhidos pelos pares;

V - 01 (um) representante dos profissionais administrativos efetivos da unidade escolhidos pelos pares (técnico administrativo educacional ou apoio administrativo educacional).

Art. 3º Para a realização do processo de atribuição de classe e/ ou aulas e do regime/jornada de trabalho dos profissionais da educação a Comissão de Atribuição deve realizar estudos das portarias, com os profissionais da unidade escolar.

Art. 4º – O Preenchimento das fichas de contagem de Pontos implica no conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas nesta Portaria, sobre as quais o Professor, Técnico de Desenvolvimento Infantil, Técnico Administrativo Educacional, e Apoio Administrativo Educacional, não poderão alegar desconhecimento das mesmas;

Art. 5º – As Fichas de Contagem de Pontos deverão ser preenchidas pelos profissionais efetivos que será realizada em dias úteis no período de **11 a 13/12/2017**, **das 12:00 às 18:00 horas** nas Unidades escolares na qual o servidor está desempenhando suas funções, para fins de atribuição de turmas a ser realizada pela comissão escolar constituída para este fim;

Art. 6º. – Nas escolas do campo as atribuições serão realizadas em dias úteis no período de **11 a 13 de dezembro de 2017, das 12:00 às 18:00 horas**, na sede de cada Escola.

Art. 7º – Para o processo de classificação/pontuação dos Professores e servidores administrativos deverão considerar os ANEXOS I e II desta Portaria;

Art. 8º _ Para os profissionais em contrato temporário (Professores TDIs, Administrativos), não haverá contagem de pontos, e a atribuição será em dias úteis no período de 14 a 15 de Dezembro de 2.017, em cada unidade escolar, de acordo com número de alunos e com as turmas previamente constituídas para o ano letivo de 2.018.

Art. 9º - Quando o serviço do contratado não atender mais as necessidades da unidade, ou deixar de cumprir as atribuições de sua função, desde que evidenciado por relatório da Unidade Escolar e CDCE, baseado em registro no decorrer do ano letivo, o mesmo deverá ser avisado por escrito, com 30 (dias) de antecedência, de sua dispensa.

Art. 10 – Na ocorrência do artigo anterior a unidade escolar fará o ajuste de seu quadro de acordo com as suas necessidades internas, e somente se houver aumento de demanda recorrerá à lista geral de classificados, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultural, conforme o edital de Seleção 001/2017 SMEC, que será encaminha.

Art. 11- Caso haja Profissionais remanescentes, deverá ser encaminhado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura que providenciará sua lotação em outra Unidade de Ensino.

Art. 12 A Comissão Central de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, da Secretaria Municipal de Educação, será composta de:

I - Secretário Municipal de Educação

II- Assessores Administrativos;

III - Assessores Pedagógicos;

IV- Representante do Sintep;

Art. 13 A comissão composta pela Escola para o Processo de Contagem de Pontos, organizará a classificação dos profissionais efetivos, que servirá para a atribuição de cargos, classe e/ou aulas, acompanhar todo o processo de atribuição inclusive, a prorrogação dos contratos temporários, devendo todo o processo ser registrado em ata.

Art. 14 Quando da apuração final dos pontos, em caso de empate entre os profissionais, para efeito de desempate, serão observados os critérios constantes nos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 15 – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão constituída pela SMEC.

Art. 16 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a **Portaria nº 109/2017/SMEC**.

CUMPRA-SE,

PUBLIQUE-SE

Diamantino-MT, 22 de Dezembro de 2017.

Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos

Secretária Municipal de Educação e Cultura

ANEXO I

FICHA DE PONTUAÇAO PARA ATRIBUIÇAO DE CLASSES E/OU AULAS DO PROFESSOR EFETIVO

1. DADOS PESSOAIS			
Nome do Servidor (a)			
Data de Nascimento			
Endereço:			
Bairro - Cidade-			
Telefone: ( ) Residencial.- ( ) Celular – ( )			
E mail -			
RG nº órgão expedidor - CPF nº			
FORMAÇÃO PROFISSIONAL:			
2. OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO			
( ) Ensino Regular			
( ) Educação Infantil			
3. PONTUAÇÃO			
Critérios	**Indicadores**	**Subtotal**	
Da formação/Titulação (considerar a maior titulação)			
Qualificação			
( ) Doutorado	8,0 Pontos		
( ) Mestrado	6,0 Pontos		
( ) Especialização	4,0 Pontos		
( ) Licenciatura Plena	3,0 Pontos		
( ) Magistério	1,5 Pontos		
Assiduidade			
Por participação em 90% das Assembleias da comunidade Escolar (reunião de pais de alunos)	1,0 ponto		
Por participação em reuniões pedagógicas, devidamente comprovada 100%.	2,0 pontos		
Por participação em reuniões pedagógicas, devidamente comprovada 75% a 95%	1,0 pontos		
Por ter mantido os prazos estabelecidos pela secretaria da escola quanto ao lançamento e acompanhamento dos diários de classe, portfólio com os registros pertinentes ao desenvolvimento da aprendizagem do aluno.	2,0 pontos		
4. QUALIFICAÇAO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR NO ANO DE 2.017.			
a- Por participação da Formação Continuada via Sala de Educador na Rede Municipal. 95%	1,0 pontos		
b- Por participação da Formação Continuada via sala de Educador na Escola, onde é efetivo. 95%	2,0 pontos		
c - Por participação da Formação Continuada via Sala de Educador na Rede Municipal. 75%	0,5 pontos		

d- Por participação da Formação Continuada via sala de Educador na Escola onde é efetivo. 75%	1,0 pontos		
e - Publicação de artigos, **na área de sua atuação,** em meios de comunicação que possuam **Conselho Editorial**, com limite máximo de 3,0 (três) pontos. (certificado referente aos últimos três anos).	1,0 pontos para cada artigo		
f- Publicações científicas- apresentar página que conste o parecer do **Conselho Editorial**, nº do registro ou carta de aceite, máximo de 2,0 pontos. Livros (Completo e/ou capítulo)	1,0 pontos p/ cada Publicação		
g- Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos Didático-curriculares e de políticas educacionais, com limite máximo de 3,0 pontos (certificado referente aos últimos três anos).	0,5 para cada 40 horas		
h- Certificado/declaração de participação PNAIC exclusivo para quem atuar no 1º ciclo. (somente para quem é frequente e vai continuar no Programa no ano letivo de 2018).	2,0 pontos		
5. OUTRAS CONSIDERAÇÕES			
a- Tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino de Diamantino/MT	0,5 pontos a cada ano		
b - Tempo de Serviço na Unidade Escolar para qual se candidata.	1,0 pontos para cada ano trabalhado.		
Obs.: Tempo de Efetivo (apresentar TERMO DE POSSE); Tempo como contratado (apresentar cópia de contrato ou Declaração da Escola onde trabalhou)			
6. CRITÉRIOS DE DESEMPATE:			
a) Maior idade b) Compôs Tribunal do Júri em 2017 c) Doador de sangue, devidamente comprovado (carteirinha).			
7 - TOTAL DE PONTOS OBTIDOS			

Obs: Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até duas casas decimais.

_____

Assinatura do Professor

_____

Comissão Responsável

LOCAL e DATA _____

ANEXO II

FICHA DE PONTUAÇÃO PARA REGIME/JORNADA DE TRABALHO DO SERVIDOR ADMINISTRATIVO.

1. DADOS PESSOAIS			
Nome do Servidor (a)			
Data de Nascimento -			
Endereço:			
Bairro - Cidade-			
Telefone ( ) Residencial ( ) Celular ( )			
E mail -			
RG nº órgão expedidor- CPF nº			
FORMAÇÃO PROFISSIONAL ( ) Efetivo ( ) Contratado			
Possui outro vinculo empregatício			
( ) sim ( ) não	Local		
2. OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO			
( ) Técnico Administrativo Educacional			
( ) Técnico de Desenvolvimento Infantil			
Apoio Administrativo Educacional			
( ) Manutenção de Infraestrura (limpeza)			
( ) Nutrição Escolar (Merendeira)			
3. NÚMERO DE PONTOS OBTIDOS PELO PROFISSIONAL			
Critérios	**Indicadores**		**Computo**
Da formação/Titulação (considerar a maior titulação)			
Qualificação			
( ) Especialização	4,0 Pontos		
( ) Ensino Superior Lic. Plena	3,0 Pontos		
Escolaridade			
( ) Ensino Médio	2,0 Pontos		
( ) Ensino Fundamental	1,0 Pontos		
4. QUALIFICAÇAO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR NO ANO DE 2.017.			
a- Por participação da Formação Continuada via Sala de Educador na Rede Municipal. 95%	1,0 pontos		
b- Por participação da Formação Continuada via Sala de Educador na escola de lotação. 95%	2,0 pontos		
c - Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos na área de atuação e de políticas educacionais, com limite máximo de 3,0 pontos (certificado referente aos últimos três anos).	0,5 ponto para cada 40 horas		
d- Publicação de artigos, **na área de sua atuação,** em meios de comunicação que possuam Conselho Editorial, com limite máximo de 3,0 (três) pontos. (certificado referente aos últimos três anos).	1,0 ponto para cada artigo		
e- Por participação em reuniões, devidamente comprovada. 100%	2,0 pontos		
f- Por participação em reuniões, devidamente comprovada 75% a 95%	1,0 pontos		
5. OUTRAS CONSIDERAÇÕES			
a- Tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino de Diamantino/MT	0,5 pontos para cada ano trabalhado.		

b- Tempo de Serviço na Escola de lotação.	1,0 pontos para cada ano trabalhado.	
Obs.: Tempo de Efetivo (apresentar TERMO DE POSSE); Tempo como contratado (apresentar cópia de contrato ou Declaração da Escola onde trabalhou).		
6. CRITÉRIOS DE DESEMPATE:		
a) Maior idade b) Compôs Tribunal do Júri em 2017 c) Doador de sangue, devidamente comprovado (carteirinha)		
7. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		

Obs: Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até duas casas decimais

_____

ASSINATURA DO SERVIDOR

_____

COMISSÃO

LOCAL e DATA:_____

GABINETE
DECRETO Nº 154/2017 DE SEXTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 2017

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 154/2017
DE SEXTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1182/2017, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 263.250,00 (DUZENTOS E SESSENTA E TRES MIL E DUZENTOS E CINQUENTA REAIS), nas dotações orçamentárias:

04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.04.122.0002.2004	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
	SUBTOTAL	**30.000,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.2046	MANUT E ENCARGOS ENSINO FUNDAMENTAL	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
003.12.361.0029.1091	MANTER O TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BAS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
003.12.361.0029.1092	MANTER O CONVENIO DO TRANSPORTE ESCOLAR/SEDUC	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	99.900,00
004.12.365.0032.2013	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A EDUCAÇAO INFANTIL	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.500,00
	SUBTOTAL	**160.400,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.301.0042.2032	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM AS UNIDADES DO PSF	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17.550,00
001.10.302.0040.1244	MANUTENÇAO DAS AÇOES DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.900,00
001.10.302.0040.2023	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.500,00
	SUBTOTAL	**26.950,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.241.0049.1190	DESENVOLVER O PROJETO MELHOR IDADE	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.400,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

001.08.244.0012.1196	KITS MAT.DE CONST.P/DISTRIBUIÇÃO GRATUITA(PROJ MINHA CASA	
3390320000	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	35.500,00
001.08.244.0045.2036	MANUT.AMP E CONSERVAÇÃO DO CENTRO DE MULTIPLO USO/COMU	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
001.08.244.0053.2039	MANUT.C/FUNDO DE ASSIST.SOCIAL	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	3.000,00
002.08.244.0064.1238	CREAS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
	SUBTOTAL	**45.900,00**
	TOTAL	**263.250,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.04.122.0002.2004	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	10.000,00
3390370000	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	9.000,00
001.15.451.0008.1232	LIMPEZA URBANA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	26.950,00
	SUBTOTAL	**45.950,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.2046	MANUT E ENCARGOS ENSINO FUNDAMENTAL	
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.000,00
003.12.361.0029.1091	MANTER O TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BAS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
003.12.361.0029.1092	MANTER O CONVENIO DO TRANSPORTE ESCOLAR/SEDUC	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	99.900,00
006.12.361.0029.2011	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUC	
3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	1.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1.500,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.500,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.500,00
	SUBTOTAL	**160.400,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.243.0048.1189	PROJ APRENDER CRESCENDO CIDADÃO E PROJ ABB COMUNIDADEM	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.500,00
001.08.243.0048.2037	MANUTENÇÃO COM A CASA DO MENOR PROJETO DE PROTEÇÃO AM	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
001.08.244.0053.1197	REALIZAÇÕES DE CONFERENCIAS MUNICIPAIS	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.400,00
001.08.244.0053.2039	MANUT.C/FUNDO DE ASSIST.SOCIAL	
3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	3.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
002.08.244.0064.1238	CREAS	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.000,00
	SUBTOTAL	**45.900,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.123.0060.2045	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	11.000,00
	SUBTOTAL	**11.000,00**
	TOTAL	**263.250,00**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.
AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

GABINETE
DECRETO Nº 153/2017 DE SEGUNDA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 2017

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 153/2017
DE SEGUNDA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1182/2017, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 901.600,00 (NOVECENTOS E UM MIL E SEISCENTOS REAIS), nas dotações orçamentárias:

03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.04.122.0002.2003	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
	SUBTOTAL	**5.000,00**
04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.04.122.0002.2004	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16.000,00
	SUBTOTAL	**32.000,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.2046	MANUT E ENCARGOS ENSINO FUNDAMENTAL	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	3.600,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	14.650,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.900,00
002.12.365.0032.2014	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM 60% DA EDUCAÇAO INFANTIL - FU	
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.700,00
002.12.365.0032.2015	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM 40% DA EDUCAÇAO INFANTIL - FU	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	1.600,00
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	100.600,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.600,00
003.12.361.0031.1100	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇAO ESCOLAR - PNAE/PNAEF/P	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	27.500,00
003.12.365.0031.1119	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇAO ESCOLAR A CRIANÇA - PN	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.800,00
004.12.365.0032.2013	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A EDUCAÇAO INFANTIL	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	14.200,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.900,00
	SUBTOTAL	**177.050,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.122.0037.2019	GESTAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.300,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.700,00
001.10.122.0037.2021	MANUTENÇAO DO SERVIÇO DE CONTROLE,AVALIAÇAO,AUDITORIA	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.400,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.000,00
001.10.301.0042.2029	MANUTENÇAO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE SAUDE B	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	135.000,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.400,00
001.10.301.0042.2030	MANUTENÇAO E DESEVOLVIMENTOS COM AS ATIVIDADES DO AGEN	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	58.300,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.350,00
001.10.301.0042.2032	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM AS UNIDADES DO PSF	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	166.700,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	86.200,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	62.400,00
001.10.302.0040.2024	MANUTENÇAO DO PRONTO ATENDIMENTO	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	55.000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	72.000,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.200,00
001.10.305.0041.2025	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	100,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.500,00
001.10.305.0041.2026	MANUTENÇAO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇOES DE DST/AIDS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	8.300,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.700,00
	SUBTOTAL	**672.550,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.244.0044.2035	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
	SUBTOTAL	**15.000,00**
	TOTAL	**901.600,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.2002	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	11.900,00
	SUBTOTAL	**11.900,00**
03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.04.122.0002.2003	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	30.000,00
3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	5.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	9.200,00
001.18.541.0005.1030	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.040,00
001.18.541.0006.1031	FORNECIMENTO DE MUDAS DE ESPECIE NATIVA E DE VALOR ECONO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.100,00
001.18.542.0004.1028	INCENTIVAR A ENTREGA DE EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTOXICO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	4.990,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	3.990,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.500,00
001.20.605.0003.1020	MANUTENÇAO DE EQUIPE DE ASSISTENCIA TECNICA DIVULGAÇÃO	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	4.990,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.990,00
001.20.605.0003.1021	INST.FEIRAMUNICIPAL E CENTRAL DE APOIO AOS PEQUENOS PROD	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00
001.23.692.0007.1032	APOIO AS AÇOES DO COMERCIO E INDUSTRIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.930,00
	SUBTOTAL	**162.730,00**
04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.04.122.0002.2004	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15.000,00
3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	20.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	13.000,00
3390370000	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	33.000,00
001.15.451.0008.1232	LIMPEZA URBANA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	115.000,00
001.15.451.0010.1046	CONSTRUÇÃO, REFORMA E CONSERVAÇÃO DO TERMINAL RODOVIA	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	36.500,00
001.26.782.0013.1053	ELEVAÇÃO DO GREIDE E ENCASCALHAMENTO DE ESTRADAS VICINA	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.500,00
002.26.122.0011.1048	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DO MUNICIPIO	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
	SUBTOTAL	**301.000,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.1066	AUTONOMIA DE GESTÃO FINANCEIRA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.000,00
003.12.361.0029.1092	MANTER O CONVENIO DO TRANSPORTE ESCOLAR/SEDUC	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	71.150,00
004.12.365.0032.1107	EQUIPAR AS ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.800,00
005.13.392.0033.2016	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O DEPARTAMENTO DE CULTURA	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	4.000,00
	SUBTOTAL	**89.950,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.122.0038.1148	MANUTENÇAO DO NUCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	990,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	990,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	990,00
001.10.301.0042.1245	MANUTENÇAO DO NASF	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	13.500,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	990,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	90,00
001.10.301.0042.2029	MANUTENÇAO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE SAUDE B	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
	SUBTOTAL	**37.550,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.244.0012.1196	KITS MAT.DE CONST.P/DISTRIBUIÇÃO GRATUITA(PROJ MINHA CASA	
3390320000	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	4.990,00
001.08.244.0045.2036	MANUT.AMP E CONSERVAÇÃO DO CENTRO DE MULTIPLO USO/COMU	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	3.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
001.08.244.0046.1181	DESP C/LOCOMOÇÃO E PASSAGENS INTEREST.P/MORADORES DO M	
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15.000,00
001.08.244.0053.2039	MANUT.C/FUNDO DE ASSIST.SOCIAL	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
002.08.243.0048.1187	ASEF-QUALIF AS FAMILIAS COM CRIANÇAS DA EDUC.INFANTIL DE 0	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	10.000,00
002.08.244.0014.1200	CONSTR.E AMPL/REFORMA DO CENTRO DE REFERENCIA/CRAS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	20.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	28.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

002.08.244.0050.1192	PSB FAMILIA	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	5.000,00
	SUBTOTAL	**134.990,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.123.0060.2045	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13.480,00
001.04.123.0062.1228	PAGAMENTOS DE PRECATORIOS	
4690910000	SENTENCAS JUDICIAIS	140.000,00
	SUBTOTAL	**163.480,00**
	TOTAL	**901.600,00**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.
AOS TREZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

GABINETE
DECRETO Nº 152/2017 DE SEXTA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 2017

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 152/2017
DE SEXTA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1182/2017, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 1.609.000,00 (UM MILHAO E SEISCENTOS E NOVE MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.04.122.0002.2004	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	158.000,00
	SUBTOTAL	**158.000,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.2007	MANUTENÇÃO E ENC.C/A SECRETARIA	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	135.000,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	28.000,00
001.12.361.0016.2046	MANUT E ENCARGOS ENSINO FUNDAMENTAL	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	32.000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	159.000,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	39.500,00
002.12.361.0016.2009	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDEB 60%	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	123.000,00
002.12.365.0032.2014	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM 60% DA EDUCAÇAO INFANTIL - FU	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	99.000,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	41.500,00
002.12.365.0032.2015	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM 40% DA EDUCAÇAO INFANTIL - FU	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	99.000,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	31.000,00
004.12.365.0032.2013	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A EDUCAÇAO INFANTIL	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	232.000,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	47.500,00
	SUBTOTAL	**1.066.500,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

001.10.122.0037.2019	GESTAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	5.500,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	59.000,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	12.500,00
001.10.122.0037.2021	MANUTENÇAO DO SERVIÇO DE CONTROLE,AVALIAÇAO,AUDITORIA	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	1.700,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	23.000,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.900,00
001.10.301.0042.2029	MANUTENÇAO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE SAUDE B	
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	26.000,00
001.10.301.0042.2030	MANUTENÇAO E DESEVOLVIMENTOS COM AS ATIVIDADES DO AGEN	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	21.500,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	24.500,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	20.000,00
001.10.301.0042.2032	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM AS UNIDADES DO PSF	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	42.800,00
001.10.302.0040.2022	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O CENTRO DE REABILITAÇAO	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	15.600,00
001.10.302.0040.2023	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	9.000,00
001.10.302.0040.2024	MANUTENÇAO DO PRONTO ATENDIMENTO	
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	6.000,00
001.10.302.0040.2047	MANUTENCAO DA AGENCIA TRANSFUSIONAL	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13.000,00
001.10.302.0040.2048	MANUTENÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	9.500,00
001.10.303.0043.2033	MANUTENÇAO FARMACEUTICA MUNICIPAL	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	4.100,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.500,00
001.10.304.0041.2027	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA SANITARIA	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	7.000,00
001.10.305.0041.2025	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	300,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	28.000,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	8.000,00
001.10.305.0041.2026	MANUTENÇAO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇOES DE DST/AIDS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	22.500,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.500,00
	SUBTOTAL	**372.400,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
003.08.244.0052.2038	MANUTENÇÃO C/CONSELHO TUTELAR	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.100,00
	SUBTOTAL	**12.100,00**
	TOTAL	**1.609.000,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.1011	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO	
3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	2.990,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3.590,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.990,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	3.990,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.200,00
001.04.122.0002.1012	IMPLANTAÇÃO E MANTER O GABINETE ITINERANTE	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	3.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.800,00
001.04.122.0002.1015	CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA SUB-PREFEITURA NO DISTRITO DE D	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.990,00
001.04.122.0002.2002	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE	
3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	10.000,00
3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	30.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	9.000,00
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.600,00
3390930000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.000,00
	SUBTOTAL	**105.150,00**
03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.04.122.0002.1025	AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS MOVEIS E UTENSILIOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.900,00
001.04.122.0002.2003	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3190050000	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	2.000,00
3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	40.000,00
001.18.542.0004.1027	JOGUE LIMPO COM DIAMANTINO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	4.990,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	8.990,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
001.20.602.0072.1261	INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA PISCICULTURA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	4.990,00
	SUBTOTAL	**73.870,00**
04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

001.04.122.0002.1050	AQUISIÇÃO DE MOVEIS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.060,00
001.04.122.0002.2004	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	100.000,00
3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	170.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.000,00
001.15.451.0008.1035	CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRAÇAS PARQUES E JARDINS	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	16.000,00
001.15.451.0008.1036	IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.400,00
001.15.451.0008.1232	LIMPEZA URBANA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	250.000,00
001.15.451.0009.1037	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS AVENIDAS E CALÇAMENTO EM PARALELEP	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00
001.15.451.0009.1038	MANUTENÇAO E RECUPERAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	17.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.990,00
001.15.451.0010.1039	AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SEDE DA PREFEITURA	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	4.990,00
001.15.451.0010.1045	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.000,00
001.18.544.0014.1055	CANALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE CORREGOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.990,00
001.26.782.0013.1052	CONSTRUÇÃO, RECUPER/CONSERV DE PONTES/BUEIROS NA ZONA U	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.990,00
002.04.122.0011.1049	AQUISIÇÃO DE MOVEIS E MATERIALPERMANENTE	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	39.900,00
002.04.122.0011.2005	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O DEPARTAMENTO DE TRANSITO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.000,00
002.26.122.0011.1048	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DO MUNICIPIO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
003.17.512.0015.1058	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃOCOM ATERRO SANITARIO	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	4.990,00
	SUBTOTAL	**816.310,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
003.12.361.0029.1090	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE ATRAVES DO PDDE/PNLD/F	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
004.12.365.0032.1109	ADAPTAÇÃO E REFORMA DOS PREDIOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL CO	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.400,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

004.12.365.0032.1111	CONSTRUÇAO DE ESCOLAS DE EDUCAÇAO INFANTIL/CRECHES E PR	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	4.990,00
005.13.122.0033.1131	EVENTOS COMEMORATIVOS, FESTA DAS NAÇOES, FEIRA DO CONHE	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	9.900,00
005.13.391.0029.1085	CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS DA CULTURA E FUN	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.300,00
005.13.391.0033.1123	IMPLANTAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.800,00
005.13.391.0033.1124	MANUTENÇAO E CONSERVAÇAO DO MEMORIAL DOS VIAJANTES	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	7.500,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	4.990,00
005.13.392.0033.1128	AQUISIÇÃO DEEQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11.000,00
006.12.361.0029.1084	CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS DO FUNDEB;CAE;IC	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.990,00
	SUBTOTAL	**69.870,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.122.0014.2040	MANUTENÇÃO C/ ATIV DO SINE	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	24.500,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.500,00
001.08.122.0044.1176	AQUIS.DE EQUIP.INFORMATICA MÓVEIS E UTENSILIOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
001.08.244.0014.1201	EVENTOS COMEMORATIVOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	70.000,00
001.08.244.0045.1177	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL	
4490610000	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	27.300,00
001.08.244.0045.1178	PROJ.INCLUSÃO DIGITAL P/TODOS LAN HOUSE	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	38.600,00
001.08.244.0045.2036	MANUT.AMP E CONSERVAÇÃO DO CENTRO DE MULTIPLO USO/COMU	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
001.08.244.0047.1185	GERAÇÃO DA RENDA COM QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	19.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	19.000,00
001.08.244.0053.1197	REALIZAÇÕES DE CONFERENCIAS MUNICIPAIS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
001.08.244.0053.2039	MANUT.C/FUNDO DE ASSIST.SOCIAL	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	3.800,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.500,00
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.000,00
001.08.244.0054.1198	REESTRUTURAÇÃO DAS ASSOC. COMUNITARIAS E CONS.MUNICIPAI	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	35.600,00
001.08.244.0054.1199	CAPACIT.DOS CONSELHEIROS E REPRESENT.DE ENTIDADES	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	4.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.600,00
002.08.244.0012.1195	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS FNHIS	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	30.000,00
002.08.244.0064.1238	CREAS	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	20.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	30.000,00
	SUBTOTAL	**399.400,00**
08	**SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO**	
001.04.122.0002.1259	AQUISIÇÃO DE VEICULO	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
001.27.812.0056.2042	MANUT E ENC.C/PROFESSORES E MONITORES	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	9.000,00
3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	4.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	4.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
001.27.813.0044.2041	MANUT.E ENCARGOS C/DEPTO DE ESPORTE E LAZER	
3390370000	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	4.000,00
	SUBTOTAL	**39.000,00**
09	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
001.04.122.0002.1209	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	9.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	19.000,00
001.04.122.0002.2044	MANUT E ENC COM A SECRETARIA	
3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	25.000,00
3390350000	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	4.500,00
	SUBTOTAL	**57.500,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.123.0002.1221	DESPESAS DO EXERCICIO ANTERIOR	
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.900,00
001.04.123.0060.1223	AQUISIÇÃO DE VEICULOS E MOTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
001.04.123.0060.2045	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	6.000,00
3190910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	10.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	15.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.000,00
3390930000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.000,00
	SUBTOTAL	**47.900,00**
	TOTAL	**1.609.000,00**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.
AOS VINTE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

GABINETE
DECRETO Nº 147/2017 DE SEGUNDA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 2017

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 147/2017
DE SEGUNDA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1182/2017, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 250.740,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL E SETECENTOS E QUARENTA REAIS), nas dotações orçamentárias:

04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.04.122.0002.2004	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
	SUBTOTAL	**20.000,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.2007	MANUTENÇÃO E ENC.C/A SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	68.000,00
	SUBTOTAL	**68.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.122.0037.2019	GESTAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	23.000,00
	SUBTOTAL	**23.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.244.0044.2035	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	80.000,00
	SUBTOTAL	**80.000,00**
08	**SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO**	
001.27.812.0055.1206	EVENTOS ESPORTIVOS	
3390310000	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DES	15.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	5.000,00
001.27.813.0044.2041	MANUT.E ENCARGOS C/DEPTO DE ESPORTE E LAZER	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.740,00
	SUBTOTAL	**26.740,00**
09	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
001.04.122.0002.2044	MANUT E ENC COM A SECRETARIA	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	33.000,00
	SUBTOTAL	**33.000,00**
	TOTAL	**250.740,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.04.122.0002.2004	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3190050000	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	7.000,00
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	24.000,00
002.04.122.0011.2005	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O DEPARTAMENTO DE TRANSITO	
3190040000	CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	13.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	9.000,00
	SUBTOTAL	**53.000,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.1060	ADEQUAR AS ESCOLAS P/ RECEBEREM OS LABOR.DE INFORMATICA	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.000,00
001.12.361.0016.1061	EQUIPAR COZINHA DAS ESC, ADEQUAR OS ESPAÇOS P/ARM.DOS AL	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.000,00
001.12.361.0016.2007	MANUTENÇÃO E ENC.C/A SECRETARIA	
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.800,00
001.12.361.0019.1070	AQ,DE NOTEBOOKS P/ATENDER AS NECESSIDADES DOS ASSES.COO	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
001.12.361.0020.1071	AQ CX ACUSTICA SOM 2 MICROFONES C/FIO E S/FIO P/AUDIT DA S	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.000,00
001.12.361.0021.1073	AUMENTO DO ACERVO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.000,00
	SUBTOTAL	**23.800,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.244.0044.2035	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	8.200,00
	SUBTOTAL	**8.200,00**
08	**SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO**	
001.04.122.0002.1260	AQUISIÇAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	21.000,00
001.27.812.0055.1206	EVENTOS ESPORTIVOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
002.04.122.0057.2043	MANUT E ENC.C/O DEPTO DE TURISMO	
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	4.000,00
	SUBTOTAL	**49.000,00**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

09	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
001.04.122.0002.1210	PROG DE MODERNIZAÇÃO E REF.ADMINISTRATIVA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
001.04.122.0002.1212	DESPESAS DO EXERCICIO ANTERIOR	
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.000,00
001.04.122.0002.2044	MANUT E ENC COM A SECRETARIA	
3190050000	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	2.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	9.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	10.000,00
3390370000	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	8.000,00
001.04.122.0060.1215	AQ.DE VEICULOS E MOTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17.000,00
	SUBTOTAL	**89.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.123.0060.2045	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	14.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13.740,00
	SUBTOTAL	**27.740,00**
	TOTAL	**250.740,00**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.
AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019/2017 PREGÃO PRESENCIAL 019/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019/2017 PREGÃO PRESENCIAL 019/2017

EMPRESA:**PNEUAR COMERCIO DE PENEUS LTDA-EPP** CNPJ sob nº. **03.532.991/0001-41**

DO OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de pneus, protetores, câmaras de ar, todos de 1ª linha, e serviços de alinhamento e balanceamento de 1ª qualidade para manutenção da frota de veículos e Maquinas do Município de Dom Aquino-MT, conforme condições e especificações, constante neste edital e seus anexos.

VALOR; **O Valor global da presente ata de registro de preços será de R$ 332.498,68 (trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos).**

VIGENCIA: 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

DATA DO TERMO : 29/11/2017

DOM AQUINO - MT 29 de Novembro de 2017.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 020/2017 PREGÃO PRESENCIAL 019/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 020/2017 PREGÃO PRESENCIAL 019/2017

EMPRESA:**PNEUS VIA NOBRE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 01.976. 8600|0001-41**

DO OBJETO: **Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de pneus, protetores, câmaras de ar, todos de 1ª linha, e serviços de alinhamento e balanceamento de 1ª qualidade para manutenção da frota de veículos e Maquinas do Município de Dom Aquino-MT, conforme condições e especificações, constante neste edital e seus anexos.**

VALOR; **Valor global da presente ata de registro de preços será de R$ 329.235,00 (trezentos e vinte nove mil, duzentos e trinta e cinco reais).** valor global .

VIGENCIA: 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

DATA DO TERMO : 29/11/2017

DOM AQUINO - MT 29 de Novembro de 2017.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019/2017 PREGÃO PRESENCIAL 019/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019/2017 PREGÃO PRESENCIAL 019/2017

EMPRESA:**PNEUAR COMERCIO DE PENEUS LTDA-EPP** CNPJ sob nº. **03.532.991/0001-41**

DO OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de pneus, protetores, câmaras de ar, todos de 1ª linha, e serviços de alinhamento e balanceamento de 1ª qualidade para manutenção da frota de veículos e Maquinas do Município de Dom Aquino-MT, conforme condições e especificações, constante neste edital e seus anexos.

VALOR; **O Valor global da presente ata de registro de preços será de R$ 332.498,68 (trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos).**

VIGENCIA: 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

DATA DO TERMO : 29/11/2017

DOM AQUINO - MT 29 de Novembro de 2017.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, inscrita com o CNPJ de número 03.347.119/0001-23, torna público que requereu à Sema/MT Licença **para extração de Cascalho na zona rural do município de Dom Aquino/MT**.

Dom Aquino, 04 de Dezembro de 2017.

CONTRATOS
TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

OBRA: IMPLANTAÇÃO E SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DAS VIAS PÚBLICAS

LOCAL: DIVERSAS RUAS E AVENIDAS - CIDADE DE DOM AQUINO – MT

EMPRESA: MA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

CONTRATO 048\2014 CONVÊNIO: 033/2014 PROCESSO: 137449/2014

TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA

Eu, Edimicio Pereira de Lima, Eng. Civil, CREA NACIONAL 260631614-2, Domiciliado na cidade de Dom Aquino, Av. Castelo Branco, n° 145, referente aos serviços de Fiscalização da Obra IMPLANTAÇÃO E SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DAS VIAS PUBLICAS, LOCAL: DIVERSAS RUAS E AVENIDAS, Cidade de Dom Aquino-MT, pelo motivo da Empresa esta ausente aproximadamente mais de 1 ano.

Dom Aquino-MT, 30 de Novembro de 2017.

EDIMICIO PEREIRA DE LIMA

Eng. Civil – CREA NACIONAL n°- 260631614-2

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2017

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de sua pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 30 de Novembro de 2017, o PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2017, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO (PA e PSF).,

Tendo em vista o cumprimento dos termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e Lei 123/2006 e a Lei 10.520/2002 e alterações posteriores, para que produza os desejados efeitos legais, onde a empresa SP SERVIÇOS MEDICOS EIRELI M, sagrou-se vencedora do Lote 01 , com valor total final de R$ 421.200,00 (quatrocentos e vinte e um mil e duzentos Reais). O lote 02 foi considerado fracassado.

Feliz Natal – MT, 01 de Dezembro de 2017

NEUZA MARIA DA ROSA

PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/2017
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 041/2017

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar às 08:00 horas do dia **15 DE DEZEMBRO DE 2017,** em sua Sede, na Av. Maravilha, Praça da Bíblia, PREGÃO PRESENCIAL N.0049/2017, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 041/2017, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO PERIMETRO URBANO DE FELIZ NATAL** O edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.feliznatal.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal, situado à Av. Maravilha, Praça da Bíblia, na cidade de Feliz Natal - MT, ou pelo telefone (66) 3585-2700, e-mail neuza@feliznatal.mt.gov.br.

Feliz Natal – MT, 04 DE DEZEMBRO DE 2017

NEUZA MARIA DA ROSA

PREGOEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
AVISO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 031/2017

Eu **JONAS DANIEL CENTA** solteiro, brasileiro, inscrito no CPF nº 043. 485.581-24 e RG 21139334 SSP/MT. Aprovado no Teste Seletivo 001/ 2017 na função de Eletricista, com admissão em 03 de Julho de 2017 sob matricula nº 2092, venho através deste solicitar dispensa de minha função conforme clausula 9º § 1ºdo contrato de trabalho nº031/2017, para o dia 04 de Dezembro de 2017.

Feliz Natal – MT 05 de Outubro de 2017.

JONAS DANIEL CENTA

Contratado

NOTIFICAÇÃO

O Município de Feliz Natal-MT, NOTIFICA a licitada NACIONAL MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.165.753/ 0001-85, Rua Teixeirinha, Sn.º, Quadra 109, Lote 03 Jardim Costa Verde, Várzea Grande-MT., que ofertou o valor de R$ 46.610,60 (quarenta e seis mil, seiscentos e dez reais e sessenta centavos) no processo licitatório Convite nº 003/2017, para que justifique a exequibilidade da sua proposta conforme Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, com a apresentação de planilhas destinadas a comprovar a viabilidade do cumprimento da proposta apresentada, de modo objetivo, demonstrando os custos em que incorrerá para executa-la, levando-se em consideração principalmente, as questões de logísticas, no prazo de 05 (cinco) dias. Maiores informações poderão ser obtidas junto a comissão permanente de licitação, na Prefeitura Municipal de Feliz Natal-MT, situada à Avenida Maravilha, Praça da Bíblia s/n, Centro em Feliz Natal-MT, CEP. 78.885-000, de segunda à sexta-feira das 08h00 às 13h00, ou através do e-mail: neuza@feliznatal.mt.gov.br**, ou via telefone: (66) 3585-2707.**

Feliz Natal, 29 de novembro de 2017.

DULCILENE TSCHINKEL

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

LEI N° 813 - SUPLEMENTAÇÃO CÂMARA

LEI Nº. 813 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

SANCIONADA E PUBLICADA EM 16/11/2017

"Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar orçamentário da Câmara Municipal, e dá outras providências."

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão de 14/11/2017 aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Autoriza a abertura no corrente exercício, de crédito adicional suplementar, no valor de R$ 14.679,45 (quatorze mil seiscentos e setenta e nove reais e quarenta e cinco centavos) para atendimento da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 – Câmara Municipal

Unidade: 01 – Câmara Municipal

Proj/Ativ: 2.001 Manutenção e Encargos do Legislativo Municipal

3.3.90.14 – Diárias – Civil R$ 6.200,00

3.3.90.46 – Auxilio Alimentação R$ 8.479,45

Total da Atividade: R$ 14.679,45

Total Geral R$ 14.679,45

Art. 2º. Como fonte de recurso para a abertura do crédito adicional suplementar, constante do art. 1º, fica anulada parcialmente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 – Câmara Municipal

Unidade: 01 – Câmara Municipal

Proj/Ativ: 1.001 Aquisição de Equipamentos de Informática

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente R$ 5.530,00

Total da Atividade: R$ 5.530,00

Órgão: 01 – Câmara Municipal

Unidade: 01 – Câmara Municipal

Proj/Ativ: 1.002 Aquisição de Equipamentos, Móveis e Utensílios

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente R$ 3.592,20

Total da Atividade: R$ 3.592,20

Órgão: 01 – Câmara Municipal

Unidade: 01 – Câmara Municipal

Proj/Ativ: 1.004 Ampliação e Reforma da Câmara Municipal

3.3.90.36 – Outros Serviços terceiros – Pessoa Física R$ 2.000,00

Total da Atividade: R$ 2.000,00

Órgão: 01 – Câmara Municipal

Unidade: 01 – Câmara Municipal

Proj/Ativ: 2.001 Manutenção e Encargos do Legislativo Municipal

3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado R$ 3.282,15

3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 275,10

Total da Atividade: R$ 3.557,25

Total Geral R$ 14.679,45

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Gaúcha do Norte, 16 de Novembro de 2017.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

LEI N° 811 - ALOCAÇÃO DE EMPREENDIMENTO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA II - SUB50

LEI Nº. 811 DE 16 DENOVEMBRO DE 2017.

SANCIONADA E PUBLICADA EM 16/11/2017

"Dispõe sobre a locação do empreendimento Minha Casa Minha Vida II –Sub 50, e dá outras providências."

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão de 14/11/2017, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a locação do empreendimento Minha Casa Minha Vida II – Sub-50, na Quadra 73 do loteamento Gaúcha do Norte para fins de adequação à obra.

Art. 2º. Diante da locação da obra, a calçada da quadra 73, às margens da Rua Bahia passarão a ter largura de 1,5 cm(um metro e cinquenta centímetros) e a calçada às margens da Rua São Paulo 11,50cm (onze metros e cinquenta centímetros).

Art. 3º. Cria a Rua Projetada na Quadra 073 com largura de 8m (oito metros).

Art. 4º. Diante da criação da Rua Projetada, a Quadra 073 terá a designação de Quadra 73-A e 73-B.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário. Gaúcha do Norte-MT, 16 de novembro de 2017. Gabinete do Prefeito **Voney Rodrigues Goulart Prefeito Municipal**

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO-PREGÃO PRESENCIAL /SRP - Nº 055/2017

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 092/2017

'' PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP "

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

A Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte/MT, através de sua Pregoeira Oficial, torna público a REABERTURA do Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de ADUELAS DE CONCRETO para suprir as demandas do município, que será no dia 21/12/2017 às 07h30min (Horário de Cuiabá/MT) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. A retirada do edital será disponibilizada na sede do espaço municipal das 07h00min as 11h00min e 13h00min as 17h00min, ou no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte, 01 de novembro de 2017.

NEILLA F. DE SOUZA

Pregoeira Oficial

CÂMARA MUNICIPAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 004/2017

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 008/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Gaúcha do Norte - MT, Senhor **Agenor da Rocha Correa**, faz saber que o proponente vencedor da Dispensa de Licitação n°. 004/2017 foi **MOREL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA,** devidamente inscrito no **CNPJ n° 15.039.153/0001-10,** com a seguinte proposta: **R$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais)**, consagrou-se vencedor do certame.

Gaúcha do Norte – MT, 01 de Dezembro de 2017.

AGENOR DA ROCHA CORREA

PRESIDENTE DA CM

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 012/2017

FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE-MT E A EMPRESA **A. CIOLA – ME.**

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o **Município de Gaúcha do Norte**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Brasil nº 1298, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 01.614.539/0001-01, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, casado, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, inscrito no CPF nº. 402.603.301-59, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa ***A. CIOLA ME***, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ/MF nº 07.423.324/0001-81, estabelecida à Estrada MT 130 KM 225 mais 40 KM a direita, zona rural, no Município de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, neste ato representada por **Antônio Ciola**, brasileiro, empresário, residente e domiciliado à Estrada MT 130 KM 225 mais 40 KM a direita, zona rural, no Município de Gaúcha do Norte, Estão de Mato Grosso, Carteira de Identidade nº. 2.147.791 SSP/PR e do CPF nº 281.082.489-49 e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo **Processo Administrativo nº. 004/2017**, e que se regerá pelo que dispõe o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL n. 002/2017**, e a Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1– O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO de 1.300 km (um mil e trezentos) quilômetros do contrato firmado entre as partes, nos termos previstos em sua Cláusula Terceira do contrato. Cujo objeto é a **prestação de serviços de transporte de alunos da rede publica de ensino do Município de Gaúcha do Norte/MT para o ano letivo e 2017**,conforme descrito no oficio e documentos que seguem em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ACRÉSCIMO

1. O valor de 1.300 km (um mil e trezentos), será de **R$ 6.097,00** (seis mil e noventa e sete reais), sendo 4,69(quatro reais e sessenta e nove centavos) o valor do quilometro na **LINHA BOM PASTOR;** 2. O valor de 2.200 km (dois mil e duzentos) quilômetros, será de **R$ 10.318,00** (dez mil e trezentos e dezoito reais), sendo 4,69 (quatro reais e sessenta e nove centavos) o valor do quilometro na **LINHA SÃO JOÃO.**

Os efeitos financeiros decorrentes do acréscimo vigoram a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO

1.-O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas relativas ao acréscimo do contrato, pelo período da assinatura do contrato até o decorrente ano letivo 2017, é **de R$ 16.415,00 (dezesseis um mil e quatrocentos e quinze reais).**

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL 1. O presente termo aditivo decorre de autorização do Gestor e do secretario municipal o qual solicitou da contratante, e encontra amparo legal no artigo 65, alínea "b" do inciso I, combinada com o § 1º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

1.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

1.3 - E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Gaúcha do Norte, 30 de novembro de 2017.

Município de Gaúcha do Norte

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

A. CIOLA - ME

Antônio Ciola

CONTRATADA

LEI Nº. 812 - LANÇAMENTO DE COBRANÇA DE TAXAS DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS EM MATÉRIA AMBIENTAL

LEI Nº. 812 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

SANCIONADA E PUBLICADA EM 16/11/2017

"Altera a Lei Municipal nº. 794 de 10 de Julho de 2017; e dá outras providências."

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão de 14/11/2017, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Insere ao Capítulo I à Seção III ao qual dispõe sobre o Parcelamento, e Seção IV que disciplina sobre o Comunicado de Armazém e Silos, com os seguintes artigos.

Capítulo I

Seção III

DO PARCELAMENTO

Art. 11-A. As taxas de licenciamento ambiental poderão ser parceladas, a pedido do interessado, da seguinte forma:

§ 1º. Para fazer *jus* ao parcelamento da taxa de licenciamento ambiental é obrigatório que o beneficiário do parcelamento esteja operando e requeira o licenciamento corretivo da atividade, solicitando a emissão das licenças prévia, de instalação e de operação no mesmo processo.

§2º. O parcelamento deve ser solicitado no requerimento padrão, no item 7, no campo da 'Descrição da Atividade".

§ 3º. O parcelamento poderá ser feito no máximo em 3 (três) parcelas:

I. A primeira parcela será referente ao valor da taxa da licença prévia;

II. A segunda parcela será referente ao valor da taxa de licença de Instalação;

III. A terceira parcela será referente ao valor da taxa de licença de Operação;

§4º. O protocolo do processo de licenciamento ambiental somente será realizado após o pagamento da Licença Prévia e apresentação do respectivo comprovante;

§5º. A segunda parcela será emitida com vencimento no último dia do mês subsequente ao vencimento da parcela da licença prévia a ser emitido dentro do mês de vencimento, considerando a UPFMT do mês, sendo disponibilizado por e-mail e/ou a retirar na secretaria do órgão;

§6º. A terceira parcela será emitida com vencimento no último dia do mês subsequente ao vencimento da parcela da licença de instalação a ser emitido dentro do mês de vencimento, considerando a UPFMT do mês, sendo disponibilizado por e-mail e/ou a retirar na secretaria do órgão.

§ 7º. Em caso de inadimplência:

I. não será emitida a respectiva licença, ficando o empreendimento sujeito as sanções legais.

II. não será emitido novo boleto, em caso de vencimento do parcelamento, devendo ser pago o boleto original com juros e correções monetárias

III. Após 90 (noventa) dias de inadimplência, segue-se o rito do artigo 17 desta lei.

§ 8º A atividade/empreendimento só poderá ser beneficiado pelo parcelamento das taxas de licenciamento ambiental uma única vez.

§9º. As renovações das licenças prévia, de instalação ou de operação não estão sujeitas ao parcelamento.

Seção IV

Do Comunicado de Armazém e Silo

Art. 11-B. A apresentação do Comunicado previsto nesta Lei não exime o interessado do pagamento das taxas, referentes aos Armazéns e Silos localizados em propriedades rurais não licenciados anteriormente ao Decreto n°. 1964/2013, que ora seguem:

§1º. Nos Empreendimentos de Porte Mínimo a taxa corresponde ao valor de 7,5 (sete e meia) UPF/MT;

§2º. Nos Empreendimentos de Porte Pequeno a taxa corresponde ao valor de 21,5 (vinte e uma e meia) UPF/MT;

§3º. Nos Empreendimentos de Porte Médio a taxa corresponde ao valor de 93 (noventa e três) UPF/MT;

§4º. Nos Empreendimentos de Porte Grande a taxa corresponde ao valor de 263,5 (duzentos e sessenta e três e meia) UPF/MT;

§5º. Nos Empreendimentos de Porte Excepcional a taxa corresponde ao valor de 417,5 (quatrocentos e dezessete e meia) UPF/MT;

§6º. O critério de porte do empreendimento/atividade será auferido com base no anexo II da Lei n°. 10.242/2014.

Art. 11-C. A apresentação do Comunicado previsto nesta Lei não exime o interessado do pagamento das taxas, referentes aos Armazéns e Silos localizados em propriedades rurais que possuíam licença ambiental anteriormente ao Decreto n°. 1964/2013, que ora seguem:

§1º. Nos Empreendimentos de Porte Mínimo a taxa corresponde ao valor de 2,5 (duas e meia) UPF/MT;

§2º. Nos Empreendimentos de Porte Pequeno a taxa corresponde ao valor de 6 (seis) UPF/MT;

§3º. Nos Empreendimentos de Porte Médio a taxa corresponde ao valor de 24 (vinte e quatro) UPF/MT;

§4º. Nos Empreendimentos de Porte Grande a taxa corresponde ao valor de 66,5 (sessenta e seis e meia) UPF/MT;

§5º. Nos Empreendimentos de Porte Excepcional a taxa corresponde ao valor de 105 (cento e cinco) UPF/MT.

§6º.O critério de porte do empreendimento/atividade será auferido com base no anexo II da Lei n°. 10.242/2014.

Art. 2º. Cria o artigo 13-A e 13-B com a seguinte redação:

Art. 13-A. As obrigações, pendências, informações, complementações, esclarecimentos e demais exigências impostas pelo órgão ambiental estadual deverão ser atendidas em até 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado, a critério do analista, mediante solicitação e justificativa.

Parágrafo único O não atendimento às exigências previstas no caput, no prazo definido pelo órgão ambiental, ensejará o indeferimento do requerimento.

Art. 13-B Os projetos de licenciamento indeferidos pelo órgão ambiental serão arquivados, podendo os documentos ser desentranhados do processo administrativo, a pedido do requerente.

§ 1º Não serão arquivados os projetos indeferidos quando o empreendimento estiver instalado ou em operação, devendo ser realizada notificação, autuação e embargo, com o objetivo de instar o empreendedor a regularizar a situação.

§ 2º As taxas utilizadas no processo de licenciamento arquivado poderão ser reaproveitadas, por uma única vez, desde que não tenha ocorrido a análise pelo órgão ambiental.

Art. 3º. Altera o anexo II, III, IV e V passando a vigorar da seguinte forma:

ANEXO II

Unidade de Referência para Cobrança de Taxa de Licença em UPFMT

Porte do empreendimento	**Mínimo**			**Pequeno**			**Médio**			**Grande**			**Excepcional**		
Nível de Poluição e/ou Degradação	P	M	G	P	M	G	P	M	G	P	M	G	P	M	G
Licença Prévia (LP) e Renovação	0,5	1,5	2,5	3,5	7,5	14,5	21,5	31	50	64	70,5	90	102,5	127,5	161,5
Licença de Instalação (LI) e Renovação	4,5	5,5	6,5	12	20	33,5	47,5	66,5	105	133	146,5	184,5	210	259,5	328
Licença de Operação (LO), Licença de Operação Provisória (LOP) e Renovação	2,5	3,5	4,5	6	10	17	24	33,5	52,5	66,5	73	92,5	105	130	164

ANEXO III

CLASSIFICAÇÕES ESPECÍFICAS

Deverão ser aplicadas as seguintes fórmulas para o cálculo do valor da prestação de serviços de licenciamento, independente do potencial poluidor, para atividades classificadas como:

1) Obras Civis e infraestrutura:

1.1 - Condomínios, edifícios residenciais, conjuntos habitacionais e centros comerciais:

Pr(UPF) = preço das licenças em UPF-MT

At = área total do terreno em hectare

Nº unid = número de unidades

1.2 - Loteamentos para fins residenciais, comerciais, distritos industriais e zonas industriais:

Pr(UPF) = preço das licenças em UPF-MT

At = área total a ser loteada em hectare

ANEXO IV

ANÁLISE DE PROJETOS, PLANOS, VISTORIAS TÉCNICAS

A determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados será efetuada mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

1. Custo Total da Análise: CT = (ST + VT + CE + CA) x 0,50

2. Serviços Técnicos: ST = T x H x CH

3. Vistoria Técnica: VT = (T x D x CD) + (V x R x CK) + Hv x Cv

4. Consultoria Externa: CE = CC x H

5. Custo Administrativo: CA = 0,05 x (ST + VT + CE)

Onde:

CT = Custo Total

ST = Serviços Técnicos

VT = Vistoria Técnica

CH = Custo da hora técnico (0,7 UPFMT/hora)

CD = Custos da diária (2 UPFMT/dia)

CK = Custo do quilometro rodado (0,02 UPFMT/km)

CC = Custo da hora consultoria (3 UPFMT/hora)

CE = Consultoria Externa

CA = Custo Administrativo

H = Número de Horas Trabalhadas

D = Número de Dias Trabalhados

R = Total de Km Rodados

T = Número de Técnicos

V = Número de Veículos

Hv = Horas de vôo

Cv = Custo da hora de vôo (UPFMT)

UPF = Unidade Padrão Fiscal de Mato Grosso.

ANEXO V

Nº do Item	Discriminação	Total em UPFMT
01	Emissão de certidões diversas ou de declaração de dispensa de licenciamento	0,50
02	Emissão de segunda via de licenças	0,50
03	Alteração Cadastral	0,50

Art. 4º. Esta lei entra em vigor revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Gaúcha do Norte-MT, 16 de novembro de 2017.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 013/2017

FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE-MT E A EMPRESA **ROGERIO BARZOTTO - ME.**

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o **Município de Gaúcha do Norte**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Brasil nº 1298, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 01.614.539/0001-01, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, casado, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, inscrito no CPF nº. 402.603.301-59, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **ROGERIO BARZOTTO - ME**, doravante denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ nº 10.655.155/0001-10 estabelecida na cidade de Gaúcha do norte, Estado de Mato Grosso à Rodovia Gaúcha-Sorriso, Km 130, S/nº, Fazenda Botuverá, Zona Rural, neste ato representada por **ROGERIO BARZOTTO**, Carteira de Identidade nº. 803.595 SSP/MT, CPF nº 481.978.741-15 e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo **Processo Administrativo nº. 004/2017**, e que se regerá pelo que dispõe o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL n. 002/2017**, e a Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1– O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO de 6.000 km (seis mil) quilômetros do contrato firmado entre as partes, nos termos previstos em sua Cláusula Terceira do contrato. Cujo objeto é a **prestação de serviços de transporte de alunos da rede publica de ensino do Município de Gaúcha do Norte/MT para o ano letivo e 2017**,conforme descrito no oficio e documentos que seguem em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ACRÉSCIMO

1. O valor de 6.000 km (seis mil), será de **R$ 32.700,00** (trinta e dois mil e setecentos reais), sendo 5,45 (cinco reais e quarenta e cinco centavos) o valor do quilometro na ***LINHA VÓ JOVITA*****;**

Os efeitos financeiros decorrentes do acréscimo vigoram a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO

1.-O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas relativas ao acréscimo do contrato, pelo período da assinatura do contrato até o decorrente ano letivo 2017, é ***de R$ 32.700,00*** *(trinta e dois mil e setecentos reais).*

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL 1. O presente termo aditivo decorre de autorização do Gestor e do secretario municipal o qual solicitou da contratante, e encontra amparo legal no artigo 65, alínea “b” do inciso I, combinada com o § 1º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

1.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

1.3 - E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Gaúcha do Norte, 30 de novembro de 2017.

Município de Gaúcha do Norte

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ROGERIO BARZOTTO - ME

ROGERIO BARZOTTO

CONTRATADA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 011/2017

FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE-MT E A EMPRESA **VALDEMAR ALVES MALHEIRO-ME**.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o **Município de Gaúcha do Norte**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Brasil nº 1298, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 01.614.539/0001-01, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, casado, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, inscrito no CPF nº. 402.603.301-59, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **VALDEMAR ALVES MALHEIRO-ME**, doravante denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ nº 74.033.218/0001-89 estabelecida na cidade de Gaúcha do norte, estado de Mato Grasso à Rua Santa Catarina, nº 1114, Bairro Centro, neste ato representado por **VALDEMAR ALVES MALHEIRO**, Carteira de Identidade nº. 6010264965 SSP/RS CPF nº 274.482.820-34 e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo **Processo Administrativo nº. 004/2017**, e que se regerá pelo que dispõe o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL n. 002/2017**, e a Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1– O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO de 4.000 km (QUATRO MIL QUILÔMETROS) do contrato firmado entre as partes, nos termos previstos em sua Cláusula Terceira do contrato. Cujo objeto é a **prestação de serviços de transporte de alunos da rede publica de ensino do Município de Gaúcha do Norte/MT para o ano letivo e 2017**,conforme descrito no oficio e documentos que seguem em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ACRÉSCIMO

1. O valor de 4.000 km (QUATRO MIL QUILÔMETROS), será de R$ 16.600,00 (dezesseis mil e seiscentos reais), sendo 4,15 (quatro reais e quinze centavos) o valor do quilometro na **LINHA TAUÁ;** 2. O valor de 1.100 km (um mil e cem) quilômetros, será de R$ 4.730,00 (quatro mil e setecentos e trinta reais), sendo 4,30 (quatro reais e trinta centavos) o valor do quilometro na **LINHA SANTA LUZIA.**

Os efeitos financeiros decorrentes do acréscimo vigoram a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO

1.-O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas relativas ao acréscimo do contrato, pelo período da assinatura do contrato até o decorrente ano letivo 2017, é **de R$ 21.300,00 (vinte um mil e trezentos reais).**

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL 1. O presente termo aditivo decorre de autorização do Gestor e do secretario municipal o qual solicitou da contratante, e encontra amparo legal no artigo 65, alínea “b” do inciso I, combinada com o § 1º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

1.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

1.3 - E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Gaúcha do Norte, 30 de novembro de 2017.

Município de Gaúcha do Norte

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

VALDEMAR ALVES MALHEIRO-ME

VALDEMAR ALVES MALHEIRO

CONTRATADA

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo nº 008/2017

Dispensa de Licitação nº 004/2017

O Presidente da Câmara Municipal, Sr. Agenor da Rocha Correa, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 26 da Lei Federal n° 8.666/93, com suas alterações posteriores, considerando o que consta do presente Processo Administrativo de Dispensa de Licitação n° 004/2017, RATIFICA a declaração de Dispensa de Licitação para Contratação de empresa para proceder a aquisição de 01 (um) veículo zero quilômetro, tipo SUV, com entrega de veículo usado de propriedade desta Câmara Municipal como parte do pagamento.

Gaúcha do Norte – MT, 01 de Dezembro de 2017.

Agenor da Rocha Correa

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.° 01/2017 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2017

A Prefeitura Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, através do seu representando legal Prefeito Edu Laudi Pascoski e tendo em vista a homologação final do resultado do Processo Seletivo Simplificado nº. 003/2017 realizado em 23 a 30 de outubro de 2017. CONVOCA a candidata aprovada para contratação por tempo determinado, conforme a relação nominal constante no Anexo I.

A candidata deverá se apresentar junto ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, Rua Florianópolis, Centro, 200, Itanhangá – MT no horário das 7:00 horas as 11:00 horas, no prazo de 5 (cinco) dias uteis, após a data de publicação deste Edital no site https://diariomunicipal.org/mt/amm/, munidos dos documentos que refere o Anexo II, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Provimento no cargo público. A contratação será conforme regulamenta a Lei Municipal 267/2011.

O Município de Itanhangá reserva-se o direito de solicitar outros documentos complementares que julgar necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos.

ITANHANGÁ - MT, 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO	CPF	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA
ENFERMEIRO			*40 horas*
CANDIDATO			*COLOCAÇÃO*
Renate Langhorst	023.497.911-90	31/12/1982	1° APROVADA

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

ANEXO II

CÓPIA E ORIGINAL

1. RG;

2. CPF (não sendo aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação). Em caso de 2ª via, o mesmo pode ser expedido através da internet;

3. Certidão de Nascimento ou Casamento;

4. Certidão de Nasc. dos filhos menores de 18 anos (dependentes comprovante);

5. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

6. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

7. Título de eleitor;

8. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui numero de contribuição;

9. CTPS (Carteira de Trabalho);

10. RG e CPF do cônjuge (mesmo sendo União Estável);

11. CPF dos dependentes;

12. Comprovante de residência atual em nome do admitido;

13. Carteira Nacional de Habilitação conforme exigência do Cargo.

14. Se estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no país.

ORIGINAL

15. FOTO 3X4 (atual, colorida);

16. Certidão de Distribuição Primeiro Grau Ações e Execuções Cíveis e Criminais da Esfera Estadual conforme Estado cadastrado em seu endereço da ficha de inscrição do presente concurso;

17. Certidão Negativa do Poder Judiciário Justiça Militar da União de Ações Criminais (masculino);

18. Certidão de Quitação Eleitoral;

19. Certidão Negativa de Débitos Municipais – CNDM;

20. Declaração Quanto ao Exercício ou Não de Outro Cargo, Emprego ou Função Pública;

21. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda atualizado;

22. Declaração para IRFF e salário família

23. Declaração de Não Ter Sofrido Penalidade Incompatível com Nova Investidura em Cargo Público;

24. Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso.

25. Exame médico Admissional.

ANEXO III

DECLARAÇÃO AO EXERCÍCIO OU NÃO DE OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, DECLARO, para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço nenhum cargo, função e emprego público

em quaisquer das esferas Federal, Estadual e Municipal, da Administração Pública, que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, não comprometendo, dessa forma, minha nomeação e posse para o cargo de _____, do Município de Itanhangá – MT. DECLARO que não percebo proventos de aposentadoria e pensão decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que sejam inacumuláveis com o Cargo em que tomarei posse. E por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2017.

_____

Assinatura

CONSTITUIÇÃO FEDERAL "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (...) § 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DOS BENS E VALORES QUE CONSTITUEM SEU PATRIMÔNIO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, no Cargo de _____,na Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, para fins de inclusão na minha ficha de registro junto ao Departamento de Recursos Humanos em cumprimento as determinações contidas no art. 24 §4º da Lei Complementar 002/2005, combinado com o art. 13 e seus parágrafos da Lei 8.429/1992, DECLARO que:

a. ( ) Não possuo bens e valores patrimoniais conforme discrimina o art. 34 da Instrução Normativa SRH 001/2011. b. ( ) Integram meu patrimônio os bens e valores discriminados no quadro abaixo (imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações ou quaisquer outros bens e valores patrimoniais localizados no País ou no exterior) Obs.: A presente declaração deverá abranger o patrimônio do cônjuge, companheiro (a), filho (a) ou qualquer pessoa que viva sob a dependência econômica do declarante.

DISCRIMINAÇÃO DO BEM	VALOR (R$)

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente. Por ser verdade, firmo o presente.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2017.

_____

Assinatura

ANEXO V

DECLARAÇÃO PARA IRRF E SALÁRIO FAMÍLIA.

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR				
Nome:				
Matricula:	Lotação:			
Situação Funcional: ( ) Inativo ( ) Ativo				
CPF:	RG:			
Endereço residencial: Rua/Avenida/nº/Complemento: _____ Bairro: _____ CEP: _____ Município: _____ UF: Telefone comercial: _____Telefone residencial: _____				
Nome do Dependente	Sexo	Código do Dependente	Data de Nascimento	É portador de necessidade especial ou estudante
Declaro sob as penas da lei serem verdadeiras as informações preenchidas acima, e que o(s) respectivo(s) dependente(s) vivem sob as minhas expensas, não cabendo à fonte pagadora qualquer responsabilidade perante a fiscalização. Data: _____/_____/_____ _____ Assinatura				
CÓDIGO DE DEPENDENTES: C = Cônjuge F = Filho E = Enteado (até 21 anos) P = Pai M = Mãe				

Inclusão no Sistema (para uso do DRH/PMI) Inclusão na folha de pagamento de _____/_____. _____ Assinatura Do Responsável Pela Inclusão/Exclusão

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADE INCOMPATÍVEL COM NOVA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, DECLARO para o fim específico de ingresso no Cargo de _____,na Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, que não sofri, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, incompatível com a nova investidura em cargo publico.

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade da informação prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2017.

_____

Assinatura

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CERTIDÃO

Certifico que a candidata Sra. RAIMUNDA PASTIQUE CARNEIRO, aprovada no Processo Seletivo Público n° 01/2014, no cargo Agente de Combate Endemias, 11° Classificada, não compareceu neste Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, em atendimento ao Processo Seletivo Público nº. 001/2014 realizado em 03 de agosto de 2014, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso, Mural da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, no prazo previsto no Edital de Convocação do Processo Seletivo Público n° 010/2017 para entrega da documentação necessária para a contratação. Sendo assim, será convocado (a) o (a) candidato (a) classificado (a) na sequência.

Itanhangá - MT, 05 de dezembro de 2017.

Joice Fontana Bach

Departamento de Pessoal

Departamento Recursos Humanos

Portaria Nº. 007/2017 de 02/01/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CERTIDÃO

Certifico que a candidata Sra. **SUELLEN AKEMI MATSUBARA**, ELEITA no **PROCESSO COMPLEMENTAR DE ESCOLHA DOS MEMBROS Do CONSELHO TUTELAR NO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ**, no cargo de Suplente, 1° Classificada, não compareceu neste Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, em atendimento ao Edital de Convocação do Processo Complementar de escolha dos Membros Conselheiros Tutelares e de seus suplentes no Município de Itanhangá, homologado através do Decreto nº 005/2016 de 10 de janeiro de 2016, Publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso, Mural da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT. A candidata é considerada desistente, perdendo a respectiva vaga.

Itanhangá - MT, 05 de dezembro de 2017.

Joice Fontana Bach

Departamento de Pessoal

Departamento Recursos Humanos

Portaria Nº. 007/2017 de 02/01/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CERTIDÃO

Certifico que o candidato Sr. **GERALDO MENEZES MENDES**, aprovado no Concurso Público 01/2016, no cargo de MEDICO CLINICO GERAL, 1º aprovado, não compareceu neste Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, em atendimento ao Edital de Convocação 04/2017 publicado na data de 09 de outubro de 2017 no Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso, Mural da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT e no Site da Prefeitura Municipal de Itanhanga-MT , no prazo previsto no item 18.6 do Concurso Público 01/2016 para entrega da documentação necessários para a nomeação. O candidato é considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

Itanhangá – MT, de 05 de dezembro de 2016.

Joice Fontana Bach

Departamento de Pessoal

Departamento Recursos Humanos

Portaria Nº. 007/2017 de 02/01/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/2017

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 023/2017

A Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Avenida Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II, através da senhora Juliane Presotto, pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE DE VACA IN NATURA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIAS MUNICIPAIS,** do tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado: **LICITAÇÃO DESERTA.**

Itiquira/MT, 04 de dezembro de 2017.

Juliane Presotto

Pregoeira

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 276, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar ao amparo da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 196, de 20 de setembro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2.844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº 196, de 20 de setembro de 2017, publicada na Edição 2.844, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo a Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 196, de 20 de setembro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo na Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 280, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar ao amparo da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 233, de 25 de outubro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2.844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº 233, de 25 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo a Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 233, de 25 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo na Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 275, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão de sindicância ao amparo do artigo 126, § 7º da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 244, de 26 de outubro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2. 844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Sindicância constituída pela Portaria nº 244, de 26 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo do artigo 126, § 7º da Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão da sindicância, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 244, de 26 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo no artigo 126, § 7º da Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 284, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar ao amparo da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 227, de 25 de outubro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2.844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº 227, de 25 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo a Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 227, de 25 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo na Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 273, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão de sindicância ao amparo do artigo 126, § 7º da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 195, de 20 de setembro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2.844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Sindicância constituída pela Portaria nº 195, de 20 de setembro de 2017, publicada na Edição 2.844, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo do artigo 126, § 7º da Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão da sindicância, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 195, de 20 de setembro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo no artigo 126, § 7º da Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 271, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão de sindicância ao amparo do artigo 126, § 7º da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 193, de 20 de setembro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2.844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Sindicância constituída pela Portaria nº 193, de 20 de setembro de 2017, publicada na Edição 2.844, neces-

sita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo do artigo 126, § 7º da Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão da sindicância, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 193, de 20 de setembro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo no artigo 126, § 7º da Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 274, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão de sindicância ao amparo do artigo 126, § 7º da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 243, de 26 de outubro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2. 844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Sindicância constituída pela Portaria nº 243, de 26 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo do artigo 126, § 7º da Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão da sindicância, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 243, de 26 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo no artigo 126, § 7º da Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 288, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar ao amparo da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 231, de 25 de outubro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2.844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº 231, de 25 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo a Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 231, de 25 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo na Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 282, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar ao amparo da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 201, de 20 de setembro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2.844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº 201, de 20 de setembro de 2017, publicada na Edição 2.844, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo a Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 201, de 20 de setembro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo na Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 281, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar ao amparo da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 200, de 20 de setembro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2.844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº 200, de 20 de setembro de 2017, publicada na Edição 2.844, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo a Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 200, de 20 de setembro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo na Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 279, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar ao amparo da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 199, de 20 de setembro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2.844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº 199, de 20 de setembro de 2017, publicada na Edição 2.844, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo a Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 199, de 20 de setembro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo na Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 278, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar ao amparo da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 198, de 20 de setembro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2.844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº 198, de 20 de setembro de 2017, publicada na Edição 2.844, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo a Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 198, de 20 de setembro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo na Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 285, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar ao amparo da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 228, de 25 de outubro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2.844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº 228, de 25 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo a Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 228, de 25 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo na Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 289, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar ao amparo da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 232, de 25 de outubro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2.844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº 232, de 25 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo a Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 232, de 25 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo na Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 290, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar ao amparo da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 251, de 31 de outubro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2.847."

CONSIDERANDO que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº 251, de 31 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.847, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo a Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 251, de 31 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.847, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo na Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 291, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar ao amparo da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 235, de 25 de outubro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2.844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº 235, de 25 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo a Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 235, de 25 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo na Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 292, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar ao amparo da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 237, de 25 de outubro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2.844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº 237, de 25 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo a Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 237, de 25 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo na Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 293, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar ao amparo da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 238, de 25 de outubro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2.844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº 238, de 25 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo a Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 238, de 25 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo na Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 286, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar ao amparo da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 229, de 25 de outubro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2.844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº 229, de 25 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo a Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 229, de 25 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo na Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 287, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar ao amparo da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 230, de 25 de outubro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2.844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº 230, de 25 de outubro de 2017, publicada na

Edição 2.844, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo a Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 230, de 25 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo na Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 269, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão de sindicância ao amparo do artigo 126, § 7º da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 190, de 19 de setembro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2.844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Sindicância constituída pela Portaria nº 190, de 19 de setembro de 2017, publicada na Edição 2.844, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo do artigo 126, § 7º da Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão da sindicância, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 190, de 19 de setembro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo no artigo 126, § 7º da Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2017

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT E **N M FERREIRA EDIFICACOES - EPP,** CNPJ nº 10.720.593/0001-14.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do Memorial Descritivo (Projeto do Sistema de Abastecimento de Água Tio Elias), que passará a vigorar conforme alteração anexa, sendo parte integrante do processo, referente ao CONTRATO Nº 016/2017, assinado em 24/08/2017, conforme Requerimento do Fiscal do Contrato, Justificativa Técnica e demais documentos comprobatórios, Parecer Jurídico e Despacho do Gestor Municipal, o qual autorizou o presente termo.

Data de Assinatura: 28/11/2017.

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 283, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar ao amparo da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 226, de 25 de outubro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2.844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº 226, de 25 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo a Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 226, de 25 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo na Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 270, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão de sindicância ao amparo do artigo 126, § 7º da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 192, de 20 de setembro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2.844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Sindicância constituída pela Portaria nº 192, de 20 de setembro de 2017, publicada na Edição 2.844, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo do artigo 126, § 7º da Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão da sindicância, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 192, de 20 de setembro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo no artigo 126, § 7º da Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 294, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar ao amparo da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 240, de 25 de outubro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2.844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº 240, de 25 de outubro de 2017, publicada na

Edição 2.844, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo a Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 240, de 25 de outubro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo na Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 272, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão de sindicância ao amparo do artigo 126, § 7º da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 194, de 20 de setembro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2.844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Sindicância constituída pela Portaria nº 194, de 20 de setembro de 2017, publicada na Edição 2.844, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo do artigo 126, § 7º da Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão da sindicância, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 194, de 20 de setembro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo no artigo 126, § 7º da Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 277, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Prorroga o prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar ao amparo da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 197, de 20 de setembro de 2017, publicada no Jornal da AMM na Edição 2.844."

CONSIDERANDO que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº 197, de 20 de setembro de 2017, publicada na Edição 2.844, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo a Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 197, de 20 de setembro de 2017, publicada na Edição 2.844, por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 30 de novembro de 2017, conforme permissivo na Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 29 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2017: DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2017 – CÂMARA MUNICIPAL DEJACIARA

Ata da audiência pública nº 005/2017 realizada no dia 01 de dezembro de 2017, no auditório da Câmara Municipal de Jaciara, sito à Rua Jurucê, 1304, bairro Centro, às 14h00min, para tratar da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2018, levando-o a conhecimento da população para contribuições, críticas, esclarecimentos e aprovações. A audiência contou com a presença dos Vereadores Clóves Pereira da Silva e Tiago Pereira, e representantes das secretarias de planejamento, saúde, educação, Assistência social, infraestrutura, administração, agricultura, , turismo, governo, meio ambiente, funcionários públicos, demais lideranças da comunidade e população em geral. OSenhor Ivan de Almeida, apresentou o que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), queconsiste num plano estratégico de planejamento onde constam as ações a serem realizadas durante o ano subsequente, estabelecendo as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidas pelo governo municipal no ano. Explicou também que o Plano Plurianual (PPA) 2018 a 2021 foi elaborado com base no plano de governo do prefeito, nas reuniões municipais, nas audiências públicas e no PPA vigente. Em seguida falou que após a elaboração do PPA 2018 a 2021, foi elaborada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e posteriormente será elaborada a Lei Orçamentária Anual(LOA). Apresentou os prazos e a legislação pertinente a LDO, explicou também que o PPA, a LDO e a LOA são os principais instrumentos de gestão einformou quanto à necessidade de elaborar um orçamento que atenda os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Logo após a mesmo iniciou a apresentação da LDO com a estimativa da receita consolidada para o ano de 2018que é R$ 72.299,925,76 (setenta e dois milhões, duzentos e noventa e nove mil, novecentos e vinte e cinco reais e setenta e seis centavos) e as despesas do município que constam no Plano Plurianual 2018 a 2021 para o ano de 2018. Em seguida foram apresentadas as prioridades da LDO para o exercício de 2018do município de Jaciara. E no decorrer da audiência foram feitas perguntas pelos participantes presentes e diante de cada pergunta elaborada o sr. Ivan respondia à contento de todos os presentes. E para finalizar a audiência pública o Sr. Ivan agradeceu a presença de todos. Nada mais a tratar, a audiência pública foi encerrada às dezesseis horas e doze minutos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

PUBLICACAO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, CNPJ Nº 24.772.147/0001-68, torna público que requereu junto a Superintendência de Recursos Hídricos (SURH) da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA - MT), o requerimento de autorização para perfuração de poço tubular, nas Coordenadas Geográficas - Latitude S: - 15°23'29.90" e Longitude W: - 56°40'49.48", localizada na zona rural do Município de Jangada /MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

LEI Nº 769/2017

LEI ORDINÁRIA Nº 769 DE 04 DEZEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento de 2017, Crédito Adicional Especial na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, no valor de R$ 13.000,00 (Treze mil reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 04 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0081.2657 – Manutenção do Programa Criança Feliz

3.3.90.30 – Material de Consumo .... R$ 7.000,00

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica..... .... R$ 6.000,00

Fonte: 0.1.29.500024 – Recurso da União

Art. 2º - Para dar cobertura na suplementação ao crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § inciso I, II ou III, da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação dos instrumentos de planejamento, (**PPA/LDO**), bem como apresentá-los em audiência publica junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "José Peres" Gabinete do Prefeito, em Jauru - MT, 04 de dezembro de 2017.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DOS LOCAIS DE PROVAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2017

CNPJ 15.072.663/0001-99

Rua Niterói, 81 N, Centro – CEP: 78.575-000 – Fone (66)3556-9400

Edital de Publicação dos Locais de Provas do Processo Seletivo Simplificado 002/2017

A Prefeita de Juara, no uso de suas atribuições, divulga os locais de provas dos inscritos do Processo Seletivo Simplificado 002/2017 abaixo relacionados.

Escola Estadual Oscar Soares

Avenida Jose Alves Bezerra nº 140-E, Centro Juara-MT.

Juara/MT.

ZONA URBANA: CARGO:

Professor Nível Superior Pedagogia,

ZONA RURAL: CARGOS:

Professor Nível Superior Pedagogia,

Professor Nível Superior nas Áreas Especificas de Conhecimento,

Professor Magistério,

Professor Nível Médio,

Técnico de Desenvolvimento Infantil (TDI),

Técnico Administrativo Educacional (TAE).

Apoio Administrativo Educacional (AAE).

Escola Estadual Comendador Jose Pedro Dias

Rua Anita Garibaldi nº 179-W, Jardim Boa Vista, Juara-MT.

ZONA URBANA: CARGO:

Técnico Desenvolvimento Infantil (TDI),

CEJA Jose Dias

RUA Porto Velho nº 256-E, Centro, Juara-MT

ZONA URBANA: CARGO:

Apoio Administrativo Educacional. (AAE).

Gabinete da Prefeita Municipal, Juara - MT, 05 de Dezembro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA
EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA - MT

EDITAL DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

A Câmara Municipal de Juara, através da Pregoeira - Portaria nº 046/2017, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial n° 01/2017, cuja abertura ocorrerá as 8:30 hora local, do dia 19 de Dezembro de 2017, na sede da Câmara Municipal, Rua Nelson Taborda Lacerda, 59-S, Centro. **Do Objeto -**Registro de Preço para futura e eventual aquisição de **Equipamentos de Informática, Equipamentos de Proteção e Segurança e Equipamento para Áudio Vídeo e Foto** para atender as necessidades e demandas dos diversos departamentos deste Poder Legislativo, conforme especificações e condições técnicas constantes no Edital e em seus anexos.

Maiores informações pelo telefone (66) 3556-1260, ou através dos sites: www.juara.mt.leg.br ewww.portaldecompraspublicas.com.br

Juara-MT, 04 de Dezembro de 2017.

Fabiane Pereira da Silva Mota

Pregoeira

Portaria nº 046/2017

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2017

CNPJ 15.072.663/0001-99

Rua Niterói, 81 N, Centro – CEP: 78.575-000 – Fone (66)3556-9400.

Edital de Publicação dos Candidatos Inscritos no Processo Seletivo Simplificado 002/2017

A Prefeitade Juara, no uso de suas atribuições, faz saber que oscandidatos abaixo relacionados tiveram suas inscrições deferidas.

1- DA RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS

1.1- O candidato que detectar qualquer divergência com seu nome, número dedocumento e cargo pretenso deverá protocolar um requerimento de alteraçãodos dados na Secretaria Municipal de Educação encaminhando

emanexo cópia do comprovante de inscrição e de documento que comprove osdados do candidato, no prazo de 24 horas.

1.2- O candidato cujo nome não constar na relação de candidatos, deveráprotocolar um requerimento de confirmação na Secretaria Municipal deEducação, encaminhando anexa cópia do comprovante de inscrição, no prazo de 24 horas.

Gabinete da Prefeita Municipal, Juara - MT,05 de Dezembro de 2017.

ZONA URBANA

Cargo: PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA

Processo Seletivo Simplificado 002/2017

Nº	Nome do Candidato	Nº de Inscrição	RG
01	ADELAINE TABORDA SOUZA	400	1995349-6-SSP/MT
02	ADELIANE TOMAS DA SILVA	622	001400677-SSP/MS
03	ADRIANA CAVALCANTE DOS SANTOS	780	1922373-0-SSP/MT
04	ADRIANA DA SILVA RIBEIRO	133	2076844-3-SSP/MT
05	ADRIANA GUILHERME DA ROCHA	616	1781249-6-SSP/MT
06	ADRIANA VENTURA SIMAO	691	1371095-8-SSP/MT
07	ALESSANDRA LENZ	430	1388387-9-SSP/MT
08	ALINE DE MELO SOUZA	410	2121045-4-SSP/MT
09	ALMIRO FERREIRA DA COSTA	451	1027386-7-SSP/MT
10	AMADA BEZERRA	650	2330114-7-SSP/MT
11	AMANDA ROSA DE SOUZA	350	2178588-0-SSP/MT
12	ANA PAULA DELISE MACEDO	672	2171525-4-SSP/MT
13	ANDREIA NEVES BARROS	184	5712506-SSP/PA
14	ANDRESSA APARECIDA DA SILVA	554	2346959-5-SSP/MT
15	ANGELA MARIA MEIRELLES DOS SANTOS	028	1124153-5-SESP/MT
16	ANGELICA ALVES DA SILVA	667	2373149-4SEJSP/MT
17	ANGELITA CELESTINA ALENCAR TOMAS	392	2410782-4-SSP/MT
18	ARTERNISIA DA SILVA REIS	124	1434718-0-SSP/MT
19	AUIRES FERREIRA LUCAS	587	2413165-2-SEJSP/MT
20	BRAZ RIBEIRO DA SILVA	490	12800970-SSP/MT
21	BRUNA CELESTINA PEREIRA DE ALENCAR	023	2074239-8-SSP/MT
22	BRUNA MARIA APARECIDA AZE	617	2654977-8-SSP/MT
23	CELIA APARECIDA DA SILVA	852	1524344-3-SSP/MT
24	CELINA DA SILVA REIS	205	1434743-1-SSP/MT
25	CINTIA DAMASCENO DOS SANTOS	140	2484207-9-SSP/MT
26	CLARICE DIAS BARRANCO	407	4443581-0-SSP/PR
27	CLASANCIA PEREIRA GOMES	231	1466162-4-SSP/MT
28	CLAUDEMIR MENDES DA SILVA	283	2272084-7-SSP/MT
29	CLAUDIA ALVES LOPES	183	1623428-6-SSP/MT
30	CLAUDIA REGINA DE QUEIROZ	437	2412412-5-SEJP/MT
31	CLAUDIANE EVANGELISTA DA SILVA	404	1417114-7-SSP/MT
32	CLEBER BORGES DOS SANTOS	196	1719713-9-SSP/MT
33	CLEODINA RAMOS DOS SANTOS	493	14173347-9-SEJSP/MT
34	DAIANE DE SOUZA ANTONIO	479	1970528-0-SSP/MT
35	DAIANE MAGALHAES CASTÃO	354	2586349-5-SSP/MT
36	DAMARIA SANTOS DE CARVALHO DO NASCIMENTO	056	1670109-7SSP/MT
37	DANIEL ALVES DE SOUZA	576	1813480-7-SSP/MT
38	DENISE WURZLER	139	1511215-2-SSP/MT
39	DIELY DE ALMEIDA	303	2120325-3-SSP/MT
40	DILEUSA MAGALHAES	160	1316879-7-SSP/MT
41	EDILENE FERNADA GOMES DE MATOS	276	1938783-0-SSP/MT
42	EDILEUSA BARBOSA DE SOUZA	096	961.094-SSP/MT
43	EDNA DE MATOS SHIMIZU	848	1459899-0SSP/MT
44	EIDVANIA BERTONCELLO MARTINS	674	2064915-9-SSP/MT
45	ELAINE ALVES CAMPOS	262	2329828-6-SSP/MT
46	ELAINE DE POLIO	477	1449933-9-SSP/MT
47	ELAINE RODRIGUES DE SOUZA	828	1884470-4-SSP/MT
48	ELANIA MARIA DOS SANTOS	458	1159775-5-SJ/MT
49	ELDA FLAVIA DA SILVA	609	1834129-2-SSP/MT
50	ELENICE DA SILVA XAVIER	461	2190507-0-SSP/MT
51	ELEUSA ACIOLI SILVA	230	1502867-4-SSP/MT
52	ELIANE ALVES CAMPOS	494	1996463-3-SSP/MT
53	ELIANE CRISTINA CASTILHO	463	2207099-0-SSP/MT
54	ELIANE DE LIMA SOUZA	248	1158861-6-SSP/MT
55	ELIETE LORETTO DE ARAUJO	485	1879095-0-SSP/MT
56	ELISA MARIA RODRIGUES	750	2057162-3-SSP/MT
57	ELISANGELA CAMILO DE SOUZA	089	1972331-8-SSP/MT
58	ELISON MORAES DA SILVA	763	2233658-3-SSP/MT
59	ELIZANGELA ALVES FERREIRA	472	1417133-3-SSP/MT
60	ELIZANGELA ARRUDA DA SILVA	319	1287031-5-SSP/MT
61	EMILY DUARTE RAMOS	405	1844311-7-SSP/MT
62	ENIO DOS SANTOS	447	1143003-6-SJ/MT
63	ERICA TAISA DE BRITO RAIMUNDO	847	1893229-0-SSP/MT
64	ESTER BARBOSA DE SOUZA	284	2298680-4SSP/MT
65	EVANILDA BARBOSA DE OLIVEIRA MAZELI	070	000.576.762-SSP/MS
66	FABIO RICARDO LUDKE DOS SANTOS	840	1815756-4-SSP/MT;
67	FERNANDA DOS SANTOS VITORIO	115	2025438-5-SSP/MT
68	FERNANDA GASTALDI AGUIAR	316	2391017-8-SSP/MT
69	FERNANDA MARIA VOLPATO	328	2642191-7-SSP/MT
70	FERNANDO DANTE	654	1321491-8-SSP/MT
71	FLAVIA CRISTINA BOTELHO	635	1653460-3-SJSP/MT
72	FRANCIELI GUIRRO SANTOS	158	1624114-2-SSP/MT
73	GEDEON CRISTIANO DE SOUZA SANTOS	456	1904115-2-SSP/MT
74	GENECI PAULINO BUENO	144	594692-SSP/MT
75	GEOVANE LUZES GALVÃO	159	2410198-2-SSP/MT
76	GESSICA FERNANDA DE OLIVEIRA	119	2267468-3-SSP/MT
77	GESSICA MAIARA MOREIRA SANTOS BRIULA	602	2513204-0-SSP/MT
78	GISELE APARECIDA PROCOPIO	100	2020923-5-SSP/MT
79	GRESSIELE PEREIRA DE OLIVEIRA	647	1801110-1-SSP/MT
80	IGOR DIONNE DOS SANTOS PADOVAN	779	2366904-7-SSP/MT
81	ILSON RODRIGUES MACHADO	561	1960890-0-SSP/MT
82	IVONETE ALVES DOS SANTOS	108	519.893-SSP/MT
83	IZAURA CAMPANHOLI DOS SANTOS	296	32794123-6-SSP/SP
84	JANAINA KELLY NASCIMENTO MOURA	648	1832906-3-SSP/MT
85	JANETE APARECIDA DOS SANTOS	246	1323972-4-SSP/MT
86	JESSICA NAIARA DA SILVA NOGUEIRA	083	2513203-2-SSP/MT
87	JESSICA TALITA DOS SANTOS PERGHER	414	2004832-7-SSP/MT
88	JOANIELE PEDRO DA SILVA	460	2413515-1-SESSP/MT
89	JOICE TEODORO	168	1013161-2-SSP/MT
90	JOSE ALENTINO CAMPOS	397	904018-SSP/MT
91	JOSEFA SANDRA SO NASCIMENTO	222	1998775-1-SSP/MT
92	JOSILENE DIAS DE OLIVEIRA	434	4694644-SSP/PE
93	JOSIVAL BERNARDO DOS SANTOS	305	1945282-9-SSP/MT
94	JUCIELI BERTONCELLO	455	2076236-4-SSP/MT
95	JULIANA PEREIRA DA SILVA	135	1680019-2-SSP/MT
96	JUSCILENE COSTA DE MELO	301	1755353-9-SSP/MT
97	KARINA MARTOLOMEU ALVES	777	1783883-5-SSP/MT
98	KEISSIELE RIBEIRO SANTONI	679	2072568-0-SSP/MT
99	LEANDRO KREIN BERNARDI	291	1417181-3-SSP/MT
100	LEIDIANE APARECIDA DA SILVA	497	1755302-4-SSP/MT
101	LETICIA BATELO BARRETO	429	2171524-6-SSP/MT
102	LETICIA DAHIANE BERTON	064	2301600-0-SSP/MT
103	LILIANE DO AMARANTE	146	1852090-1-SSP/MT
104	LUCIANA RODRIGUES DA SILVA	614	1897080-0-SSP/MT
105	LUCINETE BATISTA DA CUNHA	189	1819844-5-SSP/MT
106	LUZIA GONÇALVES PEREIRA	378	1838072-7-SSP/MT
107	MAGALI CORREA DE LIMA	113	2350971-6-SSP/MT
108	MAIARA DAIANE DA SILVA OLGADO	804	1540423-4-SSPMT
109	MAIQUELE DUARTE DOS SANTOS	448	1837925-7-SSP/MT
110	MARCIA RODRIGUES DA SILVA	422	1401220-0-SSP/MT
111	MARCIANA DE OLIVEIRA SANTOS	670	204384-0-SSP/MT
112	MARCIANA DE PAULA	396	1096391-0-SSP/MT
113	MARCIELI VENANCIO PINHEIRO	838	1680345-0-SSP/MT
114	MARCIELY RODRIGUES DA SILVA	147	2588781-5-SSP/MT
115	MARCIO ADRIANO RAMOS DE OLIVEIRA	031	1568513-6-SSP/MT
116	MARCOS RAFAEL DE SOUZA	232	4601433-0-SSP/SC

117	MARIA APARECIDA DA COSTA FLORES	157	0691261-3-SSP/MT
118	MARIA APARECIDA DA SILVA	601	1650530-1-SSP/MT
119	MARIA CELESTINA PEREIRA GOIS	757	1586083-3-SSP/MT
120	MARIA CRISTINA FERNANDES BRASIL	387	1434741-5-SSP/MT
121	MARIA EDIRLENE DE ALMEIDA	829	53554951-9-SSP/SP
122	MARIA ELIANE BEZERRA DOS SANTOS	636	1417184-8-SSP/MT
123	MARIA INES DA CONCEIÇAO CARVALHO ASSUNÇAO	417	7505842-SSP/MT
124	MARIA IVONE PEREIRA GUIMARAES	095	1480325-9-SSP/MT
125	MARIA JACQUELINE DA SILVA	217	2430163-9- SEJSP/MT
126	MARIA JOSE ANTUNES MAGALHAES	257	0735695-1-SSP/MT
127	MARIA LETICIA MORAIS LOURENÇO	118	2280967-8-SSP/MT
128	MARIA ROSANGELA DE SANTANA	491	24083410-SEJSP/MT
129	MARINES PELLIZZARI DO NASCIMENTO	025	861.335-SSP/MT
130	MARKELLY BIANNK FREITAS BARBOSA JARDIM	726	2083290-7-SSP/MT
131	MARTA MUNIS COSTA	162	1756769-6-SSP/MT
132	MICHELI CARVALHO BORGES	312	2060993-0-SSP/MT
133	MICHELI DA SILVA CAMPOS	402	2001109-1-SSP/MT
134	MIRIN DOS SANTOS VITORIA	027	2025423-7-SSP/MT
135	MONIQUE ALLIE PEREIRA	242	1389209-6-SSP/MT
136	NADIA MARIA DE SOUZA MILESKI	203	2369570-6-SSP/MT
137	NAIANE CORREIA DE OLIVEIRA	583	2154138-6-SSP/MT
138	NAIARA DA SILVA TEIXEIRA CASSIANO	212	2391045-3-SESP/MT
139	NAPAULA CELESTINA PEREIRA ALENCAR	344	1782147-9-SSP/MT
140	NILCINEIA CAVALCANTE DA SILVA	474	1610749-7-SSP/MT
141	NILZA LUCAS DOS SANTOS	420	12163554-SSP/MT
142	OSEIAS DOS SANTOS BELARMINO	599	1546188-2-SSP/MT
143	OSMARINA EVANGELISTA DA SILVA	760	1494841-9-SSP/MT
144	OSMARINA OLERIANO FRANCISCO RIBEIRO	155	1176175-0-SSP/MT
145	PALOMA SILVA SOUZA	849	15817550-54-SSP/BA
146	PATRICIA BESERRA DOS SANTOS	748	1780686-0-SJSP/MT
147	PATRICIA DUARTE DE BRITTO	136	6.429.474-1-SSP/PR
148	POLIANA BARBOSA DE LIMA	467	2233334-7-SSP/MT
149	PRISCILA DE OLIVEIRA TOME	423	1536126-8-SSP/MT
150	PRISCYLA MARQUES HORNICH	556	2347812-8-SSP/MT
151	QUEILA VIOLADA	755	1246499-6-SJ/MT
152	RAFAEL RODRIGUES DA SILVA	384	2103600-4-SSP/MT
153	RAFAELA DAMASCENO DOS SANTOS BARALDI	279	2036157-2-SSP/MT
154	RAQUEL COVALSKI MARIANO	015	1183802-7-SSP/MT
155	REGIANE DAMIAO LIMA	832	2447037-6-SSP/MT
156	REJANE FIGUEIREDO	034	1546379-6-SSP/MT
157	RITA DE CASSIA BISCA	261	8535693-3-SSP/PR
158	RODRIGO BORDINHAO	369	2308003-5-SSP/MT
159	ROSA GONÇALVES DE OLIVEIRA	329	1450720-0-SSP/MT
160	ROSANGELA APARECIDA DE PAIVA	306	596436-SSP/MT
161	ROSECLEIA DOS SANTOS SANSANA	569	2207108-3-SSP/MT
162	ROSELENE MAGALHAES CASTÃO	393	2083678-3-SPSP/MT
163	ROSELI RIBEIRO COSTA	176	1293393-0-SSP/MT
164	ROSIANE VIOLADA	266	1018297-7-SSP/MT
165	ROSICLEIA REGINA DE CASSIA DA CUNHA	445	1058132-4-SJ/MT
166	ROSILMA MARTINS PEREIRA	360	940319-SSP/MT
167	ROSIMAGNA DA SILVA SOUZA	611	1713197-9-SSP/MT
168	SANDRA LUCIA BATISTA	008	1331860-8-SSP/MT
169	SANDRA REGINA DE SOUZA MARQUES	066	1922657-8-SSP/MT
170	SIDINEI CONCEIÇAO CASTÃO	564	1973308-9-SSP/MT
171	SILVANA APARECIDA CARDOSO	413	2272073-1-SSP/MT
172	SILVESTRE CAVALCANTE ZAU	060	16.658.495-2-SSP/SP
173	SIMONI SANTOS DO NASCIMENTO ROCHA	255	2076204-6-SSP/MT
174	SOLANGE ALVES DE ARRUDA	395	514577-SSP/MS
175	SUELDIVA DANTAS GARCIA	462	0882337-5-SSP/MT
176	SUELI MUNIS DA SILVA	727	1662654-0-SSP/MT
177	TAYNARA SANTOS RODRIGUES	347	1879952-3-SSP/MT
178	TEREZA DE PAULA DO NASCIMENTO	432	302402-SSP/MT
179	VALERIA MARQUES RICARDO LUDKE	774	1734301-1-SSP/MT
180	VANESSA CAMARGO TROMBONI	038	2419525-1-SESP/MT
181	VANESSA LIMA DE OLIVEIRA	304	2127854-0-SSP/MT
182	VERA LUCIA	282	0489214-3-SSP/MT
183	VERIDIANA SILVERIO DE ALMEIDA	338	2169602-0-SSP/MT
184	WHEVERGTON RIBEIRO DA SILVA	298	1662722-9-SSP/MT
185	ZILDA AMARANTE DE SOUZA SILVA	551	489205-SSP/MT

ZONA URBANA

Cargo: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Nº	Nome do Candidato	Nº de Inscrição	RG
01	ADRIANA BUFOLO MONTEIRODA SILVA	339	1711168-4-SSP/MT
02	ADRIANA DE SOUZA MIGUEL	399	2231773-2-SSP/MT
03	ADRIANA OLIVEIRA DA SILVA	665	1653457-3-SJSP/MT
04	ADRIELI FLOR	441	2877700-0-SSP/MT
05	ALCIONE PEREIRA DE OLIVEIRA	781	1880991-0-SSP/MT
06	ALDELI SILVA TRINDADE	798	749410-SSP/MT
07	ALESSANDRA APARECIDA CORDEIRO	013	8.318.855-3SSP/MT
08	ALESSANDRA DA SILVA SAMPAIO DE SOUSA	628	2440515-9-SSP/MT
09	ALESSANDRA DE OLIVEIRA MARIA	010	1842636-0-SSP/MT
10	ALESSANDRA LUCIANA DA SILVA	020	1879216-2 -SSP/MT
11	ALEXANDRA RODRIGUES DA SILVA	728	1190800-9-SSP/MT
12	ALINE APARECIDA DE FRANÇA BARBOSA	030	2157615-7-SSP/MT
13	AMANDA GIMENES DA SILVA	613	3751928-SSP/PI
14	ANA LUCIA REOLON DOS SANTOS	775	2685896-7-SSP/MT
15	ANA PAULA FIGUEREDO	591	2390994-3-SEJSP/MT
16	ANA PAULA PEREIRA LOBATO	335	10749546-0-SSP/PR
17	ANDREIA DIAS TEIXEIRA	582	1996466-8-SJ/MT
18	ANDREIA FREITAS VERNEK	385	2302013-0-SSP/MT
19	ANDREIA MARQUES RICARDO	759	1680351-5-SSP/MT
20	ANDRESSA APARECIDA VALERIO CAZAROTTO	281	2909181-0-SSP/MT
21	ANDRESSA FREITAS VERNEK	736	2467104-5-SSP/MT
22	ANGELA MARIA HICKMANN	254	1434601-0-SSP/MT
23	ANNA KAROLYNA JOAQUIM DOS SANTOS	308	2440520-5-SSP/MT
24	ANTONIA ASSUNÇAO SILVA	326	2060226-0-SSP/MT
25	ANTONIA SOUZASILVA	009	07298246-24-SSP/BA
26	AWESLE ALMEIDA FLOR	731	2764671-8-SSP/MT
27	BEATRIZ MAIRA BOTELHO	473	2475891-4-SEJSP/MT
28	BENEDITA ROSA DA CRUZ	409	0909177-7-SSP/MT
29	BRUNA PEREIRA DE ANDRADE	314	3051043-0-SSP/MT
30	CARLA FURLANETO	443	1059773-5-SJ/MT
31	CELIA DA SILVA RIBEIRO	236	1215643-4-SSP/MT
32	CELIANE SANTANA FARIA	756	1119027-2-SJS/MT
33	CLAUDETE ROMUALDO DE ARAUJO	198	2990925-2-SSP/MT
34	CLAUDIA SILVA DA ROCHA	174	2080492-0-SSP/MT
35	CLAUDINEIA DOS SANTOS OLIVEIRA	016	1969325-7-SSP/MT
36	CLEIDE CRUZ SANCHES	658	1324144-5-SSP/MT
37	CLEIDE DE FREITAS MORAES	322	1436472-7-SSP/MT
38	CLEIDE DE SOUZA BREVES DOS SANTOS	320	18372384-SSP/MT
39	CLEIDINEIA PINHEIRO	127	25113922-0-SSP/SP
40	CLEONI DOS SANTOS ALMEIDA	084	1053417-2-SSP/MT
41	CLEUZA ROSA DE SOUZA	005	1310986-3 SSP/MT
42	CRISTIANE ELIANE DE OLIVEIRA	640	000941316-SSP/RO
43	CRISTINA BERNINI BAGINSKI	676	2965001-1-SSP/MT
44	CRISTINA CORREIA DA SILVA	469	1741457-1-SSP/MT
45	DAIANA NARA DOS REIS	311	1813208-1-SSP/MT

46	DAIANE CRISTINA CORSINI DE LIMA	486	2734570-0-SSP/MT
47	DALCINO CARDOSO DOS SANTOS JUNIOR	761	2789779-6-SSP/MT
48	DANIELE APARECIDA BARBOSA	857	1905434-3-SSP/MT
49	DANIELE PEREIRA DE JESUS	367	2655008-3-SSP/MT
50	DARCI PAULA TEIXEIRA DA ROCHA	484	749433-SSP/MT
51	DENIZE DA SILVA VIEIRA	235	2498208-3-SSP/MT
52	DENIZE RODRIGUS PREGUIÇA	498	2406820-9-SSP/MT
53	DIEGO DE SOUSA	295	1838436-6-SSP/MT
54	DILCINEIA ROSA DA SILVA FLORES	148	2223364-4-SSP/MT
55	DILMA GOIVINHO	700	1761812-6-SP-SP/MT
56	DINALVA PEREIRA	607	22993552-7-SSP/SP
57	EDEUZINA ALMEIDA ASSUNÇÃO CAUBELLI	190	1215801-1-SSP/MT
58	EDIMEIA DE JESUS SOUZA	633	08050351-92-SSP/BA
59	EDINEUZA ROSA DOS SANTOS	846	1993343-1-SSP/MT
60	EDNEIA DA SILVA SANTOS	167	1147675-3-SSP/MT
61	ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA	249	1327896-7-SSP/MT
62	ELAINE PEREIRA DE SOUSA	600	7879137-SSP/PA
63	ELIS KARINA CANDIDO DA CRUZ	197	2104819-3-SSP/MT
64	ELISANGELA APARECIDA ROCHA	019	2331704-3-SSP/MT
65	ELIZA LANDI DE SOUSA	129	1841468-0-SSP/MT
66	ELIZANGELA DE ALMEIDA BUONO	353	1100352-9-SSP/MT
67	ELZA MARIA DE BRITO	471	1766839-5-SSP/MT
68	ERICA LIDIANE DE MORAES	050	1166848-2SSP/MT
69	ERISMAR BRAZ SANTOS	631	1511235-7-SSP/MT
70	EUDES HONORIO LEMUNIER	032	1386240-5-SSP/MT
71	FABIANA MARTINS	685	2178882-0-SSP/MT
72	FABIULA ANIANI DOS SANTOS AMARAL	590	2329834-0-SSP/MT
73	FERNANDA APARECIDA LOPES DE FRANÇA FERNANDES	101	2571984-0-SJSP/MT
74	FERNNADA LEMOS SILVA	826	2298434-8-SSP/MT
75	FRANCIELE MOREIRA DE CARVALHO	560	57963370-6-SSP/SP
76	FRANCIELI DAIANE QUIRINO DIAS	268	1964537-6-SSP/MT
77	FRANCIELLY REGIANE FELICIANO DE SOUZA	293	2629261-0-SSP/SE
78	FRANCILENE DIAS DOS SANTOS	802	143662-1-SSP/MT
79	FRANCISLENE FLORES DOS SANTOS	604	13774539-SSP/MG
80	GESIKA CRISTINA BATISTA	380	2413536-4-SSP/MT
81	GIOVANA CAROLINA CYPEL FERREIRA	630	2346991-0SSP/MT
82	GISELIA FARIAS	579	2498214-8-SSP/MT
83	GISELY CAMILO	345	3983943-SSP/PA
84	GISLAINE BARBOSA UVIDA	699	1762965-9-SSP/MT
85	GREICIANE DALPIAZ KUCHAR	800	1911668-3-SSP/MT
86	HELENA MARIA DA SILVA	553	1714825-1-SSP/MT
87	IRACI LUIZ DA SILVA REQUENA	080	1013203-1-SSP/MT
88	ISABEL CAIRES	109	1417179-1-SSP/MT
89	ITAMAR CARDOSO DA SILVA	659	1483549-5-SSP/MT
90	IVANI CAIRES	315	1582513-2-SSP/MT
91	IVONE TEIXEIRA	074	1857588-9-SSP/MT
92	JAINE PAULA BARBOSA	063	2249965-SSP/MT
93	JANAINA CRISTINA DA SILVA	150	2466914-8-SSP/MT
94	JANDIRA DE JESUS GOIS	207	1662712-1-SSP/MT
95	JANE PATRICIA TEIXEIRA TEODORO	275	1189887-9-SSP/MT
96	JAQUELINE DE SOUZA	698	2329845-6-SSP/MT
97	JAQUELINE SATURNO ERBACH	573	2215608-9-SSP-MT
98	JAYNE LOISLAINE GOBI	563	2678442-4-SJSP/MT
99	JHENIFER TAMINE GOMES SOARES	803	2865811-6-SSP/MT
100	JOSIANE PEREIRA DE SOUZA	747	14741093-SSP/MG
101	JULIANA FERREIRA VERGE	496	2788909-2-SSP/MT
102	JULIANA GARANHANI KORB	091	2350969-4-SSP/MT
103	JULIANA MARIANO DIAS	681	2112329-2-SSP/MT
104	JULIANA MARQUES DA SILVA	333	2698374-5-SSP/MT
105	JULYANY PATRICIA DE SOUZA ROCHA	776	2764762-0-SSP/MT
106	JUSCELEIDE BERNADES DOS SANTOS	051	1653630-4-SJ/MT
107	JUVENITA DE SOUZA	370	345614-SSP/MS
108	KARINA MARIA DA SILVA	033	2413119-9- SEJSP/MT
109	KEILA FERREIRA NUNES	476	2539924-1-SEJSP/MT
110	KELLY DOS SANTOS	035	2565862-0- SEJSP/MT
111	LARISSA CRISTINA SOUTO	394	2514135-0-SJSP/MT
112	LAURA JANAINA INACIO	142	1514006-7-SSP/MT
113	LEILA APARECIDA MAIA DE LIMA	487	1904121-7-SSP/MT
114	LENICE ALVES RUSSO	151	2281808-1-SSP/MT
115	LEOMAR SANTOS LISBOA	138	6619375-SSP/PA
116	LETICIA DE FATIMA LIMA ARRUDA	220	2301576-4-SSP/MT
117	LINDAURA APARECIDA FERMINO	807	1466150-0-SSP/MT
118	LUANA DURCI	732	2719386-1-SSP/MT
119	LUANA NASCIMENTO FERREIRA	749	2941170-0-SSP/MT
120	LUCELIA CAETANO FERNANDES	065	1856580-8-SSP/MT
121	LUCELIA DE LIMA ARRUDA	664	1930537-0-SSP/MT
122	LUCIA FIGUEIREDO NAVARRO	619	1546357-5-SSP/MT
123	LUCIANA ALVES DE LIMA	806	1456925-6-SSP/MT
124	LUCIANA APARECIDA ONORO DOS SANTOS	290	2421895-2-SSP/MT
125	LUCIANA BATISTA CARNEIRO	662	2753195-3-SSP/MT
126	LUCIANA DA SILVA	079	1786641-3-SJSP
127	LUCIANO JORGE PREGUIÇA	152	2889086-8-SSP/MT
128	LUCILENE FERREIRA LOPES DE CARVALHO	675	1653448-4-SEJUJP/MT
129	LUCILIA CRISTINA DA SILVA BRAZICA	193	1834004-0-SSP/MT
130	LUCIMARA MACHADO DA SILVA	323	2555884-6-SSP/MT
131	LUCINEIA RODRIGUES	272	2157625-4-SSP/MT
132	LUCINEIDE MARQUES DA SILVA	355	1693908-5-SSP/MT
133	LUIZA DA SILVA	352	2685942-4-SEJ/MT
134	LUIZA DA SILVA REGO	351	1680031-1-SSP/MT
135	MARCIA DOS SANTOS	482	1215316-8-SSP/MT
136	MARCIANA JORGE PREGUIÇA	117	2214800-0-SSP/MT
137	MARCIANE GOUVEIA	274	6711636-4-SSP/PR
138	MARIA APARECIDA DIAS	265	0805045-7-SSP/MT
139	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	269	1433364-3-SSP/MT
140	MARIA APARECIDA MEDRADO GOMES DE SOUZA	655	2383383-1-SEJSP/MT
141	MARIA APARECIDA ROCHA	059	1311045-4-SSP/MT
142	MARIA CELIA DE MATOS GOMES	102	1467444-0-SSP/MT
143	MARIA CICERA NEVES	273	425894-SSP/MT
144	MARIA CLAUDIA DA SILVA SOARES	087	1323448-0-SSP/MT
145	MARIA CRISTINA PERES	452	1514049-0-SSP/MT
146	MARIA DA PAIXÃO MORAES DA SILVA	103	1298617-8-SSP/MT
147	MARIA DE LOURDES OLIVEIRA SILVA	177	2776057-0-SSP/MT
148	MARIA DOS SANTOS BATISTA	104	1324053-6-SSP/MT
149	MARIA IRAILDE BRAS DOS SANTOS	280	1679977-1-SSP/MT
150	MARIA JOSE PINHEIRO DA SILVA	173	1330935-8-SSP/MT
151	MARIA LUCELIA DOS SANTOS FANTIN	436	1417099-0-SSP/MT
152	MARIA LUCIA SANTANA TEIXEIRA	294	1598709-4-SSP/MT
153	MARIA MADALENA DOS SANTOS MOURA	373	2123232-6-SSP/MT
154	MARIA NEREIDE DE OLIVEIRA	567	1483555-0-SSP/MT
155	MARIA RODRIGUES DA SILVA	615	1933530-0-SSP/MT
156	MARIA SOLANGE GONÇALVES	271	1481996-1-SSP/MT
157	MARICELIA DO NASCIMENTO FERREIRA	256	1434512-9-SSP/MT
158	MARILI FRANCISCO DE OLIVEIRA	170	237308-3-SSP/MT
159	MARILUCE RODRIGUES	154	0928317-0-SSP/MT
160	MARINA TEIXEIRA	610	2528755-9-SSP/MT
161	MARINETE ALVES DA SILVA	237	2612460-2-SSP/MT
162	MARLENE ALVES DE SOUZA	194	1417274-7-SSP/MT
163	MARLENE COUTINHO	660	1481310-0SSP/MT
164	MARLENE TEIXEIRA	656	1434716-4-SSP/MT
165	MARLUCIA SATURNO RODRIGUES	752	2033910-0-SSP/MT
166	MARTA BARBOSA DOS SANTOS	418	2004845-9-SSP/MT
167	MAYARA DA CRUZ FERREIRA	379	2823052-3-SSP/MT
168	MICHELE APARECIDA BARBOSA	186	2419356-9-SSP/MT
169	MICHELE BATISTA DOS SANTOS	040	1543571-7-SSP/MT
170	MICHELE DOS SANTOS DE OLIVEIRA	677	2308276-3-SSP/MT
171	MIRIANA APARECIDA DE LIMA	044	14.427.828-3-SESP/PR
172	MONICA APARECIDA SANTOS DA SILVA	286	2659772-1-SSP/MT
173	MONICA ARAUJO ANDRADE	090	2711659-0-SSP/MT
174	NATACHA FLORENTINO LOPES COELHO	433	2358444-0-SEJP/MT
175	NEDINA FERREIRA DA SILVA	415	1637981-0-SSP/MT

176	NEIDE SANTANA DA SILVA	740	111062-2-SSP/MT
177	NELCI PEREIRA LOBATO	438	5434686-7-SSP/PR
178	NIVALDO LUCIO DOS SANTOS	767	7754787-SSP/SC
179	ODAIZA DURCI DOS SANTOS	559	2667515-3-SSP/MT
180	ODEZIA BARBOSA DA SILVA	598	1971059-3-SSP/MT
181	PATRICIA FERREIRA	201	2324565-4-SSP/MT
182	PATRICIA MARIA QUEIROZ	324	62398867-7-SSP/SP
183	PAULA DANIELE COSSI	644	8692536-2-SSP/PR
184	PAULA DOS SANTOS FONSECA	225	1994206-5-SSP/MT
185	POLIANA DE JESUS OLIVEIRA	270	2003153-0-SSP/MT
186	POLIANA TORCI FRIZZERA	835	2588811-0-SSP/MT
187	POLIANI MACHADO DA COSTA	171	2060206-5-SSP/MT
188	REGIANI RAMOS DE ALMEIDA	241	1144423-1-SSP/MT
189	REGINA DOS SANTOS COSTA	625	2590148-6-SSP/MT
190	RENATA MARTINS DOS SANTOS	112	2780448-8-SSP/MT
191	RENILDA ALMEIDA ASSUNÇAO	307	1215876-3-SJ/MT
192	ROSA MARIA BARBOSA DA SILVA	853	1413635-0-SSP/MT
193	ROSANGELA DE LIMA PINTO	321	1782164-9-SSP/MT
194	ROSANGELA DE OLIVEIRA PICCIN	364	1446671-6-SSP/MT
195	ROSANGELA LUZIA DOS SANTOS GOUVEIA	765	39375070-X-SSP/SP
196	ROSENILDA DE CARVALHO COSTA BUCHELT	153	1330829-7-SSP/MT
197	ROSICLEIALIMA DE JESUS	214	2272135-5-SSP/MT
198	ROSICLEIA DE SOUZA	580	1911390-0-SSP/MT
199	ROSILAINE LIMA DE JESUS	234	2780447-0-SSP/MT
200	ROSILENE RIBEIRO ALVES	161	1378573-7-SSP/MT
201	ROSIMAR CORREIA DA SILVA	475	1942529-5-SSP/MT
202	RUTE ACIOLI DOS SANTOS TORRES	645	1688530-9-SSP/MT
203	RUTH ALVES TEIXEIRA	121	2439218-9-SSP/MT
204	SANDRA GONÇALVES	053	1956066-4-SSP/MT
205	SANDRA REGINA DA SILVA MARQUES	215	1159439-SEJSP/MT
206	SCARLLATH MORAIS LOPES	287	2299888-8-SSP/MT
207	SILVANA APARECIDA DA SILVA	470	2080612-4-SSP/MT
208	SILVANA CERQUEIRA DA CUNHA	351	1939926-0-SSP/MT
209	SIMEIA LANDI	195	2233353-3-SSP/MT
210	SIMONE DOS SANTOS CAMARGO	425	1417166-0-SSP/MT
211	SIMONE GUIMARAES PIMENTA	653	2569901-6-SEJS/MT
212	SIMONE MORAES DE ALMEIDA	738	1464820-2-SSP/MT
213	SIMONE VEDOVETTO LEANDRO	166	1734281-3-SSP/MT
214	SIRLETE DA CONCEIÇAO MOREIRA	258	1691763-4-SSP/MT
215	SOLANGE ALVES DE SOUZA	663	1417136-8-SSP/MT
216	SONIA BEATRIZ HAUSCHILD	575	1779700-4SSP/MT
217	SONIA VEDOVETO	244	961083-SSP/MT
218	TAINARA XAVIER DA ROSA DE ARAUJO	047	2645614-1-SSP/MT
219	TAMIRIS SILVERIOBRAGA	021	2007219-8-SSP/MT
220	TASIELE DA SILVA LADEIA	191	3020754-1-SSP/MT
221	TATIANE CRISTINA DIAS	581	2531734-2-SSP/MT
222	TATIANE RODRIGUES SOBRINHO	388	2555895-1-SSP/MT
223	THAILA MARIA ALVES RODRIGUES	003	3018004-0-SSP/MT
224	THAILANA BARBOSA DE ALEMEIDA	004	2769283-3-SSP/MT
225	THAIS THAMIRIS ROSINKE DOS SANTOS	799	1969848-8-SSP/MT
226	THALIA MORAES DOS SANTOS	116	1411915-SSP/RO
227	THAYNARA STEPHANIE DE FRANÇA MACIEL	421	2297146-7-SSP/MT
228	ULIANE COUTINHO ALVES PADUA	733	1370345-SSDC/RO
229	ULIANI CRIS BELARMINO DOS SANTOS	223	2161145-9-SSP/MT
230	VALERIA LUCIA JESUSOLIVEIRA	459	1734344-5-SESP/MT
231	VANDERLEIA DA SILVA SOUZA ALVES	182	2314251-0-SSP/MT
232	VANESSA CONCEIÇAO DE FIGUEIREDO	364	1447416-6-SSP/MT
233	VANIA APARECIDA CARDENA DA SILVA		1271203-5-SSP/MT
234	VANIA EZIDIA DA SILVA	680	6482547-SSP/MT
235	VANILZA DOS SANTOS CANDIDO	130	1423957-4-SSP/MT
236	VANUZA BERNARDO DOS SANTOS	092	1324013-7-SSP/MT
237	VANUZA LOPES LEITE	045	2324602-2-SSP/MT
238	VIVIANI SILVA CRUZ	809	2815541-6-SSP/MT
239	WILLIAN CRISTIAN DOMINGUES DE SOUZA	808	2298593-0-SSP/MT
240	ZILMAR TEODORO DOS SANTOS	048	468723-SSP/RO
241	ZIZELIA ELAINE APARECIDA DA SILVA	375	3142056-7-SSP/MT

ZONA URBANA

Cargo: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Nº	Nome do Candidato	Nº de Inscrição	RG
01	ADAIR ZAROCHINSKI	292	1841522-9-SSP/MT
02	ADILSON PEREIRA DA SILVA JUNIOR	694	2471316-3-SSP/MT
03	ADRIANA CAVALCANTE	093	001130439-SSP/MS
04	ADRIANA DE SOUZA SILVA	252	1932072-8-SSP/MT
05	ADRIANA POSTAI	465	1742486-0-SSP/MT
06	ADRIANA TOTTIDE SOUZA E SOUZA	588	1680156-3-SSP/MT
07	ADRIANI FUHR SANTI	336	2387130-0-SSP/MT
08	ADRIELE ALVES SANTOS	348	2711860-6-SSP/MT
09	ADRIELE FERNNADA DOS SANTOS GOBI	627	2484208-7-SSP/MT
10	ADRIELE LUZIA DA SILVA	805	2887034-4-SSP/MT
11	ALENCAR GONÇALVES DOS SANTOS JUNIOR	229	2608187-3-SEJUP/MT
12	ALESSANDRA CARMO ARAUJO	374	2570958-5-SSP/MT
13	ALINE CORREIA DOS SANTOS PEREIRA	382	2863034-3-SSP/MT
14	ALINE DA SILVA PIMENTEL	745	24067795-4SSP/MT
15	ALINE FERNANDA DA SILVA GONÇALVES	603	2715082-8-SSP/MT
16	ALINE FRANCIELE COLARES	391	2780463-1-SSP/MT
17	ALINE ROXADELLI DIAS	055	1973649-5-SSP/MT
18	ALY KELLY ALICE DOS SANTOS CARVALHO	682	2571992-0-SSP/MT
19	ANA CARLA NASCIMENTO	042	2856804-4-SESP/MT
20	ANA CAROLINA DE ARAUJO	206	62732040-5-SSP/SP
21	ANA MARIA RODRIGUES BELO	086	2317291-6-SSP/MT
22	ANA PAULA GOUVEIA DE MORAES	412	2711721-9-SSP/MT
23	ANA PAULA PIERETTI DOS SANTOS	558	2308025-6-SSP/MT
24	ANA PAULA RONDON MENDES	178	2298721-5-SSP/MT
25	ANA PAULA SANCHES	221	2327713-0-SSP/MT
26	ANA ROMELIA CARDOSO DOS SANTOS	859	807917-SSP/MT
27	ANDREIA BRUNA ONOFRE	850	2249434-0-SSP/MT
28	ANDREIA CORDEIRO DOS SANTOS	383	2406804-7
29	ANDRESA FERNANDE ALMEIDA FLOR	726	2588764-5-SSP/MT
30	ANDRESSA FRANCIELE DE SOUZA LIMA	310	2542016-0-SSP/MT
31	ANGELA DA SILVA SERAFIM	120	1215166-1-SSP/MT
32	ANGESCA LEINY DA SILVA SANTOS	043	10.575.050-1-SESP/MT
33	ANTONIO APARECIDO GOMES NETO	466	2520158-1-SSP/MT
34	ARIEL GARCIA ALEXANDRE	106	2625049-7-SEJSP/MT
35	ARNALDO CORREIA DA SILVA JUNIOR	145	2649299-7-SSP/MT
36	ATHILLEN TAMARA MARTINS DA SILVA	054	2643426-1-SSP/MT
37	BARBARA CRUZ DA SILVA	209	2337054-8-SSP/MT
38	BEATRIZ COSTA	650	2597877-2-SEJSP/MT
39	BEATRIZ DE FATIMA DA SILVA	450	1921158-9
40	BRUNA APARECIDA FARIA DE LIMA	165	2734578-5-SSP/MT
41	BRUNA CAROLINA MESSIAS DA SILVA	424	2924475-7-SSP/MT
42	BRUNA FERNANDA SANTOS E SOUZA	839	2341024-8-SSP/MT
43	BRUNA JANAINA AMARO	141	2301622-1-SSP/MT
44	CARLA LEONCIO DA COSTA	363	3027226-2-SSP/MT
45	CARMEN CANDIDO	408	17167732-SSP/SP
46	CAROLINA GONÇALVES SILVA	263	12640845-5-SSP/PR
47	CAROLINE MINOZZO MALAQUIAS	564	2642192-5-SSP/MT
48	CECILIA GOMES DA SILVA	638	001353824-SSP/MS
49	CELIA MARCIA REISNER DALLA ROSA	049	9.827.226-7-SSP/PR
50	CELIA PEREIRA DO VALE	768	1434672-9-SSP/MT
51	CINTIA NATALIA BONIFACIO	126	2263521-1-SSP/MT
52	CLARICE DE ARAUJO LOPES	227	1475774-5-SSP/MT

53	CLAUDIA DO NASCIMENTO NUNES	011	214.025-SSP/RO
54	CLAUDINEIA RODRIGUES PEGO	156	2402933-5-SSP/MT
55	CLEIDE FERREIRA ASSUNÇAO	302	1434634-6-SSP/MT
56	CLEIDIANE PEREIRA DE AQUINO	297	6045441-SSP/PA
57	CLEIDILAINE VEDOVETTO LEANDRO	626	2298441-0-SSP/MT
58	CLEIDINEIA ALVES DA SILVA	571	1970029-6-SSP/MT
59	CLEIDINEIA FERREIRA LOPES DA SILVA	678	2368577-8-SSP/MT
60	CLEONICE DA SILVA	744	1786630-8-SJ/MT
61	CRISTIELE MORAES DOS SANTOS	099	2643427-0-SJSP/MT
62	CRISTINA COLOGE DE SOUZA	164	2115712-0-SSP/MT
63	DAIANE ALVES PIRES GUIMARAES	204	2412413-3-SSP/MT
64	DAIANE SILVA DA ROCHA	606	16448758-10-SSP/BA
65	DANIELA MARA CAMARA DOS SANTOS	006	2242250-1-SSP/MT
66	DANIELE APARECIDA DE BARROS	149	1663118-8-SSP/MT
67	DANIELE FERNANDA NORONHA DA SILVA	552	2841738-0-SSP/MT
68	DANIELI COUTINHO TOBIAS	253	42921361-X-SSP/SP
69	DANIELLE CRISTINA ZAUZA	046	1154592-5-SJ/MT
70	DEBORA APARECIDA LEONEL	219	2513217-2-SEJSP/MT
71	DEYZIANE APARECIDA RODRIGUES	735	2136397-8-SSP/MT
72	DIANE KELLI DA CUNHA	210	1881070-5-SSP/MT
73	DIANE PANHU BURUM	180	2901959-1-SSP/MT
74	DIELDA SANTANA SANTOS	110	2319172-4-SSP/MT
75	DIRCE LIMA VIOLADA	836	1780700-0-SSP/MT
76	EDIELI CLEICI DOS SANTOS	830	2173137-3-SSP/MT
77	EDILAINE ALVES MIGUEL	693	2076630-0-SSP/MT
78	EDILEUSA BARBOSA DA SILVA	562	1904067-9-SSP/MT
79	EDNA MARIA DE SOUZA SANTANA	105	1578226-3-SSP/MT
80	EDUARDO SOLANO DAMIN DA SILVA	245	2668368-7-SSP/MT
81	ELAINE CRISTINA DOS SANTOS	359	1500756-1-SSP/MT
82	ELENICE DE SOUZA MARQUES	621	1253900-7-SSP/MT
83	ELIANE BORGES DA SILVA SANTOS	426	1905383-5-SSP/MT
84	ELIANE MORAIS DE CARVALHO	837	2373114-1-SSP/MT
85	ELIANE TEREZINHA KLEIN	686	1035482-4-SJ/MT
86	ELIAS GABRIEL CEARA	608	2297035-5-SSP/MT
87	ELIETE ALVES TEIXEIRA	620	1615096-1-SSP/MT
88	ELIZETE RAQUEL DOS SANTOS	618	2897230-9-SSP/MT
89	EMERSON DOS SANTOS	642	1838349-1-SSP/MT
90	EMILLY ANDRESSA DA SILVA	057	2807630-3-SSP/MT
91	ERICKA UBALDO DE BRITO	076	1324783-2-SSP/MT
92	ERIKA MAISA SANTOS PADOVAN	729	2366887-3-SSP/MT
93	ESTER RODRIGUES DA SILVA	081	2467683-7-SSP/MT
94	EUFRIDA CLARA DA SILVA	327	1582508-6-SSP/MT
95	FABIANA ALMEIDA DOS SANTOS	067	2604160-9-SSP/MT
96	FABIANA FREITAS VERNEK	381	2389141-6-SJP/MT
97	FABIANA JERONIMO DA SILVA	331	1921167-8-SSP/MT
98	FATIMA DE SOUZA MARQUES	061	1529718-7-SSP/MT
99	FERNANDA ALINE SAVARIS TOLIN	488	2003779-1-SESP/MT
100	FERNANDA NATALIA ISTOSKI TABORDA	652	2722415-5-SSP/MT
101	FRANCIELE APARECIDA COLINSQUE DE OLIVEIRA	492	1624279-3-SSP/MT
102	FRANCIELE BRANDAO ROCHA	577	2074163-4-SSP/MT
103	FRANCIELE LUCIA DE JESUS	468	2301971-9-SSP/MT
104	FRANCIELE PEREIRA DOS SANTOS	200	1875229-2-SSP/MT
105	FRANCIELE TRINDADE DOS SANTOS	122	2642197-6-SSP/MT
106	FRANCIELLE CAROLINE SANTOS DE OLIVEIRA	965	2308285-2-SSP/MT
107	FRANCISLAINE BUENO DE MELO	454	2410244-0-SSP/MT
108	GESSICA CAROLINE DOS SANTOS ALMEIDA	288	2834773-0-SSP/MT
109	GESSICA LAUDIR GOMES FERNANDES	632	2272121-5-SSP/MT
110	GESSICA TAINARA LEITE OLIVEIRA	346	2738520-5-SSP/MT
111	GILVANEIDE FLORENCIO DOS SANTOS	769	2681430-7-SSP/SE
112	GIOVANA DA SILVA REIS	062	2466814-1-SSP/MT
113	GISLANE ASSUNÇAO FRIZERA	277	2308075-2-SSP/MT
114	GLEICE CRISTINA DE BRITO	770	2454655-0-SSP/MT
115	GLEICIELE DA SILVA MARCELINO	077	2901901-0-SSP/MT
116	GUIOMAR PEREIRA DOS SANTOS	114	1578889-0-SSP/MT
117	GUSTAVO BRUNO JACOB DOS PASSOS	058	1763736-2-SESP/MT
118	HEDILENE COUTINHO	661	1598785-0-SSP/MT
119	IRENE CLAUDIA KUNJAJUP	267	1903039-8-SSP/MT
120	IRINA GONÇALVES DA SILVA	483	2578015-8-SSP/MT
121	IRIS APARECIDA DA SILVA	357	1150086-7-SSP/MT
122	ISADORA PINHEIRO RAMIREZ	639	47286205-4-SSP/MT
123	IVANI AMBROSIO GOMES	416	1612048-5-SSP/MT
124	JANAINA CABRAL DA SILVA	734	001641021-SSP/MT
125	JANAINA DE MELO SOUZA	250	2576223-0-SSP/MT
126	JANAYNE ELLIOTT DA COSTA	289	2816986-7-SSP/MT
127	JAQUELINE DA SILVA BARBOSA DE SOUZA	739	1300625-SSP/TO
128	JEFERSON RODRIGUES DA SILVA	029	2247067-0- SESP/MT
129	JENIFER MACKIEVICZ ARIAS	860	60773160-6-SSP/MT
130	JESSICA FERNANDA KLEIN	687	2659948-1-SSP/MT
131	JESSICA FERREIRA DE OLIVEIRA	668	2531740-7-SEJSP/MT
132	JESSICA LORRAYNE DA SILVA SANTOS	586	2772777-7-SESP/MT
133	JESSICA RIBAS BARBON	649	2297232-3-SESP/MT
134	JHESEBEL PEREIRA DE ALMEIDA	446	2010871-0-SSP/MT
135	JOCELIA GOMES DA SILVA	238	1364887-0-SSP/MT
136	JOSERLI LOPES	181	2942644-8-SSP/MT
137	JOSIELE HONORIO DA SILVA	673	2466982-2-SSP/MT
138	JULIANA CANDIDO ANSELMO	419	45250162-3-SSP/SP
139	JULIANA FERREIRA DE OLIVEIRA	783	2672279-8-SSP/MT
140	JULIANA RODRIGUES DE LIRA	037	2008020-4-SSP/MT
141	KARINA HULLY DOS REIS	480	2478548-2-SEJSP/MT
142	KARINA RODRIGUES DE MOURA	022	2267446-2-SSP/MT
143	KARLA APARECIDA DOS SANTOS	134	1904068-7-SSP/MT
144	KAROLLAINE RENATA RODRIGUES DE OLIVEIRA	689	2879455-9-SSP/MT
145	KASSIANE MORAES CARDOSO	188	2141953-1-SSP/MT
146	KATIA GUEDES DA SILVA	754	1706778-2-SSP/MT
147	KATNAYHANE RODRIGUES ESCOBAR DE OLIVEIRA	831	2059203-5-SSP/MT
148	KEILA PAULA DA SILVA	300	2267616-3-SSP/MT
149	KEITIELY RODRIGUES ALVES DA SILVA	684	2865822-1-SSP/MT
150	KELLI CRISTINA FERREIRA SANTOS	833	1126412-8-SJ/MT
151	KERLIN TEREZINHA FLORES	566	2223361-1-SSP/MT
152	KETLEN LUANA PINHEIRO VELLO	858	2466804-4-SSP/MT
153	LAIS ALINE DE BRITO RAIMUNDO	453	2097282-2-SSP/MT
154	LAUANA EDUARDA GRUPO	751	2214069-7-SSP/MT
155	LAUANE LAIS FERRAZ RICO	259	2990958-9-SSP/MT
156	LEANDRA CELMA WOLF	356	1070966-5-SJ/MT
157	LEIDE DAIANE DA SILVA	243	1516960-0-SSP/MT
158	LEIDIANE BARBOSA PEREIRA	762	2528547-5-SSP/MT
159	LETICIA ALVES DE SOUZA	342	2383364-5-SSP/MT
160	LETICIA FERREIRA DOS SANTOS	041	2702613-2-SESP/MT
161	LUCIANA FREITAS APARECIDO	368	1916486-6-SSP/MT
162	LUCIANE APARECIDA DOS SANTOS	690	9254360-9-SSP/PR
163	LUCIANE DE FATIMA SEREIA	377	8473350-4-SSP/PR
164	LUCIANGELA BATISTA CARNEIRO	211	2173178-0-SSP/MT
165	LUCILENE DA SILVA COSTA	216	2199467-6-SSP/MT
166	LUDIMILA BREVES DA SILVA	593	2956365-8-SESP/MT
167	LUDIMILA LOPES DINIZ	697	2576225-7-SSP/MT
168	LUNARA THAIS ARAUJO MARTINS	341	2815584-0-SSP/MT
169	LUZIA APARECIDA DE OLIVEIRA	039	1018287-0-SJ/MT
170	LUZIA FERREIRA BERTO	764	1215209-9-SSP/MT
171	LUZIA MATHIAS DOS SANTOS	163	1401957-4-SSP/MT
172	MARCIA RIBAS	343	9262442-0-SSP/PR
173	MARCOS MAGALHAES CASTAO	778	2856742-0-SSP/MT
174	MARIA ALVES DOS SANTOS	427	857030-SSP/MT
175	MARIA APARECIDA DE SOUZA	428	1238555-7-SSP/MT
176	MARIA APARECIDA PEREIRA	313	5118542967-SSP/RS
177	MARIA CLAUDIA CUSTODIO GOMES	349	1520754-4-SSP/MT
178	MARIA EDINEIDE DOS SANTOS	069	9.118.506-SSP/PE

179	MARIA ELIZANIA FEITOSA LIMA	641	2207194-6-SSP/MT
180	MARIA HELENA NESPOLO DA SILVA	107	0847080-4-SEJSP/MT
181	MARIA HERMINDA BARTOLOMEU SANTOS	637	1298514-7-SSP/MT
182	MARIA LUCIA DOS SANTOS	612	942937-SSP/MT
183	MARIA NEUSA DE SOUZA	376	1766234-6-SSP/MT
184	MARIANA DA SILVA TOMADON	071	2588777-7-SSP/MT
185	MARILEI SOARES RECH	007	2324588-3-SSP/MT
186	MARILZA ROSA DA SILVA SANTOS	595	1819996-8-SSP/MT
187	MARINA PEREIRA DA SILVA	358	2008336-0-SSP/MT
188	MARLI APARECIDA FLORES	589	1635248-3-SSP/MT
189	MARLON UVIDA BORGES	389	1740807-5-SSP/MT
190	MARTA PEREIRA LIMA	478	212481-7-SSP/MT
191	MAXISLEIDE LOPES DE SOUZA	224	2498237-7-SSP/MT
192	MAYARA CRISTINA CAMPOS BARBOSA	572	231794-9-SSP/MT
193	MICHELE DA SILVA RODRIGUES	111	2382864-1-SSP/MT
194	MICHELE FERNANDA GOUVEA CAMARA	827	1310875-1-SSP/MT
195	MICHELE MAINE BISPO ALVES	565	38829910-1-SSP/SP
196	MICHELE VITORIANO XAVIER	131	2039528-0-SSP/MT
197	MONIQUE GONÇALVES MORAES	772	2412400-1-SSP/MT
198	NAIARA ELEOTÉRIO CASSIANO DA CUNHA	185	2319518-5-SSP/MT
199	NARA FERNANDA GONÇALVES LISBOA	097	2383375-0-SEJP/MT
200	NATALIA RIPAR DOS SANTOS	671	2890552-0-SSP/MT
201	NATASHA ALESSANDRA SANTOS DOS REIS	440	2825694-8-SSP/MT
202	NATIELLE APARECIDA BASSIQUETE	801	1878896-3-SSP/MT
203	NAYARA COMPAGNONI TOSSI	782	2190539-8-SSP/MT
204	NEIDI APARECIDA PEREIRA	052	1549082-3-SSP/MT
205	NEUZA PEDROZO	499	1161266-5-SSP/MT
206	NILENE LIMA DA SILVA	362	1565735-3-SSP/MT
207	NOEMIA BARBOSA DA SILVA	192	1536035-0-SSP/MT
208	NUBIA DA SILVA SIQUEIRA	730	2385420-0-SSP/MT
209	ORIVALDA ALVES DOS SANTOS	278	1183882-5-SJ/MT
210	PAMELA DA SILVA KELLER	500	1907648-7-SSP/MT
211	PAMELA DA SILVA MAIA	624	1742502-6-SSP/MT
212	PANELLA DE SOUZA RODRIGUES	411	2879427-3-SSP/MT
213	PATRICIA APARECIDA DA SILVA	834	2734588-2-SSP/MT
214	PATRICIA APARECIDA MORANI	481	2242105-0-SSP/MT
215	PATRICIA DELGADO FRISKE	251	2178562-7-SSP/MT
216	PATRICIA PEREIRA GUERRA	026	1965918-0-SSP/MT
217	QUELI CUNHA CORREIA	001	2013786-9-SSP/MT
218	QUELY FERNANDA BESERRA DOS SANTOS	578	2788341-8-SSP/MT
219	RAFAEL HENRIQUE NASCIMENTO ALVES	309	2452415-8-SSP/MT
220	RAFAELA ABREU DOS SANTOS	078	2178703-4-SSP/MT
221	RAFAELA LOPÉS DE SOUZA	208	2702334-6-SSP/MT
222	RAQUEL MORAES DOS SANTOS	072	3067535-9-SSP/MT
223	REGIANE DE MATOS SANTOS	340	2815594-7-SSP/MT
224	REGIANE DE PAULO	068	1462530-0-SSP/MT
225	RENATA DE OLIVEIRA	651	2050935-9-SSP/MT
226	RENATA DILENBURG DELGADO	361	2557865-0-SSP/MT
227	RIENE SANTANA TABORDA	629	2891034-6-SSP/MT
228	RITA CRISTIANE ANDRADE DOS SANTOS	318	2386508-3-SSP/MT
229	RODRIGO MARCELINO	334	1880042-4-SSP/MT
230	ROSANA DE BITTENCOURT MARTINS	386	1779482-0-SSP/MT
231	ROSANA DE SOUZA BENTO	187	2744025-7-SSP/MT
232	ROSANGELA APARECIDA MARTINS	758	1651130-1-SSP/MT
233	ROSANO PAS DE SANTANA	557	2813752-3-SSP/MT
234	ROSELI LOPES GOTARDO	403	1563940-1-SSP/MT
235	ROSICLEIA DE SOUZA BENTO	175	2744026-5-SSP/MT
236	ROSIMEIRE APARECIDA LOPES	260	1488027-0-SSP/MT
237	ROSIMEIRE DE JESUS SANTOS	239	1909637-2-SSP/MT
238	ROZI MARCIA APARECIDA TEIXEIRA	457	1662581-1-SSP/MT
239	RUBIANA SOUZA DA SILVA	228	1582486-1-SSP/MT
240	RUTE MACHADO RODRIGUES	012	2779551-9-SSP/MT
241	SALETE OLIVEIRA DE GODOY	753	2922476-4-SSP/MT
242	SANDRA APARECIDA DA SILVA	442	1417383-2-SSP/MT
243	SANDRA IANKE	199	1477409-7-SSP/MT
244	SEBASTÃO BORGES PEREIRA	449	1523201-8-SSP/MT
245	SILAINE FERREIRA RAMOS	766	1624106-1-SSP/MT
246	SILMARA REGINA DE AZEVEDO	746	2182692-7-SSP/MT
247	SILVIA REGINA SOARES	366	1215874-7-SSP/MT
248	SILVIO EUZEBIO GATTI NOVACOWSKI	669	1405501-5-SSP/MT
249	SIMONE APARECIDA PEREIRA DE PAULA	143	2419357-7-SSP/MT
250	SIMONE DA SILVA RIBEIRO	464	2739189-2-SSP/MT
251	SIRLENE BATISTA DO NASCIMENTO	330	1166991-8-SJ/MT
252	SIRLENE CAMARGO DOS SANTOS	094	0826929-7-SSP/MT
253	SOLANGE SIGNORI ALMEIDA	489	1680043-5-SSP/MT
254	SUELENE APARECIDA DE OLIVEIRA	495	2373099-4-SSP/MT
255	TALUZA CRISLAINE DUARTE MACANHAN	439	2466981-4-SSP/MT
256	TAMIRES DA SILVA DA CONCEIÇÃO	098	052800032014-3SSP/MT
257	TANIA ANDRIELY DA SILVA LADEIA	179	2093839-0-SSP/MT
258	TANIA XAVIER DAS CHAGAS MARQUES	851	1596493-0-SSP/MT
259	TATIANE CRIVILIN CHAGAS MILHOMEM	568	2175482-9-SSP/MT
260	TATIANE SILVA DO CARMO	372	1643307-6-SSP/MT
261	TATIELLY PRISCILA SILVA DOS SANTOS	592	2172662-0-SSP/MT
262	THAINARA NASCIMENTO DOS SANTOS	688	2080548-9-SSP/MT
263	THAIS REGINA SILVA DOS SANTOS	574	2172550-0-SSP/MT
264	THAIS SILVA DE CARVALHO	398	2915240-2-SSP/MT
265	THALITA CAROLINE DOS SANTOS PEREIRA	169	2711688-2-SSP/MT
266	THAYNA DE ARRUDA ALVES	435	2524407-8-SEJJP/MT
267	THAYNARA MOTA DA SILVA	337	2028487-0-SSP/MT
268	THIARLES MICHEL SANTOS DE ALMEIDA	240	2299703-2-SSP/MT
269	VALDINEIA MATHIAS DOS SANTOS E SANTOS	285	1094172-0-SSP/MT
270	VALERIADOS SANTOS SILVA	218	2817020-2-SESP/MT
271	VALERIA DA SILVA SOUZA ALVES	172	2734672-2-SSP/MT
272	VALERIA GREIN	082	2297300-1-SSP/MT
273	VANESSA BARROS SANTOS ANTUNES	018	1956070-2-SSP/MT
274	VANESSA FRIZZERA DAS CHAGAS	597	2734681-1-SSP/MT
275	VANIA NERY MIRANDA	132	1520775-7-SSP/MT
276	VERA DE OLIVEIRA MORAES	643	1215259-5SJ/MT
277	VILMA GOIVINHO FRANCISCO	683	0711476-1-SSP/MT
278	VIVIANE BATISTA DE OLIVEIRA	623	1407304-8-SSP/MT
279	VIVIANE DOS SANTOS FERREIRA COUTINHO	371	2528751-6-SSP/MT
280	WANESSA FRIZZERA DAS CHAGAS	567	2734681-1-SSP/MT
281	WESLEI ALMIR GONÇALVES DA SILVA	773	2037118-7-SSP/MT
282	WYTINA SANT ANA DE OLIVEIRA	299	48150758-9-SSP/SP
283	ZELIA GOMES PEREIRA	125	1124157-8-SSP/MT

ZONA RURAL

Cargo: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Nº de Candidatos	Nome do Candidato	Nº de Inscrição	RG
01	GEOVANA GOMES PEREIRA	704	2753202-0-SSP/MT
02	IVONEIDE MARIA PINHEIRO JULIAO	548	0817572-1-SSP/MT
03	PATRICIA CALVALCANTE DA SILVA	537	2463974-5-SSP/MT
04	SANDRA ROSELI BUCHELT	525	1423995-7-SSP/MT

ZONA RURAL

Cargo: TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Nº de Candidatos	Nome do Candidato	Nº de Inscrição	RG
01	ADILSON CESARIO BRITO	536	1183899-0-SSP/MT

02	ERICK MACAULLI DOMINGUES	518	2861888-2-SSP/MT
03	LEONARDO DA SILVA PEREIRA	539	2715909-1-SSP/MT
04	LUDECIR SIVAL BATISTA	514	2402913-0-SSP/MT
05	PATRICIA TONDIN COUTINHO	501	2514139-2-SSP/MT
06	REGIANE ESTEVO DA SILVA	521	1921052-3-SSP/MT
07	RODRIGO GOMES BRANQUINHO	508	473290-4- SSP/GO
08	ROSANGELA FRANCISCA DA SILVA PEREIRA	712	1844818-6-SSP/MT

ZONA RURAL

Cargo: Professor Nível Superior nas áreas especificas de conhecimento

Nº de Candidatos	Nome do Candidato	Nº de Inscrição	RG
01	CARINA MENDES SEMENSATO	542	1717661-1-SSP/MT
02	FATIMA APARECIDA DA SILVA	717	13240487-SSP/SP
03	IONARA BARBOSA DE FREITAS	705	1995247-3-SSP/MT
04	ROBERTO TEODORO SOUTO	512	1456042-9-SSP/MT
05	SABRINA DAMIELA JACOMETI REGINO	534	12.322. 017-0-SSP/PR

ZONA RURAL

Cargo: Professor Nível Superior/PEDAGOGIA

Nº de Candidatos	Nome do Candidato	Nº de Inscrição	RG
01	ANA PAULA FERREIRA BELO	544	2074187-1-SSP/MT
02	ANGELA MARIA BUENO	545	4060586-0-SSP/PR
03	ELIZABETH CRISTINA BELLEZE	533	4.676.305-6-DDP/PR
04	FERNNADA ALKAE FERNANDES	714	1635241-6-SSP/MT
05	GIOVANO GOTARGO	511	8359.330-0-SSP/MT
06	GRACI APARECIDA IGNACIO SOARES	516	120043 0-8-SP/MT
07	IZAC BORGES DA COSTA	532	2154713-0-SSP/MT
08	JOCELY GOMES DA SILVA	538	1271222-1-SSP/MT
09	LETICIA APARECIDA FIGUEIRA PELEGRINI	701	2410766-2-SEJSP/MT
10	LINALDA BORGES DA SILVA	531	28335051-9-SSP/SP
11	LURDES SOARES CONTINI	547	1921138-4-SSP/MT
12	MARIA APARECIDA GOMES MAGALHAES CARVALHO	703	569356-SSP/MS
13	MARILZA FERREIRA REZENDE	715	2455216-5-SJSP/MT
14	NATIELI DA COSTA CARVALHO	543	2440518-3-SJSP/MT
15	RAFAELA MELO DA SILVA	519	2097224-5-SSP/MT
16	REGINALDO DE OLIVEIRA	529	1594249-0-SSP/MT
17	ROSIANE NERY DE OLIVEIRA	513	1999582-2-SSP/MT
18	RUTE ESTER DE PAULA	540	1938798-9-SSP/MT
19	SANDRA REGIANE FIGUEIREDO	509	1562465-0-SSP/MT
20	SILVIA HELENA REZENDE	515	1015157-5-SJ/MT
21	SILVIA JURACI GATTI NOVACOWSKI DE ANDRADE	546	1310928-6-SSP/MT
22	VANUZA DOS SANTOS AIOLFI	506	2419502-2-SSP/MT
23	WESLEY MANUEL DA SILVA	527	1449792-1-SESP/MT
24	WILMA GOMES DA SILVA SOUZA	549	1335881-2-SSP/MT

ZONA RURAL

Cargo: Professor Nível MÉDIO

Nº de Candidatos	Nome do Candidato	Nº de Inscrição	RG
01	CASSIA NASCIMENTO DE OLIVEIRA	530	2255056-9-SSP/MT
02	FABIANA DE FUCIO AMANCIO DA SILVA	550	2618127-4-SSP/MT
03	LUCIANA LEMES PEREIRA	725	2455270-4-SSP/MT
04	LUZINETE LIMA SAMPAIO	716	1478947-7-SSP/MT
05	MARIA CASSIA SOARES	505	2629988-7-SSP/SE
06	PRISCILA APARECIDA DA SILVA	707	2298628-6-SSP/MT
07	SELMA GONÇALVES DE FARIAS	711	1417381-6-SSP/MT
08	ZIZEUDA GOMES DE MORAES	504	771.884-SSP/MT

ZONA RURAL

Cargo: PROFESSOR MAGISTÉRIO

N.º de Candidatos	Nome do Candidato	Nº de Inscrição	RG
01	LAURA PAULINA LABREA MUNHOZ	702	5109700-9-SESP/PR
02	REGEENE BRAZ SANTOS	517	3122226-9-SSP/SE

ZONA RURAL

Cargo: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

N.º de Candidatos	Nome do Candidato	Nº de Inscrição	RG
01	APARECIDA PEREIRA SOARES	706	2076777-3-SSP/MT
02	BEATRIZ CLAUDINO PEREIRA	507	2891000-1-SSP/MT
03	CARMEN LUCIANE REZER	708	1700665-1-SEJSP/MT
04	GISLAINE BRAITBACH SANTOS	510	2074077-8-SSP/MT
05	JULIANA DE GOES	520	2659783-7- SSP/MT
06	JUSSIMARA SOUSA DA SILVA	541	2314253-7-SSP/MT
07	LEDIANE MARIA DE SOUSA		2447031-7-SEJSP/MT
08	LEDIR DA SILVA APARECIDA SILVA	709	1432729-5-SSP/MT
09	LUCINEIA LEMES PEREIRA	524	2038213-8-SSP/MT
10	LURDES LEMES PEREIRA ALVES	523	252412-4-SSP/MT
11	LUZIA SCHEMOELER BATISTA	713	1459889-2
12	MARCIANA QUEIROZ SOARES	526	2887016-6-SSP/MT
13	MARIA APARECIDA CLAUDINO	535	1074543-2-SSP/MT
14	SELMA PEREIRA	528	2242435-0-SSP/MT
15	SONIA MARIANO FERREIRA	522	1714802-2-SSP/MT

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS MÊS DE NOVEMBRO

Extrato do Nono Termo Aditivo ao Contrato nº 015/2013.

Parceiro Público: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representada pela **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrita no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliada na Rua Corumbá nº 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara-MT.

Parceira: ANDERSON LUIS VIOLADA E CIA LTDA, inscrita com o CNPJ sob o nº 11.725.598/0001-00, localizada à Rua Nelson Taborda Lacerda, 747-S, Bairro Jardim Primavera, no municipio de Juara/MT, neste ato re-

presentado pelo seu sócio-proprietário o Sr. Anderson Luis Violada, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado neste municipio de Juara/MT, portador do RG: 879.872 SSP/MT e CPF: 571.501.094-87.

Processo: Pregão Presencial N. 02/2013.

Objeto: O objeto do presente instrumento é a **READEQUAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, sem alteração de valores, por se tratar de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ZONA RURAL .**

Assinatura: 24/11/2017.

Extrato do Nono Termo Aditivo ao Contrato nº 014/2013.

Parceiro Público: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representada pela **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrita no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliada na Rua Corumbá nº 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara**-**MT.

Parceira: J. MORAIS SERVIÇOS DE TRANSPORTES – ME, inscrita com o CNPJ sob o n. 04.527.699/0001-01, situada à Avenida São Paulo, s/nº, Distrito de Águas Claras, Cep: 78.585-000, no município de Juara – Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo seu proprietário o **Sr. João Morais**, portador do RG: 9298-856 SSP/MT e CPF: 580.984.101-53, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado neste município de Juara – Estado de Mato Grosso

Processo: Pregão Presencial N. 02/2013.

Objeto: O objeto do presente instrumento é a **READEQUAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, sem alteração de valores, por se tratar de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ZONA RURAL.**

Assinatura: 24/11/2017.

Extrato do Nono Termo Aditivo ao Contrato nº 016/2013.

Parceiro Público: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representada pela **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrita no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliada na Rua Corumbá nº 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara**-**MT.

Parceira: V. SILVEIRA ESCOLAR ME, inscrita com o CNPJ sob o nº 10. 603.302/0001-08, localizada à Rua Sergipe, 419-N, Centro, no municipio de Juara/MT, neste ato representado pelo seu procurador credenciado o Sr. Jair Furiama, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado neste municipio de Juara/MT, portador do RG: 617.015 SSP/MT e CPF: 393.595.301-15.

Processo: Pregão Presencial N. 02/2013.

Objeto: O objeto do presente instrumento é a **READEQUAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, sem alteração de valores, por se tratar de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ZONA RURAL.**

Assinatura: 24/11/2017.

Extrato do Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 066/2017.

Parceiro Público: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representada pela **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrita no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliada na Rua Corumbá nº 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara**-**MT.

Parceira: COPLAN - CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EIRELI-EPP , inscrita no CNPJ/MF n.º 07.281.368/0001-14, estabelecida na Av. Isaac Póvoas nº 1331, Edifício Milão, 7º Andar - sala 72, Bairro: Popular - CEP: 78.045-900, Cuiabá - Estado de Mato Grosso, neste ato representada por seu proprietário o **Srº. ARLINDO LENZI**, portadora do RG sob o n.º 0795. 304-6 SSP/MT e CPF/MF sob o n.º 401.381.607-59.

Processo: Pregão N. 088/2017

Objeto: O objeto do presente instrumento é a alteração de endereço da sede da Promitente Fornecedora.

Assinatura: 06/11/2017.

Extrato do Primeiro Termo Aditivo a Contrato nº 147/2017.

Parceiro Público: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representada pela **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrita no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliada na Rua Corumbá nº 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara**-**MT.

Parceira: L. UMBELINO ALVES – ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 26.763.164/0001-64, com sede na Rua Leopoldo Jose Prebianca, 237-S, Bairro Jardim Paranaguá, CEP: 78.575-000, na cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, legalmente representada pelo Srª. Luciene Umbelino Alves, inscrita no CPF 805.853.531-15 e RG 1540471-4 SSP/MT.

Processo: Pregão Presencial N. 028/2017

Objeto: O objeto a **READEQUAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, sem alteração de valores, por se tratar de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO/ZONA RURAL, EM ITINERÁRIO ESPECÍFICO (FAZENDA MONTE AZUL/FAZENDA CASA DO CRIADOR/FAZENDA ELLO/SEDE DO MUNICÍPIO DE JUARA.**

Assinatura: 24/11/2017.

Extrato do Quinto Termo Aditivo a Contrato nº 200/2015.

Parceiro Público: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representada pela **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrita no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliada na Rua Corumbá nº 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara**-**MT.

Parceira: INVIOLÁVEL JUARA MONITORAMENTO DE ALARMES LTDA, devidamente inscrita no **C.N.P.J./MF, sob o nº. 07.761.432/0001-64**, estabelecida na Avenida Rio de Janeiro, nº 239-N, Bairro Centro, Cidade Juara/MT, representada neste ato por seu sócio, Sr° Alexandro Alves dos Santos, portador da Cédula de Identidade n.º 714622-1 SSP/MT e CPF n. º 534.946.101-00, residente e domiciliado neste municipio de Juara/MT.

Processo: Pregão Presencial N. 074/2015

Objeto: O objeto do presente instrumento a **PRORROGAÇÃO** do contrato original por 03 (três) meses, com efeito retroativo à 02 de novembro de 2017, tendo seu vencimento previsto para 02 de fevereiro de 2018, por se tratar de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE ALARMES EM ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS.**

Assinatura: 06/11/2017.

Extrato do Segundo Termo Aditivo a Contrato nº 223/2017.

Parceiro Público: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato

representada pela **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrita no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliada na Rua Corumbá nº 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara-MT.

Parceira: J. M. NASCIMENTO & CIA LTDA ME, CNPJ nº 09.395.072/0001-50 situado na Av. dasPalmeiras, nº 63, Sala 06, Bairro Recanto dos Pássaros, Cuiabá/MT, representada neste ato por Jeanne Martins Nascimento, CPF: 267.459.331-87 Carteira de Identidade Profissional nº 12114/D, CREA/MT, residente e domiciliado a Rua Dois, QD 20, Recanto dos Pássaros, na cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.075-220, Brasil.

Processo: Dispensa N. 023/2017

Objeto: O objeto a **PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO** contratual, por 30 (trinta) dias sem alterações de valores, conforme justificativa técnica e solicitação da Secretaria Municipal de Transporte,por se tratar de **CONTRATAÇÃO DIRETA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS A FIM DE REALIZAR FUROS DE SONDAGEM PARA A CONSTRUÇÃO DE OBRAS NO MUNICIPIO DE JUARA-MT.**

Assinatura: 17/11/2017.

Extrato do Segundo Termo Aditivo a Contrato nº 032/2017.

Parceiro Público: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representada pela **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrita no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliada na Rua Corumbá nº 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara-MT.

Parceira: MÁXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA – EPP, inscrita com o CNPJ sob o n. 07.657.198/0001-20, com sede na Rua 09, n. 152 – Sítio Recreio Lago Azul (Chácara) – Zona Rural – CEP: 78.000-000, no município de Cuiabá/MT, neste ato representada pela Sra. Mirela Maria Macedo, brasileira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG: 30.194.296-1 SSP/SP e CPF: 219.174.758-29, residente e domiciliada à Rua A, nº 107 – Apto. 01; Bl. B2 – Residencial Cristal – Bairro Terra Nova.

Processo: Pregao Presencial N. 015/2016/ADESAO

Objeto: O objeto do presente instrumento é a ADIÇÃO de 25% sobre os quantitativos contratados**.**

Assinatura: 27/11/2017.

Extrato do Sexto Termo Aditivo a Contrato nº 187/2014.

Parceiro Público: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representada pela **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrita no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliada na Rua Corumbá nº 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara-MT.

Parceira: MENDANHA CONSTRUTORA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.613.404/0001-01 com sede social na Rua Marília, 798-S – Jardim Santa Maria, na cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, CEP 78575-000, neste ato representada pelo Sr. Lázaro Mendanha Cardoso, portador da Cédula de Identidade n. 0661211-3 expedida pela SJ/GO e CPF n. 452.863.701-44.

Processo: Tomada de Preços N. 06/2014

Objeto: O objeto a **PRORROGAÇÃO** contratual por 180 (cento e oitenta) dias, tendo seu vencimento previsto para **29 de maio de 2018**, sem alterações de valores, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme justificativa e pedido de prorrogação contratual e cronograma, em Anexos ao processo,por se tratar de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO – LEITOS DE UTI, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SÁUDE – HOSPITAL MUNICIPAL, CONFORME CONVÊNIO N° 011/2014/SECID.**

Assinatura: 30/11/2017.

Extrato do Sexto Termo Aditivo a Contrato nº 029/2014.

Parceiro Público: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representada pela **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrita no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliada na Rua Corumbá nº 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara-MT.

Parceira: INVIOLÁVEL JUARA MONITORAMENTO DE ALARMES LTDA, devidamente inscrita no **C.N.P.J./MF, sob o nº. 07.761.432/0001-64**, estabelecida na Avenida Rio de Janeiro, nº 239-N, Bairro Centro, Cidade Juara/MT, representada neste ato por seu sócio, Sr° Alexandro Alves dos Santos, portador da Cédula de Identidade n.º 714622-1 SSP/MT e CPF n. º 534.946.101-00, residente e domiciliado neste municipio de Juara/MT.

Processo: Tomada de Preços N. 02/2014

Objeto: O objeto a **PRORROGAÇÃO** ao contrato original por 03 (três) meses, com efeito retroativo à 02 de novembro de 2017, tendo seu vencimento previsto para 02 de fevereiro de 2018, por se tratar de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE ALARMES ELETRONICOS EM PONTOS ESPECIFICOS**

Assinatura: 06/11/2017.

Extrato do Terceiro Termo Aditivo a Contrato nº 151/2016.

Parceiro Público: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representada pela **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrita no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliada na Rua Corumbá nº 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara-MT.

Parceira: CALÁBRIA MHG CONSTRUTORA EIRELI – EPP, inscrita com o CNPJ sob o nº 02.639.244/0001-44, localizada à Estrada Maria Adelina n. 364-W, Bairro Chácara de Recreio Lucia Maria – CEP: 78.575-000, no Município de Juara – Estado de Mato Grosso, devidamente representada por seu procurador o Sr. Antônio Carlos Giraldelli, portador do RG: 868. 621 SSP/PR e CPF: 236.785.699-00.

Processo: Tomada de Preços N. 002/2016/ADESAO

Objeto: O objeto **PRORROGAÇÃO** contratual por 180 (cento e oitenta) dias, tendo seu vencimento previsto para 27 de maio de 2018, sem alterações de valores, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, através do pedido de alteração contratual e justificativa em anexo,por se tratar de **Contratação de Empresa da Área de Engenharia para a Prestação de Serviços de Drenagem Pluvial no Bairro Parque Azóia, conforme Termo de Convênio n. 177/13**

Assinatura: 28/11/2017.

Extrato do Terceiro Termo Aditivo a Contrato nº 130/2016.

Parceiro Público: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representada pela **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrita no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliada na Rua Corumbá nº 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara-MT.

Parceira: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE AMPARO A VIDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ/MF 04.121.894/0001-29,

estabelecida na Av. Coronel Escolástico nº. 362, Fundos/Bandeirantes, Cuiabá – MT, representada neste ato por seu Sócio, Sr. Edival Falcão Pereira, brasileiro, portador da RG nº. 318.578 SSP/MT e CPF nº. 065.876. 821-20

Processo: Pregao N. 059/2016/ADESAO

Objeto: O objeto a **PRORROGAÇÃO** ao contrato original por 09 (nove) meses, tendo seu vencimento previsto para 06 de agosto de 2018, por se tratar de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** "CASA DE APOIO" para Hospedagem e Alimentação de pacientes e acompanhantes residentes no Município de Juara em tratamento de saúde especializado em Cuiabá.

Assinatura: 06/11/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DECRETO N.° 2755, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETA RECESSO ADMINISTRATIVO.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, Prefeita Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município no seu Artigo 85, inciso III,

CONSIDERANDO, as festividades natalinas e final de ano;

CONSIDERANDO, a necessidade de encerramento do exercício financeiro.

CONSIDERANDO, a necessidade de redução de custeio da Administração;

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica Decretado recesso administrativo na Prefeitura Municipal de Juruena no período de **11 de dezembro de 2017 a 12 de janeiro de 2018.**

ARTIGO 2º - Serão mantidos os seguintes serviços públicos essenciais para o atendimento à população:

I – Atendimento à saúde;

II – Limpeza urbana;

III – Atendimento na Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos, sob regime de plantão, inclusive serviço de cemitério;

IV – Serviços de Abastecimento de Água;

V – Serviços Administrativos internos considerados necessários para o encerramento do exercício financeiro.

ARTIGO 3º - As férias solicitadas durante o período de recesso administrativo serão validadas como férias, bem como as férias requeridas imediatamente após esse período serão deferidas conforme o interesse da administração.

ARTIGO 4º - Os tributos que tiverem seu prazo, de vencimento no período acima determinado, serão recebidos no 1º (primeiro) dia útil subsequente ao reinício das atividades, sem incidência de juros, multas ou correção.

ARTIGO 5º - Este Decreto entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, 01 de Dezembro de 2017.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena/MT

Registrada e publicada por afixação em local público de costume, conforme Lei Municipal nº. 484, de 04 de março de 2002.

RODOLFO PEREIRA DIAS

Secretário Municipal de Administração e

Finanças

LEI N.º 1148, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017

"Altera a Lei Municipal n. 847 de 09 de agosto de 2010, que Dispõe sobre o Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Município de Juruena/MT e, dá outras providências".

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, Prefeita de Juruena, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A redação da Lei Municipal n.º 847, de 09 de agosto de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 66. Concederá licença para tratamento de saúde, estando em conformidade com os dispositivos legais, quando se tratar de licença acima de 15 (quinze) dias, sendo que, os primeiros dias serão pagos pelo Executivo e após este período será pago pelo Previ Juruena.

Parágrafo único – O servidor licenciado para tratamento de saúde não poderá dedicar-se a qualquer atividade remunerada, sob pena de ter cassada sua licença.

Art. 2º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, respeitado o disposto no artigo anterior.

Gabinete do Prefeito do Município de Juruena/MT, 01 de dezembro de 2017.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena/MT

Registrada e publicada por afixação em local público, conforme Lei Municipal 484/ 2002.

RODOLFO PEREIRA DIAS

Secretário Municipal de Administração,

Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

TERMO DE ADESÃO Nº 008/2017

TERMO DE ADESÃO Nº 008/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 049/2017

Termo de Adesão à Ata de Registro de Preços N° 022/2017, oriunda do Pregão Presencial para Registro de Preços n° 013/2017. Aderente: Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT/ Secretaria de Saúde, por meio do ofício n° 0154/2017, dá anuência à solicitação de Adesão ao Pregão Presencial n° 013/2017/Prefeitura Municipal de Poconé/MT, emitida através do OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO da Prefeitura Municipal de Poconé/MT e da empresa detentora do Registro de Preços **FACILITA GESTÃO PÚBLICA BRASIL EIRELI ME, DETENTORA DO CNPJ N° 17.286. 917/0001-05,** cujo objeto **"Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria com sistema de acompanhamento diário dos projetos na Gestão da Atenção Básica em Saúde do Município de Juscimeira-MT".** Contratante na Ata de Registro de Preços N° 022/2017, **no valor de R$ 67.080,00.** Maiores informações junto à sede da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, localizada na Av. N, N° 210, Bairro Cajus, Fone (66) 3412-1371 das 07:00m às 13:00m. Juscimeira-MT, 04 de dezembro de 2017.

DIVA MARIA DOS SANTOS GARDIN

Pregoeira

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2017

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT**

CONTRATADA: JOSÉ MARCOS DE LIMA – MEI

CNPJ: 22.404.765/0001-20

OBJETO: "Registro de Preços para eventual Contratação de Empresa especializada em Prestação de Serviços Mecânicos para manutenção preventiva e corretiva em veículos pesados e trator agrícola da Prefeitura Municipal de Juscimeira-MT"

ASSINATURA: 09/11/2017

VIGENCIA:09/11/2018

VALOR GLOBAL: 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais)

EXTRATO ADITIVO N° 001/2017 DO CONTRATO Nº 019/2017

EXTRATO ADITIVO N° 001/2017 DO CONTRATO Nº 019/2017

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT**

CONTRATADA:RUSSI E RUSSI LTDA

OBJETO: REAJUSTE DE VALORES.

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais claúsulas

Valores:

Lote 01 COMBUSTIVEL GASOLINA : R$ 3,7629

Lote 03 COMBUSTIVEL ÓLEO DIESEL COMUM: R$ 3,5537

ASSINATURA: 27/11/2017

VIGENCIA: 29/01/2018

EXTRATO ADITIVO N° 002/2017 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2017

EXTRATO ADITIVO N° 002/2017 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2017

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT**

CONTRATADA: MARCIA NORONHA DEGASPERY FREITAS E CIA LTDA-ME

OBJETO: REAJUSTE DE VALORES.

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais claúsulas

VALOR: R$ 103,53

ASSINATURA: 16/11/2017

VIGENCIA: 11/04/2018

EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2017

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT**

CONTRATADA: S. A LIMA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP CNPJ: 13.908.247/0001-52

OBJETO: "**Contratação de empresa especializada em Pavimentação Asfáltica em TSD e capa selante, drenagem, projetos geométricos, sinalização e calçamento, no Distrito de Irenopólis do Município de Juscimeira/MT"**

ASSINATURA: 21/11/2017

VIGENCIA: 21/02/2018

VALOR GLOBAL: R$ 172.233,90 (cento e setenta dois mil duzentos e trinta três reais e noventa centavos).

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2017

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT**

CONTRATADA: F. VACHILESKI E CIA LTDA

CNPJ: 93.388.031/0008-19

OBJETO:– **"Registro de Preços para Contratação de Empresa para futura e eventual aquisição de Serviços de Recapagem e Vulcanização, para manutenção da frota Municipal"**

ASSINATURA: 10/11/2017

VIGENCIA: até 10/11/2018

VALOR GLOBAL: R$ 100.570,00 (Cem mil, quinhentos e setenta reais)

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2017

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT**

CONTRATADA: AGRO TRUK'S RENOVADORA DE PNEUS LTDA

CNPJ: 06.312.945.0001/25

OBJETO:– **"Registro de Preços para Contratação de Empresa para futura e eventual aquisição de Serviços de Recapagem e Vulcanização, para manutenção da frota Municipal"**

ASSINATURA: 10/11/2017

VIGENCIA: até 10/11/2018

VALOR GLOBAL: R$ 86.770,00 (oitenta e seis mil, setecentos e setenta reais)

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 274/2017, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Concede Licença-Saúde a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder Licença para acompanhar filho menor, para tratamento de Saúde, segundo o que menciona, na forma que especifica:

REGIANE MEDEIRO DA SILVA*, professor nível superior contratado 17 aulas, Nível 01, Classe "A", Lotado na Secretaria Municipal de Educação, no período de 30 (trinta) 20/11/2017 a 19/12/2017, conforme consta em atestado Médico;*

ART. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos aos vinte dias do mês de novembro, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 275/2017, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Concede Licença-Saúde a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder Licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

NOEMIA ALBINA DE OLIVEIRA SILVA,, ARTIFICE EM COPA/COZINHA, Nível 08, Classe "C", Lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 60 (sessenta) dias 21/11/2017 a 19/01/2017, conforme consta em atestado Médico;

ART. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos aos vinte e um dias do mês de novembro, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

CONTRATO: **N° 20/2017**

CONTRATADA: **FABIANA JEAN DA SILVA**

OBJETO: **CONTRATO TEMPORÁRIO – Professora Temporária, Nível médio-** 20 horas

VALOR GLOBAL: **R$** 2513,57

VIGÊNCIA **01*/10/2017 à 22/12/2017***

.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREVILÂNDIA
PORTARIA PREV. Nº 115/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de pensão por morte em favor da Sra. Zenira de Oliveira Aragão".

A Diretora Executiva do PREVILANDIA, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos Art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional de n.º 41, de 19 de Dezembro de 2003, Art. 123,da Lei Complementar nº 009/2000, de 10 de Novembro de 2000, Art. 7º, inciso "I", Art. 30, inciso "I" e Art. 31, inciso "I", da Lei Municipal n.º 805/2012, de 17 de Setembro de 2012.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de pensão por morte em favor da **Sra. Zenira de Oliveira Aragão**, portadora do RG n. º 120.3568-8 SJ/MT, inscrita no CPF n. º 985.385.861-49 e Título Eleitoral de nº. 22419781805 Zona "023", Seção "0274", pelo falecimento do inativo **Sr. Nelson André de Aragão**, portador do RG n.º 1.338.677 SSP/PR, inscrito no CPF/MF n.º 388.066. 149-91 e Título Eleitoral de n.º 18890961864, Zona "023", Seção "0273", aposentado no cargo de Motorista, Nível "VII", Classe "C", lotado na Secretaria Municipal de Educação e Esporte sob **n.º Acórdão nº 145/2016, de 18 de março de 2016, com 100% dos proventos de forma integral e vitalícia**, conforme o processo do PREVILANDIA n.º **2017.05.00000001** a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de outubro de 2017, data do óbito do servidor.

Registre, publique e cumpra-se.

Marcelândia/MT, 04 de dezembro de 2017.

Marli Teresinha Teixeira

Diretora Executiva do PREVILANDIA

HOMOLOGO

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA N. 099/2017

Ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e dezessete, no Gabinete do Prefeito Municipal, foi celebrado o presente Termo de Rescisão do Contrato nº 099/2017, tendo como partes: **MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob nº 24. 772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT, denominado **CONTRATANTE;** e de outro lado a empresa **PAVILUCAS PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EIRELLI - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Tupã, nº 2387-E, Bairro Rio Verde, CEP 78.455-000, Cidade de Lucas do Rio Verde - MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.035.815/0001-20, IE nº 13.208.610-7, neste ato representado por seu Procurador o Srº ILIANO LANZARIN, portador do CPF nº 888.586.501-15 e RG nº 1249680-4 SSP/MT**, doravante denominada **CONTRATADA**, conforme as cláusulas seguintes:

01 – O presente termo tem por objeto a RESCISÃO Unilateral do **contrato de serviço de engenharia nº 099/2017**, com fulcro nos artigos 77, 78, I e IV e 79 todos da Lei nº 8.666/1993.

02 – Justifica-se a rescisão em virtude da Contratada não cumprir com a Cláusula 10 do Contrato nº 099/2017 - **descumprimento pela CONTRATADA de qualquer cláusula contratual e atraso no cronograma da obra por motivo não justificado, se superior a 30 (trinta) dias.**

03 – Aplica-se a pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar apenas com a Administração do Município de Matupá, pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 20 % sobre o valor do contrato pela inexecução total da obra.

É o foro da Comarca de Matupá, Estado de Mato Grosso, o competente para dirimir dúvidas do presente instrumento nos termos da cláusula décima sexta do contrato rescindido.

Matupá/MT, 01 de dezembro de 2017.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº 100/2017

Ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e dezessete, no Gabinete do Prefeito Municipal, foi celebrado o presente Termo de Rescisão do Contrato nº 100/2017, tendo como partes: **MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob nº 24. 772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT, denominado **CONTRATANTE;** e de outro lado a empresa **PAVILUCAS PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EIRELLI - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Tupã, nº 2387-E, Bairro Rio Verde, CEP 78.455-000, Cidade de Lucas do Rio Verde - MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.035.815/0001-20, IE nº 13.208.610-7, neste ato representado por seu Procurador o Srº ILIANO LANZARIN, portador do CPF nº 888.586.501-15 e RG nº 1249680-4 SSP/MT**, doravante denominada **CONTRATADA**, conforme as cláusulas seguintes:

01 – O presente termo tem por objeto a RESCISÃO Unilateral do **contrato de serviço de engenharia nº 100/2017**, com fulcro nos artigos 77, 78, I e IV e 79 todos da Lei nº 8.666/1993.

02 – Justifica-se a rescisão em virtude da Contratada não cumprir com a Cláusula 10 do Contrato nº 100/2017 - **descumprimento pela CONTRATADA de qualquer cláusula contratual e atraso no cronograma da obra por motivo não justificado, se superior a 30 (trinta) dias.**

03 – Aplica-se a pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar apenas com a Administração do Município de Matupá, pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 20 % sobre o valor do contrato pela inexecução total da obra.

É o foro da Comarca de Matupá, Estado de Mato Grosso, o competente para dirimir dúvidas do presente instrumento nos termos da cláusula décima sexta do contrato rescindido.

Matupá/MT, 01 de dezembro de 2017.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 06/2017 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeira, comunica a todos os interessados que se realizou entre os dias 17/11/2017 no portal http://www.bllcompras.org.br/, o "PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES CONFORME RECURSOS DA EMENDA PARLAMENTAR 29360005 - PROPOSTA DE AQUISIÇÃO 97537.980000/1140-01 E DA EMENDA PARLAMENTAR 30970008 - PROPOSTA DE AQUISIÇÃO 97537.980000/1160-06 APROVADAS PELO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE", aonde sagrou-se vencedoras as Empresas FANEM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 61.100.244/0001-30 com valor total de R$ 12.500,00; METAL SOLUTION DO BRASIL IND. E COM. LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.778.913/0001-97 com valor total de R$ 4.611,20; PRO LIFE EQUIPAMENTOS MEDICOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 66.783.630/0002-79 com valor total de R$ 7.000,00; G D C DA SILVA COSTA - EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 09.721.729/0001-21 com valor total de R$ 10.057,20; L P COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA- EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 10. 832.896/0001-29 com valor total de R$ 5.780,00. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min.

Matupá – MT, 04 de dezembro de 2017.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA

- Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2017

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou no dia 04 DE DEZEMBRO DE 2017 o PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE PALCO, CAMARIM, TELÃO E GERADOR DE ENERGIA EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA REALIZAÇÃO DO EVENTO RÉVEILLON 2017/2018 REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE MATUPÁ, onde se contratou a Empresa RAFAEL PONTO SOM LTDA - ME DEVIDAMENTE INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº. 14.860.887/0001-00 com um valor total de R$ 25.000,00. O processo tem Fundamento Legal no Art. 24, Inciso II da Lei Federal 8.666/1993, suas alterações posteriores e Lei Municipal nª 1002/2017. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 04 de dezembro de 2017.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI 1440

LEI Nº 1.440 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

VEDA A SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E/OU DE ÁGUA SEM AVISO PRÉVIO AO CONSUMIDOR, EM VÉSPERA DE FERIADOS OU NO ÚLTIMO DIA ÚTIL DA SEMANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARINEZ DE CAMPOS, Prefeita Interina do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições,

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, em sessão ordinária realizada em 27 de novembro do corrente ano **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art.1º - Fica vedado às empresas concessionárias dos serviços de energia elétrica e/ou de água, a suspensão do fornecimento de seus serviços por falta de pagamento, sem aviso prévio ao consumidor.

Art. 2º - As empresas mencionadas no caput do art. 1º somente poderão efetuar a suspensão de seus serviços, em razão do não pagamento das tarifas a ele relativas, em caso de atraso de 60 (sessenta) dias no pagamento de uma fatura, desde que existam duas faturas vencidas.

Parágrafo Único: A comunicação a que se refere o caput deste artigo deverá ser efetuada com 30 (trinta) dias de antecedência e será realizada por meio de carta com aviso de recebimento ao consumidor, na qual ser-lhe-á informada a possibilidade de interrupção na prestação dos serviços, devido ao não pagamento das tarifas.

Art. 3º - Fica proibida a efetuação do corte no fornecimento de água e luz dos usuários pelas empresas do Município ou por terceiros, prestadores de serviço contratados ou autorizados pelos mesmos, devido a suposto atraso no pagamento das tarifas, no decorrer do último dia útil da semana ou em véspera de feriados para efeito de serviços bancários.

Art. 4º - A suspensão dos serviços referidos nesta Lei, respeitado o aviso prévio ao consumidor, somente poderá ser efetuada na presença de um cidadão residente no domicílio.

Art. 5º - No caso de suspensão indevida dos serviços de energia elétrica e/ou de água, as empresas concessionárias pagarão uma multa no valor de 100 (cem) UFM (Unidade Fiscal Municipal de Mirassol d`Oeste), ou índice equivalente que venha a substituí-la, sendo obrigada a efetuar a religação no prazo máximo de 06 (seis) horas, sem prejuízo da reparação civil por eventuais danos morais e materiais.

Parágrafo Primeiro: Para fins do disposto no caput deste artigo, a suspensão será considerada indevida, quando se constatar o pagamento da fatura no prazo de até 5 (cinco) dias anteriores ao corte desses serviços, ou a inobservância do disposto no Artigo 3º desta Lei.

Parágrafo Segundo: Não se considera como descontinuidade dos serviços prestados pelas empresas mencionadas no caput deste artigo, a sua interrupção em situação de emergência, ou após aviso prévio, quando por inadimplemento da obrigação do consumidor, considerado o interesse da coletividade e por razões de ordem técnica e/ou de segurança de suas instalações.

Parágrafo terceiro: Na reincidência do não cumprimento do Artigo 3º desta Lei, pelas empresas concessionárias dos serviços de energia elétrica e/ou de água em desfavor do mesmo consumidor, a multa será no valor de 150 (cento e cinquenta) UFM (Unidade Fiscal Municipal de Mirassol d`Oeste), ou índice equivalente que venha a substituí-la.

Art. 6º - A Coordenadoria Executiva de Proteção e Defesa do Consumidor atuará cobrando o efetivo cumprimento das disposições contidas nesta Lei bem como a reparação dos danos causados.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Interina do Município de Mirassol D´Oeste, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho em 30 de novembro de 2017.

Marinez de Campos

Prefeita Interina

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
RETIFICA TERMO ADITIVO

RETIFICA TERMO ADITIVO PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 29/11/2017, EDIÇÃO 2.864.

SEGUNDO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***REGIANE MENEGUETI*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1397 de 21 de dezembro de 2016.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pela Prefeita Interina Sra. **MARINEZ DE CAMPOS**, portador do RG 529.908 SSP/MT e CPF 474.656.891-04, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra. ***REGIANE MENEGUETI*****,** brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 529.908 SESP/MT e CPF 474.656.891-04, resolvem celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 203/2017, contratada para o cargo de **MONITORA DE CRECHE,** considerando parecer jurídico Nº 270/2017:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 31 de agosto de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***31/05/2018*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 203/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 16 de novembro de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS EVA ALVES DO NASCIMENTO

Prefeita Interina Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

REGIANE MENEGUETI

Contratada

Testemunhas:

_____ _____

Alcilena C. Queiroz Botelho RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 375911 SSP/MT RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 024.713.901-70

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
RETIFICA TERMO ADITIVO

RETIFICA TERMO ADITIVO PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 18/10/2017, EDIÇÃO 2.837.

SEGUNDO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***ANDREIA RENATA PEREIRA*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1397 de 21 de dezembro de 2016.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pela Prefeita Interina Sra. **MARINEZ DE CAMPOS**, portador do RG 529.908 SSP/MT e CPF 474.656.891-04, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra. ***ANDREIA RENATA PEREIRA*****,** brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 1472075-2 SSP/MT e CPF 003.374.911-60, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 209/2017, contratada para o cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERIAS - INTERNO,** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços no Centro de Educação Infantil Creche Chapeuzinho Vermelho, tendo em vista que a servidora efetiva Aparecida Ivone Mazotti, encontra-se afastada para tratamento de saúde conforme atestado médico.

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 25 de setembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***22/12/2017*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 209/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 31 de outubro de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS EVA ALVES DO NASCIMENTO

Prefeita Interina Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

ANDREIA RENATA PEREIRA

Contratada

Testemunhas:

_____ _____

Alcilena C. Queiroz Botelho RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 375911 SSP/MT RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 024.713.901-70

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI 1441

LEI Nº 1441, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE LEI Nº 1.389/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARINEZ DE CAMPOS, Prefeita Interina do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, respaldadas pelo art. 61, inciso II, alínea "d" da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, em sessão ordinária realizada em 27 de novembro do corrente ano **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R$ 518.997,05 (Quinhentos e dezoito mil, novecentos e noventa e sete reais e cinco centavos) para inclusão de elemento de despesas no orçamento vigente, por anulação, conforme segue:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPORTES, LAZER E CULTURA

05.03.12.361.0005.1244.4.4.90.52.0.1.19.200-003- AQUISISIÇÃO DE VEÍC. P/ TRANSPORTE ESCOLAR R$ 19.000,00

SECRETARIA DE SAÚDE

06.02.10.302.0029.1237.4.4.90.93.0.1.23-300.028 - CENTRO DE ESP. DE ORTOPEDIA .....R$ 499.997,05

Total.....
.....R$ 518.997,05

Artigo 2º - Para dar cobertura ao disposto no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de anulações de dotações orçamentárias do orçamento vigente, nos seguintes elementos de despesa:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPORTES, LAZER E CULTURA

05.03.12.361.0012.1228.4.4.90.51.0.1.19.200-003.....
.....R$ 19.000,00

SECRETARIA DE SAÚDE

06.02.10.302.0029.1237.4.4.90.51.0.1.23-300.028 - CENTRO DE ESP. DE ORTOPEDIA .....R$ 499.997,05

Total.....
.....R$ 518.997,05

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a, se for o caso, efetuar as alterações na Lei nº 1.188/2013-PPA 2014/2017 e suas alterações posteriores e, na Lei nº 1.378/2016-LDO/2017 e suas alterações posteriores, para inclusão das despesas, previstas no artigo 1º desta Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Interina do Município de Mirassol D´Oeste, sede provisória do Paço Municipal em 30 de novembro de 2017.

Marinez de Campos

Prefeita Interina

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI 1443

LEI Nº 1443, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Exercício de 2017 e da outras providências."

A PREFEITA INTERINA DO MUNICIPIO DE MIRASSOL DOESTE, Faço saber que a Câmara Municipal em sessão ordinária realizada em 27 de novembro do corrente ano aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 268.451,54 distribuídos as seguintes dotações:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

720 10.301.0028.2161.0000 MANUTENÇÃO DO PAB FIXO 158.166,54

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 0 3 14

3 Recursos de Exercícios Anteriores

300 001 PAB-FIXO

721 10.301.0028.2161.0000 MANUTENÇÃO DO PAB FIXO 20.590,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 0 3 14

3 Recursos de Exercícios Anteriores

300 001 PAB-FIXO

722 10.301.0028.2161.0000 MANUTENÇÃO DO PAB FIXO 3.800,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 0 3 14

3 Recursos de Exercícios Anteriores

300 001 PAB-FIXO

723 10.301.0028.2161.0000 MANUTENÇÃO DO PAB FIXO 19.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 0 3 14

3 Recursos de Exercícios Anteriores

300 001 PAB-FIXO

724 10.301.0028.2161.0000 MANUTENÇÃO DO PAB FIXO 6.960,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 0 3 14

3 Recursos de Exercícios Anteriores

300 001 PAB-FIXO

725 10.301.0028.2161.0000 MANUTENÇÃO DO PAB FIXO 4.640,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 0 1 14

1 Recursos do Exercício Corrente

300 001 PAB-FIXO

726 10.301.0028.2161.0000 MANUTENÇÃO DO PAB FIXO 12.795,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 0 1 14

1 Recursos do Exercício Corrente

300 001 PAB-FIXO

727 10.304.0031.2043.0000 MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A VIGILANCIA SANIT 36.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 0 1 14

1 Recursos do Exercício Corrente

300 003 VISA

728 10.304.0031.2043.0000 MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A VIGILANCIA SANIT 6.500,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 0 1 14

1 Recursos do Exercício Corrente

300 003 VISA

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Superávit Financeiro: R$ 208.516,54

Fontes de Recurso 3 14 208.516,54

Anulação: R$ 59.935,00

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

316 10.301.0028.1230.0000 CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BASICA DE SAÚDE -59.935,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 14

1 Recursos do Exercício Corrente

300 027 Conv. União - PSF's

Artigo 3o.- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Interina do Município de Mirassol D´Oeste, Sede provisória do Paço Municipal em 30 de novembro de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS

Prefeita Interina

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI 1442

LEI Nº 1442, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Exercício de 2017 e da outras providências."

MARINEZ DE CAMPOS, Prefeita Interina do Município de Mirassol D'Oeste/MT, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, para o exercício de 2017, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 4.669.832,77 (Quatro Milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, oitocentos e trinta e dois reais e setenta e sete centavos), para suprir insuficiência orçamentária das dotações a seguir:

02-GABINETE DO PREFEITO				
02.01-GABINETE DO PREFEITO				**R$ 118.808,32**
04.122.0002.2002.0000 - MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO GABINETE DO PREFEITO				**R$ 118.808,32**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
12	1.00	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 62.842,96
14	1.00	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R$ 45.132,72
15	1.00	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 10.832,64
02.02-PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO				**R$ 68.008,52**
04.122.0002.2004.0000 - MANUTENÇAO DAS DESPESAS DA ASSESSORIA JURIDICA				**R$ 68.008,52**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
25	1.00	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 54.161,09
26	1.00	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 5.627,43
28	1.00	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 8.220,00
			TOTAL DO ÓRGÃO	**R$ 186.816,84**
03-SEC. DE ADMIN. PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL				
03.01-SECRET. DE ADM. PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL				**R$ 514.775,37**
04.122.0002.2005.0000 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O GAB DO SEC DE ADMINISTRAÇAO				**R$ 374.775,37**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
35	1.00	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 42.911,57
36	1.00	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 201.517,70
37	1.00	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 10.330,98
40	1.00	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R$ 77.409,70
41	1.00	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 42.605,42
04.122.0002.2006.0000 - REALIZAÇÃO DE TESTE SELETIVO E CONCURSO PÚBLICO				**R$ 140.000,00**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
56	1.00	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIRO - PESSOA JURIDICA	R$ 140.000,00
			TOTAL DO ÓRGÃO	**R$ 514.775,37**
04-SEC. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL				
04.01- GABINETE DO SECRETARIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL				**R$ 56.647,01**
04.122.0002.2103.0000 - MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM O GABINETE DO SECRETARIO				**R$ 56.647,01**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
77	1.00	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 6.476,26
78	1.00	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 32.834,96
79	1.00	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 6.622,47
80	1.00	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R$ 3.956,46
81	1.00	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 5.356,86
672	1.00	3.3.91.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIRO - PESSOA JURIDICA	R$ 1.400,00
			TOTAL DO ÓRGÃO	**R$ 56.647,01**
05- SECRETARIA DE EDUCACAO, ESPORTE, LAZER E CULTURA				
05.02 - COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA				**R$ 862.764,04**
12.361.0005.2015.0000 - MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL				**R$ 386.406,48**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
140	1.01	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 123.022,27
141	1.01	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 166.298,95
142	1.01	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 24.917,13
143	1.01	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R$ 38.759,14
144	1.01	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 33.408,99
12.361.0005.2017.0000 - MANUTENÇAO DO TRANSPORTE ESCOLAR				**R$ 136.073,19**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
154	1.01	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 27.140,38
156	1.15	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 51.412,66

157	1.01	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 10.019,43
158	1.01	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R$ 30.059,93
159	1.01	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 17.440,79
12.365.0008.2022.0000 - MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A EDUCAÇAO INFANTIL				**R$ 327.174,91**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
179	1.01	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 61.195,09
180	1.01	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 213.817,27
181	1.01	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 6.888,65
182	1.01	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R$ 1.322,73
183	1.01	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 43.951,17
12.365.0008.2023.0000 - MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A EDUCAÇAO INFANTIL - PRE ESCOLA				**R$ 13.109,46**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
191	1.01	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 10.720,71
194	1.01	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 2.388,75
05.03 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB				**R$ 1.485.732,89**
12.361.0005.2026.0000 - MANUTENÇAO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%				**R$ 939.766,70**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
263	1.18	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 344.820,42
264	1.18	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 370.333,19
265	1.18	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 75.003,96
266	1.18	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R$ 101.206,51
267	1.18	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 48.402,62
12.365.0008.2028.0000 - MANUNTENÇAO DA EDUCAÇAO INFANTIL - FUNDEB 60% CRECHES				**R$ 356.622,15**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
275	1.18	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 243.594,73
276	1.18	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 76.933,35
277	1.18	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 26.295,47
279	1.18	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 9.798,60
12.365.0008.2029.0000 - MANUTENÇAO DA EDUCAÇAO INFANTIL - FUNDEB 60% PRE-ESCOLA				**R$ 179.463,42**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
280	1.18	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 86.787,80
281	1.18	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 57.212,80
282	1.18	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 19.181,46
283	1.18	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R$ 6.915,23
284	1.18	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 9.366,13
12.367.0009.2032.0000 - MANUTENÇAO DA EDUCAÇAO ESPECIAL - FUNDEB 60%				**R$ 9.880,62**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
297	1.18	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 9.880,62
			TOTAL DO ÓRGÃO	**R$ 2.348.496,93**
06- SECRETARIA DE SAUDE				
06.01-GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE				**R$ 34.797,05**
10.122.0020.2035.0000 - MANUTENÇAO COM AS DESPESAS COM A GESTAO				**R$ 34.797,05**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
305	1.02	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 27.038,27
306	1.02	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 7.758,78
06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				**R$ 809.259,53**
10.301.0028.2036.0000 - MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA				**R$ 99.643,62**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
317	1.02	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 33.916,95
322	1.02	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 11.336,19
323	1.02	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R$ 16.008,00
324	1.02	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 38.382,48
10.301.0028.2037.0000 - MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA PASCAR				**R$ 18.866,57**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
336	1.02	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 18.866,57
10.301.0028.2039.0000 - MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE BUCAL				**R$ 18.169,26**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
355	1.02	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 18.169,26
10.301.0028.2161.0000 - MANUTENÇAO DO PAB FIXO				**R$ 94.672,25**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
361	1.14	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 94.672,25
10.302.0029.2040.0000 - MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM ATENÇAO MAC AMBUL E HOSPITALAR				**R$ 528.028,95**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
374	1.02	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 445.890,12
377	1.02	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 82.138,83
10.305.0031.2044.0000 - MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A VIGILANCIA EPIDEMOLOGICA				**R$ 49.878,88**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
420	1.14	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 49.878,88
			TOTAL DO ÓRGÃO	**R$ 844.056,58**
07-SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA				
07.01-GABINETE DO SECRETARIO DE INFRAESTRUTURA				**R$ 375.194,29**
04.122.0002.2045.0000 - MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A SECRETARIA				**R$ 375.194,29**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
431	1.00	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 13.200,66
432	1.00	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 284.733,85
433	1.00	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 13.024,95
435	1.00	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 64.234,83
			TOTAL DO ÓRGÃO	**R$ 375.194,29**
08-SECRETARIA DE FAZENDA				
08.01-SECRETARIA DE FAZENDA				**R$ 206.645,98**
04.123.0023.2052.0000 - MANUTENÇAO DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE FAZENDA				**R$ 206.645,98**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
510	1.00	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 119.212,59
511	1.00	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 5.099,85
512	1.00	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R$ 53.438,59
513	1.00	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 28.894,95

			TOTAL DO ÓRGÃO	**R$ 206. 645,98**
09- SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL				
09.01-GABINETE DO SECRETARIO DE DES. SOCIAL				**R$ 137. 199,77**
08.122.0021.2056.0000 - MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A SECRETARIA				**R$ 115. 194,74**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
536	1. 00	3.1.90. 04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 24. 890,50
537	1. 00	3.1.90. 11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 27. 076,61
538	1. 00	3.1.90. 13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 22. 867,47
539	1. 00	3.1.90. 94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R$ 24. 704,35
540	1. 00	3.1.91. 13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 15. 655,81
08.243.0021.2057.0000 - MANUTENÇAO DO CONSELHO TUTELAR				**R$ 20. 105,03**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
549	1. 00	3.1.90. 11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 15. 386,88
550	1. 00	3.1.90. 13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 4. 718,15
08.244.0007.2115.0000 - MANUTENÇAO CASA DO ARTESÃO				**R$ 1. 900,00**
FICHA	**F. R.**	**ELEM. DESP.**	**DESCRIÇÃO**	
678	1. 00	3.3.91. 39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIRO - PESSOA JURIDICA	R$ 1. 900,00
			TOTAL DO ÓRGÃO	**R$ 137. 199,77**
			TOTAL GERAL	**R$ 4.669. 832,77**

Art. 2º - Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43 e incisos da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º - Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar as dotações de que trata o art. 1º até o limite de 20% do seu valor total.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transpor e remanejar recursos orçamentários de uma categoria econômica para outra e de um órgão para outro.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Interina do Município de Mirassol D'Oeste - MT, 30 de Novembro de 2017.

_____

MARINEZ DE CAMPOS

Prefeita Interina

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
ATA ELEIÇÃO NOVA MESA DIRETORA PARA 2018

Ata da 03ª (terceira) Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso do ano de 2017 (dois mil e dezessete). Preparatória para eleição da Mesa Diretora para o ano de 2018 (dois mil e dezoito).

Ao 1º (primeiro) dia do mês de Dezembro de 2017 (dois mil e dezessete), às 08:00hs (oito horas), reuniram-se extraordinariamente no Plenário das Deliberações "Conceição Aparecida Dutra de Miranda", sede da Câmara Municipal da Comarca e Cidade de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, sito a Rua Juscelino Kubitschek, nº 3226, centro. **Sob a presidência interina do Vereador RONALDO JARDIM DOS SANTOS-PRB, e com a presença dos Vereadores: CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA-DEM; ELIAS LOPES-PSD; EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO-PP; FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS-PSC; JOÃO MARTINS MATINEZ-PSD; MARLI ANDROMEDE FERREIRA-PSD; ODACIR TRINDADE DOS SANTOS-SD E ODARI JOSÉ COLOMBO-PSDB.** Portanto unanimidade dos Senhores Vereadores, verificado a presença e havendo em Plenário número legal de Vereadores presentes para deliberar, conforme disposições regimentais, o Sr. Presidente, assim pronunciou: "**Em nome da liberdade e da democracia e invocando a proteção de Deus, fonte de sabedoria e justiça, Declaro aberto a Sessão Extraordinária Preparatória para eleição da Mesa Diretora que regerá os trabalhos no ano de 2018".** Em seguida, após ouvirem a execução do Hino Nacional, o Sr. Presidente, suspendeu a Sessão por 05 (cinco) minutos para apresentação dos Requerimentos de formação de Chapas para eleição da Mesa Diretora. Reaberto os trabalhos o Sr. Presidente, de posse do Requerimento de formação de Chapa, verificou-se que foi apresentada apenas **01 (uma) Chapa**, assim constituída: **CHAPA ÚNICA: Presidente: MARLI ANDROMEDE FERREIRA-PSD; Vice-Presidente: ELIAS LOPES-PSD; 1º Secretário: RONALDO JARDIM DOS SANTOS-PRB E 2º Secretario: JOÃO MARTINS MARTINEZ-PSD.** Cumprida as formalidades legais, foi deferido pelo Presidente a CHAPA ÚNICA, para concorrer a eleição. Logo após, o Sr. Presidente, informou que nas cédulas de votação, estão impressos os nomes dos candidatos e os respectivos cargos, e os Vereadores poderão votar SIM OU NÃO na Chapa ÚNICA, informou aos vereadores, que conforme preceitua o artigo 14 e § 1º do artigo 15 do regimento interno dessa casa de leis e artigo 47 da lei orgânica municipal a eleição deverá ser feita de forma aberta, onde os componentes da mesa mediante pleito direto e aberto ficarão automaticamente empossados á partir do dia 1º de janeiro de 2018. Informou ainda que conforme preceitua o §3º do artigo 15 e o inciso "I" do § 3º do mesmo artigo, o vereador deverá assinar a cédula de votação fazer a devida marcação do seu voto e declarar o mesmo na tribuna, após essa marcação deverá depositar o seu voto na urna. Após a mesa ter rubricada as cédulas na presença dos vereadores, o Sr. Presidente, passou para a fase de votação, sendo procedido pela 1ª Secretaria, a chamada nominal por Ordem Alfabética dos Senhores Vereadores, que após assinarem a folha de votação e a Cédula de Votação, Declararam o seus votos na Tribuna e depositaram o voto na urna à vista do Plenário, na seguinte ordem: CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA-DEM, que declarou seu voto SIM na chapa Única; ELIAS LOPES-PSD, que declarou seu voto SIM na chapa Única; EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO-PP, que declarou seu voto SIM na chapa Única; FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS-PSC, que declarou seu voto SIM na chapa Única; JOÃO MARTINS MARTINEZ-PSD, que declarou seu voto SIM na chapa Única; MARLI ANDROMEDE FERREIRA-PSD, que declarou seu voto SIM na chapa Única; ODACIR TRINDADE DOS SANTOS-SD, que declarou seu voto SIM na chapa Única; ODARI JOSÉ COLOMBO-PSDB, que declarou seu voto SIM na chapa Única E RONALDO JARDIM DOS SANTOS-PRB, que declarou seu voto SIM na chapa Única.Terminada a apuração, o Sr. Presidente, proclamou o seguinte resultado:"CHAPA ÚNICA", obteve 09 (nove) votos SIM. Nesse ato o Sr. Presidente, Declarou Eleita a Mesa Diretora da Câmara Municipal, e assim proferiu:"**EM NOME DO POVO QUE ESTA AUGUSTA CASA DE LEIS REPRESENTA, E NO USO DE SUAS PRERROGATIVAS CONSTITUCIONAIS, DECLARO EMPOSSADOS, A MESA DIRETORA QUE REGERÁ OS TRABALHOS NO ANUÊNIO DE 2018 (DOIS MIL E DEZOITO), À PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2018, CONSTITUIDA DA SEGUINTE FORMA: Presidente: Presidente: MARLI ANDROMEDE FERREIRA-PSD; Vice-Presidente: ELIAS LOPES-PSD; 1º Secretário: RONALDO JARDIM DOS SANTOS-PRB E 2ª Secretaria: JOÃO MARTINS MARTINEZ-PSD.** Depois de Declarada Eleita à Mesa Diretora, o Sr. Presidente, passou a palavra aos Vereadores eleitos para a nova Mesa Diretora, usaram palavra os Vereadores Marli Andromede Ferreira,Elias Lopes, João Martins Martinez, Fransuelo Ferrai dos Santos e Euclides da Silva Paixão. Após os pronunciamentos dos nobres Vereadores o Sr. agradeceu a presença de todos e Declarou encerrada a presente Sessão. E eu Cleonice Alves de Oliveira, 1ª secretaria, lavrei, conferi e mandei transcrever a presente Ata, que após lida e achada de acordo será assinada pelo Presidente, por mim e demais Vereadores presentes a Sessão. Câmara Municipal de Mirassol D'este, em 1º (primeiro) dias do mês

de dezembro de 2017 (dois mil e dezessete) às 09:45 horas (nove horas e quarenta e cinco minutos).

RONALDO JARDIM DOS SANTOS FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA

Vereador-PRB Vereador-PSC Vereadora-DEM

ELIAS LOPES EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO JOÃO MARTINS MARTINEZ

Vereador-PSD Vereador-PP Vereador-PSD

MARLI ANDROMEDE FERREIRA ODACIR TRINDADE DOS SANTOS ODARI JOSÉ COLOMBO

Vereadora-PSD Vereador-SD Vereador-PSDB

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
RETIFICA TERMO ADITIVO

RETIFICA TERMO ADITIVO PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 30/11/2017, EDIÇÃO 2.865.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***JUCELIA NARDELI VIANA RAMOS*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1397 de 21 de dezembro de 2016.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pela Prefeita Interina Sra. **MARINEZ DE CAMPOS**, portador do RG 529.908 SSP/MT e CPF 474.656.891-04, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra. ***JUCELIA NARDELI VIANA RAMOS*****,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 1750636-0 SSP/MT e CPF 017.607.751-00, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 016/2017, contratada para o cargo de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR*,*** conforme parecer jurídico Nº 270/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 01 de março de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***02/06/2018*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 016/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 29 de novembro de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS EVA ALVES DO NASCIMENTO

Prefeita Interina Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

JUCELIA NARDELI VIANA RAMOS

Contratada

Testemunhas:

_____ _____

Alcilena C. Queiroz Botelho RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 375911 SSP/MT RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 024.713.901-70

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
RETIFICA TERMO ADITIVO

RETIFICA TERMO ADITIVO PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 30/11/2017, EDIÇÃO 2.865.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***SIMONE FRANCISCA TASSI*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1397 de 21 de dezembro de 2016.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pela Prefeita Interina Sra. **MARINEZ DE CAMPOS**, portador do RG 529.908 SSP/MT e CPF 474.656.891-04, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra. ***SIMONE FRANCISCA TASSI*****,** brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 1812132-2 SSP/MT e CPF 022.423.881-77, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 027/2017, contratada para o cargo de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR*,*** conforme parecer jurídico Nº 270/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 01 de março de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***15/02/2018*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 027/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 28 de novembro de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS EVA ALVES DO NASCIMENTO

Prefeita Interina Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

SIMONE FRANCISCA TASSI

Contratada

Testemunhas:

_____ _____

Alcilena C. Queiroz Botelho RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 375911 SSP/MT RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 024.713.901-70

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
RETIFICA TERMO ADITIVO

RETIFICA TERMO ADITIVO PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 04/12/2017, EDIÇÃO 2.867.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***ALEANDRA XAVIER DO NASCIMENTO*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na

LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1397 de 21 de dezembro de 2016.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pela Prefeita Interina Sra. **MARINEZ DE CAMPOS**, portador do RG 529.908 SSP/MT e CPF 474.656.891-04, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra. ***ALEANDRA XAVIER DO NASCIMENTO*****,** brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 1254755-7 SSP/MT e CPF 697.834.971-20, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 033/2017, contratada para o cargo de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR*,*** conforme licença maternidade e parecer jurídico Nº 270/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 01 de março de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***29/04/2018*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 033/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 01 de dezembro de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS EVA ALVES DO NASCIMENTO

Prefeita Interina Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

ALEANDRA XAVIER DO NASCIMENTO

Contratada

Testemunhas:

_____ _____

Alcilena C. Queiroz Botelho RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 375911 SSP/MT RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 024.713.901-70

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
RETIFICA TERMO ADITIVO

RETIFICA TERMO ADITIVO PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 22/09/2017, EDIÇÃO 2.820.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***GLEISYANE OLIVEIRA SILVA*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1397 de 21 de dezembro de 2016.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pela Prefeita Interina Sra. **MARINEZ DE CAMPOS**, portador do RG 529.908 SSP/MT e CPF 474.656.891-04, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra. ***GLEISYANE OLIVEIRA SILVA*****,** brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 1601577-0 SSP/MT e CPF 006.123.511-30, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 056/2017, contratada para o cargo de **PROFESSOR DA AREA DE MATEMÁTICA*,*** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços conforme condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 10 de março de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***22/12/2017*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 056/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 06 de setembro de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS EVA ALVES DO NASCIMENTO

Prefeita Interina Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

GLEISYANE OLIVEIRA SILVA

Contratada

Testemunhas:

_____ _____

Alcilena C. Queiroz Botelho RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 375911 SSP/MT RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 024.713.901-70

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
RETIFICA TERMO ADITIVO

RETIFICA TERMO ADITIVO PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 18/10/2017, EDIÇÃO 2.837.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***LUCIENE DA SILVA RIBEIRO E SILVA*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1397 de 21 de dezembro de 2016.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pela Prefeita Interina Sra. **MARINEZ DE CAMPOS**, portador do RG 529.908 SSP/MT e CPF 474.656.891-04, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra. ***LUCIENE DA SILVA RIBEIRO E SILVA*****,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 1514732-0 SSP/MT e CPF 007.903.881-62, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 110/2017, contratada para o cargo de **MERENDEIRA*,*** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços conforme condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 17 de abril de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***22/12/2017*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 110/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 04 de outubro de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS EVA ALVES DO NASCIMENTO

Prefeita Interina Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

LUCIENE DA SILVA RIBEIRO E SILVA

Contratada

Testemunhas:

_____ _____

Alcilena C. Queiroz Botelho RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 375911 SSP/MT RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 024.713.901-70

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
RETIFICA TERMO ADITIVO

RETIFICA TERMO ADITIVO PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 26/09/2017, EDIÇÃO 2.822.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***ILIZIELMA FERREIRA DO NASCIMENTO*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1397 de 21 de dezembro de 2016.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pela Prefeita Interina Sra. **MARINEZ DE CAMPOS**, portador do RG 529.908 SSP/MT e CPF 474.656.891-04, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra. ***ILIZIELMA FERREIRA DO NASCIMENTO*****,** brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do 2256659-7 SSP/MT e CPF 030.257.141-82, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 183/2017, contratada para o cargo de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA OU NORMAL SUPERIOR,** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços na Escola Municipal Inedi Fontes Castilho Queiroz, em substituição a servidora efetiva **RAQUEL DE CASTRO GREVE** que continuará afastada para tratamento de saúde, conforme atestado médico, laudo médico pericial, e conforme condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 10 de março de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***03/12/2017*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 183/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 21 de setembro de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS EVA ALVES DO NASCIMENTO

Prefeita Interina Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

ILIZIELMA FERREIRA DO NASCIMENTO

Contratada

Testemunhas:

_____ _____

Alcilena C. Queiroz Botelho Rodrigo Donizete Terradas

RG: 375911 SSP/MT RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 024.713.901-70

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
RETIFICA TERMO ADITIVO

RETIFICA TERMO ADITIVO PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 18/10/2017, EDIÇÃO 2.837.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***ADRIANE SILVA DE ABREU OLIVEIRA*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1397 de 21 de dezembro de 2016.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pela Prefeita Interina Sra. **MARINEZ DE CAMPOS**, portador do RG 529.908 SSP/MT e CPF 474.656.891-04, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra. ***ADRIANE SILVA DE ABREU OLIVEIRA*****,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 1612671-8 SSP/MT e CPF 010.656.491-93, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 197/2017, contratada para o cargo de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR,** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços conforme condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 15 de agosto de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***30/11/2017*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 197/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 02 de outubro de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS EVA ALVES DO NASCIMENTO

Prefeita Interina Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

ADRIANE SILVA DE ABREU OLIVEIRA

Contratada

Testemunhas:

_____ _____

Alcilena C. Queiroz Botelho RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 375911 SSP/MT RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 024.713.901-70

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
RETIFICA TERMO ADITIVO

RETIFICA TERMO ADITIVO PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 19/10/2017, EDIÇÃO 2.838.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***REGIANE MENEGUETI*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1397 de 21 de dezembro de 2016.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pela Prefeita Interina Sra. **MARINEZ DE CAMPOS**, portador do RG 529.908 SSP/MT e CPF 474.656.891-04, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra. ***REGIANE MENEGUETI*****,** brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 529.908 SESP/MT e CPF 474.656.891-04, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 203/2017, contratada para o cargo de **MONITORA DE CRECHE*,*** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços conforme condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 31 de agosto de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***16/11/2017*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 203/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 11 de outubro de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS EVA ALVES DO NASCIMENTO

Prefeita Interina Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

REGIANE MENEGUETI

Contratada

Testemunhas:

_____ _____

Alcilena C. Queiroz Botelho RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 375911 SSP/MT RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 024.713.901-70

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
RETIFICA TERMO ADITIVO

RETIFICA TERMO ADITIVO PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 18/10/2017, EDIÇÃO 2.837.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***ANDREIA RENATA PEREIRA*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1397 de 21 de dezembro de 2016.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pela Prefeita Interina Sra. **MARINEZ DE CAMPOS**, portador do RG 529.908 SSP/MT e CPF 474.656.891-04, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra. ***ANDREIA RENATA PEREIRA*****,** brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 1472075-2 SSP/MT e CPF 003.374.911-60, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 209/2017, contratada para o cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERIAS - INTERNO*,*** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços conforme condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 25 de setembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***31/10/2017*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 209/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 16 de outubro de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS EVA ALVES DO NASCIMENTO

Prefeita Interina Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

ANDREIA RENATA PEREIRA

Contratada

Testemunhas:

_____ _____

Alcilena C. Queiroz Botelho RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 375911 SSP/MT RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 024.713.901-70

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
RETIFICA TERMO ADITIVO

RETIFICA TERMO ADITIVO PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 13/11/2017, EDIÇÃO 2.854.

SEGUNDO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***ADRIANE SILVA DE ABREU OLIVEIRA*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1397 de 21 de dezembro de 2016.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pela Prefeita Interina Sra. **MARINEZ DE CAMPOS**, portador do RG 529.908 SSP/MT e CPF 474.656.891-04, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra. ***ADRIANE SILVA DE ABREU OLIVEIRA*****,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 1612671-8 SSP/MT e CPF 010.656.491-93, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 197/2017, contratada para o cargo de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR*,*** consi-

derando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços no Centro Educacional "Vereador Edson Athier Almeida Tamandaré", tendo em vista que a servidora contratada GEYSE MARCELA CHIUCHI, continuará afastada para tratamento de saúde conforme atestado, perícia médica e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 15 de agosto de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***19/12/2017*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 197/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 24 de outubro de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS EVA ALVES DO NASCIMENTO

Prefeita Interina Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

ADRIANE SILVA DE ABREU OLIVEIRA

Contratada

Testemunhas:

_____ _____

Alcilena C. Queiroz Botelho RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 375911 SSP/MT RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 024.713.901-70

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 075/2017

DECRETO N°. 075/2017

"Dispõe sobre Luto Oficial na cidade de Nobres/MT, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

Art. 1º Fica decretado **LUTO OFICIAL** na Cidade de Nobres no dia 04/12/2017 , em virtude do falecimento da servidora municipal **Arely Ferreira de Carvalho.**

Gabinete do Prefeito em Nobres/MT, aos 04 de Dezembro de 2017.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

PREVINORTE
PORTARIA 036/2017-PREVINORTE

PORTARIA N.º 036/2017/PREVINORTE

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor da servidora Sra. DARCI ARRUDA DA SILVA".

*O Diretor Executivo do **PREVI-NORTE**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos Art. 3º, incisos "I", "II" e "III", da Emenda Constitucional nº. 47/05, de 05 de Julho de 2005, de 19 de dezembro de 2003, Art. 127, da Lei Municipal Complementar n.º 021/2005, de 11 de Outubro de 2005, Art. 90, incisos "I", "II", "III", da Lei Municipal n.º 256/2012, de 27 de Novembro de 2012,*

RESOLVE,

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição** a servidora **Sr. DARCI ARRUDA DA SILVA**, portador do RG n.º 272206 SSP-MT, inscrita no CPF n.º 277.425.551-15, e da Cédula Eleitoral de n.º 80125118 21, zona n.º 017, Seção n.º 0027, efetiva no cargo de Agente Administrativo, Nível "11", Classe "D", lotada no Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças, contando com um total de **15.969dias líquidos, ou seja, 43 (quarenta e três) anos 8 (oito) meses**, e 20 (vinte dias) com **proventos integrais e com direito a paridade,** conforme o processo do PREVI-NORTE n.º 009/2017 a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de Novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Nortelândia, Estado de Mato Grosso, 04 de Dezembro de 2017.

JULIO CEZAR GOMES Diretor Executivo *HOMOLOGO:* JOSSIMAR JOSE FERNANDES Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

PORTARIA Nº 609/2017

Portaria nº 609/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Goncalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Coordenador Municipal da Sec. de Obras, **MARCO ANTONIO F. SILVA**, brasileiro, RG: 04598652 , CPF: 345.831.141-68,residente na Av. Gov. Julio Campos, Bairro: Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT como **fiscal** do objeto do **contrato nº 132/2017**– Contratação de empresa aquisição de produtos material de Limpeza Lote 05 para atender a secretaria municipal Obras – Empresa D M SILVA EPP, a partir de 10/11/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Dezembro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 132/2017

EXTRATO CONTRATO Nº 132/2017

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DO GÊNERO ALIMENTÍCIOS, COPA E COZINHA E PRODUTOS DESCARTÁVEIS COM A FINALIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA D.M SILVA – ME PROCESSO ADMINISTRATIVO: 931/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE PREÇO Nº 40/2016 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5690/2017 VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO OBJETO

É objeto do presente contrato aquisição de Produtos material de Limpeza Lote 05 com a finalidade de atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal, de acordo com as características, quantidades e especificações do TR nº. 067/2016.

A presente aquisição foi realizada por meio de processo licitatório, na modalidade de pregão - Registro de Preço, observando os dispositivos legais, notadamente os princípios da lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e pelas condições e exigências estabelecidas no **PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 931/2016 **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE PREÇO Nº 40/2016 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5690/2017**

Observadas as condições estabelecidas no Edital de Pregão nº 007/2016 **PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 931/2016 **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE PREÇO Nº 40/2016 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5690/2017**

DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá validade de 03 (tres) meses, contados a partir de sua assinatura.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente das contratações oriundas neste contrato, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias 2017:

Secretaria	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Sec. Municipal de Educação	Próprio	2045- Manut. e Encargos da Educação	050016	33.90.30.00	0100	R$ 4.464,13
Sec. Municipal de Saúde	Próprio	2067 – Manut. Atividades Hospitalar/ Ambulatorial - MAC	070046	33.90.30.00	0100	R$ 38. 615,92
Sec. Municipal de Saúde	Próprio	1305 – Manut. Da Atenção Básica	070018	33.90.30.00	0100	R$ 20. 000,00
Sec. Mun. Adm e Planejamento	Próprio	2089 – Manutenção das Atividades de Adm e Planejamento	040020	33.90.30.00	0100	R$ 9.412,04
Sec. Obras	Federal	2278 – Rec. E Manut. Estradas Vicinais	080032	33.90.30.00	0130	R$1.681,18
Sec. Assistência Social	Federal	2024 – Manutenção, PAIF	060018	33.90.30.00	0129	R$ 6.205,35
TOTAL						**R$ 80.378,62**

Nossa Senhora do Livramento – MT, 10 de Novembro de 2017.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

EMPRESA D.M SILVA – ME,

CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00

Representado pelo senhor Douglas Martins Silva

RG: nº 21513708 SSP/MT

CPF nº 038.776.641-30

PORTARIA Nº 614/2017

Portaria nº 614/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural o Sr. José Carlos da Silva, brasileiro, RG: 07989245 SSP/MT, CPF: 622.599. 621.49,residente na Rua Jose Mariano da Costa – nº 184 – COHAB Nova em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do **contrato nº 132/ 2017**– Contratação de empresa aquisição de produtos material de Limpeza Lote 05 para atender a secretaria municipal de Desenvolvimento Rural – Empresa D M SILVA EPP, a partir de 10/11/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Dezembro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 613/2017

Portaria nº 613/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Saúde Srª. **GEISA ALEXANDRA DE PROENÇA PIMENTEL**, brasileira, RG: 9287477 SSP/MT, CPF: 667.876.961-91,residente na Rua General Teófilo R. de Arruda, Bairro: Duque de Caxias – Várzea Grande-MT**,** como **fiscal** do **Contrato nº**

132/2017– Contratação de empresa aquisição de produtos material de Limpeza Lote 05 para atender a secretaria municipal de Saúde – Empresa D M SILVA EPP, a partir de 10/11/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Dezembro de 2017.

Silmar de Souza Goncalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 612/2017

PORTARIA Nº 612/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Servidor Municipal, **HELÁDIO MENDES DE CAMPOS MACIEL**, brasileiro, RG: 0541448-2 SSP/MT, CPF: 496.769.381-49,residente na Rua Vicente Pereira Leite, nº 600, Bairro: Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 132/2017**– Contratação de empresa aquisição de produtos material de Limpeza Lote 05 para atender a secretaria municipal de Administração – Empresa D M SILVA EPP, a partir de 10/11/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Dezembro de 2017.

Silmar de Souza Goncalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 611/2017

Portaria nº 611/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **JOSE CARMO DA SILVA**, brasileiro, RG: 580116 SSP/MT, CPF: 419.712.301-97,residente na Rua Coronel Serra, Frei Hugolino, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do **contrato nº 132/2017–** Contratação de empresa aquisição de produtos material de Limpeza Lote 05 para atender a secretaria municipal de Educação – Empresa D M SILVA EPP, a partir de 10/11/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Dezembro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 610/2017

Portaria nº 610/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Assistência Social a Srª. **ALESSANDRA MARCIA DA SILVA**, brasileira, RG: 25108921 SSP/MT, CPF: 695.245.641-49,residente na Avenida Governador Julio Campos, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do **contrato nº 132/2017**– Contratação de empresa aquisição de produtos material de Limpeza Lote 05 para atender a secretaria municipal de Assistência Social – Empresa D M SILVA EPP, a partir de 10/11/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Dezembro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 608/2017

Portaria nº 608/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **BENEDITO BRITO ASSUNÇÃO**, brasileiro, RG: 08644071 SSP/MT, CPF: 487.973.831-04,residente na Rua Carlos Antunes em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do **Contrato nº 131/2017 -** Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção diária do Ginásio Poliesportivo José Raimundo da Silva a partir de 29/11/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Dezembro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 607/2017

Portaria nº 607/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. RESOLVE:

Designar o Servidor Municipal, **HELÁDIO MENDES DE CAMPOS MACIEL**, brasileiro, RG: 0541448-2 SSP/MT, CPF: 496.769.381-49,residente na Rua Vicente Pereira Leite, nº 600, Bairro: Centro , em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do **Contrato nº 130/2017** - Contratação Emergencial de serviços de Zelador no Prédio da Rodoviária Municipal Empresa OLEGARIO SATURNINO DA SILVA a partir de 29/11/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Dezembro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 606/2017

Portaria nº 606/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. RESOLVE:

Designar o Servidor Municipal, **HELÁDIO MENDES DE CAMPOS MACIEL**, brasileiro, RG: 0541448-2 SSP/MT, CPF: 496.769.381-49,residente na Rua Vicente Pereira Leite, nº 600, Bairro: Centro , em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do **Contrato nº 129/2017** - Contratação Emergencial de serviços de Zelador no Prédio da Rodoviária Municipal Empresa LICIO DE OLIVEIRA a partir de 29/11/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Dezembro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 026/2017

PORTARIA Nº 026/2017

Ementa: Autoriza o setor de patrimônio da Câmara Municipal a proceder a baixa de bens Patrimoniais e dá outras providencias.

O Presidente da Camara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e tendo em vista o que dispõe a Resolução Nº 004/2017, de 22/11/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica autorizado a baixa do bem patrimonial Público relacionado, da Câmara Municipal.

PLAQUETA	DISCRIMINACAO	VALOR
00396	NOTEBOOK N3 CORE I3 4GB, DVD RW	1.580,00

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes-MT, 22 de novembro de 2.017

ADELINO SCHMOLLER

Presidente da Câmara Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 021/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº 081/2017

DISPENSA 021/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COMPUTADORES, IMPRESSORAS, E NO-BREAK), VISANDO A INSTALAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DOS SETORES DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, TENDO EM VISTA À DESTRUIÇÃO OCASIONADA PELO INCÊNDIO DO DIA 02/10/2017.

ONDE-SE LÊ: CREATIVE COPIAS LTDA, CNPJ: 03.769.753/0002-35, R$ 23.573,64(Vinte e três mil quinhentos e setenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

LEIA-SE: CREATIVE COPIAS LTDA, CNPJ: 03.769.753/0002-35, R$ 23. 668,50(Vinte e três mil seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos).

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 021/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COMPUTADORES, IMPRESSORAS, E NO-BREAK), VISANDO A INSTALAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DOS SETORES DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, TENDO EM VISTA À DESTRUIÇÃO OCASIONADA PELO INCÊNDIO DO DIA 02/10/2017.

ONDE-SE LÊ: CREATIVE COPIAS LTDA, CNPJ: 03.769.753/0002-35, R$ 23.573,64(Vinte e três mil quinhentos e setenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

LEIA-SE: CREATIVE COPIAS LTDA, CNPJ: 03.769.753/0002-35, R$ 23. 668,50(Vinte e três mil seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos).

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 021/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COMPUTADORES, IMPRESSORAS, E NO-BREAK), VISANDO A INSTALAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DOS SETORES DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, TENDO EM VISTA À DESTRUIÇÃO OCASIONADA PELO INCÊNDIO DO DIA 02/10/2017.

ONDE-SE LÊ: CREATIVE COPIAS LTDA, CNPJ: 03.769.753/0002-35, R$ 23.573,64(Vinte e três mil quinhentos e setenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

LEIA-SE: CREATIVE COPIAS LTDA, CNPJ: 03.769.753/0002-35, R$ 23. 668,50(Vinte e três mil seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos).

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 027 /2017

PORTARIA Nº. 027 /2017.

"DISPÕE SOBRE BAIXA DE BENS MÓVEIS PÚBLICOS DO REGISTRO PATRIMONIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT".

O Senhor **Adelino Schmoller,** Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei, e,

CONSIDERANDO o Termo de Cessão de Uso de bens móveis públicos, realizado entre esta Câmara Municipal e a Prefeitura Municipal tendo como objeto o empréstimo de 3 (três) notebooks por prazo determinado e que, os Notebooks estavam sob Responsabilidade da Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO que 2 (dois) dos 3 (três) Notebooks foram incinerados no incêndio ocorrido no prédio da Prefeitura conforme ofício recebido com o boletim de ocorrência em anexo;

CONSIDERANDO que a baixa patrimonial é o procedimento de retirada do bem do patrimônio e do registro contábil do ativo permanente;

CONSIDERANDO que o Sinistro é uma das modalidades de baixa patrimonial;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica determinada a Baixa dos Bens Móveis, abaixo identificados, do patrimônio e do registro contábil do ativo permanente desta Câmara Municipal:

PATRINÔMIO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R$
00399	Notebook N3 Core I3 4GB 500 GB DVD-RW	R$ 1.830,00
00400	Notebook N3 Core I3 4GB 500 GB DVD-RW	R$ 1.830,00

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes/MT, 22 de novembro de 2017.

Adelino Schmoller

Presidente biênio 2017/2018

Câmara Municipal de Nova Bandeirantes/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: CONVITE Nº.005/2017 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: **CONVITE Nº.005/2017**

TIPO: **MENOR PREÇO GLOBAL**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, torna – se público aos interessados que o **Convite N°. 005/2017**, do tipo **"MENOR PREÇO" PELO REGIME DE EMPREITADA GLOBAL**, **Objeto:** Contratação de Empresa de engenharia para a execução de obra pelo regime de empreitada global para a recuperação asfáltica da Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, MT 140 Nova Brasilândia/MT, com área total de 17.940,00 m2, conforme Projeto e anexos parte integrante deste Edital, cuja abertura ocorreu no dia 21 de Novembro de 2017, as 09:00 sagrou – se vencedora a empresa; **G.L COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA – EPP**, inscrita no **CNPJ: Nº. 26.795.021/0001-34**, o valor Global de **R$ 187.685,90** (Cento e Oitenta e Sete Mil, Seiscentos e Oitenta e Cinco Reais e Noventa Centavos).

Nova Brasilândia – MT, 01 de Dezembro de 2017.

_____

Ana Cristina Soares

Presidente da C.P.L

Portaria: nº. 151/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 415/2017/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr JOSE LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - NOMEAR, o(a) Sr(ª). Ediane Pereira de Souza, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenador da Defesa Civil, a partir da data da presente Portaria, símbolo CC.

ART. 2° - O(A) nomeado(a) será lotado(a) no Departamento de Obras e Engenharia, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos, Meio Ambiente e Assuntos Fundiários, desta Prefeitura Municipal, onde deverá desempenhar as atribuições ao cargo, objeto da presente nomeação.

ART. 3° - As despesas decorrentes da presente nomeação correrão à conta do Elemento 3.1.90.11-00 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil; Funcional Programática 04.122.0003.2019 – Manutenção e Encargos com o Departamento de Obras e Engenharia, do Orçamento vigente, sujeitando-se o servidor aos descontos determinados pela legislação pertinente.

ART. 4° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costuma, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

JOSE LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 412/2017/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr JOSE LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - NOMEAR, o(a) Sr(ª). Yana Maria Marcon, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe de Contratos e Licitações, a partir da data da presente portaria com símbolo FG.

ART. 2° - O(A) nomeado(a) será lotado(a) no Departamento de Contratos e Licitações, da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, desta Prefeitura Municipal, onde deverá desempenhar as atribuições ao cargo, objeto da presente nomeação.

ART. 3° - As despesas decorrentes da presente nomeação correrão à conta do Elemento 3.1.90.11-00 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil; Funcional Programática 04.123.0001.2085 – Manutenção e Encargos com o Departamento de Contratos e Licitações, do Orçamento vigente, sujeitando-se o servidor aos descontos determinados pela legislação pertinente.

ART. 4° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costuma, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

JOSE LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 416/2017/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr JOSE LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - NOMEAR Interinamente, o(a) Sr(ª). Jakeline Linhares, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Eventos e Cultura, a partir da data da presente portaria, símbolo CC.

ART. 2° - O nomeado será lotado no Departamento de Eventos e Cultura, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, desta Prefeitura Municipal, onde deverá desempenhar as atribuições ao cargo, objeto da presente nomeação.

ART. 3° - As despesas decorrentes da presente nomeação correrão à conta do Elemento 3.1.90.11-00 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil; Funcional Programática 13.392.0007.2011 – Manutenção e Encargos com o Departamento de Eventos e Cultura, do Orçamento vigente,

sujeitando-se o servidor aos descontos determinados pela legislação pertinente.

ART. 4° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costuma, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

JOSE LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 423/2017/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr JOSÉ LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - EXONERAR, o(a) Servidor(a) Público(a) Municipal Amanda Schaedler Otonelli, Matrícula nº 1678, do cargo de provimento em comissão de Coordenador da Eventos e Cultura, lotado no Departamento de Eventos e Cultura, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT, conforme nomeação efetuada através da Portaria n°. 152/2017/GP/PMNG, de 20/02/2017.

ART. 2° A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e nove dias do mês novembro do ano de dois mil e dezessete.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

JOSÉ LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 413/2017/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr JOSÉ LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - EXONERAR, o(a) Servidor(a) Público(a) Municipal Jéssica Aparecida da Silva, Matrícula nº 1697, do cargo de provimento em comissão de Coordenador da Eventos e Cultura, lotado no Departamento de Eventos e Cultura, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT, conforme nomeação efetuada através da Portaria n°. 383/2017/GP/PMNG, de 21/09/2017.

ART. 2° A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dez dias do mês novembro do ano de dois mil e dezessete.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

JOSÉ LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 414/2017/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr JOSÉ LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - EXONERAR, o(a) Servidor(a) Público(a) Municipal Uelison José Ferreira, Matrícula nº 1689, do cargo de provimento em comissão de Coordenador da Defesa Civil, lotado no Departamento de Obras e Engenharia, da Secretaria Municipal de Obras, Agricultura, Meio Ambiente e Assuntos Fundiários, da Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT, conforme nomeação efetuada através da Portaria n°. 261/2017/GP/PMNG, de 04/05/2017 e Confirmado pela portaria nº 409/2017/GP/PMNG de 01/11/2017.

ART. 2° A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos treze dias do mês novembro do ano de dois mil e dezessete.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

JOSÉ LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA/MT - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

(Doc. Lic. Controle nº 85/2017)

Licitação nº 05/2017

Carta convite nº 01/2017

Modalidade: menor preço por item.

OBJETO: Aquisição de diversos materiais de construção, conforme consta nas planilhas de engenharia, termo de referência e edital de licitação, para uso na ampliação da sede do legislativo municipal, conforme abaixo descriminados:

1- Adjudico os itens abaixo relacionados em favor da empresa ANA PAULA DE OLIVEIRA & CIA LTDA – EPP, Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o número: 10.416.163/0001-03, situada na Avenida Uirapuru, nº 433, Centro, na cidade de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso:

PRODUTO	QUANT.	MARCA	MEDIDA	VAL. UN. R$	VALOR TT. R$
Tábua forma para concreto em fundação (30 cm)	130	CEDRINHO	MT	7,75	1.007,50
Cimento Portland (50 kg) CPII	170	ITAU	SC	29,00	4.930,00
Brita nº 01	06	-	M³	176,00	1.056,00
Brita nº 02	09	-	M³	158,40	1425,60
Ferro 3/8 aço CA-50, diam. 10,0mm br 12 mt	46	HOLLER	BR	29,50	1.357,00
Ferro 5/16 aço CA-50, diam. 8 mm br 12 mt	25	HOLLER	BR	19,80	495,00
Ferro 1/4 aço CA-50, diam. 6,3 mm br 12 mt	35	HOLLER	BR	12,25	428,75
Ferro 4.2 aço CA-60, diam. 4.2 (estribo) br 12 mt	70	HOLLER	BR	5,70	399,00
Tijolo cerâmico 6 furos 9x14x24cm	9000	-	UN	0,57	5.130,00
Telha cerâmica tipo romana de primeira qualidade	2300	BRASIL	UN	1,32	3.036,00
Vigas de 6 cm x 12 cm (garapa ou similar - madeira de lei primeira qualidade)	280	GARAPA	MT	12,25	3.430,00
Caibros 5 cm x 6 cm (garapa ou similar - madeira de lei primeira qualidade)	300	GARAPA	MT	6,95	2.085,00
Ripas 1 cm x 5 cm (garapa ou similar - madeira de lei primeira qualidade)	525	GARAPA	MT	1,70	892,50
Prego polido 20x30 com cabeça	6	ARCELOR	KG	8,55	51,30
Prego polido 18x27 com cabeça	7	ARCELOR	KG	8,55	59,85
Prego polido 17x27 com cabeça	7	ARCELOR	KG	8,70	60,90
Forro de pvc antichama 8 mm	105	NORTPLAST	MT²	14,00	1.470,00
Roda-forro moldurado para forro de pvc	170	NORTPLAST	MT	3,00	510,00
Cantoneira para acabamento em forro pvc	30	NORTPLAST	UN	1,30	39,00
Tarugo de madeira 5cmx6cm (para forro)	90	-	MT	1,00	90,00
Portais de madeira 0,90m x 2,10 m de madeira de primeira qualidade	2	GARAPA	JG	85,50	171,00
Porta de madeira 0,90 x 2,10 m de madeira de primeira qualidade	2	GARAPA	UN	280,00	560,00
Ripão 2,5cmx6cm	190	GARAPA	MT	2,40	456,00
Areia fina para reboco	12	-	M³	99,00	1.188,00
Plastificante 18 l	4	QUARTZOLIT	BL	125,75	503,00
Tinta betuminosa Neutrol ou similar 18 l	2	OTTO	BL	209,90	419,80
Impermeabilizante tipo vedacit acqua ou similar 18 l	1	OTTO	BL	87,90	87,90
Registros de pressão com canopla ¾”	2	LG	UN	39,15	78,30
Válvula de descarga Docol ou similar	6	DOCOL	UN	83,50	501,00
Joelho 90° soldável com bucha de latão 25mm x1/2	10	CRONA	UN	3,00	30,00
Tubo pvc soldável 25 mm – barra 6m	6	TUBOZAN	BR	13,20	79,20
Te redução soldável com bucha latão 25x1/2	8	CRONA	UN	5,00	40,00
Tubo pvc soldável 50 mm – barra 6m	4	TUBOZAN	BR	45,30	181,20
joelho 90° soldável 50 mm	5	CRONA	UN	3,45	17,25
te redução soldável 50 mmx25 mm	2	CRONA	UN	4,85	9,70
adaptador com flange 50 mm	1	CRONA	UN	15,75	15,75
Adesivo plástico para PVC 75 gramas	3	HERC	UN	4,30	12,90
Fita veda-rosca 50 metros	2	ADERE	UN	6,60	13,20
Joelho 90° esgoto 100 mm	3	CRONA	UN	4,85	14,55
Te esgoto 40 mm	4	CRONA	UN	1,75	7,00
Tubo pvc esgoto 40 mm - barra 6 m	3	TUBOZAN	BR	18,00	54,00
tubo esgoto 50 mm - barra 6 m	2	TUBOZAN	BR	24,00	48,00
te 50mm esgoto	2	CRONA	UN	4,35	8,70
terminal de ventilação 50 mm	1	CRONA	UN	6,30	6,30
ralo cromado quadrado	2	ASTRA	UN	12,00	24,00
tubo esgoto 100 mm - barra 6m	3	TUBOZAN	BR	45,90	137,70
caixa sinfonada cromada 150x150x50mm	2	CRONA	UN	31,50	63,00
Caixa PVC';'4x2"	19	PAULISTA	UN	0,70	13,30
Cabo Unipolar (cobre)';'Isol.PVC - 450/750V (ref. Pirelli Pirastic Ecoplus BWF Flexível)';'10 mm²	66	CORFIO	MT	3,96	261,36
Cabo Unipolar (cobre)'Isol.PVC - 450/750V (ref. Pirelli Pirastic Ecoplus BWF Flexível)';'1.5 mm²	172	CORFIO	MT	0,80	137,60
Cabo Unipolar (cobre)';'Isol.PVC - 450/750V (ref. Pirelli Pirastic Ecoplus BWF Flexível)';'2.5 mm²	173	CORFIO	MT	0,99	171,27
Eletroduto PVC flexível';'Eletroduto leve';'1"'	162	BLASTIBRAS	MT	1,00	162,00
Quadro distrib. plástico - embutir com Barramento - DIN (Ref. Hager)';'Cap. 24 disj.	1	MECTRONIC	UN	210,00	210,00
VALOR TOTAL DOS ITENS EM REAIS:					**33.636,38**

Totalizando assim, o valor de R$ 33.636,38 (Trinta e três mil e seiscentos e trinta e seis reais e trinta e oito centavos).

2- Adjudico os itens abaixo relacionados em favor da empresa CASA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA – EPP, Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o número: 08.014.523/0001-07, situada na Avenida Paraná nº 48-N, Centro, na cidade de Comodoro, estado de Mato Grosso:

PRODUTO	QUANT.	MARCA	MEDIDA	VAL. UN. R$	VALOR TT. R$
Prego polido 15x15 com cabeça	2	GERDAL	KG	8,60	17,20
Prego polido 22 x 42 com cabeça	10	GERDAL	KG	8,80	88,00
Prego polido 12x12 com cabeça	1	GERDAL	KG	12,00	12,00
Arame recozido Nº 18	9	MULTILIT	KG	8,50	76,50
Adaptador curto soldável 50x11/2”	8	CRONA	UN	2,80	22,40
Engate flexível cromado com canopla ½ -40 cm	6	CENSI	UN	16,00	96,00

Te soldável 25 mm	**6**	CRONA	UN	0,80	4,80
Joelho 90° soldável 25 mm	**10**	CRONA	UN	0,45	4,50
Adaptador curto soldável 25 mm	**2**	CRONA	UN	0,5	1,00
Luva soldável LR 25X3/4	**2**	CRONA	UN	1,00	2,00
Luva soldável LR 25X1/2	**2**	CRONA	UN	1,15	2,30
Te soldável 50 mm	**4**	CRONA	UN	6,50	26,00
Te esgoto 100 mm	**4**	CRONA	UN	8,50	34,00
Joelho 90° esgoto 40 mm	**10**	CRONA	UN	0,90	9,00
joelho 90° 50 mm esgoto	**4**	CRONA	UN	1,90	7,60
sifão sanfonado cromado com válvula	**6**	BLUQUIT	UN	25,00	150,00
VALOR TOTAL DOS ITENS EM REAIS:					**553,30**

Totalizando assim, o valor de R$ 553,30 (quinhentos e cinquenta e três reais e trinta centavos).

Nova Lacerda - MT, 04 de dezembro de 2017.

Joventino Amadeu Dalabeneta - Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA - MT - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

(Doc. Lic. Controle nº 86/2017.)

Processo Licitatório nº 05/2017

Carta Convite n° 01/2017

Tipo: menor preço por item

Ratifico o presente processo licitatório em favor das empresas:

ANA PAULA DE OLIVEIRA & CIA LTDA – EPP, Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o número: 10.416.163/0001-03, situada na Avenida Uirapuru, nº 433, Centro, na cidade de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso.

CASA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA – EPP, Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o número: 08. 014.523/0001-07, situada na Avenida Paraná nº 48-N, Centro, na cidade de Comodoro, estado de Mato Grosso.

OBJETO: Aquisição de diversos materiais de construção, conforme consta nas planilhas de engenharia, termo de referência e edital de licitação, para uso na ampliação da sede do legislativo municipal.

Nova Lacerda - MT, 04 de dezembro de 2017.

Joventino Amadeu Dalabeneta - Presidente da Câmara

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 286/2017 DATA: 04/12/2017 EMENTA: CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SR ª.LUCI OLIVEIRA PINHEIRO. JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA

PORTARIA MUNICIPAL Nº 286/2017

DATA: 04/12/2017

EMENTA: CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL Sr ª.**LUCI OLIVEIRA PINHEIRO.**

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA,

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 725/2016 DE 14/03/2016 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Conceder Progressão vertical a Servidora Pública Municipal a Srª- **LUCI OLIVEIRA PINHEIRO. Atendendo** a requerimento, em conformidade com a Lei Nº 725/2016, de 14 de Março de 2016.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, QUATRO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE – 04/12/2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 287/2017 DATA: 04 DE DEZEMBRO DE 2017 EMENTA: CONCEDE VINTE (20) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SRº "RENAN MIRANDA PASSOS JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MU

EMENTA: CONCEDE VINTE (20) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SRº **"*RENAN MIRANDA PASSOS***

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 725/2016 DE 14/03/2016 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º – Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal Srº ***RENAN MIRANDA PASSOS*** ", ocupante do cargode **CHEFE DE SETOR DA J.S.M/CTPS ,** lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO , atendendo a requerimento de FÉRIAS que têm direito, em conformidade com a Lei Nº 725/2016, de 14 de março de 2016.

Art. 2º - O período concedido terá início em 01/12/2017 e término em 20/12/2017, retornando as suas atividades no dia 22/12/2017.

Art. 3º - Fica igualmente autorizado nos termos da lei a conversão de 10 (dez) dias de férias em pecúnia, conforme solicitação do servidor.

Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato deverá o servidor retornar às atividades concernentes ao seu cargo junto Secretaria Municipal de Governo de Nova Marilândia – MT.

Art. 4º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESETE – 04/12/2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 285/2017 DATA: 04 DE DEZEMBRO DE 2017. EMENTA: CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL RELACIONADOS ABAIXO: JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MAR

PORTARIA MUNICIPAL Nº 285/2017

DATA: 04 de dezembro de 2017.

EMENTA: CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL RELACIONADOS ABAIXO:

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 725/2016, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º – Conceder 30(trinta) dias de férias aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, atendendo a requerimento de **FÉRIAS** que têm direito, em conformidade com o Art. 171 da Lei Nº 725/2016.

FRANCISCO PASTOR DOS SANTOS	RG: 270 180 SSP/ MT	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	PERIODO 08/12 A 06/01/2018
RAYANE CRISTINA RINALDI	RG:1858198-6 SSP/MT	SECRETARIA DE SAÚDE	11/12/17 A 09/01/2018
VALDECYR DAVID DOS SANTOS	RG:3817768 SSP/MT	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	02/12 A 31/12/2017
PAULA HELENA ESPELETA NICOLETTI	RG:40568898-2 SSP/SP	SECRETARIA DE SAÚDE	11/12 A 09/01/2018
VALTER PASTOR DOS SANTOS	RG:1.665643 SSP/MT	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	01/12 A 30/12/2017
VALDECIR XAVIER DE AMORIM	RG: 532666-SSP/MT	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	01/12 A 30/12/2017

Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato deverá os servidores retornar às atividades concernentes aos seus cargos junto à sua Secretaria neste município Nova Marilândia – MT.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE – 04/12/2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito de Nova Marilândia – MT

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

LEI Nº. 507 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

LEI Nº. 507 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

(PROJETO DE LEI Nº032/2017, DE 03 DE OUTUBRO DE 2017.)

DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ-MT, NOS TERMOS DO JULGAMENTO DO Recurso Extraordinário (RE) 650898, DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e DA RESOLUÇÃO CONSULTA Nº 23/2012 DO TCE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO TEODORO FILHO, Prefeito Municipal de NOVA NAZARÉ, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições Legais e Constitucionais;

Faz saber, que a Câmara Municipal de NOVA NAZARÉ aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

DAS FÉRIAS DO PREFEITO E VICE- PREFEITO:

Art. 1º - Fica concedido ao Prefeito Municipal o direito de férias de trinta (30) dias, acrescido de um terço (1/3) de adicional, bem como, ao Vice-Prefeito quando no exercício do cargo em substituição ao Prefeito Municipal.

§ 1º - Não será admitida a indenização de férias não gozadas ao Prefeito e ao Vice-Prefeito.

§ 2º - O disposto neste artigo atende o estabelecido no julgamento proferido pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DO (RE) 650898, bem como na Resolução Consulta nº 23/2012 do TCE-MT.

DO 13º SALÁRIO AO PREFEITO E VICE- PREFEITO:

Art. 2º - Será concedido décimo terceiro (13º) salário no mês de dezembro ao Prefeito e Vice-Prefeito e vereadores.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Orçamento do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único - As remunerações acima tratadas integram e devem observar os respectivos limites de despesas e gastos com pessoal estampados na CF/88 e na Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a legislação tributária e previdenciária pertinente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de NOVA NAZARÉ, estado de Mato Grosso, em 04 de Dezembro de 2017.

JOÃO TEODORO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR N° 075 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

LEI COMPLEMENTAR N° 075 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

(PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR LEGISLATIVO Nº 001/2017.)

"Dispõe sobre alteração no anexo IV, tabela 1, da Lei Complementar nº 37 de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências".

JOÃO TEODORO FILHO, Prefeito Municipal de Nova Nazaré - MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e Ele Sanciona a seguinte Lei:

Artigo. 1º. Altera o Anexo IV, Cargos de Provimento em Comissão, Tabela 1, Grupo ocupacional 1, Cargos de assistência Imediata – CAI, carga horaria semanal – 40 horas da Lei Complementar nº 37, que dispõe sobre a criação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Nova Nazaré, passando a vigorar da seguinte forma:

ANEXO IV

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

TABELA 1

GRUPO OCUPACIONAL 01

CARGOS DE ASSISTENCIA IMEDIATA – CAI

CARGA HORARIA SEMANAL – 40 HORAS

CARGOS EM COMISSÃO	QTDEVAGAS	REMUNERAÇÃO	QUALIFICAÇÃO
ASSESSOR PARLAMENTAR	03	R$ 2.200,00	ENSINO MÉDIO
TESOUREIRO	01	R$ 2.200,00	ENSINO MÉDIO E CONHECIMENTO NA ÁREA

SECRETARIO ADMINISTRATIVO	**01**	**R$ 2.500,00**	**CURSO SUPERIOR**

Artigo 2°. Esta lei entra em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário, em especial nas suas totalidades as Leis Complementares 062/2015, 067/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2017.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL N.º 332 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.
"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL"

José Elpídio de Moraes Cavalcante, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte Portaria,

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Ficam nomeados para ocuparem o cargo de acompanhamento e fiscalização da execução contratual de acordo com os termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, os servidores abaixo relacionados:

Nome	Secretaria	Contrato	Objeto
FISCAL: Volnei Gomes Da Silva CPF: 808.988.311-72 SUPLENTE: Luzivete Ponce CPF: 622.561.141-04	Secretaria Municipal de Saúde	Pregão 040/2017	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA DESTINADOS AOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.
FISCAL: Volnei Gomes Da Silva CPF: 808.988.311-72 SUPLENTE: Elias Ramos CPF: 293.387.271-49	Secretaria Municipal de Saúde	Pregão 041/2017	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRALHERIA EM GERAL DESTINADOS AO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.
FISCAL: Erison Barros Campos CPF: 882.082.731-04 SUPLENTE: Celso Gomes CPF: 341.972.221-49	Secretaria Municipal de Obras	Pregão 045/2017	AQUISICAO DE UMA CAÇAMBA TRAPEZOIDAL 2000X500MM CAPACIDADE DE 0,90M³ PARA ACOPLAMENTO EM ESCAVADEIRA HIDRAULICA DESTINADA AO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.
FISCAL: Lucimar Pereira De Carvalho Nascimento CPF: 937.397.371-15 SUPLENTE: Pedro Miguel Da Silva	Secretaria Municipal de Planejamento	Pregão 043/2017	AQUISICAO DE MATERIAL HIDRAULICO DESTINADO AO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT
FISCAL: Janio Ferreira CPF: 325.890.421-91 SUPLENTE: Celso Gomes CPF: 341.972.221-49	Secretaria Municipal de Obras	Pregão 044/2017	AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E FILTROS PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT.
FISCAL: Almir Rogerio Barbosa CPF: 615.963.291-49 SUPLENTE: Antônio Anastácio dos Santos CPF: 903.136.154-20	Secretaria Municipal de Saúde	Pregão 042/2017	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, CONSERTO E TROCA DE PNEUS DESTINADOS AOS VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL.
FISCAL: Nilva Aparecida Carvalho Costa CPF: 976.488.841-00 SUPLENTE: Anezio Gonçalves CPF: 406.211.891-20	Secretaria Municipal de Educação	Pregão 046/2017	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM SERVIÇOS DE RETIFICA DE MOTOR, BICOS E BOMBAS INJETORAS EM VEICULOS E MAQUINARIOS, VISANDO ATENDER DEMANDA DA FROTA DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.
FISCAL: Erison Barros Campos CPF:882.082.731-04 SUPLENTE: Valdeci Dos Anjos Goncalves CPF: 784.263.831-49	Secretaria Municipal de Obras	Contrato 050/2016	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS RUAS DIVERSAS DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.

Art.2º - Os servidores ora nomeados não farão jus a gratificação ou remuneração especial, por se tratar de serviços relevantes prestados ao Município.

Art.3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia-MT, 01 de Novembro de 2017.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

SIMPREV
DECRETO Nº 080 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

"*Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar*".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei n° 1.069/2016, de 22 de dezembro de 2016;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais) para atender a seguinte dotação orçamentária:

0010 – SIMPREV

0001 – SIMPREV

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

0033 – GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

0150 – RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2261 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM RPPS

3.3.90.67.00.00 – DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS.....R$ 1.500,00

TOTAL .....R$ 1.500,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1° deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

0010 – SIMPREV

0001 – SIMPREV

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

0033 – GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

0150 – RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2261 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM RPPS

3.3.90.93.00.00 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES.....R$ 1.500,00

TOTAL .....R$ 1.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, em 04 de Dezembro de 2017.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 052/2017

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADA: **LFM ENGENHARIA E CONSTRUTORA EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ/MF nº **18.514.940/0001-64**

OBJETO:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA FARMÁCIA MUNICIPAL, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA – MINISTÉRIO DA SAÚDE, CONFORME PROJETO PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DESCRITIVO.**

DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência a partir do dia 21 de novembro de 2017 até 21 de novembro 2018

DO VALOR: **R$ 196.463,00**

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena

RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA: LEANDRO FAGNER MARCHIORO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PORTARIA Nº. 0437/2017

PORTARIA Nº. 0437/2017

DATA: 01 DE DEZEMBRO DE 2017

"CONCEDE, A SERVIDORA SRA CLEIDI NEGRI, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART.1º. CONCEDER, 36 (trinta e seis) meses de **LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR,** a Servidora Sra. **CLEIDI NEGRI**, portadora da Cédula de Identidade RG n**º.** 1.043.179-9 SSP/MT e CPF nº771.455.421-53, servidora efetiva no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** lotada na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos.

PARÁGRAFO UNICO - A Licença que trata o Art. anterior dar-se-á pelo período de 01 de dezembro de 2017 a 30 de novembro de 2020.

ART.2º. Revogam-se as disposições em contrário.

ART.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 01 de dezembro de 2017.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 0438/2017

PORTARIA Nº. 0438/2017

DATA: 02 DE DEZEMBRO DE 2017

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. – NOMEAR a servidora **MARA ROZANDA CAMPAGNONI,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2.224.849-8 SSP/SC e inscrita no CPF nº. 621.300.489-00, Efetiva na Função de AUXILAIR ADMINISTRATIVO, para exercer a função de **CHEFE DE DEPARTAMENTO MUNICIPAL E TRÂNSITO,** lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos.

ART. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de dezembro de 2017.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISTRATO Nº. 004/2017 DO CONTRATO Nº 036/2017

Pelo presente instrumento particular de Distrato, a Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo **Sr. SILVANO PEREIRA NEVES**, Exmo. Prefeito Municipal, e do outro lado o Sr. **GEOVANE LUZES GALVÃO,** brasileiro, maior, portador do RG. 2410198-2 SSP/MT, e do CPF n º: 046.404.061-26, Contratado na função de **PROFESSOR,** residente e domiciliado no Município de Juara/MT.

Resolve: de acordo com a Cláusula Sétima do Contrato de prestação de Serviço nº. 036/2017, datado de 12/06/2017, torna-se rescindido por parte da contratante a partir desta data**: 22/12/2017.**

Assim, dão as partes recíprocas e geral quitação, não restando motivo algum para que se exijam quaisquer vantagens decorrentes do contrato que se rescinde.

E, para firmeza do presente instrumento de Distrato, foi este redigido em duas vias, de igual teor e forma, as quais vão devidamente assinadas.

Novo Horizonte do Norte/MT, 01 de dezembro de 2017.

Silvano Pereira NevePrefeito Municipal

Geovane Luzes Galvão

Contratado

Bruno Ricardo Barela Iori

Assessor Jurídico

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 407/2017 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Dispõe Sobre Concessão De Férias, E Dá Outras Providências".

.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 c/c Art. 73 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, para o período de 01/11/2017 à 01/12/2017 aos servidores:

LUIS CHAVES DOS SANTOS, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 2825988-2 SSP/MT e do CPF nº 907.485.571.72, efetivo no cargo de **Apoio Administrativo Educacional Não Profissionalizado (Vigia),** matriculado no DRH sob o nº 876, referente ao período aquisitivo de 03/09/2016 a 02/09/2017.

DANIELA BAUMGRATZ, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1858854-9 SSP/MT e do CPF nº 026.332.071.54, efetiva no cargo de **Técnico Administrativo Educacional,** matriculada no DRH sob o nº 831, referente ao período aquisitivo de 03/09/2016 a 02/09/2017.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 01 de Novembro de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 27 de Novembro de 2017.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

TERMO DE RESCISÃO Nº 001/2017 CONTRATO Nº048/2017.

TERMO DE RESCISÃO nº 001/2017

CONTRATO Nº048/2017.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT

Termo de Rescisão do contrato de fornecimento de Pães e lanches 048/2017, firmado entre a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, CNPJ nº 04.199.966/0001-50, com sede na Avenida 29 de Setembro, nº. 244, Centro, Novo Santo Antonio, Mato Grosso neste ato representada pelo Prefeito Municipal Senhor **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, e a empresa **ADILSON SOARES PAIVA**, CNPJ nº28. 162.556/0001-01, localizada à Avenida 29 de setembro, s/nº. Centro, Novo Santo Antonio-MT, CEP: 78.674-000, vencedora do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 020/2017, Processo nº 34/2017, neste ato representada pelo o proprietário SR. **ADILSON SOARES PAIVA**, portadora do CPF: 001.927.101-84, conforme a seguir estipulado:

O Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio, Adão Soares Nogueira, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Atestado de Óbito ora apresentado a Administração resolve efetuar a rescisão contratual pelo o fato da firma ser individual e o titular ter vindo a Óbito, não existindo sucessor ou administrador que opte pela continuidade do negocio.

Considerando que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu artigo 78 prevê que a rescisão do contrato poderá ser: ... X - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.;

Considerando, por derradeiro, que cabe à administração pública tomar as decisões tempestivamente e, em assim não o fazendo, fazê-lo, tão logo seja detectada a situação, evitando, deste modo, o surgimento de problemas futuros;

RESOLVE:

CLÁUSULA PRIMEIRA – fica rescindido, **a partir desta data,** o contrato 048/2017 firmado entre a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio e a empresa **ADILSON SOARES PAIVA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – A presente rescisão se dá por falecimento do contratado, regularmente comprovada conforme Atestado em anexo , nos termos do artigo 78 inciso X da lei 8.666/93, firmado e passando a valer a partir de 27 de Novembro de 2017.

Novo Santo Antônio, 27 de Novembro de 2017.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

CNPJ nº 04.199.966/0001-50

D I S T R A T A N T E

TESTEMUNHAS:

1º_____ 2º _____

RG:_____RG:_____ _____

CPF:_____CPF:_____ _____

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT.

CONTRATADA: POSTO TIGRÃO LTDA

CNPJ: nº 03.623.054/0002-82

VALOR TOTAL R$: 73.746,00 (SETENTA E TRÊS MIL E SETECENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS).

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DE FABRICAÇÃO NACIONAL PARA USO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

VIGÊNCIA: 27/11/2017 à 27/11/2018

NOVO SANTO ANTÔNIO – MT, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT.

CONTRATADA: IRAIDES PEREIRA LUZ - ME

CNPJ: nº 07409540000172

VALOR TOTAL R$: 226.380,00 (DUZENTOS E VINTE SEIS MIL E TREZENTOS E OITENTA REAIS)

OBJETO: FUTURA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ARTEFATOS DE CIMENTO (MANILHAS) PARA USO EM SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE BUEIROS, ESTRADAS E OBRAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO.

VIGÊNCIA: 28/11/2017 à 28/11/2018

NOVO SANTO ANTÔNIO – MT, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 007/2017 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

ACRESCENTAR ALÍNEA G NO ART. 11º INCISO III(ASSIDUIDADE E PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DIVERSAS) E; RATIFICAÇÃO DO § 1º DO ART. 4º DA PORTARIA: 006/2017/SME.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica acrescentada a Alínea G no artigo 11º da portaria: 006/2017/SME com a seguinte redação:

- Pelos projetos pedagógicos desenvolvidos nas unidades escolares e ou artigos publicados (1,0 ponto por aspecto, podendo chegar a 4,0 pontos para cada aspecto).

Art. 2º- O § 1º do artigo 4º da portaria 006/2017/SME onde se lê:

Para o processo de contagem de pontos dos profissionais efetivos será observado o critério de organização profissional, para tanto, será necessário apresentar somente documentação com informações inerentes a formação do profissional atualizada, tais como: certificados, históricos, declarações e ou, diplomas, cabendo à escola manter em arquivo, cópia dos documentos apresentados para atualização dos dados referentes à escolaridade;

LEIA-SE:

Para o processo de contagem de pontos dos profissionais efetivos será observado o critério de organização profissional, tendo prioridade de escolha os servidores residentes na zona rural, mediante comprovação residencial e lotação na respetiva unidade de ensino, será necessário apresentar somente documentação com informações inerentes a formação do profissional atualizada, tais como: certificados, históricos, declarações e ou, diplomas, cabendo à escola manter em arquivo, cópia dos documentos apresentados para atualização dos dados referentes à escolaridade;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

RESGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Novo Santo Antônio-MT, 04 de Dezembro de 2017.

ILDETE DANIEL CHAGAS

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORT. 002/2017

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO

Nos termos do Contrato nº. 52/2017, de 01/12/2017, firmado entre o Município de **NOVO SANTO ANTÔNIO**, Estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, e a empresa **CICERO JOSÉ DE LIMA – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.803.903/0001-73, para a EXECUÇÃO DE OBRA DE RECONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA NA MT-322 NO TRECHO NOVO SANTO ANTONIO/DIVISA/SERRA NOVA DOURADA, SOBRE O RIOZINHO KM 01 PONTE DIVISA NSA/SND KM 42, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PLANO DE TRABALHO, fica a **CONTRATADA AUTORIZADA** a executar os serviços caracterizados abaixo:

Serviço: RECONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRAS

Local: RIOZINHO 1 MT-322 KM 01 E DIVISA NSA/SND KM 42 NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT.

ÁREA: 20,00MT

Valor Global: R$ 34.879,75 (trinta e quatro mil oitocentos e setenta e nove reais e setenta e cinco centavos), conforme planilha de preços em anexo.

Novo São Joaquim - MT, 04 de Dezembro de 2.017.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

ANDRÉ PEREIRA DIAS - Engenheiro Civil

CREA MT 033017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÃO/PREGOEIRO
PREGÃO PRESENCIAL 44/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

EXCLUSIVA PARA ME/EPP ART.48 Lei 147/14

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 44/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público quefará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL para ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 09h00 horas (Cuiabá) do dia 15 de Dezembro de 2017**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93. O **credenciamento** será feito das **08h30 às 09h00**. Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro até às **09h00 horas (Cuiabá) do dia 15 de Dezembro de 2017**. **OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA CRIANÇAS DE BAIXA RENDA ATENDENDO PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. Retirada do edital:** site: www.novosaojoaquim.mt.gov.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, das 08h00 às 17h00.Informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo telefone(0**66)3479-1158.

Novo São Joaquim - MT, 04 de Dezembro de 2017.

GERALDO PEREIRA DA SILVA SOBRINHO

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 107/2017

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 382 de 14 de Agosto de 2017, torna público para conhecimento dos interessados que na Licitação pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 107/2017**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em **Prestação de Serviços de Recargas de Oxigênio Medicinal**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Obteve – se o seguinte resultado: Empresas Vencedoras **NELITO BENEDITO DA SILVA NASCIMENTO 96072172172 - R$ 475.747,00 / VALDECI DE SOUZA SILVA – ME - R$ 732.790,00.**Em 04 de Dezembro de 2017. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 103/2017

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 382 de 14 de Agosto de 2017, torna público para conhecimento dos interessados que na Licitação pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 103/2017**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em **Prestação de Serviços de Recargas de Oxigênio Medicinal**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Obteve – se o seguinte resultado: Empresa Vencedora **GL OXIGÊNIO LTDA – ME - R$ 140.322,00.**Em 04 de Dezembro de 2017. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA Nº 589/2017. DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre **licença Prêmio** a Funcionária Pública Municipal, senhora **EVA CRISTINA DA SILVA VERAS** dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art.73, inciso VIII e art. 98 *caput* da Lei nº. 075/98;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período de **23/12/2011 à 23/12/2016;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio à senhora **EVA CRISTINA DA SILVA VERAS**, ocupante do cargo de **Professora**,lotadojunto à Secretaria Municipal de Educação, a serem usufruídas no período de **01/12/2017 à 22/12/2017** e **05/02/2018 à 13/04/2018**

ART. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua

Publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AO PRIMEIRO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

publicada no Diário Oficial.

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE ADESÃO Nº 003/2017

Publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios – Mato Grosso – AMM, de 30 de Novembro de 2017, página 283.

Onde se lê:

AVISO DE ADESÃO Nº 003/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2017 E PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2017 DA PREFEITURA DE ALTO ARAGUAIA- MT.

Leia – se:

AVISO DE ADESÃO Nº 003/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2017 E PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2017 DA PREFEITURA DE CAMPO VERDE- MT.

Este texto não substitui o original publicado Diário Oficial Eletrônico dos Municípios – Mato Grosso – AMM, de 30 de Novembro de 2017, página 283.

_____

JOSIANE CELIZE DA SILVA BOTELHO DE GOIS

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 036/2014

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 036/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT.

Contratada: EMAD CONSTRUTORA LTDA - ME

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Fica RESCINDIDO este contrato, por ato unilateral da Administração nos termos da Cláusula Quinta, parágrafo único, e Art. 79, Inciso I da Lei 8666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO: Integram este termo para fins legais, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, em anexo.

Poconé, 01 de novembro de 2017

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 037/2014

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 037/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT.

Contratada: EMAD CONSTRUTORA LTDA - ME

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Fica RESCINDIDO este contrato, por ato unilateral da Administração nos termos da Cláusula Quinta, parágrafo único, e Art. 79, Inciso I da Lei 8666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO: Integram este termo para fins legais, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, em anexo.

Poconé, 01 de novembro de 2017

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 038/2014

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 038/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT.

Contratada: EMAD CONSTRUTORA LTDA - ME

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Fica RESCINDIDO este contrato, por ato unilateral da Administração nos termos da Cláusula Quinta, parágrafo único, e Art. 79, Inciso I da Lei 8666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO: Integram este termo para fins legais, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, em anexo.

Poconé, 01 de novembro de 2017

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 450/2017

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO o Senhor *WEBERTON FERNANDES E SILVA,* Portador do RG 2260472-3 SSP/MT, inscrito no CPF 039.224.261-31, para exercer o cargo de *DIRETOR DE PATRIMÔNIO*,desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 30 de novembro de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 055/2017

Ata de Registro de preço n° 055/2017.

Pregão Presencial: 027/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: RENOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI - ME, CNPJ 13.361.233/0001-94

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A READEQUAÇÃO DE PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ABASTECIMENTOS DE ÁGUA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS.

Dotação: Sec. Municipal infra estrutura - 120019.

Valor Registrado: R$ 25.910,00 (vinte e cinco mil e novecentos dez reais)

Período: 12 meses

Poconé/MT, 05 de dezembro de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 22/2017

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 61/2017, de 10/01/2017, torna público, para conhecimento dos interessados, que o vencedor da presente licitação destinada para ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR - ROTA A.***

Foi:

L. MARTINS RET A CAR – EPP

Poconé-MT, 04 de Dezembro de 2017.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

SETOR DE LICITAÇÕES
DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2017

PROCESSO Nº 486/2017 - REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – ROTA A.

I – PRELIMINAR

Razão não assiste, uma vez que não há qualquer nulidade ou vício a ser sanado no presente processo licitatório.

II - RELATÓRIO.

Trata-se de recurso interposto pela empresa **VÁRZEA GRANDE TRANSPORTES RODOVIARIO LTDA – ME,** contra decisão do Pregoeiro em relação ao julgamento das propostas por suposto descumprimento do instrumento convocatório e a habilitação da empresa **L. MARTINS RENT A CAR**.

A **L. MARTINS RENT A CAR** apresentou as contrarrazões dentro do prazo legal, sob o argumento, de que a empresa **VÁRZEA GRANDE TRANSPORTES RODOVIARIO LTDA – ME** não habilitada, tem como único e exclusivo objetivo de tumultuar e prejudicar o andamento do presente certame.

III - DO JULGAMENTO

O presente recurso não traz qualquer fundamento de fato ou de direito capaz de influir no processo licitatório, tendo em vista que o item 10.1 do Edital prevê que o julgamento da licitação adotará o Critério de Menor Preço por **KM**. Sendo certo que as especificações dos trajetos e quantidades de Km correspondem a ROTA “A” do Pregão Presencial/Registro de Preço n. 022/2017, isto é, o objeto da licitação.

Em fase do exposto, a Comissão Permanente de Licitação, por unaminidade, conhece do recurso e **negar-lhe provimento,** mantendo-se na integra a decisão e o parecer da Comissão assinado e anexado neste processo licitatório.

.

Poconé/MT, 01 de Dezembro de 2017.

KEYLA FERNANDA DE SOUZA

Membro da Equipe de Apoio

CLAUDIA MARIA BOTELHO DA SILVA

Membro da Equipe de Apoio

ERASMO PAULO DE LIMA

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR RURAL DO MUNICÍPIO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 019/2017 O Município de Pontal do Araguaia-MT, através de sua Pregoeira Municipal nomeada pela Portaria nº 104/GP/2017, de 07 de junho de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do PREGÃO PRESENCIAL-SRP nº 019/2017, que teve por Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em locação de veículos para prestação de serviços de transporte escolar rural do Município para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo prazo de 12 (doze) meses. Cuja vencedora foi: E.C TRANSPORTE LTDA – ME.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

EXTRATOS DE CONTRATOS 2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 01/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **SEBASTIÃO GUSTAVO PRIMO PARREIRA**

OBJETO: O CONTRATADO se obriga a prestar serviços a CONTRATANTE na área de Assessoria Jurídica de interesse da administração pública municipal e de representação judicial em processos em que seja parte a CONTRATANTE.

VALOR: R$ 13.000,00 (Treze Mil Reais)

PRAZO: 01 MES

DATA DA ASSINATURA: 05/01/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 02/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **ABERALDO MARTINS DE FREITAS**

OBJETO: O presente Contrato é a prestação de serviços de manutenção e monitoramento dos Sistemas de Transmissão de Sinais de Televisão do Município de Ponte Branca – MT.

VALOR: R$ 6.000,00

PRAZO: 06 MESES

DATA DA ASSINATURA: 05/01/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 03/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **MC SAUDE CASA DE APOIO MARIA CAMPOS LTDA.**

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de Empresa para prestação de serviços especializados de recepção, atendimento, estadia, alimentação e traslados internos na Capital (Goiânia-Go), em atendimento como CASA DE APOIO aos serviços de assistência social e à saúde.

VALOR: R$ 25,00 (POR DIÁRIA INDIVIDUAL)

PRAZO: 12 MESES

DATA DA ASSINATURA: 05/01/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2017

ESPÉCIE: Contrato nº 04/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **CONSORCIO DE SAÚDE**

OBJETO: O objeto do presente tem por objetivo o repasse financeiro pelo Município de Ponte Branca, ao Consorcio Intermunicipal de Saúde da região do Garças/Araguaja, para organização e operacionalização do Consórcio na manutenção e prestação de serviços considerados como essenciais de saúde nos atendimentos ambulatorial, hospitalar e de serviços de apoio diagnostico e terapêuticos de natureza especializada às populações do conjunto de Município que compõem o Consorcio.

VALOR: R$ 38.832,00(TRINTA E OITO MIL; OITOSSENTOS E TRINTA E DOIS REAIS).

DATA DA ASSINATURA: 05/01/2017

VIGENCIA: 05/01/2017 A 31/12/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 05/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SÓCIAL E AMBIENTAL PORTAL DO ARAGUAIA.**

OBJETO: Constitui objeto o presente termo à consecução das ações previstas na ata de constituição, instalação, eleição e posse do Conselho Diretor e do Protocolo de Intenções do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO – ECÔNOMICO E AMBIENTAL “PORTAL DO ARAGUAIA” ratificadas pela Lei Municipal n° 352/2007 de 03 de julho de 2007.

VALOR: R$ 20.400,00 (Vinte mil e quatrocentos reais)

PRAZO: 12 MESES

DATA DA ASSINATURA: 05/01/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 06/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **PAULO ANTONIO FERREIRA**

OBJETO: O presente Contrato destina-se a contratação de um Orientador Social do serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – Oficina de Capoeira, junto ao Centro de Referência e Assistência Social do Município de Ponte Branca – MT.

VALOR: R$ 9.000,00 (Nove Mil Reais)

PRAZO: 06 MESES

DATA DA ASSINATURA: 01/03/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 07/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **OSVALDO GONÇALVES DE SOUSA 21823960120**

OBJETO: O presente Contrato destina-se a contratação de empresa para realização de serviços de jardinagem em praças, avenidas, pórtico de entrada do município, jardins e campos de futebol do município.

VALOR: R$ 7.500,00 (Sete Mil e Quinhentos Reais)

PRAZO: 05 MESES

DATA DA ASSINATURA: 01/03/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 08/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **ADO BUSINESS ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI**

OBJETO: O presente Contrato tem como objeto a prestação de serviços de Assessoria em informação, acompanhamento e execução de ações que se fizerem necessárias junto aos Órgãos do poder Público, objetivando o desenvolvimento e aperfeiçoamento da gestão administrativa Municipal.

VALOR: R$ 12.000,00 (Doze Mil Reais).

PRAZO: 06 MESES

DATA DA ASSINATURA: 20/03/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 09/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **SEBASTIÃO GUSTAVO PRIMO PARREIRA**

OBJETO: Este Contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e alterações posteriores; e pelas convenções estabelecidas no edital do Convite n.º 001/2017 neste instrumento.

VALOR: R$ 115.000,00 (Cento e Quinze Mil Reais)

PRAZO: 10 MESES

DATA DA ASSINATURA: 24/03/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 10/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **TOYOTA DO BRASIL LTDA**

OBJETO: O presente Contrato tem como objeto a aquisição pretendida visa à compra de um veiculo novo para o uso do Prefeito Municipal em suas atividades administrativas para o gerenciamento do município de Ponte Branca-MT.

VALOR: R$ 160.325,00 (cento e sessenta mil trezentos e vinte e cinco reais)

PRAZO PARA ENTREGA DO PRODUTO: **45 (quarenta e cinco) dias**

DATA DA ASSINATURA: 10/04/2017

VIGENCIA: 10/04/2017 a 31/12/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 11/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **FRANCIELLE MARTINS VILELA**

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a PRESTAÇÃO, pela contratada, **DE SERVIÇOS DE NUTRICIONISTA A FIM DE ATUAR EM PROJETOS TEMPORÁRIOS JUNTO AO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA – MT**, em regime de execução empreitada por preço global.

VALOR: R$ 4.800,00 (Quatro Mil e Oitocentos Reais)

PRAZO: 02 MESES

DATA DA ASSINATURA: 10/04/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 12/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **MARIA CONCEIÇÃO DOMINGOS DA SILVA MARTINS**

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a PRESTAÇÃO, pela contratada, **DE SERVIÇOS DE ODONTOLOGIA URGENTES DE MÉDIA COMPLEXIDADE, NÃO ATENDIDOS PELO DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO MUNICIPIO.**

VALOR: R$ 3.150,00 (Três Mil Cento e Cinquenta Reais)

PRAZO: 03 MESES

DATA DA ASSINATURA: 01/05/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 13/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **ANDERSON ANTONIO DA GRAÇA**

OBJETO: O presente Contrato tem como objeto a contratação de gestor de recursos ao IMPBRAN – Fundo Municipal de Previdência Social de Ponte Branca, atendendo o disposto na Portaria MPS n°. 519/2011.

VALOR: R$ 7.000,00 (Sete Mil Reais)

DATA DA ASSINATURA: 01/06/2017

VIGENCIA: 01/06/2017/ A 31/12/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 14/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **AGROVALE LTDA**

OBJETO: O objeto do presente Contrato é a Aquisição de uma Patrulha Agrícola em conformidade com o Convênio nº 840816/2016/MAPA/CAIXA,

celebrado entre o Município de Ponte Branca-MT e a União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

VALOR: R$ 187.050,00 (Centro e Oitenta e Sete Mil e Cinquenta Reais)

DATA DA ASSINATURA: 18/05/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2017

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

ONDE SE LÊ:

VALOR: R$ 50.100,00 (CINQUENTA MIL E CEM REAIS)

LEIA- SE:

VALOR: R$ 50.700,00 (CINQUENTA MIL E SETECENTOS REAIS)

ESPÉCIE: Contrato nº 15/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **JUSSEMAR REBULI PINTO – ME.**

OBJETO: Aquisição de uma Patrulha Agrícola em conformidade com o Convênio nº 840816/2016/MAPA/CAIXA, celebrado entre o Município de Ponte –MT , O objeto do presente contrato é a A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LICENCIAMENTO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PARA GESTÃO PÚBLICA NA WEB (CLOUD), INCLUINDO CONVERSÃO, MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO DE USUÁRIOS, CUSTOMIZAÇÃO DE DADOS E MANUTENÇÃO, COMPREENDIDOS NA GESTÃO EM: PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTABILIDADE, TESOURARIA, RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO, LICITAÇÕES, COMPRAS, ALMOXARIFADO, FROTAS E COMBUSTÍVEL, PATRIMÔNIO PÚBLICO, PROTOCOLO E PROCESSOS, GESTÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS OU NÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL, NOTA FISCAL ELETRÔNICA, FATURAMENTO E GESTÃO DE ÁGUA E SANEAMENTO, CONTROLE DE SAÚDE PÚBLICA, GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL E GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA O SISTEMA APLIC DO TCE/MT, BEM COMO A LEI COMPLEMENTAR Nº. 131/2009, conforme ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 24/2016 da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

VALOR: R$ 50.700,00 (CINQUENTA MIL E SETECENTOS REAIS)

DATA DA ASSINATURA: 10/07/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 16/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **DANIEL DE SOUZA NASCIMENTO**

OBJETO: O presente Contrato tem como objeto a Prestação de Serviços de Auxílio no envio de Informações através do Sistema APLIC, compreendendo Cargas Mensais e Tempestivas, realizando o treinamento da Sra. Nadia Fernandes Vilela, servidora responsável pelo envio das referidas Cargas.

VALOR: R$ 26.000,00 (VINTE E SEIS Mil Reais)

DATA DA ASSINATURA: 10/07/2017

VIGENCIA: 10/07/2017/ A 31/12/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 17/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **H.M.CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA, JUNTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, GABINETE, CONTABILIDADE, RECURSOS HUMANOS, TRIBUTOS, LICITAÇÃO, FISCAIS DE CONTRATOS, CONTROLE INTERNO. ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO: NA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO, NA OTIMIZAÇÃO DA RECEITA TRIBUTARIA, NO EQUACIONAMENTO DE PASSIVOS, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 010/2017 CONVITE Nº 001/2017 E TERMO DE REFERÊNCIA.

VALOR: R$ 41.500,00 (QUARENTA E UM MIL E QUINHENTOS Reais)

DATA DA ASSINATURA: 26/07/2017

VIGENCIA: 26/07/2017/ A 31/12/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 018/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **JOSANE COSTA DA SILVA**

OBJETO: Constitui-se objeto do presente contrato a Contratação de Empresa Especializada em Executar o Serviço de Transporte de Alunos da Zona Rural do Município de Ponte Branca.

VALOR: R$ 2,49 (Dois Reais e Quarenta e Nove Centavos), por quilometro rodado.

DATA DA ASSINATURA: 11/08/2017

VIGENCIA: 11/08/2017 A 31/12/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 19/2017

ESPÉCIE: Contrato nº 19/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **COMERCIO DE COMBUSTIVEL PONTE BRANCA LTDA-ME**

OBJETO: Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento de combustível (Diesel Comum) destinado a frota municipal de Ponte Branca - MT

VALOR: R$ 173.000,00 (CENTO E SETENTE E TRÊS MIIL REAIS).

DATA DA ASSINATURA: 05/09/2017

VIGENCIA: 05/09/2017 A 31/12/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2017

ESPÉCIE: Contrato nº 20/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **RAFAEL AUGUSTO RIBEIRO DO NASCIMENTO**

OBJETO: 1.1.O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE, serviços, junto a Secretaria Municipal de Finanças como Técnico de Segurança do Trabalho.

VALOR: R$ 3.160,00 (TRÊIS MIL, CENTO E SESSENTA REAIS).

DATA DA ASSINATURA: 16/10/2017

VIGENCIA: 16/10/2017 A 16/12/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2017

ESPÉCIE: Contrato nº 21/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93 – Chamada Publica nº 001/2017

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **NADIR APARECIDA GIGOLETTI LINHARES**

OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 001/2017, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição

VALOR: R$ 2.970,00 (DOIS MIL, NOVECENTOS E SETENTA REAIS).

DATA DA ASSINATURA: 19/10/2017

VIGENCIA: 19/10/2017 A 31/12/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2017

ESPÉCIE: Contrato nº 22/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO:**V&R CONSULTORIA E ASSESSORIA PÚBLICA E PRIVADA LTDA-ME**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para auxiliar a Administração Municipal no Diagnóstico da Realidade da Educação do Município e Orientação, Monitoramento e Acompanhamento do Plano de Ações Articuladas, junto ao FNDE.

VALOR: R$ 10, 570,00 (DEZ MIL, QUINHENTOS E SETENTA REAIS).

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2017

VIGENCIA: 06/11/2017 A 31/12/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL N.º 083, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 083/2017 Poxoréu/MT, 29 de novembro de 2017.

Regulamenta o itinerário do Transporte Escolar, realizado pelas frotas própria e terceirizada, de alunos das redes Municipal e Estadual de Ensino, residentes na zona rural para o ano de 2017, em consonância com a Lei Municipal n.º 1.874, de 14 de agosto de 2017.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de Poxoréu/MT, especialmente o contido no art. 113, inciso I, alínea *a* e;

CONSIDERANDO a necessidade de atender à demanda de alunos residentes na zona Rural do Município de Poxoréu;

CONSIDERANDO que tais serviços são de utilidade pública e destinam-se à oferta de serviço voltado à locomoção de estudantes entre os pontos de embarque e os estabelecimentos de Ensino no território do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de definição do itinerário do transporte escolar para o ano de 2017,

DECRETA:

Art. 1.º Fica regulamentado o itinerário do Transporte Escolar – Frota Própria e Terceirizada – dos alunos das redes Municipal e Estadual de Ensino residentes na Zona Rural, conforme Anexo I, consolidando as rotas usualmente praticadas no ano de 2017.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Decreto foi devidamente publicado no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu na data de 29 de novembro de 2017, em conformidade com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária Municipal de Administração

Anexo I

ITINERÁRIO DO TRANSPORTE ESCOLAR

FROTAS PRÓPRIA E TERCEIRIZADA – 2017

LINHA DO TRANSPORTE ESCOLAR	PERÍODO	TRAJETO	KM (IDA / VOLTA) DIÁRIO	KM (IDA / VOLTA) ANUAL	VEÍCULO
ÁGUA EMENDADA - FAZ. SENADOR	Vespertino	Júlio Müller, Padre César , Odete, Guiomar, José Dias Coutinho.	80	16.000	MICRO-ÔNIBUS
PENHA - POXOREU	Vespertino	Júlio Müller, Padre César , Odete, Guiomar, José Dias Coutinho.	130	26.000	VAN
RAIZINHA - POXOREU	Vespertino	Júlio Müller, Padre César, Guiomar, José Dias Coutinho.	134	26.800	MICRO-ÔNIBUS
BONANZA - POXORÉU	Vespertino	Júlio Müller, Padre César , Odete, Guiomar, José Dias Coutinho.	208	41.600	MICRO-ÔNIBUS
CORGUINHO – POXORÉU	Vespertino	Júlio Müller, Padre César , Odete, Guiomar, José Dias Coutinho.	169	33.800	MICRO-ÔNIBUS
ASS. 17 DE MARÇO (C. GALO)	Vespertino	Júlio Müller, Padre César , Odete, Guiomar, José Dias Coutinho.	134	26.800	VAN
ÁGUA LIMPA – POXORÉU	Vespertino	Júlio Müller, Padre César , Odete, Guiomar, José Dias Coutinho.	160	32.000	VAN

ASS. CARLOS MARIGUELLA	Vespertino	Escola Pontal do Areia.	189	37.800	MICRO-ÔNIBUS
FAZ. SANTA HELENA - JARUDORE	Matutino	E.E. Franklin Cassiano, Epaminondas Correia de Oliveira.	86	17.200	MICRO-ÔNIBUS
FUNDÃO – POXORÉU	Vespertino	Júlio Müller, Padre César , Odete, Guiomar, José Dias Coutinho.	125	25.000	KOMBI
ASS. ALMINHAS (INTERNO)	Vespertino	Escola Alminhas.	359	71.800	MICRO-ÔNIBUS
BARRA DO AREINHA	Matutino/Vespertino	E. E. Argemiro Rodrigues Pimentel.	117	23.400	MICRO-ÔNIBUS
ASS. COLINA VERDE - PARAISO.	Matutino/Vespertino	E. E. Argemiro Rodrigues Pimentel.	145	29.000	KOMBI
SERRA DAS ARARAS - JARUDORE	Matutino	E.E. Franklin Cassiano, Epaminondas Correia de Oliveira.	80	16.000	MICRO-ÔNIBUS
HELIO GARCIA – JARUDORE	Matutino	E.E. Franklin Cassiano, Epaminondas Correia de Oliveira.	131	26.200	MICRO-ÔNIBUS
GROTÃO – JARUDORE	Matutino	E.E. Franklin Cassiano, Epaminondas Correia de Oliveira.	80	16.000	KOMBI
BARRA DO PARAISO – JARUDORE	Matutino	E.E. Franklin Cassiano, Epaminondas Correia de Oliveira.	50	10.000	MICRO-ÔNIBUS
FAZ. NOSSA SENHORA APARECIDA	Matutino	E.E. Franklin Cassiano, Epaminondas Correia de Oliveira.	74	14.800	MICRO-ÔNIBUS
POÇO AZUL – POXOREU	Vespertino	Júlio Müller, Padre César , Odete, Guiomar, José Dias Coutinho.	160	32.000	MICRO-ÔNIBUS
BEIRA RIO – APARECIDA	Vespertino	João Borges Vieira.	85	17.000	ÔNIBUS 15-190
FAZENDA GAMBA – PARAISO	Matutino	E. E. Argemiro Rodrigues Pimentel.	120	24.000	ÔNIBUS 15-190
PAINHA – PARAISO	Vespertino	E. E. Argemiro Rodrigues Pimentel.	100	20.000	MICRO-ÔNIBUS
BURITIZAL – POXOREU	Vespertino	Júlio Müller, Padre César , Odete, Guiomar, José Dias Coutinho.	156	31.200	ÔNIBUS 15-190
COITE – POXOREU	Vespertino	Júlio Müller, Padre César , Odete, Guiomar, José Dias Coutinho.	150	30.000	MICRO-ÔNIBUS
FAZENDA AGROTERRA - PARAISO		E. E. Argemiro Rodrigues Pimentel.	224	44.800	MICRO-ÔNIBUS
FAZENDA BEIRA RIO - JARUDORE	Matutino	E.E. Franklin Cassiano, Epaminondas Correia de Oliveira	80	16.000	MICRO-ÔNIBUS
JOÃO DE BARRO - POXOREU	Vespertino	Júlio Müller, Padre César , Odete, Guiomar, José Dias Coutinho.	120	24.000	MICRO-ÔNIBUS
APARECIDA DO LESTE	Vespertino	João Borges Vieira.	83	16.600	MICRO-ÔNIBUS
FAZENDA BEIRA RIO - JARUDORE	Noturno	E.E. Franklin Cassiano	35	7000	MICRO-ÔNIBUS
QUILOMETRAGEM TOTAL			**3.764**	**752.800**	

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
AUXÍLIO DOENÇA

PORTARIA N.º 568/2017 Poxoréu/MT, 01 de Dezembro de 2017

Dispõe sobre concessão do benefício de Auxílio Doença, na forma que menciona.

O **Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 19, Art. 20, Art. 21, Art. 22, Art. 23, Art. 24 e Art. 25, da Lei Municipal n.º 1.489/2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** à servidora Sra. **MERENTINA ROCHA SILVA**, efetiva no cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, pelo período de 30 dias, com vencimento referente ao período de 16/11/2017 à 15/12/2017, conforme processo administrativo do POXORÉU-PREVI, nº. 2017.11.054.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se.

Poxoréu – MT, 01 de Dezembro de 2017.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
SALÁRIO MATERNIDADE

PORTARIA N.º 567/2017 Poxoréu/MT, 01 de Dezembro de 2017

Dispõe sobre concessão do benefício de Salário Maternidade, na forma que menciona.

O **Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 32, Art. 33 e Art. 34, da Lei Municipal n.º 1.489/2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de **SALÁRIO MATERNIDADE** a servidora Sra. **LEIDIANE SANTOS DE OLIVEIRA COSTA**, efetiva no cargo de agente comunitária de saúde, lotada na Secretaria de Saúde, pelo período de 120 dias, com vencimentos referente ao período de 24/10/2017 à 20/02/2018, conforme processo administrativo do POXORÉU-PREVI, nº. 2017.10.053.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se.

Poxoréu – MT, 01 de Dezembro de 2017.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
RESOLUÇÃO DO CONSELHO CURADOR

RESOLUÇÃO DO CONSELHO CURADOR Nº 02/2017

Dispõe sobre constituição de reserva com as sobras das despesas administrativas dos exercícios anteriores, na forma que menciona.

O Conselho Curador no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 1.489/2012 e suas alterações e a reunião realizada do Conselho Curador do Poxoréu-Previ – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu – MT e,

CONSIDERANDO o que dispõe na Portaria MPS nº 186/2006 (artigo 17, § 3º, III - o regime próprio de previdência social poderá constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a taxa de administração);

CONSIDERANDO a Resolução de Consulta nº 32/2010 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e o inciso III, do art. 58, da Lei Municipal nº 1.489/2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Registrar a constituição de reserva com as sobras das despesas administrativas dos dois exercícios anteriores, apuradas pela Equipe do TCE/MT nas análises das contas anuais, no montante de 0,13% (Zero virgula treze por cento), que corresponde a R$ 17.657,85 (Dezessete mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) sendo:

I) Do exercício financeiro de 2015 0,09 % (zero virgula zero nove pontos percentuais)

II) Do exercício financeiro de 2016 0,04 % (zero virgula zero quatro pontos percentuais)

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Poxoréu – MT, 29 de novembro de 2017.

LUÍS CARLOS FERREIRA

Presidente do Conselho Curador

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL N.º 081, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Exercício: 2017

Decreto nº 81/2017 de 28/11/2017

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhes foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1835/2017 de 08/12/2016.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 2.262.390,23 (dois milhões, duzentos e sessenta e dois mil, trezentos e noventa reais e vinte e três centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

04.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA TURISMO E MEIO AMBIENTE

04.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Agricultura e Turismo

04.001.20.000.0000.0.000. Agricultura

04.001.20.122.0000.0.000. Administração Geral

04.001.20.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

04.001.20.122.0003.2.017. MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE

62-3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 3.000,00

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Saúde

05.001.10.000.0000.0.000. Saúde

05.001.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

05.001.10.301.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

05.001.10.301.0003.2.020. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE SAÚDE

75-3.1.90.04.00.00 1140 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 126.000,00

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Saúde

05.001.10.000.0000.0.000. Saúde

05.001.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

05.001.10.301.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

05.001.10.301.0003.2.020. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE SAÚDE

76-3.1.90.11.00.00 1140 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 340.000,00

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Saúde

05.001.10.000.0000.0.000. Saúde

05.001.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

05.001.10.301.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

05.001.10.301.0003.2.020. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE SAÚDE

78-3.1.91.13.00.00 1140 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 48.000,00

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Saúde

05.001.10.000.0000.0.000. Saúde

05.001.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

05.001.10.301.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

05.001.10.301.0003.2.020. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE SAÚDE

80-3.3.90.30.00.00 1140 MATERIAL DE CONSUMO 56.500,00

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Saúde

05.001.10.000.0000.0.000. Saúde

05.001.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

05.001.10.301.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

05.001.10.301.0003.2.020. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE SAÚDE

82-3.3.90.39.00.00 1140 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 399.000,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

06.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Educação, Esporte e Lazer

06.001.12.000.0000.0.000. Educação

06.001.12.306.0000.0.000. Alimentação e Nutrição

06.001.12.306.0128.0.000. ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

06.001.12.306.0128.2.038. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

125-3.3.90.30.00.00 1150 MATERIAL DE CONSUMO 25.000,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

06.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Educação, Esporte e Lazer

06.001.12.000.0000.0.000. Educação

06.001.12.361.0000.0.000. Ensino Fundamental

06.001.12.361.0040.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA ENSINO FUNDAMENTAL

06.001.12.361.0040.1.099. CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO EDUCATIVO – ALDEIA NOVO MUNDO

476-4.4.90.51.00.00 1000 OBRAS E INSTALAÇÕES 52.000,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

06.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Educação, Esporte e Lazer

06.001.12.000.0000.0.000. Educação

06.001.12.361.0000.0.000. Ensino Fundamental

06.001.12.361.0040.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA ENSINO FUNDAMENTAL

06.001.12.361.0040.2.039. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE DO SECRETÁRIO

134-3.1.90.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 14.000,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

06.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Educação, Esporte e Lazer

06.001.12.000.0000.0.000. Educação

06.001.12.361.0000.0.000. Ensino Fundamental

06.001.12.361.0040.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA ENSINO FUNDAMENTAL

06.001.12.361.0040.2.039. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE DO SECRETÁRIO

139-3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 56.000,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

06.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Educação, Esporte e Lazer

06.001.12.000.0000.0.000. Educação

06.001.12.361.0000.0.000. Ensino Fundamental

06.001.12.361.0040.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA ENSINO FUNDAMENTAL

06.001.12.361.0040.2.040. MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E ÔNIBUS ESCOLARES

141-3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 13.000,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

06.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Educação, Esporte e Lazer

06.001.12.000.0000.0.000. Educação

06.001.12.361.0000.0.000. Ensino Fundamental

06.001.12.361.0040.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA ENSINO FUNDAMENTAL

06.001.12.361.0040.2.047. MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB – 60%

205-3.1.90.04.00.00 1010 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 83.500,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

06.002.00.000.0000.0.000. Fundo de Manutenção Desen. Educação FUNDEB

06.002.12.000.0000.0.000. Educação

06.002.12.361.0000.0.000. Ensino Fundamental

06.002.12.361.0040.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0040.2.047. MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB – 60%

207-3.1.90.13.00.00 1180 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 14.578,57

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

06.002.00.000.0000.0.000. Fundo de Manutenção Desen. Educação FUNDEB

06.002.12.000.0000.0.000. Educação

06.002.12.361.0000.0.000. Ensino Fundamental

06.002.12.361.0040.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0040.2.048. MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB – 40%

212-3.1.90.04.00.00 1010 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 57.500,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

06.002.00.000.0000.0.000. Fundo de Manutenção Desen. Educação FUNDEB

06.002.12.000.0000.0.000. Educação

06.002.12.361.0000.0.000. Ensino Fundamental

06.002.12.361.0040.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0040.2.048. MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB – 40%

213-3.1.90.11.00.00 1010 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 112.000,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

06.002.00.000.0000.0.000. Fundo de Manutenção Desen. Educação FUNDEB

06.002.12.000.0000.0.000. Educação

06.002.12.361.0000.0.000. Ensino Fundamental

06.002.12.361.0040.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0040.2.048. MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB – 40%

214-3.1.90.13.00.00 1180 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 7.811,66

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

06.002.00.000.0000.0.000. Fundo de Manutenção Desen. Educação FUNDEB

06.002.12.000.0000.0.000. Educação

06.002.12.361.0000.0.000. Ensino Fundamental

06.002.12.361.0040.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0040.2.048. MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB – 40%

215-3.1.91.13.00.00 1180 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 17.000,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

06.002.00.000.0000.0.000. Fundo de Manutenção Desen. Educação FUNDEB

06.002.12.000.0000.0.000. Educação

06.002.12.365.0000.0.000. Educação Infantil

06.002.12.365.0039.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO INFANTIL

06.002.12.365.0039.2.111. MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – PRE-ESCOLA – FUNDEB 60%

232-3.1.90.04.00.00 1150 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 30.000,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

06.002.00.000.0000.0.000. Fundo de Manutenção Desen. Educação FUNDEB

06.002.12.000.0000.0.000. Educação

06.002.12.365.0000.0.000. Educação Infantil

06.002.12.365.0039.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO INFANTIL

06.002.12.365.0039.2.111. MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – PRE-ESCOLA – FUNDEB 60%

233-3.1.90.11.00.00 1150 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 68.000,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

06.002.00.000.0000.0.000. Fundo de Manutenção Desen. Educação FUNDEB

06.002.12.000.0000.0.000. Educação

06.002.12.365.0000.0.000. Educação Infantil

06.002.12.365.0039.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO INFANTIL

06.002.12.365.0039.2.111. MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – PRE-ESCOLA – FUNDEB 60%

234-3.1.90.13.00.00 1180 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 5.200,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

06.002.00.000.0000.0.000. Fundo de Manutenção Desen. Educação FUNDEB

06.002.12.000.0000.0.000. Educação

06.002.12.365.0000.0.000. Educação Infantil

06.002.12.365.0039.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO INFANTIL

06.002.12.365.0039.2.112. MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – PRE-ESCOLA – FUNDEB 40%

237-3.1.90.04.00.00 1010 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 25.000,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

06.002.00.000.0000.0.000. Fundo de Manutenção Desen. Educação FUNDEB

06.002.12.000.0000.0.000. Educação

06.002.12.365.0000.0.000. Educação Infantil

06.002.12.365.0039.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO INFANTIL

06.002.12.365.0039.2.112. MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – PRE-ESCOLA – FUNDEB 40%

238-3.1.90.11.00.00 1180 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 50.000,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

06.002.00.000.0000.0.000. Fundo de Manutenção Desen. Educação FUNDEB

06.002.12.000.0000.0.000. Educação

06.002.12.365.0000.0.000. Educação Infantil

06.002.12.365.0039.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO INFANTIL

06.002.12.365.0039.2.112. MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – PRE-ESCOLA – FUNDEB 40%

240-3.1.91.13.00.00 1010 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 8.700,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

07.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Viação e Obras Públicas

07.001.04.000.0000.0.000. Administração

07.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

07.001.04.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

07.001.04.122.0003.2.054. MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS

247-3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 305.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

07.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Viação e Obras Públicas

07.001.15.000.0000.0.000. Urbanismo

07.001.15.452.0000.0.000. Serviços Urbanos

07.001.15.452.0060.0.000. URBANISMO

07.001.15.452.0060.2.053. MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

281-3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 70.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

07.002.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Viação e Obras Públicas

07.002.15.000.0000.0.000. Urbanismo

07.002.15.451.0000.0.000. Infra-Estrutura Urbana

07.002.15.451.0133.0.000. MELHORIA DA INFRA ESTRUTURA URBANA

07.002.15.451.0133.1.087. CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES E PONTILHÕES

305-4.4.90.51.00.00 130 OBRAS E INSTALAÇÕES 20.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Assistência Social

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.122.0000.0.000. Administração Geral

08.001.08.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

08.001.08.122.0003.2.058. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

333-3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 23.000,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITAS ESPECIAIS

11.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Receitas Especiais

11.001.04.000.0000.0.000. Administração

11.001.04.129.0000.0.000. Administração de Receitas

11.001.04.129.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

11.001.04.129.0003.2.073. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA ESPECIAL DE RECEITAS

410-3.1.91.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 3.500,00

13.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

13.001.00.000.0000.0.000. DAE

13.001.17.000.0000.0.000. Saneamento

13.001.17.512.0000.0.000. Saneamento Básico Urbano

13.001.17.512.0080.0.000. SANEAMENTO BÁSICO

13.001.17.512.0080.2.065. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O DAE

431-3.1.90.04.00.00 1000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 5.000,00

15.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

15.001.00.000.0000.0.000. Manutenção da Secretaria de Fazenda

15.001.04.000.0000.0.000. Administração

15.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

15.001.04.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

15.001.04.122.0003.2.110. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FAZENDA

448-3.1.91.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 4.100,00

15.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

15.001.00.000.0000.0.000. Manutenção da Secretaria de Fazenda

15.001.04.000.0000.0.000. Administração

15.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

15.001.04.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

15.001.04.122.0003.2.110. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FAZENDA

458-3.3.90.92.00.00 1000 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 220.000,00

Total Suplementação: 2.262.390,23

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, do § 1.º, Inciso II da Lei Federal n.º 4.320/64.

Redução

02.000.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO

02.001.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.000.0000.0.000. Administração

02.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

02.001.04.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

02.001.04.122.0003.2.003. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM GABINETE DO PREFEITO

2-3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 180.000,00

02.000.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO

02.001.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.000.0000.0.000. Administração

02.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

02.001.04.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

02.001.04.122.0003.2.003. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM GABINETE DO PREFEITO

6-3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 15.000,00

02.000.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO

02.001.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.000.0000.0.000. Administração

02.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

02.001.04.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

02.001.04.122.0003.2.003. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM GABINETE DO PREFEITO

9-4.4.90.52.00.00 1000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 85.000,00

03.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Administração

03.001.04.000.0000.0.000. Administração

03.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

03.001.04.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

03.001.04.122.0003.2.007. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

29-3.3.90.36.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 50.000,00

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Saúde

05.001.10.000.0000.0.000. Saúde

05.001.10.244.0000.0.000. Assistência Comunitária

05.001.10.244.0090.0.000. ASISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL

05.001.10.244.0090.2.083. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PROGRAMA – PASCAR

74-3.1.90.13.00.00 1140 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 20.000,00

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Saúde

05.001.10.000.0000.0.000. Saúde

05.001.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

05.001.10.301.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

05.001.10.301.0003.2.020. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE SAÚDE

79-3.3.90.14.00.00 1140 DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL 22.890,23

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Saúde

05.001.10.000.0000.0.000. Saúde

05.001.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

05.001.10.301.0079.0.000. SAÚDE

05.001.10.301.0079.2.022. MANUTENÇÃO DOS PSF'S

85-3.1.90.04.00.00 1140 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 100.000,00

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Saúde

05.001.10.000.0000.0.000. Saúde

05.001.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

05.001.10.301.0079.0.000. SAÚDE

05.001.10.301.0079.2.022. MANUTENÇÃO DOS PSF'S

86-3.1.90.11.00.00 1140 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 40.000,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

06.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Educação, Esporte e Lazer

06.001.12.000.0000.0.000. Educação

06.001.12.361.0000.0.000. Ensino Fundamental

06.001.12.361.0040.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA ENSINO FUNDAMENTAL

06.001.12.361.0040.2.039. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE DO SECRETÁRIO

132-3.1.90.04.00.00 1010 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 250.000,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

06.002.00.000.0000.0.000. Fundo de Manutenção Desen. Educação FUNDEB

06.002.12.000.0000.0.000. Educação

06.002.12.365.0000.0.000. Educação Infantil

06.002.12.365.0039.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA ENSINO INFANTIL

06.002.12.365.0039.2.111. MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – PRE-ESCOLA – FUNDEB 60%

236-3.1.91.13.00.00 1010 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 15.000,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

06.002.00.000.0000.0.000. Fundo de Manutenção Desen. Educação FUNDEB

06.002.12.000.0000.0.000. Educação

06.002.12.365.0000.0.000. Educação Infantil

06.002.12.365.0039.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA ENSINO INFANTIL

06.002.12.365.0039.2.112. MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – PRE-ESCOLA – FUNDEB 40%

239-3.1.90.13.00.00 1010 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 22.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

07.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Viação e Obras Públicas

07.001.04.000.0000.0.000. Administração

07.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

07.001.04.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

07.001.04.122.0003.2.054. MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS

247-3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 95.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

07.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Viação e Obras Públicas

07.001.15.000.0000.0.000. Urbanismo

07.001.15.451.0000.0.000. Infra-Estrutura Urbana

07.001.15.451.0133.0.000. MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA

07.001.15.451.0133.1.035. PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA – ZONA URBANA E RURAL

264-3.3.90.30.00.00 1240 MATERIAL DE CONSUMO 42.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

07.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Viação e Obras Públicas

07.001.15.000.0000.0.000. Urbanismo

07.001.15.452.0000.0.000. Serviços Urbanos

07.001.15.452.0060.0.000. URBANISMO

07.001.15.452.0060.2.053. MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

276-3.1.90.04.00.00 1000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 50.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

07.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Viação e Obras Públicas

07.001.26.000.0000.0.000. Transporte

07.001.26.782.0000.0.000. Transporte Rodoviário

07.001.26.782.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

07.001.26.782.0003.1.037. AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS

296-4.4.90.52.00.00 1000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 60.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

07.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Viação e Obras Públicas

07.001.26.000.0000.0.000. Transporte

07.001.26.782.0000.0.000. Transporte Rodoviário

07.001.26.782.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

07.001.26.782.0003.1.096. CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES DE CONCRETO

298-4.4.90.51.00.00 1240 OBRAS E INSTALAÇÕES 380.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

07.002.00.000.0000.0.000. FETHAB

07.002.15.000.0000.0.000. Urbanismo

07.002.15.451.0000.0.000. Infra-Estrutura Urbana

07.002.15.451.0133.0.000. MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA

07.002.15.451.0133.1.087. CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES E PONTILHÕES

305-4.4.90.51.00.00 130 OBRAS E INSTALAÇÕES 30.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

07.002.00.000.0000.0.000. FETHAB

07.002.15.000.0000.0.000. Urbanismo

07.002.15.451.0000.0.000. Infra-Estrutura Urbana

07.002.15.451.0133.0.000. MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA

07.002.15.451.0133.1.088. CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE BUEIROS

306-3.3.90.30.00.00 130 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

07.002.00.000.0000.0.000. FETHAB

07.002.15.000.0000.0.000. Urbanismo

07.002.15.451.0000.0.000. Infra-Estrutura Urbana

07.002.15.451.0133.0.000. MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA

07.002.15.451.0133.1.088. CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE BUEIROS

307-3.3.90.36.00.00 130 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 20.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

07.002.00.000.0000.0.000. FETHAB

07.002.15.000.0000.0.000. Urbanismo

07.002.15.451.0000.0.000. Infra-Estrutura Urbana

07.002.15.451.0133.0.000. MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA

07.002.15.451.0133.1.088. CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE BUEIROS

308-3.3.90.39.00.00 130 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 10.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

07.002.00.000.0000.0.000. FETHAB

07.002.15.000.0000.0.000. Urbanismo

07.002.15.451.0000.0.000. Infra-Estrutura Urbana

07.002.15.451.0133.0.000. MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA

07.002.15.451.0133.1.088. CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE BUEIROS

309-4.4.90.51.00.00 130 OBRAS E INSTALAÇÕES 25.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

07.002.00.000.0000.0.000. FETHAB

07.002.15.000.0000.0.000. Urbanismo

07.002.15.451.0000.0.000. Infra-Estrutura Urbana

07.002.15.451.0133.0.000. MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA

07.002.15.451.0133.1.090. CONSTRUÇÃO DE CANAIS E GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS – ZONA RURAL

312-3.3.90.36.00.00 130 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 45.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

07.002.00.000.0000.0.000. FETHAB

07.002.15.000.0000.0.000. Urbanismo

07.002.15.451.0000.0.000. Infra-Estrutura Urbana

07.002.15.451.0133.0.000. MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA

07.002.15.451.0133.1.091. PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

315-3.3.90.30.00.00 130 MATERIAL DE CONSUMO 30.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

07.002.00.000.0000.0.000. FETHAB

07.002.15.000.0000.0.000. Urbanismo

07.002.15.451.0000.0.000. Infra-Estrutura Urbana

07.002.15.451.0133.0.000. MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA

07.002.15.451.0133.1.091. PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

316-3.3.90.36.00.00 130 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 50.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

07.002.00.000.0000.0.000. FETHAB

07.002.15.000.0000.0.000. Urbanismo

07.002.15.451.0000.0.000. Infra-Estrutura Urbana

07.002.15.451.0133.0.000. MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA

07.002.15.451.0133.1.091. PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

317-3.3.90.39.00.00 130 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 8.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

07.002.00.000.0000.0.000. FETHAB

07.002.15.000.0000.0.000. Urbanismo

07.002.15.451.0000.0.000. Infra-Estrutura Urbana

07.002.15.451.0133.0.000. MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA

07.002.15.451.0133.1.091. PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

318-4.4.90.51.00.00 130 OBRAS E INSTALAÇÕES 15.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

07.002.00.000.0000.0.000. FETHAB

07.002.15.000.0000.0.000. Urbanismo

07.002.15.451.0000.0.000. Infra-Estrutura Urbana

07.002.15.451.0133.0.000. MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA

07.002.15.451.0133.1.109. MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

323-3.3.90.30.00.00 130 MATERIAL DE CONSUMO 120.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

07.002.00.000.0000.0.000. FETHAB

07.002.15.000.0000.0.000. Urbanismo

07.002.15.451.0000.0.000. Infra-Estrutura Urbana

07.002.15.451.0133.0.000. MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA

07.002.15.451.0133.1.109. MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

324-3.3.90.36.00.00 130 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 45.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Assistência Social

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.122.0000.0.000. Administração Geral

08.001.08.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

08.001.08.122.0003.2.058. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

339-4.4.90.52.00.00 1000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 50.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Assistência Social

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.241.0000.0.000. Assistência ao Idoso

08.001.08.241.0139.0.000. ATENÇÃO À TERCEIRA IDADE

08.001.08.241.0139.2.059. APOIO AO IDOSO E AÇÕES SOCIO EDUCATIVO FAMILIAR

359-3.3.90.30.00.00 1290 MATERIAL DE CONSUMO 40.000,00

09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO

09.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Sec. de Indústria, Comércio e Mineração

09.001.22.000.0000.0.000. Indústria

09.001.22.661.0000.0.000. Promoção Industrial

09.001.22.661.0062.0.000. INDÚSTRIA

09.001.22.661.0062.2.070. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO

382-3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 80.000,00

09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO

09.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Sec. de Indústria, Comércio e Mineração

09.001.22.000.0000.0.000. Indústria

09.001.22.661.0000.0.000. Promoção Industrial

09.001.22.661.0062.0.000. INDÚSTRIA

09.001.22.661.0062.2.070. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO

388-3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 15.000,00

10.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

10.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Planej. E Coord. Geral

10.001.04.000.0000.0.000. Administração

10.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

10.001.04.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

10.001.04.122.0003.2.067. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

392-3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 100.000,00

12.000.00.000.0000.0.000. CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL

12.001.00.000.0000.0.000. Controladoria Geral Municipal

12.001.04.000.0000.0.000. Administração

12.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

12.001.04.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

12.001.04.122.0003.2.086. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CONTROLADORIA GERAL

419-3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 42.500,00

15.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

15.001.00.000.0000.0.000. Manutenção da Secretaria de Fazenda

15.001.04.000.0000.0.000. Administração

15.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

15.001.04.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

15.001.04.122.0003.2.110. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FAZENDA

447-3.1.90.91.00.00 1000 SENTENÇAS JUDICIAIS 80.000,00

15.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

15.001.00.000.0000.0.000. Manutenção da Secretaria de Fazenda

15.001.04.000.0000.0.000. Administração

15.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

15.001.04.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

15.001.04.122.0003.2.110. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FAZENDA

452-3.3.90.14.00.00 1000 DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL 20.000,00

Total Redução: 2.262.390,23

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de POXOREU, Estado de Mato Grosso, em 28/11/2017.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Decreto foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 28/11/2017 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária Municipal de Administração

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL N.º 080, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017.

Exercício: 2017

Decreto nº 80/2017 Em, 24 de novembro de 2017.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE **R$ 295.822,12 (duzentos e noventa e cinco mil oitocentos e vinte e dois reais e doze centavos)** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Poxoréu Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, de acordo a Lei Municipal nº 1. 885/2017, datada de: 16/11/2017**.**

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no Corrente Exercício um Crédito Adicional Especial por excesso de arrecadação no valor de R$ 295.822,12 (duzentos e noventa e cinco mil oitocentos e vinte e dois reais e doze centavos).

Artigo 2º - O Crédito citado no artigo anterior, servirá para reforçar a seguintes dotações orçamentárias**:**

Proj. /Ativ. 2.074 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O POXOREU-PREVI

	Dotação	Discriminação	Acrescentar
08	3.3.90.39.00.00.00. 00.0003	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	**2.000,00**

Proj. /Ativ. 2.077 MANUTENÇÃO COM APOSENTADORIAS, PENSÕES E OUTROS

	Dotação	Discriminação	Acrescentar
12	3.1.90.01.00.00.00.00.0003	Aposentadorias e Reformas	**268.822,12**
13	3.1.90.03.00.00.00.00.0003	Pensões	**20.000,00**

Proj. /Ativ. 2.079 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O PASEP

	Dotação	Discriminação	Acrescentar
16	3.3.90.47.00.00.00.00. 0003	Obrigações Tributárias e Contributivas	**5.000,00**

Total ..... R$ 295.822,12

Paço Municipal Drº Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu - MT em, 24 de novembro de 2017.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Decreto foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, em 24 de novembro de 2017, no Jornal Oficial dos Municípios e no site oficial do município, de conformidade com o art. 108 da Lei orgânica de Poxoréu e Lei nº 1.041/2006.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 191/2017 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

"CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAA SERVIDORES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT.

TARCÍSIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias remunerada a servidores desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

FRANCISCA DA COSTA GOMES SIQUEIRA- Periodo 01/11/2017 a 30/11/2017.

ELIANE DA SILVA FRANÇA- Período 01/11/2017 a 30/11/2017.

CIRLEY JALES DOS SANTOS – 16/10/2017 a 15/11/2017.

LUCIA DE FATIMA ARAÚJO- Periodo 24/10/2017 a 23/11/2017.

THAIS APARECIDA SOUZA VALADÃO- Periodo 01/11/2017 a 30/11/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 01 de novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 04 de Dezembro de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCISIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 193/2017 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT".

TARCÍSIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidores desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

ADENIDIA RAMOS PINHEIRO – Período 01/12/2017 a 28/02/2018.

ALTAMIRO JOSE DA ROCHA – Período 01/12/2017 a 28/02/2018.

ANA DALVA DE MIRANDA – Período 01/12/2017 a 28/02/2018.

CARLOS PATRÍCIO NETO – Período 01/12/2017 a 28/02/2018.

EDNALVA FERREIRA DA SILVA – Período 01/12/2017 a 28/02/2018.

EMERSON DOMINGOS SEVERINO – Período 01/12/2017 a 28/02/2018.

ETIENE ANTONIA MOREIRA – Período 01/12/2017 a 28/02/2018.

EVANILDO VENANCIO FERREIRA – Período 01/12/2017 a 28/02/2018.

GERALDO BISPO DE FARIA – Período 01/12/2017 a 28/02/2018.

JOÃO BATISTA FERREIRA LOPES – Período 01/12/2017 a 28/02/2018.

JOSE ANTONIO LUCAS – Período 01/12/2017 a 28/02/2018.

KATIA PRISCILA DA SILVA – Período 01/12/2017 a 28/02/2018.

LINCON FREITAS FRANÇA– Período 01/12/2017 a 28/02/2018.

MICHELLE KARLA ALVES ANDRADE – Período 01/12/2017 a 31/12/2017.

NATANAEL FERNANDES DA SILVA – Período 01/12/2017 a 28/02/2018.

RAFAEL DOS REIS FARIAS – Período 01/12/2017 a 28/02/2018.

SEBASTIAO QUIRINO MENDES – Período 01/12/2017 a 28/02/2018.

SILMARA GUARIERO PAULA– Período 01/12/2017 a 28/02/2018.

VALÉRIA BRAGUINI – Período 01/12/2017 a 28/02/2018.

WANDERLEY PAULINO DE SIQUEIRA– Período 01/12/2017 a 28/02/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 04 de Dezembro de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

. CUMPRA-SE

TARCISIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
DECRETO Nº 51 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre recesso no âmbito da administração pública municipal, do dia 05 dezembro de 2017 a 15 de janeiro de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 84, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO a necessidade do executivo, fazer ajustes, rever investimentos e conter despesas administrativas e operacionais da Prefeitura Municipal, para conseguir cumprir os compromissos;

CONSIDERANDO ser imperativo estabelecer medidas visando à redução do custo administrativo, em razão da diminuição das previsões de receitas orçamentárias, assegurando, todavia, o funcionamento contínuo dos serviços essenciais do Município;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade em cumprir com a Lei de Responsabilidade Fiscal, principalmente quanto aos índices de Folha de Pagamento.

DECRETA:

Art. 1º Recesso no âmbito da administração pública municipal, do dia 05 de dezembro de 2017 a 15 de janeiro de 2018.

Art. 2º O disposto no art. 1º não se aplica aos ocupantes de cargos de provimento em comissão, às unidades e serviços considerados essenciais ou que por sua natureza não possam ser paralisados ou interrompidos.

Parágrafo único. Durante o período de recesso os serviços essenciais manterão seus expedientes normais, com atendimento, com o número de servidores suficientes para a demanda do período.

§ 1º Os serviços que serão realizados pela Secretaria Municipal de Obras, ficarão sob responsabilidade do Secretario (a) a escala dos Servidores que atuarão na limpeza e coleta de lixo na cidade, bem como a escala dos motoristas e operadores para a realização dos serviços predeterminados durante o período do recesso.

§ 2º Os serviços que serão realizados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente ficarão sob responsabilidade de seu Secretario (a) na escala dos servidores para realização dos serviços predeterminados durante o período do recesso.

§ 3º Os serviços que serão realizados pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo Esporte e Lazer ficarão sob responsabilidade de seu Secretario (a) na escala dos servidores para realização dos serviços predeterminados durante o período do recesso.

§ 4º Os serviços que serão realizados pela Secretaria Municipal de Saúde ficarão sob responsabilidade de seu Secretario (a) na escala dos servidores para realização dos serviços predeterminados e plantões durante o período do recesso.

§ 5º Os serviços que serão realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social ficarão sob responsabilidade de seu Secretario (a) na escala dos servidores para realização dos serviços predeterminados e durante o período do recesso.

§ 6º Os serviços que serão realizados pela Secretaria Municipal de Administração ficarão sob responsabilidade de seu Secretario (a) na escala dos servidores para realização dos serviços predeterminados e durante o período do recesso.

§ 7º Os serviços que serão realizados pela Secretaria Municipal de Educação continuara inalterado mantendo suas atividades normalmente até o dia 22 de dezembro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Executivo Municipal, e publicação simultânea no órgão de imprensa oficial do Município, aos moldes do artigo 107 e § 1° da Lei Orgânica Municipal.

TARCÍSIO FERRARI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028

PROCESSO: Nº. 020/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios

Pelo presente instrumento, O Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.943.434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Ronivon Parreira das Neves, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Colônia Couto Magalhães, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de

Identidade nº. 1133902-0 SJ/MT e CPF sob n.º 931.895.161-20, e de outro lado à empresa Paulo C M da Silva – ME CNPJ: 01.947.848/0001-95 representada por Crisleimárcia Rodrigues da Silva, RG: 1485107-5 SSP/MT, CPF: 976.485.071-53, residente e domiciliada nesta cidade de Ribeirãozinho-MT, nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002, Decreto nº. 3.931/2001, Decreto 4.342/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e 1.805/2009, Decreto Municipal 460/2007 e demais legislações pertinentes a matéria e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitaçãotem como objeto oRegistro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para **CONSERTO DE PNEUS DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL**, para atender as demandas das unidades Administrativas, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade DE (12) MESES, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da C. P. L, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data de do recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.

5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:

6.2. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelos Órgãos/Entidades adesos a ata de registro de preços no Município de Ribeirãozinho - MT;

6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, em até 24 (vinte e quatro horas) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho.

6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais a Administração;

6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/Entidade.

6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;

6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

6.9**.** Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

6.10**.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;

6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;

6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

6.14**.** Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida pela PREFEITURA;

6.17**.** Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.

7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;

7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adeso ao registro;

7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;

7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;

7.8**.** Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.

7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.

7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

8.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada.

8.3.O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços, mediante concretização da ordem de empenho.

10. DO PAGAMENTO

10.1. Efetuar o pagamento após o recebimento dos produtos, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente em até 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

10.1.1. A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;

10.1.2. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;

10.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

10.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

10.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

10.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1.A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatória der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2.Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.

11.5.Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

11.6.Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS PENALIDADES

12.1.O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e § 1º do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADEpoderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

12.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

12.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

12.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

12.5.A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.

12.6.As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1.As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

Itodas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 020/2017** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

IV é vedado qualquer reajustamento de preços, ate que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preambulo do edital do Pregão Presencial nº **020/2017,** o qual integra a presente ata de Registro de Precos, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

V Fica ressalvada a possibilidade de alteracao das condicoes para a concessao de

reajustes em face da superveniencia de normas federais aplicáveis a espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilibrio economico e financeiro da avenca.

14. DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro da cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Ribeirãozinho - MT, 01 de dezembro de 2017.

Ronivon Parreira das Neves Prefeito Municipal CONTRATANTE	PAULO C M DA SILVA - ME CNPJ/MF: 01.947.848/0001-95 CRISLEIMARCIA RODRIGUES DA SILVA CPF: 976.485.071-53
Testemunhas: Marcos Vinicios C. Lopes CPF: 038.355.951-05	Maria Auxiliadora C. Souza CPF: 834.559.571-53

Elayne Bento Parreira
Assessora Jurídica

DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS PRATICADOS

Item	1193 Código	PAULO C. M. DA SILVA - ME Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	310.001.111	SERVIÇO COM MONTAGEM E REMENDO DE PNEU 215/75 R 17,5	servi	200	30,00	6.000,00
2	310.001.109	SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU 12.5/80.18	servi	90	42,00	3.780,00
3	310.001.107	SERVIÇO DE MONTAGEM E REMENDO DE PENU 1400/24	servi	400	72,00	28.800,00
4	009.005.272	SERVIÇO DE MONTAGEM E REMENDO DE PNEU 1000-20	servi	250	42,00	10.500,00
5	009.005.278	SERVIÇO DE MONTAGEM E REMENDO DE PNEU 11L-15 ESPALHADEIRA CALCARIO	servi	1	25,00	25,00
6	009.005.276	SERVIÇO DE MONTAGEM E REMENDO DE PNEU 12.4-24	servi	100	62,00	6.200,00
7	009.005.275	SERVIÇO DE MONTAGEM E REMENDO DE PNEU 12-16.5	servi	100	42,00	4.200,00
8	009.005.270	SERVIÇO DE MONTAGEM E REMENDO DE PNEU 14.9-26	SERVI	120	75,00	9.000,00
9	310.001.108	SERVIÇO DE MONTAGEM E REMENDO DE PNEU 17.5/25	servi	80	72,00	5.760,00
10	009.005.269	SERVIÇO DE MONTAGEM E REMENDO DE PNEU 175/70 R	servi	150	22,00	3.300,00
11	310.001.114	SERVIÇO DE MONTAGEM E REMENDO DE PNEU 175/70/13	servi	340	20,00	6.800,00
12	009.005.277	SERVIÇO DE MONTAGEM E REMENDO DE PNEU 18.4.30	servi	100	100,00	10.000,00
13	310.001.105	SERVIÇO DE MONTAGEM E REMENDO DE PNEU 18/40/30	servi	100	100,00	10.000,00
14	310.001.110	SERVIÇO DE MONTAGEM E REMENDO DE PNEU 185/70/14	servi	160	20,00	3.200,00
15	310.001.112	SERVIÇO DE MONTAGEM E REMENDO DE PNEU 185R14C	servi	150	20,00	3.000,00
16	009.005.268	SERVIÇO DE MONTAGEM E REMENDO DE PNEU 185R14C 102/100	servi	150	22,00	3.300,00
17	009.005.274	SERVIÇO DE MONTAGEM E REMENDO DE PNEU 19.5-24	servi	80	72,00	5.760,00
18	009.005.267	SERVIÇO DE MONTAGEM E REMENDO DE PNEU 205/75 R	servi	150	32,00	4.800,00
19	009.005.266	SERVIÇO DE MONTAGEM E REMENDO DE PNEU 225/75	servi	150	32,00	4.800,00
20	009.005.271	SERVIÇO DE MONTAGEM E REMENDO DE PNEU 23.1-30	servi	100	125,00	12.500,00
21	310.001.103	SERVIÇO DE MONTAGEM E REMENDO DE PNEU 275/80 R	servi	300	42,00	12.600,00
22	009.005.273	SERVIÇO DE MONTAGEM E REMENDO DE PNEU 600-16	servi	30	25,00	750,00
23	310.001.106	SERVIÇO DE MONTAGEM E REMENDO DE PNEU 750R/16	servi	300	32,00	9.600,00
24	310.001.104	SERVIÇO DE MONTAGEM E REMENDO DE PNEU 900/20	servi	200	42,00	8.400,00
25	156.000.002	SERVIÇO DE MONTAGEM, DESMONTAGEM E REMENDO DE PNEU 215/65R/16	SERVI	150	25,00	3.750,00
		Total do Proponente				176.825,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

RESOLUÇÃO Nº 005/2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO BRANCO – CMSRB, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CAPITULADAS NA LEI FEDERAL Nº 8. 080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990, LEI 8.142 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990, LEI MUNICIPAL Nº 193 DE 25 DE ABRIL DE 1997 E LEI MUNICIPAL Nº 371 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2005, BEM COMO NO USO DE SUAS PRERROGATIVAS REGIMENTAIS EM CONSONÂNCIA COM AS DELIBERAÇÕES DO PLENÁRIO DA II REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2017,

RESOLVE:

ART.1º: APROVAR, o Plano Municipal de Saúde 2018/2021.

Rio Branco – MT, 29 de Novembro de 2017

Mônica de Almeida

Presidente do C.M.S de Rio Branco - MT

Emanuele C. Pereira Alves

Secretária do C.M.S de Rio Branco - MT

DECRETO Nº 64 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Decreta Recesso Municipal devido às Festividades de Natal e de Fim de Ano".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, asseguradas pela Lei Orgânica do Município e;

Considerando o Período de Recesso de Final de Ano tendo em vista as festividades de Natal e de Final de Ano;

Considerando a necessidade de ajuste financeiro, a fim de manter o equilíbrio entre a receita e despesa e fechamento de balanço;

DECRETA:

Art. 1º- Fica estabelecido Recesso nas Repartições Públicas Municipais, no período de 15 de Dezembro de 2017 à 01 de Janeiro de 2018, em virtude dos feriados, de Natal e passagem de Ano Novo.

Art. 2º- Haverá serviços de limpeza pública durante o período de recesso, **EXCETO** nos dias **25 de dezembro 2017 (Natal)** e **01 de Janeiro** de 2018 (Confraternização Universal).

Art. 3º- Haverá serviços de ambulância no período de **24 de dezembro de 2017 até 03 de Janeiro de 2018** (disponível por 24 horas), por serem essenciais ao atendimento à população, em regime de plantão.

Art. 4º- Os funcionários que forem trabalhar, conforme o art. 2º terão direito à folga, devendo ser requerida junto ao departamento de Recursos Humanos.

Art. 5º- Caberá ao Secretário Municipal de Obras e Secretária Municipal de Saúde fiscalizar o cumprimento das disposições deste Decreto.

Art.6º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - MT, 29 de Novembro de 2017.

ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO

- Prefeito -

RESOLUÇÃO Nº 006/2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO BRANCO – CMSRB, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CAPITULADAS NA LEI FEDERAL Nº 8. 080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990, LEI 8.142 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990, LEI MUNICIPAL Nº 193 DE 25 DE ABRIL DE 1997 E LEI MUNICIPAL Nº 371 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2005, BEM COMO NO USO DE SUAS PRERROGATIVAS REGIMENTAIS EM CONSONÂNCIA COM AS DELIBERAÇÕES DO PLENÁRIO DA II REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2017,

RESOLVE:

ART.1º: APROVAR, a Programação Anual de Saúde 2018.

Rio Branco – MT, 29 de Novembro de 2017

_____

Mônica de Almeida

Presidente do C.M.S de Rio Branco - MT

_____

Emanuele C. Pereira Alves

Secretária do C.M.S de Rio Branco - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 059/2017 2º ATO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de seu Pregoeiro Oficial nomeado através do Decreto nº 1.269/GAB/PMR de 12 de Janeiro de 2017, **torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 059/2017**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 116/2017, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o **"Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Funerários com fornecimento de Urnas, serviços de preparação do corpo e translado".**

A sessão pública para recebimento e julgamento da(s) Proposta(s) de Preços e Documentos de Habilitação ocorrerá às **10h00min (Horário Oficial de Brasília), do dia: 15/12/2017**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia.

A integra deste Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-MT, Cep: 78.338-000, durante o horário normal de expediente ou através do endereço de e-mail **cplrondolandia1720@hotmail.com**, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia – MT, 04 de Dezembro de 2017.

Edimar Ricarte

Pregoeiro Oficial

Decret. Nº 1.269/GAB/PMR/2017

PROCURADORIA GERAL
LEI Nº 400, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento em vigor de que trata a Lei nº 382, de 19 de Dezembro de 2016 – LOA 2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

ART.1º.FICA ABERTO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 1.669.717,05 (UM MILHÃO SEISCENTOS E SESSENTA E NOVE MIL SETECENTOS E DEZESSETE REAIS E CINCO CENTAVOS), PARA ATENDER AS SEGUINTES DESPESAS:

GABINETE DO PREFEITO

Unidade.....: 001 GESTÃO DO GABINETE DO PREFEITO

Função.....: 04 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 101 GESTÃO DE GOVERNO

Proj/Atividade: **2.104-DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DO GABINETE**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas-Pessoal Civil 0000 **201.574,05

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais 0000 ****5.152,00

SECRETARIA MUNICIPAL FAZENDA E DESENVOLVIMENTO

Unidade.....: 001 GESTÃO DE FINANÇAS MUNICIPAIS

Função.....: 04 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 101 GESTÃO DE GOVERNO

Proj/Atividade: **2.107-DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA SEMFAZ**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas-Pessoal Civil 0000 ****9.512,00

Unidade.....: 001 GESTÃO DE FINANÇAS MUNICIPAIS

Função.....: 04 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função....: 123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Programa.....: 101 GESTÃO DE GOVERNO

Proj/Atividade: **2.106-MANUTENÇÃO C/A SECRETARIA MUNIC.FAZENDA E DESENVOLVIMETO**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições 0000 ***70.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade.....: 001 GESTÃO DE EDUCAÇÃO

Função.....: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função....: 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: 1**.114-REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente 0015 **7.810,00

Unidade.....: 001 GESTÃO DE EDUCAÇÃO

Função.....: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.128-MANUTENÇÃO E ENCARG.SEC.MUNICIPAL EDUCAÇÃO E UND/CONSELHOS**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas-Pessoal Civil 0001 **167.295,00

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais 0001 ***37.795,00

Sub-Função....: 367 EDUCAÇÃO ESPECIAL

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.097-MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas-Pessoal Civil 0001 ****2.781,00

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais 0001 ******700,00

Unidade.....: 004 FUNDEB

Função.....: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função....: 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.132-MANUTENÇÃO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS-FUNDEB 60%**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas-Pessoal Civil 0018 ***23.494,00

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais 0018 ****3.923,00

Sub-Função....: 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.133-MANUTENÇÃO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS-FUNDEB 40%**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas-Pessoal Civil 0019 ***95.787,00

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais 0019 ***20.131,00

Sub-Função....: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.099-MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/PROFESSORES DO ENSINO INFANTIL 60%**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas-Pessoal Civil 0018 ***10.311,00

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais 0018 *** 1.473,00

Unidade.....: 001 GESTÃO DE EDUCAÇÃO

Função.....: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.128-MANUTENÇÃO E ENCARG.SEC.MUNICIPAL EDUCAÇÃO E UND/CONSELHOS**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.36.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa Física 0001 ****1.000,00

4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente 0001 **150.000,00

Proj/Atividade: **2.134-MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR-FNDE**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0001 ** 30.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade.....: 002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função.....: 010 SAÚDE

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 116 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.142-DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA SEMUSA**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas-Pessoal Civil 0002 ***50.395,00

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais 0002 ***38.368,00

Sub-Função....: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa.....: 116 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.143-MANUT.E ENCARGOS-PROG.ATENÇÃO BÁSICA-PAB FIXO E PAB VARIÁVEL**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas-Pessoal Civil 0002 ****1.712,00

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais 0002 ****4.392,00

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0000 ****3.150,00

Função.....: 07 SANEAMENTO

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 116 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.148-MANUT.DISTRIBUIÇÃO ÁGUA EM BAIRROS E COMUNIDADES ESPECÍFICAS**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente 0000 ****6.100,00

Sub-Função....: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa.....: 116 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.173-MANUT.E ENCARGOS-PROGRAMA SAÚDE-BUCAL**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas-Pessoal Civil 0002 ** 33.622,00

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais 0002 *** 2.771,00

Unidade.....: 002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função.....: 10 SAÚDE

Sub-Função....: 302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Programa.....: 116 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.146-MANUT.ENCARGOS-C/O PROGRAMA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente 0002 **130.000,00

Unidade.....: 001 GESTÃO DE SAÚDE

Função.....: 010 SAÚDE

Sub-Função....: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa.....: 116 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Proj/Atividade: 1**.122-AMPLIAÇÃO, REFORMA, E CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.39.00 Outros Serv.Teceiros-Pessoa Jurídica 0002 ***14.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade.....: 001 GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função.....: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 118 GESTÃO ASSIST.SOCIAL E FORTALEC.REDE PROTEÇÃO SOCIAL

Proj.Atividade: 2.150-MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL UNIDADES/CONSELHOS

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.14.00 Diarias-Civil 0000 ** 1.000,00

Proj.Atividade: 2.151-DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA SEMAS

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas-Pessoal Civil 0000 ** 11.431,00

Unidade.....: 002 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função.....: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-Função....: 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa.....: 118 GESTÃO ASSIST.SOCIAL E FORTALEC.REDE PROTEÇÃO SOCIAL

Proj.Atividade: 2.154-MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA -IGD

NAT/DESPESA FONTE VALOR

4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente 0029 ***27.000,00

Proj.Atividade: 2.001-MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O PROGRAMA CO-FINANCIAMENTO

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.20.32.00 Material Bem/Serviço para Dist Gratuita 0043 ****5.000,00

4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente 0043 ****6.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV.PÚBLICOS

Unidade.....: 001 GESTÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Função.....: 04 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 106 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj/Atividade: **2.120-DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA SEMOSP**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas-Pessoal Civil 0000 *** 6.809,00

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais 0000 *** 2.430,00

Função.....: 26 TRANSPORTE

Sub-Função....: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Programa.....: 121 MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E RODOVIAS

Proj/Atividade: **2.169-MANUTENÇÃO DE RODOVIAS E ESTRADAS MUNICIPAIS-FETHAB**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0030 **150.000,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa Jurídica 0030 **150.000,00

Programa.....: 106 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj/Atividade: **2.123-CONSERVAÇÃO DE RUAS URBANAS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0000 **150.000,00

Função.....: 04 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 109 SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA

Proj/Atividade: **2.125-LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.39.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa Jurídica 0000 ****5.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade.....: 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Função.....: 04 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 106 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj/Atividade: **2.113-DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA SEMAD**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas-Pessoal Civil 0000 ***12.861,00

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais 0000 *******98,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade.....: 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Função.....: 04 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 119 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj/Atividade: **2.157-MANUT.ENCARGOS C/A SECR.MUNICIPAL DE AGRICULTURA E UNIDADES**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.39.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa Jurídica 0000 ***3.000,00

Proj/Atividade: **2.158-DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA SEMAGRI**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais 0000 ***5.840,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ARRECADAÇÃO

Unidade.....: 001 GESTAO DE ARRECADAÇÕES E TRIBUTOS

Função.....: 04 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função....: 123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Programa.....: 106 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj/Atividade: **2.121-MANUT.E ENCARGOS C/A SECR.MUNICIPAL DE ARRECADAÇÃO UNIDADES**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.14.00 Diarias-Civil 0000 ****5.000,00

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0000 ****2.000,00

3.3.90.36.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa Física 0000 ****1.500,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa Jurídica 0000 ****1.500,00

ART.2º.PARA DAR COBERTURA AO CREDITO ABERTO NO ARTIGO ANTERIOR, FICAM ANULADAS EM IGUAL IMPORTÂNCIA AS SEGUINTES DOTAÇÕES:

SECRETARIA MUNICIPAL FAZENDA E DESENVOLVIMENTO

Unidade.....: 001 GESTAO DE FINANCAS MUNICIPAIS

Função.....: 04 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 101 GESTÃO DE GOVERNO

Proj/Atividade: **2.107-DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA SEMFAZ**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais 0000 ****4.522,00

SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade.....: 004 FUNDEB

Função.....: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função....: 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.133-MANUTENÇÃO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS-FUNDEB 40%**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais 0019 ***15.555,60

Unidade.....: 001 GESTÃO DE EDUCAÇÃO

Função.....: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função....: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: 1**.115-CONSTRUÇÕES E IMPLANTAÇAO DE PARQUES INFANTIS/AREA DE LAZER NAS ESCOLAS MUNICIPAIS**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.39.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa Juridica 0001 ****1.000,00

4.4.90.51.00 Obras e Instalaçoes 0001 ****1.000,00

4.4.90.51.00 Obras e Instalaçoes 0022 ***15.000,00

Sub-Função....: 128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: 1**.116-IMPLANTAÇÃO CENTRO QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.39.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa JurÍdica 0001 **** 100,00

Sub-Função....: 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa.....: 115 ESPORTE LAZER-INCENTIVO E INFRAESTRUTURA ESPORTIVA

Proj/Atividade: 1**.121-IMPLANTAÇÃO MANUTENÇÃO DO PROGRAMA"ALUNO NOTA 10"**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.14.00 Diarias-Civil 0001 **** 5.000,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa JurÍdica 0001 **** 5.000,00

Sub-Função....: 367 EDUCAÇÃO ESPECIAL

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: 2097**-MANUTENÇAO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0001 **** 1.000,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa JurÍdica 0001 **** 1.000,00

4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente 0001 **** 1.000,00

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.128-MANUTENÇÃO E ENCARG.SEC.MUNICIPAL EDUCAÇÃO E UND/CONSELHOS**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições 0001 ****1.000,00

4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente 0001 ****1.000,00

Sub-Função....: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: 2**.130-MANUTENÇÃO DE CRECHES E PRÉ-ESCOLAS MUNICIPAIS**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0001 **** 1.000,00

3.3.90.36.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa FÍsica 0001 **** 1.000,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa JurÍdica 0001 **** 3.000,00

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0001 **** 2.000,00

4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente 0001 **** 2.000,00

Sub-Função....: 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa.....: 111 TRANSPORTE ESCOLAR

Proj/Atividade: 2**.134-MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR-FNDE**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0000 **** 22.400,00

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0015 **** 28.040,00

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0022 **** 1.639,54

3.3.90.39.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa Jurídica 0000 **** 1.046,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa Jurídica 0001 ****173.400,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa Jurídica 0015 **** 4,96

3.3.90.39.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa Jurídica 0022 **** 16.004,40

Sub-Função....: 306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Programa.....: 113 MERENDA ESCOLAR

Proj/Atividade: 2**.136-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0015 **** 13.551,61

Sub-Função....: 306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Programa.....: 113 MERENDA ESCOLAR

Proj/Atividade: 2**.161-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PRE-ESCOLA**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0000 **** 5.162,51

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0015 **** 5.323,87

Sub-Função....: 306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Programa.....: 113 MERENDA ESCOLAR

Proj/Atividade: 2**.162-MANUTENÇÃO PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-ENSINO FUNDAMENTAL**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0015 **** 231,38

Sub-Função....: 306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Programa.....: 113 MERENDA ESCOLAR

Proj/Atividade: 2**.164-MANUTENÇÃO PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-ENSINO INDIGENA**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0000 **** 7.249,75

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0015 **** 383,12

Unidade.....: 002 DEPARTAMENTO DE CULTURA

Função.....: 13 CULTURA

Sub-Função....: 392 DIFUSÃO CULTURAL

Programa.....: 114 DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO A CULTURA

Proj/Atividade: 1**.117-IMPLANTAÇÃO DA FANFARRA MUNICIPAL**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente 0000 **** 1.000,00

Proj/Atividade: 2**.137-MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O DEPARTAMENTO DE CULTURA**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0000 **** 1.000,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa Jurídica 0000 **** 1.000,00

4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente 0000 **** 5.000,00

Proj/Atividade: 2**.138-FOMENTAR AS ARTES E REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.39.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa Jurídica 0000 **** 4.500,00

Unidade.....: 003 DEPARTAMENTO DE ESPORTE

Função.....: 27 DESPORTO E LAZER

Sub-Função....: 812 DESPORTO COMUNITARIO

Programa.....: 115 ESPORTE E LAZER-INCENTIVO A INFRAESTRUTURA ESPORTIVA

Proj/Atividade: 1**.119-REALIZAÇÃO DE OLIMPÍADAS E PARAOLIMPÍADAS ESCOLARES**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0000 **** 2.000,00

3.3.90.36.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa Física 0000 **** 3.000,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa Jurídica 0000 **** 200,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa Jurídica 0001 ****10.000,00

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 115 ESPORTE E LAZER-INCENTIVO A INFRAESTRUTURA ESPORTIVA

Proj/Atividade: 2**.139-MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O DEPARTAMENTO DE ESPORTES**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0000 **** 3.000,00

3.3.90.31.00 Premiações Culturais Artisticos e Outros 0000 **** 2.000,00

3.3.90.36.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa Física 0000 **** 1.000,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa Jurídica 0000 **** 600,00

Sub-Função....: 812 DESPORTO COMUNITÁRIO

Programa.....: 115 ESPORTE E LAZER-INCENTIVO A INFRAESTRUTURA ESPORTIVA

Proj/Atividade: 2**.140-FOMENTO, APOIO E MANUTENÇÃO AO DESPORTO AMADOR**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.32.00 Material Bem ou Serviço p/Dist.Gratuita 0000 **** 1.000,00

3.3.90.36.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa Física 0000 **** 2.000,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa Jurídica 0000 **** 1.000,00

Unidade.....: 004 FUNDEB

Função.....: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função....: 366 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.096-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA EJA**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas-Pessoal Civil 0018 *** 2.483,93

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais 0018 *** 456,66

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade.....: 002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função.....: 010 SAÚDE

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 116 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.142-DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA SEMUSA**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas-Pessoal Civil 0000 ***168.320,55

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais 0000 ***35.709,01

Sub-Função....: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa.....: 116 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.143-MANUT.E ENCARGOS-PROG.ATENÇÃO BÁSICA-PAB FIXO E PAB VARIÁVEL**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas-Pessoal Civil 0014 **146.184,34

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais 0000 *** 9.640,00

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais 0014 *** 8.148,72

3.3.90.39.00 Outros Serv.Teceiros-Pessoa Jurídica 0014 ****80.000,00

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0002 ***31.000,00

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0014 ***10.000,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.Teceiros-Pessoa Jurídica 0002 **160.000,00

Sub-Função....: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa.....: 116 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.173-MANUT.E ENCARGOS-PROGRAMA SAÚDE-BUCAL**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas-Pessoal Civil 0014 ** 12.009,06

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais 0014 *** 6.416,22

Unidade.....: 002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função.....: 010 SAÚDE

Sub-Função....: 302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Programa.....: 116 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.146-MANUT.ENCARGOS-C/O PROGRAMA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0002 ****15.000,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.Teceiros-Pessoa Jurídica 0002 ****80.000,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.Teceiros-Pessoa Jurídica 0014 ****80.000,00

Proj/Atividade: 1**.125-CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0002 ***20.000,00

Sub-Função....: 304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Programa.....: 116 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.144-MANUT.ENCARGOS-C/O PROGRAMA VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0002 ***15.000,00

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0014 ***25.000,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.Teceiros-Pessoa Jurídica 0000 ***14.000,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.Teceiros-Pessoa Jurídica 0014 *** 6.000,00

4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente 0014 ***20.000,00

Proj/Atividade: **2.145-MANUTENÇÃO PROGRAMA FARMÁCIA BÁSICA**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0014 ***10.000,00

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0042 *** 5.000,00

Unidade.....: 001 GESTÃO DE SAÚDE

Função.....: 010 SAÚDE

Sub-Função....: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa.....: 116 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Proj/Atividade: 1**.122-AMPLIAÇÃO, REFORMA, E CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0002 ***10.000,00

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0002 ******500,00

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0014 ******800,00

4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente 0002 ******500,00

4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente 0014 ******200,00

Função.....: 010 SAÚDE

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 116 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Proj/Atividade: 2**.141-AMPLIAÇÃO, E ENCARG.C/A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.14.00 Diarias-Civil 0002 ***30.000,00

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0000 *** 3.000,00

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0002 ***45.000,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.Teceiros-Pessoa Jurídica 0000 ****3.000,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.Teceiros-Pessoa Jurídica 0002 ****3.000,00

4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente 0002 ***20.000,00

Função.....: 017 SANEAMENTO

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 116 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Proj/Atividade: 2**.148-MANUTENÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL EM BAIRROS E COMUNIDADES ESPECÍFICAS**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0002 ***30.000,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.Teceiros-Pessoa Jurídica 0002 ***13.000,00

4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente 0002 ***15.000,00

Unidade.....: 002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função.....: 010 SAÚDE

Sub-Função....: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa.....: 116 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.173-MANUT.ENCARGOS-C/O PROGRAMA SAÚDE BUCAL**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0002 ****10.000,00

Unidade.....: 003 SANEAMENTO

Função.....: 017 SANEAMENTO

Sub-Função....: 512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO

Programa.....: 117 SANEAMENTO

Proj/Atividade: 1**.125-MANUT.ENCARGOS-C/O PROGRAMA SAÚDE BUCAL**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0023 ****30.000,00

Proj/Atividade: 1**.128-IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0023 ****5.000,00

Proj/Atividade: 2**.149-MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.36.00 Outros Serv.Teceiros-Pessoa Física 0000 *** 5.000,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.Teceiros-Pessoa Jurídica 0000 ***10.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV.PÚBLICOS

Unidade.....: 001 GESTÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Função.....: 15 URBANISMO

Sub-Função....: 451 INFRA ESTRUTURA URBANA

Programa.....: 106 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj/Atividade: 1**.109-MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO PRAÇAS PÚBLICAS, PARQUES E JARDINS**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0000 ****1.000,00

Programa.....: 108 URBANISMO

Proj/Atividade: 1**.147-PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE RUAS E AVENIDAS**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

4.4.90.51.00 Obras e Instações 0000 ****4.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade.....: 001 GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função.....: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 118 GESTÃO ASSIST.SOCIAL E FORTALEC.REDE PROTEÇÃO SOCIAL

Proj.Atividade: 2.151-DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA SEMAS

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais 0000 *** 2.769,00

Unidade.....: 003 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTES

Função.....: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-Função....: 243 ASSISTENCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTES

Programa.....: 118 GESTÃO ASSIST.SOCIAL E FORTALEC.REDE PROTEÇÃO SOCIAL

Proj.Atividade: 2.156-MANUTENÇÃO E CUSTEIO DO CONSELHO TUTELAR

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas-Pessoal Civil 0000 ** 2.024,85

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais 0000 *** 198,27

Unidade.....: 002 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função.....: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-Função....: 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa.....: 118 GESTÃO ASSIST.SOCIAL E FORTALEC.REDE PROTEÇÃO SOCIAL

Proj.Atividade: 2.153-MANUTENÇÃO C/A PROTEÇÃO SOCIAL BASICA-PISO BASICO VARIAVEL

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0029 ***27.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade.....: 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Função.....: 04 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função....: 127 ORDENAMENTO TERRITORIAL

Programa.....: 107 DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

Proj/Atividade: 1**.106-REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA URBANA E RURAL**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.39.00 Outros Serv.Teceiros-Pessoa Jurídica 0000 ***10.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade.....: 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Função.....: 04 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 119 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj/Atividade: **2.158-DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA SEMAGRI**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas-Pessoal Civil 0000 ***4.441,70

Proj/Atividade: **2.157-MANUT.ENCARGOS C/A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0000 ***50.000,00

ART.3º. ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DA SUA PUBLICAÇÃO.

ART.4º. REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

Gabinete do Prefeito, 04 de dezembro de 2017.

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 065/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de seu Pregoeiro Oficial nomeado através do Decreto nº 1.269/GAB/PMR de 12 de Janeiro de 2017, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente ao procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 065/2017**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 123/2017, cujo Objeto:**"Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios e Materiais de Consumo para atender as necessidades de atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Órgãos vinculados a mesma"**, sagrou-se vencedora dos itens: 01/04, 06, 08/09, 11/16, 18/19, 22, 24, 26/27, 29, 31/32, 34/37, 43/44, 49/54, 56, 58/62, 64, 66/67, 70/71, 73/84, 87, 92, 94/97, 99/101 e 106 licitados a empresa: Paulo Henrique Monteiro & CIA LTDA-ME, CNPJ: 05.128.000/0001-95, com a Proposta no valor total de R$ 135.891,90 (cento e trinta e cinco mil e oitocentos e noventa e um reais e noventa centavos). Não obtivemos sucesso em conseguir oferta de preços para os Itens: 05, 07, 10, 17, 20/21, 23, 25, 28, 30, 33, 38/42, 45/48, 55, 57, 63, 65, 68/69, 72, 85/86, 88/91, 93, 98, 102/105 e 107, tornando-os itens "fracassados" do certame, ou seja, Itens não adjudicados.

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 04 de Dezembro de 2017.

Edimar Ricarte

Pregoeiro

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 059/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de seu Pregoeiro Oficial nomeado através do Decreto nº 1.269/GAB/PMR de 12 de Janeiro de 2017, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente ao procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 059/2017**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 116/2017, cujo Objeto: **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Funerários com fornecimento de Urnas, serviços de preparação do corpo e translado**, **não acudiram licitantes interessados, tornando se o Ato como DESERTO**.

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 04 de Dezembro de 2017.

Edimar Ricarte

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 185/2017 AUXÍLIO-DOENÇA

PORTARIA N.º 185/2017

De 04 de Dezembro 2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** ao(a) servidor(a) Sr(a). VALDILENE BENEDITA DE PAULA."

A Secretária Municipal de Administração, de ROSÁRIO-PREVI - ROSÁRIO-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14 da Lei Municipal nº. 975/2004, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA,** ao (a) servidor(a) Sr(a). VALDILENE BENEDITA DE PAULA , CASADO (A), portador(a) do RG n.º 819400, SSP/MT/ e do CPF n.º 483.604.221-68, residente e domiciliado(a) a RUA FW, S/N, NOSSA SENHORA APARECIDA - ROSARIO OESTE/MT, servidor(a) EFETIVO(A), no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, lotado(a) na PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE-MT, devidamente matriculado(a) sob o n.º 248, com vencimentos integrais, a partir de 28.10.2017 e término em 26.12.2017, conforme processo administrativo do ROSÁRIO-PREVI, n.º 2017.05.00040P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

ROSÁRIO OESTE - MT, 04/12/2017

OSNIL CONRADO DA COSTA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 187/2017 SALÁRIO MATERNIDADE

PORTARIA N.º 187/2017

De 04 de Dezembro 2017.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de **SALÁRIO- MATERNIDADE** à servidora Sra. ALCILENE ESTFE DA SILVA."

O (A) Secretário Municipal de Administração, de ROSÁRIO-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIASOCIAL, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 25 da Lei Municipal nº. 975/2004, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO-MATERNIDADE, a servidora Sra. ALCILENE ESTFE DA SILVA, CASADO (A), portadora do RG n.º 15092747, SSP/MT e do CPF n.º 905.088.821-68, residente e domiciliada a RUA LIGIA BORGES, S/N, SAO BENEDITO - ROSARIO OESTE/MT, EFETIVO(A), no cargo de PROFESSOR, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE- MT, devidamente matriculada sob o n.º 30367, com vencimentos integrais, a partir de 07.11.2018. e com término em 06.03.2018, conforme processo administrativo do ROSÁRIO-PREVI, n. º 2017.08.00050P.

Art. 2º A remuneração da parcela inerente ao término do benefício, da servidora supra citada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total de sua remuneração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

ROSÁRIO OESTE - MT, 04/12/2017

OSNIL CONRADO DA COSTA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 186/2017 AUXÍLIO-DOENÇA

PORTARIA N.º 186/2017

De 04 de Dezembro 2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** ao(a) servidor(a) Sr(a). MARIA AUXILIADORA DE BRITO."

A Secretária Municipal de Administração, de ROSÁRIO-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14 da Lei Municipal nº. 975/2004, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **MARIA AUXILIADORA CORREA, CASADO** (A), portador(a) do RG n.º 108676, SSP/MT e do CPF n.º 156.123.761-20, residente e domiciliado(a) a EST RURAL, S/N, RURAL - ROSARIO OESTE/MT, servidor(a) EFETIVO(A), no cargo de PROFESSOR, lotado(a) na PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE- MT, devidamente matriculado(a) sob o n.º 195, com vencimentos integrais, a partir de 20.09.2017 e término em 13.03.2018, conforme processo administrativo do ROSÁRIO-PREVI, n.º 2017.05.00049P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

ROSÁRIO OESTE - MT, 04/12/2017.

OSNIL CONRADO DA COSTA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 024/2017

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Licitação

Pregão Presencial n° 024/2017

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de peças e acessórios originais ou genuínas, para veículos leves e pesados da frota Municipal de Santa Cruz do Xingu - MT. Modalidade Pregão presencial n° 024/2017, na forma Presencial, tipo: Maior percentual de desconto por lote. A sessão realizar-se-á às 09h00 minutos, do dia 18 de Dezembro de 2017. O Edital poderá ser adquirido no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, situada na Avenida 14 de Setembro, s/nº, Centro, Santa Cruz do Xingu/MT, Fone/Fax: (66) 3594-1000, pelo e-mail: scxlicitacao@gmail.com ou pelo site: http://www.santacruzdoxingu.mt.gov.br/portal/estrutura/transparencia/.

Santa Cruz do Xingu – MT, 04 de Dezembro de 2017. **Astor Albrecht** - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

LEI MUNICIPAL Nº 572/2017 DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017.

SÚMULA: PRORROGA O PRAZO PREVISTO NO ART. 2°, DA LEI MUNICIPAL N° 563/2017, QUE DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **SENHOR EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo constante no art. 2° da Lei Municipal n° 563/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2° O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do contribuinte, até o dia 21 de Dezembro de 2017, mediante comparecimento do contribuinte na Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal e adesão ao Termo de Confissão de Dívida e Termo de Parcelamento anexo a esta Lei, o qual deverá atender os seguintes requisitos, vedado a cumulação com pedido de revisão:

I - estar assinado pelo próprio contribuinte ou por seu representante legal, por procurador devidamente constituído via procuração com firma reconhecida e poderes específicos para confessar débitos e requerer parcelamentos perante a Fazenda Pública Municipal, ou por pessoa que seja, comprovadamente, detentora dos direitos sobre o imóvel, com contrato de compra e venda devidamente assinado, com firma reconhecida;

II - apresentar documentos de identificação pessoal e de endereço;

III - no caso de contribuinte pessoa jurídica, estar instruído com cópias do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 4 DE DEZEMBRO DE 2017.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e

Afixe-se na data supra

SETOR ADMINISTRATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT
RETIFICAÇÃO DE ERRO FORMAL NO CONTRATO Nº: 007/2016

PUBLICAÇÃO Nº 2.854 DO DIÁRIO AMM-MT DO DIA 13/11/2017 DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2017 DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, PÁGINA 4 E 5 ONDE SE LÊ:

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO:

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, no Estado de Mato Grosso.

CONTRATO Nº007/2016.

DATA EMISSÃO: 07/11/2016

CONTRATANTE: CAMARA DE VEREADORES DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT – CNPJ nº 04.253.983/0001-29

CONTRATADA: Global Telecomunicações LTDA-ME

CNPJ Nº **21.735.605/0001-09**

OBJETIVO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE SINAL DE INTERNET, PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, SENDO O REFERIDO FORNECIMENTO DE 2 MB DE INTERNET, IP VÁLIDO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÃO

PRAZO: 07/11/2018

VALOR GLOBAL CONTRATO: R$ 3.960,00 (Três Mil e novecentos e sessenta reais).

PASSA-SE LÊ:

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO:

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, no Estado de Mato Grosso.

CONTRATO Nº007/2016.

CONTRATANTE: CAMARA DE VEREADORES DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT – CNPJ nº 04.253.983/0001-29

CONTRATADA: Global Telecomunicações LTDA-ME

CNPJ Nº **21.735.605/0001-09**

VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA É DE 11/2017 À 11/2018

OBJETIVO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE SINAL DE INTERNET, PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, SENDO O REFERIDO FORNECIMENTO DE 2 MB DE INTERNET, IP VÁLIDO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÃO

VALOR GLOBAL CONTRATO: R$ 3.960,00 (Três Mil e novecentos e sessenta reais).

DATA EMISSÃO: 07/11/2017.

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL - ANEXO III – TERMO DE REFERENCIA PREGÃO PRESENCIAL N.º 056/2017 – SRP

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL - ANEXO III – TERMO DE REFERENCIA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 056/2017 – SRP

Objeto: **Registro de Preço para Futura e Eventual Aquisição de Micro ônibus adaptado, Produto devidamente certificado e registrado no DENATRAN (Departamento nacional de transito), para atender o Transporte Escolar do Município de Santa Rita do Trivelato - MT**, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

O Município de Santa Rita do Trivelato - MT, através de seu Pregoeiro(a) nomeada pela Portaria 207/2017 de 20/06/2017, torna público, nos autos do Processo de Licitação, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0562017 – SRP, informa a todos os interessados a ***retificação do Anexo III do Termo de Referencia.***

Onde Le-sê, no item **3 - PRODUTOS E/OU SERVIÇOS: 3.1. Produto:** Micro-ônibus 4x2, veículo zero km, ano de fabricação 2017, modelo 2017, motorização mínima 3.8, mínimo 152 CV de potência, combustível Diesel, capacidade do tanque de combustível de 150 litros no mínimo, transmissão por meio de alavancas no mínimo de 05 velocidades à frente (sincronizadas) e uma à ré, direção hidráulica, tacógrafo, sistema de **freios traseiro a tambor, com ABS nas quatro rodas**, Pneus 215/75R17,5, com roda e pneu de estepe, protetor de parafusos na roda dianteira. Lotação mínima 30 (trinta) pessoas, sendo 28 passageiros e dois motoristas. Comprimento total mínimo 8900 mm, largura externa mínima de 220 mm e Altura Externa mínima de 2600 mm. Ar condicionado instalado pelo fabricante, equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Elevador com acessibilidade, apoio de braço lateral junto ao corredor escamoteável. Com bagageiro traseiro e, porta pacote. **DA GARANTIA:** 12(dose) meses, contra defeitos de fabricação, sem limite de quilometragem. Obs.: no período de garantia, as revisões serão efetuadas no Município adquirente, **sem custo de mão de obra,** sendo que para o referido atendimento, será cobrado o valor de R$ 1,80 (hum real e oitenta centavos) por KM rodados, contados a partir da sede do representante do Estado do mato Grosso até a sede do Município de Santa Rita do Trivelato/MT.

Leia-se: **3** - Micro-ônibus 4x2, veículo **novo** 0 (zero) km, ano de fabricação: 2017, ano modelo: 2017 **ou superior**, motorização mínima 3.8, mínimo 152 CV de potência, combustível Diesel, capacidade do tanque de combustível de 150 litros no mínimo, transmissão por meio de alavancas no mínimo de 05 velocidades à frente (sincronizadas) e uma à ré, direção hidráulica, tacógrafo, sistema de **freios dianteiros e traseiros a tambor**, com ABS nas quatro rodas, Pneus 215/75R17,5, com roda e pneu de estepe, protetor de parafusos na roda dianteira. Lotação mínima 30 (trinta) pessoas, sendo 28 passageiros e dois motoristas. Comprimento total mínimo 8900 mm, largura externa mínima de **2200 mm** e Altura Externa mínima de 2600 mm. Ar condicionado instalado pelo fabricante, **com capacidade mínima de 80.000 BTU**; equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Elevador com acessibilidade, apoio de braço lateral junto ao corredor escamoteável. **Vidros escurecidos**. Com bagageiro traseiro e porta pacote. **DA GARANTIA**: **Garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem**. Obs.: no período de garantia, as revisões serão efetuadas no Município adquirente, sem custo de mão de obra, sendo que para o referido atendimento, será cobrado o valor de R$ 1,80 (hum real e oitenta centavos) por KM rodados, contados a partir da sede do representante do Estado do Mato Grosso até a sede do Município de Santa Rita do Trivelato/MT.

Tendo em vista as alterações realizadas no Termo de Referencia do pregão supracitado, fica alterado a data do referido certame para o dia **15 de Dezembro de 2017 as 09h00min,** na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Av. Flavio Luiz, nº 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT.

O teor dos demais itens do Termo de Referencia permanecem como foram disponibilizados anteriormente.

4. A presente retificação do Termo de Referencia será publicado nos órgãos oficiais, na forma de aviso, bem como disponibilizado junto ao site: http://www.santaritadotrivelato.mt.gov.br

5. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07h00min as 11h00min das 13h00min às 17h00min. e ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato – MT, 04 de dezembro de 2017.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0327/2017 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 0327/2017

DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA SAÚDE DO SERVIDOR SERGIO SYPERRECK E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida licença saúde do servidor SERGIO SYPERRECK, portador do RG nº: 1951676 SSP/PR e inscrito no CPF nº: 334.897.349-04 efetivo no cargo de Motorista Carteira C, lotado na secretaria Municipal de Obras, sendo assim fica afastado no período de: 01/12/2017 a 01/03/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

PORTARIA MUNICIPAL Nº 152/2017

SÚMULA: NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB), DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E AS DEMAIS NORMAS QUE LHE SÃO APLICÁVEIS,

RESOLVE

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal do FUNDEB, do Município de Santo Afonso – MT, constituído pelos membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminados:

REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO

Titular			Suplente		
Valteir da Silva Neves	CPF	032.513.591-69	Fábia Neves Brito	CPF	024.737.901-83
	RG	166.8706 SSP/MT		RG	
REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
Titular			**Suplente**		
Sidney Gonçalves Viana	CPF	899.312.461-20	Kennia Regina Fabricio dos Santos	CPF	026.438.671-06
	RG	1305859-2		RG	2008084-0

REPRESENTANTE DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BASICA DA REDE PUBLICA					
Titular			**Suplente**		
Airce Candida de Alencar Gonçalves	CPF	581.548.921-20	Maria Nilda Vieira de Farias	CPF	503.563.721-20
	RG	0504308-5 SSP/MT		RG	611.288 SSP/MT

REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAL					
Titular			**Suplente**		
Marta Del Mazzo Lopes	CPF	487.740.571-20	Adenilda Alves Nascimento	CPF	000.778.181-48
	RG	143328 SSP/MT		RG	15510441 SSP/MT

REPRESENTANTE DOS PAIS DE ALUNOS					
Titular			**Suplente**		
Valdete da Silva Neves	CPF	007.636.171-30	Leusidene Souto	CPF	629.458.151-68
	RG	1668951-8 SSP/MT		RG	1048968-1
Lucilene Deonizia de Arruda	CPF	844.209.102-59	Bruna Jennifer Barbosa	CPF	040.517.511-63
	RG	20041306		RG	22299264 SSP/MT
REPRESENTANTE DOS ALUNOS					
Titular			**Suplente**		
Alzirete Francisca da Silva	CPF	990.370.681-20	Ireni Aparecida da Silva Acacio	CPF	025.483.091-93
	RG			RG	1962754-8 SSP/MT

REPRESENTANTE DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BASICA PUBLICA INDICADO PELA ENTIDADE DE ESTUDANTES SECUNDARISTA					
Titular			**Suplente**		
Luzilene Alves Barbosa	CPF	817.740.441-53	Edelweis Souto Felisbino	CPF	993.070.811-15
	RG	1106043-3 SJ/MT		RG	1392249-1 SSP/MT
REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TECNICOS- ADMINISTRATIVO DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS					
Titular			**Suplente**		
Maria Nunes da Paixão	CPF	53523482100	Elione Maria Caetano	CPF	960.527.591-00
	RG	14564475 SSP/MT		RG	14584174 SSP/MT
REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
Titular			**Suplente**		
Edna Moura dos Santos	CPF	021.511.231-89	Moises Oliveira Chaves	CPF	651.968.991-20
	RG			RG	503.035
REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR					
Titular			**Suplente**		
Hosana Jose Borges de Moraes	CPF	996.815.361-34	Izequiel Soares Peçanha	CPF	010.505.861-07
	RG	120145632 SJ MT		RG	1965282-8

Art. 2º - Os membros do Conselho Municipal do FUNDEB, de que trata esta Portaria, será responsável pela fiscalização, transparência e justiça na funcionalidade e execução das tarefas dentre este Conselho, no Município de Santo Afonso – MT. E deverá cumprir com os princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas em lei normativas e decretos pertinentes.

Art. 3º - Os membros do Conselho de que trata esta Portaria definidos em reunião , O Presidente, Vice-Presidente e Secretário do Conselho Municipal de Educação do Município de Santo Afonso-MT. Foram eleitos entre seus membros, ficando assim definido:

Presidente: Marta Del Mazzo Lopes

Vice-Presidente: Airce Candida de Alencar Gonçalves

Secretária: Edna Moura Santos

Art. 4º - Os membros integrantes do Conselho do FUNDEB, de que trata esta Portaria, não serão remunerados pelo exercício das respectivas funções, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art 5º - O prazo de vigência do presente conselho será de dois anos a partir da data de sua publicação.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 17 DE OUTUBRO DE 2017.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N.º 437, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, encaminha para deliberação desta casa de leis o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município para o exercício de 2018, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a **Receita Bruta** em **R$ 18.759.670,00** (dezoito milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e seiscentos e setenta reais), sendo:

I – Para a Administração Direta, no montante bruto de **R$ 17.005.770,00** (dezessete milhões, cinco mil e setecentos e setenta reais), que após as deduções para a formação do FUNDEB e de Outras Receitas Correntes, no montante de **R$ 1.855.670,00** (hum milhão, oitocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e setenta reais) resulta na **Receita Líquida** de **R$ 15. 150.100,00** (quinze milhões, cento e cinquenta mil e cem reais).

II – Para a Administração Indireta, no montante de **R$ 1.753.900,00** (hum milhão, setecentos e cinquenta mil e novecentos reais).

III – O montante líquido da Receita Prevista para o exercício 2018 da Administração Direta e Indireta é de **R$ 16.904.000,00** (dezesseis milhões, novecentos e quatro mil reais).

Art. 2º. As despesas da Administração Direta e Indireta foram fixadas em igual importância da Receita Líquida, no montante de **R$ 16.904.000,00** (dezesseis milhões, novecentos e quatro mil reais), assim distribuídas:

I – Orçamento Fiscal: R$ 12.351.800,00 (doze milhões, trezentos e cinquenta e um mil e oitocentos reais);

II – Orçamento da Seguridade Social: R$ 4.552.200,00 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil e oitocentos reais), neste compreendido as dotações da saúde, assistência social e previdência social:

ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL - POR FUNÇÃO	VALOR (R$)
08 – Assistência Social	797.400,00
09 – Previdência	882.800,00
10 – Saúde	2.872.000,00
TOTAL	**4.552.200,00**

Art. 3º. As Receitas da Administração Direta e Indireta serão realizadas mediante a arrecadação de tributos, transferências e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, de acordo com o desdobramento abaixo especificado:

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

POR FONTE DE RECEITA	VALOR (R$)
1.1 – Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	945.643,71
1.2 – Receita de Contribuições	1.021.480,00
1.3 – Receita Patrimonial	267.978,00
1.6 – Receitas de Serviços	102.500,00
1.7 – Transferências Correntes	14.276.520,00
1.9 – Outras Receitas Correntes	7.700,00
2.2 – Alienação de Bens	50.000,00
2.4 – Transferências de Capital	1.003.548,29
(3) – Desconto Impostos, Taxas e Contrib. Melhoria	(7.750,00)
(4) – Dedução do FUNDEB	(1.847.920,00)
TOTAL	15.150.100,00

POR CATEGORIA ECONÔMICA	VALOR (R$)
1. Receitas Correntes	14.096.551,71
2. Receitas de Capital	1.053.548,29
TOTAL	15.150.100,00

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – PREVIMSA:

POR FONTE DE RECEITA	VALOR (R$)
1.2 – Receita de Contribuições	631.351,71
1.3 – Receita Patrimonial	452.648,29
1.9 – Outras Receitas Correntes	300,00
7.2 – Contribuições Sociais - Intraorçamentária	669.600,00
TOTAL	1.753.900,00

POR CATEGORIA ECONÔMICA	VALOR (R$)
1. Receitas Correntes	1.084.300,00
7. Receita Intraorçamentária	669.600,00
TOTAL	1.753.900,00

Art. 4º - As despesas serão realizadas segundo a discriminação dos quadros: “Órgão do Governo da Administração”, “Funções do Governo”, “Programas de Trabalho” e “Categoria Econômica”, integrantes desta Lei, e apresentam os seguintes desdobramentos sintéticos:

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO	VALOR (R$)
01 - Câmara Municipal	780.000,00
02 - Gabinete do Prefeito	532.000,00
05 - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	1.950.500,00
06- Secretaria Municipal de Agricultura	320.000,00
07 – Secretaria Municipal de Educação	3.539.700,00
08 - Secretaria Municipal de Fazenda	1.074.000,00
09 – Secretaria Municipal de Governo	71.000,00
10 – Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serv. Urbanos	2.518.500,00
11- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio ambiente	2.135.000,00
10 – Secretaria Municipal de Assistência Social	807.400,00
13 – Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer	347.000,00
15 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente	112.000,00
16 – Secretaria Municipal de Cultura	161.000,00
TOTAL	**15.150.100,00**

POR FUNÇÕES DO GOVERNO		VALOR (R$)
01	Legislativa	780.000,00
04	Administração	3.370.500,00
08	Assistência Social	797.400,00
10	Saúde	2.872.000,00
12	Educação	3.539.700,00
13	Cultura	161.000,00
15	Urbanismo	1.662.500,00
16	Habitação	10.000,00
17	Saneamento	257.000,00
18	Gestão Ambiental	112.000,00
20	Agricultura	320.000,00
23	Comércio e Serviços	4.000,00
25	Energia	48.000,00
26	Transporte	808.000,00
27	Desporto e Lazer	343.000,00
99	Reserva de Contingência	65.000,00
TOTAL		**15.150.100,00**

POR PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO		VALOR R$
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	715.000,00
0002	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO LEGISLATIVO	65.000,00
0003	GESTÃO EFICAZ	5.795.200,00
0004	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO EXECUTIVO	574.000,00
0006	POLITICA DE ASSISTENCIA E PROMOÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL	276.200,00
0007	HABITAÇÃO CIDADÃ	10.000,00
0008	MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	28.000,00
0009	SAUDE PARA TODOS	2.546.000,00
0010	EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE QUALIDADE	3.248.700,00
0011	QUALIDADE DE VIDA, ESPORTE E LAZER	195.000,00
0012	GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CULTURA	51.000,00
0014	ESPAÇO URBANO ESTRUTURADO, HUMANIZADO E COM QUALIDADE	392.000,00
0015	AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA	283.000,00
0016	MOBILIDADE DE TRÂNSITO MELHOR	12.000,00
0017	AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RURAL	790.000,00
0018	DESENVOLVIMENTO AGRICULA E RURAL	100.000,00
0019	DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	4.000,00
0021	RESERVA DE CONTINGÊNCIA – EXECUTIVO	65.000,00
TOTAL		**15.150.100,00**

POR CATEGORIA ECONÔMICA	VALOR (R$)
3 – Despesas Correntes	13.194.120,00
4 – Despesas de Capital	1.890.980,00
9 – Reserva de Contingência	65.000,00
TOTAL	**15.150.100,00**

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – PREVIMSA:

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO	VALOR (R$)
14- Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Santo Afonso	1.753. 900,00
TOTAL	**1.753. 900,00**

POR FUNÇÕES DO GOVERNO		VALOR (R$)
09	Previdência Social	882.800,00
99	Reserva de RPPS	871.100,00
TOTAL		**1.753.900,00**

PROGRAMAS DE TRABALHO		VALOR (R$)
0020	Gestão Política do Instituto de Previdência	882.800,00
0021	Reserva de Contingência e do RPPS	871.100,00
TOTAL		**1.753.900,00**

POR CATEGORIA ECONÔMICA	VALOR (R$)
3 – Despesas Correntes	872.800,00
4 – Despesas de Capital	10.000,00
9 – Reserva Orçamentária do RPPS	871.100,00
TOTAL	**1.753.900,00**

Art. 5° - Os orçamentos das despesas das administrações indiretas poderão ser expandidos até os limites das efetivas arrecadações.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no curso da execução orçamentária, com base nos recursos efetivamente disponíveis, como determinado pelo art. 43, § 1°, III, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) da despesa fixada no art. 2° desta Lei.

Art. 7° - Esta Lei entra em vigor em 01° de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Afonso-MT, 01 de Dezembro de 2017.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº. 436, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Altera as Metas Financeiras da Lei nº 423/2017 – Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO para o exercício de 2018, visando a compatibilidade de valores com a Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2018.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, encaminha para deliberação desta casa de leis o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Ficam alteradas as Metas Financeiras do Anexo de Metas e Prioridades (Anexo I) da Lei nº. 423/2017– Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO para o exercício de 2018, referente aos Projetos, Atividades, ficando os valores dos mesmos compatíveis com os Projetos Atividades da LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2018, conforme definidas no Anexo I, parte integrante desta lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Santo Afonso - MT, 01 de Dezembro de 2017.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº. 435, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Altera as Metas Financeiras do Anexo I da Lei nº 433/2017 – Plano Plurianual - PPA 2018/2021, visando à compatibilidade de valores entre o PPA e a LOA do Exercício de 2018.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, encaminha para deliberação desta casa de leis o seguinte Projeto de Lei:

Artigo 1º - Fica alterada a Lei Nº 433/2017 – Plano Plurianual 2018/2021, referente ao ano de 2018, conforme anexo I desta lei.

Artigo 2º - Fica alterada as metas financeiras para o exercício 2018, dos Projetos Atividades listados no Anexo I da Lei Nº 433/2017, conforme metas definidas na planilha em anexo, parte integrante desta Lei.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Santo Afonso - MT, 01 de Dezembro de 2017

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N.º 437, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, encaminha para deliberação desta casa de leis o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município para o exercício de 2018, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a **Receita Bruta** em **R$ 18.759.670,00** (dezoito milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e seiscentos e setenta reais), sendo:

I – Para a Administração Direta, no montante bruto de **R$ 17.005.770,00** (dezessete milhões, cinco mil e setecentos e setenta reais), que após as deduções para a formação do FUNDEB e de Outras Receitas Correntes, no montante de **R$ 1.855.670,00** (hum milhão, oitocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e setenta reais) resulta na **Receita Líquida** de **R$ 15. 150.100,00** (quinze milhões, cento e cinquenta mil e cem reais).

II – Para a Administração Indireta, no montante de **R$ 1.753.900,00** (hum milhão, setecentos e cinquenta mil e novecentos reais).

III – O montante líquido da Receita Prevista para o exercício 2018 da Administração Direta e Indireta é de **R$ 16.904.000,00** (dezesseis milhões, novecentos e quatro mil reais).

Art. 2º. As despesas da Administração Direta e Indireta foram fixadas em igual importância da Receita Líquida, no montante de **R$ 16.904.000,00** (dezesseis milhões, novecentos e quatro mil reais), assim distribuídas:

I – Orçamento Fiscal: R$ 12.351.800,00 (doze milhões, trezentos e cinquenta e um mil e oitocentos reais);

II – Orçamento da Seguridade Social: R$ 4.552.200,00 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil e oitocentos reais), neste compreendido as dotações da saúde, assistência social e previdência social:

ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL - POR FUNÇÃO	VALOR (R$)
08 – Assistência Social	797.400,00
09 – Previdência	882.800,00
10 – Saúde	2.872.000,00
TOTAL	**4.552.200,00**

Art. 3º. As Receitas da Administração Direta e Indireta serão realizadas mediante a arrecadação de tributos, transferências e outras fontes de re-

ceitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, de acordo com o desdobramento abaixo especificado:

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

POR FONTE DE RECEITA	VALOR (R$)
1.1 – Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	945.643,71
1.2 – Receita de Contribuições	1.021.480,00
1.3 – Receita Patrimonial	267.978,00
1.6 – Receitas de Serviços	102.500,00
1.7 – Transferências Correntes	14.276.520,00
1.9 – Outras Receitas Correntes	7.700,00
2.2 – Alienação de Bens	50.000,00
2.4 – Transferências de Capital	1.003.548,29
(3) – Desconto Impostos, Taxas e Contrib. Melhoria	(7.750,00)
(4) – Dedução do FUNDEB	(1.847.920,00)
TOTAL	15.150.100,00

POR CATEGORIA ECONÔMICA	VALOR (R$)
1. Receitas Correntes	14.096.551,71
2. Receitas de Capital	1.053.548,29
TOTAL	15.150.100,00

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – PREVIMSA:

POR FONTE DE RECEITA	VALOR (R$)
1.2 – Receita de Contribuições	631.351,71
1.3 – Receita Patrimonial	452.648,29
1.9 – Outras Receitas Correntes	300,00
7.2 – Contribuições Sociais - Intraorçamentária	669.600,00
TOTAL	1.753.900,00

POR CATEGORIA ECONÔMICA	VALOR (R$)
1. Receitas Correntes	1.084.300,00
7. Receita Intraorçamentária	669.600,00
TOTAL	1.753.900,00

Art. 4º - As despesas serão realizadas segundo a discriminação dos quadros: “Órgão do Governo da Administração”, “Funções do Governo”, “Programas de Trabalho” e “Categoria Econômica”, integrantes desta Lei, e apresentam os seguintes desdobramentos sintéticos:

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO	VALOR (R$)
01 - Câmara Municipal	780.000,00
02 - Gabinete do Prefeito	532.000,00
05 - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	1.950.500,00
06- Secretaria Municipal de Agricultura	320.000,00
07 – Secretaria Municipal de Educação	3.539.700,00
08 - Secretaria Municipal de Fazenda	1.074.000,00
09 – Secretaria Municipal de Governo	71.000,00
10 – Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serv. Urbanos	2.518.500,00
11- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio ambiente	2.135.000,00
10 – Secretaria Municipal de Assistência Social	807.400,00
13 – Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer	347.000,00
15 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente	112.000,00
16 – Secretaria Municipal de Cultura	161.000,00
TOTAL	**15.150.100,00**

POR FUNÇÕES DO GOVERNO		VALOR (R$)
01	Legislativa	780.000,00
04	Administração	3.370.500,00
08	Assistência Social	797.400,00
10	Saúde	2.872.000,00
12	Educação	3.539.700,00
13	Cultura	161.000,00
15	Urbanismo	1.662.500,00
16	Habitação	10.000,00
17	Saneamento	257.000,00
18	Gestão Ambiental	112.000,00
20	Agricultura	320.000,00
23	Comércio e Serviços	4.000,00
25	Energia	48.000,00
26	Transporte	808.000,00
27	Desporto e Lazer	343.000,00
99	Reserva de Contingência	65.000,00
TOTAL		**15.150.100,00**

POR PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO		VALOR R$
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	715.000,00
0002	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO LEGISLATIVO	65.000,00
0003	GESTÃO EFICAZ	5.795.200,00
0004	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO EXECUTIVO	574.000,00
0006	POLITICA DE ASSISTENCIA E PROMOÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL	276.200,00
0007	HABITAÇÃO CIDADÃ	10.000,00
0008	MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	28.000,00
0009	SAUDE PARA TODOS	2.546.000,00
0010	EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE QUALIDADE	3.248.700,00
0011	QUALIDADE DE VIDA, ESPORTE E LAZER	195.000,00
0012	GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CULTURA	51.000,00
0014	ESPAÇO URBANO ESTRUTURADO, HUMANIZADO E COM QUALIDADE	392.000,00
0015	AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA	283.000,00
0016	MOBILIDADE DE TRÂNSITO MELHOR	12.000,00
0017	AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RURAL	790.000,00
0018	DESENVOLVIMENTO AGRICULA E RURAL	100.000,00
0019	DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	4.000,00
0021	RESERVA DE CONTINGÊNCIA – EXECUTIVO	65.000,00
TOTAL		**15.150.100,00**

POR CATEGORIA ECONÔMICA	VALOR (R$)
3 – Despesas Correntes	13.194.120,00
4 – Despesas de Capital	1.890.980,00
9 – Reserva de Contingência	65.000,00
TOTAL	**15.150.100,00**

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – PREVIMSA:

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO	VALOR (R$)
14- Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Santo Afonso	1.753.900,00
TOTAL	**1.753.900,00**

POR FUNÇÕES DO GOVERNO		VALOR (R$)
09	Previdência Social	882.800,00
99	Reserva de RPPS	871.100,00
TOTAL		**1.753.900,00**

PROGRAMAS DE TRABALHO		VALOR (R$)
0020	Gestão Política do Instituto de Previdência	882.800,00
0021	Reserva de Contingência e do RPPS	871.100,00
TOTAL		**1.753.900,00**

POR CATEGORIA ECONÔMICA	VALOR (R$)
3 – Despesas Correntes	872.800,00
4 – Despesas de Capital	10.000,00
9 – Reserva Orçamentária do RPPS	871.100,00
TOTAL	**1.753.900,00**

Art. 5° - Os orçamentos das despesas das administrações indiretas poderão ser expandidos até os limites das efetivas arrecadações.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no curso da execução orçamentária, com base nos recursos efetivamente disponíveis, como determinado pelo art. 43, § 1°, III, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) da despesa fixada no art. 2° desta Lei.

Art. 7° - Esta Lei entra em vigor em 01° de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Afonso-MT, 01 de Dezembro de 2017.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 010-2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N° 010/2017

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 015/2017

REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos quatro dias do mês de dezembro de 2017, o Município **DE SANTO AFONSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Pedro Álvares Cabral, n° 155, Centro, Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº 37.464.161/0001-46, neste ato representado pelo Prefeito Sr. **JOABE ALMEIDA DOS SANTOS**, brasileiro, casado, portador da RG: 86541-5 SSP/MT, e CPF: 567.930.141-53, residente e domiciliado a Rua Presidente Dutra, S/N, Centro, Santo Afonso/MT, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** edo outro lado a empresa: **LUCIA BATISTA DE SOUZA-ME,** inscrita no CNPJ sob o nº. 11.920.413/0001-00, situada na Rua Pedro Álvares Cabral, SN- Centro –Santo Afonso-MT, representada neste ato pela sua proprietária a Sra. **LUCIA BATISTA DE SOUZA,** portadora do RG:1200326-3 SSP/MT e CPF sob o nº 002.793.841-73, residente e domiciliada na Rua Pedro Álvares Cabral,S/N- Centro –Santo Afonso-MT, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial 015/2017 para Registro de Preços, **RESOLVEM** registrar os preços conforme Termo de Referência ANEXO Ideste Edital, que passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto n. 7.892/13, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I - DO OBJETO E VALORES

1.1- A presente ATA tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA (SCM) COM TECNOLOGIA VIA RÁDIO, POR EMPRESA AUTORIZADA PELA ANATEL - AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, POR MEIO DE 07 PONTOS DE ACESSO DE LINK DEDICADO (MBPS FULL) EM DIVERSOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO, BEM COMO O PROVIMENTO DE EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS EM REGIME DE COMODATO/ LOCAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, GERENCIAMENTO PRÓ-ATIVO, SUPORTE TÉCNICO NO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT**, conforme quantitativos e serviços descritos no Edital do **Pregão Presencial nº 015/2017** e em seus Anexos.

1.2-A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado POR ITEM conforme segue:

Item	Qtde	Descrição	Velocidade	Local A Ser Instado Os Pontos De Acesso	Valor Unitário	Valor Total
01	07	Link dedicado ao acesso a Internet via rádio, disponibilizando conectividade a rede mundial – internet – com velocidade garantida de 100%(cem por cento), de velocidade do acesso(simetria download/upload) pelo período de 12 meses.	**01 MBPS**	Biblioteca Municipal	300,00	3.600,00
			01 MBPS	Centro Educacional Irma Luiza Cassiolato	300,00	3.600,00
			02 MBPS	Praça Marechal Rondon (Cidade Digital)	600,00	7.200,00
			02 MBPS	Sede da Prefeitura Municipal	600,00	7.200,00
			02 MBPS	Escola Estadual Geraldo Santana dos Santos	600,00	7.200,00
			02 MBPS	Escola Municipal Sebastião Tavares da Silva	600,00	7.200,00
			01 MBPS	Posto de Saude Padre Isidoro Shinaider (Povoado Boa Esperança)	300,00	3.600,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO POR MÊS.....						**R$ -3.300,00**
VALOR TOTAL EM 12(DOZE) MESES DE..... R$ -39.600,00 (TRINTA E NOVE MIL E SEISCENTOS REAIS)						

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1- A presente Ata de Registro de Preços vigorará por **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura.

2.2- Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigada a utilizar-se dos serviços referidos na Cláusula I, exclusivamente, pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de quaisquer espécies às sociedades empresárias detentoras, podendo inclusive, cancelar esta Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos às detentoras, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A presente Ata, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto o Município para que este autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos a serem locados, não podendo exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados.

3.2. O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) Contratada(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços está especificado no Anexo I, do **Edital do Pregão nº 015/2017**, de acordo com a respectiva classificação.

3.3. Para os serviços decorrentes desta Ata, serão observados os aspectos relativos aos preços e condições constantes do **Edital do Pregão nº 015/2017**.

3.4. Em cada serviço executado, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta de preços apresentada, no Pregão nº 015/2017, pela Empresa detentora da presente Ata.

CLÁUSULA IV - DO LOCAL

4.1 Todas as atividades necessárias à execução do objeto desta Ata de Registro de Preços deverão ser realizadas em espaços físicos e instalações adequadas.

CLÁUSULA V - DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento relativo ao objeto deste contrato será efetuado conforme a execução dos serviços, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da respectiva nota fiscal de serviços devidamente preenchida.

5.2 Os valores fixados no contrato não serão reajustados.

5.3. O pagamento será creditado em nome da licitante vencedora, mediante ordem bancária, a ser efetivado no banco, agência, e conta-corrente, explicitados em sua Proposta de Preços.

5.4. O Departamento de Financeiro/Contábil do Município reserva-se o direito de suspender o pagamento se os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão.

5.5. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao fornecedor e o pagamento ficará pendente, até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 A execução dos serviços deverão ser efetuados após expedição de regular nota de empenho pelo Município ”autorização de realização do serviço”.

6.2. A Contratada, quando do recebimento da solicitação da necessidade da prestação do serviço, emitida pelo órgão solicitante, deverá colocar na cópia, que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a recebeu, além da identificação de quem a recebeu.

6.3. A cópia da solicitação, referida no item anterior, deverá ser devolvida ao Órgão requisitante, a fim de ser anexada ao respectivo processo.

6.4. A Contratada ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar às detentoras desta Ata, segundo a gravidade da falta cometida, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente cabíveis:

a)- **advertência**, por escrito;

b) **as multas são as seguintes:**

b.1)0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na implantação dos softwares solicitados;

b.2) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

b.3) 2,0% (dois por cento) sobre o valor contratual restante, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da contratada ou da contratante, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir as perdas e danos que der causa;

c) **suspensão** temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com o Município por um prazo de até 02 (dois) anos, conforme fixar a Autoridade Competente, em função da natureza e gravidade da falta cometida;

d) **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramentos de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520, de 17.7.2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa prevista na alínea “b” desta Cláusula e demais cominações legais, conforme determina o art. 7º, da Lei em comento.

7.2. Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente, justificado e aceito pelo Município a licitante detentora desta Ata ficará isento das penalidades supra.

7.3. As multas referidas nesta Cláusula serão recolhidas diretamente o Município no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da notificação ou, quando da efetiva contratação, descontada dos pagamentos, eventualmente, devidos pela Administração, da garantia, ou, ainda, cobrada judicialmente, nos termos dos §§ 2º e 3º, do art. 86, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

7.4. As penalidades previstas nesta Cláusula serão formalmente motivadas nos autos do processo e serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLAUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DA CONTRATADA

8.1 A Contratada poderá ter o seu registro de preços cancelado:

8.1.1 Por iniciativa do Município quando:

a) descumprir as condições constantes da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

e) der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços.

8.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município .

8.3 A pedido da Contratada, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviços. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

8.4. A comunicação do cancelamento dos preços registrados será feita pessoalmente ou por correspondência, com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos.

8.5. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Eletrônico Municipal, considerando-se cancelado(s) o(s) preço(s) registrado(s) no dia subsequente à publicação.

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 A prestação dos serviços objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em todo caso, pelo Município ou, na hipótese prevista na cláusula III pelo órgão requisitante.

9.2. As emissões de Autorizações dos serviços, suas retificações ou cancelamentos, totais ou parciais, serão, igualmente, autorizadas pelo Município ou pelo Órgão requisitante ao qual tenha sido facultado à utilização desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1Integram esta Ata o Edital de **Pregão Para Registro de Preços nº 015/2017** seus Anexos e as Propostas de Preços da **Empresa: LUCIA BATISTA DE SOUZA-ME**, no mencionado certame.

10.2.Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/02, Decretos nº 3.555/00, 7.892/13 e no que couber, com a Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA XI - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1-As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta das seguintes Dotação Orçamentária:

SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ..05.005.04.122.0041.2089.3390.39.000000-085-fonte 0100

R$-14.400,00

SEC.MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO...07.006.12.131.0003.2038.33.9039.00-263- fonte 0101

R$-18.000,00

SEC.MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA ...07.007.13.392.0023.2074.33.9039.00-0289- fonte 0100

R$-3.600,00

SEC MUNICIPAL DE SAUDE .. 12.001.10.122.0035.2031.3390.39.000000-0469-fonte 0102

R$-3.600,00

CLÁUSULA XII - DA PUBLICAÇÃO

12.1. A Prefeitura providenciará a publicação, do extrato, desta Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos municípios, no prazo de até vinte dias da data de sua assinatura.

CLÁUSULA XIII - DO FORO

13.1 Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com o Contrato vinculado a esta Licitação a Licitante Vencedora deve se subordinar ao Foro da Justiça Comum, da Comarca de Arenápolis - MT, excluindo, por mais privilegiado que for, qualquer outro, desde que não possa ser resolvido amigavelmente.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Santo Afonso –MT, em 04 de dezembro de 2017.

_____

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

_____

LUCIA BATISTA DE SOUZA-ME

CNPJ sob o nº. 11.920.413/0001-00- **CONTRATADA:**

Testemunhas:

_____ _____

MICHELE GUEDES RODRIGUES PEDRO AUGUSTO LANGE FENNER

CPF:038.507181-74 CPF: 040.064.511-48

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 067/GP/2017

DECRETO Nº 067/GP/2017

"Dispõe Sobre Verba Indenizatória e o Prêmio de Produtividade dos Médicos, Odontologos, Enfermeiros e Fisioterapeutas Conforme a Lei Nº. 1.225 de 21 de Setembro de 2017".

O Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leverger, Estado de Mato Grosso, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO,** no uso de suas atribuições legais, e **CONSIDERANDO** o disposto no artigo 67 da Lei nº 1.027 de 14 de dezembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º. O Adicional de Produtividade criado pela Lei 1.027/2009, a ser pago aos servidores em efetivo exercício, será concedido obedecendo ao critério de atribuição de metas fixados através deste decreto, com vistas a incentivar e aprimorar as atividades desenvolvidas pelos servidores, estimulando o desempenho da função.

§ 1º O adicional de que trata o caput deste artigo será pago somente se as metas fixadas forem efetivamente alcançadas.

§ 2º A Tabela com a relação de serviços e metas consta no Anexo I deste decreto.

Art. 2º. As metas estão estabelecidas no ANEXO I deste Decreto e o seu cumprimento deve ser fiscalizado pelo Coordenador ou chefe imediato do Servidor, que encaminhará Relatório ao Setor de Recursos Humanos do Município.

Parágrafo único. A gratificação de produtividade será creditada em folha de pagamento subseqüente ao fechamento do mês.

Art. 3º. A Secretaria de saúde, disponibilizará aos servidores abrangidos por este Decreto as tarefas necessárias que possibilitem alcançar o Incentivo de Produtividade, na forma do regulamento.

Art. 4º. As metas previstas na tabela anexa serão atribuídas em razão do desempenho, complexidade das tarefas a serem executadas, da responsabilidade pela execução e pelo incentivo do desenvolvimento da respectiva função.

Art. 5º. No período em que o Servidor não cumprir as metas, não fará jus ao recebimento do Adicional de Produtividade.

Parágrafo único. O adicional de Produtividade será devido em decorrência do exercício da função, desde que observadas as metas previstas neste regulamento.

Art. 6º. É vedado o acúmulo de adicional de produtividade com horas extraordinárias.

Art. 7º. O Adicional de Produtividade terá inicio de apuração, mediante a computação das metas atribuídas pelas tarefas e atividades constantes de regulamento, imediatamente após a vigência desta norma.

Art. 8º. A gratificação de produtividade será atribuída aos servidores no cargo de Médicos, Odontologos, Enfermeiros (P.S.F) e Fisioterapeutas (U.D.R), conforme disposto no art. 68 da Lei Municipal nº. 1.027 de 14 de dezembro de 2009, quando em efetivo exercício de suas funções específicas.

Art. 9º. A gratificação da verba indenizatória por deslocamento será atribuída aos servidores no cargo de Odontologos, (P.S.F) e Fisioterapeutas (U.D.R), conforme disposto no anexo I, item 5 do presente decreto.

Art. 10º. Este Decreto entra em vigor com efeito retroativo a partir de 01 de Outubro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Marechal Rondon" em, Santo Antonio do Leverger - MT, 23 de Novembro de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

ANEXO I – TABELA DE METAS

1. VERBA INDENIZATÓRIA POR PRODUTIVIDADE DOS MÉDICOS

a) Cumprir a carga horária especificada pelo CNES; b) Cumprir com responsabilidade o preenchimento dos relatórios mensais; c) Promover políticas educativas de promoção e prevenção em Saúde; d) Trabalhar junto à equipe de enfermagem no mínimo 02 (dois) dos programas preconizados pelo Ministério da Saúde; v Controle do Tabagismo; v Saúde da Criança e Adolescente; v Saúde da Mulher; v Saúde do Adulto e Idoso; v Saúde do Homem; v Saúde do Trabalhador. v Saúde Mental; v Saúde na Escola; v Sistema Penitenciário; e) Descentralizar atendimento nas comunidades, quando se fizer necessário; f) Realizar visitas domiciliares periodicamente; g) Para efetividade das metas, entregar a relação do cumprimento das mesmas mensalmente ao Secretário de Saúde. v O cumprimento mínimo será de 05 metas citadas acima para recebimento de 25% VP; v O cumprimento de 06 metas citadas acima acarreta ao recebimento de 50% VP; v O cumprimento de 07 metas citadas acima acarreta ao recebimento de 75% VP; v O cumprimento das 09 metas citadas acima acarreta ao recebimento de 100% da VP.

Observação: Sendo que valor de 100% das metas se atribui ao valor de R$ 8.400,00(oito mil e quatrocentos reais).

2. VERBA INDENIZATÓRIA POR PRODUTIVIDADE DOS ENFERMEIROS

a) Cumprir a carga horária especificada pelo CNES; b) Realizar a atualização dos sistemas e/ou à entrega na secretaria em prazo determinado pelo gestor, que será todo 5º dia útil de cada mês; c) Entregar em tempo hábil semanalmente para alimentação, as planilhas e as notificações de doenças compulsórias; d) Promover políticas educativas de promoção e prevenção em Saúde; e) Realizar educação continuada com os profissionais da equipe; f) Descentralizar os atendimentos nas comunidades, quando se fizer necessário; g) Trabalhar no mínimo 02 (dois) dos programas preconizados pelo Ministério da Saúde; v Controle do Tabagismo; v Saúde da Criança e Adolescente; v Saúde da mulher; v Saúde do Adulto e Idoso; v Saúde do Homem; v Saúde do Trabalhador. v Saúde Mental; v Saúde na Escola; v Sistema Penitenciário; h) Realizar visitas domiciliares periodicamente; i) Para efetividade das metas, entregar a relação do cumprimento das mesmas mensalmente ao Secretário de Saúde. v O cumprimento mínimo será de 05 metas citadas acima para recebimento de 25% VP; v O cumprimento de 06 metas citadas acima acarreta ao recebimento de 50% VP; v O cumprimento de 07 metas citadas acima acarreta ao recebimento de 75% VP; v O cumprimento das 09 metas citadas acima acarreta ao recebimento de 100% da VP.

Observação: Sendo que valor de 100% das metas se atribui ao valor de R$ 500,00(quinhentos reais).

3. VERBA INDENIZATÓRIA POR PRODUTIVIDADE DOS ODONTÓLOGOS

a) Metas obrigatórias para as porcentagens de produtividade; b) Realizar Palestra mensalmente de promoção e prevenção à higiene bucal, juntamente com escovação supervisionada nas Creches, Pré-Escolas, Escolas

de Ensino Fundamental e Ensino Médio; c) Ser participativo junto à equipe da Unidade e cumprir a carga horária especificada pelo CNES; d) Realizar o acompanhamento e a atualização dos sistemas da Secretaria Municipal de Saúde e do Ministério da Saúde e também entregar ao Secretario de Saúde Municipal até o 5º dia útil de cada mês; e) Metas estipuladas de acordo com as porcentagens de produtividade; f) Os atendimentos serão divididos em v Até 100 atendimentos ou mais terão direito a 100% da VP. v Até 90 atendimentos terão direito a 75% da VP. v Até 80 atendimentos terão direito a 50% da VP. v Até 70 atendimentos ou menos terão direito a 25% da VP.

Observação: Sendo que valor de 100% das metas se atribui ao valor de R$ 500,00(quinhentos reais).

4. VERBA INDENIZATÓRIA POR PRODUTIVIDADE DOS FISIOTERAPEUTAS

a) Realizar 120 atendimentos mensalmente para cada profissional. b) Realizar reunião mensalmente com os profissionais fisioterapeutas para avaliar oportunidades de inovação e melhoria contínua; c) Entregar cronograma de atividades do serviço de fisioterapia até dia 05 de cada mês; g) Realizar uma palestra ou atividade externa por mês na comunidade, assim como orientações posturais e atividades preventivas. h) Os atendimentos serão divididos em v Até 120 atendimentos ou mais terão direito a 100% da VP. v Até 100 atendimentos terão direito a 75% da VP. v Até 90 atendimentos terão direito a 50% da VP. v Até 80 atendimentos ou menos terão direito a 25% da VP.

Observação: Sendo que valor de 100% das metas se atribui ao valor de R$ 500,00(quinhentos reais).

5. VERBA INDENIZATÓRIA POR DESLOCAMENTO

a) Manoel Júlio Pedroso/ Unidade Descentralizada de Reabilitação (U.D.R): Não haverá; b) Varginha/Pascar: 50%; c) Porto de Fora/Olho d'Água/Agrovila das Palmeiras: 100%.

Observação: Sendo que o valor de 100% se atribui a R$600,00 (seiscentos reais).

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 260/GP/2017.

PORTARIA N.º 260/GP/2017.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Aposentadoria por Invalidez*** *a servidoraEfetiva* ***Sra.Maria Aparecida da Silva."***

O Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leverger, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003, Art. 6-A da EC nº 41/2003, acrescido pela Emenda Constitucional n.º 70 de 29/03/2012, c/c art. 12, inciso I, e Art. 13 da Lei Municipal n.º 1.212/GP/2017, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santo Antônio do Leverger/ MT; Lei Municipal n. 1.027 dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários e o Sistema de Avaliação dos Servidores da Administração Pública da Prefeitura de Santo Antonio do Leverger/ MT, e Decreto nº 13/GP/2017 que dispõe sobre Recomposição de Salários dos Servidores Efetivos estendidos aos inativos e pensionista – ANEXO 05, e Decreto nº 019/GP/2017, que retifica a Tabela do Ensino Fundamental anexo ao Decreto nº 13/GP/2017;

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de **aposentadoria por Invalidez**, a servidora Sra. **Maria Aparecida da Silva,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n.º 828.127 SSP/MT e CPF n.º 544.315.491-53, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Referência "03", Classe "C", lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matriculada sob n.º 128, com carga horária de 30 horas semanais, contando com 18 (dezoito) anos, 9 (nove) meses e 3 (três) dias de tempo de contribuição, com proventos integrais, conforme processo administrativo do **PREVI-LEVERGER**, n.º **2017. 03.00048P,** a partir de **01/12/2017** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a **01/12/2017**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Santo Antônio do Leverger/MT, 04 de dezembro de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO PROCESSO ADMINISTRATIVO 079/2017
PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2017 – SRP

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 079/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2017 – SRP

O Município de Santo Antônio do Leverger, através da sua Pregoeira Oficial, torna público RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL 024/2017 o **Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento gêneros alimentícios, alimentos perecíveis de acordo com as especificações contidas no Termo de Referencia deste edital e em seus anexos**. Na sessão pública realizada no dia 30 de novembro de 2017 as 08:00 horas. Nesta, sagrou-se vencedoras as empresas **MERCADO BOA COMPRA-ME ,** inscrita no CNPJ nº. 07.010. 186/0001-09, os ***ITEM 01*** com o valor de R$ 29,80(vinte nove reais e oitenta centavos), a empresa **WANDERLEI BOSCO RIBEIRO & CIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ n. 01.020.481/0001-60 o ***ITEM 02*** om o valor de R$ 2,50 (dois reais e cinqüenta centavos) o ***ITEM 03*** com o valor de R$ 3,70 (três reais e setenta centavos), **MERCADO BOA COMPRA-ME ,** inscrita no CNPJ nº. 07.010.186/0001-09 ***ITEM 04*** com o valor de R$ 3,50 (três reais e cinqüenta centavos) . ***ITEM 05*** com o valor de R$ 3,78 (três reais e setenta e oito centavos), **WANDERLEI BOSCO RIBEIRO & CIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ n. 01.020.481/0001-60 ***ITEM 06*** com o valor de R$ 3,80 (três reais e oitenta centavos), **MERCADO BOA COMPRA-ME ,** inscrita no CNPJ nº. 07.010.186/0001-09 ***ITEM 07*** com o valor de R$ 2,88 (dois reais e oitenta e oito centavos), ***ITEM 08*** com o valor de R$ 2,30 (dois reais e trinta centavos), **MERCADO BOA COMPRA-ME ,** inscrita no CNPJ nº. 07.010.186/0001-09 ***ITEM 09*** com o valor de R$ 3,88 (três reais e oitenta e oito centavos), **WANDERLEI BOSCO RIBEIRO & CIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ n. 01.020.481/0001-60 ***ITEM 10*** com o valor de R$ 81,00 (oitenta e um reais), **MERCADO BOA COMPRA-ME ,** inscrita no CNPJ nº. 07.010.186/0001-09 ***ITEM 11*** com o valor de R$ 15,70 (quinze reais e setenta centavos), **WANDERLEI BOSCO RIBEIRO & CIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ n. 01.020.481/0001-60 ***ITEM 12*** com o valor de R$ 11,90 (onze reais e noventa centavos), **MERCADO BOA COMPRA-ME ,** inscrita no CNPJ nº. 07.010.186/0001-09 ***ITEM 13*** com o valor de R$ 6,88 (oito reais e oitenta e oito centavos), **WANDERLEI BOSCO RIBEIRO & CIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ n. 01.020.481/0001-60 ***ITEM 14*** com o valor de R$ 14,00(catorze reais), **MERCADO BOA COMPRA-ME ,** inscrita no CNPJ nº. 07.010.186/0001-09 ***ITEM 15*** com o valor de R$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos) , **WANDERLEI BOSCO RIBEIRO & CIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ n. 01.020.481/0001-60 ***ITEM 16*** com o valor de R$ 4,35(quatro reais e trinta e cinco centavos), **MERCADO BOA COMPRA-ME ,** inscrita no CNPJ nº. 07.010.186/0001-09 ***ITEM 17*** com o valor de R$ 9,90 (nove reais e noventa centavos), **WANDERLEI BOSCO RIBEIRO & CIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ n. 01.020.481/0001-60 ***ITEM 18*** com o valor de R$ 4,40(quatro reais e quarenta centavos), **MERCADO BOA COMPRA-ME ,** inscrita no CNPJ nº. 07.010.186/0001-09 ***ITEM 19*** com o valor de R$ 4,05 (quatro reais e cinco centavos), **WANDERLEI BOSCO RIBEIRO & CIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ n. 01.020.481/0001-60 ***ITEM 20*** com o valor de R$ 3,00(três reais), **MERCADO BOA COMPRA-ME ,** inscrita no CNPJ nº. 07.010.186/0001-09 ***ITEM 21*** com o valor de R$ 3,60 (três reais e sessenta centavos), **WANDERLEI BOSCO RIBEIRO & CIA**

LTDA-ME, inscrita no CNPJ n. 01.020.481/0001-60 ***ITEM 22*** com o valor de R$ 3,75(três reais e setenta e cinco centavos), **MERCADO BOA COMPRA-ME ,** inscrita no CNPJ nº. 07.010.186/0001-09 ***ITEM 23***com o valor de R$ 4,85 (quatro reais e oitenta cinco centavos), **MERCADO BOA COMPRA-ME ,** inscrita no CNPJ nº. 07.010.186/0001-09 ***ITEM 24***com o valor de R$ 13,40 (treze reais e quarenta centavos), **MERCADO BOA**

COMPRA-ME , inscrita no CNPJ nº. 07.010.186/0001-09 ***ITEM 25***com o valor de R$ 10,80 (dez reais e oitenta cinco centavos), **WANDERLEI BOSCO RIBEIRO & CIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ n. 01.020.481/0001-60 ***ITEM 26*** com o valor de R$ 8,85(oito reais e oitenta e cinco centavos), **MERCADO BOA COMPRA-ME ,** inscrita no CNPJ nº. 07.010.186/0001-09 ***ITEM 27***com o valor de R$ 2,35 (dois reais e trinta cinco centavos), **WANDERLEI BOSCO RIBEIRO & CIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ n. 01.020.481/0001-60 ***ITEM 28*** com o valor de R$ 4,80(quatro reais e oitenta centavos), **MERCADO BOA COMPRA-ME ,** inscrita no CNPJ nº. 07.010.186/0001-09 ***ITEM 29*** com o valor de R$ 3,80 (três reais e oitenta centavos), **WANDERLEI BOSCO RIBEIRO & CIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ n. 01.020.481/0001-60 ***ITEM 30*** com o valor de R$ 17,40(dezessete reais e quarenta centavos), **MERCADO BOA COMPRA-ME ,** inscrita no CNPJ nº. 07.010.186/0001-09 ***ITEM 31*** com o valor de R$ 6,98 (seis reais e noventa e oito centavos), **WANDERLEI BOSCO RIBEIRO & CIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ n. 01.020.481/0001-60 ***ITEM 32*** com o valor de R$ 179,00(cento e setenta e nove reais),**MERCADO BOA COMPRA-ME ,** inscrita no CNPJ nº. 07.010.186/0001-09 ***ITEM 33*** com o valor de R$ 84,00 (oitenta e quatro reais), **WANDERLEI BOSCO RIBEIRO & CIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ n. 01.020.481/0001-60 ***ITEM 34*** com o valor de R$ 34,00(trinta e quatro reais)**, MERCADO BOA COMPRA-ME ,** inscrita no CNPJ nº. 07.010.186/0001-09 ***ITEM 35*** com o valor de R$ 34,00 (trinta e quatro reais), **WANDERLEI BOSCO RIBEIRO & CIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ n. 01.020.481/0001-60 ***ITEM 36*** com o valor de R$ 27,50(vinte e sete reais e cinqüenta e cinco centavos)**, MERCADO BOA COMPRA-ME ,** inscrita no CNPJ nº. 07.010.186/0001-09 ***ITEM 37*** com o valor de R$ 29,50 (vinte e nove reais e cinqüenta centavos), **WANDERLEI BOSCO RIBEIRO & CIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ n. 01.020.481/0001-60 ***ITEM 38*** com o valor de R$ 32,00(trinta e dois reais)**, MERCADO BOA COMPRA-ME ,** inscrita no CNPJ nº. 07.010.186/0001-09 ***ITEM 39*** com o valor de R$ 17,50 (dezessete reais e cinqüenta centavos), **WANDERLEI BOSCO RIBEIRO & CIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ n. 01.020.481/0001-60 ***ITEM 40*** com o valor de R$ 9,99(nove reais e noventa e nove centavos)**, MERCADO BOA COMPRA-ME ,** inscrita no CNPJ nº. 07.010.186/0001-09 ***ITEM 41*** com o valor de R$ 16,00 (dezesseis reais), **WANDERLEI BOSCO RIBEIRO & CIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ n. 01.020.481/0001-60 ***ITEM 42*** com o valor de R$ 9,99(nove reais e noventa e nove centavos)**,** *Será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização da documentação CND Municipal, conforme os termos do art. 43 e seus § da Lei Complementar n.°123/2006 para a empresa* **MERCADO BOA COMPRA-ME ,** inscrita no CNPJ nº. 07.010.186/0001-09.Santo Antônio do Leverger – MT, 30 de novembro de 2017. Lidiane Batista de Rezende- Pregoeira-Port. 008/GP/2017.

AVISO DE LICITAÇÃO -PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017-SRP-PROCESSO ADMINISTRATIVO 084/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 084/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017 - SRP

O Município de Santo Antônio do Leverger-MT, através da sua Pregoeira Oficial, torna público aos interessados, que fará licitação na modalidade Pregão Presencial-SRP, O objeto o Registro de Preços para Futura e Eventual, contratação de empresa para manutenção corretiva e preventiva de mecânica em geral, (elétrica, funilaria, alinhamento, cambagem, troca de óleo, filtro, pintura em geral e sistema de injeção eletrônica em geral), **e** fornecimento de peças genuínas ou originais de fábrica/primeira linha e serviços de guincho e reboque para veículos independente de marca para atender a demanda da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger**,** observado as especificações contidas no Termo de Referência deste edital e em seus anexos.

A sessão será realizada às ***08h00min do dia 18 de dezembro de 2017***, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal. O referido Edital encontra-se disponível na íntegra no Departamento de Licitações.

Os interessados poderão retirar gratuitamente no site da prefeitura municipal, através do endereço *www.leverger.mt.gov.br*, ou solicitar enviando e-mail para *licitacao@leverger.mt.gov.br.*

Santo Antônio do Leverger – MT, 01 de Dezembro de 2017.

Lidiane Batista de Rezende

Portaria 008/GP/2017

Pregoeira

AVISO DE RESULTADO PROCESSO ADMINISTRATIVO 080/2017 PREGÃO PRESENCIAL N.º 025/2017 – SRP

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 080/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 025/2017 – SRP

O Município de Santo Antônio do Leverger, através da sua Pregoeira Oficial, torna público RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL 025/2017 o **Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada nos fornecimentos combustíveis e óleos lubrificantes para atender a frota dos veículos da Prefeitura de Santo Antonio de Leverger, conforme as especificações contidas no Termo de Referencia deste edital e em seus anexos.** Na sessão pública realizada no dia 01 de DEZEMBRO de 2017 as 08:00 horas. Nesta, sagrou-se vencedora a empresa ***COMERCIAL VILLA LTDA-EPP***, inscrita no CNPJ sob o n° 02.005.520/0001-01, ***os ITEM 01*** com o valor de R$ 3,77(Três reais e setenta e sete centavos), o ***ITEM 02*** com o valor de R$ 3,87 (tres reais e oitenta e sete centavos), ***ITEM 03*** om o valor de R$ 4,17 (quatro reais dezessete centavos), ***ITEM 04*** com o valor de R$ 2,38 (dois reais trinta e oito centavos), ***ITEM 05*** com o valor de R$ 236,00 (duzentos e trinta e seis reais), ***ITEM 06*** com o valor de R$ 168,50 (cento e sessenta e oito reais e cinqüenta centavos), ***ITEM 07*** com o valor de R$ 15,50 (quinze reais e cinqüenta centavos), ***ITEM 08*** com o valor de R$ 252,50 (duzentos e cinqüenta e dois reais e cinqüenta centavos), ***ITEM 09*** com o valor de R$ 269,50 (duzentos e sessenta e nove reais e cinqüenta centavos), ***ITEM 10*** com o valor de R$ 13,50 (treze reais e cinqüenta centavos), ***ITEM 11*** com o valor de R$ 16,40 (dezesseis reais quarenta centavos), ***ITEM 12*** com o valor de R$ 20,50 (vinte reais cinqüenta centavos), ***ITEM 13*** com o valor de R$ 14,30 (quatorze reais e trinta centavos), ***ITEM 14*** com o valor de R$ 22,30 (vinte e dois reais trinta oito centavos), ***ITEM 15*** com o valor de R$ 18,00 (dezoito reais), ***ITEM 16*** com o valor de R$ 15,50 (quinze reais e cinqüenta centavos), ***ITEM 17*** com o valor de R$ 290,50(duzentos e noventa reais e cinquenta centavos), ***ITEM 18*** com o valor de R$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais) ***ITEM 19*** com o valor de R$ 24,30 (vinte e quatro reais e trinta centavos), ***ITEM 20*** com o valor de R$ 109,00 (cento e nove reais), ***ITEM 21*** com o valor de R$ 16,30 (dezesseis reais e trinta centavos), ***ITEM 22*** com o valor de R$ 18,20 (dezoito reais e vinte centavos), ***ITEM 23*** com o valor de R$ 54,00 (cinqüenta e quatro reais), ***ITEM 24*** com o valor de R$ 255,00 (duzentos e vinte cinco reais). Santo Antônio do Leverger – MT, 04 de DEZEMBRO de 2017. Lidiane Batista de Rezende -Pregoeira- Port. 008/GP/2017.

AVISO DE RESULTADO PROCESSO ADMINISTRATIVO 081/2017 PREGÃO PRESENCIAL N.º 026/2017 – SRP

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 081/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 026/2017 – SRP

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger - MT, através da sua Pregoeira Oficial,, para conhecimento dos interessados, que a Licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL N.º 026/2017 – SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO 081/2017** , do tipo "Menor Preço Global ", cujo objeto é **Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva incluindo peças originais e/ou genuínas e mão de obra especializada em aparelhos odontológicos e hospitalares da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santo Antônio de Leverger -MT, conforme as especificações contidas no Termo de Referência deste edital e em seus anexos**, cuja abertura no dia 04/12/2017 às 08h00min, ocasionou em licitação ***DESERTA***. Maiores informações, através do e-mail: *licitacao@leverger.mt.gov.br.*, ou pelo telefone (65) 3341-1346.

Santo Antônio do Leverger - MT, 04 de dezembro de 2017.

Lidiane Batista de Rezende

Pregoeira

Portaria 008/GP/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 566/2017.

EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO GILNEI SERE RU RU**, DO CARGO DE PROFESSOR CLASSE A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - EXONERAR, do Cargo de **PROFESSOR CLASSE A**, desta Prefeitura Municipal, o servidor público GILNEI SERE RU RU.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 567/2017.

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA IDILA SILVA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando requerimento do servidor em que apresenta atestado médico e solicita licença para tratamento de saúde;

Considerando o teor de Laudo Médico Pericial expedido pela Junta Médica em 30/11/2017 que atesta que o referido servidor está apto para exercer atividades laborais a partir do dia 25/12/2017.

Com fundamento nos artigos 81 e 87 da Lei Municipal n°055/2001 e 157/2005 de 29/07/2005 e no Laudo Médico Pericial,

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde a servidora pública contratada **IDILA SILVA DA SILVA,** nos termos do Laudo Médico Pericial expedido em 30/11/2017, no período de 24/11/2017 a 24/12/2017.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 113/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 113/2017

OBJETO: **Contrataçãodeempresapara Execuçãode Reforma e Ampliação do Hospital Municipal de São Félix do Araguaia – MT,localizadana Rua da Saúde – Vila São José,nomunicípiodeSão Félix do Araguaia - MT;RECURSOS ORIUNDOS DE CONVENIO nº 1092/2016 DO FUNDO ESTADUAL DE SAUDE – FES, Conforme Localização Projeto Básico de Engenharia, Memorial Descritivo, Cronograma de Desembolso, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, Edital, Contrato e Proposta de Preço em anexo.**

FAVORECIDA: CONSTRUTORA REZENDE LTDA - ME **/CNPJ Nº** 04.290.884/0001-17 **VALOR GLOBALR$ 724.567,12 (setecentos e vinte e quatro mil, quinhentos e sessenta e sete reais e doze centavos)**.

PRAZO CONTRUTUAL: 05/12/2017 A 05/12/2018.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 8.666/1993

São Félix do Araguaia - MT, 05 de dezembro de 2017.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

REF. PROCESSO Nº. 056/2017

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, Sra. **JANAILZA TAVEIRA LEITE,** no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO os dispositivos legais estabelecidos pela Lei 8.666/93, especialmente em seu Artigo 43, Inciso VI;

CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo Administrativo nº. 056/2017 – TOMADA DE PREÇO Nº. 004/2017 e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação,

ADJUDICO o objeto da aludida Licitação à Empresa CONSTRUTORA REZENDE LTDA - ME /CNPJ Nº 04.290.884/0001-17 **VALOR GLOBAL R$ 724.567,12 (setecentos e vinte e quatro mil, quinhentos e sessenta e sete reais e doze centavos)**, conforme Ata circunstanciada.

São Félix do Araguaia - MT, 05 de dezembro de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

REF. PROCESSO Nº. 056/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2017

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, Sra. **JANAILZA TAVEIRA LEITE,** no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO os dispositivos legais estabelecidos pela Lei 8.666/93, especialmente em seu Artigo 43, Inciso VI;

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo Administrativos nº. 056/2017 – TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2017 e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação,

HOMOLOGO o objeto do aludido Certame à Empresa CONSTRUTORA REZENDE LTDA - ME /CNPJ Nº 04.290.884/0001-17 **VALOR GLOBAL R$ 724.567,12 (setecentos e vinte e quatro mil, quinhentos e sessenta e sete reais e doze centavos)** para todos os efeitos previstos em Lei.

São Félix do Araguaia - MT, 05 de dezembro de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA Nº 166/2017

CONTRATO (A) RENATA PEREIRA CURI

OBJETO - O presente contrato decorre do processo dispensa de licitação n. 1023/2017 com fulcro no art. 24, II da Lei 8.666/93 c/c art. 2º da Lei Municipal n. 696/2017, cotação n. 303/2017, cuja justificativa da Autoridade solicitante encontra-se em anexo, e tem como objeto a comprados produtos abaixo listados:

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de R$ 1.800,00 (Um Mil e oitocentos reais). Que será pago através de deposito bancário na conta de titularidade da CONTRATADA.

DA VIGÊNCIA- O contrato terá vigência do dia 01 dezembro de 2017 a 31 de dezembro de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

PORTARIA Nº 238/2017

PORTARIA Nº 238/2017

DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE PEDIDO DE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa a seguinte:

Art. 1° - Fica exonerado o Servidor Público, ALCINO OLIVEIRA MOURA do cargo efetivo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura/Obras da Prefeitura Municipal de São Jose do Xingu – MT, conforme pedido do servidor em anexo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 01 de dezembro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se Publique-se Cumpra-se

EDITAL COMPLEMENTAR - Nº 002 - RESULTADO DOS RECURSOS

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de São José do Xingu

CNPJ: 37.465.317/0001-03

Avenida Mauro Pires Gomes, nº41 – São José do Xingu/MT Fone: (66)3568 -1109/3568 -1666

E-mail: prefeitura@saojosedoxingu.mt.gov.br

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 001/2017 - 02 RESULTADOS DOS RECURSOS

A presidente da comissão organizadora do processo seletivo publico edital complementar 001/2017- 02, Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber aos interessados que após analisar todos os recursos interpostos contra o edital de homologação das inscrições preliminar apresentamos os resultados de deferidos e indeferidos, conforme anexo fixado no mural da prefeitura municipal, e na pagina da empresa assepublica.listaesditais.com.br e diário eletrônico dos municípios da amm.org.br para as devidas conferências.

EDITAL	Processo Seletivo - publico 001/2017
INSCRIÇÃO	765376
CARGO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SEDE DO MUNICIPIO
TIPO RECURSO	Recurso contra a homologação das inscrições
DISCIPLINA	
DATA DE SOLICITAÇÃO	29/11/2017 às 15h 55min
PEDIDO	Solicito o Deferimento da minha inscrição para a Seletiva de Agente comunitário de saúde
DESCRIÇÃO FATOS	Querer saber qual o motivo de ter a minha inscrição indeferida
PROVA	
QUESTÃO	
DESCRIÇÃO	A minha inscrição foi feita dentro do prazo Resido no município antes da homologação e lançamento da seletiva, ficando assim sem motivos claros o indeferimento da minha inscrição
ANEXO	
RESPOSTA	Não Apresentou Os Comprovantes De Endereço, Ao Efetuar a inscrição, Conforme §2º Do Item 2.1 Do Edital 001/2017
STATUS	INDEFERIDO

EDITAL	Processo Seletivo - publico 001/2017
INSCRIÇÃO	719812
CARGO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SEDE DO MUNICIPIO
TIPO RECURSO	Recurso contra a homologação das inscrições
DISCIPLINA	
DATA DE SOLICITAÇÃO	29/11/2017 às 13h 28min
PEDIDO	Peço o deferimento da minha inscrição, pois eu fiz tudo certo oq me pediram,e minha inscrição consta ainda como indeferida.
DESCRIÇÃO FATOS	Eu entrei contra recurso, pois minha inscrição estar constando como inscrição indeferida,sendo q eu fiz o procedimento certo,enviando o comprovante de endereço no email indicado.
PROVA	
QUESTÃO	
DESCRIÇÃO	Eu fiz a inscrição da seletiva,ai depois eu entrei no site para ver como estava minha inscrição, ai estava inscrição indeferida,ai pediram no site da seletiva pra quem não tiver comprovante de endereço no nome,pra quem for casado mandar o comprovante do esposo e pra quem morar com a mãe mandar o comprovante do endereço no nome da mãe, e assim eu fiz,mandei no email q eles passaram,e ate agora minha inscrição não foi deferida.
ANEXO	
RESPOSTA	Não Apresentou Os Comprovantes De Endereço, Ao Efetuar a inscrição, Conforme §2º Do Item 2.1 Do Edital 001/2017

STATUS	INDEFERIDO

EDITAL	Processo Seletivo - publico 001/2017
INSCRIÇÃO	715235
CARGO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SEDE DO MUNICIPIO
TIPO RECURSO	Recurso contra a homologação das inscrições
DISCIPLINA	
DATA DE SOLICITAÇÃO	29/11/2017 às 13h 18min
PEDIDO	Peço o deferimento da minha inscrição, pois eu mandei o comprovante de endereço conforme pediram, mandei no email indicado.
DESCRIÇÃO FATOS	Bom,eu entrei contra, pois eu fiz a inscrição, e a minha inscrição estava com indeferida por causa do comprovante de endereço, ai eu mandei o comprovante de endereço conforme pediram no email,e meu nome não estar constando na lista dos q vão fazer a prova.ok
PROVA	
QUESTÃO	
DESCRIÇÃO	Eu fiz a inscrição da seletiva,ai depois eu entrei no site para ver como estava minha inscrição, ai estava inscrição indeferida, ai procurei a responsável,ai pediram pra quem não tiver comprovante de endereço no nome,pra quem for casado mandar o comprovante do esposo e ora quem morar com a mãe mandar o comprovante do endereço no nome da mãe, e assim eu fiz,mandei no email q eles passaram,e ate agora minha inscrição não foi deferida.
ANEXO	
RESPOSTA	Não Apresentou Os Comprovantes De Endereço, Ao Efetuar a inscrição, Conforme §2º Do Item 2.1 Do Edital 001/2017
STATUS	INDEFERIDO

São José do Xingu/MT – 01 de Dezembro de 2017.

Kallinne Freire Soares Presidente da Comissão Organizadora

EDITAL COMPLEMENTAR 03 - INSCRIÇÕES DEFERIDAS DEFINITIVAS

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de São José do Xingu

CNPJ: 37.465.317/0001-03

Avenida Mauro Pires Gomes, nº41 – São José do Xingu/MT Fone: (66)3568 -1109/3568 -1666

E-mail: prefeitura@saojosedoxingu.mt.gov.br

EDITAL COMPLEMENTAR DE HOMOLOGAÇÃO Nº. 001/2017- 03 HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS - DEFINITIVO

A presidente da comissão organizadora do processo seletivo publico edital complementar 001/2017- 03, Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber aos interessados que foram homologadas definitivamente as inscrições, conforme anexo fixado no mural da prefeitura municipal, na pagina da empresa assepublica.listaesditais.com.br e no diário eletrônico dos municípios da amm.org.br, para as devidas conferências.

São José do Xingu/MT – 01 de Dezembro de 2017.

Kallinne Freire Soares Presidente da Comissão Organizadora

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - DISTRITO STA. DO FONTOURA

Nº INSC	CANDIDATO
701795	Adi Campos De Souza
713529	Alecio Bismark Coleta Aragao
717610	Antonia Oliveira Vasconcelos
761427	Edineia Renata Bizzi
710319	Evelyn Deborah Da Costa Barbosa
762842	Gleiciane Silva Neres Nunes
707228	Idalina Nunes Dos Santos
765935	Joaquim Bezerra Moreira
720063	Lusiene Lustosa De Oliveira
702920	Maria Do Espirito Santo Castro Dias
720808	Maria Elza Borges Bezerra
721276	Maria Jose Borges Bezerra
701752	Naira Da Costa Barros
757919	Raimundo Bezerra Gomes
755165	Regina Jacob Do Carmo Ferreira
715373	Sandra Alves Da Silva
717656	Suziane Diniz Pinheiro Mendes

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SEDE DO MUNICIPIO

Nº INSC	CANDIDATO
763379	Adriana Pinto De Assuncao
706036	Aline Abreu Da Silva
762136	Amanda Do Nascimento Souza
712026	Ana Caroline Rodrigues De Arruda
754301	Ana Cristina Campos
706236	Ane Caroline Dias Ribeiro
764383	Antonia Do Nascimento Souza
717690	Artemisia Da Conceicao Morais
711281	Celia Soares Pereira
754643	Cleidiane Marcelino Da Silva
751443	Cleyton Davi Spanholi Andrade
708308	Daniela Jesus Dos Santos
752979	Dorilene Rodrigues Ribeiro
704507	Dorival Moreira Damaceno Filho
763542	Edilma Rocha Dias Garcia
755532	Edmar Gomes Damasceno
765248	Eliane Soares Da Silva
718665	Erysmaia Santos Souza Martins
754476	Fabiola Malta Costa
755276	Geudo Moreira Da Silva
701877	Gustavo Alves Da Silva
708695	Itamara Costa Cirqueira
715191	Jeinifan Ramos De Souza
712045	Joana Darc De Oliveira
763432	Josiane Pereira Rodrigues
710830	Juliana Da Rocha Leoncini
716670	Kamila Dotas Da Silva
753270	Karen Leticia Da Silva Barbosa
706610	Katiussee Sousa De Aquino
752777	Kauane Santos Barros Miranda
719099	Larissa Aparecida Lucio Da Silva
753354	Leandro Quintino Coelho
712136	Leidiane Pereira Dias
711926	Lestannes Batista Da Silva
718169	Lorrane De Oliveira Lima
712206	Luana Alves Da Silva
765232	Lucileide Pereira Dos Santos
762306	Marcia Rejane Da Silva
720838	Maria Angela Godoi
754640	Maria Aparecida Pereira De Souza
761100	Maria Neuza Farias Da Costa
701479	Marli Rodrigues Da Silva
708667	Mateus Da Silva De Oliveira
721722	Maurina Pereira Da Silva
709065	Neusa Costa De Aquino
717352	Patricia Rozendo Pereira
712266	Priscilla Pires De Carvalho
706596	Regi Eliane Lima Luz
764711	Rosilaine Souza Pessoa
757352	Solange Barros De Santana
708904	Valeria Priscilla Lourenco Leao De Brito
752946	Vilma Alves Da Silva
714035	Wallas Vasny Gomes Pereira
704467	Yngrid Silva De Oliveira
708571	Yonara Silva Do Carmo

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ZONA RURAL GLEBA AYMORE

Nº INSC	CANDIDATO
709157	Celia Rodrigues Da Silva
763320	Francisca Soares Rodrigues

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ZONA RURAL GLEBA YAMIM

Nº INSC	CANDIDATO
722788	Edivaine Alves Ferreira

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DISTRITO SANTO ANTONIO DO FONTOURA MICROÁREA 08

Nº INSC	CANDIDATO
755112	Hugo Fernando De Queiroz

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DISTRITO SANTO ANTONIO DO FONTOURA MICROÁREA 09

Nº INSC	CANDIDATO
765864	Antonio Reis Bezerra Moreira
761635	Edineia Rocha Da Silva
764908	Keli De Souza Leite

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 344 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE DESTITUIÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - DESTITUIR do cargo interino de OUVIDOR GERAL DO MUNICÍPIO o servidor JOÃO CLARET DONADEL, designado através da PORTARIA Nº 318 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA	PUBLICADA	CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EM 1º DE DEZEMBRO DE 2017

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TEMO DE ADITIVO - CONTRATO PROFESSORES

TERMO DE ADITIVO			
ENTIDADE			
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT			
TERMO DE ADITIVO	**ÓRGÃO**		**UNIDADE ADMINISTRATIVA**
052	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)		
	MARIZETE DE FATIMA GOMES ZANQUETIN		
DATA INÍCIO		**VALOR MENSAL**	**DOTAÇÃO**
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.
OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO			
ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 001/2017 DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação: Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.			

TERMO DE ADITIVO			
ENTIDADE			
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT			
TERMO DE ADITIVO	**ÓRGÃO**		**UNIDADE ADMINISTRATIVA**
053	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)		
	VERONICE DIAS PENACHIONE		
DATA INÍCIO		**VALOR MENSAL**	**DOTAÇÃO**
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.
OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO			
ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 002/2017 DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação: Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.			

TERMO DE ADITIVO			
ENTIDADE			
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT			
TERMO DE ADITIVO	**ÓRGÃO**		**UNIDADE ADMINISTRATIVA**
054	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)		
	FLAVIA ALVES DA SILVA		
DATA INÍCIO		**VALOR MENSAL**	**DOTAÇÃO**
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.
OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO			
ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 003/2017 DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação: Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.			

TERMO DE ADITIVO			
ENTIDADE			
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT			
TERMO DE ADITIVO	**ÓRGÃO**		**UNIDADE ADMINISTRATIVA**
055	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)		
	JOÃO VIDOTI JUNIOR		
DATA INÍCIO		**VALOR MENSAL**	**DOTAÇÃO**
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.
OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO			
ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 001/2017 DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação: Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.			

TERMO DE ADITIVO			
ENTIDADE			
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT			
TERMO DE ADITIVO	**ÓRGÃO**		**UNIDADE ADMINISTRATIVA**
056	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)		
	ODETE ROSA PAES		
DATA INÍCIO		**VALOR MENSAL**	**DOTAÇÃO**
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.
OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO			
ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 005/2017 DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação: Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.			

TERMO DE ADITIVO			
ENTIDADE			
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT			
TERMO DE ADITIVO	**ÓRGÃO**		**UNIDADE ADMINISTRATIVA**
057	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)		
	VALERIA DA SILVA FERREIRA		

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 006/2017 DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
058	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	DANIELA TABATA PEREIRA MACHADO	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 007/2017 DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
059	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	ELIANA APARECIDA DE OLIVEIRA	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **008/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
060	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	MARLUCE DELFORNO LEITE	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **009/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
061	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	MARCIEL HENRIQUE DA SILVA	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **010/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
062	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	ELIANA GOMES DA SILVA RANZULA	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **011/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
063	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	ANDREIA RIBEIRO GILFRIDA	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **013/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
064	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	IVANILCE APARECIDA M. Q. VASCOCELOS	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **014/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
065	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	ELISANGELA APARECIDA BURGO GUEVARA	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **015/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
066	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	LUCINÉIA GUEVARA VIEIRA	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **016/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
067	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	ANA PAULA WINK	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **017/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
068	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	MARIA ELEANE DE OLIVEIRA BASEGGIO	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **019/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
069	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	EDMAR DE OLIVEIRA ALMEIDA	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **020/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
070	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	ADRIANA CLAUDIA DE MELO NOGUEIRA	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **021/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
071	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	ERISON RICARDO MARCHI	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **022/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
072	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	LUCIANA MONTANARI DE MELO VALVERDE	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **023/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
073	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	MARIZA DA SILVA SANTOS	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **025/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
074	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	MARIA DO CARMO DE SOUZA OLIVEIRA	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **026/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
075	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	ONIVALDO LUIZ CUSTODIO	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **027/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
076	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	MARIA MARCOLINA COSTA	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **028/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
077	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	JANAINA VETORETI GOLONI	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **030/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
078	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	MARCIA BARBOSA CASSIA DOS SANTOS	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **031/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
079	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	EDLAINE APARECIDA STORT	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **032/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
080	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	ANA MARIA DA SILVA DE OLIVEIRA BONFIM	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **034/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
081	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	SUZELEI BARBOSA ALFREDO TOMAZ FERREIRA	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **035/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
082	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	ALCIENE DIAS SIQUEIRA	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **036/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
083	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	ALIANE DO NASCIMENTO FERREIRA	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **037/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
084	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	LUZEMEIRE MONICA DE ARAUJO CALDEIRA	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **039/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
085	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	CHEILA CARVALHO DOS SANTOS SIQUEIRA	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **024/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
086	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	ROSIMAR BARBOSA DE SOUZA PAULA	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **041/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
087	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	ESLAY DA SILVA SOUZA	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **042/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
088	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	ROSA MARIA DE FREITAS BARBOSA SICOTTI	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **043/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
089	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	LEONICE REINOLDES FRANCISQUETE	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **044/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
090	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	BENEDITA DE ANDRADE BARBOZA	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **045/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
091	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	LISIANE DANIELA DE OLIVEIRA	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **046/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
092	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	DAIANE ALVES DOS SANTOS	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **047/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
093	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	ELQUIANE GOMES DE MATOS	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **047/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
094	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	VERA LUCIA COGHI DA CRUZ	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **048/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

TERMO DE ADITIVO

ENTIDADE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

TERMO DE ADITIVO	ÓRGÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
095	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)	
	EDICLÉIA ALINE FERNANDES	

DATA INÍCIO		VALOR MENSAL	DOTAÇÃO
06/03/2017	22/12/2017	2.586,15	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO

ADITAM AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **050/2017** DE 06/03/20017, ALTERANDO A CLAUSULA QUARTA, que passam ter a seguinte redação:
Clausula quarta: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ PELO PERIODO DE 06 DE MARÇO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2017, SENDO EXTINO NO SEU PRAZO, INDEPEDENTE DE QUAISQUER INTERRUPÇÕES OU SUSPENSÕES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 004/2017 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2017 - PEDIDOS DE VAGAS PCD E ATENDIMENTO ESPECIAL

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 004/2017 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO **a lista dos Pedidos de Inscrição para Pessoa com Deficiência e Requerimento para Solicitação de Tratamento Especial para Realização de Prova no Processo Seletivo nº. 003/2017**, visando o preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional tem-

porário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Administração.

1. Divulgação da relação dos candidatos que solicitaram a inscrição para pessoas com deficiência, sendo **DEFERIDOS** ou **INDEFERIDOS** conforme os termos do item 7 – DA INSCRIÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA do Edital de Abertura:

Cargo.: PROFESSOR DA SALA MULTIFUNCIONAL/ED. ESPESCIAL - LIBRAS					
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Situação**
1	401	JAIANA DE LIMA LACERDA	18/12/1987	1610504-4	DEFERIDO
Cargo.: AUX. DE DESENV. INFANTIL E ED. ESPECIAL - ZONA URBANA					
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Situação**
1	337	PEDRO DE SOUSA SANTOS	29/06/1985	1786575-1	DEFERIDO item 7.1 INDEFERIDO item 7.1.2
2	3714	LOANA DE ALMEIDA DOS SANTOS	12/09/1992	20542500	DEFERIDO item 7.1 INDEFERIDO item 7.1.2
3	3947	DIEGO ALVES DA FONSECA	04/09/1993	22297502	DEFERIDO item 7.1 INDEFERIDO item 7.1.2
Cargo.: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA					
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Situação**
01	4465	ANA MARIA SAMPAIO DOS SANTOS	01/01/1977	13415999 SSP/MT	DEFERIDO
Cargo.: PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA					
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Situação**
01	2316	FABIANA ALENCAR ROCHA E SILVA	22/09/1977	12406120	INDEFERIDO Item 7.1

1.1 Da presente decisão, não cabe recurso.

Tangará da Serra – MT, 05 de dezembro de 2017.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

Prof. Adriano Alves FernandesSecretário Municipal de Educação e Cultura

Ademir Aparecido Anibale

Secretário Municipal de Esportes

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Aguinaldo Garrido

Secretário Municipal de Assistência Social

Selton José Vieira

Secretário Municipal de Infraestrutura

Magno Cesar Ferreira

Secretário Municipal de Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO Nº. 03/2017

AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO Nº. 03/2017

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Terra Nova do Norte, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, sob a modalidade supramencionada, com as seguintes características:

OBJETO: O objeto do presente é conclusão das obras para construção de uma Praça Localizada no Bairro Vista Alegre, com recursos oriundos do convenio nº 126/2013/SECID, conforme discriminação detalhada no Plano de Trabalho e memorial descritivo e projetos.

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço global.

TIPO: Menor Preço Global.

DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: DIA 19/12/2017 HORAS:8:00.

LOCAL: Avenida Cloves Felício Fettorato, 101, Centro, Terra Nova do Norte – MT.

EDITAL E ESCLARECIMENTOS: Endereço acima, no horário das 7:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00; FONE (66) 3434 – 2500 FAX: (66) 3434-1228, o edital completo estará disponível no site www.terranovadonorte.mt.gov.br

Terra Nova do Norte – MT, 04 de dezembro de 2017.

Elizangela de O. Azevedo

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017-B, originado do Processo Licitatório sob nº 025/2017 - Pregão Presencial nº 019/2017 – Registro de Preços – Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS. Detentora da Ata: Dimaster Com. de Produtos Hospitalares Ltda. Vigência: **03/08/2017 a 02/08/2018**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL –

MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 30 de novembro de 2017.

CLEITON LUIZ BORGES DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Pregoeiro.

LEI Nº 663, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL, ESTADO DE MATO GROSSO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

“Faço Saber que a CÂMARA DE VEREADORES Aprova e eu sanciono a seguinte Lei”:

Art. 1º - Esta lei **estima a receita e fixa a despesa** do Município de União do Sul, Estado de Mato Grosso, para o exercício financeiro de 2018, em igual valor de R$ 19.000.000,00 (Dezenove milhões de reais), estando incluso no orçamento o valor a ser deduzido da receita para formação do FUNDEB no valor de R$ 1.568.000,00 (Um milhão e quinhentos e sessenta e oito mil reais), assim distribuídos:

Orçamento Fiscal	19.016.603,08
Orçamento da Seguridade Social	1.566.996,92
(-) Dedução para Receita FUNDEB	- 1.568.000,00
(-) Dedução Outras Receitas	- 15.600,00
Total	**19.000.000,00**

Art. 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de Receitas Correntes e de Capital, nos termos da legislação vigente e das especificações constantes do “Anexo 2”, observando o seguinte desdobramento sintético:

RECEITAS CORRENTES	**16.976.000,00**
0.1.1. Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	946.603,08
3.1.1. (-) Deduções Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-15.600,00
0.1.3. Receita Patrimonial	255.000,00
1.6. Receita de Serviços	0,00
0.1.7. Transferências Correntes	17.332.996,92
4.1.7. (-) Deduções Transferências Correntes	-1.568.000,00
0.1.9. Outras Receitas Correntes	25.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	**2.024.000,00**
0.2.1. Operações de Crédito	0,00
0.2.2. Alienações de Bens	10.000,00
0.2.4. Transferências de Capital	2.014.000,00
TOTAL	**19.000.000,00**

Art. 3º - A despesa será realizada de acordo com a discriminação constante dos quadros “Programas de Trabalho” e “Natureza da Despesa”, que integram a presente lei, e apresentam os seguintes desdobramentos sintéticos:

1. POR FUNÇÕES DO GOVERNO	**R$**
Legislativa	814.000,00
Judiciária	30.000,00
Administração	2.477.000,00
Assistência Social	750.000,00
Saúde	4.442.000,00
Educação	4.550.000,00
Cultura	1.340.000,00
Urbanismo	828.000,00
Habitação	5.000,00
Saneamento	66.000,00
Gestão Ambiental	35.000,00
Agricultura	353.500,00
Energia	140.000,00
Transporte	2.434.500,00
Desporto e Lazer	500.000,00
Encargos Especiais	220.000,00
Reserva de Contingência	15.000,00
TOTAL	**19.000.000,00**

2. POR PROGRAMAS		
0001	Gestão e Planejamento das Unidades Administrativas	3.059.500,00
0002	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	85.000,00
0003	Modernização Tributária e Equilíbrio Fiscal	90.000,00
0004	Valorização do Profissional da Educação	45.000,00
0005	Fortalecimento da Educação Infantil	1.150.000,00
0006	Educação Básica de Qualidade	2.870.000,00
0007	Gestão de Excelência	485.000,00
0008	Mais Cultura	1.340.000,00
0009	Gestão da Saúde com Qualidade	313.000,00
0010	Gerir com Qualidade a Atenção Básica	2.139.000,00
0011	Ampliação e Qualidade na Média e Alta Complexidade	1.442.000,00
0012	Ampliação e Qualidade na Assistência Farmacêutica	235.000,00
0013	Ampliação e Qualidade na Vigilância Sanitária	128.000,00
0014	Proteção Social Básica/Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF)	82.000,00
0015	Proteção Social Básica/Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	121.000,00
0016	Gestão e Manutenção da Política de Assistência Social	338.000,00
0017	Proteção Social Básica/Índice de Gestão Descentralizada IGDBolsa Família	48.000,00
0018	Benefícios Eventuais e Habitação	53.000,00
0019	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conselho Tutelar	113.000,00
0020	Desenvolvimento da Infraestrutura Urbana e Rural	2.448.000,00
0021	Programas de Paisagismo e Urbanização	200.000,00
0022	Assistência e Fomento a Agricultura Familiar	124.500,00
0023	Meio Ambiente Sustentável	117.000,00
0024	Esporte Lazer	500.000,00
0025	Gestão da Política do Gabinete do Prefeito	460.000,00
0026	Ampliação e Qualidade na Vigilância Epidemiológica e Ambiental	185.000,00
0027	Reserva de Contingencia	15.000,00
0028	Apoio nas Ações do Processo Legislativo	764.000,00
0029	Modernização da Estrutura Administrativa	50.000,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS POR PROGRAMAS:		**19.000.000,00**

3 . POR CATEGORIA ECONÔMICA	**R$**
Despesas Correntes	16.021.500,00
Despesas de Capital	2.963.500,00
Reserva de Contingência	15.000,00
TOTAL DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA:	**19.000.000,00**

4. POR ÓRGÃO / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	**R$**
01 - CÂMARA MUNICIPAL	
01 – Câmara Municipal	814.000,00
02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	

01 – Gabinete do Secretário	120.000,00
03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
01 – Gabinete do Secretário	1.250.000,00
04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	
01 – Gabinete do Secretário	805.000,00
02 – Divisão de Tributação e Fiscalização	92.000,00
05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
01 – Departamento de Apoio Educacional	1.865.000,00
02 – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB	2.685.000,00
03 – Departamento de Cultura	1.340.000,00
06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
01 – Gabinete do Secretário	313.000,00
02 – Fundo Municipal de Saúde	4.129.000,00
07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA	
01 – Gabinete do Secretário	370.000,00
02 – Fundo Municipal de Assistência Social	275.000,00
03 – Fundo Municipal Assistência à Criança e Adolescente	110.000,00
08 – SECRETARIA MUN. DE OBRAS, VIAÇÃO, URBANISMO E SANEAMENTO	
01 – Divisão de Urbanismo	998.000,00
02 – Divisão de Transporte	2.434.500,00
09 – SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
01 – Gabinete do Secretário	424.500,00
10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
01 – Gabinete do Secretário	500.000,00
11 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
01 – Reserva de Contingência	15.000,00
12 – GABINETE DO PREFEITO	
01 – Chefia de Gabinete	460.000,00
TOTAL DESPESA POR ÓRGÃO/UNIDADE:	**19.000.000,00**

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir créditos suplementares à conta de quaisquer dos recursos discriminados nos incisos do parágrafo 1º, do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando os recursos de uma categoria de programação para outra, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada, em conformidade com o Inciso V, do Artigo 11, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2018 (Lei nº 655 de 25 de agosto de 2017), perfazendo o valor de R$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil reais), e, realizar as operações a que se refere o Art. 167 da Constituição Federal;

II - Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de anulação parcial ou total da dotação consignada sob a denominação de Reserva de Contingência, orçada em R$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme prevê o inciso III, do Art. 5º da Lei Complementar 101/2000, de 04 de Maio de 2000.

III - Realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito, inclusive aquelas que necessitam de fundo de aval, nas espécies, limites e condições estabelecidas em Resolução do Senado Federal, e na legislação federal pertinente, especialmente na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único - A autorização de que trata o inciso I deste artigo não onerará o limite previsto nos seguintes casos:

I - Quando destinado a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas à Pessoal e Encargos Sociais;

II - Quando se tratar da abertura de créditos adicionais à conta de excesso efetivo de arrecadação, inclusive no caso de convênios;

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, em 04 de dezembro de 2017.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2016, originado do Processo Licitatório sob nº 045/2016 - Pregão Presencial nº 037/2016 – Registro de Preços – Objeto:EVENTUAIS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS GERAIS POR HORA, PARA ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS AFINS. Detentoras da Ata: Benedito Ailton Pereira – MEI e Igor Borges de Souza – MEI. Vigência: **10/11/2016 a 09/11/2017**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que, durante o 4º trimestre de vigência da Ata supramencionada, não houve alteração de valores, tendo sido MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 30 de novembro de 2017.

CLEITON LUIZ BORGES DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Pregoeiro.

LEI Nº 664, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o Chefe do Poder Executivo firmar, com a Cooperativa Agrícola Selene – COOPERSELENE, um Termo de Cessão de Uso de Veículo e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

“Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei”:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar um Termo de Cessão de Uso de Veículo, com a Cooperativa Agrícola Selene – COOPERSELENE, sociedade civil inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.392.894/0001-29, estabelecida na Estrada Selene, s/nº, Km 04.1, Bairro Eunice, Zona Rural do Município de Sinop – MT, qualificada como CESSIONÁRIA e representada pelo Presidente Sr. Pedro Ferri Nogueira.

Parágrafo Único – O termo de cessão de uso a ser firmado tem como objetivo a Cessão de Uso, por tempo determinado, do seguinte bem patrimonial (veículo) de propriedade do município, abaixo descrito:

I - 01 (um) Caminhão equipado com Tanque para transporte de Leite, marca AGRALE, série 8500 TCA, Chassi: 9BYC2712SCC002823, com motor P1AO32903/2, a diesel, ano de fabricação/modelo 2011/2012, capacidade/potência: 11T / 140CV, categoria oficial, cor branca, placa QBM6946, sem restrições, Nº Patrimonial: 14537, de propriedade da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT.

Art. 2º - O veículo objeto da cessão de uso ora autorizada será utilizado pela Cessionária para efetuar a coleta de leite bovino “in natura” junto aos

produtores rurais de União do Sul, bem como o transporte do mesmo até a sede da COOPERSELENE de Sinop/MT.

§ 1º - A cessionária ainda fica autorizada a utilizar o veículo cedido em sua coleta de leite junto aos produtores rurais do município de Cláudia-MT.

Art. 3º – A Cessionária fica obrigada a disponibilizar e custear integralmente motorista devidamente habilitado para conduzir o veículo cedido, bem como custear todas as demais despesas com a utilização e manutenção do mesmo, tais como: combustível, lubrificantes, pneus, bem como eventuais consertos e reparos no veículo, inclusive assumir os custos de eventuais danos de maior gravidade decorrentes de acidente ou de uso incorreto do veículo.

Art. 4º - A cessão de uso do veículo cedido não será remunerada pela Cessionária, cabendo a esta somente o custeio integral das despesas mencionadas no artigo 3º desta lei, sendo efetivada em caráter precário com a assinatura do respectivo termo de cessão de uso de veículo, na forma da minuta em anexo, com prazo de vigência até a data de 31 de dezembro de 2018, podendo haver rescisão antes da data limite por ato unilateral da Cedente, por desistência da Cessionária, ou ainda por descumprimento do avençado.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 04 de dezembro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO (Lei nº 664, de 04/12/2017)

MINUTA - TERMO DE CESSÃO DE USO DE VEÍCULO Nº 001/2017

TERMO DE CESSÃO DE USO DE VEÍCULO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL E A COOPERATIVA AGRÍCOLA SELENE – COOPERSELENE, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, de um lado oMUNICIPIO DE UNIÃO DO SUL, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, pessoa jurídica de direito público Interno, com sede à Av. Curitiba, nº 94, centro de União do Sul–MT, inscrita no CNPJ sob nº 01.614.538/0001-59, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, brasileiro, empresário, portador do RG nº 5.753.325-0 SSP/PR e do CPF nº 784.082.539-72, doravante simplesmente denominada CEDENTE, e de outro lado a COOPERATIVA AGRÍCOLA SELENE – COOPERESELENE, sociedade civil inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.392.894/0001-29, estabelecida na Estrada Selene, s/nº, Km 04.1, Bairro Eunice, Zona Rural do Município de Sinop – MT, qualificada como CESSIONÁRIA e representada pelo Presidente Sr. Pedro Ferri Nogueira, brasileiro, maior, portador do RG nº 742960 SSP/MT e do CPF nº 488.544.171-49, doravante simplesmente denominada CESSIONÁRIA, em observância ao disposto na legislação vigente, resolvem celebrar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE VEÍCULO, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Cessão de Uso, por tempo determinado, do seguinte bem patrimonial (veículo) de propriedade do município, abaixo descrito:

I - 01 (um) Caminhão equipado com Tanque para transporte de Leite, marca AGRALE, série 8500 TCA, Chassi: 9BYC2712SCC002823, com motor P1AO32903/2, a diesel, ano de fabricação/modelo 2011/2012, capacidade/potência: 11T / 140CV, categoria oficial, cor branca, placa QBM6946, sem restrições, Nº Patrimonial: 14537, de propriedade da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE CESSÃO

A cessão de uso do veículo cedido não será remunerada pela CESSIONÁRIA, cabendo a esta somente o custeio integral das despesas mencionadas na Cláusula Terceira deste termo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CUSTEIO E MANUTENÇÃO DO VEÍCULO

A CESSIONÁRIA fica obrigada a disponibilizar e custear integralmente motorista devidamente habilitado para conduzir o veículo cedido, bem como custear todas as demais despesas com a utilização e manutenção do mesmo, tais como: combustível, lubrificantes, pneus,bem como eventuais consertos e reparos no veículo, inclusive assumir os custos de eventuais danos de maior gravidade decorrentes de acidente ou de uso incorreto do veículo.

CLÁUSULA QUARTA– DO COMPROMISSO DA CEDENTE

I - O CEDENTE compromete-se a manter em dia a documentação do caminhão cedido, durante toda a vigência desta cessão de uso;

II – O CEDENTE compromete-se a cumprir o avençado neste termo de cessão de uso.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

Para garantir o fiel cumprimento do presente termo, a CESSIONÁRIA obriga-se a:

I – disponibilizar e custear motorista habilitado e custear todas as demais despesas mencionadas na Cláusula Terceira deste termo;

II – não ceder ou transferir, no todo ou em parte, o uso dos equipamentos a terceiros estranhos a este ajuste;

III – garantir que somente pessoal devidamente habilitado fique encarregado da operação e condução do veículo ora cedido;

IV – assumir responsabilidade por qualquer dano ou prejuízo causado ao veículo cedido, decorrente de acidente culposo ou mau uso, bem como pelo descumprimento de obrigações previstas neste termo ou na legislação pertinente.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso de Veículo vigora até a data de 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

Este Termo poderá ser rescindido antes da data limite de sua vigência por ato unilateral da Administração (CEDENTE) ou em caso de desistência da CESSIONÁRIA, ou ainda por descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO O acompanhamento do uso do veículo (caminhão) cedido fica a cargo do Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, e a fiscalização deste Termo a cargo do(a) servidor(a) _____ designado(a) “fiscal de contrato” através da Portaria nº 026/2017, de 02/01/2017.

CLÁUSULA NONA – DO EMBASAMENTO LEGAL

A presente cessão de uso de veículo está devidamente autorizada pela Lei Municipal nº ____, de ___ de _____ de _____.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbe ao CEDENTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, em órgão de imprensa escrita, bem como por afixação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Cláudia, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da execução deste termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo, assinam as partes o presente termo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, na presença de duas

testemunhas que também assinam, para que produza efeitos legais e jurídicos.

União do Sul, MT, ___ de _____ de _____.

MUNICIPIO DE UNIÃO DO SUL

(CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ - Prefeito Municipal)

CEDENTE

COOPERATIVA AGRÍCOLA SELENE – COOPERSELENE

(PEDRO FERRI NOGUEIRA - Presidente)

CESSIONÁRIA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2016, originado do Processo Licitatório sob nº 042/2016 - Pregão Presencial nº 034/2016 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA USO DA FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS E MÁQUINAS RODOVIÁRIAS. Detentora da Ata: Auto Posto Madeira Ltda. - ME. Vigência: **10/11/2016 a 09/11/2017**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público que, na data de 31/08/2017, houve o apostilamento dos preços registrados nesta Ata, visando o reequilíbrio econômico e financeiro desta Ata de Registro de Preços. Informações detalhadas sobre esta Ata e sobre o Apostilamento Nº 2 da mesma, poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 30 de novembro de 2017.

CLEITON LUIZ BORGES DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2017-F, originado do Processo Licitatório sob nº 029/2017 - Pregão Presencial nº 021/2017 – Registro de Preços – Objeto: AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAL DE EXPEDIENTE. Detentora da Ata: Bellaforte Comercial Ltda. – ME. Vigência: **31/08/2017 a 30/08/2018**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 30 de novembro de 2017.

CLEITON LUIZ BORGES DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2017-E, originado do Processo Licitatório sob nº 029/2017 - Pregão Presencial nº 021/2017 – Registro de Preços – Objeto: AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE PEÇAS P/ COMPUTADOR. Detentora da Ata: Amauri Roberto de Araújo – ME. Vigência: **31/08/2017 a 30/08/2018**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 30 de novembro de 2017.

CLEITON LUIZ BORGES DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2017-D, originado do Processo Licitatório sob nº 029/2017 - Pregão Presencial nº 021/2017 – Registro de Preços – Objeto: AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEÇAS P/ COMPUTADOR. Detentora da Ata: Fernando da Costa – ME. Vigência: **31/08/2017 a 30/08/2018**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 30 de novembro de 2017.

CLEITON LUIZ BORGES DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Pregoeiro.

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 02 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2017

A COMISSÃO DE TESTE SELETIVO da PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, designada pela Portaria nº 265/2017, neste ato representada pelo Presidente abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais e regulamentares;

Considerando que não houve indeferimento de inscrições;

Considerando também que não houve interposição de recurso quanto à relação de inscritos;

RESOLVE:

I – Homologar a relação dos candidatos inscritos deferidos, na forma do Anexo Único deste Edital Complementar.

II - Este Edital Complementar nº 02 ao Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 02/2017 entra em vigor na data de sua publicação.

União do Sul – MT, 04 de dezembro de 2017.

MOACIR LINO DE CARVALHO

Presidente da Comissão de Teste Seletivo

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2017

ANEXO ÚNICO - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01

RELAÇÃO DE CANDIDATOS INSCRITOS DEFERIDOS:

CARGO: GARI – Secretaria de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento.

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	8	LEOPOLDO CORREA	80036337 SSP PR
002	11	TEREZA DE SOUZA	1971246-4 SSP MT
003	12	MARILENE ANTONIO DA SILVA	1555099-0 SSP MT
004	17	OSVALDO FRANCISCO REZENDE	2272596-2 SSP MT
005	35	CELLMA SALES DA SILVA	0459354220129 SSP MA
006	41	GENECY DA ASSUNÇÃO FEITOSA	1388236-8 SSP MT
007	61	ELAINE GONÇALVES DO NASCIMENTO	2370767-4 SSP MT
008	68	EDILEUZA TEIXEIRA MESQUITA	771404 SSP RO
009	78	MARCELO DE OLIVEIRA BISPO	2450724-5 SSP MT
010	83	FRANCISCA MACIEL DE LARA	734188 SSP MT
011	90	TIAGO PANSERA DA SILVA	2914615-1 SSP MT
012	122	CREMILDA LUCIA SILVERIO	24714413-7 SSP MT
013	159	LEANDRO DOS SANTOS DE SÁ	1680392-2 SSP MT
014	196	TADEU DOS ANJOS LEMES	2150518-7 SSP MT

CARGO: VIGIA – Secretaria de Administração

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	4	LEANDRO SCHLEMMER	1989561-5 SSP MT
002	5	ELVIS RODRIGUES RIBEIRO	1633300-4 SSP MT
003	7	ANDERSON RODRIGUES RIBEIRO	1859051-9 SSP MT
004	31	SAMUEL DUARTE DE SOUZA	904620 SSP TO
005	33	LUIZ ANTONIO SILVA BATISTA	2450574-9 SSP MT
006	34	EDIVALDO SIDNEI MIRANDA	1181682-1 SSP MT
007	39	LUIZ FELIPE DE SOUZA	10238906-9 SSP PR
008	47	WELCIO LARSSON	2888522-8 SSP MT
009	57	PETER LINCON PEREIRA GOMES	2321725-1 SSP MT
010	59	ADRIANO VIEIRA DA COSTA	2184680-4 SSP MT
011	62	LUCIANO DA SILVA CAMARGO	2608941-6 SSP MT
012	75	REGINALDO CARLOS SILVERIO	2164212-5 SSP MT
013	113	JOSE DA SILVA	2175073-4 SSP MT
014	114	JEAN MARTINS ROSARIO	2418604-0 SSP MT
015	116	ELILDE DE SILVA	2119804-7 SSP MT
016	134	LENALDO VIEIRA PADILHA DOS SANTOS	57622507-1 SSP SP
017	138	ALEXANDRE RODRIGUES	1757120-0 SSP MT
018	140	CLEMER DA CONCEIÇAO ALMEIDA	2450462-9 SSP MT
019	141	JOSE PROCOPIO	129044-0 SSP MA
020	148	CARLOS HENRIQUE FRIZON	2996241-2 SSP MT
021	150	DEMAIR PEREIRA DA SILVA	1754465-3 SSP MT
022	164	ANA PAULA CANTELE ROMAO	2351018-8 SSP MT
023	171	BRUNO FROTA COUTINHO	2305833-7 SSP MT
024	179	FABIO XAVIER ROSA	2603504-9 SSP MT
025	193	JOAO PEDRO BIACO DIAS	2956509-0 SSP MT
026	195	NELSON RODRIGUES MORAES	856969 SSP MT
027	199	ERICK ANTONIO GOMES PAIAO	2450608-7 SSP MT
028	203	EDER RODRIGUES DA SILVA	1802991-4 SSP MT
029	210	THIAGO DE ARAUJO MORAES	2902598-2 SSP MT
030	211	JHON LENNON AGUIAR	2045359-0 SSP MT
031	225	GUSTAVO HENRIQUE DO COUTO VIEIRA	12811944-2 SSP PR
032	227	JOAO OLIVIR DA ROCHA	3992940-6 SSP PR
033	236	ATILIO BRZEZINSKI GOTTARDO	2075379-9 SSP MT

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS – CNH "C" – Secretaria de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento.

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	9	LUCIANO MUNIZ DOS SANTOS	2063147-2 SSP MT
002	105	FRANCISCO MARCELO DE LIMA	038001012009-7 SSP MA

CARGO: MOTORISTA – CNH "C" – Secretaria de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento.

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	27	SAMUEL ALVES DA SILVA	126183019996 SSP MA
002	37	JOELSON GOMES DE OLIVEIRA	2450467-0 SSP MT
003	53	ILARIO CHISI	978453 SSP MT
004	54	MIGUEL CHAGAS LOURENÇO	4578830-0 SSP PR
005	64	NIVALDO JOSE DOS PASSOS	2191536-9 SSP MT
006	82	JOSE CARLOS MORELATO	1757685 SSP PR
007	91	DEYVESSON LIMA RICARTE	2306666-0 SSP MT
008	111	GILSON FERNANDES	1989617-4 SP MT
009	117	ZAEL FRANCISCO VIEIRA	0665194-1 SSP MT
010	120	JOAO EDER BARTHOLOMEU	1561794-7 SSP MT
011	123	ANTONIO DUARTE DA SILVA SOUSA	14337632000-3 SSP MA
012	126	APARECIDO FERREIRA MENDES	0793620-6 SSP MT
013	135	JOSE BISPO DE PAULA	0361783-1 SSP MT
014	177	MARCIO MATEUS FLORES	2103456-7 SSP MT

CARGO: CONDUTOR DE VEÍCULO ESCOLAR – "CNH D"– Secretaria de Educação

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	14	ADRIANO DE SÁ	1919343-2 SSP MT
002	18	RODRIGO HELFENSTEIN DA CRUZ	1830315-3 SSP MT
003	69	ADEMIR GONÇALVES VEIRA	1459037-9 SSP MT
004	129	JOAO MARIA FRANCO SALDANHA	347561-4 SSP RS
005	180	RODRIGO CUSTODIO DOS REIS	2158357-9 SSP MT
006	182	CLAUDIO PEREIRA	440457 SSP MT
007	228	EZIQUIEL DIAS DOS SANTOS	940813 SSP MT

CARGO: CONDUTOR DE VEÍCULO EMERGENCIAL – "CNH D"– Secretaria de Saúde

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	67	ALEX DE SOUZA	1989482-1 SSP MT
002	149	DOWGLAS RIBEIRO SCARPIM	1707621-8 SSP MT

CARGO: ZELADORA – Secretaria da SAÚDE

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG

001	15	KEROLIN THAILA NUNES DE OLIVEIRA	2450575-7 SSP MT
002	42	ELIZANE GONÇALVES DA SILVA	1850835-9 SSP MT
003	46	ALINE MAAS DA SILVA	2629141-0 SSP MT
004	50	GILDEANE PEREIRA DA SILVA	2184639-1 SSP MT
005	63	MARIA LUCIA FERNANDES DE SOUSA	1586219-4 SSP MT
006	74	EDIANE THEODORO DA SILVA OLIVEIRA	141592548 SSP PR
007	87	JOSEANE LUSTOSA	1756983-4 SSP MT
008	132	PATRICIA DA SILVA CORONIL	2629188-6 SSP MT
009	133	MARILENE COSTRO DE SOUSA	1606778-9 SSP MT
010	137	JHEMY KELLY CORDEIRO DEY	1998981-4 SSP MT
011	145	LUCILEUDE DA CONCEIÇAO	1897278-0 SSP MT
012	153	PATRICIA RANDO DO NASCIMENTO	2819880-8 SSP MT
013	188	ANDREIA DA SILVA ROSA	2033835-0 SSP MT
014	208	ANGELA DE SOUSA CUNHA	2350936-8 SSP MT
015	212	MIRIAN DA SILVA ROCHA	1757097-2 SSP MT
016	216	OLIVIA CORDEIRO DOS SANTOS	4449992-4 SSP PR

CARGO: ZELADORA – Secretaria da ADMINISTRAÇÃO

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	6	CRISTIANE DO LIVRAMENTO SILVA	1897264-0 SSP MT
002	16	ROSANA DA COSTA	1756801-3 SSP MT
003	79	FABIANA DE OLIVEIRA	1815036-5 SSP MT
004	84	MARIA INES DE JESUS	1462899-6 SSP MT
005	160	ZENI VIEIRA SALDANHA	103451353-9 SSP RS
006	163	MARLENE VIEIRA	104000998-5 SSP RS
007	185	NAYARA TAYS PRAZER	2292362-4 SSP MT

CARGO: ZELADORA – Secretaria de ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	22	MARCIA SILVA MAIA	2450480-7 SSP MT
002	29	SIMONE RODRIGUES DA SILVA	2191446-0 SSP MT
003	30	ROSANGELA DORNEL	1897327-2 SSP MT
004	71	CLEISSIMAR ROCHA DOS SANTOS	783956 SSP MT
005	89	MARLENE FISCHER	14/R-3181643 SSP SC
006	95	ADRIANA LOURES BARBOSA	9945598-5 SSP PR
007	97	DULCE DA CRUZ	1717608-5 SSP MT
008	124	MARIA JOSE OZANA AUGUSTO DA SILVA	1631337-2 SSP MT
009	131	MELISSA DA SILVA CORONIL	2803137-7 SSP MT
010	162	VANESSA CARDOSO DE OLIVEIRA	1979355-3 SSP MT
011	174	JOYCCE HERYCA DA SILVA ROCHA	2820923-0 SSP MT
012	209	ANDREIA NEVES BRAUN	20873090 SSP MT

CARGO: TÉCNICO EM RADIOLOGIA – Secretaria de Saúde

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	178	JOSMAR MASCARELLO	8211625-7 SSP PR

CARGO: FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA – Secretaria de Saúde

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	23	EDINEIA DA SILVA CORREIA	1757909-0 SSP MT
002	43	RUBENILDE DA CONCEIÇÃO SANTOS	2632463-6 SSP MT
003	55	KAIURY RIBEIRO MOREIRA	2311824-5 SSP MT
004	76	LUCIMARA BEMBEM MIRANDA	2066329-3 SSP MT
005	77	THAINARA DA SILVA	2803289-6 SSP MT
006	106	BERENICE WENTZ	1669298-5 SSP MT
007	183	RODRIGO DOS SANTOS CRUZ	34822126-5 SSP SP
008	187	PAMELA CHRISTINA AZEVEDO DOS SANTOS	2074176-6 SSP MT
009	192	GISLENE FERREIRA DA SILVA COSTA	1830430-3 SSP MT
010	197	ANA PAULA DE SOUSA CUNHA	2350934-1 SSP MT
011	201	GILCIANE DE SOUSA FERREIRA	2191530-0 SSP MT

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – Secretaria de Educação

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	190	MARIA RAILA DE SOUZA FERRO SANTOS	2466816-8 SSP MT
002	231	FRANCIELE BATISTA LIMA	2803140-7 SSP MT

CARGO: AGENTE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 40H – Secretaria de Educação

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	20	DULCICLEIA BATISTA LIMA	2418599-0 SSP MT
002	49	WEIGLESON CARVALHO TEIXEIRA	2450490-4 SSP MT
003	58	FERNANDA CAMILA DE MARCH	2450621-4 SSP MT
004	60	MARIA DE FATIMA SARAIVA DE SOUZA	1508232-6 SSP MT
005	107	MARINA NOGUEIRA SCHMEING	2450464-5 SSP MT
006	109	VANIA FERRI ARAUJO	10235429-0 SSP MT
007	125	SIMONE MORELATO	2419089-6SSP MT
008	128	ELAINE ROSA DOS SANTOS	1783467-8 SSP MT
009	147	KEILI DA CUNHA LOPES SILVERIO	2306650-4 SSP MT
010	166	LUCILA MARIA LAVARDA MACALI	2891397-3 SSP MT
011	167	EVANILDE APARECIDA DA SILVA	2014564-0 SSP MT
012	184	SUZANA DE SÁ FELIX MARTINS	2191434-6 SSP MT
013	189	POLIANA LEITE	2450515-3 SSP MT
014	191	JOELMA CARVALHO PINTO	2292440-0 SSP MT
015	205	DINIVI LORANE DOS SANTOS ROCHA FERREIRA	2896963-4 SSP MT
016	207	LUCELIA MARIA DO NASCIMENTO	1756774-2 SSP MT
017	213	ANDRESSA CAROLINA DE CARVALHO	2184561-1 SSP MT
018	214	MAYSA TAYNA DE CARVALHO	2292341-1 SSP MT
019	215	KILIANE RAGNINI	1897290-0 SSP MT
020	218	SABRINA BARBOSA LARA	2450535-8 SSP MT
021	220	ADRIELI DE SALES	2045349-3 SSP MT
022	221	JOELMA VIANA DE SOUZA	2306597-4 SSP MT
023	223	IGOR SOUSA DE AQUINO	2908699-0 SSP MT
024	229	SIDILEIA BARBOSA	386563-6 SSP SC

CARGO: AGENTE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 30H – Secretaria de Educação

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	10	CAROLAINE LIMA DOS SANTOS	2350844-2 SSP MT
002	28	ERENILDA FERRAZ DE OLIVEIRA	2896913-8 SSP MT
003	36	ANDRESSA DA SILVA	2350995-3 SSP MT
004	40	GRACIELE RAMOS DOS SANTOS BELLE	2282711-0 SSP MT
005	44	ANA SILVIA LIMA DA SILVA	2690707-0 SSP MT
006	45	MICAELY CRUZ DOS SANTOS	2902596-6 SSP MT
007	52	MARLI FLORES	970060 SSP MT
008	66	SHAIRA LIZA LENTZ	3002360-2 SSP MT
009	80	FABIANA SMENTCOVSKI ROSA	2450541-2 SSP MT
010	88	EDILENE CRISTINA MOREIRA FERREIRA	2783918-4 SSP MT
011	94	ELSIA WANDSCHER BANASSESKI	1276409-4 SSP MT
012	99	PATRICIA DOS SANTOS PEREIRA	2884071-2 SSP MT
013	130	ROSINETE FERREIRA DA GUIA	1933119-3 SSP MT
014	136	CRISTIANA DE LOURDES DE ARAUJO	2045294-2 SSP MT
015	142	KARINA KELLY SILVERIO ARAUJO	2045276-4 SSP MT
016	144	THAUANI ARAUJO DE MORAIS	3046662-8 SSP MT
017	154	ELIMARA DEBARBA	2045498-8 SSP MT
018	157	ALISSON MAAS DA SILVA	2940829-6 SSP MT
019	165	SHARON ROSE CASTRO DE SOUZA	2450408-4 SSP MT
020	168	JESSICA MARTINS ROSARIO	2803183-0 SSP MT
021	172	JAQUELINE DA SILVA	1989672-7 SSP MT
022	181	SONIA REGINA PIRES DE CARVALHO	7947209-3 SSP PR
023	186	WALITA RAFAELA FERREIRA	2690297-4 SSP MT
024	194	TATIANA GONÇALVES CARLOS DE LIMA	2292432-9 SSP MT
025	200	KELBIA VIEIRA DE LIMA	2045392-2 SSP MT
026	219	DEBORA CRISTINA HELFENSTEIN DA CRUZ	1830410-9 SSP MT
027	232	ROSENILDA ALVES TEIXEIRA	1757135-9 SSP MT
028	233	ROSIRENE PEREIRA DE OLIVEIRA	1253999-6 SSP MT
029	234	GRACIELLE DOS SANTOS FERNANDES DEBARBA	2045435-0 SSP MT

CARGO: AGENTE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL – Secretaria de Educação

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	2	FRANCIELI FERREIRA GOMES	20414773 SSP MT
002	98	VITOR GABRIEL DA CRUZ FERRO	2888437-0 SSP MT
003	173	THAIURI SOUSA DE OLIVEIRA	2803188-1 SSP MT
004	202	PAOLA BIANCA RAMOS STIELER	2940821-0 SSP MT

CARGO: TÉCNICO DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA – Secretaria de EDUCAÇÃO

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	13	LAWANY MARIANE DORNEL RODRIGUES	2629195-9 SSP MT
002	21	LEANDRO DA COSTA	1320083-6 SSP MT
003	32	DIENE ARQUINO XAVIER	1730015-0 SSP MT
004	51	GUSTAVO GOMES PEREIRA NEVES	2905086-3 SSP MT
005	56	VANESSA FELIX DA SILVA	3058781-6 SSP MT
006	81	SILAS SOUZA LIMA	2825468-6 SSP MT
007	100	JOSEMAIK COSTA LIMA	2368205-1 SSP MT
008	110	SUSANA DOS SANTOS COSTA	2450698-2 SSP MT
009	139	BIANCA LAIS ROCHA BARCELLOS	2889345-0 SSP MT
010	204	THELLER BAGATINI	1830379-0 SSP MT
011	217	DAVID PUKES ALMEIDA	2627783-2 SSP MT

CARGO: SECRETÁRIO ESCOLAR – Secretaria de EDUCAÇÃO

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	3	ROSANGELA DA SILVA PAZ	2531803-9 SSPMT
002	26	MAIARA FREITAS EVANGELISTA	0443672820124 SSP MA
003	48	CHARLES GOMES PEREIRA NEVES	2440170-6 SSP MT
004	102	LEANDRO PADILHA DOS SANTOS	1769089-7 MT
005	121	MIRIAN RODRIGUES DE SOUSA CRUZ	2524034-0 SSP MT
006	151	DIANE DA SILVA DAMASCENA	2183493-8 SSP MT
007	155	KAREM EDUARDA ZANQUI	2450573-0 SSP MT
008	156	CAROLINE BEZERRA PONZIO	1834140-3 SSO MT
009	235	NILSE DOS SANTOS SIQUEIRA CORADI	1754523-4 SSP MT

CARGO: PROFESSOR GRADUADO 20H – EDUCAÇÃO FÍSICA – Secretaria de Educação

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	1	ROSIANE APARECIDA PEREIRA DE LIMA	2292211-3 SSP MT
002	158	EDIANE MARIA GIACHINI	1606988-9 SSP MT
003	222	BANNER BAGATINI	1830323-4 SSP MT

CARGO: PROFESSOR GRADUADO 20H – PEDAGOGIA – Secretaria de Educação

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	19	ELISIANE THEODORO DA SILVA	2450446-7 SSP MT
002	24	ANA CAROLINA VIEIRA DAMIAN	4291234 SSP SC
003	25	DIRÇON MARQUES DE OLIVEIRA	1429417-7 SSP MT
004	65	ELIANE MARIA ARMANI BARBIERI	14/R-2691110 SSP SC
005	70	MINEIA SPANHOLI	308547277-1 SSP RS
006	72	MARLI APARECIDA CAMARGO	4084128-8 SSP PR
007	73	MARISTELA DE CARVALHO REZENDE	17/R-2423511 SSP SC
008	85	JESSICA ADRIELE ZAMBONIN PEREIRA	2184469-0 SSP MT
009	86	MARIA SIRLEY DE OLIVEIRA	1085880-6 SSP MT
010	92	ELISANGELA LIMA DE MORAES	1903535-7 SSP MT
011	93	SANDRA MACHADO DOS SANTOS	9057541-4 SSP PR
012	96	CAROLINE PORFIRO BERNAL	42162676-8 SSP SP
013	101	ELAINE PRADO DA CRUZ SERENA	1584484-6 SSP MT
014	103	MARILENE DOS SANTOS ROSA	0336405-4 SSP MT
015	104	LEONOR TEIXEIRA DAMIAN	0881656-5 SSP MT

016	108	ROSELI BUENO	6755634-8 SSP MT
017	112	ROSEMERI APARECIDA TONIAL	1561711-4 SSP MT
018	115	DIVANIRA APARECIDA MACHADO DOS SANTOS DAMBROSO	8174732-6 SSP PR
019	127	ANGELA CAMILA BULLA	1730041-0 SSP MT
020	143	CRISLAINE LARSSON BARCELLOS DE FARIAS	2350931-7 SSP MT
021	146	LUCIANE TEIXEIRA DAMIAN	1401457-2 SSP MT
022	152	CLAUDIA REGINA ARMANI	381655-9 SSP SC
023	161	LUCIMAR GOMES PAIAO	281840-5 SSP GO
024	169	VERONICA FERRANTE	1650787-8 SSP MT
025	170	JESSICA BRANDAO XAVIER	1754506-4 SSP MT
026	175	FAUSTA BARBARA NUNES GONTIJO	MG-17973181 SSP MG
027	176	VALERIA DOS SANTOS PALHAO	1989687-5 SSP MT
028	198	ANTONIO REIS MENDES	687419 SSP PI
029	224	LUCINEIA BATISTA DO NASCIMENTO PEREIRA ROCHA	2306635-0 SSP MT
030	226	ANA LUCIA ALVES CAMPOS	1830337-4 SSP MT
031	230	JUCELIA ARAUJO SOUSA	1989412-0 SSP MT

CARGO: NUTRICIONISTA – Secretaria de Educação

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	119	BRUNA CUESTA ANDRADE	2489878-3 SSP MT

CARGO: FARMACÊUTICO – Secretaria de Saúde

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	38	GLAUCIA MARIA MENDES	1640515-0 SSP MT
002	118	VITOR KOITI OSAKU	2508010-5 SSP MT

CARGO: ENFERMEIRO 20H – Secretaria de Saúde

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	206	GISELE CRISTINA QUEIROZ FRAITAG	2686332-4 SSP MT

União do Sul – MT, 04 de dezembro de 2017.

MOACIR LINO DE CARVALHO

Presidente da Comissão de Teste Seletivo

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2017-C, originado do Processo Licitatório sob nº 029/2017 - Pregão Presencial nº 021/2017 – Registro de Preços – Objeto: AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEÇAS P/ COMPUTADOR. Detentora da Ata: Maria José dos Reis Neto – EPP. Vigência: **31/08/2017 a 30/08/2018**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 30 de novembro de 2017.

CLEITON LUIZ BORGES DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2017-B, originado do Processo Licitatório sob nº 029/2017 - Pregão Presencial nº 021/2017 – Registro de Preços – Objeto: AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEÇAS P/ COMPUTADOR. Detentora da Ata: Brívia Com. de Máquinas Industriais EIRELI - ME. Vigência: **31/08/2017 a 30/08/2018**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 30 de novembro de 2017.

CLEITON LUIZ BORGES DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2017-A, originado do Processo Licitatório sob nº 029/2017 - Pregão Presencial nº 021/2017 – Registro de Preços – Objeto: AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAL DE EXPEDIENTE. Detentora da Ata: RG da Paz Eireli EPP. Vigência: **31/08/2017 a 30/08/2018**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 30 de novembro de 2017.

CLEITON LUIZ BORGES DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017-D, originado do Processo Licitatório sob nº 025/2017 - Pregão Presencial nº 019/2017 – Registro de Preços – Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS. Detentora da Ata: LP Comércio e Prestação de Serviços Ltda. Vigência: **03/08/2017 a 02/08/2018**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 30 de novembro de 2017.

CLEITON LUIZ BORGES DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017-C, originado do Processo Licitatório sob nº 025/2017 - Pregão Presencial nº 019/2017 – Registro de Preços – Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS. Detentora da Ata: Hiperdental Com. e Repr. De Produtos Odontológicos e Médico-Hospitalar Ltda.-EPP. Vigência: **03/08/2017 a 02/08/2018**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 30 de novembro de 2017.

CLEITON LUIZ BORGES DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Pregoeiro.

LEI Nº 662, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL – PPA DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL PARA O PERÍODO DE 2018 A 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

“Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei”:

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 1º - Esta lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021 em cumprimento ao que dispõe o Art. 165, § 1º, da Constituição Federal e Art. 144, I, e Art. 145, da Lei Orgânica do Município.

§ 1º - Os valores constantes do Plano Plurianual 2018-2021 são referenciais, estimados com base nos preços médios de 2016 e não se constituirão em limites à programação das despesas anuais, expressas nas Leis Orçamentárias e seus respectivos créditos adicionais.

§ 2º - Os anexos que compõem o Plano Plurianual serão estruturados por Órgãos, Objetivos Estratégicos, Programas, Iniciativas/Ações.

§ 3º - Integra a presente Lei o Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2018.

Art. 2º - As Leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos Anuais serão elaboradas em compatibilidade com os objetivos estratégicos e iniciativas dos programas constantes do presente plano, e observará as normas estabelecidas na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e demais leis que disciplinam a matéria.

Art. 3º - O Plano Plurianual 2018-2021 organiza a atuação governamental em Programas Orientados para o Alcance dos Objetivos estratégicos definidos para o período do Plano.

Parágrafo Único – Constituem Objetivos estratégicos da Administração Pública Municipal, direta e indireta parta o período 2018-2021:

1) Garantir o Desenvolvimento Urbano e Rural de Forma Ordenada e Social; 2) Manter e Melhorar a Prestação de Serviços Públicos; 3) Melhorar o Nível de Desempenho Profissional e Gerencial dos Servidores; 4) Elevar a Arrecadação Municipal; 5) Garantir Equilíbrio Orçamentário e Financeiro; 6) Manter e Melhorar as Ações do Poder Legislativo; 7) Assegurar o Uso Ordenado do Solo e Conservação de Recursos Naturais; 8) Melhorar a qualidade da educação infantil e do ensino fundamental; 9) Melhorar a Qualidade de Vida da População; 10) Assistir a População de baixa renda na criação de condições para uma vida digna.

Art. 4º – Para efeito desta Lei entende-se por:

I - Programa – instrumento de organização da ação governamental que articula um conjunto de ações visando a concretização do objetivo nele estabelecido, sendo classificado como:

a) Programa Temático – sua implementação resulta na oferta de bens e serviços diretamente à sociedade e seus resultados são passíveis de aferição por indicadores;

b) Programa de Gestão – aquele que engloba ações de natureza tipicamente administrativas e relacionadas à formulação, coordenação, monitoramento, controle e divulgação de políticas públicas.

II – Iniciativas/Ações – instrumento de programa que contribui para atender ao objetivo de um programa, podendo ser orçamentária ou não orçamentária, sendo a orçamentária classificada, quando da elaboração da Lei de Diretrizes orçamentárias e Lei orçamentária Anual em:

a) Projeto – instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, dos quais resulta um produto que concorre para a execução ou aperfeiçoamento de ação governamental;

b) Atividade – instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

c) Operação Especial – despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Art. 5º – Os valores financeiros e as metas físicas estabelecidos para as ações orçamentárias são referenciais, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas lei orçamentárias e em seus créditos adicionais.

Art. 6º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro estabelecerá as metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício seguinte, o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

Art. 7º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias definirá a estrutura, organização e as normas para a elaboração e execução do orçamento anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária, conterá disposições sobre a administração da dívida pública, estabelecerá a política de pessoal relacionada aos planos de cargos e salários, reenquadramento de pessoal, reajuste salarial, bem como da alteração da estrutura administrativa, do aumento do número de vagas no quadro funcional da administração direta, a realização de concursos ou processos seletivos simplificados e/ou públicos, e demais exigências da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo Único. A expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa observará, obrigatoriamente, a Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, de acordo com o demonstrativo integrante do Anexo de Metas Fiscais da LDO Anual.

Art. 8° - Serão considerados na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias Anuais os efeitos de alterações na legislação tributá-

ria, atos decorrentes de concessões e/ou reduções de isenções fiscais, revisões de alíquotas dos tributos de competência do Município e os resultados decorrentes do aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança de tributos e da dívida ativa.

CAPITULO II

DA GESTÃO DO PLANO

SEÇÃO I

Aspectos gerais

Art. 9° – A gestão do Plano Plurianual observará os princípios da eficiência e eficácia e compreenderá a implementação, monitoramento, avaliação e revisão de programas.

Art. 10 – O Poder Executivo manterá sistema de informações gerenciais de planejamento para apoio à gestão do Plano Plurianual PPA 2018-2021.

Art. 11 - Caberá às Secretarias de Administração e/ou Fazenda e Planejamento, se necessário, estabelecer normas para a gestão do Plano Plurianual – PPA 2018-2021.

SEÇÃO II

Das Revisões e Alterações do Plano

Art. 12 - A exclusão ou alteração de programas constantes desta lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei específico ou Projeto de lei de Revisão Anual.

Parágrafo Único - Os projetos de Lei de revisão do Plano Plurianual conterão, no mínimo, na hipótese de inclusão, alteração ou exclusão de programa:

a) Exposição e razões que motivam a proposta; **b)** Indicação do Programa com recursos financeiros que financiarão o mesmo; **c)** Modificação da denominação ou do objetivo e/ou público alvo do programa; **d)** Inclusão ou exclusão de ações/iniciativas; **e)** Alteração do titulo, produto ou da unidade de medida das ações orçamentárias.

Art. 13 - O Poder Executivo fica autorizado a incluir, excluir e alterar os indicadores dos programas e seus respectivos índices através da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

CAPITULO III

DAS DISPOSIÇOES FINAIS

Art. 14 - O Poder Executivo divulgará, pela internet, anualmente, em função de alterações ocorridas:

I – o texto atualizado da Lei do Plano Plurianual;

II – Anexo I atualizado, incluindo entre outras as seguintes informações:

a) discriminação das ações que não se enquadram no critério a que se refere o parágrafo único do art. 12, em função dos valores e discriminação das ações; **b)** discriminação das ações incluídas ou excluídas na programação do Plano, em decorrência do disposto no parágrafo único do art. 12 desta lei.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 04 de dezembro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017-A, originado do Processo Licitatório sob nº 025/2017 - Pregão Presencial nº 019/2017 – Registro de Preços – Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS. Detentora da Ata: Zuanazzi & Cia. Ltda. - ME. Vigência: **03/08/2017 a 02/08/2018**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 30 de novembro de 2017.

CLEITON LUIZ BORGES DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2017-B, originado do Processo Licitatório sob nº 026/2017 - Pregão Presencial nº 020/2017 – Registro de Preços – Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE TROFÉUS E MEDALHAS. Detentora da Ata: Claro Comunicação Visual EIRELI - EPP. Vigência: **04/08/2017 a 03/08/2018**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 30 de novembro de 2017.

CLEITON LUIZ BORGES DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2017-A, originado do Processo Licitatório sob nº 026/2017 - Pregão Presencial nº 020/2017 – Registro de Preços – Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE TROFÉUS E MEDALHAS. Detentora da Ata: A.L. Personaliza Ltda. - ME. Vigência: **04/08/2017 a 03/08/2018**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 30 de novembro de 2017.

CLEITON LUIZ BORGES DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2017, originado do Processo Licitatório sob nº 017/2017 - Pregão Presencial nº 013/2017 – Registro de Preços – Objeto: AQUISIÇÕES EVENTUAIS E FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS. Detentora da Ata: Frandoloso & Schmitt Ltda. - EPP.Vigência: **31/05/2017 a 30/05/2018**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 30 de novembro de 2017.

CLEITON LUIZ BORGES DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2017, originado do Processo Licitatório sob nº 015/2017 - Pregão Presencial nº 011/2017 – Registro de Preços – Objeto: EVENTUAIS E FUTURASPRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGENS. Detentora da Ata: Oclides João Della Líbera.Vigência: **25/05/2017 a 24/05/2018**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 30 de novembro de 2017.

CLEITON LUIZ BORGES DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2017, originado do Processo Licitatório sob nº 044/2016 - Pregão Presencial nº 036/2016 – Registro de Preços, Exclusivo para MPEs – Objeto: EVENTUAIS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÕES VOLANTES COM CARRO DE SOM E OUTROS SERVIÇOS. Detentora da Ata: Areosvaldo Silva Fernandes – EI (86109804800). Vigência: 27/02/2017 a 26/02/2017. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 30 de novembro de 2017.

CLEITON LUIZ BORGES DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017, originado do Processo Licitatório sob nº 007/2017 - Pregão Presencial nº 005/2017 – Registro de Preços – Objeto: EVENTUAIS E FUTURASPRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MÁQUINAS RODOVIÁRIAS PESADAS DA MUNICIPALIDADE. Detentora da Ata: Mislene Patrícia dos Santos – MEI (04825267181). Vigência: **23/02/2017 a 22/02/2018**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 30 de novembro de 2017.

CLEITON LUIZ BORGES DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017, originado do Processo Licitatório sob nº 005/2017 - Pregão Presencial nº 003/2017 – Registro de Preços – Objeto: AQUISIÇÕES EVENTUAIS E FUTURASDE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS (Perecíveis). Detentora da Ata: Frandoloso & Schmitt Ltda. EPP**.** Vigência: **21/02/2017 a 20/02/2018**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 30 de novembro de 2017.

CLEITON LUIZ BORGES DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017 - REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 047/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL/MT, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 015/2017, de 02/01/2017 e posteriores alterações, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e nos termos dos Decretos Municipais nºs. 593 de 12/01/2010, e 901 de 24/03/2014, torna público que encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017 – REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação sob nº 047/2017, cujo objeto refere-se à Registro de Preços para futuras e eventuais contratações com empresa especializada, de serviços de confecção de produtos gráficos diversos, para uso das Secretarias da Administração Municipal mencionadas no Anexo II, durante o prazo de vigência da ata de registro

de preços, de conformidade com a descrição detalhada no Anexo I - Termo de Referência do Edital da licitação.

Data de Expedição do Edital: 04/12/2017.

Data de abertura/julgamento: 15/12/2017.

Horário: 09:00 horas.

Local: Prédio Sede da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT, sito à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul/MT.

Critério de julgamento: Menor Preço por Item.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Equipe de Pregão da Prefeitura Municipal, no endereço acima, ou pelos fones: 0xx 66 3540-1283 / 99292-3797, Email licitação@uniaodosul.mt.gov.br

União do Sul/MT, 04 de dezembro de 2017.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Pregoeiro

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 26/2017

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Geraldo Martins da Silva, torna público aos interessados que homologou as seguintes licitação na modalidade **Pregão Presencial Registro de Preço nº 26/2017**, **objeto: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PAPELARIA DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT.**, e sagrou vencedores as empresas R. DOS SANTOS MACHADO-ME, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 12.813.297/0001-93, vencedora dos itens, 5, 6, 7, 8, 9, 23, 24, 33, 47, 54, 56, 68, 71, 72, 73, 76, 79, 80, 83, 105, 111 e 113 no valor global DE R$ 26.433,00. e a empresa R. G. DA PAZ EIRELI - EPP, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 21.058.617/0001-38, vencedora dos itens, 1, 2, 3, 4, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 74, 75, 77, 78, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110 E 112 no valor global DE R$ 30.976,48,. Vale de São Domingos-MT, 04 de Dezembro de 2017. Geraldo Martins da Silva – prefeito municipal.

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 26-2017

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 26-2017-1-2. O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, Torna Publico que com referencia do Pregão Presencial Registro de Preço 26-2017 teve como vencedores, **as empresas: R. DOS SANTOS MACHADO-ME, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 12.813.297/0001-93, vencedora dos itens, 5, 6, 7, 8, 9, 23, 24, 33, 47, 54, 56, 68, 71, 72, 73, 76, 79, 80, 83, 105, 111 e 113 no valor global DE R$ 26.433,00. e a empresa R. G. DA PAZ EIRELI - EPP, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 21.058.617/0001-38, vencedora dos itens, 1, 2, 3, 4, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 74, 75, 77, 78, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110 E 112 no valor global DE R$ 30.976,48,** Objeto **PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PAPELARIA DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT.** Vale de São Domingos – MT, 04 de DEZEMBRO de 2017. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

AVISO DE REVOGAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO N. 008/2017

O Município de Várzea Grande, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por meio da Comissão Permanente de Licitações nomeada pela Portaria n. 838/2017, torna público, para conhecimento dos interessados, que obedecendo aos princípios inerentes à Administração, decide **REVOGAR** a licitação cujo objeto **contratação de empresa para a prestação de serviços artísticos e técnicos de cenografia para a composição do cenário do Evento Natal Feliz 2017 para o Município de Várzea Grande, na Praça Aquidabam, incluindo o fornecimento do projeto de decoração, montagem, desmontagem, manutenção corretiva no período de permanência da decoração e instalação de todos os acessórios necessários, conforme quantitativos e especificações mínimas contidas no item 06 deste instrumento, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**, justifica - se a revogação em razão da Emenda Parlamentar nº 389. (Dados tirado da Comunicação Interna n. 5572/2017 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer). Várzea Grande - MT, 01 de Dezembro de 2017. **Silvio Aparecido Fidelis** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2017

Processo nº. 477162/2017. As Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, Defesa Social e Saúde, solicitam a ratificação do Ato de Dispensa de Licitação de nº 31/2017, para locação de imóvel urbano comercial, destinado único e exclusivamente para alojar a sede da Secretaria Municipal de Saúde, a sede Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável e a sede da Secretaria Municipal de Defesa Social do Município de Várzea Grande. Houve Parecer favorável da assessoria jurídica, conforme acostado às fls.159/165 e cumpridos os requisitos do artigo 24, X e artigo 26, parágrafo único, II, da Lei nº 8.666/93. Portanto, por se tratar do Gestor do contrato venho por meio deste, **RATIFICAR** o comunicado de dispensa de Licitação nº 31/2017 do processo Administrativo nº **477162/2017**, que tem por objeto a locação do imóvel da Empresa A & I ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 09.145.594/0001-01, sendo no valor mensal de R$ 50.000 (cinquenta mil reais), importando assim, o valor anual de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). pelo prazo de 05 (cinco) anos.Dê-se publicidade e cumpra-se.Várzea Grande-MT, 01 de dezembro de 2017. Diógenes Marcondes. Secretário de Saúde/SMSVG.

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 30/2017

1. Tendo em vista a necessidade apresentada pela Secretaria de Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana para Contratação de Locação de Imóvel Urbano, localizado à Rua I, esquina com a Rua D, loteamento Cidade de Deus, Várzea Grande-MT, com área de 524,26m², medindo 12,02m² de frente para a Rua H, medindo 12,00m² de largura nos fundos com a Rua I, medindo 44,37m² de um lado, dividindo-se com o lote 02 e medindo 44,92m² de outro lado, dividindo-se com a Rua D, visando atender as necessidades desta Secretaria de Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana.

2. Da Ratificação: Havendo o parecer favorável por parte da Procuradoria Municipal as fls. 93/96 e cumpridos os requisitos do artigo 24, X c/c artigo 26, ambos da lei n. 8666/93, **RATIFICO** o Ato de Dispensa n.30/2017 **emitido pelo** Subsecretário de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana de Várzea Grande/MT-Virdinei da Silva Bens, para a locação de imóvel em no-

me Helvio Luiz Kowalewski, inscrito no CPF: 181.411.370-34, com destino único e exclusivo para Coleta Seletiva de Lixo, o valor do aluguel mensal a ser pago pelo Locatário será de R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), importando assim, o valor anual de R$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais) pelo período de 12 (doze) meses.

3. Publique-se e cumpra-se.

4. Várzea Grande-MT, 30 de novembro de 2017.

BRENO GOMES

Secretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana

RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA

A Subsecretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer/VG-MT solicita ratificação do ato de dispensa para Contratação de pessoa jurídica capacitada para prestação de serviços especializados na transmissão do SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação) para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Várzea Grande

Dessa forma, considerando as razões exposta e atendido os requisitos previstos no parágrafo único do art. 26 da Lei n. 8.666/93 e *com fulcro no Art. 2º inciso II da Lei N. 4.092/2015*, **RATIFICO e** *acolho a justificativa do comunicado emitido pela Subsecretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no valor de total de* R$ 9.000,00 (nove mil reais)*, bem como a contratação da empresa* GISELE FERNANDA FRANCO DE ALMEIDA – MEI inscrita no CNPJ: 023.969.313/0001-58*,* para prestação do serviço especializados na transmissão do SIOPE.

Dê-se publicidade e cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 01 de dezembro de 2017.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO EFETIVO DE CARGOS DO QUADRO PERMANENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE / SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

EDITAL N.º 04/2017 - PMVG, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017

EDITAL DE COMPLEMENTAÇÃO/RETIFICAÇÃO DO EDITAL N.º 01/2017 - PMVG, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE e o SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições e considerando o Edital Nº 01/2017 – PMVG, de 27 de novembro de 2017,

RESOLVEM:

1. Complementar o subitem 6.2 do Edital Nº 01/2017 – PMVG, que passa a ter a seguinte redação:

6.2. Somente será considerado Pessoa com Deficiência (PcD) o candidato que se enquadrar nas categorias constantes no artigo 4.º do Decreto Federal N.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal N.º 5.296, de 04 de dezembro de 2004, nos artigos 3.º e 4.º da Lei Complementar Estadual N.º 114, de 25 de novembro de 2002, bem como na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

2. Retificar, tendo em vista o feriado do dia 08 de dezembro de 2017, os subitens 4.2, 4.9, 4.10, 6.11 e o Anexo I do Edital Nº 01/2017 – PMVG, especificamente referente ao cronograma de isenção do pagamento da taxa de inscrição, que passam a ter a seguinte redação:

4.2. O candidato que se enquadrar em uma das situações previstas nas alíneas “a” e “b” do subitem 4.1 deste Edital, para fazer jus à isenção do pagamento da taxa de inscrição, deverá obrigatoriamente, no período compreendido entre **8 horas do dia 04 de dezembro de 2017 e 23 horas e 59 minutos do dia 07 de dezembro de 2017**, requerer sua inscrição no endereço eletrônico www.ufmt.br/concursos, e ainda, após a inscrição, deverá entregar, até o dia **11 de dezembro de 2017,** os documentos relacionados no subitem 4.5 deste Edital, em uma das agências credenciadas dos *Correios* constantes do Anexo V, durante o horário normal de funcionamento dessas agências.

4.9. A partir de **15 de dezembro de 2017** será disponibilizada, na *internet*, no endereço eletrônico www.ufmt.br/concursos, consulta individual da situação (deferida ou indeferida) de cada candidato com solicitação de inscrição com isenção do pagamento da taxa.

4.10. O candidato que tiver o pedido de isenção de pagamento da taxa de inscrição indeferido e, se impetrar recurso contra o indeferimento de isenção, tiver seu recurso julgado improcedente, querendo efetivar sua inscrição no concurso público como candidato pagante, deverá imprimir o boleto bancário no endereço eletrônico www.ufmt.br/concursos, no período compreendido entre **8 horas do dia 18 de dezembro de 2017 e 16 horas do dia 05 de janeiro de 2018**, e efetuar o pagamento do valor da taxa de inscrição fixado no subitem 3.7 até odia **05 de janeiro de 2018**, observado o horário de funcionamento da rede bancária (agências e *Internet Banking*).

6.11. O candidato que requerer isenção do pagamento da taxa e efetuar a inscrição na condição de Pessoa com Deficiência (PcD), deverá, obrigatoriamente, entregar, simultaneamente, os documentos elencados nos subitens 4.5 e 6.9 em uma das agências credenciadas dos Correios, constantes do Anexo V deste Edital até **11 de dezembro de 2017,** durante o horário normal de funcionamento dessas agências.

ANEXO I DO EDITAL N.º 01/2017 - PMVG

CRONOGRAMA DO CONCURSO

EVENTO	DATA PREVISTA	LOCAL
[...]	[...]	[...]
Solicitação de inscrição com isenção do pagamento da taxa de inscrição	De 04/12 a 07/12/2017	www.ufmt.br/concursos
Data limite para entrega nos Correios da documentação comprobatória para isenção do pagamento da taxa de inscrição	11/12/2017	Agências credenciadas dos *Correios* (Anexo V deste Edital)
Data limite para entrega do Laudo Médico nos Correios junto com a documentação comprobatória para isenção do pagamento da taxa de inscrição: candidato com solicitação de isenção, inscrito na condição de Pessoa com Deficiência (PcD)	11/12/2017	Agências credenciadas dos *Correios* (Anexo V deste Edital)
Disponibilização para consulta individual da situação (deferida ou indeferida) de cada candidato com solicitação de inscrição com isenção do pagamento da taxa.	15/12/2017	www.ufmt.br/concursos
Interposição de recursos contra indeferimento de inscrição com solicitação de isenção do pagamento de taxa.	Das 8 horas do dia 18/12 às 18 horas do dia 19/12/2017	www.ufmt.br/concursos
Divulgação do resultado da análise dos recursos contra indeferimento de inscrição com solicitação de isenção do pagamento da taxa.	22/12/2017	www.ufmt.br/concursos
Período para pagamento da taxa de inscrição para os candidatos com isenção indeferida.	De 18/12/2017 a 05/01/2018	Agências bancárias
[...]	[...]	[...]

3. Os demais itens, subitens e anexos do Edital Nº Edital Nº 01/2017 – PMVG, permanecem inalterados.

Várzea Grande/MT, 04 de dezembro de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

SILVIO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

AVISO DE ANALISE DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N. 013/ 2017

PROCESSO: 480204/2017. O Município de Várzea Grande Estado de Mato Grosso, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL - designada pela portaria n. 838/2017, torna público para conhecimento dos interessados, **O RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO** relativa aTomada de Preço n. 13/2017, cujo objeto: **contratação de empresa de engenharia para execução da obra da Reforma Geral e Adequação da EMEB "Elias Domingos", localizada no Projeto Assentamento Nossa Senhora da Aparecida, BR 364, Sadia I, Zona Rural, na cidade de Várzea Grande - Mato Grosso, com intervenção numa área de aproximadamente 507,24m², em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, de acordo com as especificações descritas neste termo e seus anexos.** A Comissão Permanente de Licitação Após analise minuciosa, restou demonstrada que a empresa **CAG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA ME** apresentou as documentações exigíveis e **ACATA** o relatório da Equipe técnica da SMECEL/ VG, declarando a empresa **HABILITADA.** A ata da presente sessão esta disponível no site: www.varzegrande.mt.gov.br. A CPL abre prazo para interposição de recurso, contra a decisão proferida, em conformidade com a Lei 8.666/93 e o item ***14.1 do*** edital. Várzea Grande - MT, 04 de Dezembro de 2017 Aline Arantes Correa Presidente CPL.

PORTARIA Nº 1105/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder Férias regulamentares, referente ao mês de Dezembro/2017, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO FAZENDARIA

MAT.	NOME DO SERVIDOR	VINCULO	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
7577	CELSO RODRIGUES DA SILVA	Efetivo	2011/2012	04.12.17 a 02.01.18 (30 dias)
9232	CRISTIANE APARECIDA BARROS	Efetivo	2014/2015	18.12.17 A 17.01.18 (30 dias)
109117	FERNANDO OLIVEIRA DE FARIA	Comissionado	2016/2017	20.12.17 a 29.12.17 (10 dias)
86781	JULIO LEITE JUNIOR	Efetivo	2012/2013	26.12.17 A 09.01.18 (15 dias)
86899	ODETE MOREIRA DUARTE E SILVA	Efetivo/Comissionado	2016/2017	26.12.17 A 12.01.18 (18 dias)
109126	VIDAL DE ARAUJO BASTO PEREIRA	Comissionado	2016/2017	18.12.17 A 17.01.18 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 04 de Dezembro de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 27/2017-ASSISTÊNCIA SOCIAL/PMVG/ MT

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições e em conformidade com o Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado Edital n°. 003/2016-ASSISTÊNCIA SOCIAL e do Edital de Homologação do Processo Seletivo Simplificado, de 31 de maio de 2016, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

RESOLVE: Convocar os candidatos abaixo relacionados para apresentação da documentação necessária para a contratação temporária, conforme item 12.3. do Edital nº. 003/2016-ASSISTÊNCIA SOCIAL, junto à:

Local: Secretaria Municipal de Assistência Social – Departamento de Recursos Humanos

(sede em frente à Câmara Municipal de VG)

Endereço: Av. Castelo Branco s/n, Bairro: Água Limpa – Várzea Grande-MT.

Horário: 08:00h às 11:30h. das 14:00h às 17:30h

Data da Entrega dos documentos: 04/12/2017 a 08/12/2017 (somente nesta data estaremos recebendo a documentação). OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER APRESENTADOS NESTA DATA IMPRETERÍVELMENTE, SOB PENA, DE DESCLASSIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DO CANDIDATO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Agente Desenvolvimento Econômico e Social / Agente Administrativo

INSCRIÇÃO	NOME	IDENTIDADE	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
4002813-5	WESLEY FILLIPHY COELHO E CONCEICAO	15673952	37,2	26

ANEXO I

Conforme item 4.1. - O candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado de que trata este edital, quando convocado, de acordo com a ordem de classificação e o quadro de vagas, deverá comprovar as seguintes exigências necessárias para contratação:

a) ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto n.º 70.436, de 18/04/72, Constituição Federal, § 1º do Art. 12 de 05/10/1988 e Emenda Constitucional nº 19 de 04/06/98, Art. 3º);

b) estar quite com suas obrigações eleitorais e em gozo dos direitos políticos;

c) no caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar;

d) ter, na data da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

e) não registrar antecedentes criminais ou, no caso destes ter cumprido integralmente as penas cominadas;

f) estar plenamente apto, física e mentalmente para o exercício dos cargos, através de Atestado Médico expedido pela rede pública ou privada;

g) declaração de não estar cumprindo sansão por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal e outras que se fizerem necessárias;

h) possuir os documentos comprobatórios e requisitos constantes no **Anexo I** e apresentar todos os documentos previstos no item 12 deste Edital.

ANEXO II

Conforme item 12.5. Além de comprovar as exigências do item 4, o candidato contratado deverá apresentar obrigatoriamente, no ato da contratação:

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS:

a) 01 (uma) foto 3x4;

b) Cópia da Carteira de Identidade, autenticado em cartório;

c) Cópia do C.P.F, autenticado em cartório;

d) Cópia o Título de Eleitor, autenticado em cartório;

e) Certidão de Quitação Eleitoral emitido pela internet;

f) Cópia de Certificado de Reservista, para o sexo masculino, autenticado em cartório;

g) Cópia da Carteira de Trabalho (não possuindo, procurar o SINE/VG), autenticado em cartório;

h) Cópia do Cartão PIS/PASEP (não possuindo, anotar o número de identificação), autenticado em cartório;

i) Cópia do Comprovante de Escolaridade e cópia do Registro no Conselho Regional de acordo com a categoria, autenticado em cartório;

j) Comprovante de Residência recente (não possuindo, apresentar declaração de residência assinada pelo servidor), autenticado em cartório;

k) Cópia da Certidão de Casamento e cópia do CPF do cônjuge se houver, autenticado em cartório;

l) Certidão de Nascimento dos dependentes menores de idade se houver, autenticado em cartório;

m) Cópia do CPF dos dependentes maiores de 18 anos se houver, autenticado em cartório;

n) Atestado Médico de admissão Original,

o) Declaração de não acúmulo de cargo, reconhecido firma;

o.1) Apresentar certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos, comprovado através de certidão emitida pelo Governo do Estado e Prefeitura de Cuiabá;

p) Declaração de bens, reconhecido firma; **o formulário padrão para preenchimento encontra-se disponível no site da WWW.varzeagrande.mt.gov.br.**

q) Declaração de Parentesco, reconhecido firma; **o formulário padrão para preenchimento encontra-se disponível no site da WWW.varzeagrande.mt.gov.br.**

r) Declaração de veracidade dos documentos apresentados, reconhecido firma; **o formulário padrão para preenchimento encontra-se disponível no site da WWW.varzeagrande.mt.gov.br.**

s) Curriculum Vitae simplificado;

Várzea Grande-MT, 23 de novembro de 2017.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

KATHE MARIA KOHLHASE

Secretária Municipal de Assistência Social.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 28/2017-ASSISTÊNCIA SOCIAL/PMVG/MT

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições e em conformidade com o Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado Edital n°. 003/2016-ASSISTÊNCIA SOCIAL e do Edital de Homologação do Processo Seletivo Simplificado, de 31 de maio de 2016, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

RESOLVE: Convocar os candidatos abaixo relacionados para apresentação da documentação necessária para a contratação temporária, conforme item 12.3. do Edital nº. 003/2016-ASSISTÊNCIA SOCIAL, junto à:

Local: Secretaria Municipal de Assistência Social – Departamento de Recursos Humanos

(sede em frente à Câmara Municipal de VG)

Endereço: Av. Castelo Branco s/n, Bairro: Água Limpa – Várzea Grande-MT.

Horário: 08:00h às 11:30h. das 14:00h às 17:30h

Data da Entrega dos documentos: 04/12/2017 a 08/12/2017 (somente nesta data estaremos recebendo a documentação). OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER APRESENTADOS NESTA DATA IMPRETERÍVELMENTE, SOB PENA, DE DESCLASSIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DO CANDIDATO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Téc. Desenvolvimento Econômico e Social / Assistente Social

INSCRIÇÃO	NOME	IDENTIDADE	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
4028866-8	ARLENE GOMES DE SOUSA	20015275	39,75	28

ANEXO I

Conforme item 4.1. - O candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado de que trata este edital, quando convocado, de acordo com a ordem de classificação e o quadro de vagas, deverá comprovar as seguintes exigências necessárias para contratação:

a) ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto n.º 70.436, de 18/04/72, Constituição Federal, § 1º do Art. 12 de 05/10/1988 e Emenda Constitucional nº 19 de 04/06/98, Art. 3º);

b) estar quite com suas obrigações eleitorais e em gozo dos direitos políticos;

c) no caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar;

d) ter, na data da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

e) não registrar antecedentes criminais ou, no caso destes ter cumprido integralmente as penas cominadas;

f) estar plenamente apto, física e mentalmente para o exercício dos cargos, através de Atestado Médico expedido pela rede pública ou privada;

g) declaração de não estar cumprindo sansão por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal e outras que se fizerem necessárias;

h) possuir os documentos comprobatórios e requisitos constantes no **Anexo I** e apresentar todos os documentos previstos no item 12 deste Edital.

ANEXO II

Conforme item 12.5. Além de comprovar as exigências do item 4, o candidato contratado deverá apresentar obrigatoriamente, no ato da contratação:

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS:

a) 01 (uma) foto 3x4;

b) Cópia da Carteira de Identidade, autenticado em cartório;

c) Cópia do C.P.F, autenticado em cartório;

d) Cópia o Título de Eleitor, autenticado em cartório;

e) Certidão de Quitação Eleitoral emitido pela internet;

f) Cópia de Certificado de Reservista, para o sexo masculino, autenticado em cartório;

g) Cópia da Carteira de Trabalho (não possuindo, procurar o SINE/VG), autenticado em cartório;

h) Cópia do Cartão PIS/PASEP (não possuindo, anotar o número de identificação), autenticado em cartório;

i) Cópia do Comprovante de Escolaridade e cópia do Registro no Conselho Regional de acordo com a categoria, autenticado em cartório;

j) Comprovante de Residência recente (não possuindo, apresentar declaração de residência assinada pelo servidor), autenticado em cartório;

k) Cópia da Certidão de Casamento e cópia do CPF do cônjuge se houver, autenticado em cartório;

l) Certidão de Nascimento dos dependentes menores de idade se houver, autenticado em cartório;

m) Cópia do CPF dos dependentes maiores de 18 anos se houver, autenticado em cartório;

n) Atestado Médico de admissão Original,

o) Declaração de não acúmulo de cargo, reconhecido firma;

o.1) Apresentar certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos, comprovado através de certidão emitida pelo Governo do Estado e Prefeitura de Cuiabá;

p) Declaração de bens, reconhecido firma; **o formulário padrão para preenchimento encontra-se disponível no site da WWW.varzeagrande.mt.gov.br.**

q) Declaração de Parentesco, reconhecido firma; **o formulário padrão para preenchimento encontra-se disponível no site da WWW.varzeagrande.mt.gov.br.**

r) Declaração de veracidade dos documentos apresentados, reconhecido firma; **o formulário padrão para preenchimento encontra-se disponível no site da WWW.varzeagrande.mt.gov.br.**

s) Curriculum Vitae simplificado;

Várzea Grande-MT, 23 de novembro de 2017.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

KATHE MARIA KOHLHASE

Secretária Municipal de Assistência Social.

PORTARIA N. 140 /2017/GAB/SMECEL/VG/MT

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais torna público a relação nominal dos servidores públicos em gozo regulamentar de férias 2016/2017, consoante a Lei Complementar n.º 3.797/2012.

FÉRIAS 2016/2017 – SMECEL/VG				
MATR	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**LOTAÇÃO**	**Período Gozo**
84422	EDISON ADRIANO DA SILVA	TSAE - TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	EMEB APOLÔNIO FRUTUOSO DA SILVA	01/12/17 A 30/12/17
84428	JOLIVAN DA SILVA MARQUES	TSAE - TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	EMEB APOLÔNIO FRUTUOSO DA SILVA	01/01/18 A 30/01/18
24823	JOZINETE FIGUEIREDO DE OLIVEIRA	TAE - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EMEB PROF. ANGELA JARDIM BOTELHO	28/12/17 A 26/01/18
40778	ROSALIO ARAUJO DOS SANTOS	TSAE - TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	CMEI MANOEL ANTONIO	02/11/17 A 01/12/17
84074	GERAILSON LOPES PEREIRA	TSAE - TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	EMEB SRA. DIRCE LEITE DE CAMPOS	01/12/17 A 30/12/17
109158	MERANDOLINA PEREIRA PIMENTEL SANTOS	ASSISTENTE TÉCNICO - DNS07	SMECEL	21/12/17 A 04/01/18
84427	LEONARDO LIMA FRAZÃO	TSAE - TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	EMEB APOLÔNIO FRUTUOSO DA SILVA	01/11/17 A 30/11/17

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Várzea Grande, 04 de dezembro de 2017.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ATO EXTRATO CONTRATO N. 0124/2017

PARTES INTERESSADAS: Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e a Empresa

INOVATUS SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.247.425/0001-16, NIRE nº 51201150974. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado na Lei nº. 8.666/93, Pregão Eletrônico nº 036/2017, do tipo Menor Preço Global, nos termos da Lei n. 10.520 de 17 de julho de 2002, do Decreto n. 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o SRP, Decreto Municipal N.09/2010, Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006, LC 147/2014, Lei n. 8.078 de 11 de setembro de 1990 do Termo de Referência nº 049/2017. PROCESSO GESPRO Nº. 455866/2017. OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecer licença de uso do Sistema Informatizado de Gestão, composta por Ambiente de Desenvolvimento, Ambiente de Operação e Gestão e Infraestrutura Operacional na modalidade de computação em nuvem; manutenção legal e corretiva durante o período contratual, suporte técnico remoto e in loco, configuração, parametrização e customização para adaptar o sistema às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande-MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global no montante de R$ 640.625,00 (seiscentos e quarenta mil seiscentos e vinte e cinco reais). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 2.269. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ FONTE: 0204. DO: 09.02.10.122.0015 P/A: 2.269. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ FONTE: 0304. DO: 09.02.10.302.0011. P/A: 2.277. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ FONTE 0204. DO: 09.02.10.302.0011. P/A: 2.277. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ FONTE: 0304. DO: 09.02.10.301.0003. P/A: 2.275. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ FONTE: 0203. DO: 09.02.10.301.0003 P/A: 2.275 ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ FONTE: 0304 DO: 09.02.10.301.0004 P/A: 2.274 ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ FONTE: 0304 DO: 09.02.10.301.0004 P/A: 2.274 ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ FONTE: 0204. VIGÊNCIA: Terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura e respectiva publicação.

DATA DE ASSINATURA: 04.12.2017.

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de SAÚDE – PMVG/MT

INOVATUS SISTEMAS DE INFORMÁTICALTDA-ME

Contratada

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 102/2016

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°. 03.076.083/0001-90. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado aos termos e condições do art. 65, I, alínea a) e b), §1º da Lei nº. 8.666/93, na justificativa exarada pela Secretaria gerenciadora do Contrato n. 102/2016, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 488903/2017. OBJETO: Tem por objeto aditar o item 5.1 da CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DOS PREÇOS, a CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, o item 11.1 da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, referente a contratação de empresa especializada para execução das obras de duplicação da Avenida Filinto Muller. VALOR GLOBAL: Fica aditado o valor de R$ 3.242.220,90 (Três milhões duzentos e quarenta e dois mil duzentos e vinte reais e noventa centavos). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS DO: 37.02.15.451.0022. P/A: 1.516. ND: 4.

4.90.51.00.00.00 – obras e instalações. FONTE: 0303. DA GARANTIA: Fica determinado a suplementação da garantia de execução do contrato em 5% (cinco por cento) sobre o valor do aditivo, no valor de R$ 162.111,05 (Cento e sessenta e dois mil cento e onze reais e cinco centavos).

DATA DE ASSINATURA: 30.11.2017.

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretaria Municipal de Viação e Obras

CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA

Contratada

EXTRATO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 103/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa ZETTA FROTAS, inscrita no CNPJ n°. 02.491.558/0001-42. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentação legal no artigo 58, I e 65, I, alínea a, § 8º, da Lei nº. 8.666/93, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 428709/2017. OBJETO: Tem por objeto APOSTILAR o item 2.2 da "CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO", referente a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de locação de veículos automotores, sem motorista, equipados com sistema específico de monitoramento de veículos em tempo real, seguro do veículo e manutenção preventiva e corretiva, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT.

DATA DE ASSINATURA: 10.11.2017.

PABLO GUSTAVO MOARES PEREIRA

Secretaria Municipal de Administração

KATHE MARIA KHOLHASE MARTINS

Secretário Municipal de Assistencial Social

DIÓGENES MARCONDES

Secretaria Municipal de Saúde

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

HELEN FARIAS FERREIRA

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

PEDRO MARCOS CAMPOS LEMOS

Secretaria Municipal de Comunicação Social

JOÃO BENEDITO GONÇALVES NETO

Secretaria Municipal de Gestão Fazendária

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretaria Municipal de Viação e Obras

ALEXANDER TORRES MAIA

Secretaria Municipal de Defesa Social

CESAR ALBERTO MIRANDA LIMA DOS SANTOS COSTA

Secretaria Municipal de Governo

BRENO GOMES

Secretaria Municipal de Serviços Públicos

PORTARIA 2017/GS/SMECEL/VG/MT N°094

Estabelece prorrogação da Portaria n. 94/2017/GS/SMECEL/VG/MT e dá outras providencias legais

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições, estabelecidas por lei, prorroga o prazo estabelecido pela Portaria n. 94/2017/GS/SMECEL para encerramento dos trabalhos da Comissão responsável pela analise e revisão do Plano de Cargos e Salários dos servidores da educação escolar básica.

RESOLVE:

Art. 1°. (...)

Art. 2º. (...)

Art. 3º. (...)

Onde se lê:

Art. 4°. A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para finalização dos trabalhos, contados a partir da publicação desta portaria.

Leia-se:

Art. 4°. A Comissão deverá finalizar os trabalhos no prazo de 05/03/2018.

Registra- se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande – MT, 01 de dezembro de 2017.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário

Catarina Sena Barros de Toledo

Subsecretária

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

AVISO DO PREGÃO N. 104/2017PMVB SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (PROCESSO N. 134/2017-PMVB)

PREGÃO N. 104/2017 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006,Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

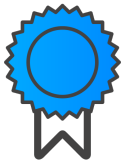
OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E/OU FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERIFÉRICOS DE INFORMÁTICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO DOS APARELHOS/EQUIPAMENTOS, DE ACORDO COM O DESCRITO NO ANEXO I**

CREDENCIAMENTO: 08:00 do dia 15/12/2017.

INICIO DA SESSÃO: 08:00 do dia 15/12/2017. Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... (website: PORTAL TRANSPARÊNCIA –Licitação – Pregão presencial)– Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.**

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Dec 04 21:32:05 UTC 2017
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)